Diálogos para o Desenvolvimento:

A experiência do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social sob o governo Lula

Volume 2

Organizadores
José Celso Cardoso Jr.
José Carlos dos Santos
Joana Alencar

Diálogos para o Desenvolvimento:

A experiência do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social sob o governo Lula

Volume 2

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Ministro – Samuel Pinheiro Guimarães Neto

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e de programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Fernando Ferreira

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais
Mário Lisboa Theodoro

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
José Celso Pereira Cardoso Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
João Sicsú

Diretora de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura
Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Estudos e Políticas Sociais
Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete
Persio Marco Antonio Davison

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação
Daniel Castro

URL: http://www.ipea.gov.br

Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria

Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - SEDES

Secretária
Esther Bemerguy de Alguquerque

Secretária Adjunta
Ângela Cotta Ferreira Gomes

Diretor de Gestão
Ronaldo Küfner

Diretor de Políticas de Desenvolvimento
Adroaldo Quintela Santos

Diretora de Tecnologia do Diálogo Social
Ana Lúcia de Lima Starling

Diretora Internacional
Maria Luiza Falcão Silva

Gerentes de Projetos
Daniele Cristina de Souza
Eduardo de Almeida
Hilta Figueiredo de Moraes
Maria França e Leite Velloso
Raquel de Albuquerque Ramos
Rosa Maria Nader

Assessores Técnicos
Luiz Carlos Emanuely Osório
Patrícia da Silva Pego
Valéria Amorim Barcelos

Especialistas
Cristina Ribeiro Fernandes Quadra
Larissa Carolina Loureiro Villarroel

Diálogos para o Desenvolvimento:

A experiência do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social sob o governo Lula

Volume 2

Brasília - 2010

Organizadores

José Celso Cardoso Jr.
José Carlos dos Santos
Joana Alencar

ipea

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) – 2010

Projeto
Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro
Série Diálogos para o Desenvolvimento

Volume 2
Diálogos para o Desenvolvimento: a experiência do CDES sob o governo Lula

Organizadores
José Celso Cardoso Jr.
José Carlos dos Santos
Joana Alencar

Equipe Técnica
José Celso Cardoso Jr.
José Carlos dos Santos
Joana Luiza Oliveira Alencar
Esther Bermeguy de Albuquerque
Ângela Cotta Ferreira Gomes
Adroaldo Quintela Santos
Ana Lúcia de Lima Starling
Maria Luiza Falcão
Ronaldo Küfner
Maria França e Leite Velloso
Patrícia da Silva Pego
Ruth Helena Guimarães Vieira – Consultora

Diálogos para o Desenvolvimento : a experiência do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social sob o governo Lula / organizadores: José Celso Cardoso Jr., José Carlos dos Santos, Joana Alencar.- Brasília: Ipea: CDES, 2010.
v. 2 (428 p.) : gráfs.

Inclui bibliografia e anexos.
Projeto Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro.
ISBN 978-85-7811-074-1

1. Desenvolvimento Econômico. 2. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. 3. Brasil. 4. Entrevistas. I. Cardoso Júnior, José Celso. II. Santos, José Carlos dos III. Alencar, Joana. IV. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. V. Brasil. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

CDD 338.981

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **7**
INTRODUÇÃO **11**
PARTE I – DESENVOLVIMENTO – AMPLITUDE E CONCRETUDE **17**
CAPÍTULO 1. DESENVOLVIMENTO, UM TEMA COMPLEXO E INTERDISCIPLINAR 19
Valdir Melo

CAPÍTULO 2. O CDES E A CONSTRUÇÃO DA AGENDA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO: UM RELATO PARTICULAR 41
Ronaldo Coutinho Garcia

PARTE II – BRASIL VISTO E REVISTO POR QUEM O FAZ **125**
CAPÍTULO 3. ESTRATÉGIAS PARA O NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO: UMA VISÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL 127
Sedes/CDES

CAPÍTULO 4. ENTREVISTAS COM CONSELHEIROS: REVISITANDO AGENDAS PARA O DESENVOLVIMENTO 139
José Carlos dos Santos

1. TÂNIA BACELAR 145
2. SILVIO MEIRA 157
3. CEZAR BRITTO 168
4. CLEMENTE GANZ LÚCIO 183
5. ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS 193
6. RICARDO PATAH 206
7. JOSÉ CARLOS BUMLAI 217
8. JORGE GERDAU JOHANNPETER 225
9. LUIZ AUBERT NETO 235
10. PAULO GODOY 243

PARTE III – CONCERTAÇÃO – CONTEXTO E PERSPECTIVAS **253**
CAPÍTULO 5. A EXPERIÊNCIA DO CDES COMO ESPAÇO DE CONCERTAÇÃO NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO 255
Eduardo Costa Pinto
José Celso Cardoso Jr.

CAPÍTULO 6. BRASIL: UM OUTRO PATAMAR 295
Ladislau Dowbor

NOTAS BIOGRÁFICAS **335**

ANEXOS **337**
ANEXO I - AGENDA NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO - AND 339
ANEXO II - AGENDA PARA O NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO - ANC 379
ANEXO III - LISTA DE PUBLICAÇÕES DA SEDES 417

APRESENTAÇÃO

Um dos desafios mais importantes do IPEA, em seu atual momento de aperfeiçoamento institucional, consiste em ajudar o país a formular estratégias abrangentes de desenvolvimento, de maneira que estas se materializem em diálogo com atores sociais representativos das aspirações nacionais. Hoje, a interlocução com as diversas instâncias da sociedade desempenha papel relevante perante a tarefa governamental de identificação de prioridades e de formulação de políticas públicas.

Aqui, fala-se acerca da questão do planejamento democrático como fato novo, para o qual o IPEA vem elaborando, por meio deste e de outros livros e documentos institucionais, algumas diretrizes possíveis e desejáveis para ressignificar a atividade de planejamento governamental, nesse novo cenário de complexidade. Algumas dessas diretrizes seriam:

- *dotar a função planejamento de forte conteúdo estratégico* - trata-se de fazer da função planejamento governamental o campo aglutinador de propostas, diretrizes e projetos; trata-se, enfim, de estratégias de ação que anunciem, em seus conteúdos, as trajetórias possíveis e/ou desejáveis para a ação ordenada e planejada do Estado, em busca do desenvolvimento nacional.
- *dotar a função planejamento de forte capacidade de articulação e de coordenação institucional* – hoje, grande parte das novas funções que qualquer atividade ou iniciativa de planejamento governamental deve assumir estão ligadas, de um lado, a um esforço grande e muito complexo de articulação institucional e, de outro lado, a outro esforço igualmente grande de coordenação geral das ações de planejamento.
- *dotar a função planejamento de fortes conteúdos prospectivos e propositivos* - trata-se, fundamentalmente, de dotar o planejamento de instrumentos e técnicas de apreensão e interpretação de cenários e tendências, ao mesmo tempo que de teor propositivo, para reorientar e redirecionar, quando pertinente, as políticas, os programas e as ações de governo;
- *dotar a função planejamento de fortes componentes participativos* - hoje, qualquer iniciativa ou atividade de planejamento governamental que se pretenda eficaz, precisa contar com certo nível de engajamento público dos atores diretamente envolvidos com a questão, sejam estes da burocracia estatal, políticos e acadêmicos, sejam os próprios beneficiários da ação que se pretende realizar;
- *dotar a função planejamento de fortes conteúdos éticos* – trata-se aqui, cada vez mais, de introduzir princípios da república e da democracia como referências fundamentais à organização institucional do Estado e à própria ação estatal.

Em linhas gerais, portanto, trata-se de construir novos estilos de planejamento e desenvolvimento, que incorporem aspirações e segmentos sociais representativos da diversidade e da complexidade brasileira, em várias de suas dimensões.

Sim, fácil falar, muito difícil fazer!

Por isso mesmo, são por demais significativas as reflexões presentes nesta publicação, que toma a exitosa experiência recente do CDES – criado em 2003 – como ponto de partida para a constatação empírica de que experimentalismos institucionais inovadores estão em curso no Brasil e no mundo, justamente em busca de alternativas ou soluções para as problemáticas aqui discutidas.

Como sugestão teórica geral que emana deste trabalho, portanto, afirma-se que um tipo de planejamento como o acima referido é condição necessária, mas não suficiente, para um país alcançar desenvolvimento em sentido multifacetado e complexo, vale dizer: politicamente soberano, socialmente includente e ambientalmente sustentável. Isto porque, na base deste desenvolvimento, é preciso consolidar arranjos institucionais capazes de instaurar processos de concertação social que engendrem o delineamento de projetos ou de estratégias nacionais, as quais, certamente, não poderão ser construídas ao acaso, nem tampouco serão fruto de deliberações impostas verticalmente.

Nessas condições, será que a democracia representativa formalmente constituída no país consegue tornar claras as aspirações da coletividade, dada a atual conjuntura histórica brasileira, caracterizada pela existência de uma teia de interesses extremamente complexa e emaranhada? O modelo institucional da democracia, ao reforçar aspectos formais e procedimentais em detrimento de aspectos relacionais ou substantivos, em boa medida, não estaria funcionando, segundo autores como Agamben (2004a, 2004b) e Canfora (2007a, 2007b), vale dizer, como mecanismo eficaz de agregação de interesses e resolução de conflitos.[1]

Com a crise de legitimidade atual do Estado e também da própria governança neoliberal, outros arranjos institucionais de concertação social poderiam funcionar como espaços inovadores de negociações dos processos decisórios, cujo substrato último está fundado em tentativas de (re)institucionalização dos mecanismos de ação coletiva. Neste sentido, tais mecanismos poderiam funcionar como uma espécie de via alternativa entre Estado, mercado e sociedade, ainda mais em contexto de crise ou transição histórica, em que recursos ideológicos e materiais das instituições democráticas tradicionais se esvaem.

---

1. AGAMBEN, G. Homo Sacer: o poder soberano e a Vida Nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004a.
_____. Estado de exceção. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004b.
CANFORA, L. Crítica da retórica democrática. São Paulo: Estação Liberdade Editora, 2007a.
_____. A democracia: história de uma ideologia. São Paulo: Edições 70, 2007b.

A despeito disso, essa tarefa não é nada simples em face da dificuldade de legitimação dessas inovações institucionais. É iminente o perigo de que esses novos espaços possam ser dominados por interesses pequenos, ou de que possam se tornar espaços de exercícios autoritários. Por outro lado, vislumbra-se a chance de que em tais espaços, as representações ali postadas possam, na verdade, exercitar o diálogo e produzir momentos e atitudes de concertação política, visando influenciar as decisões de Estado para além dos interesses corporativos.

É esta a conclusão – e a aposta política mais geral – que se extrai deste livro, ampla e devidamente fundamentada, como o leitor poderá comprovar.

Boa leitura e reflexão a todos / todas!

Marcio Pochmann
Presidente do IPEA

José Celso Pereira Cardoso Jr.
Coordenador do Projeto Perspectivas do
Desenvolvimento Brasileiro

INTRODUÇÃO

A série "Diálogos para o Desenvolvimento" nasceu da necessidade de trazer à discussão a temática do planejamento governamental como estratégia fundamental para desenvolver o país. Desenvolvimento, como já se sabe, vai além de crescimento econômico e inclui necessariamente aspectos outros que possam garantir a compatibilização entre segurança social e prosperidade material. "Diálogos para o Desenvolvimento", portanto, nomeia publicações de uma série do IPEA, iniciada em 2009 com a transcrição e edição de palestras proferidas no âmbito de um Ciclo de Seminários organizado para pensar grandes temas e desafios ao desenvolvimento brasileiro.[1]

O volume 2, ora concluído, em linha de continuidade com a temática dos diálogos para o desenvolvimento, e de acordo com o arco maior de princípios norteadores do projeto Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro, também está associado a um dos desafios estratégicos do processo de fortalecimento institucional do IPEA, qual seja, *"formular estratégias de desenvolvimento nacional em diálogo com atores sociais"*.

Este segundo volume dedica-se a disponibilizar os primeiros estudos – ainda que parciais e de maneira exploratória – sobre a experiência institucional recente, que é a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), no âmbito da Presidência da República, por meio da Secretaria de Relações Institucionais. Basicamente, trata-se, portanto, de discutir essa inovação institucional, que nasceu no país nos últimos anos e vem se consolidando como instrumento de representação e organização de interesses, explicitação de conflitos e produção de consensos coletivos.

Finda a primeira década do século XXI, parecem emergir sinais fortes de que a ideia anterior de desenvolvimento – cristalizada imageticamente como associada, sobretudo, às noções de crescimento econômico – já não retrata o conjunto de variáveis necessárias e desejáveis a uma interpretação mais densa do que vem a ser desenvolvimento em um ambiente de ampliação das franquias democráticas, caracterizado por ampla participação de novos atores e interesses em novas arenas e em constante fricção.

Ressignificado, desenvolvimento expande-se, incorpora nuances mais amplas que aquelas tradicionais de crescimento econômico e passa a abranger, necessariamente, aspectos como igualdade de oportunidades, inclusão social, distribuição de renda, equilíbrios regionais, sustentabilidade ambiental, construção e manutenção de uma infraestrutura tecnologicamente avançada e espacialmente

1. Ver Cardoso Jr, José Celso & Siqueira, Carlos Henrique Romão (orgs). Diálogos para o Desenvolvimento. Brasília-DF: IPEA, volume 1, 2009.

integrada, que possa dar sustentação longeva às necessidades do país frente às suas mazelas históricas.

Têm-se, com isso, novíssimas tensões. Imediatamente, emerge a necessidade de também ressignificar e reorientar a compreensão e a práxis do planejamento governamental, pois em democracias participativas – que não podem abrir mão de suas lógicas tradicionais de representatividade – devem-se elaborar construções e concertações sociais de maneiras as mais porosas possíveis, com efetiva participação dos diversos segmentos da sociedade, além da imprescindível ação do próprio Estado como agente coordenador.

Nesse sentido, são trazidos novos problemas às conjunturas de formação de agenda sob o desafio de pensar o desenvolvimento nacional em colégios mais amplos, tensionando, também, a tradicional lógica setorial. As aspirações da coletividade precisam, então, ser organizadas e explicitadas por meio dos diversos grupos que constituem a sociedade atual e que a representam.

Este movimento de incorporação de atores, incluindo os tradicionais representantes das relações capital-trabalho, do pensamento acadêmico, de lideranças religiosas e ativistas da cidadania, dentre outros, amplia-se e torna-se mais complexo, já que a busca por consensos tende a se tornar mais demorada e mais (in)tensa.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, criado por lei em 2003 como órgão assessor da Presidência da República, é formado por representantes da sociedade civil e do governo federal: trabalhadores, empresários, movimentos sociais, ministros - numa composição ampla e plural, que inclui cidadãs e cidadãos de diversos grupos e classes sociais.

Metodologicamente, o CDES se organiza priorizando o diálogo amplo entre esses atores; uma atuação que se dá por meio de grupos de trabalho, reuniões plenárias, colóquios, seminários, mesas redondas, entre outros eventos. Essencialmente, o CDES tem como principais objetivos constituir base de argumentação para o debate público e subsidiar a ação política do governo federal. Destinado a ser um espaço de diálogo qualificado, constitui experiência auspiciosa no Brasil. É, ainda, uma inovação institucional em observação, mas sinaliza para o fortalecimento das instituições e da democracia, capaz de suprir certos déficits de representação em sociedades complexas e heterogêneas como a brasileira.

Lastreado na ideia de formular diretrizes estratégicas de planejamento para o desenvolvimento nacional, o CDES elegeu primeiramente a questão das desigualdades sociais e econômicas como prioridade a partir da qual estruturou diversas de suas iniciativas concretas. Como fruto desses esforços, e em paralelo a inúmeras outras atividades, o CDES produziu duas Agendas Nacionais de Desenvolvimento. A primeira delas foi finalizada em agosto de 2005 e a segunda foi

concluída em setembro de 2010. Ambas estão anexas, na íntegra, a esta publicação e têm seu processo de formatação e discussão extremamente bem detalhado nos capítulos que compõem este livro.

As diretrizes para as Agendas Nacionais de Desenvolvimento foram forjadas sempre como ponto culminante de um amplo e intenso processo de concertação, qual seja, de construção de consensos num ambiente onde as divergências são explícitas, dada a diversidade de composição do conselho, mas as intenções são convergentes – sempre caminhando em direção a um país menos iníquo e mais justo.

Nessa perspectiva, IPEA e CDES se propuseram a publicar a sistematização de uma série de entrevistas realizadas no início de 2010 com 10 dos conselheiros, como subsídio para elencar prioridades à formulação da segunda Agenda Nacional de Desenvolvimento, finda, como dito, em setembro de 2010. Junto às entrevistas, encontram-se artigos que se propõem a investigar desde o conceito de desenvolvimento almejado no atual cenário brasileiro, passando por formas de planejar coletivamente esse desenvolvimento, contextualizando-se a experiência do CDES dentre as novas formas de participação e governança no cenário mundial contemporâneo.

Por fim, o objetivo é mostrar os desafios para construção do futuro do país a partir do atual patamar econômico e social, inédito e extremamente favorável a novas propostas de atendimento às demandas da população e às necessidades de crescimento que o Brasil requer. Assim, a intenção é trazer ao gestor e ao conhecimento público, de forma estruturada, a incipiente – mas já densa, pois permeada de resultados palpáveis – trajetória do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social brasileiro. Atualizar essa reflexão e levá-la a diversas instâncias sociais e debates públicos é também tarefa de um instituto de pesquisa e planejamento, como o IPEA.

A parte I, intitulada *Desenvolvimento: amplitude e concretude*, traz textos do economista Valdir Melo, técnico de planejamento e pesquisa do IPEA, sobre a evolução histórica da problemática do desenvolvimento; e do sociólogo Ronaldo Coutinho Garcia, também técnico da instituição, a respeito da emergência do CDES como instrumento potencialmente valioso de participação da sociedade civil na formulação de alternativas e diretrizes de desenvolvimento que se deseja para o país.

O primeiro capítulo, denominado *Desenvolvimento: um tema complexo e interdisciplinar*, discorre sobre o desenvolvimento como um processo que abrange amplas facetas da sociedade, cujo conhecimento requer abordagem interdisciplinar. Crescimento econômico, que persiste ao longo de décadas é um componente essencial do processo; todavia, ao desenvolver-se, a sociedade se transforma, e não apenas cresce. O autor sugere que se pode entender a noção de desenvolvimento

de forma menos vaga, concebendo-a como uma idealização das grandes transformações econômicas, sociais, institucionais e políticas que ocorreram na Europa e nos Estados Unidos do final do século 18 ao final do século 19. Desenvolvimento é certo tipo de progresso de uma sociedade; mas o que é progresso depende de julgamentos e de valores. Por isso, as propostas e as apreciações de agendas de desenvolvimento requerem contribuições da axiologia e das filosofias sociais e políticas, além das diversas ciências sociais, da história e das humanidades.

No capítulo 2, *O CDES e a Construção da Agenda Nacional de Desenvolvimento em 2004: um relato particular*, temos a descrição do processo de constituição do CDES e de elaboração da primeira Agenda Nacional de Desenvolvimento, ao longo do ano de 2004, visto como exercício intenso de diálogo social, no qual se depositaram criatividade, esperanças e utopias, pois estava em jogo a criação de um projeto para o futuro do país. O capítulo descreve, de maneira bastante informada e circunstanciada, a origem e os motivos que determinaram a criação do conselho, suas atividades rotineiras, formas de deliberação e atuação junto ao governo, a escolha de sua composição e a diversidade interna que permite que pessoas situadas em ângulos distintos na sociedade reúnam-se para discutir assuntos que são do interesse de todos. Tudo isso, favorecido pelo governo, que em 2003 opta por privilegiar o diálogo social do qual a própria criação do CDES é parte.

É preciso, por outro lado, destacar que a construção de novos espaços de concertação não é tarefa simples. Entre as dificuldades de implementação e de consolidação dessas novidades, destacam-se aqui quatro elementos, a saber: i) a dificuldade de legitimação de inovações institucionais por parte dos vários agentes envolvidos, bem como pelo próprio governo e sociedade; ii) a linha muito tênue entre a capacidade do Estado de desencadear um novo espaço de concertação, sem ser, ao mesmo tempo, colonizado por interesses particulares e sem se tornar um agente autoritário ou impositivo; iii) a capacidade real de que as deliberações construídas nesses espaços possam influenciar as decisões estratégicas dos governos; e iv) o risco de sobrerrepresentação dos atores estratégicos – vinculados a determinados interesses – indicados à posição de conselheiros.

Não obstante as advertências acima, o que se vê na parte II do livro, denominada *Brasil: visto e revisto por quem o faz*, é, na verdade, a possibilidade de afirmação do CDES como espaço auspicioso de produção de consensos na sociedade brasileira. Nela, na forma dos capítulos 3 e 4, foram organizadas as entrevistas concedidas por dez conselheiros que falaram de suas impressões acerca do desenvolvimento do país nos últimos anos e perspectivas para o futuro, em relação a temas como infraestrutura, matriz energética, pré-sal, educação, saúde,

salário mínimo, reforma tributária, eventos como a Copa do Mundo de Futebol, no Brasil, em 2014, além dos Jogos Olímpicos do Rio, em 2016 e etc.

Na tentativa de representar proporcionalmente os membros do CDES, as entrevistas foram realizadas com conselheiros atuantes em vários setores empresariais, além de sindicalistas e porta-vozes de trabalhadores, acadêmicos e outros membros representativos de setores sociais específicos. Os entrevistados mostraram-se portadores de expectativas extremamente positivas em relação ao desenvolvimento do Brasil na próxima década, e consideraram que o país está em um rumo que o levará à prosperidade, apesar de que, para tanto, segundo eles, algumas reformas primordiais não poderiam ser adiadas, tais como: investimento maciço e imediato em educação, esforço conjunto do Estado e da sociedade organizada para a diminuição das desigualdades, além de propostas em torno de reformas nas áreas tributária, política e previdenciária.

Por fim, na parte III do livro, chamada *Concertação: contexto e perspectivas*, reúnem-se artigos dos economistas e técnicos de planejamento e pesquisa do IPEA, Eduardo Costa Pinto e José Celso Cardoso Jr., bem como do professor da PUC-SP, Ladislau Dowbor. Ambos os casos, pretendem situar o CDES em seu contexto histórico e teórico, além de prospectá-lo como possível e virtuoso espaço de concertação social nesta nova e promissora quadra de desenvolvimento do país.

O capítulo 5, intitulado *A Experiência do CDES como Espaço de Concertação Nacional para o Desenvolvimento*, toma tal experiência como inovação institucional importante do momento presente, vislumbrando seu funcionamento em um nível mesoinstitucional de relacionamento entre Estado e sociedade. Logo, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social mereceria um olhar atento às possibilidades que esse espaço oferece para o exercício democrático de concertação política e social pró-desenvolvimento. Nesse sentido, argumenta-se que o primeiro desafio que se coloca a essa nova institucionalidade é o de identificar as aspirações da coletividade nacional, amplamente representada. Como as demais, a sociedade brasileira também se tornou mais complexa e, se mesmo antes já não era fácil obter consensos, hoje, sem dúvida, as dificuldades são muito maiores.

O capítulo reconhece a existência – e defende o uso – de modelos neocorporativistas, tais como o seria o próprio espaço de convivência do CDES, como um encaixe à democracia representativa. Em outras palavras, esse novo modelo de institucionalização estaria complementando as instâncias representativas tradicionais, sem obviamente substituí-las ou com elas conflitar. O argumento é desenvolvido no sentido de identificar funções diferentes a tais instâncias representativas em que fóruns como o próprio Conselho, serviriam para facilitar a co-

municação e a consulta, bem como a negociação e a coordenação, entre interesses sociais heterogêneos e interesses públicos convergentes.

Em *Brasil: um outro patamar*, capítulo 6 que encerra o livro, Dowbor defende que o fato de o país encontrar-se num novo patamar de desenvolvimento, rumo ao "economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável", torna cada vez mais latente a necessidade de buscar um crescente repensar das estratégias nacionais.

A ação do Estado é considerada primordial: regular finanças, assegurar direitos trabalhistas, apoiar a camada mais desfavorecida economicamente e os movimentos sociais, assim como fazer política ambiental. Todas estas são consideradas atividades fundamentais à configuração de novos e necessários eixos estratégicos de ação estatal e societal para a conquista e manutenção de um novo patamar de desenvolvimento do país. Com olhar otimista, o autor identifica desafios em setores estratégicos para o desenvolvimento brasileiro nos próximos anos, cuja construção realiza-se pela permanente busca de convergências em ambientes diversificados, mas pujantes, como o CDES - o "Conselhão".

Certos de que o tema retratado neste livro, porquanto novo, é de extrema atualidade e importância, desejamos instigar o debate aberto e a reflexão crítica para, quiçá, fomentar o interesse de novos pesquisadores acerca das temáticas aqui sugeridas.

Os Organizadores

José Celso Cardoso Jr.
José Carlos dos Santos
Joana Alencar

PARTE I

Desenvolvimento – amplitude e concretude

CAPÍTULO 1

DESENVOLVIMENTO, TEMA COMPLEXO E INTERDISCIPLINAR

Valdir Melo

1. INTRODUÇÃO

Antes de formular ou avaliar uma política de desenvolvimento, precisamos esclarecer: o que acontece enquanto um país se desenvolve? O que devemos aguardar do futuro, a quê se pode aspirar? A noção de desenvolvimento é vaga. Sim, é, porque o fenômeno é complexo, como se verá nas próximas seções. Crescimento econômico é um componente essencial, mas a perspectiva do desenvolvimento começa a levar o fenômeno a sério quando se coloca em termos de algumas décadas, pelo menos; a rigor, é um processo secular. Ao desenvolver-se, a sociedade se transforma, e não apenas cresce, em analogia com o que acontece com o corpo humano ao longo da vida. Pode-se pensar desenvolvimento de forma menos vaga concebendo-o como uma idealização das grandes transformações econômicas, sociais, institucionais e políticas que ocorreram na Europa e nos Estados Unidos do final do século 18 ao final do século 19. Por isso, é instrutivo apreciar um breve panorama do que ocorreu nesse período.

Desenvolvimento também se confunde com um certo tipo de progresso de uma sociedade; mas o que é aceito ou não como progresso depende de julgamento de valores, o que torna necessário compreender o papel dos juízos de valor nas propostas e nas apreciações de agendas de desenvolvimento. Por isso, a disciplina do desenvolvimento é decididamente parte da economia normativa, e mais amplamente das ciências sociais normativas (incluem sentenças valorativas, recomendações e prescrições) e não das ciências positivas (aquelas formadas exclusivamente de teorias de caráter empírico e de fatos). A formação nesse campo é insuficiente quando se lida apenas com hipóteses e modelos, dados e análises empíricas; ficam faltando as contribuições da axiologia (o estudo dos valores) e das filosofias sociais e políticas. Mesmo a parte positiva das tarefas nessa área requer um trabalho interdisciplinar; desenvolvimento não é um campo aplicado

exclusiva ou propriamente da economia, mas sim de diversas formações, particularmente das ciências sociais, da história e das humanidades.

2. MACROECONOMIA, ECONOMIA DO CRESCIMENTO, DESENVOLVIMENTO

Os livros de macroeconomia muitas vezes têm dedicado parte de seu espaço ao crescimento econômico de longo prazo, algo entre um e dois capítulos para cada dez. Desde quando se destacavam neles os modelos de Harrod-Domar e de Solow até os anos recentes, esses capítulos têm abordado de modo central as taxas de poupança, de investimento e de crescimento populacional, bem como a relação capital por trabalhador; além disso, têm alertado para o impacto de outros fatores sobre o crescimento, sobretudo o progresso tecnológico e a melhor qualificação de mão de obra. Recentemente, em literatura conhecida como de 'crescimento endógeno', tem-se tentado medir esse impacto por meio de indicadores como despesas com pesquisa e desenvolvimento, número de engenheiros, fração de professores universitários na força de trabalho, e outros.

O estudo mais detalhado do crescimento econômico expandiu-se e virou uma disciplina por si só, a economia (ou macroeconomia) do crescimento, cujas preocupações centrais não são as da macroeconomia tradicional - a estabilização de preços e do nível de emprego. Mesmo assim, deve-se ainda distinguir uma terceira disciplina, a de desenvolvimento econômico. Parece haver consenso de que desenvolvimento é um processo mais abrangente do que crescimento econômico.

Também parece haver consenso de que não há desenvolvimento sem crescimento - de que o desenvolvimento econômico ocorre enraizado em um processo de crescimento que dura vários anos ou décadas. Não precisamos nem devemos excluir por princípio a existência potencial ou real de sociedades que almejem preservar um estado de estagnação como moral ou socialmente superior, e até que suas populações se sintam assim mais felizes do que vivenciando crescimento econômico. Voltaremos a isso mais adiante. No entanto, preferimos não dizer que tais sociedades estariam em desenvolvimento.

Além disso, o fenômeno do desenvolvimento econômico está associado, ainda que vagamente, à revolução industrial inglesa iniciada no século 18 e às enormes transformações por que passou a sociedade européia ocidental desde então. Qual é, mais precisamente, a ligação entre as duas coisas?

A humanidade conheceu, em diferentes épocas, períodos de expansão econômica. Muitos deles resultaram de conquistas militares de um povo por outro, em que comumente a expansão de um adveio dos tributos arrecadados de outro; certas expansões resultaram do estabelecimento de comércio entre sociedades até então isoladas, e outras ainda de mudanças tecnológicas que beneficiaram as sociedades em que elas ocorreram (por exemplo, o domínio do fogo, a domestica-

ção de animais, a introdução da agricultura, a construção de edifícios, a invenção da roda, a invenção do barco a vela). Contudo, em quase todos esses casos, as invenções técnicas foram eventos individuais isolados dentro da sociedade, ou seja, com longo intervalo de tempo até outra invenção surgir. Ademais, ao longo de milênios, grande parte da energia utilizada pela humanidade vinha esforço físico dos indivíduos e de alguns animais domesticados, além do fogo produzido com madeira. Somente umas poucas sociedades mais ricas, já na idade média, como os países baixos e as cidades-estados italianas, fizeram emprego significativo, ainda que minoritário, de água e vento para impulsionar moinhos.

Em contraste com as expansões ocorridas episodicamente durante os milênios anteriores, há três grandes diferenças da era da expansão européia moderna. Primeiro que a humanidade passou a dominar uma grande forma de energia não-animal e a utilizá-la em larga escala, o calor (em motores a vapor); isto tornou a economia altamente produtiva - de longe mais produtiva do que qualquer sociedade anterior tinha conseguido ou sequer almejado alcançar. Segundo, instalou-se uma era de invenções em cadeia, onde uma gerava o estímulo para que se tentasse outra; solidificou-se na sociedade européia o costume social das invenções, a atividade de inventar como ocupação de muitos e não apenas de alguns indivíduos esporádicos, excêntricos ou privilegiados. Como resultado desse interesse social por inventar, conseguiu-se posteriormente dominar outras fontes de energia capazes de serem empregadas em larga escala, como a eletricidade e a energia química.

A terceira diferença é consequência das outras: o aumento da produtividade e o crescimento da produção foram imensos - tão grandes que tornaram possível expandir o consumo de grandes massas das populações. Obviamente não de todos, e possivelmente não da maioria da população, pelo menos nas primeiras décadas (aqui há controvérsias entre escolas de historiadores, e naturalmente tudo depende também de quais décadas se comparam). Contudo, a parcela da população com acesso a bens anteriormente típicos dos ricos (por exemplo, roupa nova; produtos feitos fora de casa) teve rapidamente acréscimo de milhares de indivíduos, e depois de milhões. Ainda que os países não deixassem de ter uma estrutura social piramidal, benefícios econômicos antes desfrutados por uns poucos milhares de pessoas no topo passaram a ser desfrutados por dezenas ou centenas de milhares a mais.

Essa mudança da situação de massas das populações pelo enorme aumento da capacidade produtiva das economias tornou realista a ideia de esperar-se que a prosperidade econômica beneficie massas, ou mais ambiciosamente ainda, que beneficie todas as camadas inferiores do povo. Antes da revolução industrial, ou melhor, antes da transformação da mudança tecnológica em rotina social (que, aliás, incluiu inicialmente, como se sabe, uma revolução de formas de comércio e outra de técnicas agrícolas), não pareceria razoável que se pudesse aspirar a au-

mento da renda da maioria da população; tampouco pareceria razoável almejar produção alta ao longo de décadas - quanto mais produção crescente. A nova era contrastava com os ocasionais surtos de prosperidade que haviam ocorrido em umas poucas épocas das sociedades anteriores à moderna Europa.

Antes, a pobreza absoluta ou mesmo miséria da maioria era ou parecia ser uma fatalidade natural. Agora, é típico - e consequência da nossa experiência coletiva posterior à revolução industrial - que aspiremos à prosperidade material para a população em geral de uma sociedade, e não apenas para uma pequenina fração da camada mais abastada. Essa aspiração está embutida em nossa noção de desenvolvimento econômico: este não é apenas crescimento econômico, mas aumento da renda real das grandes camadas da população que se encontram na base da pirâmide social. Em consequência, o estrato social médio, antes uma insignificante fração da sociedade, tende a crescer e a aproximar-se do tamanho do estrato pobre, tornando-se enorme bolsão entre este e o topo da pirâmide social. Posteriormente, a classe média passa a englobar a maioria das famílias, enquanto a classe pobre tende a ser fração cada vez menor da sociedade.

3. UM EXEMPLO DE DÉCADAS DE TRANSFORMAÇÃO

Nas décadas do último quarto do século 18 ao final do século 19, a Europa e os Estados Unidos realizaram, em diversos campos da atividade humana, façanhas tão admiráveis quanto a criação de máquinas multiplicadoras da produtividade do trabalhador; assim, passaram por imensas transformações na ciência, na tecnologia, na saúde pública, nas instituições políticas e em diversos campos sociais. Mais ou menos nesta época surgiram a química, a biologia celular, a física do magnetismo e da eletricidade, a genética, a economia, a sociologia, a psicologia; ademais, a lógica e a estatística assumiram mais ou menos a forma como as conhecemos hoje. No plano político, realizaram-se abolições de escravatura, instalaram-se regimes constitucionais, repúblicas presidencialistas, partidos políticos, direitos de voto para massas, surgiram movimentos sindicais de trabalhadores, o movimento feminista e o movimento socialista.

3.1 Ciência

A química é um caso característico do rápido e extenso desenvolvimento científico que ocorreu a partir do último quarto do século 18. Em 1787, Antoine Lavoisier enunciou a lei da conservação da matéria e, em 1799 Joseph Louis Proust enunciou a lei das proporções constantes dos componentes de substâncias. No início do século 19, um professor inglês de Manchester, John Dalton, concebeu a teoria atômica da matéria, segundo a qual as substâncias são compostas de partículas idênticas que chamou de átomos, e publicou-a no seu livro New Sys-

tem of Chemical Philosophy (primeiro volume em 1808). Esta teoria veio a ser o fundamento da química moderna, proporcionando unidade a ideias já elaboradas no final do século 18 e às que seriam propostas ao longo das décadas posteriores ao próprio Dalton. Seis décadas depois, o russo Dmitri Mendeleev publicou em 1869 sua tabela periódica de elementos. Houve muitas descobertas de novas substâncias ou elementos, algumas das mais conhecidas sendo: potássio e sódio, em 1807, pelo inglês Humphrey Davy; cálcio, em 1808, de novo por Davy; silício, em 1823, pelo sueco Berzelius; magnésio, em 1829; e clorofórmio, em 1831. Na década de 1830 surgiu a química orgânica.

Em 1881, o professor universitário alemão Hermann von Helmholtz lançou a hipótese de que a eletricidade é composta de partículas elementares de sua própria espécie. Isto sugeria a possível existência de uma partícula diferente do átomo e menor (partícula que mais tarde ficou conhecida como o elétron). Aceitou-se a existência real de elétrons a partir de 1897, ao serem conhecidos os experimentos de Joseph John Thomson, que veio a ser considerado o descobridor dessa partícula. Em 1895, Wilhelm Roentgen descobriu os raios-X. Em 1896, o físico francês Henri Becquerel descobriu o fenômeno da radioatividade, constatando a existência de radiações penetrantes emitidas por vários compostos de urânio. Em 1898 a polonesa Marie Curie e seu esposo francês Pierre Curie isolaram pela primeira vez uma substância radioativa, o rádio, de fato muito mais radioativa que os compostos de urânio notados por Becquerel.

No campo da física, nasceram as subdisciplinas modernas de eletromagnetismo, ótica ondulatória e termodinâmica, bem como se lançaram as primeiras sementes da física atômica. Em 1820, o dinamarquês Hans Christian Oersted publicou resultados de seus experimentos no artigo *Experimentos sobre o Efeito de uma Corrente de Eletricidade em Agulha Magnética*, mostrando a ocorrência de efeitos magnéticos gerados em fios com passagem de corrente elétrica. Em 1831, o professor inglês de química Michael Faraday descobriu o importante fenômeno da indução eletromagnética, em que uma variação de campo magnético gera uma corrente elétrica e uma variação de corrente elétrica gera um campo magnético. Em 1864, Clerk Maxwell publicou sua teoria das ondas eletromagnéticas e sugeriu que a luz é formada dessas ondas. Em 1886, Heinrich Hertz inventou um detector de ondas eletromagnéticas (um precursor do receptor de rádio) e, com seus experimentos de 1886 a 1888, mostrou que elas têm propriedades semelhantes às da luz.

O surgimento da termodinâmica foi outra revolução nos fundamentos da física. Em 1851 o inglês William Thomson (Lord Kelvin) e o alemão Rudolph Clausius enunciaram a lei da conservação e mútua conversibilidade das diferentes formas de energia. Experimentos realizados separadamente pelo o inglês James Prescott Joule, o escocês William Rankine e o próprio Kelvin confirmaram essa lei da conservação. Em 1865, Clausius chamou de entropia a quantidade de calor

despendido dividida pela temperatura e concebeu a lei da entropia, segundo a qual a entropia do universo tende a crescer.

A biologia evolucionária praticamente nasceu no início do século. Em 1809, Jean Baptiste de Lamarck, em seu livro Philosophie Zoologique, defendeu o ponto de vista de que as espécies sofrem transformações ao longo do tempo como resultado de impactos do meio ambiente. As bases da geologia moderna foram lançadas em 1830, no livro Principles of Geology, onde Charles Lyell propôs que a terra passa por transformações graduais que são efeitos de eventos ordinários. Cinquenta anos depois do livro de Lamarck, surgiu a teoria da seleção natural como mecanismo evolutivo, ou teoria da descendência com modificação, concebida independentemente por Alfred Russel Wallace e por Charles Darwin. Em 1858, eles publicaram juntos um artigo no *Journal of the Linnaean Society*. Em seguida, Darwin, em seu marcante livro The Origin of Species, de 1859, expôs em mais detalhe a teoria e apresentou a evidência que ele tinha coletado durante vários anos. Logo entrou em debate a posição do homem dentro da história evolutiva dos seres vivos, discussão para a qual Darwin deu grande contribuição no seu livro de 1871 The Descent of Man.

Outro elemento da base da biologia moderna foi proposto em 1839; o zoólogo Theodor Schwann divulgou a teoria da célula, pensada independentemente também pelo botanista Matthias Schleiden. De acordo com ela, todo organismo e todo tecido orgânico consiste de estrutura de células, pequenos seres vivos apenas parcialmente autônomos. A partir daí tornou-se fácil conceber a reprodução e o crescimento de um corpo como divisão e multiplicação de células. A genética foi fundada em 1866 no artigo *Versuche über Pflanzen-hybriden* (*Experimentos de hibridização de plantas*), onde o monge Gregor Mendel descreve suas experiências de cruzamento de plantas e propõe leis de hereditariedade.

3.2 Tecnologia

No que concerne à tecnologia, muitas mudanças de grande impacto ocorreram em transportes, comunicações, emprego de eletricidade, química industrial, iluminação, conforto da vida quotidiana e medicina.

Em 1801, na Inglaterra, Richard Trevithick construiu uma carruagem movida a vapor, que pode ser considerada um dos primeiros automóveis. Nos primeiros anos da década, realizou inúmeras experiências com motor utilizando caldeira de alta pressão. Em 1804 ele inventou a locomotiva a vapor para correr em trilhos. Mas foi George Stephenson quem tornou a estrada de ferro um meio de transporte regular, quando inaugurou a primeira linha de passageiros em 1825, entre Stockton e Darlington, na Inglaterra. Em 1830 começou a circular um trem entre Manchester e Liverpool. A partir dos anos 30, multiplicaram-se as milhas

de estradas de ferro construídas, tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos. O novo meio de transporte, apropriado para grande quantidade de pessoas e de carga, deu forte impulso à construção de pontes, de viadutos e de túneis por toda parte onde se colocaram estradas de ferro.

Aproximando-se o final do século 19, diversas invenções propiciaram a substituição do motor a vapor pelo motor de combustão interna. O início do motor de combustão interna foi em 1860, ao inventar-se um motor a gás. Invenções por Nikolas Otto, Carl Benz e Gottfried Daimler aperfeiçoaram o motor e substituíram o combustível por gasolina. Em 1885 surgiram os primeiros automóveis com motor a gasolina. A França ganhou proeminência na produção e comercialização de automóveis a partir de 1889, graças à empresa *Panhard et Levassor*, fundada pelos engenheiros René Panhard e Émile Lavassor. Outros importantes fabricantes da época foram o conde Albert de Dion, Amédée Bollée, Armand Peugeot e Louis Renault (a conhecida empresa de André Citroën é bem posterior, de 1919). Estados Unidos e Inglaterra logo começaram a fabricar também o novo produto.

As comunicações à distância receberam grande impacto de técnicas de emprego da eletricidade. Em 1779, o italiano Alessandro Volta descobriu que dois metais diferentes imersos em ácido geram corrente elétrica e inventou a pilha voltaica, a primeira bateria química, uma forma de produzir eletricidade. Em 1808, Humphrey Davy descobriu o arco voltaico, luz que toma a forma de arco, produzida por carga elétrica que salta de duas bolas metálicas próximas. Mais adiante, este fenômeno foi empregado nas primeiras formas de iluminação elétrica de locais públicos. Em 1836, em Londres, John Daniel aperfeiçoou a pilha e tornou-a um dispositivo prático. Vários inventores projetaram e experimentaram formas de telegrafia sem fio empregando eletricidade, tipo de energia com a enorme vantagem de poder ser enviada a grande distância por meio de fios. Em 1839, na Inglaterra, Charles Wheatstone e William Cooke montaram a primeira linha comercial de telegrafia, para estrada de ferro da empresa *Great Western*. Nos primeiros anos, os clientes da telegrafia foram as estradas de ferro.

Nos Estados Unidos, Samuel Morse obteve uma patente de seu aparelho de telégrafo sem fio em 1837. Neste país foi ele quem desenvolveu a telegrafia comercial, sendo a primeira grande demonstração em 1844, por meio de uma linha entre Washington, capital federal, e Baltimore. No ano seguinte, essa linha foi aberta ao público em geral. Para realizar comunicações telegráficas entre Inglaterra e continente europeu, em 1850 foi instalado o primeiro cabo submarino, ligando a inglesa Dover a Calais na França, uma distância de quase 40 km. Um empreendimento muito difícil e mais caro que envolveu os governos da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, além de empresas privadas, foi o cabo cruzando o Atlântico, inaugurado em 1866.

Em 1896, o italiano Guglielmo Marconi, inventor com grande tino empresarial, conseguiu sua primeira patente de telegrafia sem fio, dispositivo pelo qual sinais informativos eram enviados por ondas de rádio (radiotelegrafia). Marconi buscou e conseguiu clientes na Inglaterra, em parte porque o principal emprego que tinha em mente para seu aparato era a comunicação entre navios e terra. Em 1899 ele demonstrou envio e recepção de telegrafia através do Canal da Mancha. De fato, o emprego mais impressionante, e por isso mais evidente, da telegrafia sem fio na época foi o de salvar pessoas em naufrágio (o que aconteceu, por exemplo, quando afundou o famoso *Titanic* em 1912).

Em 1856, o químico inglês William Perkin inventou o primeiro corante artificial, a malvaína ou anilina púrpura. Mas foi, sobretudo, a pesquisa e a indústria química alemã que atingiram sucessivos marcos de invenção e fabricação de tintas sintéticas. O mesmo Perkin abriu a oportunidade para o surgimento de um novo ramo industrial, ao inventar o primeiro perfume sintético em 1875. O avanço da química e da farmácia ao longo do século também se manifestou em grande número de drogas que foram descobertas ou preparadas pela primeira vez. Algumas delas foram: a morfina, em 1804; o iodo, em 1811; o clorofórmio, em 1831; o ácido salicílico, em 1839 e a sacarina, em 1878.

Em 1792, o inglês William Murdoch teve a ideia de encanar gás de carvão em sua casa e dessa forma iluminar os cômodos. Depois, Frederick Winsor iluminou o *Lyceum Theatre* de Londres em 1804 e fundou a primeira empresa distribuidora de gás em 1812, a *National Heat and Light*. Em 1814 se começou a iluminar ruas de Londres. A nova técnica foi se espalhando. Nos Estados Unidos, o gás começou a ser usado para iluminar ruas em 1821, em Baltimore; a iluminação pública a gás instalou-se em Boston em 1822. Nas residências, contudo, muitos não tinham condições de encanar gás; assim, o emprego de velas, como se fizera no século 18, foi substituído pelo uso de lamparinas de óleo de baleia. Em 1859, na Pennsylvania, estado norte-americano, Edwin Drake abriu o primeiro poço de petróleo. Isto levou à utilização da lamparina de querosene, com luz mais brilhante do que a lamparina de óleo de baleia.

Algumas praças ou monumentos públicos eram iluminados com arcos voltaicos, enquanto diversos pesquisadores faziam experimentos com geração elétrica de luz por meio de filamento incandescente (nas quais uma corrente elétrica passa por um pedaço de fio que se aquece até gerar luz). O problema era que os filamentos existentes se queimavam em pouco tempo. Em 1879 o norte-americano Thomas Edison teve sucesso com um filamento melhor, de carbono. Depois de experimentar diversos materiais, conseguiu produzir uma lâmpada elétrica de razoável duração. Em 1881, a produção de lâmpadas elétricas incandescentes deu origem a mais um ramo industrial, o da iluminação elétrica, junto com a fabricação de fios, bobinas elétricas e dínamos (geradores mecânicos de eletricidade). Em

1882, Edison instalou em Nova Iorque a primeira estação geradora de eletricidade destinada a iluminar toda uma comunidade de residências.

3.3 Vida cotidiana

No que concerne à vida cotidiana, em 1810 François Appert inventou o alimento enlatado. Inicialmente, seu grande uso não foi doméstico, mas sim, como forma de alimentar exércitos em campanha. Em 1827, na Inglaterra, John Walker inventou os fósforos, palitos que pegavam fogo por meio de fricção de substâncias químicas. Como resultado, caiu em desuso a fricção de metal em pedra para gerar faísca. As primeiras fotografias foram conseguidas pelo químico francês Joseph Nicéphore Niepce, em 1839. Seu processo foi tornado prático por seu sócio Louis Jacques Daguerre. No mesmo ano, o inglês Henry Fox Talbot começou a fazer cópias fotográficas a partir de negativos, processo que acabou substituindo o de Daguerre. Em 1860, o engenheiro francês Ferdinand Carré inventou a manufatura de gelo pelo esfriamento com amônia (já existia um método pelo esfriamento com ar). Em 1861, nos Estados Unidos, Elisha Gravis Otis inventou o elevador de passageiros, ao mesmo tempo criando uma marca comercial que se firmaria durante mais de um século.

Em 1843, Charles Turber patenteou um máquina de escrever nos Estados Unidos. Em 1873, no estado de Nova Iorque, a empresa *E. Remington and Sons* começou a fabricar sua máquina de escrever, lançando outra marca comercial que subsistiria além de um século. Em 1876, também nesse país, Alexander Graham Bell inventou o primeiro telefone prático. Em 1880 os Estados Unidos tinham 50.000 telefones e, em 1900, 1.350.000. O prolífero Thomas Edison patenteou em 1878 o fonógrafo, aparelho capaz de reproduzir sons gravados em objeto giratório na forma de um rolo (antecessor do disco musical). Em 1893, ele inventou a máquina de projeção cinematográfica. Mas o negócio do cinema foi montado em Paris, em 1895, pelos irmãos Auguste Lumiére e Louis Lumiére.

3.4 Medicina

Nas aplicações das ciências da saúde, a longa luta da humanidade para subjugar a dor teve grande sucesso com uma revolução na cirurgia. Ela começou na odontologia, em 1844: na cidade de Hartford, nos Estados Unidos, o dentista Horace Wells realizou uma anestesia dentária, empregando óxido nitroso. Seu impacto na medicina ocorreu em 1846, em Boston, quando William Thomas Green Morton fez uma operação cirúrgica com anestesia geral empregando éter. A partir daí, muitos pesquisadores em odontologia e medicina fizeram várias experiências em busca de anestésicos melhores. Benjamin Ward Richardson realizou a primeira anestesia local em 1866, usando *spray* de éter.

Em 1867, a cirurgia passou por uma segunda revolução no mesmo século, a dos métodos anti-sépticos. Nesse ano, o cirurgião inglês Joseph Lister realizou

uma cirurgia durante a qual feridas, áreas cortadas e instrumentos eram lavados com solução de ácido carbólico (conhecido hoje como fenol), um desinfetante. Seu objetivo era prevenir supuração e putrefação em locais operados. Naturalmente, antes disso muitos pacientes (cerca de metade) morriam de infecção pós-operatória.

A partir de 1854, o químico francês Louis Pasteur estudou os fenômenos da fermentação e da putrefação. Ao descobrir as atividades dos micróbios, bem como seu papel nas infecções e o fenômeno da imunização, ele desenvolveu novos campos da medicina moderna, tanto científicos, como a bacteriologia e a imunologia, como novas técnicas. Conforme a mais simples delas, a fervura é forma adequada de prevenir a fermentação e o azedume em bebidas e alimentos.

Pasteur e seus seguidores, como o alemão Robert Koch, aperfeiçoaram e multiplicaram as técnicas de culturas puras de micróbios, bem como da inoculação para proteger contra várias doenças terríveis. Em 1880 identificaram-se os bacilos da febre tifóide e da pneumonia; em 1882, os bacilos da tuberculose e da hidrofobia; e em 1884 foi a vez dos bacilos do cólera e da difteria. Fora essas, até o final do século 19, tinham-se bacilos identificados ou proteção contra antraz, cólera de galinhas, tétano, tifo, meningite, praga.

3.5 Saúde pública

Foi na área militar que o impacto coletivo das ações de saúde começou a ter sua importância reconhecida. Nos anos 70 do século 18 criaram-se carreiras de médicos no serviço militar, uma iniciativa da França. Nesse meio termo, deram-se eventos que desembocariam na primeira revolução da saúde pública, tendo por protagonista o médico inglês Edward Jenner. Avaliando uma hipótese sobre forma de prevenir ataque de varíola, ele fez experimentos com inoculação por alguns anos até 1798, tendo publicado um livro sobre o assunto em 1796. A varíola é uma das muitas doenças transmissíveis que atingiam a humanidade desde seus primórdios, matando grande parcela das pessoas adoentadas; quem escapava da varíola ficava desfigurado com múltiplas cicatrizes, e às vezes cego ou surdo. O trabalho de Jenner impulsionou o reconhecimento da eficácia da vacinação contra a varíola pela sociedade européia instruída, levando-a a ser praticada nos centros urbanos da Inglaterra, no continente europeu e no império espanhol. Por influência da obra de Jenner, logo se fez, em Viena, a primeira vacinação em massa que a humanidade conheceu. Em 1807, na Alemanha, no estado da Bavaria, tornou-se obrigatória a vacinação contra varíola.

Em Viena, capital do império austro-húngaro, o húngaro Ignaz Semmelweis descobriu em 1847 a causa da febre puerperal, doença que matava muitas mulheres após o parto. Graças ao empenho do "salvador das mães", que lhe custou enorme sacrifício pessoal, os médicos que dissecavam e manipulavam cadáveres passaram a lavar as mãos antes de introduzi-las no útero de mulheres em parto.

Em Londres, em 1854, John Snow mostrou como um chafariz da cidade (principal forma de abastecer de água a maioria da população) espalhava cólera entre os habitantes.

Durante possivelmente toda a história da civilização humana até o meio do século 19, os moradores das cidades pagavam um preço alto pelas vantagens da vida urbana: alta mortalidade. De fato, as mortes superavam os nascimentos nas cidades, de modo que estas só podiam se manter ou crescer com imigração. A causa era a concentração de pessoas em contato contínuo e a imundície. As ruas estreitas e apertadas impediam a entrada de luz e ar fresco e continham córregos de urina e fezes. Essa situação mudou ao longo do século 19. A expectativa de vida na Inglaterra começou a subir para a população em geral, enquanto que para os ricos já vinha subindo numa antecedência que variava entre 50 e 100 anos. Algumas das causas são anteriores ao século 19, como o aumento da produtividade da agricultura, que trouxe maior abundância de alimentos e melhor qualidade destes; e a importação de alimentos permitida pela expansão comercial, sobretudo alimentos ricos em vitaminas e sais minerais vindos das Américas.

Outra causa é que, antes do meio do século 19, expandiu-se um movimento de saúde pública preocupado com o abastecimento de água potável, o isolamento dos esgotos, o acesso à luz e ao ar fresco. O hábito do asseio pessoal, particularmente de tomar banho (mais frequentemente do que uma ou duas vezes por ano), começou a se espalhar, inicialmente entre os ricos. Na Inglaterra, a era de medidas públicas de caráter sanitário foi particularmente impulsionada pelo susto advindo da epidemia de cólera em 1832. A partir de 1839, comissões estudaram o problema sanitário das cidades, emitiram relatórios e fizeram recomendações ao parlamento e ao público em geral. Fizeram-se campanhas por condições mais saudáveis de trabalho nas fábricas e por restrições ao emprego fabril até então indiscriminado de crianças, jovens e mulheres. Os resultados iniciais foram parcos, mas o movimento continuou.

Em 1848 promulgou-se a primeira lei sanitária nacional, que criou uma diretoria nacional de saúde e diretorias locais, com a nomeação de inspetores de saúde e de médicos. Criaram-se também enfermarias e dispensários, embora em pequeno número; promoveram-se mudanças no fornecimento de água e no serviço de esgotos. As medidas sanitárias foram se ampliando nas sucessivas leis nacionais de 1866 e 1875. Ademais, depois de alguns anos, medidas semelhantes começaram a ser tomadas em outros países, com resultados. Durante a epidemia de cólera de 1892, a diretoria de saúde de Nova Iorque conseguiu impedir a entrada da doença na cidade, apesar de seu porto ser muito movimentado, e sobretudo de que a este tinham chegado seis navios infectados.

Cabe notar que a inovação na indústria teve seu papel nas melhorias sanitárias. O barateamento do custo e o aumento da produção de artigos tornou possível o emprego de encanamentos de ferro no abastecimento de água e na canalização de esgotos, quando antes se usavam ineficientes canos de madeira e córregos. Quando os ricos contraíram hábitos de asseio, instalavam um cano no porão de suas casas, com o qual era possível encher baldes e levar aos outros cômodos. Os pobres iam a um canto da rua onde a água encanada saía em um chafariz. Em qualquer caso, tinha-se água durante algo como uma hora por dia. No entanto, posteriormente, o emprego do motor a vapor para impulsionar bombas permitiu jogar nos encanamentos água a grande pressão e ampliar as horas em que havia líquido disponível.

Ao mesmo tempo, o crescimento da indústria têxtil permitiu às pessoas usar roupas de algodão em vez de lã. Comumente, evitava-se lavar roupas de lã, por que elas encolhiam; o uso do algodão tornou economicamente viável às pessoas lavar as vestes com frequência. Ao se adotar o costume de trocar regularmente as vestes e a roupa de cama, diminuiu-se a disseminação de piolhos e demais parasitas do corpo humano. No final do século 19, a técnica de pasteurização tornou mais saudável o leite, um alimento que costumava ser cheio de germes.

3.6 Cultura

Foi um século de mudanças culturais sob vários ângulos: unificaram-se horários das cidades, em vez de cada uma estabelecer arbitrariamente o seu; padronizaram-se pesos e medidas, que também costumavam variar de uma cidade a outra, ainda que tendo a mesma denominação; espalharam-se as universidades.

A França criou um tipo especial de estabelecimento de ensino superior em 1747, ao fundar a primeira faculdade de engenharia do mundo, a *École Nationale de Ponts et Chaussées*, formando originariamente engenheiros civis de "pontes e estradas", como diz seu nome. Em 1780, nasceu a *École Nationale Supérieure d'Arts et Métiers*, para formar engenheiros mecânicos e engenheiros industriais. A *École Nationale Supérieure de Mines* de Paris foi fundada em 1783 para formar engenheiros de minas. A *École Polytechnique*, faculdade de engenharia, foi fundada em Paris em 1794. Em 1795, criou-se na França o *Institut de France*, reunindo a Academia de Ciências de Paris e academias de outras áreas do conhecimento. Em 1829, fundou-se a *École Centrale des Arts et Manufactures*, formando engenheiros de vários tipos. Esses estabelecimentos deram à França (e a outros países, inclusive o Brasil) muitos grandes cientistas e inventores pioneiros de motores, do automóvel e da aviação, bem como engenheiros excepcionalmente criativos (tais como o engenheiro de estruturas Gustave Eiffel, projetista da ousada Torre Eiffel de 1889).

Nos Estados Unidos, formaram-se várias universidades a partir do final do século 18; foram tantas até 1893, que davam mais de uma universidade por ano. Citando somente algumas, *Georgetown University* é de 1789; *University of Michigan* é de 1817; *University of Alabama* é de 1831; *Boston University* é de 1839; *Massachusetts Institute of Technology* é de 1861, *Boston College* é de 1863. Cabe notar a fundação da *Howard University* em 1867 (não confundir com a mais conhecida *Harvard*), pelo especial papel social que desempenhou. Desde seus primórdios essa instituição esforçou-se para ter alunos negros e funcionários negros, e em 1900 tornou-se um centro de excelência no país.

A Biblioteca do Congresso norte-americano (*Library of Congress*) foi criada em 1800. Das revistas acadêmicas, o *Journal of the Royal Statistical Society* foi lançado em 1837 na Inglaterra. E em 1847 começou a ser publicado na França o *Journal des Économistes*. Quanto à literatura, a novela *Frankenstein*, da britânica Mary Shelley, foi publicada em 1818; *Ivanhoe*, do escocês Walter Scott, veio à luz em 1819; na França, *Les Misérables* (Os Miseráveis), de Victor Hugo, é de 1862 e *Cinq Semaines en Ballon* (Cinco Semanas em um Balão) de Jules Verne é de 1863. O norte-americano Lew Wallace publicou *Ben-Hur* em 1880. Estas são apenas algumas criações literárias do século 19 cujos temas viraram obsessões de peças de teatro e de filmes nos séculos 20 e 21.

É desnecessário lembrar que também fizeram parte da experiência da época depressões e desemprego, miséria, guerras, opressões e ditaduras, entre outros males sociais. Não os abordamos aqui porque eles representam o que consideramos como retrocessos, não como desenvolvimento. Mas certamente os pesquisadores do desenvolvimento precisam examinar esses males também e projetar instituições que possam afastá-los ou diminuir sua chance de ocorrer.

Em suma, as transformações tecnológicas e econômicas na Europa dos séculos 18 e 19 ocorreram associadas a grandes transformações sociais, institucionais, culturais e políticas. O mesmo se pode dizer do século 20. Em virtude do impacto dessa experiência impressionante, os profissionais da disciplina do desenvolvimento estão acostumados a pensar que desenvolvimento econômico não se limita a uma parte da sociedade, seu sistema econômico, mas abrange aspectos da sociedade como um todo.

4. O PAPEL DOS JUÍZOS DE VALOR NAS AGENDAS PARA O DESENVOLVIMENTO

Faz-se julgamento de valor quando se atribui valor a alguma coisa; por exemplo, quando se diz que tal coisa é boa (ou ruim), desejável (ou indesejável), aceitável (ou inaceitável), é saborosa (ou tem gosto ruim), é bela (ou feia), é moral (ou imoral). Desnecessário enfatizar que tais juízos podem ser também comparativos (afirmando, por exemplo, que uma opção é melhor ou pior que outra).

A valoração, ou seja, a atribuição de valor envolve sempre, explicitamente ou de forma subentendida, quatro elementos: (i) quem faz o julgamento, isto é, quem atribui algum valor; (ii) a entidade a que se atribui valor ('entidade' aqui tem um sentido muito amplo, pois pode ser, por exemplo, um aspecto de uma situação ou uma ação humana); (iii) o valor a que nos referimos (e há muitos tipos de valores. Aqui ignoraremos os valores estéticos - que dizem respeito à beleza de coisas, pessoas, paisagens etc. - e os gastronômicos, que se referem a comidas ou bebidas); e (iv) a pessoa ou grupo de pessoas (inclusive camadas sociais, gerações humanas, sociedades inteiras, a humanidade) para quem dizemos que algo tem valor - isto é, quem desfrutaria daquilo que reputamos como bom ou desejável.

Sentenças prescritivas ou normativas dizem o que alguém deve ou deveria fazer (ou não fazer). Como acontece com quaisquer outras afirmações, frequentemente nos deparamos com a necessidade de justificar tais sentenças. Do ponto de vista lógico, há sempre julgamentos de valor que fazem parte das premissas dos argumentos que justificam as sentenças prescritivas. Em geral, outra parte das premissas compõe-se de afirmações factuais. Por exemplo, 'Meu filho deve aprender francês', não somente porque 'o conhecimento dessa língua lhe permite entender os livros nela escritos' (uma premissa factual), mas também porque 'muitos livros publicados nessa língua são excelentes' (um juízo de valor).

Conselhos, recomendações e propostas de ação têm aproximadamente a mesma natureza de prescrições e normas. Do ponto de vista lógico, estão sempre baseados em juízos de valor, além de premissas factuais. Comumente, cumprem papel crucial os julgamentos de valor moral, bem como os julgamentos de valor que fazem parte de alguma doutrina de filosofia social ou de filosofia política.

Por conseguinte, recomendações e propostas de políticas públicas, em particular de políticas econômicas, também se baseiam em juízos de valor - e não apenas em premissas técnicas ou ensinamentos próprios de economia, de sociologia ou de outra disciplina social. Isso significa que há dois grandes tipos de discordâncias ou concordâncias com relação a propostas de políticas públicas: quanto a premissas factuais, por um lado, e quanto a premissas valorativas, por outro. Portanto, para entendermos as resistências e oposições a tais propostas, precisamos conhecer os tipos de premissas em que se baseiam. Políticas econômicas em geral não podem ser justificadas somente com base em proposições de economia positiva, isto é, proposições a respeito de como a economia funciona ou de como os agentes econômicos se comportam.

Do ponto de vista do tema deste artigo, o ponto importante é que diferentes correntes de pensamento, que comumente incorporam diferentes premissas valorativas, podem ter (e tendem a ter) diferentes concepções sobre o que seria ou não desenvolvimento para um país. Por conseguinte, a obtenção de apoio para uma

deliberada trajetória de desenvolvimento do país (nesse sentido ainda modesto, chamemo-la de uma política de desenvolvimento) depende de debates doutrinais e políticos, bem como de negociações e acertos sobre ao que dar ênfase e ao que renunciar.

Assim, por um lado, uma política de desenvolvimento é muito mais controversa que qualquer outra política pública, precisamente por sua abrangência imensa, que a leva a invadir os campos de quase todas as políticas públicas. Isso torna mais difícil a tarefa de todos os que se envolvem com a questão. Todavia, por outro lado, as dificuldades são menores do que poderiam ser, porque, em muitos de nossos países subdesenvolvidos, amplas parcelas das populações já aderiram a certos valores gerais favoráveis ao desenvolvimento.

Para se ter uma ideia da extensão dos valores comumente aceitos, embora sem procurar listá-los, consideremos alguns tipos possíveis de sociedades algo diferentes das que ordinariamente temos em vista:

i. uma adota valores ascéticos - seus membros pensam que a forma de vida correta deve ser simples e humilde, dedicada somente ao trabalho e à vida familiar, comendo-se apenas o necessário para sobreviver no dia-a-dia, desprezando-se o conforto moderno como degenerador e evitando-se formas modernas de produção (digamos, a refeição da manhã deve conter inhame cozido em vez de pão comercial);

ii. em outra, fortemente teocrática, as pessoas acreditam que toda a sociedade deve viver e trabalhar o máximo que se puder para servir a Deus. Portanto, fora o mínimo aceitável para sobrevivência pessoal do dia a dia, quaisquer esforços e recursos disponíveis devem ser dirigidos para a oração, a realização de cerimônias religiosas e à construção de templos e monumentos místicos.

iii. outra, de cultura extremamente apegada à natureza, repudia as máquinas, os produtos químicos e toda tecnologia posterior à idade média - ou talvez, no caso de uma sociedade tribal, repudia toda tecnologia posterior às que encontraríamos em tribos dos tupis-guaranis de 1500.

iv. uma quarta não se importaria absolutamente com qualquer forma de destruição da natureza, nem ofereceria qualquer resistência à adoção de máquinas e produtos industriais. No entanto, seus valores centrais são opostos aos da primeira, são fortemente hedonistas; seus membros buscam desfrutar de toda sorte de prazer e fazê-lo o mais cedo possível (seu lema é 'comamos e bebamos, porque amanhã poderemos estar mortos').

Visivelmente, os valores dessas diferentes sociedades não permitem que elas se desenvolvam. No primeiro caso, porque as pessoas não querem ter mais con-

forto, não procuram adotar formas de alimentação e de medicina que lhes prolonguem a vida, não desejam desfrutar de filmes, músicas gravadas, apresentações de orquestras e de centenas de formas de lazer da vida moderna; não querem possuir mais do que algumas roupas rudes e os mais básicos utensílios de um lar (satisfazem-se com usar panelas de barro; rejeitam geladeiras, fogões, máquinas de lavar, televisores, filtros d'água, chuveiros elétricos, ar condicionado, telefones). Nesse primeiro tipo de sociedade, não haveria demanda para os bens e serviços de um aparelho produtivo avançado, porque não lhe interessam os benefícios que tais bens proporcionam.

Em vários casos de sociedades reais, certos autores têm percebido - ou ao menos julgam ter percebido - certo grau de austeridade, pouca ambição por conforto e certo desinteresse pela aparência, traduzindo-se como um empecilho ao crescimento econômico. Quer concordemos ou não com o economista e sociólogo pernambucano Limeira Tejo, ilustremos com um caso em seu livro de 1950, Retrato Sincero do Brasil. Ele dá a seguinte explicação para certa ausência de prosperidade no Rio Grande do Sul até o século 19:

> *"...[Para] o estancieiro sulino ... Não tinha importância que sua casa fosse uma verdadeira tapera, seus móveis toscos, seu garfo um espeto de churrasco, sua porcelana uma cuia de chimarrão, se suas filhas não casavam de vestidos de renda e seus filhos não eram bacharéis ..." (p. 147)*

No segundo tipo de sociedade, a teocrática, o desenvolvimento seria dificultado por razões semelhantes. Haveria talvez algum espaço para invenções que permitissem construções de templos mais grandiosos, multiplicação de templos por todas as aldeias e vilas do país, bem como elaboração de cerimônias mais complexas. Talvez a necessidade de transportar materiais de uma vila para outra levasse à construção de estradas e de veículos de carga. Contudo, haveria enorme limitação ao crescimento da demanda agregada, pois se excluiria todo crescimento possível a partir da melhoria do bem-estar dos habitantes do país. Afinal, só templos gerariam demanda, mas sempre haveria muito menos templos que habitantes.

No terceiro tipo, o de sociedade naturista, as pessoas rejeitariam as invenções humanas que lhes proporcionariam os bens e serviços disponíveis em uma sociedade moderna avançada, os equipamentos que lhes aumentariam a produtividade e lhes dariam acesso a lazer. Nesse caso, não permitiriam a montagem de um aparelho produtivo avançado, ainda que nada tivessem em princípio contra os benefícios que seus produtos proporcionam.

No quarto tipo, a sociedade hedonista, as pessoas não só estariam dispostas a desfrutar dos bens de sociedade avançada, como não se oporiam em princípio à existência das máquinas e equipamentos. Contudo, sua impaciência em gozar

a vida, sua forte rejeição à incerteza do dia de amanhã, sua indisposição a fazer sacrifícios, não lhes permitiriam poupar e investir. As crianças brincariam todo o dia, em vez de ir à escola; os trabalhadores que ganhassem bem largariam o emprego para gastar logo o que acumularam; não existiriam edificações e máquinas porque produzi-las exigiria meses de esforços sem gratificação imediata.

É possível que os habitantes de qualquer dessas quatro sociedades fossem felizes; afinal, felicidade depende muito dos valores introjetados pelos indivíduos e, em particular, depende de uma comparação entre aspirações e realizações. Os habitantes das sociedades pintadas acima teriam um nível de aspirações pessoais e familiares muito baixo, de modo que um nível também baixo de realizações talvez não os deixasse infelizes. Todavia, não dizemos que essas sociedades seriam desenvolvidas.

Note-se, ademais, que as grandes diferenças de valores geram contrastes paradoxais: é possível que massas das populações pobres de países em desenvolvimento sejam menos felizes que os membros de tribos indígenas isoladas; contudo, essas massas não gostariam de viver como o fazem os índios porque, impregnadas de valores distintos, anseiam por melhoria em seu padrão de vida material, anseiam por bens e serviços que não existem na vida tribal. A lição é que desenvolvimento é algo bom somente para sociedades que cultivam um certo conjunto de valores que herdamos da experiência de nossos ancestrais de origem européia (que, por sua vez, já haviam assimilado muito das civilizações clássicas, das culturas indiana, árabe e muçulmana).

Os críticos das sociedades européias desde o século 19, isto é, da chamada civilização ocidental, raramente deixaram de esposar muitos dos valores centrais dessa sociedade. Podemos exemplificar com os mais brilhantes e mais radicais desses críticos, Karl Marx e Friederich Engels. Na visão desses pensadores, as sociedades européias de seu tempo, que eles classificavam como sociedades burguesas, seriam substituídas por sociedades proletárias, que viriam a ter padrão de vida igualitário. No entanto, isto não significava que a forma de vida dos membros das sociedades futuras seria dura e modesta, semelhante à dos proletários das reais sociedades de seu tempo. Marx e Engels esperavam que, nas sociedades do futuro, a ciência e a tecnologia moderna fossem mais disseminadas, mais avançadas e mais amplamente empregadas, de modo que as massas desfrutariam de padrão material e cultural superior ao de sua época.

Seja como for, mesmo crescimento econômico não é só uma questão de incentivos econômicos. Há limites culturais ao interesse por melhorar o bem-estar material do indivíduo ou mesmo da comunidade a que pertence, sem falar de que há limites culturais quanto às formas de fazê-lo e quanto ao conhecimento de que se dispõe para tanto. Certas formas de conferir status social e certas atitudes de

aceitação social podem ser deletérias à atividade econômica. Esta requer um tipo particular de motivação, tal como um certo grau de ambição e de confiança no futuro, de crença em que os esforços em melhoria material poderão ter sucesso.

O papel dos limites culturais pode ser ilustrado com outra referência a Limeira Tejo, de novo sem compromisso de que ele tenha acertado em sua análise. Segundo ele, a concorrência da beterraba reduziu a demanda internacional pelo açúcar de cana, contraindo a indústria açucareira no nordeste desde o meio do século 19. Entretanto, sentimentos de orgulho levaram os donos de canavial a evitar demonstração pública do reconhecimento da perda de riqueza que os atingia; "escrúpulos sociais" inibiram-lhes a iniciativa de começar novas atividades, sobretudo a "humilhação" de atividades comerciais como alugar as casas urbanas que possuíam, vender alimentos e doces nas feiras (para eles, "só a cultura da cana era nobre").

5. UM FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL

Desenvolvimento é um fenômeno multifacetado ou multidimensional, não consiste somente em crescimento econômico, e industrialização ou expansão industrial é apenas parte. Abrange amplas facetas da sociedade, que são inter-relacionadas em vez de desligadas umas das outras. Apenas para dar uma visão panorâmica, sem pretensão de mencionar todos os itens que as compõem, as seguintes facetas podem ser notadas:

> Faceta Física: ocupação e uso do espaço, isto é, da terra, do ar, de rios e de lagos, inclusive de seus componentes como a flora, a fauna e os minerais. Isto usualmente requer invenção ou adoção de maneiras novas e melhores de usar recursos naturais. As sociedades variam enormemente em sua capacidade de alterar a natureza. Ainda que utilizando somente a força de trabalhadores e de animais, sociedades da civilização clássica ergueram grandes cidades, obeliscos e pirâmides. No entanto, a capacidade humana de construir, remover e remodelar aumentou várias vezes desde que se inventaram grandes máquinas movidas a vapor e a outras formas de energia.

Nas cidades, o maior desenvolvimento se reflete nos rios artificiais, em geral subterrâneos, que as abastecem de água ou que retiram as águas de chuvas ou os esgotos; nas redes de transportes de pessoas e de cargas, inclusive trens subterrâneos; nas redes que distribuem gás, energia elétrica, telefone, televisão a cabo e acesso a pulsos digitais; e ainda na alteração humana do invisível campo eletromagnético - no preenchimento artificial de diversas camadas de ondas eletromagnéticas como forma de transmitir informações.

> Faceta Vital: desenvolvimento envolve boa nutrição, saúde pública, conforto e qualidade de vida nos tipos de vestimenta, de calçados, de habitações, de tudo que proporciona limpeza do corpo, abrigo da chuva, do sol e da neve, proteção contra

os germes. A atenção a isto requer costumes, instituições e programas voltados para a infância, por uma lado, e para a velhice, por outro.

Cabe notar também a ocorrência de mudança populacional resultante de quedas das taxas de natalidade e de mortalidade, bem como a associada diminuição do tamanho médio das famílias.

Faceta Cultural: as atitudes apropriadas à convivência em atividades coletivas, particularmente na vida urbana. Em uma sociedade desenvolvida, os cidadãos protegem os bens coletivos; ou seja, não jogam lixo no chão das calçadas, das praias ou dos parques públicos, nem nas encostas de morros, nem nos rios; limpam os dejetos dos cachorros quando os levam a passear; não fazem barulho tão alto que tire o sossego de residências ou áreas de trabalho; não fumam em ambientes fechados ou onde se juntam outras pessoas; obedecem aos sinais de trânsito e respeitam os pedestres. Nas discussões, toleram-se opiniões divergentes como direitos óbvios dos participantes.

Sociedades tradicionais deram ou dão considerável peso a superstições; por exemplo, os saxões na idade média acreditavam que se evitava dor de estômago calçando o sapato esquerdo primeiro. A cultura moderna tem um lugar de importância para o conhecimento científico e tecnológico, de modo que muitas instituições, costumes e profissões se baseiam nesse conhecimento. Mesmo os cidadãos de parca instrução precisam respeitar boa parte das informações de origem científica ou técnica, quer consigam compreendê-las, assimilá-las ou não.

Assim, por exemplo, as pessoas evitarão tocar em fio elétrico descoberto; evitarão acender fósforo junto a uma bomba de gasolina; um tribunal poderá condenar ou inocentar um acusado de estupro com base em exames de DNA; uma mãe será penalizada se não alimentou sua criança, apesar de protestar que fez orações apropriadas e mais fortes do que meros alimentos. Medidas antitabagistas não seriam postas em leis, nem seriam aceitáveis para a população, se não houvesse considerável aceitação da ciência.

Esses exemplos também nos chamam a atenção para o fato de que as religiões que subsistem e prosperam nos países desenvolvidos apresentam considerável grau de atitude pró-científica. Evoluindo junto com a cultura erudita desses países, elas harmonizaram consideravelmente suas crenças com as condições sociais modernas. Alguns séculos atrás, pessoas profundamente religiosas maltrataram seu corpo a título de penitência e foram consideradas santas. Hoje, levando a sério o conhecimento de anatomia e de fisiologia que se tem, um líder religioso diria a uma pessoa que tentasse algo semelhante que isso seria cometer pecado, pois o corpo é dádiva de Deus que cabe zelar e empregar para fazer o bem.

Para uma sociedade se desenvolver, a aquisição e o aprofundamento do conhecimento científico não podem se limitar ao reduzido segmento social dos pro-

fissionais da ciência e aos professores. Há necessidade da divulgação e da vulgarização da ciência junto à população em geral, pelo menos para disseminar nela um mínimo de atitude pró-científica, para provocar a decadência da irracionalidade, da superstição e da charlatanice.

Outro item cultural do desenvolvimento é a ampliação e o aperfeiçoamento das comunicações e do intercâmbio com o resto do mundo. Obviamente que isso é necessário para a disseminação do conhecimento científico e tecnológico, da cultura erudita em geral (filosofia, história, etc.), das artes e do noticiário.

> Faceta Econômica: Surge e cresce um setor industrial; a agricultura e a pecuária se modernizam, adotando técnicas modernas de cultivo, insumos industriais, máquinas e equipamentos. Ao mesmo tempo em que a produtividade do setor primário cresce rapidamente, a parcela da mão de obra desse setor diminui. A sociedade se urbaniza e o setor de serviços estende enormemente a variedade de atividades, surgindo ramos que envolvem trabalho de alta qualificação técnica e nível educacional.

Um grande impulsionador do crescimento econômico é o crescimento do comércio interno e externo. Para facilitar os fluxos de bens e serviços e de informações, há necessidade de enormes investimentos em vias de transportes e comunicações, particularmente abrindo conexões entre espaços que ainda interagem pouco. Desenvolvimento usualmente envolve a 'conquista' econômica do interior, um ângulo importante do que se chama de crescimento do mercado interno. Aqueles investimentos criam condições básicas para o desenvolvimento local de micro-regiões e pequenas cidades; são instrumento essencial para a desconcentração espacial e social da riqueza e da renda.

Outro item é a incorporação aos mercados de proporção cada vez maior das camadas mais pobres da população. Isto requer gradativa integração dos pobres ao setor produtivo mais moderno, onde estão os empregos formais, bem como a mercados de consumo de bens e serviços de melhor qualidade.

> Faceta ambiental: em uma primeira fase do desenvolvimento, surge a necessidade social de abastecimento de água potável, canalização dos dejetos, galerias pluviais, coleta organizada do lixo, limpeza e despoluição dos lagos e rios, arborização e cultivos de jardins nas cidades. Seguem-se o controle e a canalização dos dejetos industriais, para viabilizar a limpeza dos corpos de água em área urbana, inclusive das praias e baías. Depois vem a preocupação com fenômenos de abrangência continental ou mundial, como o desflorestamento, a chuva ácida, a ameaça à sobrevivência de espécies e à biodiversidade, e as mudanças climáticas.
>
> Faceta social: necessidade de fazer cumprir as leis que estabelecem direitos iguais a membros de todas as classes sociais; combate aos preconceitos de gênero, orienta-

ção sexual, aparência corporal, classe social, etnia, raça, origem nacional, religião e convicções filosóficas. Ampliar as oportunidades de emprego das camadas mais pobres, proporcionar-lhes acesso a qualificação profissional e, com isto, aumentar-lhes a renda real.

Faceta institucional: o desenvolvimento requer a instalação e o fortalecimento de diversas instituições; por exemplo, academias e institutos de nível superior, de ciências, de pesquisas. O Brasil, na mais otimista das interpretações, instalou sua primeira universidade em 1920, a Universidade do Rio de Janeiro (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro), enquanto que os Estados Unidos passaram a ter universidades desde o início do século 19. Sob esse aspecto, aliás, o Brasil atrasou-se também em relação a outros países latino-americanos; pois a Universidade de Buenos Aires é de 1821, a Universidade de Santiago do Chile foi fundada em 1743 e a Universidade de Lima é de 1553.

Por sua vez, o desenvolvimento científico requer intercomunicação entre os cientistas do país (auto-integração da comunidade local), bem como intercâmbio com os colegas do exterior; é daí que surgem as revistas científicas em língua nacional e estrangeira, as associações científicas, os seminários e encontros periódicos, os órgãos de financiamento e de apoio à pesquisa, as bibliotecas especializadas e as bases de periódicos em Internet.

O desenvolvimento tecnológico envolve instituições com funções semelhantes, tais como as faculdades de engenharia, os laboratórios, os programas que integram empresa e universidade, as patentes, os cursos de formação de operários e técnicos de nível médio.

Faceta política: o desenvolvimento requer instituições que administrem as divergências acerca de competências para governar, que canalizem o acesso ao poder político e organizem a rotação do poder entre as correntes organizadas, ora por adesão a diferentes filosofias sócio-políticas, ora por interesses regionais, ocupacionais ou de camadas sociais. Entre elas estão: regime político baseado em constituição, escolha de governantes e de legisladores por meio de eleições livres e abertas a todos os cidadãos adultos, liberdade de manifestação do pensamento.

Cabe mencionar a importância da incorporação das camadas mais pobres ao processo político e a conscientização da sua capacidade de afetar decisões.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se vê, sendo o desenvolvimento um fenômeno de escopo interdisciplinar, não pode ser compreendido somente pelos economistas, pelo menos não somente por aqueles que conhecem apenas as ferramentas próprias da profissão; requer o concurso de sociólogos, psicólogos sociais, antropólogos, administrado-

res, historiadores, cientistas políticos, bem como especialistas em medicina social, saúde pública, tecnologia, direito, além de outros.

Por causa da interação entre muitos fatores causais do desenvolvimento, deve-se atuar sobre todos eles; isto requer dividir tarefas e combinar ações entre setor privado, setor público e associações ou organizações sem finalidades comerciais. Na prática, as atuações terão ênfases variáveis em diferentes momentos do tempo.

Realisticamente, a multiplicidade de aspectos do processo de desenvolvimento faz com que dificilmente todos eles estejam em estado satisfatório em período de tempo curto, tal como a duração de uma administração federal. Por isso, por mais bem sucedido que esteja sendo, dificilmente pode escapar de abundantes críticas.

Ademais, as divergências de valores existentes na sociedade, por mais que se comunguem certos valores centrais, também estimulam divergências sobre a condução dessa ou daquela política pública. Isto significa que uma política de desenvolvimento só pode ser formulada e implementada em meio a um processo permanente de debate e de negociações políticas.

CAPÍTULO 2

O CDES E A CONSTRUÇÃO DA AGENDA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO: UM RELATO PARTICULAR

Ronaldo Coutinho Garcia

Este não é um relato típico. Seu propósito é o de fazer chegar aos que ainda se interessam pela temática do desenvolvimento e pelo futuro do Brasil uma percepção pessoal sobre um raro processo, que produziu algo que creio não ser desprezível. Trata-se da elaboração de uma Agenda Nacional de Desenvolvimento pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República – CDES/PR.

Como facilmente se constatará, será um relato a partir da visão de alguém que teve a chance de estar participando do lado de dentro do aparato governamental, na qualidade de subsecretário da Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (SEDES/PR), secretaria-executiva do CDES/PR. Aqui não se apresenta uma perspectiva imparcial, objetiva, impossível quando se está envolvido política e subjetivamente com o processo, quando se toma partido a favor de um projeto, quando se quer chegar a um determinado produto. Aqui serão encontradas descrições, registros de eventos significativos, análises de conjunturas, interpretações de processos históricos, posicionamentos sobre situações sensíveis, até conclamações ou exaltações. Todos expressando minha posição pessoal, meu ângulo de visão, minhas idiossincrasias. Prefiro assim a tentar ser analiticamente neutro, como muitos o tentam sem jamais o conseguir, escondendo as suas posições pessoais e ideológicas mediante citações de autores convenientes, construção de formalistas esquemas de mascaradores e elucubrações abstratas.

Não se tratou de tarefa fácil. Em primeiro lugar, pela proximidade temporal, já que poucos meses se passaram entre a aprovação da Agenda e a conclusão desse relato[1]. Os envolvimentos de ordem emocional estiveram presen-

1. O texto foi escrito entre outubro e novembro de 2005. Sofreu uma revisão ligeira para integrar a presente publicação.

tes com intensidade, acarretando grande esforço para minimizá-los. Também teve que ser controlada a vontade de entrar em muitos detalhes, dado que estão vivos na memória, mas que trariam riscos de inconveniência se expostos, além de cansar eventuais leitores, pois a importância deles é relativa ao tempo e a experiência em vivê-los.

Em segundo lugar, um cuidado muito especial teve que ser tomado, quase um policiamento permanente, para não tornar possível identificar posições pessoais dos conselheiros, na medida em que se mostrava inviável proceder a consultas individuais buscando conferir as aderências de ideias à exposição aqui feita, além de obter permissões para torná-las públicas. Adotou-se tal procedimento em um único caso, em que acreditei fundamental transcrever intervenções de conselheiros selecionados para contribuir em um dos momentos decisivos na construção da Agenda.

Em terceiro lugar, e não por ordem hierárquica, pois se trata de algo muito importante, foi difícil lidar com a delicadeza política da situação, com as implicações para um processo ainda em curso, com as sensibilidades de autoridades e atores sociais em plena função no jogo estabelecido. Estou convencido de que não encontrei o tom certo. Uma versão mais enxuta e asséptica poderia amenizar alguns ou muitos trechos. Deve ser possível fazer isto sem maiores prejuízos ao entendimento da construção aqui relatada. Mas, não consegui e não tenho dúvidas de que seria bastante penoso, afinal as pessoas contam. Não poder dar os nomes, não poder tentar entender ou apanhar aspectos de personalidade, de estilos políticos e administrativos, das competências detidas, de motivações e interesses presentes nos processos decisórios já foi um sacrifício de bom tamanho. Além do mais, se tivesse optado por algo mais asséptico, imagino que o relato seria empobrecido, perdendo conteúdo explicativo. Assumo os riscos e o ônus de estar escrevendo bem próximo do calor dos acontecimentos, sem ser um competente repórter investigativo que passa com facilidade por tais transtornos.

Apesar de todas estas restrições, de todos os cuidados e de todas as deficiências pessoais para tratar de muitas e variadas questões que ultrapassam vastamente o meu estreito campo de conhecimento, foi maior a motivação em registrar (ao meu modo, com todas as limitações internas e externas) o processo de construção da Agenda. E foi por estar convencido de que aqui será relatado um típico processo contracorrente, contra a ideologia neoliberal, contra as tentativas de imposições simplistas e homogeneizadoras.

Refiro-me ao fato de, com todas as dificuldades inerentes à produção coletiva, tentar discutir o desenvolvimento nacional, de pensar um projeto para o país. Nesses tempos globalizados, de diminuição das autonomias, de destruição de utopias, sem

propostas emancipatórias abrangentes, cometeu-se uma heresia. Deixou-se de aceitar passivamente que o destino seja determinado por interesses que não nos são próprios, que o Estado Nacional não tem mais nada a fazer, que a sociedade deve apenas se conformar com o que manda e desmanda o Grande Mercado. Ousou-se sair dos termos pobres estipulados pelas agências de risco - emergente, submergente, *investment grade* – para o abrangente conceito do desenvolvimento nacional, entendido em grande amplitude. É um processo a ser relatado.

Aos que ultrapassarem essa introdução sugiro ler primeiro a Agenda Nacional de Desenvolvimento, e depois percorrer o relato sobre a sua construção. Se conseguirem chegar ao seu fim, encontrarão um texto desbalanceado, que mistura informação, relato e tomada de posição, que às vezes pode parecer contraditório*, mas que, creio, expõe as contradições enfrentadas no percurso. Foi o que consegui fazer, no intento de trazer ao conhecimento mais amplo algo a que atribuo importância. Tomara que os seus eventuais leitores também achem que a tentativa do CDES foi importante e não deve fenecer.

Para que esse relato ganhe maior inteligibilidade e o seu significado possa ser melhor apreendido, parece ser apropriado começar apresentando algumas informações a respeito do CDES/SEDES.

1. O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL[3]

O CDES é presidido pelo Presidente da República e integrado por 90 cidadãos, nomeados para um mandato, renovável, de dois anos, por 14 ministros de Estado, entre os quais se inclui o titular da Secretaria de Relações Institucionais[4]. Conforme regulamentado pelo Decreto nº 4.744, de 16 de junho de 2003, compete ao CDES "assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, voltadas ao desenvolvimento econômico e social, produzindo indicações normativas, propostas políticas e acordos de procedimento, e apreciar propostas de políticas públicas e de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que lhe sejam submetidas pelo Presidente da República, com vistas à articulação das relações de governo com representantes da sociedade civil organizada e ao concerto entre os diversos setores da sociedade nele representados", segundo os termos do art. 8º da Lei nº 10.683, de 10 de maio de 2003.

---

*. Não que o autor se imagine livre delas.

3. Este item baseia-se largamente em Tadeu, Benedito C. e Garcia, Ronaldo C.- O Conselho Desenvolvimento Econômico e Social e o Desafio Construir uma Agenda de Desenvolvimento para o Brasil, SEDES/PR, Brasília, Julho de 2005.

4. A reforma administrativa de Julho de 2005 fundiu a Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico e Social com a Secretaria de Articulação Política na atual Secretaria de Relações Institucionais, que continua com a atribuição de secretaria executiva do CDES. A SEDES tinha atribuições de secretaria executiva do Conselho e, desde Janeiro de 2004, de assessoramento direto ao Presidente da República. O seu titular integrava a Coordenação de Governo.

Sendo uma novidade na estrutura organizacional do Poder Executivo da União, o CDES expressa, na composição de seus integrantes e em suas competências e atribuições, a dinâmica de sua criação e a conjuntura política em que surge.

Quando da transição para o Governo Lula, aconteceram diversas reuniões, algumas delas com mais de 300 participantes que representavam grandes sindicatos, federações e confederações patronais e de trabalhadores, todas as centrais sindicais então existentes no país, grandes empresários, lideranças de movimentos sociais, de associações leigas e religiosas e de ONGs, personalidades acadêmicas e artísticas. Cerca de 200 entidades reivindicaram formalmente sua participação no CDES e apresentaram mais de 400 nomes para que dentre eles fossem escolhidos os membros do conselho.

Criado o CDES, o Presidente da República escolheu e nomeou os seus conselheiros, em uma composição que privilegiava nitidamente o segmento empresarial e a região sudeste/sul do país, exatamente aquela onde se localiza o centro dinâmico da economia brasileira e onde se concentram os segmentos sociais mais organizados. Tentativa de minimizar o desequilíbrio de composição foi realizada logo em seguida, em junho do mesmo ano, quando o número de conselheiros oriundos da sociedade civil foi ampliado para o atual, mediante a nomeação de mais oito integrantes do CDES. Desta vez, foram incorporados cinco conselheiros da região Norte, um do Nordeste e dois pastores evangélicos, na intenção de obter um equilíbrio maior também entre os segmentos religiosos. Nova ampliação do número de integrantes da CDES ocorreu em 2004, com a nomeação do Presidente do Banco Central como mais um conselheiro entre os que detêm cargo ministerial.

Totalizando 104 conselheiros, integravam o CDES, até a reforma ministerial de Julho de 2005,[5] 14 ministros e por 90 cidadãos oriundos de diversos segmentos da sociedade civil. No que se refere ao governo, os 14 membros são os abaixo relacionados:

- O Secretário Especial de Desenvolvimento Econômico e Social, Secretário-Executivo do Conselho;
- Os Ministros de Estado Chefes da Casa Civil, da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, da Secretaria-Geral da Presidência da República, da Secretaria de Articulação Política e Assuntos Institucionais e do Gabinete de Segurança Institucional;
- Os Ministros de Estado da Fazenda, do Planejamento, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Desenvolvimento Social, do

5. Naquela ocasião, além do descrito na nota de pé de página nº 2, a Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica foi absorvida pela Secretaria Geral. Posteriormente, foi recriada como Secretaria de Comunicação da presidência da República.

Trabalho e Emprego, do Meio Ambiente, das Relações Exteriores e o Presidente do Banco Central do Brasil.

No que se refere à sociedade civil: são 90 cidadãos, e respectivos suplentes, maiores de idade, de ilibada conduta e reconhecida liderança e representatividade, designados pelo Presidente da República.

A análise da distribuição regional e social destes 90 conselheiros não integrantes da estrutura governamental revela que 61% deles concentra-se na região Sudeste, enquanto 18% origina-se das regiões Norte e Nordeste. O setor sindical laboral e os que integram os movimentos sociais diferenciados perfazem 35% do total de conselheiros. A participação dos setores empresariais alcança a 50%, conforme detalhado abaixo.

Os aparentes desequilíbrios refletem, certamente, a real correlação de forças existente na sociedade brasileira e não impediram que o CDES desempenhasse o papel para o qual foi instituído, durante os três anos transcorridos desde sua instalação. Pelo contrário, a sobre-representação de setores e região permitiu, além do estabelecimento de canais institucionais de interlocução entre o governo e setores sociais importantes - sendo que com alguns deles não havia, anteriormente, relação mais direta e fluida -, e entre os próprios setores sociais e a constituição de fluxos de entendimento intersetoriais[6], o que, sem dúvida, ampliou o respeito às diferenças sócio-econômicas, políticas e ideológicas e, consequentemente, aprofundou a prática democrática.

DISTRIBUIÇÃO DOS CONSELHEIROS DO CDES SEGUNDO REGIÕES E ESTADOS REGIÕES

NORTE – 8	NORDESTE - 8	CENTRO-OESTE - 9	SUDESTE - 55	SUL - 10
AC – 1	AL - 1	DF – 7	MG – 4	PR - 3
AM – 3	BA - 1	GO – 1	RJ - 7	RS - 4
PA – 2	CE - 3	MS – 1	SP – 44	
RR – 2	PE - 3			

6. Nos termos de Kowarick, 2003, p. 9 e 10: "Impressiona a presença de parcela significativa de grandes empresários, das principais centrais sindicais urbanas e rurais, lideranças de movimentos sociais, entidades religiosas, uma mescla díspare de pessoas, de vários matizes sócio-econômicas, com visões de mundo e concepções político-ideológicas bastante diversas, em alguns casos, provavelmente antagônicas: lá há banqueiros nacionais que tendem a não gostar dos estrangeiros que lá também estão; ou industriais, médios e grandes que devem aos bancos e a eles pagam juros, os sindicatos mais combativos que, por sinal, sempre foram mais próximos do PT, os representantes de pastorais e do mundo agrário com sua falas sobre os oprimidos. Lá a "democracia alfabética" coloca os "A" na primeira fila e o "Z" na última, unindo dois Robertos na convivência das cadeiras: o Baggio líder do Movimento dos Sem Terra, MST, ao Setúbal, presidente do banco Itaú que se assim não fosse, dificilmente um dia iriam dialogar."

DISTRIBUIÇÃO DOS CONSELHEIROS DO CDES SEGUNDO OS SETORES SOCIAIS*

Setor	Nº	%
Empresarial: indústria, comércio, agronegócio, finanças e serviços	45	50
Organizações da Sociedade Civil	13	14
Sindicalista Laboral	14	16
Personalidades (artistas, esportistas, juristas, acadêmicos)	14	16
Religiosos	4	4
Total	90	100

*** Considerados apenas os conselheiros não integrantes da estrutura governamental**

Essa convivência possibilitou a tomada de posição sobre assuntos sensíveis, permitindo, assim, que o governo adotasse medidas e implementasse políticas públicas respaldadas no debate travado no interior do Conselho. Exemplos disso foram as reformas da Previdência e Tributária, o Plano Plurianual 2004-2007 e as Parcerias Público Privadas, todos projetos com grande dificuldade técnica e política – pois que envolviam interesses consolidados, tanto de segmentos sociais importantes quanto dos diferentes entes federativos. Estes projetos só foram encaminhados para exame e deliberação do Congresso Nacional após terem sido discutidos e reformulados no CDES. Igualmente problemáticas e polêmicas são as propostas de Reformas Sindical e Trabalhista e de Reforma Universitária, que também foram submetidas à consideração do CDES e se encontram, no momento, em fase de conclusão nos ministérios aos quais estão afetas, ou enviadas ao Congresso Nacional. A Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior foi amplamente discutida no CDES, tendo incorporado diversas sugestões. A criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), que tem se mostrado essencial para garantir legitimidade às ações da recém-instalada Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, resultou de uma demanda dos conselheiros. Ademais, e sem buscar a exaustão, o CDES elaborou e aprovou um conjunto de medidas de apoio e incentivo à micro e pequena empresa, com vistas à redução da informalidade e promoção da economia solidária; produziu três moções sobre assuntos sensíveis (aprovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional; ampliação da composição do Conselho Monetário Nacional para incorporar as perspectivas dos trabalhadores, dos empresários do setor produtivo e da academia; reforma política). Em meados de 2005 foi constituído um grupo de trabalho para elaborar propostas com vistas a remover os últimos vestígios de indexação automática de preços, como ainda ocorre nas tarifas públicas, com viés onerante para consumidores.

1.2 Funcionamento e Dinâmica do CDES

O CDES desenvolve seus trabalhos por meio de reuniões plenárias, que ocorrem ordinariamente a cada bimestre e extraordinariamente sempre que convocadas pelo Presidente da República, e mediante grupos de trabalho temáticos

e de acompanhamento. Estas instâncias têm suas pautas de trabalho definidas a partir de demandas oriundas do governo ou dos próprios conselheiros.

O CDES está vinculado à estrutura organizacional da Presidência da República, e recebe o suporte técnico-administrativo da atual Secretaria de Relações Institucionais (que incorporou a Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República - SEDES/PR), sua secretaria executiva.

O método de tomada de decisões utilizado pelo CDES é adotado tanto nas reuniões plenárias quanto nos grupos temáticos e de acompanhamento e contempla a aferição de três níveis de convergência de opiniões: o ***acordo***, quando ocorre unanimidade ou consenso, a ***recomendação***, quando atinge maioria absoluta, e a ***sugestão***, quando alcança adesão apenas da minoria podendo, inclusive, expressar posicionamento de um único conselheiro.

Obtém-se, deste modo, fórmula que permite reduzir o desequilíbrio da composição do CDES, dificultando que as maiorias impeçam a manifestação das minorias, possibilitando que sejam encaminhadas à consideração do Presidente da República propostas e/ou posicionamentos diferenciados – complementares ou até mesmo divergentes – sobre uma mesma questão. Os acordos, que envolvem a construção de consensos, constituem a forma decisória preferencialmente buscada e sempre estimulada no CDES, uma vez que, para serem obtidos exigem debates sucessivos por meio dos quais se expressam enfoques múltiplos e se constroem denominadores comuns que ampliam a legitimidade e o alcance das deliberações.

As deliberações do Conselho são encaminhadas ao Presidente da República com a indicação do grau de convergência que obtiveram e, além disso, sempre que ocorre solicitação formal, os argumentos dos conselheiros presentes à reunião são apresentados por escrito ao Presidente da República. As posições de consenso são comunicadas também às diversas representações partidárias no Legislativo, para ciência e para que possam servir de referência para a tomada de posição dos parlamentares.

Muitas plenárias do CDES/PR, principalmente em seu primeiro ano de existência, deram origem às "Cartas de Concertação", documento elaborado a partir das discussões realizadas pelos conselheiros, que eram sistematizadas pelos técnicos da SEDES e posteriormente submetidas aos conselheiros para emendas e modificações. Em síntese, tratava-se de documentos que procuram enunciar, de forma sintética, não só aspectos conceituais inerentes às prioridades do desenvolvimento, como também a explicitação de questões ético-normativas necessárias ao estabelecimento de consensos. (SEDES, 2004b, p.13).

As reuniões plenárias do CDES são abertas a todos os ministros de Estado, secretários da Presidência da República e integrantes dos escalões superiores de governo, sendo facultado que estes se manifestem, tanto para prestar informações

de caráter técnico quanto para encaminhar questões políticas de interesse governamental. O CDES, por sua vez, tem competência para convidar integrantes de todos os escalões do governo para esclarecer sobre temas relevantes ao desenvolvimento nacional.

A dinâmica das reuniões plenárias inclui exposição temática por integrante do governo sobre o assunto em pauta e debates com os conselheiros. O Presidente da República participa das reuniões e em cada uma delas ouve pelo menos três conselheiros, integrantes dos diferentes setores representados no CDES, sobre a matéria em discussão[7]. Depois que o Presidente da República se retira da reunião, o tema é debatido pelos demais conselheiros, ministros e integrantes do governo presentes. Posteriormente, um relatório contendo os resultados dos debates é entregue à Presidência da República. Ao CDES é facultado elaborar informes, estudos especiais e pareceres sobre temas que possam ser objeto de concertação, independente de agenda prévia proposta para as reuniões plenárias.

Por intermédio dos grupos de trabalho de cunho temático ou de acompanhamento de políticas, o CDES estabelece uma interlocução mais direta com ministros e demais autoridades governamentais e, muitas vezes, uma influência mais estreita sobre áreas e ações específicas do governo. Esses grupos, que se reúnem de acordo com o ritmo e necessidade de seus trabalhos, podem ser permanentes ou temporários, dependendo da temática que abordam. No caso dos grupos temáticos temporários, as atividades são exercidas durante o período de realização de seus trabalhos e, quando concluídos, substituídos por novos grupos que respondam às necessidades apontadas pelo governo ou às sugestões e expectativas dos próprios conselheiros.

O CDES realiza seminários, simpósios, colóquios e mesas redondas, para a discussão de temas específicos, com o duplo propósito de que eles subsidiem os conselheiros nos seus trabalhos nos grupos temáticos e de acompanhamento e para a tomada de posição nas reuniões plenárias do CDES, e para que os conselheiros possam expressar suas opiniões diretamente para os ministros e demais autoridades governamentais encarregadas da elaboração e aplicação de políticas específicas.

1.3 O Porquê do CDES

O CDES expressa, por um lado, a convicção da necessidade e da oportunidade do enraizamento da democracia, mediante o aperfeiçoamento de seus instrumentos e, de outro, a necessidade de ampliar as bases de sustentação sócio-política do governo. Incorporou à cena política brasileira segmentos sociais di-

7. Esta dinâmica foi implementada a partir da reunião plenária de abril de 2004, ao início da titularidade de Jaques Wagner na SEDES.

ferenciados dando-lhes possibilidade de influência política um pouco mais equilibrada.

Empresários, lideranças sindicais, ativistas da cidadania e de grupos étnicos, organizações da sociedade civil, personalidades dos mundos acadêmico, jurídico, artístico e esportivo são chamadas a se manifestar, em iguais condições, sobre políticas e ações de governo, em curso ou a serem adotadas. No debate livre e no confronto de opiniões, de avaliações e de interesses, busca-se construir entendimentos e, sempre que possível, gerar consensos a serem encaminhados à consideração do Presidente da República. Inicia-se, assim, o rompimento da tradicional postura de confronto e de busca de eliminação do outro social e político estabelecendo-se, gradualmente, uma posição de colaboração com vistas ao ganho mútuo e ao interesse coletivo.

A consolidação deste novo tipo de relações constitui, sem dúvida, uma tarefa grandiosa e difícil, que se torna ainda mais complexa quando tentada em um tempo histórico conturbado como o atual e em um país com as características do Brasil. No plano internacional, a desregulação, a financeirização da riqueza, a exacerbação do individualismo como princípio ético, abalaram as antigas fronteiras nacionais e os antigos valores de solidariedade, magnificando a mercantilização das relações humanas e sociais, endeusando a competição, ao mesmo tempo em que a prosperidade, o crescimento econômico e a inclusão social foram substituídos pela vulnerabilidade, pela obsessão por segurança e pela incerteza. Este novo quadro desencadeou transformações profundas nas experiências européias[8] de diálogo social, não obstante o grau de consolidação que já haviam logrado alcançar, e colocou, sem dúvida, obstáculos adicionais a um país como o Brasil, recém iniciado neste tipo de experiência.

No plano interno, a persistência de graves desigualdades sócio-econômicas e políticas, somada ao fato de o país se localizar na periferia do sistema capitalista mundial e se encontrar imerso na estagnação econômica por mais de duas décadas, acrescenta ao desafio de estabelecer um novo padrão de relações interclassistas a necessidade de tornar viável o início de um novo ciclo de desenvolvimento que promova a equidade social. A criação do Conselho parte do suposto de que essas condições adversas são passageiras e, mais do que isso, que o diálogo e a pactuação sociais pretendidos são poderosos instrumentos para superar esse quadro.

A eleição de 2002 colocou, pela primeira vez, na Presidência da República do Brasil uma liderança de origem popular, forjada na luta operária e sindical e vinculada a um partido político que, desde o seu nome, proclama-se

8. Tapia, J.R.B. – Diálogo Social e Concertação Social: a experiência européia (versão preliminar), SEDES, jul/2005.

representante dos segmentos sociais ligados ao mundo do trabalho. Fortemente enraizado nos movimentos e estratos sociais populares, médios e intelectuais da população, tendo logrado incorporar o apoio de setores integrados ao pequeno, médio e até o grande capital nacional, o Presidente Lula, no entanto, sempre entendeu necessário incorporar todos os atores relevantes da vida nacional na discussão sobre o presente e o futuro do país. Além disso, o Presidente se dizia portador de uma vontade de quebrar resistências e esvaziar temores das elites tradicionais do país e daquelas ligadas ao capital internacional[9], informada por sua trajetória de negociador sindical que conseguia tornar claro aos diversos interesses sociais o que lhes é comum, em detrimento do que lhes é irreconciliavelmente distinto. Há de ser considerada, adicionalmente, a larga, rica e inovadora experiência do Partido dos Trabalhadores na administração de municípios e estados, como os planejamentos setoriais e globais realizados de forma participativa e democrática, os mecanismos de controle social adotados, os espaços de deliberação coletiva implantados e, a mais conhecida delas, a do orçamento participativo. Tudo isso contribuiu para formar uma cultura de gestão pública à base do diálogo, da convivência democrática, da participação como um modo de aperfeiçoar as práticas de governo.

Da conjunção destes fatores – a origem social e política do governo, seus limites em termos de apoio junto às elites econômicas e a cultura de governo democrático e participativo – emerge a explicação para a instituição e a instalação do CDES imediatamente após a posse do novo governo e vêm daí, também, os motores da disposição governamental de constituir um novo instrumento institucional de participação da sociedade civil junto à Administração Pública Federal. Ademais, havia o entendimento por parte do Presidente de que governa melhor quem não governa sozinho. E isso somente é alcançado em diálogo direto com os atores sociais, com o debate franco sobre os problemas e as alternativas para enfrentá-los, na construção coletiva dos caminhos necessários a levarem o Brasil a ser não apenas de uma reduzida e privilegiada minoria.

---

9. Coroando as declarações de repúdio à candidatura Lula em suas diversas edições e de temor por sua eleição, iniciada com a manifestação de Mário Amato (então presidente da maior e mais influente associação empresarial do país, a FIESP/CIESP), no 2º turno da eleição de 1989, ameaçando com a iminência de 40 mil empresários se transferirem do país caso Lula vencesse o pleito, George Soros afirmou, antes do 1º turno da eleição de 2002, que por uma questão de "profecia que se autocumpre" o país mergulharia no "caos" assim que um eventual governo Lula se instalasse. Em entrevista publicada na Folha de São Paulo de 08/06/2002, Soros afirmou que "os mercados acham que Lula dará o calote quando assumir e já começaram a se prevenir, apostando contra o Brasil - ou, mais especificamente, contra o real. A aposta só pode aumentar enquanto as chances de Lula permanecerem de pé, uma tendência que provavelmente irá até o dia do segundo turno. Se Lula de fato vencer, assumirá com uma situação financeira tão dramática que não lhe restará alternativa a não ser dar o calote que o mercado antecipava que ele daria. A profecia então se autocumpriria." Segundo a análise de Soros publicada na mesma matéria, "na Roma antiga, só votavam os romanos. No capitalismo global moderno, só votam os americanos, os brasileiros não votam.".

Considerem-se, por fim, os distúrbios e os desafios econômicos, tanto de cunho conjuntural quanto estrutural, para que se complete o quadro de motivos e de condicionantes que levaram à criação deste instrumento institucional, incumbido de promover "o exercício de um controle mais efetivo da sociedade civil sobre o Estado e a articulação de um novo contrato social no país voltado para a construção de uma Agenda Nacional de Desenvolvimento que possibilite crescimento sustentado e inclusão social" (SEDES, 2004c, pág. 2).

No plano econômico conjuntural, assistia-se à disparada do dólar e do "risco país"[10] provocada pela desconfiança dos investidores nacionais e internacionais no novo governo e que foi exacerbada pela situação de fragilidade em que se encontravam as finanças nacionais, em decorrência das políticas monetária e cambial adotadas pelo governo que findava. No plano econômico estrutural, havia as políticas implementadas pelos diversos governos, que produziram e reproduziram as desigualdades históricas e, ainda, o esgotamento do estilo de desenvolvimento adotado no país desde os anos 30 do século XX, apoiado de forma decisiva em iniciativas e recursos estatais.

A criação do CDES, como um novo instrumento de participação social, teve início durante o processo eleitoral:

> "Em 18/8/02, um dia antes de atender ao convite que o Presidente Fernando Henrique dirigiu aos candidatos para conversar sobre o acordo com o FMI, Lula consulta reservadamente, cerca de 30 pessoas – trabalhadores, empresários, dirigentes de ONGs, economistas, entre outros – num primeiro ensaio formal do estilo de governo que pretende implementar. Outra reunião é feita em 28/9/02, às vésperas do primeiro turno, e em 19/10/02, desta vez com um público mais amplo, o Presidente Lula anuncia – se eleito for – a perspectiva de construir um CDES, como foro de celebração do contrato social anunciado no Programa de Governo. Em 07/11/02, já após o segundo turno, importantes representantes das forças vivas da nação que o Presidente Lula pretende agregar no futuro CDES, já participam de nova reunião, trazendo propostas para a construção e funcionamento do referido conselho." (Ant, 2002, p. 5).

Desde o começo o governo fez uma aposta no diálogo social. A interlocução ativa com a sociedade era tida como meio eficaz para enfrentar problemas e congregar esforços em prol de causas de interesse da sociedade. Havia uma generalizada convicção de que governo democrático tem que ser um governo com intensa in-

10. O dólar, cuja cotação oscilava na casa dos R$2,30 aos R$2,40 durante os meses de janeiro a abril de 2002, iniciou subida vertiginosa no dia 02 de maio e bateu em R$3,95 no dia 22 de outubro daquele ano (vésperas do 2° turno eleitoral) atingindo alta de cerca de 70%, o "risco país" foi elevado em 1000 pontos percentuais até a posse do novo presidente da República, os títulos da dívida pública brasileira sofreram forte desvalorização no mesmo período e os juros básicos da economia alcançaram a taxa 25% ao ano.

terlocução com a cidadania. Não é por outro motivo que entre 2003 e 2004 foram criados o Conselho das Cidades, o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca, o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial e o Conselho do Agronegócio, além de se ter recriado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e reativado o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, sem falar em todos os demais 41 conselhos que vêm sendo estimulados e fortalecidos. Está para ser criado, sendo atualmente projeto de Lei em discussão no Congresso Nacional, o Conselho Nacional da Juventude. Foram criados, também, quatros fóruns de participação: o Fórum de Economia Solidária; o Fórum Nacional do Turismo; Fórum Nacional do Trabalho e o Fórum de Participação Social. Dezenas de Ouvidorias foram instaladas nos órgãos públicos federais entre 2003 e 2004, fazendo com que hoje totalizem 109. Em dois anos foram realizadas dez conferências nacionais temáticas. Por fim, é de se notar o uso intensivo do mecanismo constitucional da consulta pública para o aperfeiçoamento e a consolidação de diversas medidas e políticas adotadas pelo Governo Federal, abrangendo a infraestrutura, a economia e a política social.

Em resumo, a criação do CDES pode ser vista "como uma inovação social que amplia a esfera pública, ao introduzir em uma mesma arena de discussão atores sociais que não interatuam em outras situações, em uma sociedade marcada por clivagens e exclusões. Diferentemente das experiências anteriores, este não é um conselho setorial nem uma experiência de gestão local, nem tampouco uma arena que congrega apenas representantes empresariais com dirigentes governamentais. Trata-se, por vez primeira na história brasileira, da existência de um órgão consultivo nacional com a missão discutir tanto políticas específicas quanto os fundamentos do desenvolvimento econômico e social. Sua composição é também original, já que difere do formato marcadamente corporativo dos Conselhos europeus, em correspondência com o tecido e a estrutura sociais existentes no Brasil" (Fleury, 2005, pág. 13).

2. MOTIVAÇÕES E PROPÓSITOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Em final de Janeiro de 2004, o Presidente da República decidiu realizar alterações em seu ministério, com vistas a incorporar novas forças político-partidárias em sua base de sustentação. Em movimento não habitual e que não ganhou compreensão de muitos, resolveu também fazer uma troca de cadeiras entre alguns titulares de ministérios. Disto resultou que alguns ministros, com desempenho satisfatório onde se encontravam, trocaram de pasta, iniciando outro duro processo de aprendizagem das peculiaridades da nova máquina administrativa, o que sempre trás algum prejuízo à eficácia global do governo.

Para a SEDES/CDES foi deslocado o então Ministro do Trabalho e Emprego, Jaques Wagner. No entender de muitos conselheiros foi um ganho, pois o novo secretário especial trouxe novas motivações, além de um outro modo de operar. O CDES, após a fase inicial, na qual foram discutidas as Reformas Tributária, Previdenciária, Trabalhista e Sindical e o PPA, se viu diante de um certo desnorteamento, sustentando-se muito mais nas habilidades do anterior Secretário Especial e na vontade participativa dos conselheiros, animados que estavam com a novidade do Conselho, pois o governo não mais tomava nenhuma iniciativa de caráter transformador e estruturante. Em avaliação feita ao final de Dezembro de 2003, os integrantes do CDES expressavam claramente a falta de efetividade de suas recomendações e a forte sensação de que haviam sido convocados apenas para dar legitimidade às ações de natureza polêmica, como as referidas reformas. No entanto, um grupo de trabalho criado em meados daquele ano e denominado Fundamentos Estratégicos do Desenvolvimento, congregando entre 50 e 60 conselheiros, vinha produzindo subsídios dispersos sobre o tema, não apropriados pelo governo, mas ainda longe de serem uma proposta mais articulada e orgânica.

Em sua primeira reunião com a nova equipe da Secretaria, o recém-empossado titular da então SEDES avaliou que era necessário dar vazão aos desejos de maior participação dos conselheiros e melhor aproveitar as suas respectivas capacidades propositivas, pois a diversidade de interesses e visões era o que de mais precioso tinha o CDES. Assim, decidiu que o mais adequado e oportuno a fazer era dar todo o respaldo ao GT Fundamentos Estratégicos do Desenvolvimento, inclusive conclamando a participação de outros conselheiros, com o objetivo de construir uma Agenda de Desenvolvimento para o Brasil. Para a SEDES, era vital que os conselheiros fossem chamados a uma participação mais sistemática e direcionada, pois do contrário a desmotivação e a dispersão passavam a ser mais do que uma possibilidade, configurando-se como altamente prováveis, dado o conteúdo de muitas conversas tidas, individualmente, com os conselheiros. Ao início de Maio de 2004, foi muito bem aceita, pelos conselheiros, a proposta apresentada de concentrar esforços na construção da Agenda Nacional de Desenvolvimento.

Havia razões para tanto, além do clima de desalento. Em 2003, o crescimento econômico tinha sido pífio (0,5%), tanto em termos absolutos quanto em comparação aos outros países em desenvolvimento e o resto do mundo (em torno de 5%). Políticas monetária e fiscal muito austeras fizeram o desemprego aumentar, a renda do trabalho diminuir, o investimento produtivo minguar, as ações do governo federal rastejarem. As taxas reais de juros eram recordistas, proporcionavam ganhos excepcionais aos detentores da dívida pública e ao sistema financeiro, irritando sobremaneira o setor real da economia (empresários e trabalhadores). A baixa execução orçamentária do governo federal deixava sob forte

frustração os defensores de direitos, os trabalhadores sem-terra, a totalidade dos setores subalternos. Todos os conselheiros ligados a esses segmentos e quase todos os representantes do mundo acadêmico acusavam o desconforto com a situação. Pensar em uma Agenda de Desenvolvimento era, portanto, uma oportunidade para fazer frente a este estado de coisas.

Não se ignorava que seria uma tarefa penosa, que exigiria grande capacidade de diálogo e negociação, que deveria ser algo de natureza mais estratégica, podendo ou não apresentar resultados no curto prazo. Rapidamente se alcançou a compreensão de que a construção da Agenda demandaria considerável tempo e muito trabalho. Compromisso e dedicação seriam decisivos. Mas, as motivações eram grandes.

Apesar de ser verdade que muito diversas eram as razões pelas quais se mobilizavam os conselheiros, isso não representava necessariamente um antagonismo. Afinal, durante todo o ano anterior havia sido exercitado um inédito tipo de convivência entre diferentes que começava a apresentar suas positivas consequências: "permitiu a circulação, em igualdade de condições, de diferentes discursos políticos e a reagrupação de atores sociais em novos arranjos e coalizões políticas. Progressivamente, o clima de estranhamento entre diferentes atores vai sendo superado por relações de maior confiança, geradas a partir do trabalho comum em grupos temáticos. (...) Além disso, há possibilidade de um intercâmbio permanente dos membros do Conselho por meio de um portal eletrônico" (Fleury, 2005, pág.18). O fato é que, à altura da apresentação da proposta para elaborar uma Agenda de Desenvolvimento, os conselheiros trabalhavam com uma carga de preconceitos bastante reduzida se comparada com a inicial.

Evidenciava-se, assim, uma difusa, mas generalizada, percepção de que não seria impossível trabalhar na construção coletiva de uma proposta para o Brasil que fosse o mínimo denominador da pluralidade de interesses presentes no CDES. Claro estava que o suposto era uma enorme disposição de negociar, de conceder, de harmonizar os interesses em perspectiva intertemporal. Exigiria saber e arte para compor as angústias e pressões imediatas com a penosa edificação de fortes, distintas e inovadoras estruturas a suportar um outro estilo de desenvolvimento.

Contou bastante o entendimento, fundamentado e disseminado, de que se passava por um momento singularmente favorável. O governo tinha uma marca democrática inconteste, dispondo-se a ouvir e dando sinais de que poderia ser sensível a propostas com forte respaldo sócio-político. A draconiana política econômica começava a apresentar alguns resultados (queda do ímpeto inflacionário e melhoria das contas externas). As reformas constitucionais estavam sendo aprovadas, bem como os demais projetos de Lei encaminhados ao Congresso Nacional, tudo a in-

dicar que o governo era possuidor de uma base parlamentar robusta. A economia internacional seguia em crescimento elevado e sem turbulências. Os preços das exportações brasileiras estavam em alta e os saldos comerciais eram incentivados por uma relação cambial estimulante, que orientava para o mercado externo a produção não realizada internamente, com ampliação significativa da pauta exportadora.

Por outro lado, era evidente e muitas vezes consensual que os problemas e debilidades da sociedade e economia brasileiras não podiam ter o enfrentamento postergado. Desemprego recorde, renda do trabalho cadente, crescimento de todos os tipos de desigualdades sociais, disparidades regionais de vulto, precariedade e insuficiência dos serviços públicos essenciais, violência e insegurança pública em níveis assustadores, infraestrutura sucateada, baixa competitividade das empresas brasileiras, acelerada degradação ambiental, incapacidade de o Estado fazer frente aos desafios postos, entre muitos outros.

Os atores sociais representados no CDES davam seguidas manifestações de não se conformarem com duas décadas perdidas e queriam, a todo o custo, evitar o risco visível e palpável de enveredar por mais uma. Afinal, os três primeiros anos da presente década apontavam na mesma direção. Vislumbraram na elaboração da Agenda de Desenvolvimento a possibilidade de influírem de forma decisiva na construção de um outro país, mais próximo dos seus interesses, sem que deixasse de contemplar interesses outros. Era o reconhecimento tácito de que nenhum deles tinha condições de individualmente impor sua vontade ou subordinar hegemonicamente todos os demais a um projeto de seu exclusivo talante.

Para dar partida à discussão da Agenda foram dados dois passos: a) a realização de uma pesquisa[11] com todos os conselheiros, mediante um questionário aberto, sobre os cinco principais problemas brasileiros, as maiores potencialidades nacionais e sobre o que seria o país ideal (visão de futuro); b) o Secretário Especial da SEDES demandou ao autor desse relato a produção de um texto de apoio com vistas a atender a um duplo objetivo: conformar um entendimento comum entre os integrantes da Secretaria e constituir um subsídio referencial para as discussões entre os conselheiros.

A pesquisa forneceu o material básico para a construção preliminar da visão de futuro/objetivo síntese da Agenda, para a consolidação de uma proposta de "âmbitos problemáticos" e auxiliou os debates sobre valores/princípios a orientar a elaboração da Agenda. Uma versão mais sintética do texto de apoio foi distribuída aos conselheiros.

Dados os dois passos, o que passou a dominar entre os conselheiros era alguma coisa como um certo sentimento de que era possível contra-arres-

11. SEDES, 2004b, Visões da Realidade Brasileira: a percepção dos conselheiros do CDES, mineo, julho de 2004. – disponível em https://www.cdes.gov.br/

tar tendências indesejáveis e fazer um caminho rumo a um futuro virtuoso. Animavam-se a tentar construir um projeto que atendesse ao, tão fora de moda, bem-comum. Um projeto que não fosse mais um jogo de soma negativa, como tantos jogados em nossa história e que nos colocaram onde então nos encontrávamos. Eram evocadas as experiências concretas (apresentadas no texto de apoio à discussão inicial), vividas por povos inteiros, desenhadas e empreendidas por personagens singulares, em condições específicas e em tempos determinados, que não ficaram marcados como sendo tempos fáceis. Eram exemplos de que o impossível é transitório, de que possibilidades bem aproveitadas podem fazer a diferença, de que o aparentemente inconciliável pode ser harmonizado em horizontes temporais diferenciados. Mostravam ser possível abrir jogos de soma positiva, onde todos podem ganhar, uns mais e antes do que outros, mas com os ganhos dos primeiros se tornando, eles mesmos, ganhos dos outros[12].

2.1 A tarefa histórica que se apresentava

A definição pactuada de um projeto nacional de desenvolvimento em um país submetido ao regime democrático será sempre o resultado de um grande acordo ou pacto que exprima os valores e princípios, as visões, os desejos e os interesses comuns aos atores sociais de uma determinada sociedade. Tal acordo expressa o máximo consenso social possível dentro de uma determinada circunstância e em um tempo definido, sendo necessário permanentemente atualizá-lo, uma vez que seja posto em prática.

Um projeto nacional não elimina conflitos, não suprime a luta de classes. Sequer assegura que todos ganhem ao mesmo tempo. É um acordo que sanciona ganhos e perdas ao longo do tempo, com vistas a que todos se beneficiem em um prazo mais dilatado. Estabelece sobre o que e como devem ser aplicados os esforços e recursos detidos por todos os pactuantes, objetivando a realização dos interesses comuns, à construção daquelas características de país que foram objeto de consenso. O que não foi contemplado no projeto pactuado continuará em disputa ou poderá vir a ser incorporado em sucessivas negociações. Não é um processo que se encerra em um ponto dado nem um projeto com prazo finito. Conforma, como mostram diversas experiências internacionais, um modo de convivência social, uma maneira democrática de produzir unidade na diversidade.

Acordar um projeto de desenvolvimento para o Brasil é uma tarefa de fôlego. Não é algo que se fará em curto prazo e de modo fácil. Nossa sociedade é

12. A distribuição de renda se traduz em ampliação do mercado consumidor que permite maiores massas de lucro, incentivam o investimento e a inovação, etc. A distribuição da riqueza produz sociedades mais homogêneas, mais coesas, consequentemente, mais solidárias, menos violenta, mais segura. E assim por diante.

muito heterogênea e desigual, sob todo e qualquer ponto de vista. Construir consensos sobre as bases em que se dará a sua elaboração é o primeiro e decisivo passo. Quais os valores que orientarão a formação de uma visão de futuro do país? O que os diversos atores sociais estarão dispostos a fazer, alguns dos quais tendo que abrir mão dos seus interesses imediatos para assegurar possibilidades de sermos diferentes e melhores à frente¿ Como construir, na diversidade, um país que convenha a todos e que seja superior, em múltiplas dimensões, ao que somos hoje?

As respostas poderão ser muitas, a depender da perspectiva que se adote e dos objetivos que se procure defender. O desafio, portanto, é conseguir acordar uma perspectiva que seja comum à grande maioria dos atores sociais. Nesse sentido, o CDES é um lugar privilegiado para dar partida a este intento. Mesmo não sendo uma amostra perfeita da sociedade brasileira, conta com expressiva representação dos principais atores sociais, o que lhe confere legitimidade suficiente para empenhar-se na tarefa e propor-se a levá-la ao conjunto da nacionalidade.

Não parece ser de todo exagerado concebermo-nos como se situados em uma encruzilhada. Existem caminhos que levarão a lugares diferentes. Existe, inclusive, a possibilidade de um novo caminho ser construído, se nenhum dos que se apresentarem permitir chegar ao destino desejado. Assim fizeram os países hoje considerados vitoriosos ou que estão em vias de o serem: construíram os caminhos com os quais imaginaram fazer o futuro que lhes interessava. Ainda que as atuais circunstâncias não sejam as mais propícias, ao se ter em mente que o mais importante é saber alargar os espaços de possibilidades existentes e que a inventividade e a determinação de um povo unido em propósitos comuns são forças poderosas, tornar possível o necessário passa a ser uma possibilidade. É dado tentar, à base do diálogo social, da construção de consensos, da concertação nacional verdadeira, elaborar uma Agenda Nacional de Desenvolvimento, roteiro básico para reverter as tendências negativas e inaugurar uma espiral virtuosa de democracia aprofundada, inclusão social, redução de todas as desigualdades, desenvolvimento equitativo e sustentável, uma vida pacífica e uma inserção internacional soberana.

O caminho a ser percorrido não está traçado nem figura em qualquer mapa. Será desbravado passo a passo, com olhos fixos no destino que se busca alcançar. O processo de caminhar tem, por esta razão, elevado valor e grande importância estratégica. Haverão de estar presentes disposição e preparo para lidar com os erros que inevitavelmente serão cometidos, realizando o aprendizado necessário. Por diversas vezes terão que ser renegociados o ritmo da caminhada, mudanças de traçado, o modo de enfrentar os obstáculos, a maneira de construir ou aproveitar os atalhos. Disposição para buscar acordos, desprendimento, visão de longo prazo, determinação são ingredientes fundamentais em uma longa marcha. Longa, mas que irá incorporando ganhos progressivos, pois o futuro não é um lugar distante no qual se chega depois de muito tempo e se o encontra pronto. O futuro é

feito no dia a dia, mediante ações consistentes com o grande objetivo. Deve estar sempre presente, pois o longo prazo começa hoje.

Não se trata de uma panacéia. As sociedades que assim fizeram não deixaram de enfrentar crises, dificuldades, conflitos e contradições. Não se refizeram de imediato nem se tornaram mais democráticas e igualitárias da noite para o dia; o paraíso não foi encontrado ao concordarem sobre o que tentariam ser. Dificilmente são hoje o que imaginaram ser no passado, adaptaram-se às circunstâncias que não controlavam, renegociando quando assim pareceu ser necessário ou conveniente.

Alguém poderia dizer tratar-se de uma utopia tentar empreender tal processo no Brasil. Não o é, necessariamente. Pelo contrário, de certo modo pode até ser menos difícil do que foi em outros lugares. Somos muito desiguais, existem muitos preconceitos de classes, certos traços culturais de nossas elites não favorecem o diálogo, uma enorme parcela do nosso povo não tem compreensão, educação e informação que o facilitem e nossa sociedade é pouco organizada. Tudo isso é verdadeiro. Mas, não fomos devastados por guerras, não estamos irremediavelmente divididos por ideologias antagônicas, não enfrentamos movimentos separatistas, não estamos submersos em uma crise esmagadora e desorganizadora da economia e da sociedade. Temos liberdades política e civil, vivemos em uma democracia formal, as instituições funcionam, temos propostas de país publicamente colocadas, temos formulações parciais sobre o desenvolvimento nacional explicitadas, temos potenciais enormes, temos recursos que não estavam disponíveis aos outros países, temos uma restrita, porém ativa sociedade civil. Não é pouco e pode ajudar muito. Se o governo e os atores sociais comprometidos forem capazes de estimular e coordenar as vontades coletivas, grandes serão as chances de conseguir. A caminhada coletiva e pactuada que nos levará ao futuro almejado poderá, pois, ser começada.

2.2. Coincidências, convergências e oportunidades

O Brasil é um país muito desigual. É, também, muito diversificado, seja qual for a perspectiva adotada. A diversidade sofre influências da geografia e da ecologia. Mas a desigualdade, que se manifesta fortemente na dimensão social, é o resultado de fatores históricos e, principalmente, de variados processos que vêm sendo reforçados, de modo contínuo, ao longo do tempo. Não é por acaso que somos um dos países mais desiguais do mundo, ocupando um triste primeiro lugar no *podium* de muitas áreas que o demonstram, nem é coincidência que tenhamos perdido influência e posições na economia internacional ou que tenhamos experimentado décadas perdidas.

Tudo isto apesar de determos grandes potencialidades, dispormos de consideráveis capacidades e sermos uma sociedade ansiosa para ver o país ingressar em uma trajetória diferente, combinando virtuosamente o aprofundamento da

democracia, o crescimento acelerado, a inclusão social, a redução de todas as desigualdades, a sustentabilidade ambiental e a inserção internacional soberana. O desenvolvimento está se tornando um imperativo nacional. O governo e os atores sociais responsáveis e comprometidos com os interesses do povo brasileiro e com a nacionalidade têm que encontrar o caminho que possibilite atender ao repto histórico que se apresenta. Não é permitido desiludir a nossa e as próximas gerações. Para tanto há que se percorrer um processo de esclarecimento mútuo, superar desentendimentos, harmonizar perspectivas, negociar conflitos, estabelecer acordos. Iniciar o amplo e eficaz diálogo social que conduza a consensos viabilizadores de uma agenda nacional de desenvolvimento.

Em começos de Julho de 2004 teve início a discussão da Agenda Nacional de Desenvolvimento, no âmbito do GT Fundamentos Estratégicos do Desenvolvimento[13]. Parecia que a fortuna jogava a favor, pois no mês imediatamente anterior um grande número de personalidades, empresários, líderes sindicais, intelectuais e jornais manifestaram-se a respeito de temas muito caros ao CDES e que estavam no cerne do processo de construção da Agenda. O diálogo social e o desenvolvimento pareciam estar se tornando preocupações sinceras de diversas tendências do pensamento nacional. E se isto estava acontecendo seria por existirem razões percebidas por aqueles que se pronunciavam, os quais poderiam não se conformar com elas ou captavam evidências de possibilidades a alargar e oportunidades a aproveitar. Estariam talvez a reconhecer, no entanto, tratar-se de algo que escapava às respectivas capacidades de atuação: insistiam na necessidade de um projeto de desenvolvimento, sentiam a premência de que fosse promovido e deviam estar conscientes de tratar-se de uma tarefa exigente em coordenação legítima, segura e socialmente pactuada.

Carlos Lessa, então presidente do BNDES, expressou-se nos seguintes termos: "estou convencido de que não há uma saída eficaz para a crise social brasileira, determinada pelo alto desemprego, a não ser por alguma forma de pactuação. (...) Não há dúvida de que o povo brasileiro quer estabilidade... entretanto temos tido inflação. (...). A tendência do governo, para evitar a volta da inflação é manter as taxas de juros num nível elevado e cortar gastos públicos. Isso significa impregnar a política econômica de cautela e conservadorismo. A consequência é a emissão de sinais de redução do investimento para a iniciativa privada. Não há estímulo ao desenvolvimento. (...) dado que a sociedade quer estabilidade e desenvolvimento, sugerimos um pacto social, numa linha já defendida publicamente pelo ministro José Dirceu. (...) Se o espetacular desenvolvimento dos países da Europa Ocidental e do Japão, no pós-guerra, se baseou em políticas de pleno

13 Ver, em anexo, a íntegra da "Agenda Nacional de Desenvolvimento", Agosto de 2005, CDES/SEDES-PR Brasília/DF, o Apêndice: Processo de Construção da Agenda Nacional de Desenvolvimento, pág. 15 a 27, no qual estão descritos todos os passos percorridos na elaboração da Agenda.

emprego sustentadas por amplos pactos sociais entre sindicatos de trabalhadores, entidades empresariais e governos (...) por que nós não podemos também?" (O Estado de São Paulo, 01.06.2004)

A Folha de São Paulo, de 02.06.2004, marcou posição em um editorial com o título "O Debate Restrito", no qual fica bastante evidente que expressa mais do que a sua própria opinião a respeito do tema. "Há como um acordo tácito de que não é possível *alçar* vôos mais altos. A margem de manobra para as políticas públicas é exígua e há até os que se regozijam com os constrangimentos externos, pois são de tal ordem e de tal monta que inibem propostas de mudanças. Melhor, segundo alguns, que o governo não se preocupe em delinear projetos de desenvolvimento e de inserção internacional mais arrojada, pois ideias dessa natureza teriam, além de tudo, ficado irremediavelmente obsoletas, trazendo em si o vírus do populismo, do estatismo e do atraso. (...) Em sua recente passagem pelo México, o Presidente Lula queixou-se de que os países latinos fizeram a lição de casa , mas não colheram os frutos prometidos. É uma constatação, no entanto retórica, que não tem encontrado contrapartida na formulação de políticas internas. Há uma compreensível insegurança quanto ao tema da mudança: afinal, o que é possível efetivamente mudar? Qual o preço a ser pago? Politicamente, valeria correr o risco de contrariar preceitos estabelecidos? A resposta até aqui oferecida a essas questões pelo Governo Lula tem sido gerenciar o dia-a-dia da economia com prudência, dentro dos padrões herdados da administração anterior. Crescer pouco é melhor do que não crescer, administrar a crise é melhor do que deixá-la explodir. Não há dúvida quanto a isso, contudo parece faltar não apenas ao governo, mas ao debate nacional, uma perspectiva estratégica, uma visão de longo prazo dos caminhos a serem trilhados pelo país".

O líder empresarial Oded Grajew (que em novembro de 2003 havia solicitado exoneração do cargo de Assessor Especial do Presidente da República) faz a defesa de seus pontos de vista nos seguintes termos: "O maior desafio dos nossos tempos é gerar trabalho decente para as pessoas. Os países europeus se puseram de acordo a não ultrapassar os 3% de déficit público. Vários desses países estão ultrapassando esse limite, chegando a 4% de déficit, porque dizem que com apenas 3% de déficit eles não conseguem gerar os empregos necessários. Pela mesma razão os EUA estão hoje com 4,75% de déficit público. O Brasil é obrigado a gerar 4,25% de superávit para atender seus compromissos de pagamento de juros. (...) Faço a pergunta: se a Europa e os EUA, que arrecadam (proporcionalmente) tanto ou mais impostos do que o Brasil, não conseguem impulsionar a economia a ponto de gerar trabalho com 3% a 4% de déficit, como o Brasil conseguirá fazê-lo com 4,25% de superávit? (...) Ano após ano, eleição após eleição, governo após governo, continuamos a nos enganar. Temos uma saída? Estou convencido que sim. Do meu ponto de vista, a saída é, além

de tentar negociar melhores acordos (com os credores), promover uma gigantesca redistribuição de renda. (...) Governo e sociedade precisam tomar a decisão política de transferir recursos para a população mais pobre. (...) Dinheiro e educação para os mais pobres fariam nosso mercado consumidor passar de 30 milhões de pessoas para 60, 80 ou 100 milhões. O incremento do mercado geraria mais empregos, o que aumentaria ainda mais o mercado. O aumento do mercado atrairia mais investimentos. Mais impostos seriam arrecadados, aumentando a capacidade do governo investir, promover a justiça social e começar a abater a dívida. Com o aumento do PIB cai o peso da dívida, diminui a vulnerabilidade e o risco do país, expande-se a possibilidade de caírem os juros e crescer a economia. (...) Só a redistribuição da renda fará o país crescer e gerar trabalho. Foi essa decisão que há muitos anos tomaram os países escandinavos, por visão e sabedoria de sua elite. (...) Tenho certeza de que o sacrifício, temporário e suportável, da população mais rica será amplamente recompensado pelo desenvolvimento econômico e pelo extraordinário aumento da qualidade de vida. Espero que nossas lideranças governamentais, empresariais e sociais, a sociedade em geral, tomem consciência da gravidade da situação, desse faz-de-conta em que vivemos, e tracem um novo rumo para o nosso pobre e ao mesmo tempo tão rico e promissor Brasil."(Folha de São Paulo, 21.06.2004).

João Sayad (em sua coluna semanal no jornal Folha de São Paulo, 21.06.2004), alerta para a necessidade de se ter um pensamento abrangente sobre os problemas e as potencialidades do país, insistindo, reiteradamente, que não sairemos dos impasses que nos paralisam senão crescendo. "Não temos nenhum problema que possa ser classificado de microeconômico ou que possa ser resolvido apenas pela Renda Mínima, pelo micro-crédito, pelo Fome Zero, pela Tolerância Zero, por educação profissionalizante ou pela nova Lei de Falências. Os problemas são macroeconômicos, sistêmicos e grandes como o país. Não há porque desesperar. Basta crescer. (...). Os investidores privados têm receio quanto ao futuro de um país que não cresce. Governos eleitos por brasileiros que acreditam no país devem investir. Alguns investimentos darão prejuízo – como os prejuízos do Banco Central quando especulou com o câmbio. Outros darão certo. Diferentemente da especulação com o câmbio, todos criarão emprego, renda, consumo, demanda, crescimento e mais investimentos privados."

O Conselho Federal de Economia emitiu uma carta intitulada "Por uma política de crescimento e emprego". É um documento muito importante porque fruto do consenso entre os seus conselheiros de diversas tendências e escolas teóricas, algo sabidamente difícil de ser alcançado. Nele está dito que "a se manter a política atual, o crescimento previsto para o PIB (3,5% em 2004, 4% em 2005 e 4,5% em 2006), segundo a maioria dos analistas, será insuficiente para absorver o aumento da oferta de trabalho (cerca de 1.500.000 trabalhadores ao ano), e

reduzir o contingente de desempregados, por volta de 10 milhões de trabalhadores. (...) Há inúmeros fatores positivos que permitem adotar uma postura mais ousada, em termos de política macroeconômica, pois a economia brasileira tem condições de crescer de forma sustentada acima das previsões oficiais, retomando suas taxas históricas de crescimento do produto e do emprego".(Manifesto aprovado pela Plenária do Conselho Federal de Economia, em sua 567ª Sessão Plenária – Brasília, 19 de junho de 2004. www.cofecon.org.br)

Rubens Ricupero leu uma Mensagem ao Povo Brasileiro ao final da reunião da UNCTAD, 17.06.2004, por ele presidida. "Depois de respirar esses ares de inteligência crítica, sufoca-se por falta de oxigênio na estratosfera rarefeita em que se teima em manter os juros no país, no qual a remuneração dos empréstimos chega a quase um décimo da riqueza produzida. Nessas condições, como esperar que haja investimento suficiente para permitir crescimento sustentável? Ao receber na conferência a visita de jovens empresários, falei-lhes do que acontece quando se tolera a escravização aos mercados financeiros. Meio século atrás, no momento em que eu chegava à universidade, no ano da eleição de Juscelino, um diploma universitário era praticamente a garantia de bom emprego. Tinha-se a paixão do desenvolvimento, admirava-se a história dos empreendedores, dos capitães de indústria, que se faziam por esforço próprio, gerando emprego, criando riqueza. Onde estão agora os líderes industriais novos, como era Antônio Ermírio naquela época, os empresários animados de *animal spirit* para afrontar riscos e construir, com invenção e coragem, uma economia que dê trabalho a todos? Esses líderes já não existem porque, conforme apontava a *Economist* em dossiê de início de 1995 sobre o Brasil, os talentos mais brilhantes, os Ph.D.s em Harvard ou Cambridge vão não para onde o país mais precisa -a indústria, a produção, o governo inteligente-, mas para a especulação financeira. É lá que se encontra o dinheiro fácil e rápido, que esteriliza os melhores e os afoga em riqueza cuja necessária condição é o desemprego e a desgraça para milhões de seus compatriotas. É por essa perversidade que os mercados deliram de exuberância quando o desemprego se agrava e os juros sobem. Quando a pátria está metida no gosto da cobiça, queixava-se Camões, não há mais favor para a invenção e a cultura, mas só uma apagada e vil tristeza."

"Celso Furtado lembrou-nos que 'a dimensão política do processo de desenvolvimento é incontornável, qualquer que seja o exercício analítico, que se parta de uma visão microeconômica ou macroeconômica'. Prosseguiu mostrando que 'o avanço social dos países que lideram esse processo não foi fruto de uma evolução automática e inercial, mas de pressões políticas da população'. São essas, acentuou, 'que definem o perfil de uma sociedade, e não o valor mercantil da soma de bens e serviços por ela consumidos ou acumulados'. O verdadeiro desenvolvimento -não o crescimento econômico que resulta da mera modernização das elites - só pode existir ali onde houver um projeto social subjacente.' Onde estará

o nosso projeto?, interpela-nos a voz de Celso Furtado. Ele não pode, é óbvio, resumir-se à luta contra a fome. Será possível construir autêntico projeto de *promoção de todos os homens e do homem como um todo* sobre a base dos contravalores do cassino financeiro? A bela definição de *Maritain* encerra dois conceitos. O primeiro é a universalidade do processo de inclusão, a igualdade sem discriminações entre todos os seres humanos. O segundo é sua qualidade, o ser humano na totalidade inseparável de necessidades materiais e de aspirações de educação, beleza, cultura, valores simbólicos e relações com os outros. Serão essas metas compatíveis com um mercado que exclui e avilta, que marginaliza e abastarda? Ou 'é só quando prevalecem as forças que lutam pela efetiva melhoria das condições de vida da população que o crescimento se transforma em desenvolvimento'? Essa é, acima de todo o demais, a mensagem principal que Celso Furtado e a 11ª Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, recém-encerrada em São Paulo, dirigem ao nosso povo e a todos os que crêem que um outro e melhor mundo é possível". (jornal Valor Econômico, 17.06.2004)

Luís Nassif, praticamente lançou um manifesto em sua coluna de 22.06.2004, na Folha de São Paulo, ao conclamar que chegou a *Hora de Buscar o Novo*, de buscar um grande entendimento coletivo que permita aglutinar vontades em prol de um vigoroso desenvolvimento nacional: "Vamos juntar algumas pontas para tentar discutir as saídas para a perda de rumo do país. Há cada vez mais uma confluência de diagnósticos sobre a incapacidade do modelo econômico atual de produzir desenvolvimento. A elite intelectual do país - não esses papagaios 'cabeça de planilha'- já sabe que desenvolvimento se produz com poupança interna e atração de capital produtivo, não o de curto prazo; com inovação e educação, não com cortes nem com desperdícios em gastos sociais; com políticas indutivas, não com protecionismo; com responsabilidade fiscal, mas com qualidade de gastos. Não há consenso sobre as maneiras de o Estado intervir no processo econômico. Esse pessoal vem da social democracia, da esquerda e do chamado pensamento liberal, tem formação estruturalista ou monetarista. Em comum, a capacidade de enxergar a realidade de forma mais sofisticada e complexa do que o pensamento linear raso que caracterizou os herdeiros do Cruzado. Talvez por isso mesmo tinha escassa visibilidade na opinião pública - já que a discussão pública tende a privilegiar as simplificações, ainda que enganadoras. Há convergência entre o diagnóstico de pessoas de formações diversas, como Luiz Gonzaga Belluzzo e Paulo Rabello de Castro, Yoshiaki Nakano e Ibrahim Eris, Luiz Carlos Bresser Pereira e Luis Paulo Rosemberg, João Sayad e Paulo Nogueira Batista Jr., Rubens Ricupero e José Luiz Fiori, os irmãos Mendonça de Barros e Delfim Netto e Carlos Lessa. O que falta para acender o estopim capaz de promover as mudanças necessárias no modo de pensar do país e na pauta de discussões?"

Sem a pretensão de ter apanhado todas as intervenções mais ou menos recentes favoráveis ao diálogo/debate ou a pactuação/concertação a favor do de-

senvolvimento[14], mas ficando apenas no que foi produzido no mês de Junho de 2004, é possível encontrar tanta confluência que permite especular sobre a existência de algo como um acordo tácito em favor do diálogo social. Ou melhor, em favor do diálogo social para um novo tipo de desenvolvimento. Sob o ponto de vista do movimento das sociedades ou do processo histórico de uma nação, não chega a ser despropositado considerar tal situação como sendo uma oportunidade singularíssima. Daquelas que os gaúchos equiparam à passagem de um cavalo encilhado diante da porta de casa. Perdê-la pode ser muito danoso. Não se podia dar a esse luxo nas condições em que o país se encontrava à época. Estava-se, portanto, diante do imperativo de aproveitá-la ou pagar elevado preço político, social, econômico, cultural, motivacional por desperdiçá-la. A oportunidade, tal como a passagem do cavalo encilhado pela nossa porta, não dura por muito tempo. Por tratar-se de uma conjunção favorável de fatores fora do controle dos que lhe podem tirar proveito, há de se estar preparado ou preparar-se rapidamente antes que esvaneça.

A transitoriedade da oportunidade podia ser evidenciada por diversos fatos. Concretamente, alguns deles já estavam se apresentando, como a lhe querer reduzir espaços ou a mostrar que o seu tempo está se esgotando. O relatório do FMI, tornado público à mesma época, pode ser considerado uma síntese do que muitos falavam. O "Perspectivas para a Economia Mundial" mostrava que o Brasil era um dos países com mais baixas taxas de crescimento na última década. Enquanto os emergentes, em conjunto, cresceram, em média, 5,0%, os EUA 3,5%, o México 3,5% e o conjunto da economia mundial 3,8%, o Brasil viu o seu PIB crescer apenas 2,1% ao ano. Mas o pior, na avaliação do FMI, eram as perspectivas para os próximos dois anos. Para a economia americana era projetado um crescimento de 4,6% em 2004 e 3,9% em 2005, enquanto a média das economias avançadas é de 3,5% e 3,1%, respectivamente (Japão: 3,4% e 1,9%; Área do Euro: 1,7% e 2,3%). Previa um forte crescimento dos países em desenvolvimento (6% em 2004 e 5,9% em 2005), com destaque para as economias emergentes asiáticas, como a da China, com projeções de crescimento de 8,5% em 2004 e de 8% no ano seguinte. São muito mais baixas as projeções para a América latina: evolução de 3,9% e 3,7% em 2004 e 2005. Para o Brasil, no entanto, o Fundo projeta um crescimento de 3,5% para 2004 e 2005 (em realidade o Brasil cresceu 4,9% em 2004 e 2,3% em 2005) abaixo, portanto, da média mundial, assim como da média dos países em desenvolvimento e da América Latina. Este não era um cenário confortável para quem tanto necessita gerar emprego, renda e combater as injus-

14 Desde antes e ao longo de toda a construção da Agenda, diversos conselheiros produziram e publicaram um sem número de artigos na grande imprensa brasileira e concederam outras tantas entrevistas, sempre no mesmo sentido, em prol de um processo acelerado de desenvolvimento. Alguns conselheiros assinam colunas periódicas em jornais e revistas de circulação nacional, sempre reiterando essas posições.

tiças sociais. Os empresários investidores levam tais projeções em consideração, não havendo tortura de estatísticas (até produzindo falsas informações) e discurso melífluo suficientes para lhes convencer do contrário.

Todas essas manifestações trazem consigo várias e importantes implicações. Elas apontam para a existência de alternativas ou de possibilidades que não estaríamos considerando adequadamente. Indicam que existem insatisfações com o rumo que estávamos seguindo, com a postergação do enfrentamento de graves problemas, com o acúmulo de deficiências e de consequências do que não foi resolvido. Apreensões e contrariedades com o não aproveitamento de oportunidades? Os investidores não premiam os países disciplinados na aplicação do receituário convencional, eles orientam seus negócios para os países inovadores e com elevado desempenho. São alertas muito importantes, mas que podem se transformar em discordâncias profundas, em decepções, a ponto de criar um clima extremamente desfavorável ao encaminhamento futuro de iniciativas ou mesmo inviabilizá-las.

Aproveitar a existência daquele acordo tácito sobre a necessidade de um diálogo social em prol do desenvolvimento e fazê-lo explícito, costurando firme e delicadamente os consensos, afiançando compromissos e disposições para enfrentar incertezas e riscos inerentes à mudança é tarefa hercúlea. É a tarefa de construir os verdadeiros e poderosos alicerces de um novo tempo, o que exige liderança e comprometimento. A liderança perspicaz e determinada em fazer um futuro diferente para o povo brasileiro haveria de se valer da onda favorável ao entendimento construtor de viabilidade para o desenvolvimento acelerado. Não era admissível permitir o fechamento da oportunidade que se apresentava, sem ao menos tentar aproveitá-la. Supostamente, o Presidente da República teria a sagacidade, a experiência negociadora e, principalmente, a liderança requerida para convocar, coordenar e levar à prática o grande diálogo social que produzisse uma aglutinadora agenda nacional de desenvolvimento. Mas há que se dar conta da natureza efêmera das oportunidades. Além dos indícios acima apontados, existiam outros, dialeticamente a indicar que a hora estava chegando. A onda favorável à mudança e ao acordo social sinalizava, também, que a janela de oportunidade poderia se fechar. Sem liderança inconteste, sem a confiança coletiva de que se está sob o comando do mais legítimo e do mais comprometido em vencer o velho, sem a crença social de que o líder é o melhor e o mais hábil condutor no desbravamento de novos caminhos, a tarefa acabaria se tornando muito mais difícil, podendo alcançar o estágio do impossível.

A avaliação positiva do governo sofreu queda de 5,2 pontos porcentuais, de 34,6% em maio para 29,4% em junho de 2004, segundo pesquisa CNT-Sensus (15 a 17 de junho). A avaliação negativa do governo subiu de 20% para 24,1%. Era o pior desempenho do governo desde a sua posse, quando tinha uma avaliação positiva de 56,6%, ante uma negativa de 2,3%. A aprovação do desempenho pes-

soal do Presidente da República também caiu de 60,2% em maio para 54,1% em junho. Em janeiro de 2003, primeiro mês de governo, o Presidente tinha 83,6% de aprovação. A avaliação demonstrava que as pessoas já começavam a entender que os resultados não ocorreriam como esperado, identificando também o imobilismo político-social do governo, sobretudo em relação ao desemprego. O presidente estaria sofrendo "desgaste pela frustração do brasileiro", após 18 meses em que o governo não conseguiu gerar um clima de desenvolvimento, de crescimento do emprego e de melhoria social. Na pesquisa CNT-Sensus, 47,6% dos entrevistados disseram que não votariam no presidente Lula, se as eleições presidenciais se dessem à época da pesquisa, enquanto 16% disseram que votariam. Esta era a maior rejeição individual do presidente desde que eleito. Em outubro de 2002, quando se realizou o segundo turno das eleições presidenciais, 51% dos entrevistados na pesquisa CNT-Sensus o apontaram como seu candidato, enquanto 28,5% disseram que não votariam nele. Os números de junho de 2004 podiam ser considerados críticos, pois implicavam o futuro candidato Lula até a ficar fora do páreo, pois um índice de rejeição superior a 35% parece ser o limite para um candidato ter chances de se eleger. Entre os entrevistados, 58,9% disseram achar que o governo estava fazendo menos do que poderia fazer, enquanto 16,4% opinaram que estava fazendo mais do que poderia. O desemprego continuava sendo o principal problema do País, na opinião de 66,9% dos entrevistados e o segundo maior problema estava relacionado com a queda da renda do trabalhador. Isso mostrava que as pessoas tinham consciência de que o aumento substancial do emprego (10 milhões de novos postos) foi uma importante promessa de campanha do candidato Lula, o que contribuiu para a queda de sua popularidade.

Deixo de acrescentar o sem-número de intervenções feitas por lideranças empresariais, sindical-trabalhistas, do movimento social, de intelectuais, boa parte dos quais integrantes do CDES, a respeito de suas respectivas discordâncias com os rumos escolhidos pelo governo no que se refere à política econômica e, também, apontando deficiências diversas na política social. Em quase todas há a comum disposição de cooperar com o governo na busca de soluções para os problemas que apontam. Não se tratava de postura oposicionista, eram manifestações que traziam críticas duras e pretendiam influenciar decisões sugerindo alternativas. Algumas mais abstratas, a maioria com propostas muito concretas e exequìveis. Ou seja, estavam expressando o apoio sócio-político necessário para um processo de mudanças coerente com o que havia sido apresentado no programa de governo e nos discursos iniciais.

Era como se estivessem a dizer: *sabemos que o ingresso em um processo de desenvolvimento é o resultado de deliberada vontade coletiva de contrariar tendências indesejáveis, de infringir as chamadas "leis do mercado", de desrespeitar os pactos dominantes que mantêm as sociedades onde elas não querem mais estar. Sabemos*

que exige audácia, criatividade e inovação continuadas. Não é tarefa que se realize do dia para a noite: *impõe coordenação, capacidade de direção estratégica e enorme competência para se ajustar às variações conjunturais ou às mudanças fortes nas circunstancias. Entendemos ser necessário um governo com grande legitimidade, refinada capacidade de condução, sensível habilidade negociadora e atores sociais cônscios de seus interesses e dos mais altos desígnios nacionais, aglutinadores dos interesses particulares. Reconhecemos que é a hora de tentarmos e estamos dispostos a dar a sustentação e auxiliar em sua condução*. Parecia haver, sim, um acordo tácito em prol de um projeto nacional de desenvolvimento.

2.3. Nem todas as leituras são coincidentes

Este era o quadro, conforme a leitura feita pelo autor desse relato. Evidentemente, não é a única. Mas não é uma interpretação da conjuntura que possa facilmente ser considerada despropositada. Diversas análises poderão ser feitas, e muitas convergirão para um entendimento aproximado. Outras tantas discordarão, em particular as enviesadas por interesses em conservar o estado de coisas vigente, as dominadas por visões encurtadas pelos modelos ideológicos vestidos como "teoria científica do funcionamento da economia globalizada", ou ainda por crença religiosa nos automatismos de mercado ou talvez na superioridade da intuição, da improvisação e da capacidade de convencimento e comando das metáforas futebolísticas e de economia doméstica. Paciência.

No entanto, aqueles interesses, ideologias e crenças têm os seus adeptos. E eles não são ingênuos, incompetentes ou distraídos nos embates concretos que movem as decisões de governo e a dinâmica dos negócios privados. Muito pelo contrário. Em recente entrevista a um semanário nacional[15], o historiador Thomas Skidmore perguntado se o 'risco Lula' - tradução da desconfiança dos mercados com uma vitória do PT, estaria presente nas eleições de 2006, respondeu: "Duvido. Isso foi invenção do pessoal da direita para criar dificuldades na campanha... Mas é curioso entender como ele mudou tanto... É uma coisa a ser explicada. Alguém muito influente convenceu Lula. Foi um *marketing* muito efetivo em cima dele".

Uma possível explicação foi tentada por Guimarães (2004).[16]

> "Longe de apoiarem seus poderes no livre jogo dos mercados, como apregoam insistentemente, os agentes financeiros valiam-se de novos procedimentos de regulação criados pelo Estado nos anos 1990 e do controle direto de instituições governativas chaves para reproduzir seus interesses. Daí que a pactuação nacional mais ampla envolvendo trabalhadores e empresários do setor produtivo ou do comércio seja vista

15. Revista Época, ed. 388 de 24.10.2005.

16. Juarez Guimarães – "A Democracia Brasileira e a Desfinanceirização", in Periscópio – boletim eletrônico da Fundação Perseu Abramo, ed. 40, outubro de 2004.

> por estes agentes como uma ameaça fatal. E o próprio debate democrático passa a ser interditado como perturbador da "estabilidade" dos mercados. (Assim) a proposta de um contrato ou acordo nacional de sentido desenvolvimentista encontra uma barreira intransponível no modo de regulação macro-econômica vigente no Brasil. Isto é, posicionados no controle de instituições chaves como o Banco Central e o Tesouro Nacional, os agentes financeiros que na década de 1990 exponenciaram seus ganhos diminuindo suas funções de crédito e elevando suas aplicações rentistas, operam no sentido de preservar seus privilégios inibindo ou vetando alternativas econômicas que alimentem um ciclo sustentado de crescimento."

E oferece como um exemplo da sua interpretação o trânsito experimentado pela proposta CUT/FIESP, com o apoio de diversos empresários de peso, entidades e da CNI, de um "Acordo Mínimo", para garantir a estabilidade de preços, queda dos juros básicos e aceleração do crescimento, do emprego e da distribuição da renda.

> "No dia 19 de agosto (de 2004), a direção nacional da CUT tornou público um documento no qual alerta para "os riscos representados pela possibilidade de que o atual crescimento da economia não seja sustentável, não distribua renda e acabe se mostrando passageiro, como em outros momentos de nossa história recente". Para a Central, 'o crescimento sustentável exige, de imediato, a adoção de medidas como a política de recuperação de salários, investimentos em infraestrutura, aumento da capacidade de produção da indústria, redução dos juros básicos e na ponta do crédito, entre outras iniciativas. Também é estratégico recompor a ação do Estado nas políticas públicas voltadas para as áreas sociais e recuperar seu papel na promoção do desenvolvimento e dos investimentos, especialmente na área de infraestrutura'.
>
> Tendo em vista esta análise, a CUT propôs que 'o governo federal aproveite o momento para liderar um amplo processo de negociação na sociedade brasileira com o objetivo de superar os riscos apontados'. A proposta da discussão de um contrato nacional foi apoiada pelo recém-eleito presidente da Fiesp, Paulo Skaf, e pelo próprio presidente Lula, que no dia 7 de setembro, assim se expressou: 'Quando pego o jornal e vejo que o movimento sindical dos trabalhadores e o movimento sindical dos empresários, no caso CUT e Fiesp, se encontram e começam a discutir a possibilidade de construção de um acordo para apresentar, para discutir com o governo, é tudo o que eu acho que deva acontecer no Brasil: a construção de um novo contrato social.'
>
> A proposta, entretanto, não pôde prosseguir no curto prazo. Enfrentou três tipos de obstáculos: Em primeiro lugar, uma grave distorção em sua divulgação pelo jornal *Folha de S. Paulo,* que, apesar dos desmentidos em documentos escritos, cartas e declarações do presidente da CUT, a veiculou insistentemente como uma proposta de "redução de pressões salariais" por parte dos trabalhadores. Em segundo lugar, a oposi-

> ção dos neoliberais, como a do governador de São Paulo, que classificou a proposta de 'desgastada' frente a um "Brasil mais estável. 'Você tem um regime monetário melhor, aprendemos a controlar a inflação e também temos regimes cambial e fiscal melhores. Agora é aproveitar esse momento em que o mundo está crescendo para pisar no acelerador e fazer crescer emprego, renda e trabalho', afirmou. O maior obstáculo, no entanto, foi a oposição declarada e frontal do próprio Ministro da Fazenda: considerou que a proposta traria 'enorme' risco de volta da inflação e sinalizaria falta de confiança na capacidade do governo sustentar o atual ritmo de crescimento. A obstaculização da proposta de um acordo nacional foi seguida do recrudescimento das pressões dos agentes financeiros para aumentar os juros como forma de alcançar uma meta de inflação, definida pelo Conselho Monetário Nacional para 4,5 % em 2005. Uma ascensão forte dos juros passou a ser praticada... aumentou-se o superávit primário já recorde de 4,25% para 4,5% do PIB... Em contra-partida, o Banco Central elevou a meta da inflação para 2005 de 4,5% para 5,1%, o que, nos padrões monetaristas, diminuiria a pressão pela elevação dos juros."

Outro analista, Marcio Pochmann, não à época, mas em artigo datado de 02.11.2005*, foi bastante categórico ao afirmar: "há dificuldades para localizar nos ricos de hoje algum sentimento de missão com o qual o país possa se identificar. A ganância pelo dinheiro os torna cada vez mais alienados, pois tudo o que possuem tende a se resumir ao dinheiro ou a sua incessante busca, salvo poucos casos especiais. Nesse sentido, não há como produzir um projeto de país capaz de possibilitar a inclusão do conjunto do povo frente ao atual padrão de enriquecimento com origem na especulação financeira, nas heranças patrimoniais e no submundo privado. Inversamente à concentração da riqueza, permanece intacto o déficit nos serviços públicos indispensáveis à vida civilizada".

Os diversos trabalhos que Pochmann conduziu, sobre desigualdades sociais no Brasil, lhe conferem um posto de observação privilegiado, aguçam sua capacidade analítica e permitem conclusões contundentes. Não há com o que discordar. Apenas, reconhecendo a dificuldade que diz constatar, ouso afirmar que o CDES conseguiu que alguns poucos integrantes da elite econômica também se dedicassem a produzir um projeto com a pretensão de incluir grandes massas de brasileiros em um processo de desenvolvimento coletivamente concebido. São os poucos casos especiais a que se refere.

Mesmo havendo aquela referida convergência de percepções e estando estabelecida entre muitos e diversos segmentos sociais a compreensão de que a retomada do crescimento econômico que se ensaiava favoreceria a discussão – em curso - sobre um projeto de desenvolvimento para o país, o posicionamento con-

*. Jornal Folha de São Paulo, seção Tendências e Debates, pág A3.

creto dos atores sociais era diversificado, corroborando, assim, a interpretação de Guimarães e a conclusão de Pochmann.

As lideranças do campo popular e os seus intelectuais tinham a clara percepção de que naquela conjuntura o que estaria se verificando seria a fase fácil do crescimento (ocupação de capacidade ociosa), com a geração de empregos mal remunerados (excesso de oferta), ainda que formais. Ou seja, era o velho modelo concentrador de renda e riquezas que voltava a rodar. E se tudo continuasse como estava, o que teríamos nada mais seria que um ciclo (curto) de crescimento com perpetuação das desigualdades sociais, sem inclusão social verdadeiramente cidadã, sem o aprofundamento material e econômico-social da democracia.

Os setores mais esclarecidos da elite tendiam a concordar com a interpretação anterior. Mas, parte expressiva do grande empresariado (pequena em número, mas poderosa em termos de patrimônio e influência), em particular aqueles com ponderáveis transações no exterior ou detentores de excedentes financeiros vultosos, defendia que o caminho estava dado, demandando apenas ajustes nos marcos jurídico-regulatórios, na estrutura tributária, na política monetária (juros menores) e a criação de um novo padrão de financiamento do investimento, assentado em crédito público/privado e com custos e prazos compatíveis, além do necessário esforço em inovações e incorporação de tecnologias mais competitivas.

A parte majoritária da população, os excluídos da cidadania, desorganizados, desinformados, despreparados para viver na complexa atualidade, sem defensores com voz alta, nada faziam a não ser recalibrar para baixo suas modestas expectativas, perdendo lentamente a esperança em dias melhores. Alguns tantos podiam atender suas modestas aspirações com as transferências de renda que ganhavam volume. Muitos se aprofundavam no fatalismo e na religiosidade mistificadora, tornando-se, como sempre, presa fácil da demagogia, do clientelismo, da falta de escrúpulos de falsas e oportunistas lideranças.

Nessas circunstâncias, a existência do CDES e a possibilidade de elaborar uma agenda nacional de desenvolvimento, negociada e pactuada entre os seus membros e entre esses e o governo, para depois ser levada ao conjunto da nacionalidade brasileira, aparecia tanto como um trunfo ímpar, quanto como um risco de trazer mudanças indesejáveis. O fato é que, por uma ou outra razão, nenhum dos setores sociais representados no Conselho refutou a proposta e a discussão da Agenda acabou por ser bem recebida pelos conselheiros e chegou a entusiasmar a alguns e as suas respectivas bases sociais. A repercussão pública foi bastante favorável, indicador, talvez, de sua premência.

Para que a discussão da Agenda pudesse prosperar e ganhar adesões, acreditava-se ser importante e facilitador do processo o governo oferecer um posicionamento abrangente e linhas diretoras sobre a natureza do desenvolvimento

pretendido. Entendia-se ser de extremo valor que manifestações e sinalizações da cúpula do governo dessem, regularmente, os parâmetros do que poderia ser objeto de negociação e pactuação. Sem isso, o temor era o de não se ter mais do que boas discussões e alguns relatórios sem eficácia terminal. O desejável seria que o governo abrisse o debate apresentando sua proposta básica e preliminar sobre os principais aspectos envolvidos no desenvolvimento. Seria uma forma substantiva e responsável de apontar os rumos trilháveis, de demonstrar a sua preocupação com o longo prazo, o seu compromisso com a construção do futuro que interessa à maioria do povo brasileiro. A agenda seria construída passo a passo, exigindo negociações, decisões e comprometimento em iniciar a implementação do que fosse imediatamente exequível, sob a supervisão dos atores sociais envolvidos. Do mesmo modo, o governo deveria conceber mecanismos e instrumento com os quais cobraria dos atores sociais pactuados o cumprimento de seus compromissos.

Mas, isto não aconteceu. Parecia que na cúpula do governo predominava uma certa satisfação e até mesmo uma certa surpresa com o que estava acontecendo. Passado o primeiro ano, com uma quase recessão, aumento de desemprego e da concentração de renda, o desempenho da economia em meados de 2004 (puxado por exportações) estava deixando a sensação de que tudo ia se resolver pelas virtudes do mercado e da favorável conjuntura internacional.

Começava a ficar mais claro, pelo menos para alguns, que a opção adotada de realizar um ajuste duro ao início da gestão, na esperança de ser possível fazer diferente na segunda metade do mandato estava se mostrando inaplicável.

A aposta na obtenção de credibilidade junto ao mercado financeiro estava a revelar que ela não é conquistada de uma única vez - e pronto. Pelo contrário, tem de ser reconquistada a cada santo dia, em toda e qualquer medida a ser tomada, em todas as decisões. Qualquer desvio e desaba. Sua lógica é irretorquível: tem que sempre se fazer mais do mesmo. A outra aposta, de que o consumo parcial do estoque de recursos políticos do Presidente ainda deixaria muito para ser usado mais à frente, não se comprovou pelas pesquisas de opinião. No entanto, a camisa-de-força do reducionista pensamento único é poderosa, a ponto de o Presidente, em entrevista ao jornal espanhol *El País* (26.06.2004) ter reconhecido que a economia não estava crescendo conforme o esperado, mas reafirmado que a estabilidade econômica tem prioridade sobre a expansão mais rápida. "Se crescer a 4%, em 2005, porém à custa da estabilidade monetária, é preferível reduzir o ritmo para 3%, de forma sustentada". Otimista, segundo o periódico, afirmou: "a tendência natural é que as coisas melhorem a cada ano, e muito".

Os assessores ou interlocutores que incutiam tais concepções nas falas presidenciais não acrescentavam que era preciso muito otimismo, muita fé na mão invisível do mercado (que se mostra muito concretamente nos lucros astronômicos

dos detentores da riqueza financeira, na perda de renda dos trabalhadores, no desemprego elevado, no baixo desempenho do setor produtivo de bens semiduráveis e não-duráveis e de serviços para a base do mercado interno, no crescimento da dívida pública, na deterioração da infraestrutura) para fazer tais afirmações. Não lhe informavam que acreditar na existência de tendências naturais em melhorar não encontra suporte na história do capitalismo, na nossa experiência dos últimos 50 anos nem nas sofridas décadas perdidas latino-americanas. Não lhe disseram que é sempre possível piorar; que se as tendências perversas ou indesejáveis não forem contrariadas, elas prevalecerão. A tarefa-mor dos estadistas é justamente a de combater certas tendências e inaugurar outras, desejáveis e portadoras de um futuro melhor para os seus povos.

Promover inflexões em trajetórias seguidas há tempos, tentar o novo, empreender mudanças, experimentar outros caminhos. Tudo isso traz inseguranças, incertezas, ansiedades. A instabilidade é da natureza dos processos de transformação, é própria do processo de desenvolvimento. Neles, são criados desequilíbrios passageiros, conflitos podem surgir e serem resolvidos e perdas e ganhos serem temporariamente redistribuídos. Mas ao longo do tempo existe o bom risco de todos ganharem, com os que têm menos ganhando mais e os que têm mais ganhando menos ou ganhando em qualidades distintas. É a virtuosidade do desenvolvimento socialmente concertado, a possibilidade do jogo de soma positiva.

Os esquemas reducionistas e simplificadores têm a sua atratividade. Quando as promessas de ganhos ou de sucessos não se realizam, são sempre adiadas por culpa de "imprevisíveis fatores externos". Mas ainda assim trazem um certo conforto aos tomadores de decisão. Permitem que opere um mecanismo assemelhado a uma taxa psicológica de desconto, reduzindo o peso e a importância daquilo que não está incomodando no presente, jogando para um futuro indefinido, e que nunca chega, a tormentosa e crucial decisão de mudar. Enquanto isso, as propostas alternativas são desvalorizadas, têm os seus pontos fracos magnificados e os seus pontos fortes diminuídos. O contrário do que é feito com os argumentos que defendem a permanência da trajetória adotada: são sempre exaltados como consistentes, sem vulnerabilidades, inteligíveis e seguros. Seguramente levará a crises, a perda de oportunidades, a eliminação de possibilidades.

As opções sempre existem, a incerteza estará presente em todas elas, todas têm a sua dose de riscos. Inclusive, e isso tem que ser sublinhado, a trajetória na qual se insistia em prosseguir. O caminho único é uma construção ideológica que atende a interesses precisos e conhecidos. O caminho único conduz aonde não queremos chegar, como bem demonstra a triste experiência latino-americana, inclusive Brasil, de duas décadas perdidas. Os interesses a que satisfaz seguramente não são os da grande maioria da sociedade brasileira. Esta, inquieta e insatisfeita

começa a se mexer e a dar recados claros. O tempo é a variável decisiva e o recurso escasso. É sempre possível aproveitá-lo. Ou não.

2.4 ALGUNS SETORES ORGANIZADOS EXTERNOS AO CDES

A proposta de elaboração coletiva de uma agenda nacional de desenvolvimento despertou sentimentos diversos em alguns minoritários setores organizados e não representados no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. A maior parte apoiou entusiasticamente, reconhecendo-a como uma iniciativa oportuna e mais do que necessária, mesmo apontando para a sua complexidade e para a delicadeza exigida em construí-la.

Mas, certos setores (que não serão nomeados, na expectativa de que possam vir a ter seus entendimentos mudados) vislumbraram a possibilidade de mobilizar a sociedade civil para que empalmasse o processo e, em simultâneo, alijar o Governo de sua eventual liderança, sob a perspectiva de que o Estado deve ser reduzido a um mínimo e que o desenvolvimento nacional pode ser produto exclusivo da atuação da sociedade organizada e da dinâmica do mercado. Vou chamá-los de "***facilistas***". Acreditam ser fácil o processo de transformar estruturas arcaicas, de inaugurar novas tendências, de construir virtuosos mecanismos de animação sócio-político-econômico-cultural, de cravar novos valores e novas práticas em sociedades complexas, heterogêneas e marcadas por desigualdades extremas e preconceitos arraigados. Produzem uma visão simplista e reducionista do mundo real, apresentam explicações monocausais para problemas complexos e oferecem soluções igualmente simplificadoras e redutoras. Ao fim e ao cabo desejam mesmo é mudar na aparência e no secundário, para não mudar no essencial e no principal.

Alguns outros poucos (idem) desacreditavam liminarmente de qualquer possibilidade de se conseguir um grande acordo governo-sociedade para empreender um projeto nacional de desenvolvimento. Argumentavam que os países que tinham conseguido tais feitos haviam passado por crises dramáticas, guerras ou traumas semelhantes (o New Deal americano, a reconstrução européia e japonesa no pós-guerra). Que no mundo atual não cabem desejos de mudanças profundas, pois as condições econômicas, ideológicas, políticas, sociais, tecnológicas vigentes no cenário internacional são de tal maneira desfavoráveis que tornam utópico tais projetos. Serão os ***céticos***. Dizem que o vertiginoso sucesso da China é uma exceção, por ser um país mais ou menos socialista, governado por um só partido, que tem um povo muito disciplinado, que as grandes reformas (agrária e agrícola, educacional, econômica, institucional, ideológico-cultural, etc.) haviam sido feitas há muito tempo e em condições muito particulares. Afirmam que a Índia também é um caso único, dadas suas tantas peculiaridades. Esquecem que todos os outros casos de sucesso são únicos, ainda que compartilhem algumas características. Que

todos os países vencedores se fizeram em circunstâncias particulares e construíram os seus próprios caminhos. As lições aportadas pelas experiências mais recentes da Coréia do Sul, da Espanha, da Irlanda, da Finlândia não são consideradas.

"Facilistas" e "céticos" têm em comum o olhar desfocado sobre a nossa sociedade. Os primeiros olham apenas para cima e para os seus próprios interesses, os segundos olham para trás e por sobre os processos realmente existentes.

Nenhum país se desenvolveu sem liderança estatal, forte coesão social, fina articulação governo-sociedade, competente coordenação pública-privada[18]. Nós mesmos temos exemplos de vulto, ainda que parciais: a industrialização (governos Getúlio Vargas e JK) e a modernização acelerada (governos militares). Por outro lado, vivemos nos últimos tempos uma crise profunda que se expressa em diversos planos da vida nacional. Regredimos no *ranking* econômico mundial, a desigualdade social é das mais graves, o desemprego equivale ao de anteriores períodos de catástrofes, a violência é equivalente à de situações de guerra (morrem, por ano, mais brasileiros por homicídios e acidentes do que iraquianos durante a invasão imperialista de 2003, ou mais do que o dobro das baixas americanas durante toda a Guerra do Vietnam), as nossas estradas equivalem às de qualquer país que tenha passado por prolongado conflito bélico, as pontes de importantes estradas estão caindo sob as "bombas" da não-manutenção. A favelização das nossas cidades as faz parecer com acampamentos de refugiados. Não mais nos indignamos com as chacinas de três ou quatro pessoas: são necessárias dezenas de mortes, em um único episódio, para que prestemos atenção. Em breve, de tão acostumados, somente despertaremos quando as mortes chegarem a algumas centenas. Ou seja, temos uma realidade que não nos distingue muito das de nações que conheceram conflitos armados ou guerras civis, só que nos recusamos a enxergá-la.

Mas, existe um outro Brasil se fazendo na solidariedade, na tomada de consciência dos graves problemas, na criatividade e na inovação, na disposição para conversar com o outro e ouvir os seus argumentos, na soldagem de interesses diferentes em prol de algo comum, no agrupamento de vontades para coletivamente produzir o novo. O melhor a fazer é tentar uma compreensão ampla, profunda, global da nossa realidade. Destacar os problemas sem lentes cor-de-rosa, analisá-los em sua complexidade sem escamotear aspectos desagradáveis, situá-los nos contextos apropriados, procurar entender os processos que os produzem. Sermos realistas para podermos ser eficazes.

Haveremos, também, de reconhecer os potencias existentes, que são muitos e de diversas naturezas, as tendências favoráveis em curso, as oportunidades

18. A mais sofisticada confirmação disto são os processos de reconstrução alemão e japonês.

existentes e as que podem se abrir, os predominantes e sinceros desejos de mudar. Esses serão elementos poderosos para a superação dos problemas.

O diálogo social é uma força potente. Os resultados que produz são sempre mais duradouros, como atestam experiências diversas. Eventualmente, podem demorar mais a aparecer, mas os ganhos em qualidade e perenidade são compensadores. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) é um espaço de diálogo social e de aconselhamento ao Presidente da República. Tem feito as duas coisas, com vantagens para a sociedade e o governo. A prática do diálogo, da interlocução, da cooperação – que distingue este espaço daqueles nos quais predomina a disputa – desafia a capacidade de escutar e aprender com o outro e, por sua novidade, nem sempre é devidamente reconhecido como importante instrumento do processo democrático de governar. Mais que ouvir e falar ao governo, os conselheiros têm ouvido uns aos outros, forjando novas sínteses, abrindo novas possibilidades de entendimento. O debate sincero, o processo de esclarecimento entre diferentes, o diálogo altivo em prol do interesse coletivo é a essência do CDES.

A proposta de construir uma agenda para o desenvolvimento brasileiro deveria ser, então, fruto de tal processo de falar, ouvir, compreender e formular coletivamente, de costurar a síntese possível e de modo negociado, encontrando as convergências e construindo acordos sobre as divergências. Seria um produto da democracia participativa, da interação entre atores sociais e o governo. Os integrantes do CDES detinham a firme convicção de que a Agenda concretizaria um dos mais preciosos produtos que poderia elaborar e entregar à sociedade. Estavam conscientes, todavia, de que não seria um produto acabado e nem desejavam que o fosse. Vislumbravam um instrumento incompleto, a ser completado pelos demais atores sociais para que possa ser de todos. Somente assim se transformaria em um instrumento de luta por um outro Brasil, um roteiro a guiar a construção coletiva de um novo país, no qual coubessem todos os brasileiros feitos cidadãos.

Era, também, um repto a que todos, sociedade e Estado, se unam em uma empreitada histórica que está ao nosso alcance: eliminar a iniquidade social para desenvolver o Brasil.

3. O DESAFIO

Para que a proposta de Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND) pudesse ser efetivamente discutida, aperfeiçoada e apropriada pela forças vivas da nacionalidade, um importante obstáculo teria que ser ultrapassado: o medo de pensar grande, de criar, de experimentar, de ousar. Desde o início da década passada a sociedade brasileira foi submetida a um paralisante regime de contenção mental, de inibição e empobrecimento intelectual, de rebaixamento de expectativas, de redução de ambições.

Se a Nova República e a Constituinte permitiram que sonhássemos um país diferente e melhor, a realidade acabou se mostrando mais dura que os piores pesadelos. Durante a primeira metade dos anos 90 tivemos que enfrentar o desvario collorido e, como em muitos anos anteriores, viver o terror da inflação acelerada. Mas, o pensamento e caminho únicos vinham se instalando entre nós. Em meados da década já nos diziam que não existiam alternativas, não existia uma única alternativa, nunca existiriam alternativas. O futuro estava dado, a criatividade e a invenção proibidas, a imaginação abolida. Nada além de conformação. Querer ser uma nação altiva e soberana era algo jurássico. Conceber um projeto nacional, um Estado protagônico, uma cidadania ativa e partícipe da direção do processo transformador, era ser irresponsável. Daí, passamos a discutir risco-país, classificações SP ou JPM, superávits primários, taxa Selic, metas de inflação, déficit da balança comercial, índices Nasdaq e Nikkey, *swaps*, contas CC-5, *spreads*, cotações do dólar e do Euro, entre outros termos que são meras abstrações para a grande maioria da população e que não constituem bases essenciais para pensar o desenvolvimento do país.

Nesse processo, fomos aceitando não crescer o PIB a 7% ao ano, como o fizemos por mais de três décadas, conformando-nos com pífios 1,5 a 2% ªa. Aceitamos a abertura comercial indiscriminada que encurtou cadeias produtivas, desnacionalizou setores inteiros da indústria, retirou do país centros decisórios importantes; aceitamos quase retornar à condição de primário-exportadores; aceitamos privatizar ativos estratégicos, sob condições duvidosas; aceitamos um sistema tributário regressivo e irracional. Aceitamos as taxas de desemprego mais do que dobrarem, a participação da renda do trabalho na renda nacional cair um ponto percentual ao ano, a precarização do trabalho, as desigualdades sociais aumentarem. Aceitamos o desmonte do aparato governamental, a descentralização irresponsável e a privatização de atribuições estatais. Aceitamos continuar com uma estrutura da propriedade fundiária recordista em concentração, enquanto milhões de famílias lutam e morrem para ter acesso a terra; aceitamos ser grandes incendiários de florestas tropicais e incapazes do manejar sustentavelmente os recursos naturais; aceitamos ser assassinos da nossa juventude (principalmente homens e negros)[19]; aceitamos a morte por desnutrição de crianças índias e as terríveis ameaças que pairam sobre a população indígena; aceitamos os preconceitos e as discriminações contra os negros, as mulheres, os deficientes, os idosos, entre vários outros. Aceitamos um sistema político-partidário que não prima pela ética, pela fidelidade ao eleitorado e pela defesa do interesse público e do bem-comum. Aceitamos uma Justiça inacessível à maioria, morosa e cara, orientada por formalismo, individualismo e particularismo possessivos. Aceitamos um simulacro de

19. Homicídios e acidentes constituem-se na principal *causa mortis* entre os jovens, que, por sua vez conhecem as maiores taxas de mortalidade entre todas as faixas etárias.

pacto federativo e desigualdades regionais profundas. Aceitamos o domínio do egoísmo estúpido, da letal ganância infecciosa, das forças destruidoras do tecido social brasileiro, entre muitas outras coisas inaceitáveis.

Mais: acostumamo-nos com os meninos e meninos na rua, com as favelas expansivas, com o crescente uso e comércio de drogas ilícitas, com a escalada da insegurança pública e da violência, com os mendigos e os sem-teto, com as enormes feiras de camelôs, com as filas para fazer matrículas nas escolas públicas, nos hospitais e centros de saúde (quando existem) e nos postos do INSS, com o sucateamento das universidades públicas, com o retorno de doenças extintas ou quase, com um transporte coletivo precário, com um trânsito caótico, lento e ceifador[20] de dezenas de milhares de vidas, com as estradas esburacadas, com os maiores juros reais do mundo, com milhões de emigrantes brasileiros a viver clandestinamente em países desenvolvidos, com uma seleção de futebol pentacampeã que não tem um jogador titular ligado aos nossos clubes. Acostumamo-nos com uma engrenagem de comunicação de massa empenhada na deseducação do povo e na exaltação da vulgaridade; também fomos nos acostumando em ver milhões de brasileiros sem saneamento, os nordestinos do semi-árido sem água, os sindicalistas rurais e os defensores de direitos serem trucidados, as chacinas nos grandes centros urbanos, os presídios produtores de barbárie, a polícia incapaz, corrompida e assassina[21], o crime organizado prosperar[22]. Acostumamo-nos a "viver" com medo, isolados, indiferentes, descrentes, insatisfeitos, com as potencialidades contidas e com outras muitas coisas com as quais nunca deveríamos nos acostumar.

Esquecemos um passado não distante, no qual aspirávamos ser desenvolvidos e que por conta disso construímos uma economia que chegou a ser a 7ª do mundo (a 15ª, em 2003), com uma estrutura industrial e de serviços única entre os países em desenvolvimento. Construímos o maior sistema hidroelétrico do planeta, organizamos um dos mais sofisticados sistemas de planejamento energético (para o qual não existiam "apagões"), criamos uma alternativa renovável ao petróleo (Proálcool). Partindo do zero, construímos uma das maiores empresas petrolíferas do mundo, que está a um passo de nos fazer auto-suficientes e é líder mundial em tecnologia de prospecção/exploração em águas profundas. Montamos uma das mais importantes estruturas de pesquisa agropecuária (Embrapa), uma

20. Anualmente, morrem cerca de 50.000 brasileiros por conta de acidentes de trânsito. Segundo a Organização Mundial de Saúde, o Brasil lidera o *ranking* mundial dessa triste estatística.

21. Segundo o Centro de Estudos Segurança e Cidadania, da Univ. Cândido Mendes, somente a polícia do Rio de Janeiro matou, média dos três últimos anos, o triplo do que mataram as 21 mil polícias (federal, estaduais, municipais e de condados) dos Estados Unidos: 1026 x 341 (Folha de São Paulo, 04.04.2005).

22. Não se imaginava, à época em que a Agenda era discutida, um Maio Sangrento como o de 2006, em São Paulo.

das poucas produtoras de aviões do mundo (Embraer), uma empresa de telefonia (Telebrás) que em pouco mais de dez anos integrou o país e desenvolveu tecnologia de ponta. Organizamos a maior exportadora de minério de ferro (CVRD), detentora de uma rede logística internacionalmente reconhecida. Tivemos um dos maiores parques siderúrgicos do mundo, a segunda maior indústria naval, uma indústria bélica competitiva, desenvolvemos tecnologias nas áreas nuclear, farmacêutica, eletroeletrônica, da engenharia genética, da construção civil, da medicina, entre muitas outras. Tivemos empresas privadas nacionais inovadoras e algumas mundialmente respeitadas (Metal Leve, Cofap, Biobrás, Arisco, Prosdócimo, Brasmotor, Gurgel, entre outras)[23]. Esquecemos de tudo isso e de que ambicionamos ter um programa espacial, a fabricar satélites e veículos lançadores, a construir usinas e submarinos nucleares, computadores e várias outras ambições que hoje nos são vedadas. Estamos esquecidos de que temos um dos maiores mercados internos potenciais do mundo, uma reserva de recursos naturais ímpar, a maior biodiversidade do planeta, água e sol em quantidades invejáveis, um país razoavelmente integrado.Temos mais: um parque produtivo de bens e serviços diversificado e articulado; competências empresariais comprovadas; trabalhadores organizados, dedicados e criativos; cientistas e pesquisadores destacados e ávidos por realizar o que podem e o que possibilita a imaginação. Temos liberdades política e civil, vivemos em uma democracia formal, as instituições funcionam, existe uma restrita, porém ativa sociedade civil. São trunfos excepcionais, recursos poderosos. Podemos usá-los.

Temos, portanto, um grande desafio a enfrentar: romper com as amarras mentais e ideológicas que nos cegaram para tantas coisas, que nos acostumaram com o retrocesso, com o trágico e a barbárie, que nos aprisionaram no pensar pequeno e em termos que não são os exigidos pelo que queremos. Vamos ter de recuperar a visão profunda, alargar os nossos horizontes intelectuais, dar vazão à nossa inventividade, resgatar valores culturais básicos da nacionalidade e recuperar as nossas ambições históricas. É um árduo trabalho de superação coletiva e de reaprendizagem dos nossos mais caros ideais. O risco que correremos será o de assumirmos a condução de um processo transformador que eliminará nossas mazelas e colocará o Brasil em lugar de destaque no cenário internacional. É o prazeroso risco de lidar com as incertezas e instabilidades próprias da dinâmica progressista que fazem justas e coesas as sociedades, prósperas as economias, fortes e soberanas as nações. Aprenderemos, então, a "lidar com o futuro como o produto de um composto dinâmico de necessidade, contingência, acaso e escolha".[24]

23. Com exceção da Gurgel que foi levada à falência, todas estas e muitas outras empresas foram desnacionalizadas.

24. Dror, Y. – A Capacidade de Governar. São Paulo. Ed. Fundap, 1999, pág. 284.

É necessário e viável dar conta desse desafio. Muitos países o fizeram e nós mesmos, em outras épocas, realizamos o que era considerado impossível. A ousadia responsável, a audácia calculada, a vontade de poder são recursos disponíveis aos que não se acovardam, aos que se propõem a fazer história. As tarefas exigidas estão ao nosso alcance. Requerem desprendimento, amplitude temporal, saber lidar com o complexo e o incerto, disposição dialógica e negociadora, capacidade de ação conjunta e coordenada. Todos passíveis de serem apreendidos e exercitados coletivamente. Os ganhos são evidentes, acumuláveis e reprodutíveis, fazendo a sociedade cada vez melhor e mais capaz de se conduzir rumo aos pactuados objetivos a que se proponha. Tal é o instigante desafio, caso queiramos nos firmar como sociedade civilizada, democracia consolidada, economia integrada e dinâmica, como nação,enfim. Se o quisermos, em algum momento da história futura esse desafio terá que ser enfrentado.

4. OS EVENTOS MAIS SIGNIFICATIVOS

Foi sob o ambiente descrito e as tensões apontadas que teve início a elaboração da Agenda. Realizada a, anteriormente referida, pesquisa com os conselheiros, surgiram os esboços dos principais problemas a serem tratados por uma agenda de desenvolvimento e das potencialidades existentes. As reuniões de Junho e Julho de 2004 do GT Fundamentos Estratégicos do Desenvolvimento foram dedicadas a debater a visão de futuro de país e os valores/princípios que deveriam nortear a elaboração da Agenda. O filósofo Renato Janine Ribeiro fez uma erudita e provocadora exposição aos conselheiros a respeito da importância e do lugar dos valores na construção das sociedades e da democracia. Os produtos parciais dessas discussões foram os seguintes:

4.1 Valores a Orientar a elaboração da AND[25]

Democracia: O fortalecimento da democracia e do estado de direito é fundamental para a construção de um projeto de nação compartilhado, que assegure a prevalência do interesse coletivo, gere confiança e motivação. O Estado democrático deve garantir a participação cidadã, o diálogo, e a transparência do processo político.

Igualdade: O desenvolvimento deve promover o equilíbrio, a equidade, a justiça social, a boa distribuição de renda, o compartilhamento da riqueza e das oportunidades, o apoio integral ao cidadão e a garantia de crescimento e desenvolvimento pessoal.

Liberdade: A construção de uma nação de cidadãos livres do medo da violência, da opressão e da injustiça; garantia do pleno exercício das liberdades individuais.

25. Após todas as discussões e deliberações dos conselheiros, estes valores sofreram pequenas alterações e foram apresentados de forma mais sintética na Agenda Nacional de Desenvolvimento.

Desenvolvimento Sustentável: O desenvolvimento da nação é indissociável da qualidade de vida dos cidadãos. A preservação ambiental e garantia de amplo acesso a todas as conquistas da sociedade e do progresso da humanidade. O bem-estar da população com trabalho para todos, distribuição de renda, educação, saúde, habitação e lazer. São necessárias condições de vida digna para a população e as gerações futuras, longe da violência, da fome e da miséria.

Identidade Nacional: A sociabilidade, a cordialidade e alegria são fatores de coesão e identidade nacional. É necessário o fortalecimento da auto-estima nacional e das características típicas do cidadão brasileiro como criatividade, flexibilidade, inteligência, solidariedade e alegria. Um país só se desenvolve apoiando e fortalecendo a identidade do seu povo.

Diversidade: A sociedade, a natureza e o território brasileiro apresentam grande diversidade. As diversidades culturais, religiosas, étnicas, ambientais, regionais devem ser valorizadas. Todo e qualquer tipo de discriminação deve ser combatido. Um projeto global e abrangente de desenvolvimento deve considerar essa diversidade.

Soberania: O país deve construir relações harmônicas, pacíficas e soberanas com demais nações. O Brasil deve ser membro ativo da comunidade internacional e ter uma economia competitiva no mercado global. A unidade nacional é fundamental para a soberania e requer a integração das regiões e áreas subdesenvolvidas do País ao projeto global de desenvolvimento nacional.

4.2 Definição dos elementos que conformariam a Visão de Futuro do país

A visão de futuro aponta a realidade que se quer construir. Deve ser capaz tanto de orientar as políticas governamentais, como motivar as ações dos atores sociais, seja por sua força inspiradora, seja pelo comprometimento que expressa.

Elementos a compor, preliminarmente, a Visão de Futuro:

- Somos uma nação de 210 milhões de habitantes, na qual impera a paz e o pleno acesso ao trabalho. Nos próximos 16 anos apresentaremos melhorias significativas na distribuição de renda, na redução de desigualdades, na ocupação geográfica equilibrada, no acesso à educação, cultura e saúde.
- Somos uma nação sem miséria em que a educação é prioridade. Um país em que há uma alta expectativa de vida, orientado para o desenvolvimento sustentável.
- Somos um país com capacidade para desenvolver tecnologia, tornando-a acessível a todos.

- Somos uma nação com mais segurança, mais justiça e com crescente sentimento de responsabilidade social.
- Nossas relações humanas se pautarão pelo respeito aos idosos e às crianças; disporemos de mais momentos com a família, seremos norteados pela confiança e pela ética nos nossos compromissos. Garantiremos a igualdade de oportunidades, e nos destacaremos mundialmente pela cultura da paz.
- Somos valorizados no cenário global, conquistamos a liderança no continente latino-americano, graças a uma integração internacional solidária, plena e soberana.
- Somos a melhor e maior referência na produção de alimentos no mundo, com base em uma agricultura sustentável que concilia as diferentes formas de organização da produção. Não há conflitos no campo. Cerca de 30 milhões de pessoas vivem em "cidades rurais", produzindo com maior valor agregado.
- Utilizamos nosso patrimônio ambiental com ações preservacionistas. Energias alternativas são utilizadas. Nossas cidades são limpas, não poluídas, com ampliação dos espaços verdes acessíveis a toda a população.
- O esforço de pesquisas em Ciência e Tecnologia é praticado de forma articulada entre os setores público e privado. É garantido o acesso das pequenas empresas à tecnologia de última geração. Produzimos "tecnologias limpas".
- Nossa cultura de processos participativos e colaborativos favoreceu a inovação e a competitividade de nossos produtos, bem como o desenvolvimento de um estilo brasileiro de gestão, apreciado internacionalmente.
- Todo brasileiro é um cidadão. O interesse público prevalece sobre o privado. O Estado é colocado sob controle da sociedade. A representação política tem legitimidade e a administração pública se pauta pela moralidade e efetividade.[26]

4.3 Mesa-Redonda Diálogo Social, Alavanca para o Desenvolvimento

Para auxiliar os conselheiros na discussão dos problemas que o desenvolvimento brasileiro deveria superar, bem como para o estabelecimento das diretrizes

26. A versão da visão de futuro que resultou do trabalho final do GTFED foi a seguinte "Um país democrático e coeso, no qual a iniquidade foi superada e todos os brasileiros são cidadãos, a paz social e a segurança pública foram alcançadas, o desenvolvimento sustentado e sustentável encontrou o seu curso. Uma nação respeitada e que se insere soberanamente no cenário internacional". Essa versão foi alterada quando da discussão com o conjunto dos conselheiros do CDES. Veja item 8, mais adiante.

a serem seguidas para o eficaz e orientado enfrentamento dos mesmos, a SEDES, com o apoio do Comitê Econômico e Social da União Européia (o equivalente ao CDES) e do Conselho Econômico e Social da Espanha (idem), organizou uma mesa redonda sobre Diálogo Social e Desenvolvimento[27]. Além de contar com a participação dos presidentes dos conselhos econômico e social da União Européia e da Espanha, respectivamente, Roger Briesch e Julian Ariza, da assessora principal da Comissão Européia para a Estratégia de Lisboa (equivalente ao plano decenal da EU-2000-2010), Maria João Rodrigues; o evento propiciou a oportunidade de debater as ideias e propostas de intelectuais e lideranças como Carlos Lessa (então presidente do BNDES), Luciano Coutinho, Ricardo Bielschowsky, Luiz Gonzaga Belluzzo*, Sonia Fleury*,Luiz Marinho*, Rodrigo Loures*, Eugenio Staub* e Clemente Ganz Lúcio*, além das manifestações de conselheiros, de autoridades governamentais e de centenas de personalidades especialmente convidadas.

A abertura da mesa-redonda era para ser feita por Celso Furtado. Impossibilitado de comparecer por razões de saúde, se dispôs a gravar um vídeo em sua residência (uma de suas últimas manifestações, pois veio a falecer em Novembro de 2004).

Mestre Furtado foi ao cerne das questões: *"existe, no Brasil de hoje, uma espécie de ojeriza, de repúdio a pensar sistematicamente as coisas, a ter um pensamento globalizante. A hegemonia do pensamento neoclássico/neoliberal acabou com a possibilidade de pensarmos um projeto nacional; em planejamento governamental, então, nem se fala… O Brasil precisa se pensar de novo, partir para uma verdadeira reconstrução. Para mim, o que preza é a política. Essa coisa microeconômica é um disparate completo, mas é a doutrina que prevalece no mundo e no Brasil. Não espero que haja o milagre da superação desse pensamento pequeno, pois hoje em dia não tem ninguém que lidere essa luta ideológica. Todo mundo foge dessa confrontação ideológica. Planejar o presente e o futuro do país passou a ser coisa do passado. Como você pode dirigir uma sociedade sem saber para onde vai? O mercado é quem decide tudo. O país passou a ser visto como uma empresa.*

Isso é um absurdo... Hoje, ignora-se a política, a macroeconomia é usada para suavizar o mercado. A política passa a não ter nada a ver com a economia, separa-se uma coisa da outra e isto leva à situação que temos, onde um importante instrumento para governar – a política monetária –não é mais seu, foi alienado, entregue à banca internacional. Os Bancos Centrais passam a ser respeitáveis porque são dirigidos pelos que são de fora dos governos, de fora da política ... O Brasil acumulou muito atraso, e esse atraso deveu-se à falta de política...

27. Ver anais desse evento: CDES/SEDES-PR – Diálogo Social, Alavanca para o Desenvolvimento, Brasília, Agosto de 2004.

*. Conselheiros do CDES

Se existisse somente uma intervenção positiva, seria a intervenção do Estado no sentido de aumentar os investimentos, de forçar a sociedade a investir mais. O desenvolvimento é uma construção da sociedade, mas é preciso que ela tenha vontade de fazê-lo. Não se fala do desenvolvimento senão a partir do social... Você pode ter crescimento econômico bastante forte, como o Brasil teve durante 30 anos seguidos, crescimento de 7% ao ano, com desenvolvimento quase nulo, porque a estrutura do sistema não favorecia a abordagem dos problemas sociais. Pelo contrário, gerando concentração de renda e riqueza. Por isso, a orientação deve ser a seguinte: senão se avança na criação de empregos e na distribuição da renda e da riqueza, estamos andando para trás.

A chegada de Lula ao governo deixou muita gente desorientada. De Lula se esperava muita mudança e, no entanto, ele firmou uma linha econômica tradicional e muito rigorosa. Desorientou, mas teve consequências positivas, porque daquele enorme medo se passou, de repente, para tudo estar muito bem. Por outro lado, o novo clima instaurado desarmou a possibilidade de uma política alternativa. De alguma maneira nós, que estávamos fora do governo, pensávamos que a ortodoxia seria temporária, de alguma forma acho que é o que Lula pensava: seis meses de ortodoxia como uma transição.

Todavia, não se pode admitir uma transição que dure 6 anos. A primeira leitura que fazemos é que o governo está sendo arrastado por uma inércia, o que não é bom para o país. Hoje em dia você fala com o pessoal do mundo do negócio e todos estão convencidos de que esta é uma política definitiva, que não há alternativa, não há espaço para mudar. Que já se andou tanto no sentido de se ver as vantagens dessa condição que não se pode mais mudar. Será grave se estivermos, mesmos, amarrados a essa trajetória. Digo isto como uma reflexão para o presidente Lula...

Para sair de uma situação como a que vivemos é necessário ter uma política global que explicite as coisas, que abra o jogo, diga em que direção nós vamos para criar confiança no futuro. Sem essa confiança no futuro não se consegue criar, investir, inovar e fazer coisas sólidas. Fica tudo muito tímido...

A estratégia que conduz a esse desenvolvimento que interessa ao conjunto da sociedade é a do que chamei de desenvolvimento autentico. É desenvolvimento quando o crescimento cria emprego, distribui a renda, melhora o perfil da estrutura social ... Há uma discrepância muito grande, no Brasil de hoje, entre potencialidades e efetividades ou realizações, pois muitos recursos não são usados. Somos uma economia que tem uma enorme capacidade potencial de oferta e uma enorme demanda reprimida. Para sair dessa enrascada tem que ter o Estado articulado com a classe empresarial. Com planos de obras públicas, de investimentos e o empresariado disposto a aceitar riscos. Mas nesse caso é pouca economia e muita coragem política...

Mando a seguinte mensagem para os participantes da Mesa Redonda "Diálogo Social, uma Alavanca para o Desenvolvimento": é preciso guardar fé e confiança no Brasil, é preciso ser otimista. Talvez, muitas pessoas na platéia estejam a pensar que a situação presente seja definitiva. Ela não é. O Brasil tem enormes possibilidades, tem uma sociedade muito maleável e que aceita muitos sacrifícios. Por isso, em primeiro lugar deve estar a confiança no Brasil. Em segundo, privilegiemos o social como a variável mais importante. Temos que fazer política séria, estabelecer compromissos e assumi-los para que o futuro, no Brasil, seja o que nós queremos. É isso que falta hoje em dia... .

Temos que ter coragem política. Coragem política é um fenômeno social que decorre do estado da sociedade. Ter coragem política na ditadura é uma coisa. Outra, muito diferente, é ter coragem política na complexa e instável realidade em que vivemos. Considero fundamental que a coragem política seja posta a serviço das autênticas causas do povo brasileiro" [29].

A mensagem de Furtado deu o tom das intervenções que se seguiram. Tanto as dos integrantes dos dois painéis que compuseram a mesa-redonda, quanto as dos demais participantes. Foi uma rica experiência, que por estar registrada nos anais do evento não carece ser aqui resumida. Vale sublinhar, no entanto, que houve absoluta convergência entre os painelistas brasileiros a respeito da importância de ser promovida uma oportunidade para a construção coletiva de uma proposta para o Brasil. Os convidados estrangeiros, não por cortesia, insistiram na superior viabilidade dos projetos resultantes do diálogo entre as diversas forças sociais; atestaram a perenidade das políticas pactuadas no âmbito dos seus respectivos conselhos e confirmaram a necessidade de se ter um projeto/agenda, socialmente legitimado, que aponte o trajeto de longa duração para um futuro melhor.

Merece registro, também, o pronunciamento feito pelo Presidente da República no dia imediatamente anterior ao da realização da Mesa-Redonda, quando aconteceu a 8ª Reunião Ordinária do CDES. Ciente de que o evento no dia seguinte integrava o processo de construção da Agenda Nacional de Desenvolvimento, o Presidente afirmou:

> *"Estamos a apenas dezenove meses nessa viagem em busca de um Brasil novo que pulsa dentro desta nação materialmente tolhida e espiritualmente inferiorizada que herdamos, e que, felizmente, já está mudando... Talvez seja esta a primeira grande oportunidade de respirarmos um pouco do ar saudável do futuro, testando limites e sondando o horizonte além da neblina espessa que prendia o Brasil a um passado de impossibilidades.*

29. in anais da Mesa Redonda: Diálogo Social, Alavanca para o Desenvolvimento, CDES/SEDES-PR, Brasília, Agosto de 2004. pág. 19 a 24.

O desenvolvimento se constrói a partir de consensos. E o Conselho tem sido um espaço fundamental para que façamos isso. (Por isso) faço um chamamento a este Conselho, um chamamento aos trabalhadores e um chamamento à nação brasileira. Faço-o por acreditar, sinceramente, que o grande tema do desenvolvimento, que se recoloca de modo muito mais concreto a partir de agora, não deve se esgotar nos limites do debate técnico. Trata-se, sobretudo, de construirmos um novo consenso estratégico nacional. Falo de um entendimento muito bem negociado, de longa duração, para assegurar que as oportunidades que se abrem para o Brasil não sejam perdidas. Um entendimento que incorpore a grandeza do desafio histórico que está sendo colocado diante de nossa geração. Para alcançá-lo, é necessário cada vez mais convergência, baseada em diagnóstico que não desperdice as conquistas do passado, mas, tampouco, abdique das possibilidades abertas e, principalmente, atenda cada vez mais aos clamores do nosso povo, sufocado ao longo da história do Brasil.(...) O nosso compromisso histórico é chegar a um porto seguro que abrigue com dignidade todo o povo brasileiro ... Creio que temos um consenso básico na sociedade, de que é preciso construir o presente e o futuro do Brasil respeitando os nossos valores fundamentais" [30].

O discurso do Presidente foi importante, ainda que muitos conselheiros constatassem uma certa incongruência entre a fala presidencial e a prática concreta do governo. Mas, mesmos estes, tomaram o pronunciamento como um estímulo para fazer avançar as discussões sobre a Agenda. Tanto assim que, em muitos momentos posteriores, o conteúdo do discurso foi recordado como se fosse uma autorização para se pensar mais audaciosamente e fazer propostas condizentes com a magnitude e profundidade de nossos problemas. Restava esperar que a atuação do governo guardasse coerência com o pronunciamento do seu chefe.

4.4 Definição dos Âmbitos Problemáticos

Quando foi feita a tabulação da pesquisa com os conselheiros sobre os principais problemas e as maiores potencialidades a caracterizarem a nossa situação presente, encontrou-se, após a necessária arrumação agregadora, mais de 70 problemas. Tratava-se de um número não passível de adequado tratamento em um grupo de trabalho composto por não especialistas e defensores dos mais diversos interesses "setoriais" (educação, transportes, agricultura familiar e empresarial, indústrias, sistema financeiro, etc., etc., etc).

Foi então adotado um artifício metodológico, com vista a tornar mais operacionais e eficazes as discussões, reduzindo-se os riscos de formulações muito segmentadas. Construiu-se a categoria de Âmbitos Problemáticos que deveria expressar as preocupações dos Conselheiros, mas articuladas em formulações complexas, não setoriais, evitando que a reflexão ou se empobrecesse na superficialidade ou se especializasse pela delimitação de problemas pontuais, com con-

30. Idem, pág.10.

sequente fragmentação na busca de soluções, excluindo as contribuições de não especialistas. Imaginou-se que dessa forma poder-se-ia conseguir uma discussão mais profícua e democrática e formulações mais políticas do que técnicas. A ideia era que para os problemas assim organizados fossem concebidas **diretrizes** para o seu enfrentamento e não propostas detalhadas de "soluções" ou sofisticados programas de ação. Da aplicação desse artifício metodológico resultou o seguinte:

ÂMBITOS PROBLEMÁTICOS

I. Extrema desigualdade social, inclusive de gênero e de raça, com crescente concentração da renda e da riqueza, parcela significativa da população vivendo na pobreza e na miséria, diminuição da mobilidade social.

II. Dinâmica econômica insuficiente para promover acelerada incorporação do mercado interno potencial, suportar a concorrência internacional, com o compatível desenvolvimento de novos produtos e mercados.

III. Infraestrutura logística degradada, não-competitiva, promotora de desigualdades inter-regionais, intersetoriais e sociais.

IV. Inexistência de eficaz sistema nacional público/privado de fomento/financiamento do desenvolvimento, estrutura tributária complexa, regressiva, punitiva à produção e ao trabalho.

V. Insegurança pública e cidadã, justiça pouco democrática, aparato estatal com baixa capacidade regulatória/fiscalizadora.

VI. Baixa capacidade operativa do Estado, dificuldades para gerir contenciosos federativos, desequilíbrios regionais profundos, insustentabilidade do manejo de recursos naturais.

i. Esta proposta foi compreendida e aceita pelos integrantes do GT Fundamentos Estratégicos do Desenvolvimento (GTFED) e posteriormente referendada pelo pleno do CDES, em sua reunião ordinária de Novembro de 2004. Antes de ser encaminhada ao CDES, no entanto, em reunião* do GTFED acontecida nos últimos dias de Setembro, os conselheiros integrantes do Grupo de Trabalho realizaram um esforço de apreender coletivamente e dar um significado comum ao enunciado de cada Âmbito Problemático (AP). Foram escolhidos conselheiros responsáveis por apresentar um entendimento preliminar sobre cada um dos Âmbitos Problemáticos*.

*. Desde Junho de 2004, o GTFED realizou uma reunião por mês, até a conclusão da versão preliminar da Agenda Nacional de Desenvolvimento, enviada ao pleno do CDES em Maio de 2005.

*. Foi solicitada aos conselheiros permissão para a transcrição integral de suas respectivas intervenções.

Âmbito Problemático I

Extrema desigualdade social, inclusive de gênero e de raça, com crescente concentração da renda e da riqueza, parcela significativa da população vivendo na pobreza e na miséria, diminuição da mobilidade social.

Exposição verbal do Conselheiro Luís Marinho:

Bom dia companheiros, companheiras, meus cumprimentos ao ministro.

Foi distribuído, a meu pedido, um roteiro e, dado o pouco tempo de que disponho para apresentação, não vou me ater a cada item.

Pediram para eu sustentar essa discussão sobre a desigualdade social no país e acho que isso não precisa de muito esforço, apesar do tempo ser pouco para falar do tema. Mas acho que é muito tranquilo mostrar esse que é o problema crucial do nosso país.

Começando pela discussão da remuneração dos trabalhadores. Tínhamos a participação de quarenta e seis por cento (46%) no PIB brasileiro e nos últimos dez (10) anos caímos exatamente dez pontos percentuais. Hoje, nossa participação é de trinta e seis por cento (36%) do PIB. O capital aumentou, subiu de trinta e dois por cento (32%) para quarenta e dois por cento (42%).Ou seja, a participação da massa salarial na renda nacional caiu dez pontos percentuais e a participação do capital subiu nos mesmos dez pontos percentuais.

Observando o gráfico dos brasileiros e das brasileiras trabalhadores que produzem a nossa riqueza, vemos que cerca de cinquenta por cento (50%) dos mais pobres participam com quatorze por cento (14%) da renda nacional e que um por cento (1%) dos mais ricos participa também, na mesma proporção, com treze e meio por cento (13,5%) da renda nacional. Então, é uma desigualdade muito grande na distribuição da riqueza. Os dez por cento (10%) mais ricos apropriam-se de quarenta e sete por cento (47%) da renda nacional - quase a metade da renda. Portanto a chamada classe média está muito espremida e muito sofrida.

Nos últimos anos, também, houve uma grande queda na participação da classe média na renda, aumentando de forma drástica a concentração de renda no nosso país. Acho que isso é uma fotografia da situação social do país. Se pegarmos, então, a situação dos homens negros e das mulheres negras, a situação é ainda mais grave porque a remuneração de homens e mulheres negros é praticamente a metade da remuneração dos brancos. O que fazer com isso? Acho que além de constatarmos a situação, precisamos buscar o que fazer.

Há uma necessidade premente no Brasil de trabalharmos com metas, não somente de crescimento, mas de distribuição de renda no país. ***Precisamos estabelecer metas***

para renda, para o salário, para o emprego, metas para a carga tributária, metas para os juros, metas para a educação.*

Temos que pensar a educação daqui a dez (10) anos: o que queremos ter de doutores, de especialistas, de pesquisadores, de combate ao analfabetismo, de qualidade do ensino, de formação profissional; a qualidade que queremos para as nossas universidades. Então, é preciso trabalhar com processo de planejamento que tenha metas em relação a isso.

Infelizmente temos metas, hoje, apenas para o superávit primário e para a inflação. É preciso combinar as metas para inflação e superávit com metas para os juros, a carga tributária, com metas para o salário, com metas para emprego. Essas coisas devem estar combinadas. E não parece que o governo tenha capacidade para sozinho estabelecer essas metas. Parece-me que é preciso um processo de negociação, um amplo entendimento na sociedade brasileira. O empresariado brasileiro do mundo produtivo deseja redução dos juros, deseja redução da carga tributária, deseja aumento do crédito para financiar os investimentos. Por outro lado, o governo tem necessidade de arrecadação, tem necessidade de investimento, de ter recursos para investimento infraestrutura, entre outros.

É preciso negociar e fazer um processo de entendimento em torno das metas, de forma que o conjunto da sociedade possa lutar por elas. É verdade que o nosso governo, o governo brasileiro deseja reduzir os juros, mas qual é a meta que a sociedade está orientada conjuntamente a buscar? Eu não sei. Não sei se alguém sabe. Talvez o ministro Palocci saiba, talvez o presidente do Banco Central Henrique Meirelles saiba; não sei se o ministro Jaques Wagner sabe, mas não me parece que tenhamos uma meta clara de quanto queremos ter para o ano que vem, daqui a doze (12) meses, de juros no Brasil.

Agora isso tem que estar combinado com outros pontos: precisamos alavancar a capacidade de infraestrutura, a capacidade social e a capacidade de produção do país. Parece-me que se não houver isso vamos ficar do mesmo tamanho. Estamos condenados ao ciclo de retomada do crescimento da economia e logo de desespero, porque vai haver pressão para a inflação e aí vem aumento dos juros e aumento do superávit.

Em minha opinião, o preferível é ***diminuir a carga tributária****, no lugar de aumentar o superávit. Acho que dá o mesmo efeito do ponto de vista do Estado: arrecada um pouco menos ao invés de aumentar o superávit para pagar mais dívida. E isso vai facilitar o crescimento da economia, os investimentos e assim sucessivamente.*

*. Todos os negritos foram colocados pelo autor, após edição da exposição verbal.

*É preciso termos meta para **recuperar o salário mínimo**. O salário mínimo tem que ser o indicador do desenvolvimento do país. Além de ser o indicador de renda, é indicador de desenvolvimento. Se estabelecermos uma meta clara em relação à recuperação do salário mínimo seremos bastante efetivos na diminuição da desigualdade social do país. Normalmente quando se fala em salário mínimo logo se lembra da previdência, mas o problema está na previdência e não na vinculação do salário mínimo.*

***O problema da previdência hoje é, infelizmente, o sistema de controle**. Não existe, como no Sistema Financeiro Brasileiro, segurança total para impedir a evasão fiscal, para impedir os atos de corrupção, para impedir uma série de ilícitos. Isso significa que a previdência precisa combater a sonegação, combater a corrupção, combater a evasão. Hoje qualquer especialista em informática entra no sistema, cria um benefício. A ponto de o ministro atual da previdência me fazer o relato de que, hoje, é bobagem aumentar o orçamento da previdência. Porque aumentando o orçamento da previdência, a rede de corrupção e fraudes existente aumenta a sua retirada. Isso é muito dramático, é muito grave.*

*Outra questão que precisamos entender é que o crescimento da economia ajuda a resolver os problemas da previdência. Então **vários problemas estão vinculados ao tamanho da economia brasileira**. Temos capacidade para crescimento, vamos apontar para o crescimento. Não podemos ficar a toda hora contidos por uma espécie de laje para o tamanho da economia brasileira, que não pode ser ultrapassada. Precisamos de investimento na infraestrutura e na ampliação da capacidade de produção do país. E junto com o crescimento, é preciso ter **combate à informalidade**, não somente da mão-de-obra, mas das empresas. Segundo o SEBRAE existem onze milhões (11) de empreendimentos informais no Brasil. Se a empresa é informal, é impossível formalizar a mão-de-obra. A formalização ajuda a aumentar a capacidade da previdência e também do fundo de garantia.*

*Existe a necessidade de fazer a **reforma sindical** para estabelecer um novo patamar de relacionamento capital e trabalho no Brasil, em busca das contratações coletivas de âmbito nacional para diminuir as desigualdades tão dramáticas no país. Temos que gerar mais postos de trabalho: a economia está crescendo, mas ainda há muito desemprego no país e isso representa uma grande camada totalmente excluída do mercado de trabalho. Então, é preciso estabelecer uma política contínua, particularmente nos bolsões onde o grande drama do desemprego é maior. Existe a necessidade de se estabelecer um processo de negociação em torno da jornada de trabalho e da excessiva prática das horas extras no Brasil, buscando aumentar a geração de emprego. Segundo o IEDI há um aumento grande de produtividade de 1990 para cá - na ordem de trinta e seis por cento (36%). É preciso compensar a produtividade com redução de jornadas de trabalho.*

*Temos que consolidar as **contrapartidas sociais nas políticas públicas**. O benefício fiscal ou financiamento por parte do Estado deve exigir contrapartidas. A Caixa*

Econômica Federal, através do Fundo de Garantia, financia as construções e muitas vezes os trabalhadores não tem contrato, não tem registro de carteira.

Outra questão de impacto no futuro é o ***agronegócio.*** *O agronegócio, é preciso lembrar, foi um dos setores que ajudou a retomada do crescimento da economia, particularmente no processo de crescimento da exportação. Mas, segundo a Mackenzie, noventa por cento (90%) da mão-de-obra do agronegócio são informais. Não têm registro em carteira. É preciso que a gente olhe para isso. Portanto, aponto a necessidade de um fórum na área do agronegócio para buscar resolver essa questão. Porque não basta ajudar no crescimento da economia e na outra ponta ajudar no aumento da desigualdade social. É preciso que o setor dê a sua contribuição.*

Reforma Agrária e Agricultura Familiar *são outros pontos relevantes. É possível observar nos gráficos, não vou detalhar, um grande investimento no processo de ampliação e fortalecimento da agricultura familiar. Isso é muito importante. Setenta e sete por cento (77%) do feijão produzido no país vêm da agricultura familiar. Cinquenta e dois por cento (52%) do arroz e noventa por cento (90%) dos hortifrutigranjeiros vêm da agricultura familiar. Então o aumento do financiamento para esse setor é muito importante.*

O Programa ***Bolsa Família*** *pode ajudar e o governo brasileiro estabeleceu metas para essa questão. Acho que está corretíssimo, até porque começo a ouvir pessoas dizendo que esse governo está investindo muito no social, está gastando muito dinheiro com o social. Mas se não tivermos metas para essas questões nós jamais eliminaremos os dramas sociais no nosso país. É preciso que o nosso conselho – CDES - tenha uma posição muito firme em relação ao estabelecimento de metas além das macroeconômicas, para dar sustentação a essa política. Precisamos enfrentar esse debate ou fica o entendimento de que seja um pecado discutir metas para o Brasil em outras áreas.*

Estou apresentando Agricultura Familiar e Bolsa Família como experiências importantes no estabelecimento de metas porque o governo está perseguindo metas para estes programas e tendo resultados positivos no processo. Queremos metas para a carga tributária e para cesta básica e emprego de qualidade. Queremos metas para as PPP, incluindo geração de empregos com qualidade. Queremos metas para o desenvolvimento regional, estabelecendo o fundo nacional, buscando a diminuição das diferenças regionais do nosso país e apontando para uma sociedade brasileira e uma nação que possam de fato alcançar o potencial que têm.

Quero dizer que sou muito otimista com o nosso país, mas muito preocupado com as travas existentes em relação a alguns debates. O debate sobre a macro-economia é muito importante, por menos que a sociedade eventualmente possa entendê-lo, e acho que o entende muito porque convive no dia a dia com os seus dramas e pode colaborar de forma decisiva para encontrarmos o melhor caminho de crescimento de forma sustentável para o nosso país. Muito obrigado.

Âmbito Problemático II

Dinâmica econômica insuficiente para promover acelerada incorporação do mercado interno potencial, suportar a concorrência internacional, com o compatível desenvolvimento de novos produtos e mercados.

Exposição verbal de Ronaldo Coutinho Garcia (Subsecretário da SEDES):

Fomos avisados ontem à noite, quando já estávamos em São Paulo, que o conselheiro responsável pela apresentação desse âmbito problemático não poderia estar aqui conosco. Fui escalado para ocupar o seu lugar. Evidentemente, não o substituo, pois isso seria impossível. Não farei uma exposição sobre o tema, pois não dispus de tempo para prepará-la, tampouco das informações necessárias. Será uma provocação baseada na memória e recheada de imprecisões. Conterá alguns exageros, com o explicito propósito de provocar. Tentarei relembrar a trajetória da economia brasileira nos últimos 20/25 anos, para verificar se há alguma tendência firme que constranja o nosso futuro. Os números aqui apresentados devem ser tomados como ilustrativos de ordens de grandeza, jamais como quantificações seguras.

1. No inicio da década dos 80 o Brasil era a 7ª ou 8ª economia do mundo, mas já se encontrava entre as mais desiguais, medida por quaisquer critérios. Hoje, somos a 15ª e disputamos o 1º lugar no podium mundial da desigualdade com um ou outro país centro-americano ou do miolo da África.

2. Nos últimos 25 anos a população brasileira foi acrescida de uns 50 milhões de habitantes. A taxa de desemprego quase triplicou, a informalização do mercado de trabalho mais do que quintuplicou, chegando a quase 60% da população ocupada nos dias de hoje.

3. O PIB mundial cresceu a +/-5% ao ano, desde o início da década dos 90 e o comércio mundial a quase 10%. O nosso desempenho foi muito inferior, fazendo a nossa participação cair em ambos os agregados.

4. As nossas exportações degradaram-se em valor e em tecnologia incorporada. Quase voltamos a ser primário-exportadores, ainda que vendendo alguns insumos como aços e papel. E o teríamos feito não fossem as realizações da Embraer nos últimos anos (sob uma base construída no passado), e a revisão nas estratégias globais das montadoras de veículos automotores que, para viabilizar os recentes investimentos aqui feitos na expectativa (não confirmada) de ampliação do mercado interno, aumentaram as vendas externas. As exportações de celulares se fazem sob forte déficit comercial (a rigor, exportamos alguns poucos componentes de menor valor, embalagem e montagem e importamos quase todo o resto).

5. O nosso mercado interno potencial era enorme em 1980. Hoje é maior ainda, porque o é tanto em termos absolutos como relativos, considerando-se a população não consumidora e, principalmente, não cidadã. Ou seja, a desigualdade social aumentou. Até o início dos 80 o mercado interno crescia com a expansão do produto, do emprego, da massa salarial, ainda que concentrando renda. Outros poderosos propulsores eram: o sistema de crédito ao consumidor, que permitia a aquisição de bens duráveis e semiduráveis, e o sistema financeiro da habitação. Ambos desmontados com a aceleração inflacionária e com as políticas monetária e fiscal que passam a vigorar desde o início da década dos 90.

6. Tentemos um conceito que pode ser ilustrativo, o de consumidor pleno, aquele que tem acesso à base de toda a linha de bens e serviços produzidos no país (supondo que não se produz inutilidades). Quantos seriam no Brasil de hoje? As estatísticas e as avaliações são variadas, mas há uma certa coincidência em reconhecer que apenas algo entre 20% e 30% da nossa população estaria nessa condição. Alguma coisa entre 35 e 55 milhões de brasileiros em um total de 180 milhões. Estamos deixando de fora o equivalente às populações do México e Argentina somadas. Esse é o nosso mercado potencial: 130/150 milhões de brasileiros que não integram plenamente o mercado consumidor nacional. E quantos seriam os não-cidadãos?

7. A participação da renda do trabalho na renda nacional caiu à média de um ponto percentual nos últimos 13 anos, ainda que a produtividade tenha crescido significativamente. E não parece que a tendência tenha sido revertida. A participação da renda do trabalho é hoje a metade do que era no início dos anos 60. Fizemos o movimento inverso das economias hoje prósperas e dinâmicas, dos países democráticos e desenvolvidos. Agora pagamos o preço por tais opções.

8. De 1990 para cá, a estrutura industrial quase não cresceu, as cadeias produtivas foram encurtadas e desnacionalizadas, aumentou consideravelmente a participação das importações no fornecimento de bens de capital, intermediários e insumos complexos, com flagrante redução da participação das empresas nacionais. Setores importantes e historicamente sob o controle de empresários nacionais não mais o são. É o caso de boa parte do sistema bancário, da construção civil, do grande comércio varejista, das autopeças, entre outros.

9. Continuando nessa linha provocadora, farei algumas perguntas incômodas:

    - Quantas empresas nacionais líderes em seus setores desapareceram nos últimos quinze anos?

- Quantas novas marcas brasileiras foram criadas nesse mesmo período? Quantas marcas desapareceram? Quantas marcas brasileiras são, hoje, meros rótulos/embalagens para produtos importados?
- Quais os novos produtos brasileiros que lideram mercado e ganharam o mundo?
- A velocidade com que as empresas brasileiras desenvolvem/incorporam tecnologias e lançam novos produtos é assemelhada ao que ocorre nos mercados dinâmicos?
- Quantas empresas brasileiras se internacionalizaram, no período considerado?

Tais perguntas não revelam xenofobismo ou qualquer pretensão autárquica. Se as fizermos aos EUA, Alemanha, França, Itália, Canadá, Japão, Coréia, Finlândia e até à Tailândia, Malásia e Vietnam as respostas serão muito distintas das por nós conseguidas. Eles fizeram diferente do que fizemos e, por isso, estão em trajetórias diferentes e mais próximos dos futuros que desejam para si próprios.

Uma última provocação: recentemente, estava folheando uma revista de sofisticada rede francesa de cafés finos e não encontrei nenhuma referência a cafés brasileiros. Falavam dos excelentes cafés de diversos países africanos e centro-americanos, da Colômbia, Venezuela, Equador e México e, surpresa, da China. Uma província chinesa de nome impronunciável está produzindo (com grande curiosidade por parte dos experts) e exportando café de elevada qualidade. A mesma China que imaginávamos poder ser um grande mercado para o café brasileiro... A propósito, a Alemanha é o maior exportador mundial de cafés processados e a Itália a maior processadora de cafés finos para expresso. Nenhum dos dois produz um único grão de café.

O que aqui apresentei, creio, são traços ilustrativos do âmbito problemático, mas nem de longe esgotam os problemas que teremos de enfrentar caso queiramos imprimir outras características e outra dinâmica à economia brasileira, fazendo-a mais inclusiva, mais competitiva, menos vulnerável e mais soberana. Muito obrigado.

Âmbito Problemático 3

Infraestrutura logística degradada, não-competitiva, promotora de desigualdades inter-regionais, intersetoriais e sociais.

Exposição verbal do Conselheiro Antoninho Trevisan:

Obrigado ministro. Preparei uma série de slides, mas iniciaria por um pequeno ajuste. Parece-me que as desigualdades inter-regionais, intersetoriais e sociais é que promovem a infraestrutura inadequada. Porque, rigorosamente, quando o mercado toma a decisão de investir ele o faz, exatamente, abandonando aqueles setores, aquelas

regiões onde existe a maior desigualdade. Então, acho importante destacar esse fator, para que a gente possa entender e eventualmente aceitar porque a intervenção do Estado se faz absolutamente necessária quando se discute a problemática da infraestrutura.

No exame que fizéssemos nos dezesseis (16) planos, o Brasil teria dezesseis (16) planos estratégicos, o primeiro em 1947, e perceberíamos que o Brasil é um país muito competente em determinar, definir planos estratégicos. Fizemos, de 1947 a 2004, um a cada três (3) anos, em média. Daí vem a seguinte conclusão: fazemos planos, mas não sabemos utilizá-los, processá-los, levar que a sociedade se aproprie deles. Em geral, foram planos que saíram de cima para baixo. Essa é a história brasileira de planos estratégicos. Felizmente, por isso, quero registrar o meu entusiasmo com o "Brasil em Três Tempos". Pode parecer, a nós, ser um tanto o quanto cansativo no seu desdobramento, mas é absolutamente necessário. Quanto mais ele for discutido nas universidades, debatido pelos mais variados setores, mais e mais ele pegará. Caso contrário ele será, exatamente igual a tantos outros que temos aqui.

A outra análise que fizemos, relativamente aos planos é que é da nossa natureza a improvisação. O Brasil é um país que improvisa sistematicamente e identifica como uma grande qualidade sua, a improvisação; a do brasileiro ser um improvisador, aquele que sai na escola de samba sem jamais ter ensaiado em conjunto e acaba dando certo. Acaba dando menos certo.

O terceiro é de que, em geral, nós que lidamos com consultoria aprendemos, somos muito bons em formular. No Brasil também adoramos formular. Os economistas, ao contrário dos contabilistas, adoram formular. Formular é orgástico para todos os economistas desse país, mas, pelo amor de Deus, eles odeiam avaliar o desempenho, controlar o desempenho e avaliar processos. Acho fundamental que a gente resgate esse padrão dos países europeus que cansativamente avaliam os seus processos.

Quero, agora, começar as nossas análises. No que se refere à questão da infraestrutura, também há pouca preocupação metodológica, nos planos estratégicos, com a maneira como ele é inoculado na sociedade. Para nós, a minha equipe, a razão de não ter obtido sucesso é que em geral há uma grande preocupação com hardwares e quase nenhuma preocupação com os softwares. Em outras palavras não encontramos na análise dos planos, e o primeiro deles é de 1947, o Plano SALT, a preocupação com o capital humano. O Brasil parece ser preocupado em construir hidrelétricas, mas não nos preocupamos com a formação das pessoas que, eventualmente, estariam ali se beneficiando daquela hidrelétrica ou executando, ou gerenciando aquele ativo que foi instalado.

No que diz respeito à regulação sabemos que não existe capital próprio, o Estado brasileiro não gera superávit, ou melhor, gera. Mas como o Jaques logo de manhã disse: não vamos tocar nesse assunto. Não é recomendável debater, lamentavelmente, esse ponto. Mas de qualquer forma, sabemos que não temos superávit nominal. Temos déficit, pois não conseguimos pagar integralmente os juros da dívida: é preciso deixar isso

claro. E para isso, a regulação das questões ligadas à infraestrutura é necessária para poder atrair os capitais, uma vez que dentro desse modelo não temos geração de caixa para poder fazer os investimentos. Ora, para fazermos é preciso dar garantias. Você não tem outra maneira. Quem toma risco o faz desde que tenha garantia. Talvez isso explique um pouco esta pressão que sentimos do sistema financeiro em relação às taxas de juros, ou seja, quanto mais garantias forem oferecidas, em tese, porque na prática isso não acontece, o sistema financeiro cobraria menores taxas de juros.

Em seguida, o próximo slide sobre essa questão do planejamento estratégico. Também verificamos que os que falharam não tinham no seu bojo um processo de desenvolvimento econômico sustentável. Quer dizer, o planejamento acaba gerando para sociedade uma obra de ficção, porque parece não sugerir a sustentabilidade. Daí que a sociedade e os agentes do mercado, a academia e tantos quantos deveriam estar participando não se convençam e ele acabe abandonado. Queria só enfatizar que as políticas públicas devem ser mais objetivas e eficientes. É a quarta (4ª) de cima para baixo. E eu adicionaria eficazes. Aprendi com o ministro Camilo Pena a diferença entre estas palavras: eficiência e eficácia. Você pode ser eficiente, mas com baixa eficácia. Por exemplo: o Bolsa Família tem que ser eficiente, porque deve atingir o maior número de pessoas possível, mas ao menor custo possível para que ele seja eficaz. E ai ele atrai os agentes para os seus objetivos.

Outro item. É preciso modernizar as instituições públicas e as formas de organizar a ação do Estado. Esse ponto é também básico no planejamento, verificamos que os outros não tinham essa preocupação, mas no caso brasileiro é através dele que você gera credibilidade orçamentária e a credibilidade no planejamento. Sem a modernização dessas instituições, o Marinho citou a questão da previdência, pouco avançaremos. Se olho e vejo que a arrecadação do tributo naquele particular é ineficaz porque aquela instituição não é moderna, tendo a buscar, também, a informalidade, a não pagar aquele tributo em decorrência da dúvida que tenho sobre a eficácia da sua aplicação.

É nossa conclusão a de que o processo de desenvolvimento sustentável apresenta diversas dimensões a serem consideradas na elaboração de um plano estratégico de desenvolvimento. Anotei, aqui, que não encontramos nenhum planejamento estratégico bem sucedido sem que tivesse havido um processo muito forte de desenvolvimento sustentável, amparando e trazendo os agentes para aquele plano.

O próximo item é uma crítica. Esses traços que aparecem mostram o crescimento do PIB entre 1947 e 2002. Notem que o Brasil teve espasmos muito altos de crescimento até o início dos anos 80. Aqueles traços do lado esquerdo indicam períodos em que o Brasil cresceu de dois por cento (2%) a doze por cento (12%). E em baixo, vocês vão ver esse traço contínuo que é a média de crescimento do PIB brasileiro, de 1947 a 2002, um cinco ponto dois por cento (5,2%) crescemos nesse período. Na época você

teve períodos altos e milagre brasileiro, e todos aqui devem estar se perguntando: que demônio se abateu sobre este país a partir dos últimos vinte (20) anos? Desaprendemos a crescer, tornamo-nos um bando de covardes, os economistas brasileiros esgotaram a sua capacidade de formular ações que resultassem num crescimento? Mas tem um fato que a gente retira dai: só com política econômica não vamos crescer. A conclusão do Marinho, e que a gente vai tirando aqui, é que se não existir um entendimento político, muito mais político do que só econômico, a tendência brasileira é continuar neste processo de baixo crescimento. Os economistas já declararam ao país a sua incapacidade, a sua impotência. Isso foi dito por um daqueles que certamente pode ser caracterizado como um dos maiores, que é o Pérsio Árida, ao receber o seu título de "Economista do Ano". Ele declarou: nós os economistas não temos mais resposta para promover o crescimento no Brasil. Somos competentes em elaborar planos de estabilidade monetária, mas um fracasso diante da necessidade de desenvolver planos de desenvolvimento econômico e social. Dai considero importante, vital, esse debate aqui. Tem a ver com o que disse o Ronaldo Garcia: o que houve com as nossas empresas nesses últimos vinte (20) anos? Aonde é que foram parar? As marcas brasileiras, as empresas brasileiras, os novos produtos brasileiros, que falta de tesão generalizado que acabamos tendo na nossa fase de alta produtividade, meu caro Jaques Wagner? Na nossa fase, na nossa geração?

Realmente não me conformo e não consigo entender porque nós todos não nos sentamos à mesa para debater isso e buscar um entendimento, um contrato social.

Queria mostrar para vocês um fato portador do futuro. O número de municípios brasileiros multiplicou-se por quatro, dos anos 40 até 2000. Certamente isso é um fato portador de futuro, este enorme desenvolvimento do número de municípios.

O próximo que quero mostrar, o financiamento dos investimentos da infraestrutura ao longo das últimas décadas, deu-se, basicamente, com recursos fiscais, endividamento externo e, em alguns casos, com recursos próprios setoriais. Foi assim que foi feito. Isso quer dizer, senhores, que, curiosamente, as três motivações do passado não estão presentes hoje. Não temos recurso fiscal nem capacidade de endividamento externo e muito menos recursos próprios setoriais. Dai então volto na questão da PPP.

Embora o BNDES tenha assumido o papel de promotor das novas iniciativas, financiando algumas concessionárias privadas, a magnitude dos investimentos previstos deve requerer participação maior dos bancos privados. Ou os bancos privados assumem esse compromisso, esse papel, ou nós não teremos saída. A questão é: como levar os bancos privados a assumirem esse papel?

E a penúltima afirmação, que é a consolidação do marco regulatório, deve-se dar em paralelo, em sintonia com a consolidação de um novo regime contratual para a provisão do serviço de infraestrutura. É fundamental que este marco considere o acesso ao serviço pela população mais pobre.

Em seguida, aqui, só para enfatizar um exemplo de distribuição geográfica de renda nacional, vamos notar que, na média de participação no PIB nacional, as Regiões Sudeste e Sul levam cerca de setenta e cinco por cento (75%) desta fatia. E no próximo slide, vínculo com o digital. Aqui estamos falando de inclusão digital. É evidente que é um grande exemplo de desigualdade social. Se a gente não quiser gerar uma maior desigualdade social, é só não permitir o acesso dessa turma na questão digital. Esse é um fato. Um fato portador de futuro. Se não intervier nesse fator ele vai se agravar.

No próximo analisamos a questão da energia elétrica, onde vocês também vão ver, nessa questão de serviços básicos, um bom exemplo de desigualdade inter-regional. Qual é a tendência? É você abastecer aqueles setores que já estão ultraconcentrados. Cada vez mais enfatizando as desigualdades inter-regionais.

Defendemos, sim, a necessidade de regulação. Por uma razão pragmática. Sem a regulação não há investimento. É necessária essa garantia para o investidor e como o usuário desse serviço já está garantido é necessário que haja intervenção dos órgãos reguladores.

E, finalmente, esta última de que gosto muito, a regulação pró-pobre. Uma necessidade urgente. Quando analisamos a questão das demandas telefônicas, vimos que sessenta e nove por cento (69%) das assinaturas telefônicas estão nas classes C, D e E, mas a receita do setor, neste segmento, é de quarenta e dois por cento (42%) do total. A Bolsa de Valores de São Paulo resolveu intervir junto àqueles que não estavam habituados a comprar ações. Então foi lá no portão da fábrica, foi lá com a Força Sindical, foi lá com a CUT e estimulou este grupo a participar das Bolsas de Valores, através de uma intervenção. Ou seja, senão existir essa intervenção você não traz essa igualdade.

A outra que gosto de citar está até na moda, são os CEUs da prefeita Marta. Se você não faz aquele tipo de intervenção, se você não vai num grotão da pobreza, a tendência é que aquela comunidade continue por pelo menos mais cem (100) anos desigual, porque não teria acesso àquela qualidade de ensino, de educação, você não teria como trazê-la. Ai você vai lá, intervém e contamina positivamente toda aquela região.

Ministro era isso que queria dizer a vocês, agradeço e vou, também, deixar à disposição, no sítio do nosso conselho, o trabalho que norteou nossa apresentação.

Âmbito Problemático 4

Inexistência de eficaz sistema nacional público/privado de fomento/financiamento do desenvolvimento, estrutura tributária complexa, regressiva, punitiva à produção e ao trabalho.

Exposição verbal do Conselheiro Daniel Faffer:

Bom dia a todos. Senhoras e senhores, gostaria de iniciar falando sobre as condições de financiamento de um sistema eficaz de fomento ao desenvolvimento.

Eu me perguntei qual é o papel do governo e qual é o papel da iniciativa privada na questão do fomento ao desenvolvimento. Entendo o papel do governo como o de apoiar, estimular, promover, eventualmente, de se associar e, em outras circunstâncias, de implementar projetos. Na questão público/privada, não vejo como predominante no Brasil a implementação dos projetos governamentais. Vejo, sim, um país onde a iniciativa privada cada vez mais ganha maturidade com governança corporativa para poder implementar e expandir a classe média, a classe mais pobre e o crescimento do país como um todo. A iniciativa privada deve estar reconhecida, deve estar capacitada.

Refiro-me à iniciativa privada no sentido mais amplo, desde um pequeno vendedor que vá iniciar uma padaria até a formação de uma grande corporação que vá competir internacionalmente. E vejo como um dos maiores problemas a formação de uma classe média forte, como disse o colega Luis Marinho e com o qual concordo plenamente. A iniciativa privada, me parece, carece de um reconhecimento no país, já que o uso da expressão "empresário" está totalmente distorcido no cenário atual. A questão do empresário é a questão de quem toma o risco. Quer seja da padaria, quer seja da corporação. Porque chegamos a esse ponto? Talvez não nos caiba tratar, culpar ou lidar com revanchismo de nenhuma das partes, mas, sim, procurar reverter essa situação. Construir uma agenda positiva de crescimento, de reconhecimento dos talentos nacionais, a vocação do empresariado, a vocação do pequeno empreendedor e do grande empreendedor. Penso que as escolas, porque não dizer as religiões que estão preocupadas com a família, deveriam procurar embasar a questão da tomada de risco. Mostrar o empreendedor como aquele que forma e valoriza a família e assim promove a religião e a harmonia. Com essa visão mais ampla penso que o caminho para o país se dará através da parceria público/ privada.

Sem pretender descer a detalhes técnicos, o projeto da PPP é uma coisa que me parece bastante inovadora, oportuna e necessária, desde que respeitadas as condições de governança, as condições das Leis de Responsabilidade Fiscal e Social, os limites de funcionamento de garantias, os critérios transparentes de escolha dos parceiros e o engajamento do governo nos projetos. E quais seriam os agentes financeiros para promover o financiamento do desenvolvimento? Dentre as instituições, o BNDES que tem promovido um excelente progresso no país, seria uma das fortes instituições, mas acredito também que a iniciativa privada tem o seu papel através do sistema financeiro, que é o de promover financiamento do pequeno e do grande empreendedor. Acho que nós, conselheiros, devemos procurar essas questões de fundo que motivam as iniciativas. No caso, qual é a motivação do sistema financeiro?

Uma questão de fundo importantíssima é a estabilidade econômica que dá base para todos crescerem. Um estudo do IEDI mostrou que os países que mais se desenvolveram nas últimas décadas tiveram os juros e o câmbio estáveis durante todo o período. Acredito que estamos adquirindo as condições para isso.

Temos a questão do juro e do capital - falamos do BNDES - e a questão da infraestrutura, ou melhor, das condições para o progresso das exportações. Ontem mesmo, o ex-embaixador Rubens Barbosa comentava que os investidores chineses estão procurando o Brasil para investir em infraestrutura porque eles querem garantir o seu fornecimento de alimentos e matérias-primas e querem investir, aqui, nos portos, nas ferrovias. E para isso, o PPP vai ser muito importante.

Falou-se aqui nos problemas acarretados pela ineficiência do Estado, dentre eles a aprovação de novos portos. Para efeito do projeto "Brasil em Três Tempos", levanto a questão de como segmentar o nosso desenvolvimento. Que pontos precisam ser melhorados e desenvolvidos? Procurei dividir o desenvolvimento em três categorias. A categoria estruturante, a agregadora e a diferenciadora. Na categoria estruturante, colocaria, num sentido mais amplo, a saúde, o saneamento, a educação, as rodovias, as ferrovias e, porque não dizer, a segurança. Isso é básico para o desenvolvimento. Na categoria agregadora, o que aumentaria o tamanho do bolo: investimentos na agricultura, no turismo interno, pois temos uma costa vastíssima e outras matérias-primas que têm o potencial de aumentar o tamanho do bolo e gerar riquezas para o país. O que seria a categoria diferenciadora? Apostar numa Embraer? Num software? Ou, como foi falado, em nanotecnologia e outras novas tecnologias?

Se priorizássemos na Agenda Nacional de Desenvolvimento grande parte dos recursos de investimento (recursos financeiros, humanos, estratégicos) para os setores estruturantes, uma média parte para os agregadores e uma menor parte para os diferenciadores, poderíamos reverter essa pobreza enorme que existe no país. Talvez seja melhor do que procurarmos colocar duzentos milhões de dólares, trezentos milhões de dólares em nanotecnologia. Acho que é uma questão de distribuição do que é possível ser mobilizado. Não dá para fazer tudo ao mesmo tempo. Para reverter a pobreza, temos que aumentar o tamanho do bolo. Concentraria os maiores esforços no financiamento das parcerias público-privadas dos setores estruturantes, em seguida, nas dos setores agregadores e, uma menor parcela, mas com um foco especializado, nas dos setores diferenciadores.

Quanto à questão que me foi colocada referente à estrutura tributária complexa e sua dinâmica regressiva no país, cito uma análise do IEDI da qual não cabe aqui dar detalhes técnicos, mas lembrar que a Reforma Tributária ocorrida até agora foi um grande esforço, mas ainda pequeno face à necessidade do país. A mudança no COFINS, por exemplo, gerou um aumento para o setor de serviços e mostrou que temos muito ainda o que investir na Reforma Tributária. Existem, porém, algumas mudanças de fundo na questão tributária que, acredito, sejam consensuais. Por exemplo: a rediscussão das relações entre os estados da federação, a ideia de um sistema nacionalmente unificado de impostos, a introdução do imposto sobre o valor agregado, focando as contribuições que incidem sobre as vendas. É o principio da desoneração dos investimentos para aumentar o tamanho do bolo de novo. A redução do custo do

trabalho através da redução de encargos sobre a folha de salários. E os esforços para a redução da sonegação que acabam onerando o setor formal e beneficiando o informal. Uma questão a resolver se refere à sobrecarga tributária sobre os produtos de maior circulação no país que oneram a população mais pobre. Porque de uma forma ou de outra, o setor formal acaba gerando impostos para o setor informal e a população de baixa renda, ao consumir produtos do mercado formal, acaba pagando uma proporção exagerada de impostos ou, então, comprando produtos informais ou contrabandeados. Essa é uma questão a ser aprofundada.

Bem, era isso que tinha dizer. Obrigado.

Âmbito Problemático 5

Insegurança pública e cidadã, justiça pouco democrática, aparato estatal com baixa capacidade regulatória/fiscalizadora.

Exposição verbal do Conselheiro Pedro Ribeiro de Oliveira:

Fui convidado a apresentar uma contextualização sobre esse âmbito problemático e alguns "Fatos Portadores de Futuro". Acontece que nem sempre os fatos são auspiciosos, pois há também "fatos portadores de barbárie", como o massacre de sete pessoas moradoras de rua, em São Paulo, há um mês.

Por que vejo aí um fato portador de futuro? Em primeiro lugar, porque há vários precedentes, embora de menor vulto. Se nenhuma providência séria for tomada, fatos como este tendem a se repetir. Em segundo lugar, a reação da sociedade evidenciou que todos percebemos a gravidade do evento e queremos uma punição que impeça sua repetição. Vejo nesse fato três dimensões, as quais vou analisar, para suscitar o debate com os e as colegas de GT. Quero falar de: (i) o conceito de "exclusão social", (ii) a baixa capacidade regulatória do aparelho estatal - e sua privatização, e (iii) os fundamentos da segurança pública e cidadã. Vou me abster de falar da "justiça pouco democrática", por me faltar competência no assunto. (Desconfio que o problema resida principalmente no Direito Processual, que permite a hábeis - e custosos - advogados dificultar a condenação dos réus por falta de provas ou prescrição do crime).

1. *O conceito de "exclusão social", que tem sido muito usado, a ponto de parecer evidente (moradores de rua seriam obviamente pessoas socialmente excluídas) é inadequado e enganador. Na realidade, o morador de rua não é excluído da sociedade, e sim do mercado: não compra nem vende praticamente coisa alguma. Acontece que mercado e sociedade não são a mesma coisa. O mercado é uma instituição social cuja função é regular a economia e não a sociedade como um todo. Uma sociedade regulada pelo mercado configura uma nova forma de totalitarismo: o totalitarismo do mercado, onde só vale quem tem, e mais vale quem mais tem. Para que o fato ocorrido nesta cidade há apenas um mês não se repita, é preciso, em primeiro lugar, tomarmos*

consciência de que pessoas excluídas do mercado não são, ipso facto, *excluídas da sociedade brasileira. O fato de não contarem para o mercado em nada afeta sua condição social, pois são tão parte da nossa sociedade quanto qualquer um dos ilustres conselheiros ou conselheiras aqui presentes. É necessário e urgente resgatar a noção básica de cidadania política e de pertencimento à sociedade nacional, para que ninguém seja aprisionado pela lógica do mercado total, que nos reduz a meros compradores / vendedores.*

2. *A baixa capacidade regulatória do aparelho estatal - e sua privatização - é outra dimensão que se evidencia no fato que estamos analisando. Ao que tudo indica, o crime teria sido cometido por policiais militares envolvidos em serviços privados de segurança. Trata-se, evidentemente, de uma excrescência, que não pode ser generalizada a outros serviços de segurança privada. Mas o que chama a atenção é que hoje falamos de "segurança privada" como se isso fosse normal num Estado de Direito. A clássica teoria de Max Weber define o Estado como a instância que detém o monopólio da força, opondo-o à situação de barbárie, na qual os grupos privados (famílias, clãs, ou bandos) resolvem seus conflitos pela violência. É evidente que, quanto menos monopólio da força o Estado detém, mais frágil ele é, e mais perto estamos da barbárie. Ora, os dados sobre o crescimento do setor de serviços de "segurança privada", inclusive com armas de fogo, são alarmantes. Eles apontam para a falência da função civilizatória do Estado de Direito, cada vez menos capaz de garantir, por meios próprios e legítimos, a segurança dos seus cidadãos. Se quisermos que aquele fato não venha a se tornar portador de um futuro de barbárie, impõe-se dar condições ao aparelho estatal para cumprir sua função civilizatória. Não somente implementar a lei do desarmamento, felizmente aprovada e a ser referendada por plebiscito em 2005, como reestruturar o aparelho de segurança do Estado, para que funcione em defesa de todos os cidadãos. Sei que esta questão implica aspectos complicadíssimos, mas precisa ser corajosamente enfrentada, ao invés de escolhermos a solução fácil e ineficaz da privatização da segurança pública.*

3. *Os fundamentos da segurança pública e cidadã podem ser resumidos num singelo provérbio popular: "casa segura é aquela que não precisa de tranca". Segurança fundada na força gera, inevitavelmente, a espiral de violência que pouco a pouco dissolve o "tecido social", fundado no consenso e na confiança mútua. Sabemos, por experiência, que a solidariedade é a melhor e mais eficaz forma de segurança individual e coletiva. Quando posso confiar na solidariedade de quem me cerca, estou seguro. Entramos, porém, numa paranóia coletiva, onde desconfiamos de todo mundo e blindamos nossa existência, como se houvesse refúgios verdadeiramente seguros... É evidente que essa situação tem tudo a ver com a economia de competição e não de cooperação. Diz a sabedoria popular: "casa onde falta pão, todos brigam e ninguém (ou*

todos?) tem razão". Se a lógica é "se não há para todos, vou garantir o meu", a violência é inevitável. Ora, todos propomos medidas que tornem nosso país mais competitivo. Será que ninguém pensa em torná-lo mais cooperativo? Concluo dizendo que é preciso reinventar o Brasil, porque os rumos seguidos nos últimos 10 anos apontam em direção à barbárie. Este é o nosso grande desafio, como pessoas de referência na sociedade brasileira neste Conselho. Mas confio que o processo de Concertação Social é um instrumento privilegiado para o Desenvolvimento Econômico e Social que todos desejamos para nosso País.

Muito obrigado.

Âmbito Problemático 6

Baixa capacidade operativa do Estado, dificuldades para gerir contenciosos federativos, desequilíbrios regionais profundos, insustentabilidade do manejo de recursos naturais nas novas fronteiras de ocupação do território.

Exposição verbal do Conselheiro-suplente José Cézar Castanhar:

Bom dia a todos.

O âmbito problemático que me pediram para comentar diz respeito à baixa capacidade operativa do Estado. Esse âmbito tem relação com a capacidade gerencial do Estado, dificuldades de gerir contenciosos federativos, equilíbrios regionais produtivos, a questão da gestão de recursos naturais nas novas fronteiras e de ocupação de territórios. Tudo isto em apenas sete minutos, por este motivo, não vou fazer nenhuma projeção.

A denominação de fatos portadores de futuro pareceu-me um jargão acadêmico um pouco pedante, mesmo sendo eu da área acadêmica. Mas a verdade é que, pensando melhor, fica óbvio que ações que se formaram no passado produziram impactos para o formato atual do Brasil ou, ainda, que omissões do passado também causaram impacto sobre a nossa situação atual e, obviamente, nossas decisões ou omissões de hoje vão, certamente, moldar o futuro.

Na questão da baixa capacidade operativa do Estado, o que se constata é a baixa qualidade de gestão do governo, das políticas públicas do governo. O próprio noticiário, nos últimos tempos, tem sido bastante abundante em revelar as consequências dessa baixa capacidade de gestão, especialmente nas áreas das chamadas políticas sociais.

Ao se fazer esta reflexão sobre as decisões e/ou omissões do passado, é importante lembrar duas decisões do passado - de um passado remoto e de um passado mais intermediário - que foram fundamentais para moldar o fato de o Brasil ter se tornado a 7ª e, posteriormente, ter se transformado na 12ª economia do mundo.

Em 1936 foi criado, no governo de Getúlio Vargas, o DASP, que era a administração do serviço público e que foi crucial para dotar o Estado de capacidade gerencial e de planejamento e para que se fizesse a primeira grande inovação do Estado nos anos 40 e 50.

Na década de 1950, já com Juscelino Kubitschek, são criados os grupos executivos de trabalho renovando e arejando a burocracia, um saldo qualitativo importantíssimo e praticamente consolidando a industrialização do país.

Da mesma maneira, hoje, a baixa capacidade operativa do Estado decorre das omissões ou das decisões deliberadas de desmantelamento do governo nos anos 90. Isso levou a uma pauperização do setor público em todos os níveis de governo e a uma redução dramática dos quadros do Estado, também em todos os níveis de governo.

Claro que se pode discutir em que medida é relevante ou não a existência de um setor público qualificado e qual é a dimensão disso para o progresso do país. Mas quero lembrar que nos setores que hoje apresentam os melhores resultados, e que estão viabilizando a retomada do crescimento, pode-se identificar a presença de uma forte e qualificada burocracia pública. Cito alguns exemplos. Na agricultura, no agronegócio, que foi o grande motor dessa retomada do crescimento, a presença da EMBRAPA, como um fator de produção de tecnologia para o setor. Na exportação, a presença, ou melhor, a onipresença da burocracia do BNDES no investimento de novos setores, e, principalmente, de setores inovadores. A burocracia da Petrobrás, gerando a nossa auto-suficiência de petróleo, que foi fundamental para o Brasil enfrentar as crises e as turbulências existentes. A política externa, sempre sendo saudada como um dos grandes avanços do atual governo, com a burocracia secular do Itamaraty, sofisticada e qualificada.

Nos estados e municípios a situação é muito mais crítica. Ela é agravada e generalizada, com as exceções que confirmam a regra, naturalmente. No caso dos estados, há um desafio redobrado que é o fato de eles terem que enfrentar uma demanda crescente e mais complexa, já que as políticas sociais são executadas no âmbito dos estados e municípios. Por exemplo, as políticas de saúde e educação e, mais recentemente, o problema da segurança pública estão, todos, sob a responsabilidade dos estados e dos municípios.

Isto nos leva à discussão do segundo tópico, que é a questão do contencioso federativo e na qual eu destaco três fatos. O primeiro fato é a óbvia escassez de recursos, especialmente no nível de estados e municípios. Observa-se a ocorrência de uma dinâmica perversa, meio irônica e paradoxal. No pós 88, após a Constituição de 1988, estados e municípios receberam recursos e não receberam as atribuições equivalentes, ficando com um aparente superávit em recursos. No pós 94, após a reforma constitucional de 1994, aconteceu o contrário. Ocorreu uma reconcentração de recursos no nível do governo federal e os estados passaram a receber mais atribuições, justamente no momento do crescimento da crise social verificada nesta última década.

Portanto, uma discussão atual, e que é um fato portador de futuro crucial, é exatamente a necessidade de rediscussão do federalismo fiscal. Isto envolve pelo menos duas coisas: a) a discussão da parte do bolo que vai para cada nível de governo - é bom lembrar que no debate que fizemos sobre a Reforma Tributária esse assunto não foi tratado, falou-se apenas da questão da unificação do ICMS, que ficou para a legislação complementar e que ainda está no limbo - e, b) a criação real de um sistema de redistribuição de recursos entre os entes federativos, especialmente entre os estados.

É típica de uma federação a ocorrência de desequilíbrios regionais. No Brasil, esses problemas são muito mais graves, são históricos e tem raízes profundas. Há que se recordar, no entanto, que é uma condição de um regime de federalismo fiscal a existência de uma certa generosidade para promover a distribuição dos recursos e, além disso, de uma certa inteligência para, através de um processo de redistribuição, promover a ampliação da massa de consumo. É bom lembrar o exemplo dos últimos dez anos da União Européia onde, através de fundos de compensação foram se incorporando regiões crescentes da Europa, regiões que até a década de 1960/70 se mantinham deprimidas: Portugal, Grécia, Espanha, a própria Itália no início dos anos 70, e, mais recentemente, todos os países do Leste Europeu. Com isso, permitiu-se a criação de um gigantesco bloco econômico e aumentou-se de forma espetacular a capacidade de consumo.

O segundo fato portador de futuro é a questão da dívida a renegociar dos estados e municípios, que produz uma enorme anemia na situação financeira desses entes federados, já que eles têm um volume de dívidas muito grande. Não há espaço aqui para discutir a origem dessa dívida, discutir a competência e a qualificação de governadores ou prefeitos que levaram a isso. No entanto, é bom lembrar que, aparentemente, a renegociação da dívida foi um benefício dado aos entes federativos. Por quê? Porque permitia consolidar uma dívida gigantesca, que era rolada a taxas de mercado em condições supostamente favorecidas em IGPM mais 6% ou mais 9% ao ano, dependendo da amortização que os estados e municípios fizessem. A partir de 1999 começou uma lógica perversa, um ciclo perverso, que vai provocando uma anorexia financeira nos estados.

A liberação do câmbio, durante os últimos cinco anos, produz três anos de turbulência cambial, de desvalorização acentuada do câmbio, que produz inflação e, ao produzir inflação aumenta, obviamente, o IGPM o que aumenta o encargo da dívida dos estados. O governo, para combater o aumento do IGPM dentro deste modelo, aumenta os juros. Ao aumentar os juros, provoca a recessão. Ao provocar a recessão, reduz a receita dos estados, que é basicamente baseada no ICMS, que é um tributo que depende da atividade econômica. Com isto, os Estados e Municípios se vêem hoje nesse beco sem saída, nesse ciclo vicioso que, para ser, vai requerer uma discussão inte-

ligente, uma discussão que não seja medíocre e contabilista, sem nenhuma ofensa aos contabilistas - eu me refiro aos contabilistas medíocres porque, de maneira geral, os contabilistas são bastante criativos.

Um terceiro fato portador de futuro é a Lei de Responsabilidade Fiscal que reduz hoje, de forma significativa, a autonomia de estados e municípios - e, que fique claro, a minha posição, como professor de administração, é de absoluto compromisso com a gestão competente, com a qualidade dos recursos públicos. No entanto, a lei atual é limitada, para dizer o menos, já que ela iguala gestão responsável a gastar menos e faz isso, principalmente, através do estabelecimento de parâmetros sobre gastos na rubrica de pessoal.

Ora, ensina-se no primeiro semestre de uma escola de administração que qualidade de gestão não é gastar menos. Se dissermos para um empresário que ele será o melhor empresário se ele gastar menos, ficará evidente o ridículo dessa afirmação. Portanto, temos que fazer uma rediscussão da Lei de Responsabilidade Fiscal para que se iguale a qualidade de gestão aos impactos dos gastos feitos. Nós, hoje, temos uma situação extravagante em que um prefeito que gaste pouco, que diminua a qualidade dos seus projetos, das suas políticas sociais, por exemplo, seria premiado pela Lei de Responsabilidade Fiscal e um governador ou prefeito que exceda em 1% ou 2% o limite de gastos, mas que tenha sido inovador, criativo, aumentando a abrangência das políticas sociais e seus efeitos, poderá vir a ser preso por isso.

Isso tudo nos leva à discussão dos fatos portadores de futuro mais importante que são, inevitavelmente, o formato da política macroeconômica e, principalmente, a governança da política macroeconômica. A discussão de quase todas essas questões que mencionei aqui passa, inexoravelmente, pela mudança da forma como a política é feita hoje.

Vou citar alguns pactos que devem ser feitos. Um pacto para definir os objetivos da política econômica, que já foi mencionada pelo Luis Marinho, e que implica uma mudança na composição e nos objetivos do Conselho Monetário Nacional e do COPOM do Banco Central. Nesse sentido, apenas recomendo que se examine, por exemplo, o Federal Reserve e o Banco da Inglaterra, que podem ser um bom exemplo para o Brasil. Um pacto federativo que considere os aspectos que mencionei acima e, finalmente, um pacto social que possibilite rever as questões de combate à inflação e de taxa de juros e que assegure crescimento para o país. Muito obrigado.

§

A essas exposições seguiu-se um rico e elucidativo debate, com o envolvimento dedicado de todos os conselheiros. Muitos deles, os que controlavam recursos técnico-organizativos apropriados, ofereceram apoio para o detalhamento

e aprofundamento das questões discutidas, como contribuição para facilitar a posterior formulação das diretrizes estratégicas com as quais se pretendia o eficaz enfretamento dos âmbitos problemáticos. De fato, tais apoios foram da maior validade para as etapas seguintes da elaboração da Agenda. A partir desse evento, os conselheiros integrantes do GTFED foram divididos em três subgrupos, elegendo os seus respectivos coordenadores/relatores. Cada um dos subgrupos se dedicou a dois âmbitos problemáticos, com a tarefa de formular as diretrizes estratégicas. Tal tarefa consumiu seis meses, durante os quais foram realizados estudos, seminários com especialistas, dirigentes e técnicos governamentais, além de muitas reuniões de trabalho, não raro com a participação de convidados que ajudaram a esclarecer pontos obscuros ou controversos.

5. DEBATES, CONSENSOS, DISSENSOS. NEGOCIAÇÕES E ACORDOS.

Após diversas reuniões e animadas discussões, os conselheiros dos três subgrupos do GTFED conseguiram produzir 84 diretrizes para os 6 (seis) âmbitos problemáticos (AP). Na reunião de Abril de 2005, foi feita a primeira conversa entre todos o integrantes do GT sobre o conjunto das diretrizes. Reconheceu-se que com tamanho detalhamento haveria uma inevitável perda de direcionalidade, por introduzir-se uma certa dispersão no que deveria ser um alinhamento estratégico mais preciso. Os conselheiros apontaram quais seriam as mais importantes diretrizes para cada AP pelo poder resolutivo de cada uma delas. A SEDES/PR foi por eles incumbida de preparar uma versão mais sintética que não perdesse o sentido da formulação inicial e destacasse as prioridades estabelecidas.

Assim foi feito. Em poucos dias os conselheiros do GTFED receberam uma outra versão, mais concisa, contendo 24 diretrizes, e, no último encontro do GT, aprovaram-na por unanimidade. Esta versão foi, então, apresentada ao Pleno do CDES em sua 12ª Reunião Ordinária, em Maio de 2005. Ali foi decidido que a proposta de Agenda deveria ser objeto de cuidadosa e crítica leitura por parte de todos os conselheiros, para que se pudesse dar início ao processo de discussão e negociação dos seus termos. Decidiu-se, também, que, diante da evidente dificuldade de se fazer uma discussão proveitosa com todos os integrantes do CDES em simultâneo, se revelava mais apropriado a constituição de grupos de discussão e negociação. Foram organizados oito grupos, com o número médio de 11 participantes. Na formação dos grupos decidiu-se adotar o critério de "bancadas", ou seja: um grupo de lideranças de trabalhadores, quatro grupos de empresários, buscando que cada um deles tivesse uma representação setorial aproximada à da composição do CDES; três grupos englobando personalidades, acadêmicos, religiosos, artistas e esportistas, representantes

de entidades de defesa de direitos e de ONGs, formados de maneira igual aos dos empresários.[34]

Cada um dos grupos contou com um sistematizador/negociador com as atribuições de organizar de maneira consistente as contribuições originadas do debate da proposta de Agenda, construir o consenso entre os membros do grupo e, posteriormente, negociar com os sistematizadores dos outros grupos a versão final da Agenda a ser apresentada à decisão do Pleno do CDES e, se aprovada, encaminhada ao Presidente da República. Todas as reuniões foram moderadas e assessoradas pela equipe da SEDES.

Não é possível registrar aqui toda a riqueza produzida no funcionamento desses grupos de discussão. Faltam ao autor desse relato as competências e habilidades para descrever os climas, os humores, as disposições mentais, a determinação e a vontade dialógica, a vivacidade intelectual e a manha negociadora dos conselheiros. Há de ser considerado que mais de dois anos haviam passado, durante os quais foi construído um ambiente de respeito, conheceu-se alguma quebra de preconceitos e a superação do medo dos diferentes, surgiu uma quase-camaradagem entre muitos, obteve-se proveitosa convergência de perspectivas, bem como o reconhecimento de que muito do aparentemente inconciliável comportava aproximações interessantes, gerando possibilidades inovadoras. Houve, assim, uma considerável redução dos conflitos cognitivos, inevitavelmente paralisantes e produtores de antagonismos enganosos. A intensidade dos trabalhos do GTFED e das discussões grupais sobre a Agenda tornou mais frequente o convívio entre os conselheiros, mais profundos os conhecimentos recíprocos, mais ampliadas as oportunidades de entendimento, sem com isso descaracterizar posições ou mascarar interesses.. Tudo sempre foi feito de forma muito explícita, com muita consciência das inserções concretas de cada conselheiro na configuração social brasileira.

Não tenho o receio de afirmar que foi praticada uma negociação do mais alto nível, orientada por visões estratégicas, por um empenho em fazer um Brasil maior e melhor para o povo brasileiro. No processo, em momento algum houve apequenamento. Em algumas situações, duras negociações eram travadas. Os mínimos detalhes, palavras, vírgulas, ênfases e conteúdos, tiveram que ser objeto de acordos. Mas ninguém se bateu por interesses menores, particularistas, curto-prazistas, e ainda que todos tivessem aguçado senso de urgência, obviamente cada um o tinha a partir de seu posto de observação. Era entendimento comum de que se vivia um momento decisivo. Por um lado uma conjunção favorável de fatores ou, em outros termos, uma conjuntura internacional privilegiada, uma expectativa interna pró-investimento e produção, um clamor por um outro estilo

34. A identificação dos conselheiros componentes de cada um dos grupos de discussão encontra-se no **Apêndice** da Agenda Nacional de Desenvolvimento, em anexo.

de desenvolvimento. Por outro, uma sociedade em vias de se frustrar, uma enorme demanda social reprimida, uma evidente diminuição da paciência dos setores subalternos, trazendo o risco de se manifestar sob formas mais contundentes e potencialmente desorganizadas, a decepção dos movimentos sociais e dos segmentos formadores de opinião.

A delicadeza da situação aumentou em muito a responsabilidade dos conselheiros. Isto era tão claro que nos debates e formulações para a Agenda, deliberadamente, optaram por não entrar nos detalhes da política econômica vigente. Mesmo com a quase totalidade dos conselheiros tendo profundas divergências com tal política, avaliaram que se isto acontecesse correr-se-ia o risco de incorrer em divisões e antagonismos com os conselheiros governamentais, inviabilizando o processo, e mais ainda, a recepção da Agenda pelo Presidente da República. Resolveram tratar das discordâncias durante as plenárias do CDES, como pode ser verificado nas Atas das Reuniões Ordinárias[35]. Por solicitação dos conselheiros, o Ministro da Fazenda foi o que mais compareceu às reuniões. Com ele e com o Presidente do Banco Central, o CDES conheceu as mais duras e contundentes discussões, sempre em debates muito educados e respeitosos, mas nem por isso menos críticos e rigorosos.

Como decorrência dessa opção, os conselheiros reconheceram a necessidade de ser inserido na versão final da Agenda um tópico, antes da apresentação das diretrizes, explicitando os supostos e requisitos da Agenda e a premência de ser estabelecida a transição das práticas vigentes para aquelas que conduzissem aos objetivos pretendidos. Tanto é assim, que a leitura da Agenda facilmente revela a combinação de uma preocupação com os aspectos mais estruturais do desenvolvimento, com a consideração por pressões de natureza mais conjuntural ou por problemas que exigem uma atuação mais imediata.

Ao término dos trabalhos da comissão de sistematização/negociação, não se constataram mudanças significativas entre a versão que dali saia e a que havia sido entregue (resultante da aprovação unânime no GTFED) aos oito grupos de discussão, envolvendo a totalidade dos conselheiros. A visão de futuro sofreu uma revisão, tornando-se um pouco mais explícita, no que se refere a gênero, diversidade cultural e inserção internacional. Alguns dos ***Objetivos***[*] conheceram pequenos aperfeiçoamentos, tornando-os mais precisos. Foram acrescentadas três novas diretrizes: uma no Objetivo I, referente à necessidade de uma reforma agrária de vulto e ao apoio à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural;

35. Ver www.cdes.gov.br/documentos/atas do pleno do CDES.

*. O resultado esperado com a superação de cada um dos Âmbitos Problemáticos conduziu à formulação dos Objetivos a Alcançar, considerados mais didáticos e transmissores de uma visão mais positiva, supostamente, mais mobilizadora.

duas no Objetivo VI, a primeira relativa ao aperfeiçoamento do sistema nacional de planejamento e gestão, e a segunda pela valorização e difusão da cultura brasileira, com destaque para a sua diversidade étnica e regional. Algumas outras diretrizes tiveram os seus conteúdos acrescidos, ressaltando pontos considerados importantes pelos conselheiros. Muito pouco, para algo tão complexo e produzido por atores tão heterogêneos. Talvez possa ser tomado como um exemplo poderoso da força do diálogo social.

A Agenda Nacional de Desenvolvimento estava pronta para ser objeto de deliberação e decisão do CDES. Se aprovada, seria encaminhada ao Presidente da República. Após manifestação deste, a expectativa era dar início a uma ampla discussão com atores sociais não representados no Conselho, com vistas a criar aquela vontade coletiva a que se referia Celso Furtado. A vontade de fazer o Brasil desenvolvido, um país que realizasse a visão de futuro que os conselheiros idealizaram. Os tempos, no entanto, eram outros...

6. A APROVAÇÃO DA AGENDA PELO PLENO DO CDES E A REAÇÃO PRESIDENCIAL

A 13ª Reunião Ordinária do CDES deveria ter acontecido em início de Julho de 2005. Foi adiada para o começo de Agosto e, novamente, para o dia 25. A última reunião havia ocorrido em 11 de Maio, quando a crise política[37] ainda não havia espocado. Com o seu rápido desenrolar, os conselheiros criaram forte expectativa de virem a ser chamados para receberem informações, ouvirem a versão do governo, poderem dar os seus pareceres e publicamente se posicionarem a respeito. Afinal, na condição de conselheiros do Presidente da República era o mínimo que poderiam esperar e fazer.

Os sucessivos adiamentos da reunião do CDES criaram um clima bastante desanimador. Nos encontros para a discussão da Agenda, durante os meses de Junho e Julho, eram frequentes as reclamações, apesar dos esforços do Secretário Especial do CDES/SEDES de convencê-los das dificuldades, por conta mesmo da crise, em fazer a desejada reunião. Os conselheiros chegaram a sugerir a realização de conversas em pequenos grupos com o Presidente, de reuniões informais durante o final de semana e em locais de maior comodidade, entre outras opções. Mas sempre deixando muito clara a discordância com respeito ao distanciamento.

Nesse período, início de Julho, ocorreu a fusão da SEDES com a Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais, da qual resultou a Secretaria de Relações Institucionais (SRI), tendo como titular o então Secretário Especial

37. Decorrente das denúncias feitas pelo deputado Roberto Jefferson envolvendo a direção do Partido dos Trabalhadores e integrantes do primeiro escalão do governo.

da SEDES/PR. O fato trouxe preocupações adicionais aos conselheiros, ao entenderem que as atribuições do ministro-chefe da SRI, principalmente em uma época na qual ocorria a mais grave crise política até então enfrentada pelo governo, iriam necessariamente concorrer com a atenção que o CDES mereceria, em particular no momento em que se completava a Agenda. As novas tarefas do ministro, em verdade, eram muito exigentes em tempo, cuidados e atenções, pois lidar com prefeitos e governadores e, principalmente, com parlamentares, naquele momento, procurando refazer a base congressual do governo e viabilizar as votações de interesse, não era algo delegável. Concretamente, estava-se diante de um fato consumado: uma crise política sem precedentes; a troca de uns tantos ministros, com alguns deles indo atuar diretamente na crise (Congresso ou Partido dos Trabalhadores); Comissões Parlamentares de Inquérito sendo instaladas; uma reforma na organização da Presidência da República; uma Agenda de Desenvolvimento em estágio final de elaboração; um ministro em meio a um furacão (tendo, ademais, que reorganizar órgão que dirigia); um governo atordoado com tudo o que acontecia.

Na percepção de muitos conselheiros e também na de muitos assessores da SRI, as circunstâncias estavam abrindo algumas possibilidades. Uma, caso a crise se espraiasse e se aprofundasse traria um melancólico anticlímax para a fase final da Agenda. Outra, com término assemelhado, seriam as autoridades maiores do governo não compreenderem o potencial da Agenda, inclusive para o enfrentamento da crise, e deixarem passar a oportunidade de lançá-la de forma afirmativa, conclamando as principais forças político-sociais a levá-la à prática. A terceira seria o contrário da segunda: forte recepção; anuncio da disposição de empalmá-la e liderar a sua implementação.

Caso vingasse a terceira possibilidade, imaginava-se a realização de uma conferência nacional sobre o desenvolvimento brasileiro, criando o espaço para uma descentralizada e democrática discussão pública sobre a Agenda. A conferência teria como objetivos o aperfeiçoamento e a legitimação da Agenda e ampliar a sua viabilidade, mediante a construção daquela vontade coletiva pró-desenvolvimento. Um desenho preliminar da conferencia foi aprovado pelos conselheiros, que chegaram a constituir um grupo de coordenação para identificar possíveis fontes de recursos e de apoios, identificar e mobilizar atores sociais e preparar o grande debate.

O tempo entre o término dos trabalhos do grupo de sistematização/negociação da Agenda e o acontecer da 13ª Reunião do CDES se arrastou. As dúvidas cresciam, as expectativas ficavam em suspense, as apreensões se diversificavam. Era evidente que a conjuntura política tinha imposto restrições ao prosseguimento da programação original para a aprovação e debate público da

Agenda. As incertezas ampliaram-se tanto que tornavam difícil uma reprogramação das atividades. Em inúmeras conversas com diversos conselheiros, foi possível captar o entendimento predominante de que a construção de viabilidade para a Agenda exigiria que fosse visível e imediatamente iniciada a transição da situação presente, o que incluiria rever o conjunto das opções feitas pelo governo e em especial a da política econômica, nas não muito favoráveis circunstâncias vigentes[38]. O conteúdo da Agenda, e disso a quase totalidade dos conselheiros tinha consciência, não está em conformidade com as orientações predominantes no Governo Federal. A Agenda é uma proposta bastante consistente de mudar em profundidade tanto a realidade socioeconômico-político-cultural-ambiental e a inserção internacional do país, como muitas das orientações que presidiam a atuação governamental.

A legitimação da Agenda e a empolgação da sociedade com a sua implementação estariam crucialmente influenciadas pelas sinalizações positivas do Presidente Lula e pela ação consistente da totalidade de seu governo. Todavia, a ob-

38. Conselheiros influentes (não serão identificados por óbvias razões), tanto no Pleno do CDES, como junto a Alta Direção do Governo, estavam fortemente convencidos de que era possível enfrentar a crise com eficácia. Em reunião que realizaram para avaliar a situação, ocorrida em meados de Julho e na qual o autor esteve presente, foram colhidas, entre outras, as seguintes análises e proposições: "para o governo sair da defensiva é necessário trabalhar por uma evolução institucional e passar para a sociedade a clara visão de que o governo não está paralisado pela crise. Do ponto de vista político e social tem que ser dados sinais fortes de que não aprofundará a ortodoxia econômica, não penalizará a área social e avançará no processo de gestão"; "é inaceitável o governo continuar atribuindo tão pouca importância à área social. Mesmo nos discursos isso transparece de forma clara e estimula a opinião pública a realmente entender que o que importa é a política econômica. É necessário um choque de iniciativa, mediante a convocação de uma mini-constituinte exclusiva para tratar de: reforma política; reforma tributária e um novo pacto federativo"; "A conjuntura está reduzindo os espaços de mudanças e aumentando os seus custos. Tratar a reforma institucional com alterações progressivas na política econômica parece ser um roteiro possível. Essa "estratégia" traz custos, mas, por outro lado, traz grandes potencialidades;. Mantido o curso atual, à medida que o câmbio vai ficando cada vez mais insustentável, apenas adia – e possivelmente aumenta – os custos a serem pagos. O melhor caminho para sair dessa trajetória perversa é iniciar o quanto antes mudanças gradativas na política econômica atual. O CDES e o PR têm que saber que a opção feita ao inicio do governo terá que ser mudada em algum momento; seja de forma mais ordenada e por decisão do governo, ou de maneira caótica e imposta pela instabilidade dos mercados. Todavia, o governo e o PT estão reafirmando as opções iniciais, tanto na ética, como na política e na economia. Os movimentos recentes do governo, após o início da crise, têm sido, inequivocamente, para a direita. Pode ser um movimento coordenado ou instintivo, mas nós temos a obrigação de dizer ao CDES e ao PR que o governo está indo para a direita. E que apesar desses esforços, nunca será aceito por ela, que tal movimento não o protege de um ataque mortal, quando as condições o permitirem. Não há uma única justificativa séria para a taxa real de juros ser tão elevada. Isto é um despropósito. Sair dessa encalacrada terá custos e alguns riscos. Não sair terá custos e riscos muito maiores. Teremos que iniciar, devagar, a queda da taxa de juros, comprar mais dólares para melhorar o câmbio, tornar claro e com regras firmes o tratamento da dívida pública, não abandonar, de imediato, o superávit primário. Deveríamos começar pela desindexação dos preços administrados"; "Devemos concentrar as propostas no que for mais importante e imediato. O governo deveria promover um "arrastão" contra a informalidade vigente na economia. Assim, seria reduzido o espaço para a corrupção, pois muitos empresários honestos, ao não suportarem a competição desleal dos informalizados, acabam caindo na tentação do suborno ou se submetendo ao achaque dos fiscais.Uma maior equalização na incidência pela ampliação da base tributária poderá reduzir bastante os espaços da corrupção. Como a economia brasileira não tem volume, a Carga Tributária Bruta fica muito mal distribuída. Por isso, são indissociáveis a reforma política, a reforma tributária e as mudanças nas opções econômicas em vigor (Dívida Pública, Taxa de Juros, políticas cambial e fiscal).

tenção de tais inflexões não seria tarefa trivial. Haveriam que ser estrategicamente concebidas e executadas com perícia e determinação. Ao Presidente deveriam ser ofertadas as alternativas que lhe permitissem decidir pelas mudanças, com considerável segurança. Certeza de sucesso nunca é algo garantido. Sempre existem riscos, variáveis não controladas e outras não conhecidas. E isso é próprio do processo de governar em sociedades complexas e em um mundo em movimento acelerado.

Imaginava-se que caso a 13ª Reunião do CDES marcasse o início da estratégia de transição, seria muito pouco provável que até lá as coisas estivessem claras e maduras. Mas poderia ser despertada nos conselheiros a crença na possibilidade de haver mudanças se o Presidente bem recepcionasse as sugestões. Era evidente, no entanto, que se tratava da abertura de um jogo de disputa por uma nova orientação. O jogo haveria de ser jogado em um prazo que fugia ao controle do CDES. Se os conselheiros se animassem a jogar, dedicando tempo e trabalho, as chances de vitória aumentariam.

Essa era a aposta de parcela majoritária de conselheiros, representativa da totalidade dos interesses presentes no CDES.

No dia 25 de Agosto de 2005, durante a 13ª Reunião Ordinária do CDES, a Agenda Nacional de Desenvolvimento foi aprovada por unanimidade e entregue formalmente ao Presidente da República. Formalmente, porque ele sempre esteve a par dos trabalhos, informado que era pelo secretário especial da SEDES. Ademais, todos os assessores mais imediatos do Presidente tinham pleno conhecimento da Agenda e a haviam discutido com autoridades da SEDES. Discussões demoradas e pormenorizadas também haviam acontecido com os escalões superiores dos ministérios mais diretamente envolvidos com uma eventual implementação da Agenda, além daqueles cujos titulares integravam o CDES. Ou seja, era algo bastante conhecido por parte substantiva do governo, senão por todo.

Nas reuniões do CDES era adotado o procedimento de um ou mais ministros fazerem as exposições programadas, três conselheiros (um ligado ao setor empresarial, um ao mundo do trabalho e outro oriundo dos diversos segmentos representados ou escolhidos entre as personalidades) tecerem considerações mais demoradas sobre o apresentado, com a palavra voltando aos expositores. Em seguida a palavra era concedida aos demais conselheiros, segundo a ordem de inscrição. Terminadas as intervenções, os ministros faziam a tréplica.

Naquele 25 de Agosto de 2005, em razão do inusitado, foi alterado o procedimento: três conselheiros, escolhidos entre os oitos que haviam composto a comissão de sistematização/negociação – o professor José Carlos Braga, o em-

presário Horácio Lafer Piva e diretor-técnico do DIEESE Clemente Ganz Lúcio – apresentaram a Agenda; a ministra Dilma Roussef, da Casa Civil, falando pelo conjunto do governo, fez as suas considerações[39], e três outros conselheiros – o bispo Dom Demétrio Valentini, o sindicalista Jorge Nazareno Rodrigues e o empresário Ricardo Young – conduziram apreciações sobre o momento político, a orientação que o governo estava adotando e o lugar que a Agenda poderia ocupar na superação da crise. Na sequência, houve o pronunciamento do Presidente da República.

O Presidente, entretanto, estava com suas atenções voltadas para a crise política, que se encontrava em escalada. Como era sabedor do desejo dos conselheiros de dele ouvirem uma avaliação e de discutirem a disposição governamental e as opções de enfretamento, reservou a maior parte dos quarenta e cinco minutos do seu discurso de improviso à abordagem da situação política, lendo apenas o trecho referente à Agenda. O conteúdo do pronunciamento foi definido, também, por estar sendo cobrado por correligionários, pela mídia e por destacadas personalidades para se posicionar a respeito da crise política que envolvia o seu partido e figuras de proa do ministério. Sobre a Agenda, manifestou-se nos seguintes termos[40]:

> *Eu vim a esta reunião, primeiro, para dar os parabéns a este Conselho, porque a concertação com que todos nós nos comprometemos no dia em que empossamos os membros do Conselho traz o seu resultado quando vocês terminam o debate sobre a questão da Agenda Nacional de Desenvolvimento.*
>
> *E eu vou apenas ler alguns tópicos aqui, de coisas que nós já discutimos.*
>
> *Há um ano[41*], quando ainda completávamos 19 meses de governo, tive a oportunidade de estar aqui, com todos os conselheiros, e fazer uma conclamação por uma estratégia de desenvolvimento de longa duração para o Brasil. O que pedi à época requeria, em primeiro lugar, uma ampla e bem construída concertação entre os mais diversos atores da nossa sociedade. Um consenso estratégico nacional para que não perdêssemos as oportunidades históricas que já haviam sido criadas.*
>
> *Já tínhamos, em agosto de 2004, conseguido superar algumas das mais severas amarras*

39 A ministra Dilma ressaltou a importância do feito, destacou pontos considerados cruciais e a sua concordância com eles, procurou mostrar que muitas ações do governo guardam convergência com o proposto na Agenda, reconheceu que o desenvolvimento é um processo complexo, implica vários atores e que um dos mais protagonistas é o Estado e que o governo saberá dar o tratamento devido à Agenda.

40 Ver a íntegra do discurso em www.planalto.gov.br, acessar **presidente** > **pronunciamentos** > procurar em **Agosto de 2005 o discurso no CDES**.

41 *Em 04.08.2004 acontecia a 8ª Reunião Ordinária do CDES e no dia seguinte foi realizada a mesa-redonda "Diálogo Social, Alavanca do Desenvolvimento, comentada, aqui, no item 7.3, do qual consta os trechos referidos do discurso presidencial .

econômicas para o crescimento sustentável do país. E víamos como o diálogo democrático voltava a florescer em todas as instâncias do Estado. E, felizmente, tivemos a capacidade de olhar para o futuro, não nos atrelando apenas às urgências diárias, e construir esta Agenda Nacional de Desenvolvimento, cujo formato final vocês acabaram de produzir no texto que eu recebi, aí na mesa. Ela, certamente, é a síntese dos sonhos e das aspirações que 90 conselheiros, representando todos os segmentos de nossa sociedade, construíram ao longo de suas vidas e lutas por um Brasil mais justo.

A Agenda é também, pela primeira vez, um documento democraticamente pactuado para apontar o caminho que devemos percorrer em nossa transformação nacional. Seu resultado não poderia ser outro, senão o esforço proposto em sua primeira diretriz estratégica. Ela aponta que qualquer decisão dos poderes públicos, qualquer ação governamental deve ter como norte e critério a equidade.

Tudo o que o governo fizer tem, obrigatoriamente, que reduzir as desigualdades históricas de nossa sociedade. E isso vale para as ações macroeconômicas, para as políticas sociais ou para qualquer outra iniciativa, não importando o seu grau de urgência ou de visibilidade. Da mesma forma, devemos incentivar que tal critério também venha a ser adotado democraticamente pelo setor privado.

Receber esta Agenda justamente no momento em que nos encontramos, prova a força do diálogo, mesmo durante as situações políticas mais desafiadoras. Mostra também que é exatamente esse tipo de concertação que permite à Nação a travessia de momentos turbulentos de sua história, sem comprometer as conquistas sociais e econômicas que tanto nos custaram.

Eu queria dizer essas palavras porque, possivelmente, quem esteja fora do Conselho, ou quem não acompanha o trabalho do Conselho, não dê a devida importância ao resultado que vocês conseguiram produzir nesses anos em que têm se reunido.

Certamente, a proposta apresentada não atende a 100% do desejo de cada um dos conselheiros. Mas certamente, todos e todas também aprenderam que no jogo democrático a supremacia de um sobre outros nem sempre produz o melhor resultado. O consenso e a maturidade política que fizeram vocês produzirem este documento prova que a sociedade civil brasileira está altamente preparada para construir as saídas para os impasses que o Brasil, historicamente, vive. Então, eu queria, nesta primeira fase, dar os parabéns a vocês.....

Nenhum compromisso em proceder a uma detida avaliação das proposições contidas na Agenda; nenhuma palavra sobre implementar o que fosse, de imediato, possível; nenhuma manifestação em assumir a liderança do projeto transformador contido no que acabava de receber, e que dera prova de conhecer ao citar a primeira diretriz do Objetivo I. Não houve, sequer, o estabelecimento de um prazo para dar uma resposta aos conselheiros, apesar de reconhecer o caráter inédito do que lhe era entregue e do alcance da proposta.

Em parte maior do discurso, dedicou-se a mostrar o que o governo estava fazendo em termos de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro e de viabilizar a reforma política. Defendeu os méritos do governo e o PT, comprometeu-se com a rigorosa apuração dos fatos denunciados e com a punição implacável dos responsáveis. Afirmou não estar preocupado com a reeleição e procurou demonstrar a estabilidade político-institucional em que vive o país.

Ao se aproximar do fim do pronunciamento, fez algumas referências à economia, nos seguintes moldes:

> *Eu sei da angústia de vocês cada vez que o juro não baixa, eu sei que muitos, durante a campanha eleitoral, diziam assim para mim: "Presidente, o Banco Central tem que ser independente", todo mundo dizia isso para mim, todo mundo dizia e agora todo mundo fica: "Presidente, quando é que vai baixar o juro? Quando é que vai baixar o juro?" E muita gente falava: "Aproveita esse momento da crise e baixa logo 4%". Olha, o problema de juro é um problema do Banco Central, a política monetária é da responsabilidade do Banco Central e ele vai cuidar sem que o Presidente interfira, porque na hora em que o Presidente da República começar a interferir no Banco Central não precisa mais ter Banco Central, trago para minha sala e eu determino as coisas.*
>
> *Eu sei que tem gente meio chateada porque o dólar está baixo e esse câmbio "vai não sei das quantas" mas, também, as pessoas reivindicavam um câmbio flutuante. E o Palocci disse muito bem: o problema do câmbio flutuante é que ele flutua, às vezes para baixo, às vezes para cima. O que nós temos que garantir é que a sociedade brasileira, os empresários, os trabalhadores, na sua maturidade, garantam que, em algum momento, esse câmbio vai chegar no ponto de equilíbrio, no ponto justo que interessa aos compradores, aos vendedores, aos tomadores de dinheiro lá fora, aos emprestadores, mas sem que a gente pratique nenhum estupro em nome do desejo momentâneo de alguns.*
>
> *Eu quero dizer a vocês que estou extremamente otimista com a economia brasileira. Quero fazer um alerta aos pessimistas: o resultado deste ano não será nenhuma Brastemp, mas será um bom resultado. E isso aponta para que a gente tenha, em 2006, e vou cuidar para que isso aconteça, vou assumir toda a responsabilidade de garantir que mesmo em 2006 – um ano em que os candidatos já estão na rua – que a economia brasileira não sofra um retrocesso por conta de uma eleição neste país, porque eleições, a gente tem 1 milhão. Desde que foi proclamada a República nós temos, a cada dois anos. Agora, a oportunidade de consolidar definitivamente este país como um país sério, que seja capaz de crescer, exportar, fortalecer o mercado interno, distribuir renda e fazer política social, nós não temos todo ano, nem toda década, são poucos os momentos. E nós precisamos garantir que isso aconteça, porque quando deixarmos o governo, que vier outro, as coisas têm que estar com uma solidez de tal ordem que as pessoas não vão poder brincar de fazer populismo com a política econômica brasileira ou com as instituições brasileiras.*

O efeito produzido sobre os conselheiros por tais palavras não foi, digamos, estimulante. Uma sensação de desconforto em alguns, de frustração em outros, de perplexidade em outros tantos, de decepção entre um número não desprezível. Não foi possível constatar, o que não quer dizer que não existam, conselheiros revelando entusiasmo com o pronunciamento. Mas deve haver aqueles (poucos) satisfeitos com a afirmação peremptória do Primeiro Mandatário, de que não fará populismo econômico, se isso significar a manutenção das políticas monetária, cambial e fiscal em vigor. Após as considerações sobre a economia, o Presidente passou a recordar a trajetória de alguns dos seus antecessores:

> *"... ontem, comemorou-se a morte de Getúlio Vargas. Então, eu queria lembrar para vocês que crise, neste país, já levou, em 1954, o presidente Getúlio Vargas a se matar. Crise, neste país, levou o Juscelino a ser mais achincalhado do que qualquer outro presidente da história deste país. Se alguém tiver dúvida, pegue os jornais da época para ver o que se falava do Juscelino Kubitschek, para ver quantas manchetes de jornais chamando-o de ladrão e ele só foi reconhecido – hoje todo mundo sente orgulho de colocar um cartaz do Juscelino na sua casa – depois que foi cassado e muito depois que ele morreu. Hoje, ele é exemplo para todos os presidentes de direita e de esquerda, de centro ou não, todo mundo acha que o Juscelino é a marca. Mas pegue, para saber o que aconteceu no mandato dele.*
>
> *O Jânio Quadros, que não era nenhum homem de esquerda, desistiu por causa do inimigo oculto, até hoje nós não sabemos quem são os inimigos ocultos. Estão tão ocultos que a gente não conseguiu saber e ele morreu sem contar para a gente. Mas têm adversários ocultos porque tem pessoas que falam coisas, não se apresentam, e você fica pagando pela irresponsabilidade de alguém que falou sem provar nada.*
>
> *O Jânio Quadros, ou melhor, o João Goulart foi obrigado a renunciar. Eu estou dizendo esses nomes, não vou dizer o mais recente, para dizer para vocês uma coisa: eu sou um homem da consciência muito tranquila, não apenas pelo meu passado, mas pelo meu futuro, porque o meu futuro é o futuro que eu sonho e que espero construir para todos os brasileiros que esperam que o Estado possa estar a seu serviço, um dia. Então, sobre essa história do João Goulart, do Getúlio, do Juscelino, eu quero dizer para vocês o seguinte: nem farei o que fez o Getúlio Vargas, nem farei o que fez o Jânio Quadros, nem farei o que fez o João Goulart. O meu comportamento será o comportamento que teve o Juscelino Kubitschek: paciência, paciência e paciência, porque a verdade prevalecerá e o povo brasileiro vai saber verdadeiramente, o que está acontecendo no Brasil, o que está por trás do que está acontecendo no Brasil, quem são os ocultos ou não, porque os públicos nós já sabemos e vai saber, concretamente, quem praticou ou não corrupção neste país".*

Ao afirmar que adotaria o modelo juscelinista – paciência, paciência, paciência - para guiar o seu comportamento na presente quadra, o Presidente,

talvez tenha apenas se recordado do que havia falado por um sem número de vezes, sempre que era cobrado pelas mudanças prometidas e não acontecidas, pelo lento ritmo de certas ações (reforma agrária, por exemplo), pelo alto índice de desemprego, pelas modestas taxas de crescimento da economia, entre tantas outras: "tenham paciência....; tenham paciência, não julguem o governo agora, façam-no apenas ao final dos quatro anos; tenham paciência ...".[42]

Não é injusto afirmar que a 13ª Reunião do CDES se tratou de um não-evento, no referente ao que deveria ser o lançamento da Agenda Nacional de Desenvolvimento. Era praxe permitir cobertura de imprensa nos momento iniciais das reuniões (exceto o debate livre e as respostas dos ministros), acontecer uma coletiva após o término de cada uma delas, com a participação do Secretário Especial do CDES/SEDES, do(s) ministro(s) convidado(s) e dos três conselheiros que o haviam inquirido em profundidade. Naquele dia, a imprensa não cobriu a apresentação da Agenda. Assistiu, no entanto, à fala presidencial e não houve coletiva, ao encerramento. No dia seguinte e nos subsequentes, o grande destaque na *mídia* era o discurso do Presidente, o qual repercutiu encimado por manchetes do tipo: Lula diz que não renunciará; Lula afirma que não vai se suicidar; Lula se compara a JK e diz ter muita paciência. Todas relacionando a fala presidencial à crise política, que conhecia um de seus momentos altos. Nada foi falado sobre a Agenda. E o governo, tampouco, tomou qualquer iniciativa para compensar a ausência. Os conselheiros, por seu lado, sentiram-se inibidos ou desautorizados ou

---

42 Ao nos informarmos sobre o Presidente Kubitscheck, veremos que, no caso, se aplicaria melhor é a **tolerância** e não a paciência. JK era tolerante e sereno (em o Elogio da Serenidade - Ed.Unesp, São Paulo,2002, pág. 13- Norberto Bobbio afirma que essa é uma virtude dos fortes e determinados e que não deve ser confundida nem com a submissão nem com a concessão). De todas as qualidades que lhe atribuíram, uma, pelo menos, JK nunca teve: não era paciente. Ele tinha paciência zero..." é o que assegura o secretário particular, de 1952 a 1961, do ex-presidente Juscelino, João Pinheiro Neto (O Estado de São Paulo, 02.10.2005, pág. A10).

Aliás, o que não surpreende. Seria mesmo muito pouco provável que um estadista que estivesse lutando diuturnamente para acelerar o tempo histórico (transformações normalmente alcançáveis em não menos do que em décadas), fazendo-o próximo do tempo político-pessoal (um mandato de 5 anos), pudesse ser alguém paciente. O presidente Kubitscheck, segundo os que lhe foram íntimos, tinha uma personalidade audaciosa, que ousava fazer e sabia fazer: Brasília foi construída em 42 meses. JK dizia não ter compromisso com o erro, constatável no fato de que apenas dois ministros, entre todos os 13 que iniciaram o mandato, chegaram ao final, o da Educação e o da Guerra. E isto não porque tivessem, necessariamente, incorrido em erros legais, éticos ou técnicos; bastava que não demonstrassem comprometimento e determinação em buscar viabilizar os objetivos fixados e as diretrizes traçadas, para que fossem substituídos. Uma de suas frases que passaram para a história é emblemática da postura e disposição com que atuou: "Deus poupou-me do sentimento do medo". Foi sem medo que enfrentou duas rebeliões militares, que rompeu com o FMI, que lançou o Plano de Metas e construiu a Nova Capital (sob forte oposição), que criou a SUDENE e a entregou a Celso Furtado. JK não fugia do conflito, arbitrava perdas e ganhos, contrariava interesses, impunha o projeto que tinha para o Brasil sobre os adversários. Mas, talvez o que melhor demonstre o seu destemor e a sua irrefreável vontade transformadora, tenha sido a decisão de escolher como o seu vice o gaúcho "João Goulart, do PTB, uma forma de colar a sua imagem na de Getúlio Vargas, um anátema para a oposição da época" (Carlos Marchi, em o Estado de São Paulo, 2.10.95,pág. A10) Naquele momento, JK estava a dizer aos conservadores e aos opositores que o seu governo seria popular, transformador, desenvolvimentista. E foi. Hoje todos reconhecem e muitos querem nele se inspirar.

ainda, e mais provavelmente, desmotivados para fazer a apresentação da Agenda em um ato público, com nítido significado político.

Nos meses que imediatamente se seguiram[43] não se constata nenhum desdobramento objetivo. Outras reuniões do CDES foram realizadas (em 14 de Outubro e 01 de Dezembro de 2005 e em 23 de Março e 10 de Maio de 2006) como se nada tivesse acontecido. Nelas foram discutidas a política federal de segurança pública e a desindexação de tarifas públicas; a política de educação, com destaque para o FUNDEB; a política externa brasileira; as intenções para a área de transportes. São temas constantes da Agenda, mas que não poderiam ser tratados de forma isolada e sem que houvesse uma manifestação do governo sobre o seu completo conteúdo. Enfim, paciência...

Mas, a paciência assim usada quase sempre resulta em perdas. No momento em que a crise política não dava indícios de arrefecimento, muito pelo contrário, deixou-se passar uma oportunidade, talvez ímpar, para elevar o debate e colocar a disputa política em outro patamar. Refiro-me ao posicionamento adotado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em sua coluna mensal, publicada em vários jornais, poucos dias depois da aprovação da Agenda Nacional de Desenvolvimento pelo CDES:

> *Embora seja desgastado o que vou dizer, é hora de discutir programas, caminhos para o Brasil. Não se trata de saber, por enquanto, quem vai personificá-los. Trata-se de juntar pessoas e grupos e refazer a teia de alianças com a sociedade civil: com os sindicatos, as igrejas, as ONGs, a intelectualidade, os empresários, a mídia. Um "pacto" — outra palavra a ser renovada — não apenas entre líderes e partidos, mas com os vários setores da sociedade, a partir de valores e de proposições concretas. A construção de um pólo de poder, ou de vários pólos em competição, não se faz do dia para noite. A hora de começar é agora. Com isso não quero dizer que só o PSDB será capaz de propor uma visão e um percurso viável. Acho mesmo que, neste momento, sem um diálogo franco com o país nenhum partido reúne condições para aglutinar uma maioria. (O GLOBO, 04.09.2005)*

Ora, foi justamente isto que o CDES procurou fazer. Juntos, dirigentes de centrais e sindicatos de trabalhadores, representações empresariais e empresários de peso, ONGs, religiosos de credos variados, acadêmicos de inúmeras especialidades, defensores de direitos, personalidades diversas, pensaram o Brasil. Partiram de seus mais graves problemas, delinearam um país desejado, selecionaram valores orientadores da construção do futuro e estabeleceram diretrizes para alcançá-lo. E ninguém ficou sabendo. Nem o sempre bem informado ex-presidente. Ressente,

43. A primeira versão desse texto foi redigida entre meados de outubro e de novembro de 2005. A revisão e complementação só puderam ser feitas em maio de 2006.

no entanto, que não tenham tentado informá-lo, que não tenha sido aberto o grande debate público sobre o que fazer e como fazer para termos um outro país. Verdadeiramente democrático, equitativo, mais prospero, soberano e sustentável, entre muitas outras características desejáveis e possíveis.

7. MAIS UMA JANELA DE OPORTUNIDADE QUE SE FECHOU?

Ao tentar responder a pergunta, a emoção poderia levar a afirmar que sim. Mas ao considerar a dinâmica sociopolítica brasileira tão poderosa e imprevisível, torna-se precipitado e temeroso qualquer resposta mais enfática e definitiva.

Em Março de 2006 a crise política não tinha encontrado o seu fim. Ao contrário, o clima encontrava-se mais pesado, devido ao fato de o Ministro da Fazenda ter sido levado para o centro dos acontecimentos, motivado por denúncias diversas, o que acarretou sua posterior demissão. Foi substituído pelo "desenvolvimentista" presidente do BNDES, Guido Mantega.

No dia 22 daquele mês, o CDES deu início ao novo ano realizando um seminário que deveria inaugurar a discussão pública da AND, ainda que não se explicitasse uma agenda de reuniões abertas, a metodologia para organizar os debates, os critérios para a incorporação de sugestões ou quaisquer outros requisitos elementares para um processo tão ambicioso e complexo.

O seminário não contou com a presença (confirmada e alardeada) do Presidente da República, e nenhuma justificativa foi apresentada. No pronunciamento inaugural, o Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais e secretário-executivo do Conselho anunciou a sua decisão de renunciar ao cargo ao final do mês, para concorrer ao Governo do Estado da Bahia. Ainda que muitos conselheiros esperassem por esse fato, um previsível desapontamento/desânimo tomou o espírito de muitos. Sabiam que com a saída do Ministro estimulador e defensor da construção da Agenda ficaria muito mais difícil a sua tramitação no interior do Governo e o seu sincero debate junto à sociedade. O seminário, do ponto de vista do seu objetivo – discutir mais amplamente a AND – foi um outro não evento. Todavia, os ventos começaram a mudar.

Com a possibilidade da reeleição, o governante-candidato não tem mais a seu favor o elemento novidade. Já o conhecem, sabem o que fez e o que não fez, de tudo o que prometeu. Suas capacidades e seu estilo são tornados públicos, sua imagem está consolidada. Tudo isso entra nas considerações do eleitor e ajuda a formar o seu voto. Mesmo o político menos analítico e mais intuitivo, agora mais experiente, não tem como deixar de fazer os cálculos, colocar os feitos e os não-feitos na balança e verificar se está em posição mais ou menos confortável. O saldo encontrado deve ter incomodado o Presidente...

"Um governante-candidato que não conseguiu realizar o principal do seu programa eleitoral/ projeto de governo fica sem discurso para a nova campanha, a não ser que assuma uma politicamente impossível autocrítica pública. As dificuldades em organizar o novo programa para disputar as eleições passam a ser enormes, predominando duas tendências: a repetitiva (as mesmas promessas com nova roupagem) ou intensificadora (mais do mesmo) e a insincera, que não se preocupando, minimamente, com a consistência, com a governabilidade e com a capacidade efetiva ou potencial de implementação, busca apenas ganhar as eleições. Nas eleições de 1998, por exemplo, o então presidente candidato combinou as duas tendências de forma exitosa. Em início de 1999, no entanto, estava completamente perdido sobre o que fazer, tendo que enfrentar um ataque especulativo contra o Real, a perda irremediável de reservas cambiais e submetido a um acordo draconiano com o FMI. Agarrou-se, publicamente, ao PPA 2000-2003 como se fosse a sua tábua de salvação. A execução do plano foi pífia, como previsto (política econômica criando desemprego e redução da renda, juros reais estratosféricos e superávits fiscais crescentes) e os resultados são conhecidos".[44] A lição deve ter influenciado os cálculos e as avaliações dos analistas e estrategistas da candidatura da situação, ao iniciar 2006.

As pesquisas de opinião também contam e permitem que outras contas sejam feitas. Faltavam meses para as eleições. Tudo aquilo a ser nelas mostrado estava pronto, quase pronto ou teria que estar pronto em, no máximo, até junho de 2006. As expectativas da maior parte dos eleitores, que em 2002 votaram no candidato Lula, eram muito altas. Esperavam mudanças significativas em suas vidas e no país. Tinham, é verdade, considerável consciência das dificuldades existentes e não imaginavam possível que fossem superadas de imediato. Concediam um prazo que, segundo as diversas pesquisas, variava entre 12 a 18 meses, para que as condições concretas de existência sofressem alterações sensíveis. Uma parcela nada desprezível desses eleitores sentia-se frustrada. Outra devia ter perdido o entusiasmo e a motivação, por conta da crise política que abalou a todos e dos parcos resultados econômicos. Daí que seria necessário um programa de campanha eleitoral capaz de superar tais adversidades, caso se pretendesse uma vitória que permitisse de fato governar e imprimir outros rumos ao processo sócio-político-econômico brasileiro.

Diversos e ponderáveis atores sociais vinham explicitando as razões de seus respectivos descontentamentos com as orientações do governo e apontando as perspectivas que gostariam de ver adotadas. Muitos apoiadores importantes e de primeira hora, quando houve a disputa interna no principal partido da oposição para escolher o pré-candidato, chegaram a manifestar publicamente preferência àquele que foi o concorrente nas eleições de 2002. Eram as fartas evidências de

44. Garcia (2004, pág. 10)

que não vivíamos no melhor dos mundos, de que riscos de vulto estavam rondando a economia internacional e que se abateriam sobre nós ao se materializarem, de que os problemas sociais não estavam com as suas causas atacadas, de que o enfrentamento da violência e da insegurança pública exigiria muito mais do que discursos e de que a governabilidade ampliada seria um requisito para governar e transformar a realidade.

Não se reivindica que a Agenda seja uma panacéia, mas se devidamente empalmada pode provocar discussões profundas e integradoras. Este potencial ela tem, pois está referida a problemas concretos que angustiam a grande maioria dos atores sociais brasileiros e à quase totalidade da população. Suas propostas são possuidoras de elevada pertinência aos problemas que nos afligem, guardam considerável consistência interna, contemplam a grande diversidade de interesses, construindo sinergias e eliminando antagonismos. O conteúdo da Agenda apresenta exequibilidade, pode ser posto em prática no curto prazo, ainda que muitas diretrizes exijam tempo para maturar. Concebe a mobilização de recursos múltiplos (políticos, financeiros, organizativos, conhecimento etc.), não requerendo apenas recursos fiscais em quantidade despropositada, reconhecendo que muito pode ser feito com o que já existe São razões a permitir imaginar que possa ser incluída nos cálculos que estarão sendo feitos.

Algumas manifestas preocupações do Presidente parecem ter ajudado para que a Agenda Nacional de Desenvolvimento não fosse parar nas prateleiras empoeiradas ou nos fundos escuros das gavetas. Os fatos revelam que mesmo sem pública explicitação da ascensão da AND à posição orientadora das ações governamentais, os seus conteúdos e diretrizes passaram a ser encontrados em muitas decisões e iniciativas do governo, desde então (a redução célere das desigualdades sociais, a geração recorde de empregos formais, a ampliação inédita do mercado interno de consumo, o aumento do investimento público, a valorização continuada do salário mínimo e benefícios previdenciários e assistenciais, a atenção à segurança pública – Pronasci, a recuperação da malha infraestrutural - PAC, o Plano de Desenvolvimento da Educação, a redução das taxas de juros básicas e a ampliação do financiamento ao investimento entre outros). Uma confrontação mais detalhada das propostas da AND com as realizações governamentais irá mostrar grande convergência.

8. FINALIZANDO O RELATO

Aqui não cabem conclusões. Até porque não saberia fazê-las, seja por não ter competência para a empreitada, seja pelas incertezas poderosas que fragilizam as tentativas de realizá-las. Como dito mais acima, existe a possibilidade de um jogo interessante e complexo vir a ser iniciado de forma clara e pública. Ter tentado

produzir um relato foi uma forma de torcer pela abertura do jogo. Modestíssima contribuição. Mas melhor fazê-la do que não trazer ao público externo ao CDES o rico e criativo processo que lá aconteceu. Sei que poucos serão aqueles a disporem de tempo, paciência e alguma motivação para ler o aqui contido. Mesmo assim acho que vale a pena ter feito esse relato.

Quero destacar que as propostas apresentadas na Agenda Nacional, que são de diversas naturezas e devem apresentar seus efeitos em tempos distintos. Muitas são passíveis de execução imediata e criarão condições para que outras se realizem, como revelam ações em curso que lhe são consistentes. Algumas remetem à continuidade do diálogo e da negociação para que possam se materializar em verdadeiras diretrizes estratégicas ou conformar ações que conduzam aos objetivos. Outras tantas são demandas aos poderes públicos ou a atores sociais para que viabilizem certos processos ou forneçam recursos ou instrumentos a serem utilizados em construções necessárias. Tal diversidade não deve causar surpresa, pois dar curso ao desenvolvimento exige múltiplos recursos, ações variadas, negociações permanentes e, principalmente, muita disposição cooperativa e muita vontade de se chegar ao interesse comum. Creio que é uma inovação a Agenda ter pensado o desenvolvimento como o resultado da ação de muitos, um processo que demanda de todos os atores sociais, exigindo-lhes comprometimento, dedicação e, dos que tudo possuem, a abdicação temporária dos interesses mais imediatos e particulares em troca de outros e futuros benefícios.

A Agenda apresenta lacunas que o democrático debate público poderia sanar. Foi concebida assim e sob a convicção de que o Brasil que realiza a visão de futuro por ela delineado exigirá que se caminhe sob as diretrizes estratégicas apontadas e de todas as outras que os demais atores sociais, consistentemente, conseguissem aportar. Quando estava sendo elaborada, havia consciência de que esse caminhar seria longo, penoso, implicaria correções de curso, ajustes conjunturais, renegociações sucessivas, sincero desprendimento e enorme solidariedade. A grande aliança social que permitiria tal processo transformador teria que ser liderada pelo Estado Nacional, a quem caberia o papel de direção democrática, em par com uma sociedade organizada que se dispusesse a assumir o seu destino e ser forjadora do futuro que interesse à grande maioria dos brasileiros.

Outra convicção era a de que o impossível é transitório, de que os espaços de possibilidade podem ser alargados pela vontade comum. A história mostra que quando um povo está unido no enfrentamento das dificuldades, acaba se vendo forte para ultrapassar obstáculos e vencer resistências, apto a aproveitar as oportunidades que se oferecerem, Os objetivos maiores acabam sendo alcançados se a cada dia se age de forma coerente com o que se quer, construindo o caminho ao caminhar. O longo prazo começa no dia de hoje.

Mais de cento e noventa milhões de brasileiros estão a demandar por um outro Brasil. As forças criativas dessa nação reclamam ser liberadas. A solidariedade quer renascer e a paz se restabelecer. Os jovens estão ávidos por viver, amadurecer e envelhecer; os negros, os índios, os deficientes querem ser eles mesmos, sem por isso serem estranhados; as mulheres querem apenas ser livremente iguais; os camponeses desejam deixar de lutar e morrer para tão-somente poderem labutar um pedaço de terra próprio e produtivo; os trabalhadores querem poder trabalhar e dignamente viver; os empresários almejam produzir, investir, inovar; os cientistas e os artistas desejam inventar e criar. Todos querem ter vida sadia e proveitosa, usufruir de um ambiente sustentável, andar despreocupadamente pelas ruas de nossas cidades e pelos nossos campos, passear à noite e voltar vivos e íntegros para casa. Todos aspiram a ter todos os direitos respeitados. Querem simplesmente ser cidadãos respeitosos e solidários, unidos por uma rica cultura tropical, vivendo em uma nação soberana e de paz, integrada à América Latina, entre tantos outros quereres. Todos possíveis se todos juntos os quiserem e por eles juntos lutarem.

O diálogo social, conforme praticado no CDES, é uma força por demais poderosa para não ser cultivada e aplicada de forma sistemática na viabilização dos grandes processos transformadores exigidos para um Brasil verdadeiramente de Todos. Se esse Brasil é possível, e o é, a sua construção terá por base consensos resultantes de sincero diálogo social, da negociação firme e inteligente, da forte cooperação entre diferentes, da vontade coletiva de produzir o novo. Como sempre, exigirá um governante determinado, o líder ousado que cria o futuro, o aparato público dotado de enorme capacidade planejadora. Tudo ao alcance dos brasileiros que vivem o atual presente. Essa a minha crença.

PARTE II

Brasil: visto e revisto por quem o faz

CAPÍTULO 3

ESTRATÉGIAS PARA O NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO: UMA VISÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Sedes/CDES

"Naquela época definimos que o eixo central da estratégia era o combate à desigualdade. Era o que nos unia. Acho que nisso avançamos. Hoje o país é um país menos desigual socialmente e regionalmente do que era em 2004. Nesse contexto, desde esse ponto de vista, apontamos certo e o país caminhou na direção para a qual a gente sonhou".

Conselheira Tânia Bacelar, professora da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco)

"Acho que nos beneficiamos pelo fato de estarmos, em certa medida, na contramão do mundo, tentando constituir uma estratégia de desenvolvimento no país e recuperar o papel do Estado, recolocado no sentido de recuperarmos a capacidade de atuação do Estado, uma das preocupações que estavam postas na Agenda Nacional de Desenvolvimento".

Conselheiro Clemente Ganz Lúcio, diretor-técnico do DIEESE

"O Brasil é hoje um protagonista de maior peso no cenário internacional. E esta é uma diferença fundamental entre 2004 e hoje".

Conselheiro Rodrigo Loures, Federação das Indústrias do Estado do Paraná

Desde sua constituição o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) vem debatendo o tema do desenvolvimento brasileiro nos seus diferentes e necessários aspectos – econômico, social, ambiental, político e institucional. A Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC), encaminhada ao governo e à sociedade em junho de 2010, é fruto desta perspectiva e se insere entre os produtos do diálogo que sistematizam grandes linhas e estratégias acordadas por conselheiros e conselheiras.

A ANC marca um processo de observação e análise de mudanças nos indicadores sociais e econômicos brasileiros e no contexto internacional. Em um movimento semelhante, o CDES sistematizou em 2004 a Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND)[1] na qual propôs um futuro a ser construído a partir de ações acordadas entre governos e diferentes segmentos sociais; e os principais desafios a serem superados.

Na AND o Conselho afirmou que a desigualdade é um impeditivo estrutural para o desenvolvimento, pois limita o crescimento além de transformá-lo em instrumento de concentração de renda. Propôs que a equidade – social, regional, entre gêneros, raças e etnias - deveria ser a base orientadora das políticas públicas para enfrentar esse desafio e a educação o elemento transformador de longo prazo e de perenização dessa transformação. Defendeu que favorecer o incremento da renda dos mais pobres, fortalecer o mercado de trabalho e incrementar o mercado interno gera dinâmica de elevação da taxa de crescimento, com consistência macroeconômica. Recomendou o esforço de recuperação da capacidade de investimento público e privado como motor fundamental para o desenvolvimento.

Muitas das diretrizes propostas naquele momento foram implementadas e um conjunto de escolhas, de decisões e ações do governo e dos atores sociais promoveram transformações importantes, desenhando no País um novo patamar de desenvolvimento. Um patamar impulsionado pela consolidação da democracia e ampliação dos espaços de diálogo e participação; por políticas distributivas ancoradas numa visão de justiça social e de racionalidade econômica, pelo investimento nas pessoas por meio das políticas sociais universais e inclusivas; pelos investimentos em infraestruturas; por um sistema de financiamento público capaz de alavancar políticas de desenvolvimento; pela estabilidade macroeconômica e na gradual incorporação das dimensões da sustentabilidade ambiental, econômica e social ao conjunto dos processos decisórios.

A estratégia de crescimento via ampliação do consumo de massa sustentou-se em ganhos de produtividade associados ao tamanho do mercado interno, que se traduziram em maiores rendimentos das famílias e na possibilidade do País galgar patamares de desenvolvimento cada vez mais elevados e sustentados. Foram decisivas as políticas sociais de transferência de renda, valorização do salário mínimo, educação, saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional, estímulo à criação de novos postos de trabalho formal, formação profissional e habitação.

1. Agenda Nacional de Desenvolvimento, CDES: http://www.cdes.gov.br/conteudo/15069/documentos-de-orientacao-estrategica.html.

A redução das desigualdades no Brasil teve uma queda nunca antes observada. A meta do milênio é cair à metade da desigualdade no mundo em 15 anos, o que o Brasil fez em apenas cinco anos. Em 2003, havia 50 milhões de miseráveis no Brasil. Cerca de 20 milhões de pessoas saíram da miséria - uma queda de 40%. Nesse período, incorporamos 32 milhões de pessoas à classe média, o que equivale a meia França.

A conjuntura externa também era favorável à economia brasileira. Entre 2003 e 2007 o Produto Interno Bruto Mundial (PIB) real cresceu à taxa média de 4,6% ao ano, a taxa de inflação nos países desenvolvidos diminuiu para 2,0% e o volume de comércio mundial apresentou um crescimento médio de 8% (contra 2,9%, 2,4% e 6,2%, respectivamente, entre 1990-2002). Enquanto durou, o processo foi imensamente proveitoso para os países emergentes que, frente ao excesso de liquidez e crédito no mercado financeiro internacional, beneficiados pela expansão dos preços e quantidades de suas exportações e pela baixa taxa de juros incidente sobre suas dívidas externas, fixadas em dólares nominalmente constantes, resolveram suas dificuldades externas e passaram a apresentar taxas de crescimento expressivas.

Em setembro de 2008 o mundo mergulhou em uma crise sistêmica profunda que encerrou o ciclo de rápida prosperidade da economia mundial. No Brasil havia uma nova realidade econômica e social e a situação macroeconômica era bastante confortável – economia em expansão (PIB crescia a taxa superior a 6% em relação ao ano anterior); situação do setor externo relativamente sólido – reservas internacionais superiores a US$ 204 bilhões, entradas vultosas de investimentos externos, consecutivos superávits no balanço de pagamentos em conta corrente, condição de credor líquido externo – sistema bancário sólido, inflação anual até setembro de 2008 de 4,76%, portanto bem abaixo da meta de 6,5% para 2008, recorde histórico da safra agrícola (145,8 milhões de toneladas de grãos) e melhoras significativas no processo de inclusão social com milhares de famílias, finalmente, ultrapassando a linha da pobreza.

Já em março de 2008, ante os sinais de dificuldades vivenciados pelo mercado imobiliário nos EUA, a crise do subprime, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, buscando entender a intensidade do problema e sua possível repercussão sobre a economia brasileira se mobilizou para buscar a melhor forma de atuação da sociedade civil organizada, no assessoramento ao Presidente da República. O objetivo era salvaguardar a trajetória de crescimento de crescimento com equidade e distribuição de renda, ancorada na manutenção dos investimentos, dos gastos sociais, da valorização do salário mínimo e das transferências de renda.

As mudanças vividas pelo Brasil e os debates realizados pelo Conselho em torno da crise econômica internacional, que culminam com a realização do Se-

minário Internacional sobre Desenvolvimento[2] em 2009, orientaram a necessidade de CDES de empreender novo esforço de diagnóstico e proposição sobre o desenvolvimento do País. No Seminário conselheiros e conselheiras, dirigentes de instituições públicas e privadas, pesquisadores, intelectuais de diversos paises apontaram que a crise internacional com contornos inéditos em seus traços e alcance encontrou um Brasil também de novo tipo, que vivia uma trajetória de mudança que soube sustentar mesmo frente à conjuntura adversa.

Entre os aspectos destacados no Seminário houve consenso sobre a oportunidade de recolocar na pauta política brasileira o exame do padrão de desenvolvimento almejado para o País, do papel do Estado no processo de desenvolvimento e da função das redes de proteção social para a superação da crise.

Para James Galbraith[3], por exemplo, dizer que o Estado deve intervir na economia é um equívoco porque o Estado é parte da economia, e desempenha, em relação a ela, um papel estratégico de sistematização. A ausência desse papel, assim como a falta de uma coordenação global para enfrentar a crise, favoreceria apenas os mais fortes e não contribuiria para a solução dos problemas. Em sua participação o professor destacou, também, que na Grande Depressão de 1929 a solução adotada pelo governo dos EUA foi a de investir na construção de uma rede de proteção social, procurando reduzir o risco e aumentar o padrão de vida na base da pirâmide econômica, por meio de instrumentos de garantia de depósitos, da implementação de um sistema de assistência e segurança social, de investimentos em educação e de medidas para estabilizar a indústria e a agricultura. Na luta contra a pobreza e contra a desigualdade, concluiu que o caminho era a expansão do sistema de proteção social e lidar com a pobreza é uma das formas mais eficazes de se lidar com uma crise econômica, muito mais eficaz do que simplesmente dar dinheiro aos bancos ou a grandes empresas.

Jean Kregel[4], ao defender na sua palestra a necessidade de articulação entre as políticas de curto, médio e longo prazos no processo de enfrentamento da crise mundial no Brasil, sugeriu que os programas geradores de emprego e renda e os programas educacionais, de capacitação profissional e de ciência, tecnologia & inovação (CT&I) deveriam ser privilegiados. Recomendou que os governos deviam desenvolver mais ações para aumentar o nível de emprego usando, até mesmo, programas oficiais para transformar o setor público em "empregador de última instância".

---

2. SEDES, 2009. Seminário Internacional sobre Desenvolvimento: http://www.cdes.gov.br/evento/4004/pleno-do-cdes-reuniao-ordinaria-n-29-seminario-internacional-sobre-desenvolvimento.html.

3. James Galbraith é professor da Lyndon B. Johnson School of Public Affairs, University of Texas.

4. Jan Kregel é doutor pela Universidade de Rutgers. Professor permanente e visitante em universidades no Reino Unido, Estados Unidos, Holanda, Bélgica, França, Alemanha e México. Foi chefe da seção de Análise Política e Desenvolvimento do Instituto de Licenciamento para o Desenvolvimento do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais.

A professora Maria da Conceição Tavares[5] ressaltou que o governo tinha fôlego financeiro suficiente para acionar a demanda e o investimento por meio de uma engrenagem de quatro pilares: as políticas sociais; a nova política habitacional; as obras do PAC – que alavancam a demanda enquanto corrigem os gargalos e as desigualdades da estrutura regional e a Petrobras, a qual dá ao País autossuficiência em óleo e, ao mesmo tempo, mantém encomendas que podem sustentar segmentos do parque industrial. No que se refere às políticas sociais ressaltou que a vantagem do Brasil foi ter sido capaz de estruturar o núcleo duro de um Sistema de Proteção Social, que tem na Seguridade Social um de seus pilares. A professora lembrou um tipo de avaliação que dizia que Constituição de 1988 iria tornar o Brasil ingovernável (pelo acréscimo de direitos) e afirmou que foi justamente o contrário e que o Estado de bem-estar social tem que ser preservado. Além do fortalecimento desse sistema de proteção social, Maria da Conceição Tavares defendeu a necessidade de aprofundar as políticas de educação e citou a juventude e o emprego como duas questões centrais a serem focalizadas.

Octavio de Barros[6] apresentou uma projeção realizada por bancos privados, segundo a qual o Brasil deveria se colocar em 2009 como o país com o quarto maior crescimento do mundo, graças aos efeitos da crise sobre os países desenvolvidos. Pontuou que o Brasil devia crescer em torno de 0,6% em 2009, atrás somente de China, Índia e Indonésia. Antecipou a provável ocorrência de uma mudança grande de paradigma na economia mundial, com crescimento nos cinco anos pós-crise bem abaixo da média histórica, mas o Brasil, na contramão do mundo, seria uma das cinco economias mundiais a apresentar crescimento positivo em 2009. Destacou, também, a rede de proteção social construída no País – com políticas como o Programa Bolsa Família, aposentadoria, seguro desemprego, os investimentos públicos estratégicos planejados pelo governo e a solidez do sistema bancário como aspectos fundamentais que colocavam o Brasil em outro patamar para enfrentamento da crise.

A partir do Seminário o CDES se coloca, então, o desafio de sistematizar uma nova Agenda de Desenvolvimento, aprofundando o entendimento sobre este padrão de desenvolvimento que alia crescimento econômico, distribuição de renda e fortalecimento do mercado interno, e no qual vem ganhando força o objetivo da sustentabilidade ambiental, e gerando proposições para fazer avançar este processo.

O processo de elaboração da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

"Existem muitos consensos em relação ao momento positivo que estamos hoje vivendo no Brasil e a constatação de que várias propostas de políticas públicas, muito daquilo que

5. Maria da Conceição Tavares é economista, Professora Associada da Universidade de Campinas (Unicamp) e Professora Emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

6. Octavio de Barros é Economista-Chefe do Bradesco.

este Conselho debateu e apresentou como recomendação ao Governo, foi implementado. E temos algumas divergências e alguns dissensos, que precisam ser tratados pelo CDES".

Conselheiro Artur Henrique da Silva Santos, presidente da CUT

"Estamos contemplando doze eixos transformadores que serão ainda debatido complementarmente, mas eu acho que baseado nesses eixos e nessas premissas, seguramente o Brasil poderá se desenvolver de maneira bastante forte, sólida e promissora".

Conselheiro Paulo Simão, presidente Câmara Brasileira da Indústria da Construção,

"Acho que foi o desejo do Presidente que não houvesse uma segmentação da agenda, com lideranças sindicais falando de certas questões e lideranças empresariais de outras. Esse conselho busca é gerar uma solução de convergência, que nem sempre é possível, mas é impressionante como há muito mais convergência do que diferenças no trabalho".

Conselheiro Marcelo Neri, Centro de Políticas Socias da FGV

A elaboração da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento envolveu quase a totalidade dos conselheiros e conselheiras. Uma reunião do Pleno do CDES[7] foi dedicada ao exame das políticas de promoção e proteção social brasileiras que fortaleceram o país, pela ampliação do mercado interno e pelos resultados na diminuição das desigualdades. Outras reuniões, oficinas e consultas alimentaram, com subsídios e reflexões, o conteúdo da Agenda e um intenso, sincero e respeitoso diálogo conduziu a sistematização do seu texto final.

Uma série de entrevistas a conselheiros e conselheiras foi parte deste processo e a riqueza das observações e análises e a diversidade dos setores representados, conformando um painel da visão da sociedade sobre o desenvolvimento brasileiro, ensejou a presente publicação.

As questões apresentadas na entrevista, bem como no questionário encaminhado a todo o CDES, buscavam apreender as mudanças brasileiras a partir da realidade vivida por diferentes áreas econômicas e sociais. E entender também quais os elementos que permitiram a mudança em cada área ou setor, considerando produção, consumo, financiamento, investimentos, emprego, distribuição de renda, inclusão entre outros. Finalmente levantar as oportunidades e os entraves para a sustentação e aprimoramento desse quadro socioeconômico e como Estado e sociedade podem atuar para avançar o novo ciclo de desenvolvimento.

7. 30ª Reunião do Pleno do CDES. http://www.cdes.gov.br/evento/3942/pleno-do-cdes-reuniao-ordinaria-n-30.html

Das contribuições individuais ressaltaram-se eixos como emprego e distribuição de renda; democracia e diálogo; mercado interno e inserção na economia internacional; papel do Estado e o planejamento como ferramenta para o desenvolvimento. Com o objetivo de compartilhar as visões e agregar conteúdo e reflexão foi realizada uma Oficina de Trabalho[8], que contou com a participação dos economistas Ricardo Bielschowsky, João Carlos Ferraz e Marcio Pochmann[9].

Na sua 33ª Reunião do Pleno, em abril de 2010[10], o Conselho concentrou-se na apreciação coletiva de uma primeira versão da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, sistematizada pelo Comitê Gestor do CDES[11], com apoio da Secretaria do Conselho (SEDES) e assessoria do professor Ladislau Dawbor[12] A interação permitiu estabelecer consensos e identificar que as diferentes visões e perspectivas ainda presentes entre conselheiros e a necessidade de agregar informações e outras análises indicavam o aprofundamento do debate sobre o Estado no novo ciclo de desenvolvimento.

Com este objetivo o CDES mobilizou contribuições como o professor Luciano Coutinho[13], que trouxe para o debate o modelo em curso no Brasil, ancorado na parceria estratégica entre o setor público, com suas funções de regulação, controle, planejamento e articulação, e o setor privado, mobilizado para assumir a liderança dos grandes projetos, principal veículo dos investimentos. Segundo o professor, este modelo vem respondendo às necessidades de infraestruturas de grande porte e infraestruturas sociais.

Com o foco sobre a capacidade do Estado brasileiro de responder às atribuições estabelecidas na Constituição, o professor Nelson Barbosa[14] apresentou indicadores que mostram carga tributária total estável nos últimos anos (33,8%

8. Sobre o processo de construção, instrumentos, material base, insumos e a Oficina de Trabalho: www.cdes.gov.br/exec/evento/exibe_oficina_03-2010.php

9. Ricardo Bielschowsky é economista da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal); João Carlos Ferraz é diretor de Gestão de Riscos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Marcio Pochmann é presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

10. 33ª Reunião do Pleno do CDES. http://www.cdes.gov.br/evento/5621/pleno-do-cdes-reuniao-ordinaria-n-33.html

11. O Comitê Gestor é formado por seis conselheiros escolhidos por seus pares para constribuir na gestão do CDES. Do atual comitê gestor fazem parte os conselheiros: Artur Henrique, José Antônio Moroni, Nair Goulart, Marcelo Néri, Murillo de Aragão e Paulo Safady Simão.

12. Ladislau Dawbor é articulista, pesquisador e professor da PUC/SP.

13. Luciano Coutinho é residente do BNDES e contribuiu no debate do CDES na reunião: http://www.cdes.gov.br/evento/5981/agenda-para-o-novo-ciclo-de-desenvolvimento-reuniao-ii.html.

14. Nelson Barbosa é Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e contribuiu no debate do CDES na reunião: http://www.cdes.gov.br/evento/6021/agenda-para-o-novo-ciclo-de-desenvolvimento-reuniao-iii.html.

em 2009 contra 32% em 2002), com a pequena variação explicada pela formalização e o crescimento dos empregos (variação de 0,98 da Previdência). Segundo dados do Ministério da Fazenda, o aumento nas despesas primárias (de 15,7% do PIB em 2002 para 18,5% em 2010) é explicado pelo item "transferência de renda" (9,1% em 2010 e 6,4% em 2002), demanda da sociedade expressa em 2002.

Para o professor Luiz Gonzaga Belluzzo[15], não existe uma experiência de desenvolvimento que tenha prescindido do Estado. Isto é tanto mais verdadeiro em um momento de reestruturação profunda pelo qual o mundo passa, que coloca em risco a infraestrutura do mercado, constituída pelo crédito e pela questão das riquezas monetária e financeira. Em sua avaliação, em breve o sistema financeiro existente não vai funcionar e é preciso buscar um sistema de maior estabilidade, com diversificação de fontes de financiamento de longo prazo e mecanismos de financiamento não-privados que funcionem contraciclicamente de forma ágil e eficiente. Sobre a questão do emprego, que Belluzzo destaca como central para o novo modelo, seu entendimento é de que a retomada do desenvolvimento convencional não vai resolver o problema do desemprego. As atividades tradicionais do mercado não vão gerar muitas vagas. É preciso que os governos se empenhem em criar políticas públicas relacionadas com estímulo a atividades culturais, de entretenimento, e esporte, por exemplo. É preciso inovar.

Diante do dever de garantir a proteção dos cidadãos em vulnerabilidade, a prestação de serviços essenciais e a realização ou financiamento de investimentos estratégicos, além da regulação e participação na atividade econômica e financeira, cabe, para o CDES, ampliar a capacidade do Estado; aprimorar a gestão pública de qualidade; fortalecer a federação brasileira, em um arranjo solidário, equitativo e integrador; fortalecer e consolidar os instrumento de diálogo e os mecanismos de participação da sociedade.

O consenso entre os Conselheiros e Conselheiras é que houve avanços na gestão macroeconômica e que a manutenção do equilíbrio desta política vai requerer um esforço contínuo de redução da carga tributária e a busca de alinhamentos dos juros e do câmbio. O CDES recomenda maior progressividade no sistema tributário e incentivo à produção e emprego, desonerando a base da pirâmide, privilegiando os impostos diretos em relação aos indiretos e desonerando investimentos produtivos e a exportação.

15. Luiz Gonzaga Belluzzo é professor do Instituto de Economia da Unicamp e editor da revista Carta Capital e contribuiu no debate do CDES na reunião http://www.cdes.gov.br/evento/6001/agenda-para-o-novo-ciclo-de-desenvolvimento-reuniao-iv.html.

Foi considerado estratégico o equilíbrio entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para os projetos de desenvolvimento de longo prazo e para a cidadania e a democracia.

A Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC)

"O tema educação talvez seja o investimento mais importante que a sociedade tem que fazer. Eu vejo que o empresariado reconhece isso, porque os resultados de uma mão-de-obra capacitada, educada, de produtividade elevada são espetaculares. Existe hoje uma consciência de que a educação tem que se tornar uma prioridade no país".

Conselheiro Jorge Gerdau, Presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau

"O mercado interno, em muitos cenários de informática, vai crescer em números ainda mais impressionantes. O setor financeiro já vem crescendo a mais de 40% por ano. O Brasil começa a ser importante, por exemplo, em informática para o agronegócio".

Conselheiro Silvio Meira, Cientista Chefe do CESAR

"O Brasil tem hoje inúmeras riquezas, temos que pensar em uma matriz energética múltipla. Você pode ter energia a partir do gás, energia hidráulica, eólica, via carvão mineral, a partir da madeira, do bagaço da cana de açúcar etc. Só com isso, já falamos em sete tipos de matrizes, sete tipos diferentes de modelos de geração de energia. Um país que tem toda essa diversidade é um país que pode se dar ao luxo de fazer o melhor mix de matrizes energéticas dentro das condições que se apresentam hoje".

Conselheiro José Carlos Bumlai, produtor rural, pecuarista

O texto final da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento foi apresentado ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na 34ª Reunião do Pleno do CDES[16] e encaminhado à sociedade. Para o CDES, o novo patamar para o qual o Brasil parte nesta segunda década do milênio, abre a possibilidade do País empreender uma trajetória de desenvolvimento de longo prazo sustentável econômica, social, política e cultural e ambientalmente.

Nessa perspectiva, os membros do CDES elegeram como fundamental a estratégia de consolidação do processo de expansão equânime do emprego e da renda, com fortalecimento do mercado interno ancorado

16. 34ª Reunião do Pleno do CDES: http://www.cdes.gov.br/evento/5442/pleno-do-cdes-reuniao-ordinaria-n-34.html.

em um modo de produção, de consumo e de distribuição sustentáveis e que contemple a ampliação dos investimentos inovativos. Da mesma maneira o CDES reforça a estratégia de inserção ativa e soberana na economia internacional. Em contexto internacional reconhecidamente complexo, a recomendação é que o Brasil fortaleça o padrão de desenvolvimento em curso, buscando um maior dinamismo de sua economia associado com uma melhor distribuição de renda e riqueza, redução da pobreza, ampliação dos mercados interno e externo e influência para contribuir com a promoção dos princípios da democracia, da paz e da sustentabilidade ambiental.

A Agenda sugere os seguintes desafios, complementares e interrelacionados, que adequadamente enfrentados devem gerar efeitos multiplicadores sobre o conjunto das atividades econômicas, sociais, políticas e ambientais do País:

- **Os novos horizontes da educação:** eixo prioritário e estruturante, na medida em que é articulador de políticas públicas pró-equidade, o grande vetor para libertar os potenciais de criatividade e inovação e de produção nacionais e elemento viabilizador da construção cultural para um novo padrão de convivência na sociedade e de interação com o meio ambiente.
- **Os desafios do Estado democrático e indutor do desenvolvimento:** cabe aprofundar o papel do Estado voltado efetivamente para os interesses gerais da sociedade, mais democrático, à altura dos desafios econômicos, sociais e ambientais que o País precisa enfrentar.
- **A transição para a sociedade do conhecimento:** a ampliação do acesso, gratuito e fomentado, a todo tipo de conhecimento é eixo fundamental da mudança para um país mais desenvolvido e mais competitivo no mundo globalizado. A educação, a cultura, as tecnologias de informação e comunicação desempenham um papel chave nesse processo de transição.
- **O trabalho decente e inclusão produtiva:** a inclusão produtiva do conjunto da população ativa, por meio do trabalho decente, nos moldes defendidos pela OIT, constitui um imenso desafio, mas ao mesmo tempo um vetor estratégico para a sustentabilidade do desenvolvimento.
- **O padrão de produção para o novo ciclo de desenvolvimento:** formou-se um consenso entre os membros do CDES de que devemos aproveitar ao máximo as vantagens que temos em commodities e as possibilidades do pré-sal e também buscar opções modernas, agregando valor a nossos bens pri-

mários e estimulando nossa indústria – tanto a que se volta para o mercado interno quanto a que se destina ao comércio exterior. Fica evidente que as políticas industrial, de comércio exterior e de inovação do país estão intrinsecamente ligadas na estratégia de desenvolvimento.

- **O potencial da agricultura:** a agricultura é entendida de maneira sistêmica na Agenda, envolvendo a poderosa dinâmica do agronegócio, o médio e pequeno agricultor e a agricultura familiar com seu peso central na produção de alimentos. Um maior incremento tecnológico, maior sustentabilidade social e ambiental em toda cadeia de produção agrícola, aliados à fartura de terra e água no Brasil, podem alavacar ainda mais este setor estratpegico para o desenvolvimento.
- **O papel da infraestrutura:** a infraestrutura é essencial para sustentar o ciclo de desenvolvimento e melhorar a competitividade da economia brasileira. O País avançou, constata-se o resgate de instrumentos de planejamento de longo prazo e o aumento substancial dos investimento. Cabe continuar avançando, aperfeiçoar os marcos regulatórios e os procedimentos burocráticos e ampliar financiamento público e privado, para atender à crescente demanda.
- **A sustentabilidade ambiental:** O CDES defende que o Brasil continue caminhando para uma economia verde e de baixas emissões de carbono, aproveitando a posição privilegiada em termos de produção de energias limpas, a dotação de recursos naturais e rica biodiversidade, incluindo a maior cobertura florestal do mundo, cuja preservação interessa a todos os povos. O Conselho considera que o Brasil possui vantagens naturais, competitivas e políticas para exercer um papel de liderança no esforço mundial de mitigação da emissão de gases de efeito estufa e de outros temas vinculados à sustentabilidade ambiental.
- **A consolidação e ampliação de políticas sociais:** A transformação das políticas sociais em políticas de Estado se justifica pelos seus aspectos de promoção e proteção social, pelos resultados que tem sido gerados em ternos de diminuição da desigualdade e também pelo incremento à dinâmica econômica. Persistem desigualdades sociais, regionais, de gênero e de raça. Sendo assim, é essencial expandir e manter o conjunto de políticas públicas e atividades privadas que favorecem a equidade social e regional.

Conforme prática do Conselho, a ANC não é um produto acabado, mas uma contribuição para o diálogo, ampliação de consensos e construção de viabilidade em torno de questões fundamentais para o País. Com este objetivo conselheiros e conselheiras de todas as regiões se mobilizaram para constituir espaços, envolver outras

lideranças no debate e agregar a perspectiva regional à Agenda, em reuniões realizadas entre julho e setembro de 2010[17].

A Agenda Nacional para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, assim como os demais produtos do CDES, são expressões de um Brasil mais coeso e de uma democracia dinâmica e pujante. Com a ANC as lideranças sociais e políticas que compõem o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, reafirmam o compromisso em relação ao desenvolvimento brasileiro e a convicção de que sua construção é responsabilidade compartilhada entre governos e sociedade.

17. Foram organizadas reuniões nas seguintes cidades / parcerias: Curitiba, PR (Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP); Rio de Janeiro, RJ (Associação Comercial do Rio de Janeiro – ACRJ); Porto Alegre, RS (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul - FIERGS), Rio Branco, AC (Federação das Indústrias do Estado Acre - FIEAC); Recife, PE (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Pernambuco); Aracaju, SE (Secretaria de Planejamento do Governo do Estado de Sergipe); Santarém, PA (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Santarém - CODESS); Belém, PA (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM/PA); São Paulo, SP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP); Ribeirão Preto, SP (Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto - ACIRP); Salvador, BA (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado da Bahia / Associação Comercial da Bahia); Florianópolis, SC (Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC); Belo Horizonte, MG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG).

CAPITULO 4

ENTREVISTAS COM CONSELHEIROS: REVISITANDO AGENDAS PARA O DESENVOLVIMENTO.

José Carlos dos Santos

1. INTRODUÇÃO METODOLÓGICA

As entrevistas aqui reunidas resultam de encontros pessoais e individuais realizados com dez conselheiros do CDES durante a segunda quinzena de fevereiro de 2010 e a primeira quinzena de março de 2010. Foram agendadas previamente por telefone e os conselheiros receberam a equipe de pesquisadores e entrevistadores em seus escritórios ou residências em Brasília, Recife e São Paulo. Quando de sua conveniência, as entrevistas foram realizadas, por solicitação dos mesmos conselheiros, na SEDES, Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, em Brasília, ou ainda, logo após eventos da agenda do CDES, em São Paulo.

O objetivo principal dos encontros foi ouvir os conselheiros de maneira a cotejar os cenários desenhados pela Agenda Nacional de Desenvolvimento, tornada pública em 2004, com os objetivos de colher subsídios para alinhavar o documento que se consolidaria como a Agenda Nacional para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, firmada em 2010.

Os encontros tiveram uma duração que variou entre 60 e 120 minutos e foram gravados em áudio. Pequenos vídeos também foram gravados ao encerramento de algumas entrevistas como depoimento final da experiência dos conselheiros com o CDES e estão disponíveis no endereço eletrônico www.cdes.gov.br.

Os áudios das entrevistas foram transcritos por empresa especializada contratada para tal. Uma primeira versão de texto resultante da transcrição de cada entrevista foi submetida aos pesquisadores e entrevistadores que, a partir daí, organizaram uma versão já editada para submissão aos conselheiros. Os conselheiros, então, procederam à leitura e à validação final do texto que aqui se encontra.

O roteiro para condução de entrevista, utilizado como orientador das conversas durante os encontros com os conselheiros, está em anexo, a seguir.

Para efeito de organização deste livro, as entrevistas estão ordenadas sequencialmente da maneira que pareceu aos organizadores representar um pequeno mapa das diversas representações presentes e atuantes no CDES.

Desenvolvimento, Ciência & Tecnologia, Direito & Cidadania	Mundo do Trabalho	Indústria/Negócios/Agronegócios
1) Tânia Bacelar	4) Clemente Ganz Lúcio	7) José Carlos Bumlai
2) Silvio Meira	5) Artur Henrique da Silva Santos	8) Jorge Gerdau Johannpeter
3) Cezar Britto	6) Ricardo Patah	9) Luiz Aubert Neto
		10) Paulo Godoy

A equipe de pesquisadores e entrevistadores foi composta por Ruth Helena Guimarães Vieira, jornalista e consultora contratada pelo CDES; por Patrícia da Silva Pego, economista, Assessora Técnica da SEDES, Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, e por José Carlos dos Santos, cientista social, assessor da presidência do IPEA, na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia, DIEST/IPEA.

Esta equipe agradece mais uma vez a todos e a cada um dos conselheiros pela acolhida generosa e paciente para as reuniões que viabilizaram a coleta de dados e a gravação das entrevistas que geraram os registros dali derivados. Sem esta generosidade e paciência, este trabalho não seria possível.

2. ROTEIRO PARA CONDUÇÃO DE ENTREVISTAS COM OS CONSELHEIROS DO CDES

- O CDES vem debatendo o tema do desenvolvimento brasileiro, nos seus diferentes e necessários aspectos – econômico, social, ambiental, político e institucional. Em 2004, o Conselho sistematizou uma agenda de desenvolvimento – a Agenda Nacional de Desenvolvimento, AND, na qual propôs um cenário futuro a ser construído a partir de ações acordadas entre governos e diferentes segmentos sociais, além dos principais desafios a serem superados nesse sentido.
- A direção do desenvolvimento para o país - manifesta na visão de futuro elaborada pelos conselheiros e registrada na AND - aponta para a construção de um país democrático, coeso e sustentável, onde se exerça plenamente a cidadania em um ambiente de segurança pública e paz social, em uma nação soberana, comprometida com a paz mundial e com a união entre os povos.

- É consenso no CDES que o Brasil de hoje é muito diferente do país que foi analisado no momento da construção da primeira versão da Agenda Nacional de Desenvolvimento, em 2004.
- A partir dos debates realizados durante o ano de 2009, em torno da mais recente crise econômica internacional, conselheiros e conselheiras apontaram alguns fundamentos que estavam sustentando os indicadores econômicos e sociais, mesmo frente à conjuntura adversa. Daí derivaram documentos sobre "O Debate do Desenvolvimento no CDES".
- A partir de agora, cabe sistematizar o entendimento e as proposições sobre este padrão de desenvolvimento em curso, que alia crescimento econômico, distribuição de renda e fortalecimento do mercado interno, e no qual vem ganhando força o objetivo da sustentabilidade ambiental. Cabe debater os passos a serem dados para consolidar e aprofundar essa dinâmica.

As questões a seguir têm o objetivo de levantar as considerações de conselheiros e conselheiras sobre:

- **O Brasil de Hoje** – interpretação da realidade atual – o que caracteriza e o que diferencia o Brasil de hoje em relação ao momento de construção da **AND, em 2004;**
- **Atributos da Agenda de Futuro** - expectativas em relação aos cenários futuros – atributos e ingredientes para uma agenda propositiva (políticas públicas, governança etc).
- **Pré-sal.** Riscos e oportunidades.
- **Copa do Mundo de Futebol de 2014.** Riscos e oportunidades.
- **Jogos Olímpicos Rio 2016.** Riscos e oportunidades.
- **Educação, Ciência e Tecnologia.** Riscos e oportunidades.

Perguntas Orientadoras:

1. **Considerando as oportunidades e os entraves, como pode ser caracterizada a realidade atual no seu setor, em sua área de atuação?**
2. **O que diferencia essa realidade daquela de 2004, momento da construção da Agenda Nacional de Desenvolvimento?**

Aspectos econômicos, sociais, ambientais, culturais.

3. **No período recente o Brasil mudou de patamar quanto à sua trajetória de crescimento da atividade econômica? Se sim, no seu entendimento, o que levou o Brasil a atingir esse novo patamar?**

Aspectos relacionados à produção, consumo, financiamento, investimentos, emprego.

4. **São perceptíveis avanços com relação a indicadores de distribuição de renda e inclusão social no país? Se sim, como aprimorá-los e torná-los irreversíveis?**

Percepções de como o avanço nos indicadores se mostram na população – percepções da realidade social que revelam o avanço nos indicadores. Buscar exemplos na educação, consumo, acesso aos direitos em geral.

Considerações sobre o papel do Estado e da sociedade no aprimoramento e sustentação dos indicadores sociais.

5. **Quais as oportunidades e os entraves para se construir um cenário a futuro que ofereça condições para a sustentação e aprimoramento desse quadro socioeconômico?**

Aspectos para uma agenda de futuro, considerando dimensões econômicas, sociais e ambientais, sempre na perspectiva da sustentabilidade;

Priorização dos aspectos levantados, seja nas oportunidades a serem aproveitadas, seja na desobstrução dos entraves ao desenvolvimento.

Considerações sobre o papel do Estado e da sociedade na construção desse futuro.

6. **O que é necessário para construir viabilidade institucional e política para avançar em um novo ciclo de desenvolvimento?**

Condicionantes e eixos de desenvolvimento nas dimensões econômicas, sociais e ambientais, sempre na perspectiva da sustentabilidade;

Papel do Estado e da sociedade na construção de um novo ciclo de desenvolvimento – políticas públicas e governança democrática.

3. ENTREVISTADOS E VINCULAÇÃO INSTITUCIONAL

1. Tânia Bacelar
Professora da Universidade Federal de Pernambuco

2. Silvio Meira
Cientista-Chefe do CESAR, Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife

3. Cezar Britto
Presidente da Comissão de Relações Internacionais da OAB

4. Clemente Ganz Lúcio
Diretor-Técnico do DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos

5. Artur Henrique da Silva Santos
Presidente da CUT, Central Única dos Trabalhadores

6. Ricardo Patah
Presidente da UGT, União Geral dos Trabalhadores

7. José Carlos Bumlai
Produtor rural, pecuarista

8. Jorge Gerdau Johannpeter
Presidente do Conselho de Administração do grupo GERDAU

9. Luiz Aubert Neto
Presidente da ABIMAQ, Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos

10. Paulo Godoy
Presidente da ABDIB, Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base

TÂNIA BACELAR

Professora da Universidade Federal de Pernambuco

Tania Bacelar de Araujo, graduada em Ciências Sociais e em Ciências Econômicas. É especialista em planejamento global, pela CEPAL, DEA e possui doutorado em Economia Pública pela Université de Paris I - Panthéon-Sorbonne. Atualmente é professora da UFPE, Universidade Federal de Pernambuco, no Departamento de Ciências Geográficas (Programa de Pós-Graduação em Geografia) e Sócia Diretora da CEPLAN - Consultoria Econômica e de Planejamento, desde 1995.

Exerceu os seguintes cargos públicos: economista da SUDENE (20 anos) e diretora de Planejamento Global (1985/1986); Secretária de Planejamento do Estado de Pernambuco (1987/1988); Secretária da Fazenda do Estado de Pernambuco (1988/1990); Diretora do Departamento de Economia da Fundação Joaquim Nabuco (1990/1995); Secretária de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente do Recife (2001/2002); Membro da equipe de Transição dos Governos Fernando Henrique Cardoso para Luiz Inácio Lula da Silva (out a dez. 2002); Secretária Nacional de Políticas Regionais (Ministério da Integração Nacional - 2003); Coordenadora do grupo de trabalho de recriação da SUDENE e da SUDAM (2003); Consultora do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, para apoio aos Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte (1995 a 1999); Diretora Nacional de Projeto do Banco Interamenricano de Desenvolvimento (BID) "Estratégia para apoio ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas no Nordeste do Brasil" (1997); Consultora do PNUD/IPEA para assessorar o projeto Pararnacidade e as associações de prefeitos AMUSEP e AMOP na elaboração de Planos Regionais de Desenvolvimento (1998).

Entrevistadores. Em sua opinião, o que diferencia a realidade do país em 2004, momento da construção da Agenda Nacional de Desenvolvimento, da realidade atual?

Tania Bacelar. Naquela época definimos como eixo central da estratégia de desenvolvimento do país o combate à desigualdade. Esse era o ponto que nos unia. Havia certa convergência no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de que nosso principal desafio era a desigualdade social e regional, e que precisávamos caminhar na direção da redução dessas desigualdades. Por outro lado, havia uma convicção muito forte de que o Brasil tem grande potencial para resolver esse problema e muitos outros. Alguns países têm problemas e carecem

de potencial para resolvê-los, mas não é o nosso caso. Estamos diante de um país que tem um grande potencial e um grande problema central, mas é capaz de caminhar na direção da correção desse problema, desenvolvendo as potencialidades que tem. E tinha outro desafio, que chamamos de "inserção soberana". Na verdade seria um reposicionamento estratégico do Brasil no contexto mundial.

Talvez o foco hoje deva se situar menos na releitura da visão de futuro e mais sobre em que avançamos e o que mudou nesse período. Portanto, qual é o novo posicionamento estratégico? Quais são os desafios de médio prazo para o país e qual estratégia vamos delinear?

Hoje, emergem novos desafios. O aquecimento global colocou na agenda a questão ambiental com mais força do que em 2004, e ainda não estamos realizando no Brasil a discussão sobre um novo padrão de consumo. Estamos atendendo ao consumo, antes insatisfeito, sem atentar para a necessária alteração no padrão de consumo. Mas o mundo vai discutir um novo padrão. Mudanças profundas no contexto mundial vão nos obrigar a fazer outra leitura.

No Brasil, as coisas mudaram muito. Hoje temos um país muito diferente do que tínhamos em 2004. Avançamos em algumas coisas e em outras ainda não. Acho que o contexto atual do mundo traz essa reflexão. Talvez o esforço do Conselho, hoje, deva ser esse: revisitar o diagnóstico para identificar o que consideramos importante que aconteceu lá fora e nos influencia, olhar aqui dentro e ver se caminhamos, ou não, na direção do nosso sonho e redefinir as estratégias.

Naquela época definimos que o eixo central da estratégia nacional era o combate à desigualdade. Acho que nisso avançamos. Hoje o país é um país menos desigual social e regionalmente do que era em 2004. Nesse contexto, desde esse ponto de vista, apontamos certo e o país caminhou na direção para a qual o CDES sinalizou.

Entrevistadores. Qual a opinião da senhora em relação às possibilidades de desenvolvimento que o pré-sal pode trazer para o Brasil?

Tania Bacelar. O pré-sal é um fato novo. Quando trabalhamos em 2004 não havia a presença do pré-sal, hoje ele é uma grande oportunidade para o país, embora seja uma grande ameaça também. Não fizemos essa discussão na época, e essa é uma grande mudança. Primeiro ele nos coloca como um ator mundial relevante no fim da era do petróleo. O Brasil vai ser um ator relevante neste segmento, queiramos ou não, para o bem e para o mal. Eu acho que depende de como a sociedade brasileira vai tratar esse potencial. Ele vai gerar receita pública significativa e trazer uma grande ameaça que é nos "encantarmos". Creio que essa é a primeira ameaça, subir para a cabeça essa descoberta e pensarmos que nosso

futuro está atrelado a isso. Temos que ter consciência de que vamos ser importantes, mas é o fim de uma era, da era do petróleo.

Devemos usar o melhor possível essa oportunidade para construir a nova era e não para ser importante apenas nessa que se finda. Acho que o deslumbramento que a sociedade pode ter, diante da riqueza que o pré-sal vai gerar é a grande ameaça. Ele vai gerar muita riqueza, talvez não tenhamos ainda dimensão do potencial que isso representa. De outro lado, essa descoberta vai gerar receita pública. Em 2004 haviam fortes restrições associadas à crise financeira do setor público brasileiro. Em 2003 e 2004 a dívida pública era 55% do PIB, a taxa de juros estava elevada, a despesa anual com juros estava lá na estratosfera e os recursos públicos para enfrentar os desafios do país eram bem modestos, esse era o ambiente. O pré-sal atua nesse ambiente. O ambiente melhorou e o pré-sal cria uma receita adicional com a qual não contávamos. Então surge o debate sobre o uso dessa receita para atingir os objetivos que a sociedade quer. Qual é a nossa agenda para usar essa receita? Esse debate é uma novidade.

Entrevistadores. E quanto ao debate a respeito da destinação dessa nova receita?

Tania Bacelar. Eu acho que o debate foi iniciado. Mas percebo também certa calmaria que pode ter dois significados: vem uma bomba por aí ou as coisas estão razoavelmente consensuadas. Estou apostando na segunda. Educação é nossa prioridade e requer investimento pesado, acho que este é um dos avanços que a sociedade brasileira fez, na medida em que fomos reduzindo a pobreza extrema. A defasagem educacional da nossa sociedade apareceu como problema, talvez maior que a pobreza extrema, que era o maior dos problemas na época. Mas o país conseguiu reduzir a pobreza extrema. O segundo passo é gerar inserção produtiva para as pessoas, para que não precisem do manto da proteção social governamental.

A variável educação é fundamental e os nossos indicadores educacionais continuam sendo lamentáveis. No Brasil, a quantidade de jovens que frequentam a Universidade é menor que no Chile e na Argentina; nesses países, 33% dos jovens estão nas universidades, aqui estamos chegando agora a 10%. A defasagem brasileira nessa área é muito grande, e acho que é um problema. Talvez o consenso de que o nosso problema era aquela miséria horrorosa e que nós tínhamos que acabar com ela mudou, agora temos que dar oportunidades para as pessoas se qualificarem: a educação é o grande desafio.

Entrevistadores. E a questão da matriz energética, como se insere no contexto de um Brasil que busca, além de crescimento, desenvolvimento sustentável?

Tania Bacelar. Além do que fazer com o dinheiro do pré-sal há uma segunda questão: a indústria. O Brasil jogou todas as fichas para ser uma potência indus-

trial no século XX e conseguiu. Mas, nesse começo de século XXI tem uma coisa interessante que está acontecendo: o mundo lá fora precisa de energia limpa e de comida.

Apesar da crise, de todas as crises, duas tendências nos afetam positivamente. Primeiro, o nível de renda dos países muito populosos está crescendo, e cresce a demanda mundial por alimentos. E o Brasil tem tudo para ser um grande produtor de alimentos. Estudos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, mostram que quando a renda das pessoas sobe, elas passam a consumir mais proteínas e frutas: nós somos competitivos em proteínas e frutas. O Brasil vai ter essa oportunidade. Só que isso é diferente do perfil que o Brasil quis construir no século XX, ou seja, um país industrial.

Hoje esse debate já é feito na sociedade, com uma pergunta que considero equivocada: estamos voltando a ser um país primário-exportador? Para mim, esse tempo passou... Mas há um grande desafio: como manter esse patrimônio que construímos no século XX, - o de ser uma potência industrial intermediária no âmbito mundial – ao mesmo tempo em que nos consolidamos como fortes produtores de energia e alimentos?

Ainda temos outro potencial que deve ser aproveitado: o de ser um país produtor de minérios. Existe um potencial de exploração de minérios, de energia antiga e de alimentos que talvez não possamos ou não devamos negar, porque ainda temos 20% da PEA (População Economicamente Ativa), no mundo rural, parte deste contingente coberto com o manto protetor do Estado. Então, porque vamos negar esse potencial, se ele pode ser um dos caminhos para absorver essa população? O Brasil vai ter que saber equilibrar bem essas duas coisas.

O pré-sal, desse ponto de vista, é uma oportunidade. Porque é uma atividade que requer uma cadeia de fornecedores importante e porque não vamos nos contentar em exportar petróleo bruto: temos que desenvolver a indústria do petróleo, a petroquímica, por exemplo, entre outras. Além disso, a indústria de equipamentos e serviços especializados que também podemos importar ou produzir aqui. Então, o pré-sal traz essa segunda oportunidade. Esse é o outro grande potencial do pré-sal: abrir um debate a respeito de como fazer com que o pré-sal seja uma oportunidade para o Brasil continuar sendo um ator mundial importante como produtor industrial, ao mesmo tempo em que se consolida como importante produtor de bens primários.

Entrevistadores. Qual é a situação atual e quais as expectativas em relação à sua área de atuação?

Tânia Bacelar. Minha área de estudo principal é desenvolvimento regional. Na minha opinião, nos últimos anos, nosso grande objetivo foi reduzir desigual-

dades regionais. O Brasil dos mapas com os quais trabalhamos tem um corte de Belo Horizonte para cima e de Belo Horizonte para baixo, divisão na qual os padrões socioeconômicos do Brasil se diferenciam consideravelmente.

O que eu chamo de Belo Horizonte para cima é o Norte de Minas, Nordeste e Norte, que apresentam um padrão. Centro-Oeste, Sul e Sudeste têm padrão diverso. Por outro lado, o Brasil tem desigualdades regionais em outras escalas, essa é apenas uma leitura macro. Quando eu desembarco no Nordeste, o litoral do Nordeste é diferente do semi-árido. Existe uma desigualdade muito grande intrarregionalmente. Quando eu desembarco no litoral do Nordeste, dentro das grandes cidades, Recife, por exemplo, tem uma porção rica e tem grandes áreas pobres. O Brasil é um país no qual as desigualdades não se apagam quando mudamos de escala de análise: ao contrário, elas se reproduzem nas várias escalas de observação da realidade nacional.

Aproximando os dados que temos hoje para uma leitura macro, percebemos que a situação mudou. Os estudos mostram que aproximamos os padrões sócio-econômicos Norte-Nordeste dos padrões Sul-Sudeste. O IPEA tem estudos sobre isso. Mas ainda é pouco, isso é uma herança muito antiga e muito grande. Vai continuar como desafio. Importante é que caminhamos na direção certa. Quando olhamos os padrões hoje, estão mais próximos, posto que na maioria das variáveis tendem a convergir. Mas o hiato permanece grande. Por exemplo, a renda cresceu mais no Nordeste, a taxa de crescimento foi maior que no Sul-Sudeste. Mas a renda média do Nordeste ainda é a metade da média do Brasil. O tamanho do hiato ainda continua sendo um desafio, mas eu não posso negar que melhorou.

Existem duas receitas básicas para combater essa desigualdade: uma é a política regional *strictu sensu*, a outra é priorizar as regiões mais pobres nas políticas nacionais. Eu lamento dizer que o caminho seguido foi o segundo. Eu até gostaria que tivesse sido o primeiro. Quando olho para o Brasil de hoje digo que melhorou, mas melhorou por onde? Se eu olhar as políticas regionais *stricto senso*, se eu olhar o Ministério da Integração, que é o principal responsável, avançou alguma coisa de concepção, mas não foi por aí. Agora, pelas políticas nacionais, avançou. O Programa Bolsa Família deu a cobertura. O Nordeste tem 28% da população total do Brasil, mas tem metade dos pobres. Então, metade do valor do Programa "Bolsa Família" veio para cá. Uma política social ajudou a diminuir a desigualdade tanto social como regional.

Tem também a política de valorização do Salário Mínimo, que é mais importante, na minha opinião, do que o Bolsa Família. Eu sempre achei isso, e alguns estudos confirmaram. O aumento significativo real do salário mínimo teve um impacto no consumo do Nordeste muito maior que o ocorrido no Sul ou Sudeste, pois temos 28% da população total do Brasil. Mas aqui a metade dos

ocupados ganha até um salário mínimo. Aliás, é bom lembrar que o Sudeste capta 25% do Bolsa Família, porque a pobreza urbana está concentrada fortemente nesta região. É engraçado que muitos residentes no Sudeste criticam o Bolsa Família, mas 25% do programa está lá. Só que lá não impacta como no Nordeste, porque lá bate em São Paulo, Rio de Janeiro, etc que têm bases produtivas amplas. O adicional de renda transferido impacta menos na vida social local.

Por sua vez, estudos feitos com o PAC mostraram que ele é desconcentrador. É um bloco de investimento que pensa o país como um todo, mas tem um peso grande para as regiões Norte e Nordeste. A região Norte reclama de alguns projetos, pelo impacto na dimensão ambiental, mas quando se considera a dimensão socioeconômica ela é beneficiada.

Outras políticas nacionais setoriais, como a de educação, consideraram os hiatos regionais: foram criadas novas universidades, quatro delas estão no interior do Nordeste (em Mossoró/RN, em Petrolina/PE, etc) o que é extremamente positivo.

Vivenciamos, assim, políticas nacionais setoriais que introduziram na discussão a dimensão da desigualdade regional. E teve um peso do presidente Lula também, quando ele diz assim: e o Nordeste? Temos um Presidente que, de vez em quando, faz essa pergunta – "cadê o Nordeste na proposta? Cadê o Norte?"

Entrevistadores. Num horizonte até 2014-2015, qual é o cenário que a senhora vislumbra como ideal em termos de redução das desigualdades?

Tânia Bacelar. Essa estratégia de combate à pobreza extrema e às desigualdades deveria continuar. Ela é importante, dado o tamanho das desigualdades regionais no Brasil. Mas não podemos nos satisfazer com o que avançamos. Assim, é preciso continuar com esse tema na agenda e esses dois caminhos são bons caminhos, tanto as políticas nacionais-setoriais com corte regional como as políticas regionais explícitas. O desafio é combiná-las melhor.

Entrevistadores. No período recente o Brasil mudou o patamar de crescimento na atividade econômica? Na sua avaliação, o que levou o Brasil a atingir esse patamar?

Tânia Bacelar. Primeiro, a conjuntura mundial: nesse período tivemos um momento internacional muito favorável – de 2004 a 2007. Soubemos aproveitar as nossas potencialidades, que estavam de acordo com a demanda externa. A China crescendo a 10% e comprando minério, comendo mais e querendo soja, os Estados Unidos com demanda aquecida também ajudou - não podemos esquecer que eles são muito importantes na economia mundial. Esse ambiente favorável foi fundamental e o Brasil soube interagir com ele.

Segundo, foi uma decisão estratégica de nos apoiarmos em um dos nossos potenciais, que é o consumo insatisfeito da maioria da população brasileira. Acho que essa é a mudança que fizemos. É muito interessante porque isso deu gás para "rodar a máquina" da economia brasileira, o que muita gente não acreditava.

Entrevistadores. O consumo interno foi importante para atingir esse padrão de crescimento econômico?

Tânia Bacelar. Consumo interno é muito vago, porque o Brasil do século XX também se apoiou no consumo interno. Terminamos o século XX com cerca de 10% de coeficiente de exportação. Portanto, 90% do que produzíamos era para o mercado interno. A pergunta é: mas que mercado? A mudança é que o país se reorientou para um mercado potencial – o mercado das classes B, C e D, constituído por imensa quantidade de brasileiros. Foi isso que "rodou a maquininha" da economia brasileira e fez atingir 5% de taxa de crescimento. Não foi o consumo das elites.

Não falo de consumo de bens apenas com baixo componente tecnológico, mas também os de alto componente tecnológico. É isso que é interessante! É isso que fez mudar o padrão de crescimento. Esse é um debate muito importante, porque tem gente que não acredita neste padrão, acha que não se sustenta, que ele tem certo limite, até porque precisamos fazer aquela outra discussão, do novo padrão de consumo do século XXI. Então, a população melhorou sua renda e foi comprar carro, e carro é a negação do novo padrão de consumo esperado para o século XXI! Carro individual é inviável. Se toda a população mundial resolver andar de carro individual vamos todos para o buraco.

Entrevistadores. Qual o papel da qualificação de mão-de-obra nesse debate?

Tânia Bacelar. Saímos de um padrão que não criava emprego, agora temos 14 milhões de empregos a mais. Precisamos de um debate mais profundo sobre o que foram esses 14 milhões de empregos adicionais: cresceu muito o emprego no interior, por exemplo. O Brasil rural contribuiu e acho há uma mudança importante no padrão do mercado de trabalho nacional ainda pouco estudada.

Mas a sociedade está com a cabeça no padrão de consumo do século passado. Todo mundo quer ser os Estados Unidos e os Estados Unidos vão ter que mudar o padrão de consumo deles. Aí a dimensão ambiental precisa entrar com força, porque ela é quem vai nos convencer de que a Terra não aguenta o padrão de consumo americano do século XX. A pergunta é: este é o novo padrão do século XXI? Nós temos que investir em automóvel individual ou podemos usar a Copa do Mundo de 2014 para investir no padrão do século XXI, que é o transporte de massa de qualidade? E a Copa de 2014, nesse ponto de vista, é uma oportunidade. Em grandes cidades brasileiras, devemos aproveitar para fazer

grandes investimentos em mobilidade, uma nova rota, para ficar com o padrão do século XXI.

Entrevistadores. A senhora vê avanços na área de indicadores de distribuição de renda e na área social? Como podem ser percebidos?

Tânia Bacelar. Houve sim, basta sair na rua que você vê mudanças no quadro social, e os indicadores disponíveis confirmam isso. O apoio que o Presidente tem mostra isso. Há uma sintonia entre o rumo principal que tomamos e a melhoria na vida das pessoas. Mas as medidas de redução das desigualdades precisam ser aprimoradas porque muitas coisas não foram feitas, outras nem sequer foram discutidas, e existem novos desafios que se colocaram. Por outro lado, o Brasil se reposicionou mundialmente de forma estratégica. Hoje a responsabilidade que temos é muito maior que a que tínhamos antes.

Entrevistadores. O Bolsa Família deve ter ajudado nesse parâmetro. A senhora acha que ele deve ser mudado, aprimorado, ampliado?

Tânia Bacelar. A imagem que tenho do Programa Bolsa Família é a referência de seu peso de menos de 5% do PIB. Para dar este mínimo à população, 5% do PIB não é nada. Eu sou a favor de que o Estado assuma a sobrevivência mínima de quem não tem nada, principalmente num país rico como o nosso. Não é um país que não possa dar esta cobertura social aos mais pobres, então tem que dar. Quando eu olho as pessoas que recebem Bolsa Família, uma grande parte delas não vai se reinserir no mundo do trabalho. Vamos ser honestos.

Outro ponto: concordei com o Constituinte que em 1988 promoveu a extensão da Previdência ao mundo rural. Eu acho que essa medida salvou o Nordeste semi-árido, porque coincidiu com o fim do algodão na região. E quem conhece o semi-árido sabe que a única fonte de renda monetária da grande massa chamava-se algodão. Acabou o algodão e as grandes cidades não incharam. Por quê? Porque veio a Previdência rural e segurou esse possível inchaço. Um pedaço da elite só falta morrer quando ouve isso. Mas é isso que aconteceu. Quando eu olho aquelas pessoas de 50, 60 anos, produtores rurais, analfabetos (33% da população rural do Nordeste são analfabetos) não posso ser contra tal medida.

O país pode garantir que tenham uma velhice minimamente estável, não precisarem pedir esmolas a cada seca. Isso aí custa 10% do PIB, 5% do PIB? Não é dinheiro para um país como o Brasil.

Foi o Bolsa Família a grande revolução da economia? De jeito nenhum! Esses 13 bilhões de reais por ano não afetam as contas nacionais, vamos ser sinceros. Não somos capazes de gastar mais de 10 vezes pagando serviços da dívida que transferem renda aos mais ricos?.

Entrevistadores. O que a senhora acha da política de incremento do salário mínimo dos últimos anos?

Tânia Bacelar. Sou de uma geração que lutava por 100 dólares de salário mínimo e toda vez que aparecia isso, os grandes jornais diziam que ia quebrar a Previdência ou falir todos os pequenos e médios municípios do Brasil. Nós passamos dos 100 dólares (e pode trazer o dólar para R$ 5,00 que já passamos dos 100 dólares), nem quebrou a Previdência e os municípios, ao invés de falirem, melhoraram.

Isso começou na Constituição de 1988, quando se disse: não pode vincular nada ao salário mínimo, porque essa era a estratégia anterior – salário mínimo não podia subir porque para ele subir tinha que carregar o andar de cima. O Constituinte cortou a vinculação e acho que ali houve um avanço muito grande. Depois, com a estabilização da inflação começamos a aumentar o salário mínimo e o efeito, ao invés de perverso, foi virtuoso. Foi um dos efeitos que acionou a maquininha da economia para ampliar o consumo interno e fazer a produção crescer do outro lado.

Entrevistadores. E em relação à segurança, saúde e educação, como investir de forma sustentável, sem precisar aumentar a carga tributária?

Tânia Bacelar. A renda disponível do Governo para políticas públicas cresce reduzindo juros, porque o principal componente da despesa do Governo são os encargos com a dívida, mas nós sabíamos disso quando fizemos a dívida. Os Estados Unidos vão viver isso agora. Para salvar os bancos, endividaram fortemente o Governo, e alguém vai pagar a conta.

Nós estamos pagando, em duas décadas, o que fizemos lá atrás. Agora o pagamento da fatura maior já passou e nós estamos numa fase de busca gradual do equilibrio, digamos assim. Mas o quadro ainda é instável, porque macroeconomicamente pode-se precisar em algum momento voltar a aumentar a taxa de juros e a despesa com a dívida pública.

Outro ponto em coisa que não avançamos é a reforma tributária. Sucessivos governos não tiveram força para uma mudança significativa e a sociedade precisará se mobilizar para patrocinar essa mudança. Mexemos na repartição da renda, mas não na desigualdade da geração da receita pública. O Presidente Lula até que tentou duas vezes, mas a proposta bateu no Congresso e ficou nisso. Ele disse na última reunião do nosso Conselho: “eu, por mim, desisti, porque acho que a sociedade não quer”.

O CDES fez um estudo brilhante, não há sistematização mais clara que a planilha do grupo de trabalho do CDES. O sistema tributário atual é uma das nossas máquinas de geração de desigualdade: quem ganha menos paga mais e

quem ganha mais paga menos; quem produz paga mais e quem aplica no sistema financeiro paga menos, quem tem patrimônio paga menos e quem trabalha paga mais. Está lá escrito, com todos os números detalhados para quem quiser ver. Então, acho que podemos até ter mais receita pública, redistribuindo o ônus da carga tributária. Hoje, o Estado ao entrar para recolher renda da sociedade aumenta a concentração da renda nacional.

Entrevistadores. Quais oportunidades e entraves a senhora vê para construir um futuro que ofereça condições para o desenvolvimento sustentável? Como atingir um cenário ideal?

Tânia Bacelar. Temos que fazer a economia crescer: isto é pré-condição embora não seja tudo. E a economia deve se ampliar empregando mais gente, ou seja, gerando postos de trabalho e oportunidades para os pequenos empreendedores. Aí está uma nova geração que para conquistar mais oportunidades depende do investimento em educação. Será fundamental que o filho da pessoa que está no "Bolsa Família" não precise do Bolsa Família. Isso se faz, antes de mais nada investindo na educação, qualificando a nova geração. Um país como o Brasil pode perfeitamente fazer isso. O grande desafio agora é manter o "Bolsa Família" mas temos que pensar nos filhos do pessoal do Bolsa Família: educação fundamental e média de qualidade pela manhã e pela tarde, para todos os jovens brasileiros até 18 anos. Esta é uma bela meta. Um grande desafio.

E o Brasil pode fazer isso. Se fizermos os cálculos, incluindo os recursos do pré-sal, o país pode financiar esta "revolução". Em outros países (mais pobres) diria que seriam necessários 20, 30 anos para alcançar tal meta. Aqui, dá para começar a pensar hoje, implementar hoje, para daqui a pouco termos, como a Coréia do Sul - que é um país muito menor e de economia também menor que o Brasil -, todos os jovens até os 18 anos na escola durante todo o dia. Pela manhã aprendendo determinados conhecimentos e pela tarde exercitando outras habilidades, praticando esporte, tendo acesso a cultura, etc. E o Brasil pode fazer isso. Se a Coréia do Sul fez, porque nós não fazemos?

O entrave é o político: ainda não temos um consenso muito forte na sociedade brasileira quanto a essa prioridade. Tenho uma desconfiança que nós estamos no rumo certo, mas não existe consenso. No CDES acho que avançamos. A representação ali é muito heterogênea e interessante, mas existe um certo consenso sobre a importância da "revolução educacional".

Entrevistadores. Como construir viabilidade institucional e política para av**ançar no desenvolvimento sustentável?**

Tânia Bacelar. Por meio da democracia o Brasil melhorou muito porque aprendemos a valorizar a democracia. As melhorias nos padrões sociais atestam

que no período da redemocratização fomos avançando. Por exemplo: temos que gastar 25% com educação em todos os níveis de Governo, e ainda é pouco. No tempo das "vacas magras", a renda real não crescia e o IDH melhorava, impulsionado pelos indicadores da educação e da saúde. E isso resulta de maior investimento: conquista do Brasil redemocratizado.

Entrevistadores. Ainda sobre a discussão da democracia, a senhora acredita que há um grau de maturidade entre os poderes no Brasil?

Tânia Bacelar. Não, aí eu acho que esse é um de nossos pontos fracos. Estamos aprendendo ainda a construir um país mais democrático. Acho que avançamos, mas ainda temos que amadurecer. Estamos melhor, mas tem muito chão ainda: a reforma política, um novo modelo de financiamento das campanhas, o combate à corrupção.

Entrevistadores. E quanto à institucionalização das metodologias de democracia participativa, tanto do poder local como em outras instâncias?

Tânia Bacelar. Esse é um aprendizado para o século XXI. Mesmo nas nações onde a democracia representativa é mais antiga e estável, há muitos questionamentos. Há países aparentemente muito democráticos nos quais a eleição tem um grau de abstenção muito alto. No Brasil, o aprendizado interessante é a combinação da democracia representativa com a democracia participativa. Acho que temos alguns aprendizados, alguns avanços e devíamos continuar investindo por aí. A sociedade brasileira é aberta e isso é uma das nossas vantagens. Temos feito uns avanços que eu considero bastante interessantes. Por exemplo, a experiência do orçamento participativo: ela tem um lado que eu critico, - a visão estratégica geral fica secundarizada - mas alguns aspectos são interessantes. E para decidir o investimento atomizado o modelo é ótimo. Ele não dá conta da visão estratégica, porque usa um método indutivo, e vem de baixo para cima, das necessidades mais latentes da população local. Considerando uma visão estratégica, faz falta porque o todo não é a soma das partes, o todo é mágico e é maior que a soma das partes. Então, é preciso combinar a visão estratégica com aquele processo indutivo. Mas a experiência no geral é positiva. E não desmontamos as Câmaras Municipais, como pensam alguns. Elas continuam chancelando a versão final da peça orçamentária, mas o processo participativo impregnou o processo decisório com uma leitura de quem está vivendo na pele o problema a ser enfrentado. É isso que chamamos de combinar a democracia representativa com democracia popular. Acho que o Brasil tem alguns avanços nesse sentido, o próprio Conselho – CDES - é um deles.

Nosso país já tem as bases de uma verdadeira nação: consolidamos nossa identidade, montamos uma sólida estrutura econômica, e essas são condições que não tínhamos no começo do século XIX, quando nos tornamos um país indepen-

dente, nem mesmo no início do século XX. Mas o Brasil no século XX mudou muito. Hoje é um país com muito potencial, possibilidades, e uma população muito especial, como sempre destacaram Celso Furtado, Darcy Ribeiro e outros estudiosos do nosso país. Todos destacam a abertura dos brasileiros para as coisas novas, daí nossa cultura, marcada pela rica diversidade. Acho que é mais fácil estruturarmos um longo período democrático hoje que no quadro que vivemos no século XIX até meados do século XX, pois estávamos paralelamente consolidando esta nação.

Essa tendência, por exemplo, ao sincretismo, no Brasil, é fantástica. Pode vir influência de fora, que aqui ela se mistura, e dá tudo certo. O sotaque mudou, a forma de falar mudou, mas não negamos o português, por exemplo: transformamos o português em brasileiro. Hoje temos duas línguas, o português de Portugal e o português do Brasil. E isso nós fazemos com tudo: a música é outro exemplo. Temos uma capacidade imensa de conviver com a pluralidade e isso é muito interessante para a democracia: saber conviver com os contrários, conviver com a ideia do outro. Este é um bom substrato para consolidar uma sociedade democrática.

SILVIO MEIRA

Cientista Chefe do C.E.S.A.R.

Silvio Lemos Meira é paraibano de Taperoá, onde nasceu em 02/02/1955, e pernambucano de coração. Graduado em eletrônica no ITA (1977), com mestrado em computação na UFPE (1981) e doutorado em computação na University of Kent at Canterbury (1985). Hoje é professor titular de engenharia de software do Centro de Informática da UFPE, como Professor de Graduação e Pós-Graduação e Cientista Chefe do C.E.S.A.R. - Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife - centro privado de inovação que cria produtos, serviços e empresas com Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs), onde é responsável por descobrir perguntas, ao invés de arranjar respostas.

Entrevistadores. Considerando oportunidades e entraves, como você caracteriza a realidade atual do Brasil na sua área de atuação?

Silvio Meira. Minha área de atuação é, na área macro, Tecnologia da Informação e Comunicação e, na área micro, Ciência e Tecnologia. A oportunidade para isso é gigantesca. Para se ter uma ideia, o mercado interno no Brasil vem crescendo a taxas superiores a 30%, enquanto a economia como um todo cresce, na região a 4%.

O entrave é o setor de economia do conhecimento; nesse setor o Brasil está totalmente despreparado. Primeiro, pela má qualidade da formação básica, principalmente nas áreas de matemática e ciências. O pessoal de tecnologia de informação precisa do domínio de matemática e de lógica, mesmo no ciclo básico da educação. É preciso entender o que é um *ponto e vírgula*; é preciso entender o que é um *se*, que são somente o princípio da linguagem de programação de computadores escrita em português.

Um programador tem que saber *sequência, condicional* e o que chamamos de *loop*. Esse problema está começando a ser resolvido em volume, mas precisa ser resolvido em qualidade. O Brasil tem hoje mais de mil faculdades em informática, mas a qualidade média dessas faculdades é muito baixa.

Um entrave muito maior é a questão do tratamento dado ao capital humano na sociedade da informação. Na realidade, ainda estamos no processo de instalação, de recrudescimento da legislação trabalhista da era industrial, no mundo que hoje é uma economia de conhecimento. Você vê instituições como a nossa sendo coagidas pela Delegacia Regional do Trabalho a não ter gente trabalhando em casa, quando as pessoas querem trabalhar em casa, justamente quando precisamos e quando podemos trabalhar em casa. Porque esse negócio de você trabalhar no

local de trabalho depende essencialmente das ferramentas de trabalho serem escassas e só estarem disponíveis no local do trabalho. Se eu lhe dou um problema para resolver, você está resolvendo esse problema o tempo todo, você não sai do local de trabalho e diz: - "vou desligar o meu cérebro agora e vou fazer outra coisa". Ninguém consegue fazer isso.

Se não reequilibrarmos isso vamos continuar tendo uma espécie de informática de subsistência. São exemplo disso as empresas brasileiras que crescem, crescem e crescem, até o ponto em que são adquiridas por empresas multinacionais, que compram, na realidade, não a capacidade de produção local, mas o mercado brasileiro.

Temos uma oportunidade gigantesca, e só falei por enquanto do mercado interno. A oportunidade é ainda mais esplendorosa no mercado externo, mas nós não temos nem gente nem infraestrutura de trabalho suficiente.

De 2004 para cá não mudou nada. Fica estruturalmente cada dia mais complicado, do ponto de vista trabalhista. A nova legislação, que acabou de entrar no ar, para o caso de algumas empresas de *softwares*, existe a figura do seguro do risco do trabalho, o que aumenta a contribuição, naquele item em particular, em 500%. Enquanto todos os países tiram imposto da indústria do conhecimento, por assim dizer, o Brasil agrega imposto e trata como se fosse uma indústria normal.

Entrevistadores. Nessa perspectiva, como você vê o cenário até 2015?

Silvio Meira. O mercado interno, em muitos cenários de informática, vai crescer em números ainda mais impressionantes. O setor financeiro já vem crescendo a mais de 40% por ano. O Brasil começa a ser importante, por exemplo, em informática para o agronegócio. Temos uma presença muito tênue da informática na produção e no agronegócio. O agronegócio, como um todo, tem uma presença muito pequena da informática, mas está crescendo a taxas impressionantes, perto de 50% por ano.

Outra dificuldade, além dessas que eu já falei, é a seguinte: a disponibilidade de capital de risco para investir na criação de empresas brasileiras de porte internacional é muito baixa. O problema é monumental. O cenário que eu vejo para os próximos cinco anos é um cenário de crescimento muito grande do mercado interno, mas de uma perspectiva complexa da competitividade das empresas nacionais, mesmo em um cenário local.

Não dá para um país do tamanho do Brasil viver só como um país de *commodities*, é preciso uma mudança radical e completa, e não é só do discurso, é do conjunto de ações que vai fazer com que se mova dinheiro para investir em inovação.

Esse dinheiro não é dinheiro estatal, inovação estatal não funciona na escala que teria que funcionar. Eu sou membro da Comissão de Coordenação do próximo Congresso Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação e a única coisa que eu tenho arguido consistentemente na reunião é o seguinte: se você vai ter um Congresso Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, tem que chamar o pessoal que entende de tecnologia, de ciência, de negócios e também o pessoal que entende de como ganhar dinheiro com ciência e tecnologia, que são os investidores.

Entrevistadores. Qual seria o cenário ideal?

Silvio Meira. O cenário que eu acho ideal é o seguinte: trazer dinheiro inteligente conectado, ou seja, investidor que tem rede, que entende de mercado, tem agenda, pensa internacionalmente, para paradigmatizar. É necessário um conjunto de fundamentos de conhecimento em Tecnologias de Informação e Comunicação e criar ou recriar um conjunto de condições de competitividade. Somos permanentemente um país colonizado do ponto de vista de Tecnologia de Informação e Comunicação, nunca vamos sair disso sem essas condições: dinheiro, competências e condições de competitividade.

Todo governo inteligente faz três coisas, mas da terceira não precisamos: 1) forma gente, 2) cria condições para competir e 3) sai da frente, ou seja não atrapalha. O governo tem que formar gente e criar condições de competitividade. Criar condições de competitividade é diminuir a insegurança jurídica no Brasil. No dia em que as empresas de classificação de risco descobrirem qual é a insegurança de operar no Brasil, elas aumentam o risco Brasil de 250 para 2.500 no minuto seguinte.

Entrevistadores. Então a legislação atual é um entrave?

Silvio Meira. É um entrave total. A legislação fiscal, a legislação trabalhista, a legislação de operação das empresas, o caos legislativo, fiscal, trabalhista e judiciário no Brasil é um mega entrave. Este país tem que ser simplificado. A responsabilidade do governo é mexer, de uma forma radical, nas condições de competitividade. Nos últimos anos o governo criou os fundos setoriais, a lei de inovação, melhorou muita coisa; começou a colocar dinheiro de subvenção econômica para inovação nas empresas, começou a fazer muita coisa, mas isso é apenas o começo da escada, é preciso fazer os batentes mais curtos e mais altos, é preciso mudar a orientação da escada. Hoje, nesse ritmo, essa escada onde os batentes estão é muito longa e sobe bem pouco, ela precisa ser mudada para que em um tempo muito curto seja possível subir um batente bem mais alto, porque é isso o que os outros países estão fazendo.

Hoje é vital fomentar condições de competitividade para empresas do negócio de Tecnologia de Informação e investir na qualidade da conexão redimensio-

nando, redesenhando as cidades. Hoje já não é mais preciso sair de casa até o meu local de trabalho. Hoje vou para o meu local de trabalho periférico, mas se ele estiver conectado, eu resolvo o problema remotamente. Isso resolve até o problema das cidades. As cidades começaram a existir na Revolução Industrial porque as pessoas precisavam ir para perto da fábrica.

Se você conectar uma cidade inteiramente, com banda larga mesmo, você pode dizer o seguinte: "- eu vou cobrar IPTU do prédio pelo número de pessoas que você atrai para lá, não vou cobrar por área física".

Entrevistadores. Quais investimentos seriam necessários para que esse tipo de conexão se desse de forma mais consistente no Brasil, você tem condições de imaginar um cenário envolvendo custos de investimentos?

Silvio Meira. Se você resolvesse conectar o Brasil mesmo, o custo maior é simplificar o Brasil. O custo de conectar o país seria de algumas dezenas de bilhões de dólares. Se a legislação for propositiva e se ela criar uma regulação, onde se veja retorno de investimento da iniciativa privada, a maior parte dessas dezenas de bilhões de dólares pode ser resultado de investimento da iniciativa privada. Acho inclusive que deve ser investimento privado. Não precisa mudar nada do sistema que está aí, precisa ter agências regulatórias que sejam mais simples e mais efetivas. Será preciso também ter uma política que, ao invés de criar nichos de poder dentro do governo, seja uma política de criação de bens e serviços para a sociedade com controle regulatório político no mundo do governo e não com controle operacional.

O Brasil possui uma parafernália legislativa, regulatória e fiscal que permite que você controle cada passo da iniciativa privada. Se definir lá em cima, a política como um conjunto de estratégias, liderado pelo mercado pode dizer: "- vou fazer o seguinte, fiscalizar e auditar a execução desse negócio aqui e penalizar quem pular fora do saco. Só pode fazer o que está dentro desse quadrado". Isso não foi feito, estamos vivendo em um pré-sucateamento e um pré-apagão informacional no Brasil hoje porque não se tomaram as providências nem políticas, nem regulatórias, nem de auditoria, para que se evitasse isso. Chegou ao ponto de termos aquela catástrofe do Speedy, da Telefônica, em São Paulo, no ano passado. E aquilo ali é visível porque foi em São Paulo.

Entrevistadores. Você acha que, a partir de todo esse debate já havido no CDES, dentro da política de desenvolvimento para o Brasil, que o país está atingindo outro patamar de desenvolvimento?

Silvio Meira. Sim e não. O que é desenvolvimento? O Brasil está atingindo um patamar de crescimento, de maneira mais ou menos sustentada, nós vamos ter uma ascensão do PIB este ano por razões amplamente conhecidas, não se

precisa discutir. Mas eu tenho uma desconfiança muito grande desse crescimento baseado numa espécie de inchaço do mercado interno, o Brasil olhando para o próprio umbigo e vendo somente o seu mercado interno. Não acho que crescimento dessa forma seja sustentado.

Na minha visão, não sou livre mercado total, o mercado interno não resolve todos os problemas e muito menos o mercado internacional resolve todos os problemas. Agora, fingir que podemos nos esconder no mercado interno, usando mecanismos que ainda existem hoje de substituição das importações, que são da época de Getúlio Vargas, não dá. O mundo mudou muito para estarmos pensando em fazer isso.

Entrevistadores. E um cenário futuro para as áreas social e ambiental?

Silvio Meira. O cenário ambiental do Brasil - juntando furacões em Santa Catarina, secas no Nordeste e desmatamentos já conhecidos - caminha para uma catástrofe, não num regime de quatro anos, mas de vinte, trinta anos. Em minha visão particular, e olha que eu sou membro histórico do Greenpeace, é muito melhor construir uma usina nuclear na Amazônia com a tecnologia que temos hoje, do que fazer uma usina em Belo Monte1.

Deveríamos investir uma quantidade absurda de dinheiro, centenas de vezes mais do que estamos investindo, em energias realmente limpas e renováveis, como solar e eólica. O Brasil tem talvez o maior potencial eólico do planeta, tem o maior potencial solar do mundo e o investimento que estamos fazendo nisso é zero. No momento em que deveríamos queimar menos carbono, estamos soltando fogos e rojões por causa do pré-sal. O Brasil deve estar alerta inclusive para não incorrer na danação do petróleo, na maldição do petróleo. Este petróleo, vendido para química fina seria muito mais caro do que qualquer outro petróleo, e é isso que devemos fazer.

Eu diria o seguinte: petróleo do pré-sal deve ser vendido só para operações de química fina, não pode refinar para queimar como combustível.

Energia elétrica renovável para automóvel deveria ter um investimento monumental, mas não tem; fala-se na discussão do fundo de petróleo de inovação que só pode ser usado para petróleo. Como assim? O petróleo é uma forma de energia que, até onde sabemos, não é renovável, tem data marcada para acabar.

Na área social, acho que nós temos uma perspectiva no Brasil de fazer o seguinte: conseguirmos simplificar o país e investir em iniciativa privada, competitiva internacionalmente, a ponto de criar oportunidades, para muito mais gente

1. A usina hidroelétrica de Belo Monte será construída no rio Xingu, estado do Pará, e provoca opiniões conflitantes a respeito de sua viabilidade ambiental. (n.e.)

do que existe hoje. Vemos aqui em Pernambuco, por exemplo, o porto de Suape[2] é um mega mecanismo de criação de oportunidades. O que você tem que combinar com isso? Você tem que criar educação e não qualquer tipo de educação. Não estou falando de introdução à filosofia ou espanhol na grade do ensino básico, mas estamos falando em juntar educação com criação de oportunidades.

Eu acho que, por exemplo, o problema de violência no Brasil não tem nada a ver com o combate à violência, tem a ver com criação de esperança. Esperança para mim se cria com educação e oportunidade de desenvolvimento humano. Isso está até aqui, no C.E.S.A.R. Aliás, é um movimento, escola de criação de oportunidades e desenvolvimento humano e social. É isso que fazemos nesse lugar aqui, somos uma ONG esquisita, uma ONG para a classe média. Recife estava sofrendo quando resolvemos criar o C.E.S.A.R. As pessoas se formavam na Universidade e não queriam trabalhar aqui porque a região do Recife antigo era violenta demais, porque os projetos não eram de classe internacional, porque o salário em São Paulo era muito melhor. Então, ia todo mundo embora.

Nós fizemos uma ONG para manter os engenheiros aqui, quem cria emprego é a classe média empreendendo. Os dados internacionais mostram isso. Se você não tiver essa classe média, que não quer ser pobre e tem alguma aspiração de ser rica, para criar empresas e criar empregos, você não tem essa oportunidade. Uma empresa, um porto de Suape, acontece uma só vez na história do estado. Não tem lugar em Pernambuco para dois Suapes, leva muito tempo para acontecer. O porto de Suape está acontecendo na região inteira. Mas quantos Suapes vamos ter? Não vamos ter sete, dez, nem quatro, não vamos ter nem mesmo três.

Aí tem o grande entrave: há limites claros de expansão no mercado interno. Você tem um ponto a partir do qual não vai poder passar por causa desses entraves de competitividade, de investimento, de formação de pessoal, diminui a esperança e aumenta a violência. Não tem para onde correr, mas eu sou otimista. Eu acho que é possível mudar esse cenário, mas não no horizonte de quatro ou cinco anos.

Entrevistadores. Falando agora sobre o avanço nos indicadores de distribuição de renda. Você percebe que houve esse avanço para a população? Se sim, como ele deve ser aprimorado?

Silvio Meira. Eu acho que tem uma forma de aprimorar a política de distribuição de renda com a política compensatória, que já começou há mais tempo. Esse governo sistematizou e capitalizou essa política de uma forma impressionante, mas se

2. Complexo industrial e portuário localizado em Pernambuco, sua posição geográfica o transforma num centro concentrador e distribuidor de cargas para toda a América do Sul: www.suape.pe.gov.br (n.e.)

olharmos para um carro que está indo para o futuro, isso é uma política de retrovisor. O problema é que você não pode estimular pessoas que eram mal remuneradas no trabalho que faziam na periferia do Brasil, e dizer: "- bom agora que você tem esse conjunto de mecanismos de compensação social, fica parado aí que está tudo bem".

Esse negócio não é sustentável sem você aumentar, por exemplo, a arrecadação no médio prazo, porque cria um mecanismo de demanda. Não quero que o Programa Bolsa Família continue com o valor que é hoje, ele vai ter que ser outro valor. Daqui a pouco eu vou ter greves, vou ter sindicato do Bolsa Família, etc., mas a mudança é radical. O que precisamos fazer é criar operações de educação e oportunidades, para tirar as pessoas desse cenário de compensação.

Entrevistadores. Você acha que as políticas públicas desenvolvidas pelo governo contribuem para que esse cenário seja alterado, com o PAC por exemplo.

Silvio Meira. Não, alterou o cenário de renda. Quanto ao PAC não vejo nenhum resultado estruturante até agora. Sou consultor do governo desde 1985, com trabalhos para governos variados, de todos os cenários e tipos, nunca fui filiado a nenhum partido, sempre mantive minha independência. De forma que tenho 25 anos de olhar para o Governo em vários cenários, todos os Ministérios. Se você me dissesse, "e o PAC, o que é?" Eu responderia: O PAC é uma grande síntese a posteriori de um conjunto de coisas que já vinham acontecendo. Junta-se tudo e diz: olha isso aqui é o PAC. Tem que ter uma política, uma estratégia e um pensamento ao redor daquele negócio. Mas no Brasil é muito difícil fazer isso. As pessoas preferem fazer síntese a posteriori.

Entrevistadores. Qual o papel da qualificação de mão-de-obra nesse debate?

Silvio Meira. Aí é que está. Esse processo tem que ser acoplado. Você tem que casar o mecanismo de compensação dizendo: tudo bem, você não precisa ser escravo da terra. O Governo precisa formar gente, criar condições de competição e sair da frente. Formar gente é a coisa mais essencial e mais básica que o Governo precisa fazer. E isso deveria ser feito no estilo sueco de fazer a coisa. Na Suécia existe educação pública e privada. Mesmo a educação privada é paga com o dinheiro público. Eu posso até escolher entre colocar meu filho na escola privada, mas quem vai pagar é o Estado.

O problema da educação é muito acima do problema de saúde, do ambiente, de qualquer outra coisa. Se todos os brasileiros, aos 8 anos de idade, estivessem aprendendo qual é o impacto de uma garrafa de plástico jogada no rio, você não teria São Paulo cheia de água, com as enchentes, como se tem hoje. Todos tinham que aprender e entender. O problema não é decorar quanto é 4 x 8 porque 4 x 8 é 32! Esse é o tipo de educação que não temos ainda. O Brasil vem caindo naquele índice de avaliação da qualidade do ensino de forma assustadora.

Todo mundo deveria estar matriculado. Nós temos aqui um número catastrófico, o que eu acho mais apavorante no Brasil é que 80% das pessoas que acabam o segundo grau não sabem que 80% é 8 em cada 10. Meus alunos não sabem escrever uma página. Se você pedir para eles fazerem uma redação sobre minhas férias, eles não sabem escrever. Estou falando entre os melhores. Você tem que fazer o seguinte, se quisermos nos salvar, de alguma forma como país, eu criaria uma operação: todo mundo deveria estar matriculado.

Quer dizer, o Governo resolve tudo. E porque não resolve o problema da educação? Isso aí é por causa da complexidade. Porque você não transforma isso em um problema de alta prioridade. Então, o problema é o seguinte: educação no Brasil ainda não é política pública, esse é o problema. Todos os Secretários de Educação de todos os estados ou são Deputados ou são candidatos a Deputado Federal e estão usando a máquina para se elegerem. Tem que fazer o seguinte, secretário de qualquer coisa não pode ser candidato. Na próxima eleição, tem que sair do cargo e esperar o mandato. É um caos o tempo todo porque são as duas máquinas mais poderosas, são exatamente as máquinas mais usadas como mecanismo de reeleição, as secretarias estaduais e municipais de educação.

Entrevistadores. O que o senhor acha da frase "num cenário de médio prazo, o Brasil está diante de duplo desafio: dinamizar a demanda doméstica, com expansão de consumo e investimento e evitar que uma parcela dessa demanda seja desviada para o exterior, impedindo maior desenvolvimento industrial". Nesse contexto, qual a importância de promover um novo ciclo de investimento na indústria brasileira?

Silvio Meira. Essa frase é boa, mas o que é o ciclo de investimento na indústria brasileira? O investimento, por exemplo, que está sendo feito em Suape é investimento na indústria brasileira. Você constrói uma refinaria da Petrobrás por cinco bilhões de reais, mas o conteúdo tecnológico de propriedade intelectual nacional dessa refinaria é perto de zero.

O problema não é investir na indústria brasileira, é investir no conhecimento que recria, cria ou modifica uma nova indústria brasileira.

Porque se formos investir na indústria brasileira para fazer apenas o que precisamos para esse "mercado interno" estamos nos isolando do mundo e ficando sempre a mercê, porque somos parte de acordos internacionais de todos os tipos. O problema é o seguinte: qual é a indústria brasileira cujo resultado gerado fica no Brasil? O dólar está subindo porque o nosso *déficit* em conta corrente está ultrapassando, está fazendo assim porque o mercado interno, que está aumentando, gera uma exportação de lucros para as matrizes de quem está vendendo na base.

Entrevistadores. E como você vê a criação de uma agenda de futuro, diante desse cenário apresentado?

Silvio Meira. O Brasil precisa de uma constituinte. Separada do Legislativo. Quem for candidato para a constituinte é candidato exclusivo para reescrever o país. Nós precisamos simplificar a operação. Precisamos reescrever o sistema operacional do Brasil para criar um país que olhe para o futuro, que preserve suas raízes, sua cultura, mas que olhe para o futuro fazendo com que se criem oportunidades para quem vem aí. Há milhões de brasileiros nascendo todos os anos, não podemos manter um país baseado nas perspectivas de passado que tínhamos.

Por exemplo, eu assumo que, olhando para o setor público, no meu caso particular que sou professor universitário, é inviável economicamente você me pagar um salário depois que me aposente, não é nem aposentadoria, chamo de salário, porque vou ter direito, a partir do meio do ano que vem, aos mesmos aumentos que o pessoal que está na ativa. Tudo bem, eu contribuo mais por isso, mas se você for fazer a conta embaixo, a conta do que eu pago como imposto, não sustenta o que vai ser pago para mim como aposentadoria, principalmente porque vou me aposentar com 57 anos de idade e provavelmente vou viver até os 80, vou passar 23 anos comendo desse dinheiro.

Investir seriamente, profundamente e no longo prazo em educação, mais do que em saúde, segurança e infraestrutura. Educação pode ser um viés, porque sou professor, mas é a base absolutamente de tudo. E aí, paulatinamente, continuar os processos de criação de oportunidades que geram esperança, que diminuem a violência, que diminuem a necessidade de investir em segurança.

Entrevistadores. O que é necessário para o Estado construir viabilidade institucional e política para um novo ciclo de desenvolvimento? É possível ter governabilidade?

Silvio Meira. O que temos não é governabilidade, são mecanismos de compra de votos. É necessário reescrever os processos políticos fundamentais, onde cada um tem a sua receita. A minha é sistema distrital misto com listas, onde você traz a eleição para a região da pessoa.

A democracia participativa historicamente não funciona. No caso do Brasil, conselhos tutelares e conselhos de representação não passam de escadaria para chegar aos cargos onde você pode roubar. Isso tem sido historicamente assim, você não muda o sistema. Todos esses mecanismos, do jeito que o sistema funciona, são mecanismos de manipulação, não de distribuição do processo decisório. Você pega uma cidade como Recife, por exemplo – não sei de outros lugares - o orçamento participativo, que é amplamente discutido pela cidade com milhões de reuniões, discute 2%, 3% do orçamento da cidade. E os outros 98%? Já vem

decidido. Você usa uma verba de *marketing* para criar um mecanismo de manipulação da população, para ela achar que quem decidiu o orçamento, quando eu já entro com 95%, 98% decidido. Isso não é razoável. Por outro lado, apelar para a democracia direta participativa pode levar o Estado à falência.

Entrevistadores. Como o senhor vê hoje a relação entre os poderes?

Silvio Meira. Tal como está, o Brasil tem o Congresso fechado há bastante tempo, porque as medidas provisórias definem a pauta do Congresso, combinada com mecanismo de CPI, e toda vez que o Congresso acorda, o Governo de plantão cria uma CPI sobre o próprio Congresso. O Congresso, na prática, está fechado.

Estamos funcionando há algum tempo sem Congresso. O Brasil é uma ditadura disfarçada, muito bem disfarçada há bastante tempo, porque o Legislativo está fechado. Por um mecanismo de articulação de passar todo mundo para o lado do poder, o Legislativo faz o que o Executivo quer, porque é comprado para fazer isso, é comprado direta ou indiretamente. Diretamente do tipo "venha participar aqui do acordo do poder para tocar as obras", ou então, como nós estamos vendo agora tristemente em Brasília, você vai lá e compra mesmo todo mundo.

Combine-se com isso o mecanismo de medidas provisórias. O partido que está na oposição, necessariamente ultraminoritário, por causa do mecanismo de ir todo mundo para o lado do poder, fica lá reclamando que só tem Medida Provisória. Quando ele assume, passa todo mundo para o lado dele e ele faz o mesmo: Medida Provisória porque é muito fácil governar sem o Congresso. O problema do Brasil é o seguinte: tem um Legislativo travado, cooptado, um Judiciário razoavelmente independente e tem o Executivo imperial, que manda, desmanda e faz o que quer.

Entrevistadores. O sistema de desenvolvimento econômico que se debate hoje no CDES envolve Copa do Mundo e Olimpíadas, em curto prazo, e pré-sal, ciência e tecnologia, educação e matriz energética como temas de longo prazo. Você pode fazer uma avaliação rápida de cada um desses eixos, como você vê hoje, qual é a perspectiva?

Silvio Meira. Na Copa do Mundo e nas Olimpíadas nós estamos atrasados, muito atrasados. Já deveríamos estar trabalhando há muito mais tempo. Corre-se o risco de fazer tudo em cima da hora, especialmente no caso da Copa, que é distribuidíssima pelo país. Tem o problema dos aeroportos, por exemplo, de estrutura viária. Aqui no Recife é um negócio caótico, em São Paulo é o caos.

No caso das Olimpíadas, deveríamos usá-las estruturalmente lá atrás, para ajudar o processo educacional e a criação daquela esperança, com condições efetivas para um Brasil olimpicamente competitivo, onde se mande uma equipe grande. Vai ter uma equipe brasileira gigantesca nas Olimpíadas daqui. Nós queremos

as Olimpíadas por causa de que, de turismo? A China só quis uma olimpíada em Pequim quando ela teve condições de ser uma potência olímpica.

Sobre o pré-sal eu já falei, não deveríamos vender um litro do petróleo para combustível, só para química fina. Eu acho o petróleo tem e carrega uma maldição. Não podemos correr o risco de ter cinco ou seis milhões de barris de petróleo produzidos no Brasil por dia e o país ficar com cara de OPEP. Nós temos uma impressora de dinheiro aqui, porque poço de petróleo é uma impressora de dinheiro, você imprime e começa a gastar com uma série de coisas.

Quanto à matriz energética, o Brasil tem um potencial gigantesco. Se olharmos para energias alternativas como eólica, solar e, em última análise, energia das marés, nós temos muita energia renovável. Considerando isso de uma forma sustentável: variedades de cana de açúcar com 9,5 de produtividade estão sendo fabricadas nos laboratórios do Brasil, uma produção fantástica, comparada com qualquer outra produzida no mundo.

Temos combustíveis renováveis e potenciais gigantescos de produção de energia. O país, com 8.500 quilômetros de costa contínua, nossa costa, longe da costa de todo mundo e que podemos usar para energia de marés, no médio prazo, que é uma coisa que está sendo pesquisada em todo o canto do mundo hoje, com uma grande possibilidade. Como temos o litoral também calmo, sem muitas tempestades, principalmente aqui para o lado do Nordeste, mais para o lado do Equador, temos a possibilidade de fazer geração de energia eólica no mar. O que é completamente diferente do mar do Norte, que é profundo, tem terremoto junto com furacão e ventos, problemas que não temos aqui. Penso que temos uma possibilidade muito grande na matriz energética. Eu descartaria os investimentos do tipo usina de Belo Monte, por exemplo. Para mim, vai ser uma catástrofe ecológica total.

Entrevistadores. E na área de Ciência e Tecnologia, você acha que o Brasil está no caminho do futuro?

Silvio Meira. O Brasil criou um patamar muito importante de capacidade produtiva em Ciência. Capacidade de geração de perdas. Produção de mestres, doutores e produção de perdas. Quando você olha para o impacto disso na sociedade, se é parte de inovação, aí que vem o problema, como nós não resolvemos aquela equação de criar propriedade intelectual, novos produtos, novos negócios, novas empresas, a partir do que sabemos dos problemas que temos no Brasil, isso só faz sentido na maioria dos casos se você fizer para o mundo e não para o país, como mecanismo de substituição de importações.

E como em substituição de importações nunca seremos competitivos, temos um bom patamar a partir do qual trabalhar para ter um país competitivo com economia inovadora.

Só para mostrar um efeito desse negócio, o maior programa de Mestrado em Tecnologia de Informação e Comunicação do Brasil é o da Universidade Federal de Pernambuco, justamente por causa do Porto Digital[3]. A interação leva conhecimento para o mercado, cria empresas que demandam mais gente com conhecimento, vai para lá, volta para cá, 10 ou 15 anos fazendo isso, levou a um mestrado no qual receberemos este ano 225 pessoas, contra 150 na graduação. Tem um modelo para fazer, dá para fazer, dá para replicar em todo canto. Mas precisa ter estratégia.

Em termos de investimento em Ciência e Tecnologia, o Governo tem dinheiro suficiente, falta saber como direcioná-lo para resultados que gerem negócio, trabalho, emprego, renda e imposto. Isso é fundamental na construção do futuro do país: conectar dinheiro inteligente, investidores, condição de competição e fundamentos científicos em Tecnologia de Informação e Comunicação. Aí você pode botar a fundamentação científica educacional para absolutamente tudo.

A educação precisa de um projeto de longo prazo, soluções estruturais, mudança de metas, remunerações. A educação no Brasil terá mudado significativamente quando uma professora primária no interior do país ganhar mais do que um motorista de ônibus na capital. Você não vai conseguir mudar a educação se não atrair para a profissão de educador as pessoas mais capacitadas da sociedade.

Educação tem que ser trabalhada num horizonte de décadas, pois é o eixo fundamental do Brasil no futuro. Não se resolve em um mandato, não resolve em um Governo, não se resolve em dois, você tem que olhar 20, 30 anos para frente.

3. O Porto Digital, localizado em Recife, Pernambuco, é um dos principais polos de tecnologia do país e resulta da parceria em políticas públicas que une universidades, iniciativa privada e órgãos de fomento. www.portodigital.org (n.e.)

CEZAR BRITTO

Presidente da Comissão de Relações Internacionais da OAB

CEZAR BRITTO é sergipano nascido na cidade de Propriá, formado em Direito pela UFS (1984). É Conselheiro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES. É presidente da Comissão de Relações Internacionais da OAB. É ex-Presidente Nacional do Conselho Federal da OAB (2007/2010), ex-Presidente da União dos Advogados da Língua Portuguesa e ex-Conselheiro o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH. É Advogado de várias entidades sindicais, movimentos populares e ONG´s. Fundador e Presidente da Sociedade Semear - Sociedade de Estudos Múltiplos, Ecológica e de Artes. Recebeu os seguintes títulos e comendas: do TST (comendador e grande oficial), STM (comendador), Ordem do Mérito Serigy (comendador), TRT 20ª (comendador) e Zumbi dos Palmares, Palácio do Itamaraty Comenda da Ordem de Rio Branco (comendador), Medalha de Ouro da Ordem dos Advogados Portugueses, Instituto Brasileiro de Pesquisas Jurídicas (honra ao mérito Medalha Levi Carneiro), Título de Cidadão Aracajuano, Título de Cidadão Uberabense, Cidadão Uberlandense, Título de Cidadão Paraibano, Título de Cidadão Maceioense, Medalha do Mérito da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Medalha Comemorativa 20 anos do Superior Tribunal de Justiça, Medalha de Galardão da Grã-Cruz da Ordem do Mérito Aperipê (comendador), Medalha Antenor Borgéa.

Entrevistadores. A partir do tema Brasil e o novo ciclo de desenvolvimento foram estabelecidos alguns temas-eixos que vão nortear nossa visão do Brasil do futuro. Nestes temas-eixos temos dois de curto prazo: Copa do Mundo de Futebol em 2014 e Olimpíadas em 2016. Os outros, de longo prazo, são: pré-sal, ciência e tecnologia, educação, matriz energética. Gostaríamos primeiro que o senhor expusesse sua visão sobre esses temas.

Cezar Britto. A percepção que se tem no Brasil, hoje, é a de que o país cumpriu, finalmente, seu dever de casa democrático. A Constituição, que se antecipou à queda do muro de Berlim e à crise econômica do ocidente, nos permitiu viver este excelente panorama. Ao mesclar as duas visões de mundo, a Constituição brasileira escreveu história. Ela nos assegurou um Estado forte, indutor de políticas econômicas e sociais, mas, simultaneamente, resguardou o papel da iniciativa privada. Disse-nos que Educação é dever do Estado, mas que pode ser exercida por particular. Ensinou-nos que a saúde é dever do Estado e direito do cidadão, não se excluindo dela a atuação do setor privado. Enfim, a Constituição ousou, pela primeira vez, afirmar que a propriedade privada é relativa, pois deve obedi-

ência à sua função social. Eu não tenho dúvida, portanto, de que o sucesso econômico e social do Brasil de hoje se deve à compreensão do Governo Lula de que o Brasil precisava ser constitucionalizado. O presidente Lula, finalmente, vinte e um anos depois, fez valer o verdadeiro espírito constitucional. O oposto do que ocorrera durante o período de Fernando Henrique Cardoso, quando a Constituição fora emendada para se impor o modelo neoliberal. Eu não tenho dúvida, em conclusão, de que a partir do momento em que se cumpriu a Constituição Cidadã, a Constituição que apostou na dignidade da pessoa humana, o Brasil melhorou e passou a ser respeitado. Acabou-se, finalmente, aquela lógica de que era preciso primeiro crescer o bolo para depois dividir com os cidadãos. Aqui se procurou a filosofia de fazer crescer o bolo, todo ele, dividindo entre os cidadãos.

A possibilidade de sediar uma Copa do Mundo em 2014 demonstra que as bases fixadas pelo Brasil permitem hoje uma estrutura sólida para o desenvolvimento no campo social e, sobretudo, no campo da política, já que a política de médio e longo prazo precisa de estabilidade. O Brasil vive, graças a esta Constituição cidadã, o maior período de estabilidade política de sua história, são 21 anos. Em resumo: o Brasil está preparado para o futuro, por ter aprendido com o ontem e realizado no hoje.

Entrevistadores. senhor concorda com a ideia de que a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016 trarão prosperidade?

Cezar Britto. Há vários vieses importantes nas Olimpíadas, Mundiais de Futebol ou qualquer outro evento de grande porte. Primeiro isso traz otimismo para o brasileiro, afastando aquela antiga visão de país terceiro-mundista, pobre e subalterno, inferior ao europeu ou ao estadunidense; o brasileiro passa a sentir que é igual. E se sentindo igual, ele ousa mais, ele fica muito mais arrojado com a sua auto-estima elevada. Isso é bom para a política de desenvolvimento. Quem não tem auto-estima não se desenvolve, fica parado no tempo.

No aspecto econômico também vai haver prosperidade, pois não se faz um investimento desses sem a implantação de grandes obras infraestruturais. Eu tenho viajado pelo Brasil e observo como as cidades-sede estão entusiasmadas com a construção de hotéis, hospitais, saneamento, ampliação de aeroportos, estradas e aperfeiçoamento do setor de serviços. Todos têm a certeza de que estes investimentos resultarão em forte desenvolvimento.

Os outros países que acolheram as Olimpíadas e Mundiais de Futebol perceberam que suas cidades tiveram desenvolvimento econômico muito forte. Exatamente por isso seus respectivos países querem repetir a dose. Não vai ser diferente no Brasil, porque vamos aliar estes três fatores: o otimismo, a compreensão de sermos iguais e inseridos no mundo global e, ainda, os financiamentos econômicos fundamentais para o desenvolvimento.

Entrevistadores. E sobre os temas de longo prazo? Pré-sal, matriz energética, ciência e tecnologia, educação?

Cezar Britto. Não gosto muito de falar do futuro sem mencionar o presente. Não há o amanhã sem o hoje. O Brasil sofreu muito com o *slogan* de que era um país de futuro e, exatamente por conta disso, os governantes não cuidaram do presente. O hoje é fundamental. Parece-me que, finalmente, despertamos para os desafios do hoje. A política educacional, o pré-sal, os investimentos de inclusão social e infraestruturais, dentre outros, certamente irão refletir no amanhã. Por exemplo, a perspectiva de futuro do pré-sal no hoje certamente decorreu da mudança da política da Petrobrás no ontem. Há poucos anos queriam privatizar a Petrobrás, inclusive mudar seu nome para *Petrobrax*, adotando-se, para isso, medidas que impediam que a Petrobrás existisse. A modificação da filosofia da Petrobrás resultou no pré-sal.

O Brasil precisa aprender a lição com o pré-sal. Ele deve ser compreendido como uma riqueza do país, destinada ao próprio Brasil e que possa, com os recursos dele oriundos, retirar os nossos atrasos: os educacionais, os de infraestrutura e os que provocam no país uma concentração de renda muito forte. É bem verdade que a ascensão recente das classes C e D se mostra visível, mas também é verdadeiro se afirmar que este fenômeno decorre, prioritariamente, dos incentivos assistenciais e bolsas governamentais, e não da geração de empregos ou outros mecanismos de subsistência, como acesso à terra. Então acho que o pré-sal pode ser um grande diferencial na política de inclusão social do Brasil, e não apenas fator de riqueza para os setores privados. Pode ser, ainda, a grande solução desenvolvimentista para própria América Latina, em razão do peso político que o Brasil exerce sobre a região.

Entrevistadores. Como o senhor vê hoje a realidade do seu setor?

Cezar Britto. O Poder Judiciário tem função republicana relevante na manutenção do Estado Democrático de Direito, mas precisa, urgentemente, resolver alguns dos seus graves dilemas. Ele, por exemplo, sofreu com duas derrotas graves e que poderão, caso não corrigidas, comprometer a sua missão constitucional: a PEC do Calote[1], e a nova Lei do Mandado de Segurança[2]. Com elas, poderá se tornar um apêndice do Poder Executivo, pois os governantes receberam carta-branca para cometer arbítrios, revogar direitos e perseguir adversários sem que se possa sofrer a devida e reparadora reprimenda judicial. A ausência do poder coercitivo do Judiciário sobre os governantes quebra os

1. PEC dos precatórios, acrescenta o § 7º ao art. 100 da Constituição Federal e o art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. (n.e.)

2. Lei n. 12.016/2009, disciplina o mandado de segurança individual e coletivo. (n.e.)

princípios da independência e harmonia entre os poderes. Este vazio decisório tem reflexo no chamado Custo Brasil, pois a insegurança jurídica torna caro o relacionamento econômico do Estado com os cidadãos, instituições, empresas e investidores estrangeiros. É que estes, não tendo perspectivas de recebimento, já embutem no preço a demora da Justiça, os custos pelo não recebimento ou mesmo a parte destinada à corrupção.

Outro dilema a ser enfrentado é o da impunidade. Há uma sensação muito clara na população brasileira de que o Judiciário é um poder destinado exclusivamente aos pobres, aos negros e às prostitutas, integrantes e velhos fregueses do sistema carcerário. Esta mesma sensação se desloca para o campo contrário, fazendo com que o crime do colarinho branco e o da corrupção, geralmente cometidos pelos que têm maior poder aquisitivo, a presença do Judiciário se faz lenta e ineficiente.

O Judiciário avançou muito nos últimos anos, especialmente com a criação do Conselho Nacional de Justiça. O CNJ passou a traçar políticas de produtividade para a magistratura, fixando prazos e metas para julgamento, fazendo valer, ainda, a regra corretíssima de que todo servidor público tem que prestar contas ao público. O Judiciário tem buscado resolver os seus dilemas, mas é preciso que ele assuma sua função de grande guardião da Constituição Cidadã que tem na pessoa humana a sua razão de ser e não fique apenas a fortalecer os que já são fortalecidos pela vida.

Entrevistadores. Como o senhor vê a evolução do Judiciário de 2004 até hoje?

Cezar Britto. A grande novidade do Poder Judiciário fora a reforma aprovada pela Emenda 45, de 30 de dezembro de 2004. Há de se destacar a atuação da Secretaria da Reforma do Poder Judiciário, criada pelo Governo Lula e vinculada ao Ministério da Justiça que, enfrentando pressões, resolveu criar o CNJ e o Conselho Nacional do Ministério Público. O Poder Judiciário passou a ter um novo perfil, mais profissional, aberto e transparente. É importante que assim o seja, porque o Judiciário - repito - tem a função de aplicar a justiça em um país ainda desigual e injusto.

Outra alteração no perfil do Poder Judiciário se deu no Supremo Tribunal Federal. O alto número de nomeados e o perfil dos novos ministros fizeram um STF garantista, inovador e humanista. Este novo STF escreveu momentos importantes na história recente do Brasil, reafirmando o papel e a força da pessoa humana. O Supremo foi muito importante na reação e na reafirmação dos valores da pessoa humana e do direito de defesa. Também foi muito importante, ainda que 20 anos depois da Constituição Cidadã, para reafirmar alguns princípios, como da liberdade de imprensa, do índio como ser humano - ao discutir a matéria da

reserva Raposa Serra do Sol -, da importância do estudo das células tronco. O Supremo passou a ter um papel muito mais visível e respeitado, mas também mais cobrado pela sociedade. Essas são as duas grandes novidades do Poder Judiciário na última década.

Entrevistadores. Falando de uma maneira geral, mais ampliada de Justiça, vimos que o Brasil tem ampliado a discussão e o debate sobre direitos humanos e a aplicação de leis em áreas sensíveis, como crimes de corrupção e corrupção eleitoral.

Cezar Britto. A partir do momento em que o Supremo Tribunal Federal e o CNJ, que são dois órgãos de cúpula, passaram a ter uma visão mais ousada, corajosa e pioneira, suas decisões passaram a refletir na base do Judiciário, até porque, com a Reforma, as decisões judiciais ficaram mais concentradas nos tribunais superiores, a exemplo da Súmula Vinculante, repercussão geral, recursos repetitivos e transcendência jurídica. O TSE também teve uma boa atuação nesta nova formatação do Judiciário, especialmente no campo da corrupção eleitoral. O combate à corrupção eleitoral que era muito forte desde a participação popular vigilante nos comitês de combate à corrupção, passou a ter eco dentro do Judiciário. E pela primeira vez começamos a combater a impunidade com a punição de centenas de vereadores, prefeitos, deputados federais e depois governadores de Estado. Acho que a cúpula do Judiciário passou a dar uma resposta muito mais importante nesta sensível área de atuação. Registro que a base do Judiciário já reagia mais fortemente no campo do combate à corrupção, porque é mais próxima da sociedade.

Entrevistadores. Qual a sua opinião sobre a frase: "parece que está havendo um excesso de judicialização da política *vis a vis* um excesso de politização da justiça"?

Cezar Britto. O novo perfil do Judiciário atraiu a sociedade desconfiada do Executivo e do Legislativo. O número e a diversificação da demanda se alastraram de forma impressionante. Este fenômeno trouxe como efeito grave colateral a judicialização de todas as coisas, especialmente da política. Devemos nos preocupar e dar maior atenção ao tema. Os sinais da judicialização são perceptíveis no cotidiano do brasileiro, inclusive porque geram notícias jornalísticas e consequências danosas para que se efetivem as próprias políticas públicas. Obras, programas sociais e projetos públicos se arrastam pelos armários, gabinetes e órgãos dos tribunais, não raro paralisados por inúmeras liminares; e o que é mais grave, não obstante o dano coletivo que uma paralisação provisória causa, sem que se tenha a preocupação com o rápido julgamento de seus respectivos méritos.

Neste incontrolável e complexo contexto, perde-se qualquer que seja o resultado da decisão final. Procedente a ação, não se recupera o tempo perdido, tampouco não se pune em tempo aquele que deu causa ao prejuízo, estimulando, pela impu-

nidade, novas ilicitudes ou irregularidades. No caso de improcedência, os culpados pela não execução da política pública desaparecem, não se podendo apontar, sequer, qualquer responsável pelos prejuízos causados à coletividade. Os autores da ação são esquecidos, os danos não apurados e o magistrado, que suspendeu e demorou a julgar o litígio, impessoalizado. É que o magistrado e o integrante do Ministério Público, de cargos vitalícios e excluídos do sufrágio universal, não estão vinculados aos anseios e reivindicações políticas da sociedade. E sequer podem ser pressionados moralmente pelos afetados pela ineficiência decisória, pois a mobilidade interna já o terá conduzido para outra comarca ou instância hierárquica.

Conclui-se, infelizmente, que a judicialização da política pública, independentemente do resultado do julgamento, gera perdas econômicas, políticas e sociais substanciais, sem contar a irrecuperável perda de oportunidade. Outra conseqüência da judicialização, ainda pouco analisada, se dá com a criminalização da política, que provoca a mesma paralisação da atividade pública. É que vários agentes públicos estão recusando cargos de decisão, vez que alvos fáceis de ações de improbidade ou acusações jornalísticas em escândalos públicos.

Quando assumem os cargos, ainda que arriscando a serem réus em processo judicial de improbidade por omissão, ficam transferindo a decisão para um superior hierárquico, que também evita proferir a "arriscada" decisão, gerando um interminável círculo vicioso de abstenção decisória, numa verdadeira e prejudicial política de faz de conta. Resultado: afasta-se ou se vicia aquele que quer e valoriza a sua reputação e conduta ilibada, sobrando espaço para aqueles que, desapegados de conceito ético, não se preocupam com as famosas condenações morais. Estes, como se observa, sabem que o seu escândalo particular logo será absolvido por outro novo escândalo nacional.

Não se exime, aqui, a culpa de incontáveis gestores públicos que por desonestidade, má gestão ou dolo provocaram o caos paralisante que atinge o setor público, mas é preciso que se aprofunde na análise das obras e serviços paralisados em razão da ineficácia do Poder Judiciário, do Ministério Público ou Tribunais de Conta quando das conclusões dos trabalhos motivadores da própria paralisação. Mas não é só, a crescente politização das políticas públicas, sem qualquer erro, poderá conduzir, perigosamente, o Brasil para a politização do seu Poder Judiciário. E quando o Poder Executivo controlar o vitalício Poder Judiciário serão as políticas e agendas públicas que não mais precisarão sofrer o crivo do sufrágio universal, essencial à Democracia. Talvez nem se precise da própria Democracia. E mais uma oportunidade seria perdida pelo Brasil.

Entrevistadores. Vamos passar para uma interpretação da questão econômica. Nestes últimos anos o Brasil elevou um pouco o patamar de crescimento econômico. Em sua visão, o que levou a isso?

Cezar Britto. Acho que a grande mudança do Brasil foi compreender que o bolo tem que ser dividido para todos e não podemos apenas fazê-lo crescer para discutir a divisão posteriormente. Foi, em suma, reconhecer que a Constituição Cidadã tinha que ser aplicada. É aquele conceito que se fala: saúde é dever do Estado; ora, o Estado tem que intervir para levar saúde a quem não tem. Educação é dever do Estado, o Estado tem que atuar na educação para permitir que aqueles que sempre foram excluídos tenham acesso ao saber. O Brasil precisava apostar na recuperação do que chamo "geração perdida", aquela que fora relegada ao segundo plano por anos e anos e não consegue mais ter acesso ao nível superior. Aí vem o sistema de cotas, o PROUNI, tudo isso que se faz fundamental para permitir o acesso à educação para o pobre. Pobre não pode ascender socialmente apenas com um revólver na mão, tem que ascender em igualdade de condições com a arma que é de todos: a arma do saber.

Entrevistadores. O Brasil hoje tem um espaço estratégico junto a países emergentes, como China e Índia, na exportação de alimentos e energia. Acha que este papel está adequado, precisa mudar?

Cezar Britto. O Brasil tem que investir muito nas suas indústrias e pequenas empresas, estimular pequenos empresários na exportação, buscando dar mais valor agregado ao seu produto. Ele não pode ser só exportador de matéria-prima, até porque matéria-prima é um dos chamados bens duráveis, um dia acaba. Ele tem que ter outra força, tem que aproveitar esse *boom* para investir na educação, até porque estamos próximos de um apagão educacional, principalmente nas áreas técnicas. Por exemplo, indústrias de ponta como Petrobrás e Vale do Rio Doce se queixam que não têm engenheiros e não têm técnicos. Mais ainda, como as empresas estatais têm uma estrutura salarial rígida, principalmente a Petrobrás, não conseguem segurar os grandes técnicos, perdendo-os, em consequência, para a iniciativa privada e grandes empresas multinacionais. Então o Brasil tem que investir nessa mão-de-obra qualificada para potencializar o crescimento.

Não faz sentido um país como o Brasil ter aproximadamente dois milhões de bacharéis em direito e, ao mesmo tempo faltar engenheiros e técnicos. Não tem lógica você permitir essa desproporção apenas para favorecer a ganância de alguns empresários da educação, que praticam o tempo todo o conto do vigário educacional. Acho que o MEC poderia fazer uma intervenção muito mais clara nisso, dando até incentivo para quem criar faculdades em áreas específicas.

Vamos precisar de investimento nos ensinos técnico e superior. O crescimento econômico pressupõe qualidade técnica e mão-de-obra especializada. E o Brasil, se continuar com o crescimento atual, vai sofrer um apagão educacional logo, como já está acontecendo em alguns setores.

Entrevistadores. Quais setores o senhor vê como promissores na geração de emprego de qualidade e nos quais investir mais?

Cezar Britto. Acho que o Brasil deveria investir na microempresa, na pequena empresa e no pequeno negócio. Já está comprovado que eles permitem a mudança do padrão salarial de todos, geram mais renda, emprego, menos concentração, além de distribuir mais socialmente o que é arrecadado. Acho que esse é o setor em que o Estado tem que intervir mais.

No curso de Direito aprendemos que o Estado tem que tratar os iguais com igualdade, assim como os desiguais com desigualdade na medida em que os tornem iguais. Se o Estado cuidar apenas da grande empresa ele está tratando desigual a quem já é beneficiário da própria fortuna. Então acho que tem que abrir mais crédito para permitir o acesso de todos, do pequeno empresário, do microempresário, para que possam também se tornar grandes empresários.

No que se refere às microempresas, há o problema de que os grandes recursos de desenvolvimento econômico vão para os grupos econômicos. O BNDES não tem uma linha muito clara para o pequeno e microempresário. Embora nos últimos anos tenha havido vários investimentos neste setor, ele ainda não é o investimento prioritário. Devemos tratar mais disso em vez de achar que investir em micro e pequena empresa somente se faz acabando com a legislação trabalhista. Este raciocínio é injusto com o trabalhador, a outra ponta desigual que merece a proteção do Estado.

É um debate que me parece meio louco, todo mundo diz que o custo social do Brasil para investir é muito grande. É como se o microempresário, querendo crescer e alcançar o grande empresário, não considerasse o ser humano que trabalha para ele e que também precisa ser bem remunerado. O Brasil não tem um custo salarial muito alto, tem sim encargos muito altos. Pode até diminuir alguns encargos sociais, mas não diminuir a remuneração.

Dizemos que a propriedade tem função social. Ora, se assim o é, como de fato é, a função social implica também na boa remuneração e o tratamento humanitário ao trabalhador. Para mim não é correto afirmar que cuidar da microempresa é apenas flexibilizar a legislação trabalhista. Cuidar é dar incentivo fiscal, permitir acesso à exportação, a formação de grupos que juntos possam ter linhas de auxílio educacional, de auxílio de investimento, aumentar a presença do SEBRAE junto às empresas e não apenas ficar naquela linha, que me parece ser a crítica geral, diminuir os custos sociais das empresas.

Entrevistadores. Houve uma mudança na relação entre níveis sociais no Brasil, temos um patamar social que está avançando para além do que era há algum tempo. Como o senhor percebe essa mudança?

Cezar Britto. Você percebe isso quando viaja. O brasileiro hoje passa a ser cobiçadíssimo não só como consumidor, mas também na questão do respeito. O Brasil deixou de ser um país conhecido como República das Bananas para ser um país respeitado no campo social, político, econômico. Isso para mim, dentro desse campo do respeito também tem a ver com a mudança da atuação internacional que o Brasil teve.

Lembro que antes de o atual governo assumir, conversávamos se deveríamos aprovar o nosso ingresso na ALCA, assim como se deveríamos entregar a Base de Alcântara, no Maranhão, ao controle dos Estados Unidos. Quando o país começou a se voltar para os demais países, principalmente da África e da Ásia, a imprensa dizia que o Brasil estava equivocado, que estava deixando um parceiro histórico, os Estados Unidos, para cuidar dos outros. Houve até certo escândalo quando o Presidente Lula visitou a Líbia, disseram que ele estava visitando um ditador, pouco se disse depois que, com alguns meses de intervalo, o Presidente Bush visitou o mesmo presidente da Líbia.

Então, é exatamente essa mudança de foco na política econômica, alinhando-se com outros mercados, que fez com que o Brasil resistisse à crise que atingiu fortemente os Estados Unidos. Essa mudança foi muito importante. Claro que ela não gera só virtude. Se o Brasil passa a ter uma atuação muito mais forte no campo econômico, deixando sua tradicional neutralidade, para ter uma opção de política mais contundente, isso também traz revés; especialmente o revés está em que, em boa parte dos países da América Latina, quando candidatos a presidente prometem romper os contratos com o Brasil. É que essa nova postura faz o Brasil também ser entendido como imperialista. Mas esta é a consequência do crescimento político, estratégico, econômico e social do Brasil. Ela se assemelha, com as devidas proporções, à mesma reação que nós tínhamos quando o FMI aqui vinha para ditar suas políticas. Então este é o revés que o Brasil está enfrentando, por ser o mais forte economicamente da América Latina e sócio majoritário do Mercosul.

Entrevistadores. No âmbito interno, algumas medidas ou algumas redes de proteção foram eficazes para, por exemplo, evitar que a crise mundial abalasse muito a estrutura social, como o senhor vê isso?

Cezar Britto. O Brasil sofreu menos por conta de toda essa política anterior, não em função das medidas tomadas ante a crise. Acho que o Brasil já estava mais sólido no campo internacional, a economia era muito mais diversificada, não dependia exclusivamente da União Europeia e dos Estados Unidos. Então todas essas políticas e todas essas medidas ajudaram; o sistema bancário brasileiro tem mais controle estatal que os demais, por conta de crises já sofridas, o Brasil fez o seu dever de casa. Agora, acho que perdemos uma oportunidade boa na crise: a de

não exigir contrapartida social nos investimentos públicos. O Brasil ajudou, por exemplo, a Embraer e não exigiu a contrapartida da garantia dos empregos. Se o que me move a ajudar uma empresa é solidariedade, nós tínhamos que cobrar da empresa a solidariedade social, já que recebeu o dinheiro público que retornar à coletividade. Perdemos algumas chances de reafirmar o princípio de que o Estado tem como função a garantia social.

Entrevistadores. E sobre os reflexos da inclusão social da população, existe uma percepção de que a população tem mais acesso ao mercado consumidor e à informação. Isso se refletiu no conhecimento e na busca pelos direitos de justiça da população?

Cezar Britto. Como cidadão nascido interior do nordeste, sergipano de Propriá, posso dizer que o Bolsa Família não gera a acomodação alardeada pelos críticos. Juntou-se o Bolsa Família, que é um pouco de dinheiro naquele lar que queria ter educação, saúde e energia, com a energia elétrica que chegou - finalmente chegou - trazendo a televisão, o acesso à informação, a jornais, novelas, um mundo que estava fora da sua antena visual. Isso passou a gerar nos povoados uma economia que não existia. O bodegueiro passa a vender mais, ascendendo socialmente e influenciando muito mais na região, gerando mais comércio e se multiplicando a economia.

É impressionante a quantidade de motocicletas que se tem nesses povoados, é difícil ter um vaqueiro hoje que não tenha uma pequena moto, isso vai girando a economia. Se você tem moto você leva mais fácil o filho para a escola; se você tem moto consegue ter mais acesso às coisas da cidade, às informações da cidade, a ir ao cinema. Cuidar deste pessoal que estava abandonado aumentou a economia do país, porque você aumentou o nível da classe média, mudando o padrão das classes C e D, diminuindo a pobreza. Mas, sobretudo, você tem esperança e perspectiva de crescimento. Se eu tenho alguma coisa a mais e conheço outro mundo eu passo a querer este mundo para mim. E aí você dá a auto-estima, a vontade de querer aprender.

Algumas pessoas não percebem alguns planos, o impacto de alguns planos sociais porque não são destinatárias deles. Por exemplo, quem é da classe média ou alta não sabe o que é um Bolsa Família porque não passa fome, não sabe o que é auxílio à geladeira porque tem várias, não sabe o que não é ter energia elétrica porque sempre teve. Então, não sente este impacto. Mas quem não tem, sente o impacto positivamente.

No caso da energia elétrica, ver TV, ver novela, por exemplo. Você pode até achar que novela tem um papel alienante, mas a novela traz também informações de um mundo que não se tem e isso estimula o pensamento. E às vezes a TV tem novelas que são engajadas, discutem temas como células-tronco, a questão da ho-

moafetividade, isso tem reflexos lá na base. Quando a novela aponta que há um negro com ascensão social e um matuto participando de novela ele pensa "bom, tenho chances" e tudo isso é importante, essas informações não chegavam pelo simples fato de não haver energia elétrica.

Entrevistadores. O que o senhor acha da política de incremento do salário mínimo nos últimos anos?

Cezar Britto. Em termos numéricos o salário mínimo atingiu patamares inimagináveis há sete anos, especialmente quando o comparamos com o dólar. Isso levou a um aumento no poder aquisitivo da classe menos favorecida. Mas o salário mínimo, ainda que maior, ainda é insuficiente para garantir, como quer a Constituição, a subsistência do trabalhador e de sua família. Então a política de aumentos reais para o salário mínimo não pode ser abandonada, ela deu certo e tem que continuar.

Entrevistadores. Como investir em saúde, educação e segurança pública de forma sustentável? O Brasil pode chegar a isso?

Cezar Britto. Ainda para aqueles que defendem uma política neoliberal, esses três patamares estão sob direção do Estado: educação, segurança e saúde devem ser o objeto principal da política do Estado. Ora, se até a política neoliberal do Estado-mínimo compreende que essa é uma posição permanente, não se pode pensar em quem defende o Estado Social e não abrace estas políticas de inclusão. Ter políticas sociais permanentes e constantes é a única forma de permitirmos ascensão social para todos. Nós temos que compreender, cada vez mais, que pobre não pode ascender apenas com revólver na mão. Não podemos achar que esta é a única forma. E aí vem a questão de saúde, de educação e de segurança.

Entrevistadores. Quanto à questão da institucionalidade, da relação entre os poderes, da democracia participativa, o senhor pode fazer uma avaliação sobre como o Brasil está hoje, como o senhor o vê daqui a 10 anos.

Cezar Britto. O Brasil é, definitivamente, um país muito mais maduro, tanto é que tem o seu maior período de estabilidade política, afastou um Presidente da República por corrupção, promoveu renúncias de presidentes do Congresso, passou por crise institucional, crise financeira, o muro de Berlim caiu, caíram os valores do neoliberalismo. E a tudo isso o Brasil sobreviveu, intacto. Tudo isso aconteceu nesses últimos 21 anos e o Brasil se manteve um país democrático. Não precisou recorrer a golpe, até as políticas de mudança, de compreensão de uma política mais estatizante para neoliberal voltou a ser meio-termo, tudo isso ocorreu dentro da normalidade democrática. Então o Brasil é um país muito mais sólido do que era anteriormente. E repito: atribuo isso à Constituição de 1988. Foi aquela visão profética de 1988 que fez um Brasil mesclado, ora estatal, ora

particular, ora um controlando o outro, ora o Estado controlando o particular e o particular controlando o Estado.

Esse modelo foi muito importante, descaracterizado algumas vezes, como a provação da queda do monopólio do petróleo, do monopólio das comunicações e algumas emendas que deixaram a CF mais liberal. Mas, ainda assim, é um modelo muito importante. Exatamente por isso gosto de usar uma palavra que parece redundante: para fazer o Brasil crescer nós temos que constitucionalizar o Brasil.

Entrevistadores. E sobre o papel da sociedade civil organizada junto ao governo?

Cezar Britto. Tem essa parte que acho que é fundamental, não se pode falar em democracia com sociedade civil fraca. Por isso tenho defendido cada vez mais a ampliação dos poderes das entidades da sociedade civil. Havia um debate recente no Ministério da Justiça sobre se a Defensoria Pública deveria ter legitimidade processual para ingressar com Ação Civil Pública, ou se somente o Ministério Público e as entidades sindicais. A minha opinião fora clara quando disse: "olhe, de overdose de legitimidade e defesa do cidadão ninguém morre". Então, quanto mais fortalecida a sociedade civil, quanto mais colocarmos instrumentos de controle para a sociedade civil exercer, melhor será o controle sobre as políticas públicas.

Temos que estimular a participação, pois esta sim é o controle real. Se nós não participamos dos Conselhos Tutelares eles passam a ser aparelhados pelo prefeito. E se não começarmos a compreender a parte que nos cabe na melhoria do mundo nós não o faremos parecer a nossa própria cara. Por isso acho fundamental estimularmos mais, divulgarmos sobre estes instrumentos de controle da sociedade sobre o patrimônio público, que ainda são pouco conhecidos.

Se todo mundo percebesse que já existem instrumentos à disposição da sociedade para o controle das políticas públicas nós teríamos menos corrupção. Aliás, a Hora do Brasil quando diz que saiu a verba para tal cidade, se quer, na verdade, pedir que a sociedade investigue se tal verba chegou ou se fora desviada nos caminhos obscuros da corrupção. É importante não ficarmos apenas no denuncismo e na política eleitoreira de destruir imagens e biografias. Nós temos que aprender também a fazer nossa parte no controle social das políticas públicas.

Entrevistadores. A partir dessa conversa a respeito das áreas econômica e social temos as condições para pensar o futuro do país. Quais as oportunidades que o senhor vê para chegar a um futuro melhor diante dos entraves ainda existentes?

Cezar Britto. Acho que o Brasil hoje está econômica e socialmente melhor. Mas é preciso avançar, a educação ainda é um problema sério no Brasil. Nós não conseguimos ainda implementar o sistema de cotas para que as pessoas menos

favorecidas tenham acesso a um ensino de qualidade. Não conseguimos melhorar o Ensino Médio e Fundamental, o que gera mais uma geração de excluídos. A geração passada, que ficou excluída, continua gerando hoje outra camada de excluídos.

É preciso avançar ainda no campo da proteção ambiental, pois a cultura ambiental ainda não é muito forte, É preciso ampliar a consciência jurídica de que nós temos direito e que é possível lutar por este direito. Esses três instrumentos: educação, desenvolvimento sustentável e consciência jurídica serão fundamentais no futuro.

CLEMENTE GANZ LÚCIO

Diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE

Clemente Ganz Lúcio é diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, membro do CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, membro da Coordenação do Observatório da Equidade do CDES, membro do Conselho de Administração do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, membro do Conselho Editorial da Revista Primeiro Plano, membro do Conselho Consultivo da Camex e membro do Comitê Gestor do Selo Paulista da Diversidade. Professor do Curso de Especialização em Economia e Gestão das Relações de Trabalho da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP.

Entrevistadores. Considerando o tema "O Brasil e o novo ciclo de desenvolvimento", o senhor acredita que o país tem hoje uma visão de futuro? Isso já pode ser percebido pelos cidadãos?

Clemente Ganz Lúcio. A experiência de elaboração da Agenda de Desenvolvimento do CDES e os debates dos últimos anos indicam que iniciamos um processo de recuperação da capacidade de o país ter um olhar para o futuro. Há muito que ser feito para se consolidar no país a prática de olhar permanentemente para a perspectiva do desenvolvimento. Aliás, tivemos uma experiência recente bastante forte que traz à tona a percepção de que ter um olhar de futuro faz diferença para uma estratégia de desenvolvimento e nos posiciona melhor para enfrentar crises. O ideário dos anos 1980 e 1990, de que o Estado deveria ser mínimo para fazer o mercado constituir uma estratégia de desenvolvimento, perdeu força com a recente crise internacional. Emergem novas visões sobre o papel do Estado e das políticas públicas e, desse ponto de vista, esta crise permite rever os paradigmas hegemônicos até então aplicados.

Estamos reconstruindo uma nova visão de futuro com foco no desenvolvimento, e o Brasil, hoje, tem capacidade de crescer e se desenvolver. São exemplos de construção de uma agenda de ações para o futuro, com recuperação da capacidade de o Estado formular políticas, ações e projetos: programas como PAC – Programa de Aceleração do Crescimento; PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação; Pronasci – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania; a política habitacional com o programa Minha Casa Minha Vida, entre outros.

Identifico que é cada vez mais recorrente ouvir, em diferentes espaços de discussão, que precisamos transformar uma determinada política de governo em política de Estado. Cresce a percepção da necessidade de processos mais longos para promover transformações desejadas, ou mesmo para consolidá-las e torná-las perenes. E isso é muito bom! No fundo, revela-se a necessidade de se prospectar sobre o futuro e começar a tomar decisões no curto prazo que materializem esta visão de futuro.

Existe também uma percepção na sociedade de que a alternância de governo não deveria alterar políticas estruturantes de médio e longo prazo. Não temos uma longa experiência de alternância democrática de governo. Ainda é muito breve o capítulo desta nossa história. Uma experiência interessante recente foi à transição entre os governos Fernando Henrique e Lula, quando este último, deu continuidade aos compromissos de estabilidade econômica, responsabilidade fiscal e controle da inflação. Foi complexa essa transição, não? Mas foi, no meu entendimento, realizada com sucesso.

Entrevistadores. Você acha que a posição de seguir com a linha deixada pelo governo anterior é uma política de um governante que tem essa visão de futuro?

Clemente Ganz Lúcio. Sim, como nesse exemplo que acabei de dar. Trata-se de uma conquista política e cultural da sociedade brasileira manifestar sua vontade de manter a estabilidade econômica e o controle da inflação e ver um governo promovê-la. Haverá polêmica sobre a pertinência dos meios e instrumentos, se foram e são de fato adequados. Mas isso faz parte do jogo. Relevante é perceber que a sociedade espera ver suas conquistas preservadas.

Existem políticas que queremos perenizar, independentemente da cor da bandeira de quem está no governo. Na educação, nas políticas sociais, política industrial, na ciência e tecnologia, nas relações internacionais, por exemplo. Precisamos olhar 20 ou 30 anos para frente, para que as transformações possam se processar. É urgente aprofundar e aprimorar a visão do longo prazo. Estamos na fase desta construção. Não está consolidada, mas é cada vez maior o número de pessoas que identificam esta necessidade e se mobilizam por promovê-la.

Entrevistadores. O senhor acha que o Brasil avançou nos últimos anos em que aspectos?

Clemente Ganz Lúcio. Ampliou-se a discussão pública das questões de interesse nacional. Por exemplo, há um avanço considerável na promoção da participação das organizações da sociedade na discussão das políticas públicas, na promoção do desenvolvimento através das inúmeras conferências nacionais – saúde, educação, segurança pública, inovação, segurança alimentar, entre inúmeras outras. Há um novo tipo de participação e controle social que vem sendo gestado e experimentado.

O Estado, por política de governo, recupera a sua capacidade de intervenção e há uma intencionalidade de atuar como indutor, coordenador, articulador do crescimento econômico e desenvolvimento social. Com o crescimento econômico, o Estado ganhou mais capacidade fiscal e, portanto, maior capacidade de intervenção.

As políticas de renda e de emprego enfrentam a desigualdade e apostam no mercado interno, seja por incremento da ocupação, do aumento da massa de salários, da valorização do salário mínimo, pela transferência de renda do Bolsa Família, entre outros. O mercado interno – leia-se a promoção da cidadania econômica de massa – descortinou-se novamente como alavanca para o desenvolvimento do país. Isso sem oposição ao mercado externo, pois uma estratégia alavancada somente no mercado externo não faz sentido para um país com a dimensão do Brasil.

Recuperamos a compreensão de que o mercado interno constitui dois terços da nossa alavanca em termos de desenvolvimento e os mais pobres - base da pirâmide social - são também motor desse movimento. Políticas de renda, de salário, de ocupação, de crédito que dinamizam a economia voltaram a fazer sentido. A inclusão econômica e social adquiriu novas perspectivas, com sentido transformador. Esta inclusão é que possibilita o desenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento exige incluir na estratégia de crescimento, uma concepção e uma intencionalidade distributiva.

Uma estratégia de transformação deve promover a prioridade da educação na agenda nacional. Avançamos muito neste aspecto, mas é preciso mais. Trata-se de investir na elevação da capacidade cognitiva como fator de mudança econômica, social e política. Os estudos demonstram que as sociedades que galgaram novos patamares de desenvolvimento o fizeram tendo a educação como elemento indutor.

Outra questão é o investimento na micro e pequena empresa, organizações que ocupam pessoas de forma intensa. Foram criados o Super Simples e a figura do Empreendedor Individual. Ampliamos, muito, o crédito para a agricultura familiar. Mas essas organizações precisam de um suporte vigoroso do Estado em termos de crédito, assistência e, principalmente, de inovação e incremento de produtividade. Não há viabilidade nesses negócios em uma economia capitalista desenvolvida, se esses empreendimentos não tiverem capacidade de incrementar a produtividade com gestão, tecnologia etc.

Deu-se prioridade ao investimento, especialmente na ampliação da infraestrutura produtiva. O PAC é emblemático neste aspecto e deve ser mantido e ampliado nos próximos anos.

Além disso, o país tem oportunidade de se destacar mais na questão ambiental e climática. Temos um vasto território e grande costa marítima; biodiversidade

e biomas complexos; parque aquífero, solo fértil, reservas minerais, ativos naturais de primeira grandeza para a preservação e promoção da vida no planeta. O que faremos com isso? Devemos ousar desenvolver um novo paradigma de produção, distribuição e consumo, compatível com a sustentabilidade ambiental e social, orientada pela equidade, com base nos ativos de que o país dispõe.

Entrevistadores. Como o senhor avalia o investimento em educação?

Clemente Ganz Lúcio. Avançamos nesse aspecto. O Fundeb, o Prouni, o Reuni, a ampliação do número de Escolas Técnicas, a melhoria salarial dos professores e funcionários são exemplos. Os resultados começam a aparecer.

Porém, a educação é uma dimensão essencial e estratégica para as transformações que a sociedade brasileira exige diante das desigualdades, na perspectiva da sociedade do conhecimento e de uma economia diversa setorial e industrialmente. Para isso, o desafio é transformá-la efetivamente em prioridade do governo federal, visando mobilizar governos estaduais e municipais, agentes públicos e privados e a sociedade civil para uma vigorosa ação de transformação da educação no país.

Essa prioridade, segundo o que identificamos nos debates que fizemos no CDES, exige enfrentar o problema da desarticulação e falta de cooperação entre os entes federados (estados e municípios), distribuindo, coordenando e avaliando as atribuições da União, dos estados e municípios em relação à educação. Não vamos ter política de educação consequente com a ruptura hoje existente entre a política que o MEC desenvolve e aquela que estados e municípios fazem de forma independente.

Outro foco dessa prioridade deve ser a Escola. A desigualdade se reproduz na Escola, e esta, nas condições em que atua, também reproduz a desigualdade. Como romper com esse ciclo de produção e reprodução da desigualdade na e por meio da escola? Como deixar de oferecer uma escola pobre para os pobres? Mobilizando a sociedade e os governantes para oferecer a melhor escola para todos, em especial para os pobres. Isso seria uma verdadeira revolução.

O terceiro foco deve ser a qualidade. Muitas coisas podem ser oferecidas em termos de estrutura e processo pedagógico que apoiarão essa meta de qualidade. Contudo, o professor é o centro. Valorizá-lo social e profissionalmente é o terceiro centro dessa ação prioritária. Professor, em especial aquele da educação infantil e fundamental, deve ser uma profissão tão valorizada quanto à de médico, engenheiro ou advogado.

Há, como quarto elemento, que enfrentar o problema do Ensino Médio para que, além da preparação para o ensino superior, ofereça a orientação vocacional e a oportunidade de profissionalização técnica e tecnológica. Um profissional de nível médio, técnico ou tecnológico deve voltar a ter, no país, uma carreira

profissional compatível ou, algumas vezes até melhor que a de alguém com nível superior. Existem muitas profissões que exigem competências nas quais o ensino técnico e tecnológico oferece oportunidades de capacitação.

Entrevistadores. Entre os desafios e objetivos de desenvolvimento, você acha que o Brasil se situa em que posto? Você daria uma nota, uma avaliação?

Clemente Ganz Lúcio. Nota cinco. O aumento da iniciativa do Executivo não foi acompanhado pelo Legislativo ou mesmo pelos órgãos de controle. Deve-se trabalhar em novas articulações institucionais que mobilizem o poder público para a promoção do crescimento e do desenvolvimento, com eficiência, eficácia e probidade.

Devemos enfrentar o desafio de dotar o estado brasileiro com as condições necessárias para executar suas atribuições. Temos um Estado muito desaparelhado na União, nos estados e municípios.

Entrevistadores. O senhor acha que as relações entre os poderes no Brasil se dão de forma harmônica ou é necessário modificar alguns aspectos?

Clemente Ganz Lúcio. Identificamos, no Conselho, que a reforma política é a mãe das reformas no país. Ela deve ser feita para aumentar a governabilidade, o equilíbrio e as atribuições entre os poderes. Exige-se essa reforma para dar novo significado à política como dimensão essencial do nosso padrão civilizatório de produção, distribuição, consumo econômico e cultural. A política é a arte da construção na diferença. Quanto mais complexas são as sociedades, mais precisamos da política.

Entrevistadores. Sobre os temas-eixos de desenvolvimento econômico no Brasil: Copa do Mundo 2014 e Olimpíada 2016 no curto prazo, e a questão do pré-sal, da matriz energética, ciência e tecnologia e educação no longo prazo. O senhor concorda que esses são os temas prioritários para desencadear e consolidar um processo de desenvolvimento econômico?

Clemente Ganz Lúcio. O Brasil precisa continuar investindo no aprimoramento da sua política industrial. Isso significa investimento nas nossas chamadas vocações econômicas, na infraestrutura produtiva e no adensamento e complemento das cadeias produtivas nacionais. Por exemplo, para nossa agricultura é relevante adensar a produção nacional do setor químico. Neste caso faz diferença investir em ciência e tecnologia associada à nossa política agropecuária e ampliar a rede de escoamento da produção, só como exemplo.

A Copa e a Olimpíada são eventos que podem promover possibilidades de transformação econômica e social por meio de investimentos que enfrentem problemas estruturais de desigualdade. Por exemplo, a cidade e o estado do Rio de Janeiro têm uma ótima oportunidade para se transformar em um centro dinâmi-

co e moderno. O mesmo pode ser aplicado às capitais que recepcionarão a Copa. É preciso articular a formulação dos projetos e integrar as políticas para promover esses investimentos com a intencionalidade de realizar as transformações que se deseja.

As grandes obras realizadas para esses eventos devem ser tratadas como oportunidades de elaborar novas estratégias de desenvolvimento daquele território. Caso contrário, os investimentos vazarão e poderão deixar um rastro de mais desigualdade.

Já o pré-sal se articula com as concepções de suficiência, matriz energética e de estratégia de desenvolvimento mais amplo. Em grande medida, o pré-sal é visto como produtor de combustível fóssil. Porém, deveria produzir insumo para uma nova base de produção industrial compatível com a sustentabilidade do planeta. Devem ser construídos compromissos entre gerações no uso da riqueza do pré-sal, como recurso para a sociedade e o Estado enfrentarem e transformarem nossos problemas estruturais.

Entrevistadores. Considerando as oportunidades e os entraves para a questão do desenvolvimento econômico, como você caracteriza a realidade atual em sua área, lidando com o DIEESE, com os índices de emprego e de desenvolvimento, o que diferencia o que acontece hoje no país do que acontecia em 2004? Quais são os temas que você mais destacaria como exercício para pensar o Brasil até 2014?

Clemente Ganz Lúcio. Saímos de uma situação de crescimento de desemprego estrutural vigente nos anos 80 e 90, para um contexto de geração de emprego. O desemprego já não é mais a principal preocupação dos trabalhadores. Isso era inimaginável nos anos 90. Há demanda para o preenchimento dos postos de trabalho. Ótimo. Mas existem inúmeros outros problemas a serem enfrentados: baixa remuneração, precariedade de muitos postos de trabalho, rotatividade, terceirização são parte de uma gama de questões que precisarão ser enfrentadas. Entre elas, a informalidade é um gravíssimo problema que deve ser objeto de atenção prioritária do poder público.

Há o desafio de colocar o trabalho no centro da visão estratégica de desenvolvimento. O Brasil tem possibilidades reais de crescimento econômico na próxima década. Quem materializará essa dinâmica são homens e mulheres através do trabalho. Inovaremos e aumentaremos a produtividade se esses trabalhadores e trabalhadoras forem sujeitos capazes de promovê-los. Nesse aspecto, a educação é central e determinante.

O emprego é a mais eficaz forma de inclusão e de enfrentamento da pobreza. É preciso manter as políticas sociais como elemento estruturante do sistema

de proteção e promoção social e, associada a elas, fortalecer o sistema público de emprego, trabalho e renda.

O mercado interno de consumo de massas será a base para a manutenção do crescimento econômico nessa década. Trata-se de uma oportunidade única de dar um salto quantitativo de inclusão de milhões de pobres e excluídos, de elevação da renda média e de salto qualitativo em termos de padrão de vida. Mercado interno se faz com ocupação, remuneração e garantia de renda mínima.

Entrevistadores. No período recente, o Brasil mudou um pouco o patamar quanto à trajetória de crescimento da atividade econômica. Em sua avaliação, o que foi que levou o Brasil a atingir este novo patamar?

Clemente Ganz Lúcio. Muitas coisas. Não podemos considerar que o Brasil fez isso sozinho, mas que o fez também porque o ambiente externo favorecia. Considero que soubemos aproveitar esse ambiente externo favorável e, com uma estratégia de distribuição de renda, combate à pobreza, geração de emprego, oferta de crédito, o Brasil recuperou o mercado interno em um ambiente de estabilidade econômica. Redescobrimo-nos novamente como agente político e econômico que faz história.

Entrevistadores. Como você percebe o avanço com relação a indicadores de distribuição de renda e inclusão social na população brasileira?

Clemente Ganz Lúcio. As taxas de redução das desigualdades e de mobilidade social são muito expressivas. Somos um país campeão de desigualdades. Um péssimo título mundial. São visíveis as mudanças. Veja o que está acontecendo com o comércio no Nordeste, com a ocupação na construção civil, com o parque da indústria naval, com as áreas pacificadas nas favelas do Rio de Janeiro. Há mudanças relevantes. Mas a jornada é muito longa. Não se trata de uma corrida de 100 metros rasos. Trata-se de uma maratona.

Entrevistadores. Quais os setores nos quais você acha que o Brasil deveria investir para geração de emprego e mão de obra qualificada?

Clemente Ganz Lúcio. Realizar a ampliação da infraestrutura produtiva, promover a universalização da infraestrutura social, ampliar o parque produtivo são processos que demandarão do setor de construção civil a geração de muitos empregos.

Consolidar nosso parque industrial criará novas ocupações. O aumento da renda e das ocupações fortalecerá o setor de serviços e o comércio. A sociedade do conhecimento exigirá cada vez mais as tecnologias de informática e comunicação. A qualidade do território e suas belezas naturais e econômicas geram inúmeras oportunidades na área do turismo. Um crescimento econômico acima de 5% mobilizará demanda de postos de trabalho em todos os setores da economia.

Entrevistadores. Quais as oportunidades e entraves para construir um futuro que ofereça condições de sustentação e aprimoramento do quadro socioeconômico no Brasil?

Clemente Ganz Lúcio. Promover o aumento da taxa de investimento para próximo de 25%; ampliar investimentos em inovação, ciência e tecnologia; gerar poupança interna; reduzir os juros que rolam a dívida pública para gerar disponibilidade fiscal; reduzir o spread bancário; cuidar do câmbio; são desafios macroeconômicos de primeira ordem.

Também é preciso manter o fortalecimento do mercado interno através da geração de renda e emprego, aprofundar as políticas de inclusão produtiva dos pobres. Atacar as questões que promovem a informalidade das empresas e do trabalho.

Investir na capacidade de atuação do Estado e na eliminação dos entraves que permeiam as relações econômicas e administrativas são requisitos essenciais para realizar uma dinâmica de crescimento e desenvolvimento.

Entrevistadores. O país pode crescer sem sobrecarregar a carga tributária?

Clemente Ganz Lúcio. Temos uma carga tributária que se aproxima daquela de um país desenvolvido, e uma estrutura tributária de país subdesenvolvido. Temos um sistema tributário injusto, regressivo. A arrecadação vem crescendo por decorrência do crescimento econômico, portanto, sem criar novos impostos e nem aumentar alíquotas. Arrecada-se mais porque a economia cresce.

Isso gera capacidade fiscal de fazer política de estado para orientar o desenvolvimento. Por exemplo, podemos desonerar plenamente os investimentos. Essa é uma questão estratégica. Penso que as desonerações seletivas são instrumentos importantes para orientar o crescimento e desenvolvimento.

Tratamos no CDES da relevância da reforma tributária. Avaliamos e contribuímos no debate da proposta de reforma encaminhada ao Congresso pelo governo. A simplificação, o fim da guerra fiscal, a transparência tributária, a desoneração da cesta básica são importantes questões presentes no projeto. Porém, esse projeto de reforma não mexe na regressividade do sistema tributário e não tem impacto redistributivo, objetivos que deverão ainda ser perseguidos, se o projeto for aprovado com o conteúdo atual proposto. Há uma preocupação grande com o financiamento das políticas sociais e seguridade social. As alterações constitucionais propostas rompem com compromissos vinculados pela Constituição de 1988 que garantiu a estruturação do atual sistema de proteção e promoção social.

Entrevistadores. Trazendo o foco para a questão institucional. O que você acha que é necessário para construir uma viabilidade institucional e política para avançar no novo ciclo de desenvolvimento?

Clemente Ganz Lúcio. Reforma política, como já abordado anteriormente; novo pacto federativo, com redistribuição das atribuições entre União, Estados e municípios; investimento forte na capacidade de atuação do Estado, em especial na gestão, melhorando processos, integrando políticas e articulando ações nos territórios; e definição ou revisão de marcos regulatórios em diversas áreas.

Estamos avançando no amadurecimento das instituições. Todo o esforço deve ser orientando pela diretriz de aprofundar a democracia com base no diálogo social e civil. A coesão social que emerge da democracia decorre da capacidade de enfrentarmos e darmos soluções adequadas aos problemas existentes em nossa sociedade.

Entrevistador. E quanto à institucionalização das metodologias de democracia participativa? Como o senhor vê a relação da sociedade civil com o Executivo e com o Legislativo?

Clemente Ganz Lúcio. Colocar a democracia operando com pleno exercício de liberdade é uma conquista que se faz dia após dia. Diante de cada desafio, de cada problema, há o desafio de se criar soluções que consolidem compromissos sociais e políticos, que façam convergir diferenças para se encontrar caminhos.

A sociedade cresce em termos de complexidade. Os interesses e os propósitos se articulam em organizações das mais diferentes naturezas e características. Criar, manter e animar espaços para fortalecer as instituições e os poderes, dinamizar formas de participação e controle social são desafios que a gestão pública deve procurar responder.

A participação da sociedade civil organizada na formulação de propostas e na gestão de políticas públicas cresceu muito nos últimos anos. Temos poucas experiências de pactuação na sociedade brasileira e a participação da sociedade no âmbito Legislativo é menor ainda. Devemos investir em dar perenidade às experiências de participação em curso, como essa do CDES, das dezenas de conferências e Conselhos que hoje interagem com o Estado na formulação e condução das políticas públicas.

Entrevistadores. Qual sua percepção sobre a atuação do Conselho?

Clemente Ganz Lúcio. O Conselho é uma experiência de diálogo bastante interessante, que passa permanentemente por um processo de aprimoramento do seu funcionamento. O método de trabalho, o jeito como trabalhamos, é orientado por uma Agenda que construímos no espaço diverso de diálogo social, e indica, na visão dos conselheiros, os desafios estruturais para o projeto de desenvolvimento. As diretrizes dessa Agenda, agora em revisão para uma visão dos desafios diante do presente ciclo de crescimento, são aprofundadas em grupos de trabalho, reuniões, colóquios, seminários, com o apoio de uma rede de milhares de cola-

boradores. Analisamos os problemas, identificamos os desafios para superá-los e fazemos propostas e recomendações ao Presidente e ao governo.

Compreendo que há uma efetividade aplicada à solução dos problemas, mas há também um espaço inédito de diálogo social e civil que é animado, onde agentes e lideranças sociais constroem uma visão pública das questões e formulam questões e abordagens públicas e estratégicas para o país. Trata-se de um espaço privilegiado de aprendizado de um novo modo de colaborar com o país.

ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS

Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT

Sociólogo, formado pela PUC Campinas. Presidente do Sindicato dos Eletricitários de Campinas por duas gestões, hoje é Diretor do SINERGIA CUT (Sindicato dos Trabalhadores Energéticos do Estado de São Paulo) que congrega trabalhadores nas empresas de energia elétrica e gás canalizado. Foi Secretário de Formação da CUT - SP na gestão 2000/2003 e Secretário Nacional de Organização da CUT - gestão 2003/2005. Nesta mesma gestão ocupou o cargo de Secretário Geral da CUT Nacional. Em 9 de junho de 2006 foi eleito para o triênio 2006/2009, presidente da CUT Nacional pelos delegados do 9º CONCUT.

Entrevistadores. Quais as expectativas em relação às possibilidades de desenvolvimento trazidas por eventos de médio prazo como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 no Brasil?

Artur Henrique. Creio que temos enorme oportunidade de debater o tema da Copa 2014 e das Olimpíadas 2016. A preocupação do Conselho e dos atores sociais é de que não sejam apenas eventos marcados para um período específico, e que tenham como principal objetivo estabelecer processos perenes de desenvolvimento. Não queremos transformar a Copa de 2014 em uma quantidade enorme de investimentos, da qual, como já aconteceu em vários países do mundo, sobrem estruturas gigantes que não possam ser utilizadas pela população local. É evidente que quando se fala em Copa do Mundo, são várias cidades-sede envolvidas, e há um necessário compromisso com o desenvolvimento regional, com o desenvolvimento local. Melhorias em termos de transporte, infraestrutura urbana e mobilidade, que devem perdurar após a Copa e as Olimpíadas.

Outro tema que merece atenção é o turismo, setor onde essa questão da qualificação é fundamental. Existe ainda uma grande informalidade no Brasil em relação a trabalhadores/as como, por exemplo, motoristas de táxi, trabalhadores da construção civil. Ao investimento público deve estar associada uma contrapartida do setor privado, estabelecida por meio de investimentos na contratação de trabalhadores/as, por meio do que chamamos de "trabalho decente", formal, com carteira assinada, que garanta acesso a todos os benefícios de um Sistema de Proteção Social e que tenha continuidade. Então, a ideia é fazer com que se aproveite este momento, de um debate tão importante como o da Copa e das Olimpíadas, para colocar essas contrapartidas como temas fundamentais. Caso contrário, acabará sendo uma relação apenas do governo com os empresários,

em que se estabelece o volume de recursos do BNDES, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica para fazer investimentos, mas a situação da classe trabalhadora, principalmente das áreas de construção civil, comércio, serviços e outras, acaba não se alterando de forma significativa, mesmo com um investimento tão importante como esse. Essa é uma das preocupações que também queremos debater no âmbito desses dois temas.

Entrevistadores. E quanto ao pré-sal?

Artur Henrique. Os debates no Conselho de Desenvolvimento apontam, basicamente, em três direções: a primeira delas é que concordamos que é necessária uma mudança do marco regulatório do petróleo e da exploração do petróleo. Por quê? Porque o modelo anterior é um modelo que apontava em uma linha na qual havia risco de prospectar petróleo em determinadas áreas, pois não se sabia se seria encontrado. A situação não é a mesma em relação ao pré-sal; quer dizer, o pré-sal já está devidamente comprovado, fruto do investimento em ciência e tecnologia que a Petrobrás fez nos últimos anos, de que ali não tem risco, ali tem petróleo.

Além disso, não podemos, por conta da descoberta do pré-sal, mudar uma das nossas enormes vantagens comparativas, que é a matriz energética limpa. Não podemos sujá-la dizendo: "bom, agora que descobrimos o pré-sal, vamos começar a utilizar petróleo, combustível fóssil, para mudar a matriz energética". Inclusive, aprovamos neste Grupo que coordeno no Conselho (grupo de trabalho Matriz Energética e Desenvolvimento Sustentável) uma recomendação no sentido de que grande parte dos recursos do pré-sal seja direcionada para investimento em ciência e tecnologia, principalmente em energias renováveis. Hoje, por exemplo, temos no Brasil uma participação muito pequena de energia solar e eólica; é preciso investir em tecnologias para diminuir o custo dessas energias. Parece um contra senso falar de energia renovável e ao mesmo tempo descobrir petróleo; por isso temos que tomar esse cuidado.

Outra preocupação nossa é com a educação, um dos pilares do desenvolvimento. Apesar dos avanços que tivemos nos últimos sete anos, e que não foram pequenos, na área da educação, com o FUNDEB, com a criação das escolas técnicas, das universidades federais, do PROUNI, temos ainda uma situação da qualidade do ensino no Brasil que deve ser alterada para alcançar o desenvolvimento que queremos. Ou tratamos de uma vez por todas dessa questão da educação ou dificilmente conseguiremos ter um país com mais desenvolvimento e justiça social. Então, uma alternativa inteligente é utilizar recursos do pré-sal como um dos elementos centrais de uma política de educação de longo prazo, que fortaleça a qualidade do ensino, como a implantação do Piso Nacional da Educação.

Enfim, temos a questão dos *royalties:* existem determinados estados que têm que receber mais recursos em razão dos problemas ambientais e sociais, criados pela implementação de refinarias. Ela gera emprego, mas também gera um impacto ambiental. Não é possível continuar tendo os *royalties* que tivemos até hoje, da maneira com que eles estavam sendo divididos, ou seja, absolutamente sem qualquer compromisso com o país como um todo. Às vezes, escuto alguns companheiros e companheiras de determinado Estado, Sergipe ou Pernambuco, por exemplo que dizem: "aqui vai ter, então precisamos ter", ou mesmo São Paulo e Espírito Santo, "precisamos continuar tendo os *royalties* e a maior parte do dinheiro do pré-sal para nossos estados". Ora, se nós não resolvermos o problema das pessoas no Acre, no Amapá, em Sergipe, em Pernambuco, na Bahia, - resolver o problema quer dizer ter investimentos que enxerguem o Brasil como um todo - corremos o risco de continuar tendo um êxodo dessas regiões para um inchaço de regiões metropolitanas, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais. É necessário manter as pessoas nos estados. Isso é desenvolvimento regional, tem a ver com diminuição das desigualdades sociais.

Entrevistadores. E a matriz energética?

Artur Henrique. Nossa matriz energética tem hoje essa característica: ser uma das mais limpas do mundo. Precisamos ampliar os investimentos em energias alternativas, eólica, solar, além de estudar construção de usinas menos impactantes ao meio ambiente. Vai ter impacto de qualquer jeito, mas ele pode ser minimizado com a construção de usinas que tenham impacto muito menor que aquelas que existiam há 20 anos, quando você precisava alagar milhares de quilômetros quadrados de terra para produzir um megawatt de energia. É preciso também ampliar cada vez mais a utilização dos biocombustíveis, como elemento central desse debate da redução de gases do efeito estufa.

O país vai crescer 5% ao ano, que é o que todos esperam. Porém, não basta só ter crescimento, estamos falando de desenvolvimento. Porque o país já cresceu em outros tempos e não tivemos inclusão social, não tivemos distribuição de renda, não tivemos uma série de outras coisas importantes. Quando falamos em desenvolvimento, dizemos: "o Brasil vai crescer 5% em relação ao PIB, mas ele também vai crescer no que se refere a incluir, a melhorar a situação das pessoas, a diminuir a desigualdade", essa é a nossa expectativa. No caso da matriz energética também temos que pensar assim, não é só olhar pelo lado da geração da energia que vai ser necessária, mas da diversificação das fontes: energia nuclear, eólica, solar e hidrelétrica.

O outro lado da matriz energética é o consumo. Uma coisa é você dar conta da geração e outra coisa é reduzir o consumo de energia. O Brasil gasta muita energia elétrica e às vezes há muito desperdício de energia, seja porque temos,

por exemplo, chuveiros em sua grande maioria elétricos, que consomem muita energia, ou geladeiras antigas que provocam um gasto de energia muito grande. É preciso também, atuar na redução do consumo, o que chamamos de eficiência energética; e para isso é preciso ampliar o orçamento para investimentos em eficiência energética. Para tanto, temos as propostas do Procel, do CONPET, que são todas propostas de eficiência energética na linha do consumo.

Entrevistadores. Em sua área de atuação, como o senhor vê os entraves e as oportunidades que estão sendo gerados hoje?

Artur Henrique. Na área do trabalho e na área sindical aconteceu, ao longo dos últimos anos, uma mudança muito grande; primeiro, do ponto de vista dos diálogos sociais e da participação social, que não existia no governo anterior. Tínhamos muita dificuldade em ter espaço de negociação em relação a temas importantes, nunca houve chance de colocarmos isso de forma tão presente. Além disso, pudemos vislumbrar a possibilidade real de que essa participação se transformasse em políticas públicas de interesse do conjunto da classe trabalhadora no Brasil.

Por exemplo, a mais importante delas foi o acordo do salário mínimo. Tivemos aí um acordo que considero o maior acordo coletivo do mundo, que envolveu 43 milhões de pessoas que, direta ou indiretamente, se beneficiam ou recebem salário mínimo no Brasil. Quando há aumento de 50 reais no salário mínimo você está colocando 21 bilhões de reais na economia. Esse é o dinheiro para comprar roupas, comida; é esse dinheiro que move a economia, que faz com que a economia real se fortaleça. Esse dinheiro que entra a mais no orçamento faz com que a economia mantenha-se em um ritmo virtuoso. O consumo aumenta, o comércio vende mais, precisa comprar mais da indústria e a indústria vende mais para manter esse círculo virtuoso. E na crise que aconteceu no mundo em 2008 também não foi diferente, mostrou mais uma vez que estávamos certos em trabalhar com o fortalecimento do mercado interno junto com outras políticas públicas e políticas sociais, e para isso a renda é fundamental; portanto, aumentar o salário mínimo é um instrumento valoroso para isso.

O Brasil teve um avanço considerável em termos de recordes de geração de empregos com carteira assinada, atingindo mais de 10 milhões no Governo Lula. Mesmo com a crise que aconteceu ano passado, fechamos o ano de 2009 quase com um milhão de novos trabalhadores/as com carteira assinada e isso é muito positivo. Basta comparar com o que aconteceu em outros países como Grécia, Portugal, Estados Unidos, França, Itália, para perceber que o Brasil realmente tem uma posição diferenciada em relação a outros países em virtude dessas políticas. Todos se lembram que em setembro de 2008 havia muitos empresários e alguns dirigentes sindicais de outras centrais que começaram um discurso no sentido de que o mundo iria acabar. A imprensa reforçava este discurso todo dia ao ponto

de alguns empresários proporem redução de jornada com redução de salário, dizendo que era melhor flexibilizar os contratos de trabalho. Diante dessa situação, propusemos ao Conselho uma agenda positiva.

Entrevistadores. Na sua área, quais cenários possíveis para 2014?

Artur Henrique. Há um cenário muito positivo do ponto de vista da geração de emprego e da continuidade do projeto de desenvolvimento com inclusão social, sustentabilidade ambiental e participação social. Ou seja, de avanços cada vez maiores para o conjunto da classe trabalhadora. Um dos principais nós ou entraves é que ainda não fizemos a mudança na estrutura sindical brasileira; a dos empresários e a dos trabalhadores/as é muito antiga, não possui liberdade de organização. Temos muitos sindicatos hoje no Brasil que não representam os trabalhadores/as, não têm representatividade alguma, pois são criados apenas para cobrar taxas. Isso ainda é um nó, um entrave que precisamos resolver na estrutura sindical de trabalhadores/as.

Existe também o problema da alta rotatividade da mão-de-obra. Este ano comemoramos um milhão de novos empregos. Dos 16 milhões de novos trabalhadores/as com carteira assinada que entraram ao longo do ano, 15 milhões foram para a rua. Então temos um milhão de trabalhadores a mais do que saiu; porém, 15 milhões de pessoas foram demitidas. Por que isso acontece? Uma grande parte é porque a pessoa começa a ganhar 700, 800, 900 reais e é demitida para se contratar outra por R$ 500 porque ainda tem muita gente lá fora que está querendo trabalhar e não tem trabalho. A alta rotatividade da mão-de-obra é ruim para o empresário, porque ele não investe em qualificação profissional. E qualificação profissional tem a ver com redução de jornada. Como é que alguém consegue estudar hoje? Ele pega um ônibus, sai de casa às seis horas da manhã para chegar as oito no trabalho, pega dois ônibus e um metrô na maioria das vezes, começa a trabalhar às oito, vai até às dezoito, depois faz duas horas-extras, trabalha até às 20h porque com a maioria dos trabalhadores é assim aí pega um ônibus e um metrô para voltar para casa, chega em casa 22h30 ou 23h, seja homem ou mulher. Sábado ele acorda para fazer a mesma coisa de novo e vai até meio-dia ou duas horas da tarde. Essa pessoa vai estudar quando? De meia-noite às seis? Vai ter tempo para se qualificar quando? Domingo?

Nós estamos vivendo para o trabalho e a sociedade precisa começar a enxergar que as pessoas deveriam entrar no mercado de trabalho mais tarde, e ter um nível educacional maior, mais anos de estudo para ingressar no mercado de trabalho, como acontece com qualquer sociedade moderna e em países desenvolvidos. Temos que pensar outro modelo de convivência. E isso tem a ver com reduzir jornada de trabalho, considerar o tempo para lazer, cultura e educação. Os

empresários não querem nem ouvir falar nisso, ficam todos desesperados quando a gente fala sobre isso, dizem "isso vai aumentar os custos, vai aumentar o desemprego, vamos perder em competitividade".

Ainda temos valores baseados no modelo neoliberal de competitividade, de absoluto individualismo. Não vai ser de uma hora para a outra, mas temos que começar a construir mudança de valores. A sociedade que espero que exista e pela qual luto é a da transformação social, para que se tenha trabalho e também tempo para o lazer, para a família, para a cultura, para se qualificar. E, infelizmente, hoje e nos últimos anos, não temos conseguido isso.

Entrevistadores. Neste período recente do Brasil houve uma mudança de patamar na trajetória econômica. No seu entendimento, o que levou o Brasil a este novo patamar?

Artur Henrique. Primeiro, a introdução do que nós chamamos de questão social, ou do tema da distribuição de renda. Havia no Brasil uma tese muito difundida de que precisávamos ter crescimento econômico para depois ter distribuição de renda. Estamos demonstrando que é possível fazer as duas coisas sem causar inflação. Ou seja, podemos crescer como está demonstrado que o Brasil está crescendo, e enfrentar um problema como a crise de 2008, que não é nossa crise, é internacional, mantendo as perspectivas de crescimento para 2010. Então o país pode crescer, e crescer distribuindo renda, ampliando a inclusão social. Isso aconteceu porque temos um conjunto de políticas públicas e sociais como o Bolsa Família – que é um poderoso instrumento de distribuição de renda, e tem uma articulação social com a questão da escola, da criança na escola, que é fundamental.

Entrevistadores. Conselheiro, em que setor da economia o senhor considera que existe maior potencial de desenvolvimento e condições para gerar emprego e renda?

Artur Henrique. O Brasil precisa pensar o seu futuro não só como produtor e exportador da matéria-prima que não gera valor agregado. Exporta minério de ferro e compra alumínio em barra para depois fazer automóvel, ou então, exporta grão de café e importa café solúvel da Alemanha, que é o maior exportador de café do mundo. São áreas onde o Brasil precisa agregar valor: investimento em ciência e tecnologia, comércio e serviços no Brasil – que são áreas que têm grande possibilidade de crescimento e de geração de emprego e renda. É fundamental melhorar essa situação da formalização dos trabalhadores/as e da jornada de trabalho.

Fortalecer programas como os de microcrédito, de agricultura familiar e cooperativas também gera emprego e renda. Quando se fala em informalidade, parte dela está relacionada ao pequeno produtor, ou seja, aquele "produtor por conta própria", que deveria ter cada vez mais condições de gerar emprego e renda, prin-

cipalmente renda, a partir do seu trabalho seja ele trabalho de cooperativa ou trabalho em outras áreas. Por exemplo, o BNDES deve ampliar mais o "S" de social. Não tenho nada contra investimentos em grandes empresas internacionais brasileiras que estão atuando no exterior. Mas não podemos ter uma grande empresa brasileira, como a Vale do Rio Doce, investindo no exterior e aplicando políticas trabalhistas lá fora que condenamos internamente. São coisas que precisamos começar a enxergar e alterar. O Brasil está em outra posição no mundo e as pessoas precisam se preparar para isso. Costumo dizer que nenhum empresário brasileiro está preparado para atuar no mercado internacional, pois precisamos aprimorar a gestão de pessoas.

Entrevistadores. Como o senhor vê algumas áreas-chave para o Brasil no futuro? Por exemplo, na área ambiental, na área social, existe alguma melhoria? Algum avanço? Vai continuar como está?

Artur Henrique. Acho que a tendência é avançar, a depender da continuidade desse projeto que enxerga o Brasil como uma nação que tem tudo para ser uma grande nação do ponto de vista da diminuição das suas desigualdades sociais, regionais, econômicas. É importante que o país saiba aproveitar as suas potencialidades. Gosto de utilizar sempre o exemplo dos biocombustíveis porque se visualiza a prática para pensar o futuro. O biodiesel é um baita programa que poderia ter sido utilizado para fortalecer a agricultura familiar, mas está sendo feito a partir da soja. Produzindo biodiesel a partir da soja, estamos de novo reproduzindo o modelo agrário exportador, concentrador, de monocultura. Não sou daqueles radicais que acham que só pode sobreviver a agricultura familiar; entendo que é preciso o agronegócio para exportação. Mas não podemos ter a visão de um modelo agrário que beneficia muito o agronegócio e pouco a agricultura familiar. Volto a insistir: não tem nem comparação com o passado. No passado ninguém olhava para a agricultura familiar. Agora não fica evidente que a agricultura familiar tem um peso importante. O investimento no PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) aumentou mais de sete vezes nestes anos do governo Lula; e esse é o tipo de coisa que precisamos ampliar. O biodiesel não pode ficar na soja, ele tem que estar na mamona, no pinhão-manso precisamos voltar a fazer aquilo que o projeto inicialmente tinha como tarefa, que era fortalecer a agricultura familiar, amarrar a venda de biodiesel à produção de óleo originado da agricultura familiar.

Além disso, temos um potencial enorme de crescimento do turismo no Brasil, não só de praia, mas turismo ecológico, em áreas de montanhas, pontos que podem ser potencializados. Mas ainda não existem investimentos suficientes em políticas públicas para isso que tem a ver com reforma tributária, com reforma política, com mudanças do sistema brasileiro que tragam, por exemplo, democratização do orçamento público com maior participação social.

Entrevistadores. No que se refere às conquistas sociais, como o senhor as coloca diante dessa perspectiva de futuro? O que precisa alterar, mudar, ampliar?

Artur Henrique. Entendo que esse é o grande ganho do Governo Lula, a grande demonstração de que um lado o papel do Estado é fundamental e por outro a questão social voltou a ser tratada como uma questão central. Antigamente, a questão econômica era a que valia. Todo debate era só um debate econômico e a questão social estava relegada ao segundo plano. O Brasil teve nesses últimos anos um avanço muito grande na implementação de políticas sociais e políticas públicas que vão além das chamadas políticas compensatórias.

Quando citamos os Territórios da Cidadania[1] estamos falando de um esforço enorme de diminuição da pobreza e da miséria absoluta, que envolve não só as áreas de educação, mas a área de geração de emprego e renda, e de fortalecimento de cooperativas nos lugares onde nunca houve uma preocupação pública do ponto de vista do Governo Federal. Ali, normalmente o que tinha, e ainda tem muito - lógico que toda transformação leva tempo - eram os caciques, os coronéis. O Territórios da Cidadania, o Bolsa Família, o Luz Para Todos são uma revolução que só não se dá conta quem nunca viveu sem energia elétrica, o que também é uma discussão muito interessante do ponto de vista ambiental. Já fui a muitos debates internacionais e as pessoas falam "agora temos que parar de crescer senão não tem energia". Fazer um programa chamado "Luz Para Todos" é interessante. Coloco nele dois milhões de novos trabalhadores/as e chego a uma área onde tem a casa de uma senhorinha de 67 anos que conservava a comida na banha de porco. Então, falamos para ela: "agora você pode comprar uma geladeira, mas não compra não, porque a senhora vai gastar mais energia". Ora, vai falar isso para outro!

Os programas sociais e a mobilidade social que aconteceu no Brasil nos últimos anos são os grandes méritos do Governo Lula ou das políticas do Governo Lula. Várias delas propostas por nós dos sindicatos ou mesmo pelo Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social. E tudo isso se contrapôs àquele antigo debate sobre focalização das políticas sociais ou da universalização das políticas sociais. Foram políticas universalizantes porque as políticas sociais têm que atender a todos, não focar somente determinado momento, determinado conjunto, em determinada classe, em determinada renda. E mais, podemos vislumbrar a possibilidade de que isso se fortaleça cada vez mais. Por exemplo, a coisa mais importante que vi no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social foi um dia inteiro de debates sobre o Sistema de Proteção Social no Brasil.

1. Programa do Governo Federal que, baseado numa estratégia de participação social e integração de ações entre o governo federal, os estados e os municípios, objetiva promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania (N.E).

Entrevistadores. O senhor acredita que o Sistema de Proteção Social no Brasil diminuiu o impacto da crise?

Artur Henrique. Foi um dos elementos fundamentais para resistir à crise. O Sistema de Proteção Social no Brasil é um conjunto articulado de políticas de saúde, previdência e assistência social, de benefícios de prestação continuada para uma quantidade enorme de pessoas que têm mais de 65 anos de idade e uma renda garantida pelo Estado. O Sistema de Proteção Social no Brasil é um excelente mecanismo, desde a Constituição de 1988 – a Constituição cidadã. Tentaram desmontar os avanços da Constituição de 1988, até 2002. E, volto a insistir, a coisa mais importante foi ver os Conselheiros do CDES passarem o dia inteiro ouvindo sobre o Ministério do Desenvolvimento Social e o Ministério do Desenvolvimento Agrário ao ponto de ter um assessor do Banco Bradesco dizendo que uma das coisas mais importantes para enfrentar a crise foi o Sistema de Proteção Social brasileiro. Tenho sido convidado para exposições no exterior sobre como é o Sistema de Proteção Social no Brasil. Aqui tem um monte de problemas? Lógico que tem! Não digo que nossos problemas estão resolvidos, temos muito que avançar, mas não há comparação entre o que já avançou e o que ainda pode avançar nesta área em relação ao futuro.

Entrevistadores. Como o senhor acha que estão as oportunidades para construir o futuro e oferecer condições de sustentação deste quadro sócio-econômico? E os entraves?

Artur Henrique. Devemos manter a consolidação dessas políticas públicas como políticas de Estado e não como políticas de governo. A consolidação das políticas públicas e sociais, que já vem sendo debatida agora com a CLS – Consolidação das Leis Sociais, para nós é fundamental, assim como transformar esses avanços em políticas públicas e políticas sociais de Estado. Isso representa colocar, por exemplo, o projeto de valorização do salário mínimo como uma política pública de fortalecimento contínuo. O Bolsa Família já é, mas não adianta só o Bolsa Família. É preciso que se garanta reajuste financeiro para que ele possa continuar existindo e acompanhado, evidentemente, daqueles programas chamados de portas de saída do Bolsa Família, relacionados com emprego e tudo o mais.

Dessa forma, a primeira questão para pensar o futuro é a consolidação desses avanços, o aprimoramento e fortalecimento dessas políticas públicas e sociais. Segundo, uma reforma tributária que acabe com a regressividade do imposto. Hoje, o rico quase não paga imposto. Então, quem ganha 10 salários mínimos paga, hoje, no Brasil, menos imposto, ou seja, paga, aproximadamente 25% de imposto. Já quem ganha de um a três salários mínimos paga 48% de imposto.

Logo, no Brasil existe uma regressividade de imposto, isto é, quem ganha mais paga menos, enquanto quem ganha menos paga mais. Precisamos ter um sistema tributário no Brasil que seja progressivo - quem ganha menos, paga menos, quem ganha mais, paga mais. Um sistema incentivador de quem quer produzir, gerar emprego e renda, e não desestimulador. Essa mudança no sistema tributário para nós também é fundamental.

Quem quer produzir, gerar emprego, renda, ampliar fábrica, ampliar as oportunidades de emprego e de renda tem uma tributação pesada. E quem quer ganhar dinheiro fácil, sem gerar uma porca, um parafuso, aplicando dinheiro na ciranda financeira, na bolsa de valores, no ganho fácil da compra de títulos do Tesouro e tudo o mais, não tem grandes taxações. Não há taxação de grandes fortunas no Brasil, coisa que existe em qualquer outro país do mundo desenvolvido, taxação de grandes fortunas, de heranças, de imposto sobre grandes fortunas.

Além disso, é necessária uma mudança no sistema político brasileiro, composta por reformas difíceis de fazer, além da reforma no sistema sindical. A reforma política é complexa, pois hoje ainda existe financiamento privado das campanhas eleitorais, fazendo com que haja uma amarração das pessoas que são eleitas com aqueles que financiaram suas campanhas. Isso traz problemas com transparência, com democracia, com contratos públicos, com licitações.

E há mais um aspecto importante: elementos e instrumentos de democracia participativa. Nós temos uma tendência a considerar que as eleições dão conta de resolver o problema e a democracia é representativa, as pessoas são eleitas para representar o que você gostaria que representassem, seja um deputado, um prefeito, um vereador.

Não queremos acabar com esta democracia representativa; queremos ampliar. A ampliação da democracia pressupõe estabelecer mecanismos e instrumentos de participação social, seja a implementação e a consolidação das conferências e conselhos, mas, também, de outros instrumentos como o orçamento do país. Queremos debater orçamento público. Como é que você democratiza o orçamento público? Não ao ponto de tirar do Estado o poder, que é eleito, mas que numa parte daquele orçamento as prioridades sejam definidas e defendidas com uma participação maior. No Brasil temos poucos instrumentos de democracia direta. A regulamentação do artigo 14 da Constituição não foi feita até hoje.

Entrevistadores. E sobre investimento em educação, saúde, segurança pública? Acha que o governo precisa investir de forma maciça? Acha que precisa ter uma contrapartida do empresariado, da sociedade civil?

Artur Henrique. As questões da educação e da saúde precisam de crescente investimento público. A coisa hoje está ao contrário: temos educação pública

superior de qualidade e uma infinidade de universidades privadas de qualidade duvidosa. Em compensação, há um sério problema de precariedade no Ensino Fundamental e Médio nas escolas públicas, enquanto no setor privado a qualidade da educação é diferenciada.

Defendemos uma política pública de Estado nas áreas de educação e saúde, e isso tem que vir do orçamento. Diminuição de gasto público é coisa de quem quer facilitar a privatização da Previdência, facilitar a privatização do ensino. Então começa a ter um Estado cada vez menor, que não consegue investir. O Estado tem um papel fundamental como indutor do desenvolvimento. Na saúde e na educação é fundamental o investimento público e a melhoria da qualidade e universalização das oportunidades.

Quanto à questão da segurança, não podemos olhar só para o lado da repressão, além da melhoria dos equipamentos e da área de inteligência policial. Prover segurança está diretamente relacionado com educação, com saúde, com condições e oportunidades para os jovens. O jovem que não consegue oportunidade para trabalhar, ao chegar em sua casa - seja ela numa favela, ou mesmo num bairro rico, porque isso não só acontece na área pobre -, pode ser facilmente cooptado pelo tráfico, por um sistema que está fora dessa sociedade que nós queremos construir. É a oportunidade de ganhar muito dinheiro, ou algum dinheiro fácil, mas a possibilidade de morrer rapidamente é muito grande também.

Entrevistadores. Existe um debate sobre desenvolvimento econômico em relação à situação atual do Brasil. O Brasil está entre duas situações como país emergente: uma interna, de dinamizar a economia, colocar mais indústria e etc., consumir mais e a outra de grande exportador. Como o senhor vê essa questão do Brasil agora? Qual direção acha que deve ser seguida?

Artur Henrique. Para mim, o Brasil tem um mercado interno e um consumo extremamente favoráveis associados a uma ampla possibilidade de crescimento, tanto do número de consumidores, quanto da renda. Quando existem programas como o Luz Para Todos levando energia elétrica a milhares de pessoas, fatalmente, haverá um incentivo ao consumo. O problema é que se pagará juros elevados.

O que se precisa construir, dentro do debate do desenvolvimento e fortalecimento do mercado interno, é a necessária articulação com a questão ambiental e formas de produção e consumo mais sustentáveis, cidades mais sustentáveis. Cidades planejadas com esta preocupação, com mobilidade urbana, tudo isso são preocupações relacionadas com o planejamento de longo prazo.

Entrevistadores. Mas esse mercado interno não exige um fortalecimento da indústria?

Artur Henrique. Não só fortalecimento da indústria, mas também de outras áreas. Por exemplo, continuaremos produzindo veículos de uso individual, ao longo dos próximos vinte anos, ou vamos acelerar a ciência e a tecnologia brasileiras para produzir caminhões, ônibus, metrô, veículos que sejam de melhor qualidade, com tarifas mais baixas e que as pessoas tenham condições de utilizar? Não estou dizendo que os veículos individuais vão acabar. Mas que as pessoas possam ter esse tipo de opção. Isso tem a ver mais com indústria? Tem. Tem a ver também com crescimento do comércio e da agricultura familiar, mudanças no modelo agrário, crescimento da construção civil. As oportunidades, portanto, de crescimento do mercado interno são muito grandes porque nós temos ainda muitas desigualdades regionais.

O Brasil conseguiu diversificar sua exportação, mas continuo defendendo que não podemos ser exportadores apenas de matéria-prima, precisamos ser exportadores de materiais com valor agregado. E acho que isso deve virar a base do modelo brasileiro, o que não quer dizer que não continuaremos a ter uma importância fundamental no mundo em, por exemplo, produção de alimentos. Porque faz parte da natureza brasileira produzir alimento e isso é bom para a Balança de Pagamentos brasileira. Temos que fazer diferença na indústria, em minérios, e outros que podem melhorar essa situação. Mas entendo que as duas coisas têm que andar juntas, tanto a melhoria do comércio exterior com valores mais agregados para gerar emprego e melhorar a qualidade, quanto o fortalecimento do mercado interno.

Entrevistadores. Para onde o senhor vê o caminho para diversificação das exportações atrelado às escolhas de política externa do país?

Artur Henrique. Vejo que ainda tem uma parte das exportações de matérias-primas voltadas principalmente para Europa e Estados Unidos, e para a África, nessa relação sul-sul. Do ponto de vista da indústria ou de setores industriais que não sejam fornecedores de matéria-prima, mas de valor agregado para fortalecimento do mercado, temos ainda muita possibilidade de construção e de crescimento, mas para isso é preciso "enxergar" o Brasil de outra forma. É preciso diversificar a pauta de exportação para esses produtos de maior valor agregado, no contexto de uma estratégia latino-americana. Quer dizer: investimento em ciência e tecnologia. Enquanto estamos falando em biodiesel, os países estão falando em biodiesel de segunda geração: enquanto ficamos debatendo aqui se usaremos álcool ou biodiesel, tem gente que está adiantadíssimo no carro elétrico. Daqui a pouco, se muda o padrão de produção de veículos e você fica no padrão do século passado. Investimento em ciência e tecnologia é fundamental para quem quer ganhar espaço.

Entrevistadores. Como o senhor vê o papel do Estado, a questão da democracia, o que acha que seria necessário para construir um novo patamar de rela-

ções interpoderes? Por exemplo, hoje em dia como está a relação entre Executivo, Legislativo e Judiciário?

Artur Henrique. Já falei da democracia participativa, da democracia direta e de outros mecanismos importantes de ampliação da participação social nos rumos do país, como também da reforma política que é fundamental para consolidar e ter instituições cada vez mais fortes e mais representativas no Brasil. Creio ser necessário repensar o papel dos chamados Poderes hoje. Temos a seguinte situação, em minha opinião: primeiro se tem uma judicialização da política e uma politização do judiciário extremamente preocupante. Hoje, por exemplo, se demora muito tempo para fazer todo um debate aqui na sociedade civil, seja no Conselho, seja nas conferências. Aí aprova uma determinada coisa, vai para apreciação do Congresso, passa mais um tempo para aprovar no Congresso; e quando aprova, vem alguém e entra com uma ADIN2 no Supremo Tribunal Federal.

Entrevistadores. O senhor acha que existe ainda um processo de amadurecimento necessário?

Artur Henrique. Sim, de amadurecimento e aprimoramento das instituições. Há três poderes: o Legislativo, o Judiciário e o Executivo. Além disso, considero que, hoje, no Brasil, há um quarto que é o poder da mídia, principalmente os veículos de comunicação de massa.

Entrevistadores. E aquela questão do governo, por exemplo, quando está fazendo obras do PAC, muitas vezes encontramos no noticiário que o Tribunal de Contas ou o Ministério Público entram com ação para embargar a obra, questionando alguma coisa de origem operacional ou financeira. Como fica o papel da sociedade nessa questão da cobrança e da participação para não sair prejudicada?

Artur Henrique. Acho que a sociedade deve participar. É preciso mais democracia, mais transparência e maior controle social. Quando se fala em controle social do Judiciário, há uma enorme gritaria, como foi a proposta de controle externo do Judiciário. Qualquer sociedade democrática do mundo que tem ampliação de espaços de participação social da população cria mais controle social sobre estes Poderes, absolutamente mais saudável do que uma situação de redoma, onde esses poderes se fecham e ninguém consegue ter nenhum nível de participação ou de controle social.

Esse debate, por exemplo, sobre o Tribunal de Contas, quero crer que haverá espaço para isso nesses debates democráticos que estamos fazendo sobre Tribunais de Contas e cargos vitalícios que temos no Brasil. Temos alguns cargos que supostamente são vitalícios para manter certa independência de qualquer tipo de

2. Ação Direta de Inconstitucionalidade (N.E.)

tentativa de pressão, de qualquer coisa que o valha, mas que hoje não conseguem mais cumprir este papel.

Por outro lado, há a preocupação, por exemplo, com a quantidade enorme de desvio de recursos públicos que acontecem em obras e licitações públicas e continuam acontecendo. Nesse caso, precisa ter equilíbrio entre a importância de ter controle e ao mesmo tempo não inviabilizar o andamento da obra. Uma coisa é ter controle e fiscalização, o que é necessário, e outra é inviabilizar a obra por conta de uma determinada irregularidade que, por exemplo, pode ser sanada e que, pela legislação hoje em vigor, se interrompe obras importantíssimas, causando prejuízos à sociedade.

Entrevistadores. E sobre a composição desses órgãos, quem faz parte, quem é capacitado, tem alguma ideia de como oxigenar isso?

Artur Henrique. Sou defensor da ampliação da participação social e dos atores sociais. Há uma proposta da CUT que depois as outras centrais e o próprio Conselho aprovaram, de ampliar o Conselho Monetário Nacional para participação dos trabalhadores/as e empresários. Há uma preocupação muito grande do mercado para que isso aconteça e ainda não conseguimos vencer esta etapa. Tendemos a trabalhar numa forma de construir conjuntamente. A democracia no Brasil é muito nova, é muito recente. Espero que consigamos construir cada vez mais instrumentos de controle social, inclusive sobre esses órgãos.

RICARDO PATAH

Presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT

Ricardo Patah é presidente da UGT - União Geral dos Trabalhadores e presidente do Sindicato dos Comerciários de São Paulo, entidade na qual atua desde 1991, tendo ocupado vários cargos até assumir a Presidência, em 2003. Graduado em Direito pela Universidade São Judas Tadeu e em Administração pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, Ricardo Patah foi fundador da Força Sindical em 1991, sendo Tesoureiro Geral da Força Sindical de 1993 até seu desligamento em 2007. Representante na OIT em 1999; Representante dos Trabalhadores do Conselho Curador do FGTS em 2001; do Conselho Nacional da Previdência 2005 e do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social desde 2007. Como dirigente sindical, Ricardo Patah defende um novo rumo para o sindicalismo brasileiro, incorporando as ideias de cidadania, ética e inovação, e agregando ao movimento sindical os excluídos do mercado de trabalho: os desempregados, os trabalhadores na informalidade e os brasileiros que estão à margem do processo produtivo.

Entrevistadores. Temos eventos que vão acontecer em curto prazo como a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e as Olimpíadas de 2016. Ao mesmo tempo, outros eventos que são temas que irão de alguma forma mexer com o desenvolvimento econômico do país, especialmente no que se refere aos desafios a partir do PRÉ-SAL, a matriz energética brasileira, questões de ciência e tecnologia e a educação. Como, em sua opinião, essas questões se colocam para o futuro do Brasil?

Ricardo Patah – Observando o Brasil hoje, depois de superada uma série de adversidades, o Governo conseguiu, por meio da sua sensibilidade, tirar milhões de pessoas da linha da miséria, ter um foco muito forte e determinado na condução da política monetária, uma percepção emblemática da extinção da dívida externa, e capacidade para viabilizar, dentro do nosso país, a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Temos uma impressão bastante positiva dos encaminhamentos que estão sendo feitos, no sentido de dar dignidade para o povo brasileiro, melhorar a sua auto-estima e mostrar uma governabilidade, em especial, levando em consideração todos os atores sociais do nosso país, não tendo em nenhum momento a discriminação ou qualquer possibilidade de eliminação de forças, quaisquer que sejam elas, que tenham interesse em construir um Brasil democrático, um Brasil com inclusão social, que efetivamente possa nortear, pela sua dimensão e história, os destinos do mundo. Logicamente levando em conta as necessidades fundamentais do povo brasileiro.

A transposição, por exemplo, do Rio São Francisco, numa atitude de coragem que demonstrou a sensibilidade em levar ao povo que construiu o Brasil, que é o povo nordestino, uma das necessidades vitais, porque a água significa vida para essa população.

Eu tenho percebido, com bastante alegria, que a condução do nosso país tem sido feita com o intuito de resgatar aos brasileiros aquilo de mais caro que é, na realidade, a sua própria cidadania. É lógico que os temas que você coloca nos faz refletir, pensar e criticar. Por exemplo, a educação é um tema que eu, como presidente da UGT, mais empunho a bandeira. Acho que a educação no Brasil, por mais esforço que tenha feito o Ministro Haddad, que é um homem competente, por mais que o Presidente da República tenha demonstrado interesse, nós estamos realmente muito mal nessa área.

Como é que nós verificamos isso? Por exemplo, segundo dados da UNESCO caímos 12 posições. Os resultados de provas de matemática e português nos colocam numa linha muito ruim de percepção em relação a outros países do mundo. Professores sofrem descaso, são mal remunerados, situações graves ocorrem nas salas de aulas, onde alunos colocam até fogo nos cabelos das professoras, as drogas que são traficadas, infelizmente, nas portas das escolas, enfim, é uma série de situações que demonstram que a educação ainda não está merecendo, de forma clara, a atenção que se faz necessária. Educação é um ponto que, para mim, é o gargalo mais importante. Isso também se vê na distribuição de renda, por mais que tenha havido uma melhoria, com a política do salário mínimo, que capilarizou bilhões de reais pela economia.

É bom deixar claro que nós percebemos os esforços, mas os resultados são muito distintos. Por exemplo, o Bolsa Família, que trouxe, efetivamente, uma capacidade, capilaridade de distribuição de renda e que fez com que o Brasil tivesse a mesma capacidade de superação da crise que outros países do mundo tiveram e o Brasil conseguiu superar, foi uma atividade de superação. Mesmo assim nós ainda temos, segundo o IBGE, 190 mil pessoas com metade da riqueza do Brasil e 190 milhões com a outra metade da riqueza e com toda a pobreza. Ainda percebemos uma distribuição de renda muito adversa, que não permite a efetivação da democracia que sonhamos.

No que tange aos temas-eixo colocados, são muito importantes a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Existem noticías nos jornais de que o Brasil está atrasado nas reformas, por isso precisamos resolver os gargalos ainda dos aeroportos, dos portos, das estradas.

Na realidade, o PAC, não há dúvida, é uma coisa inteligentíssima e tem que ser muito bem potencializado, porque todas as questões foram postas. Mas nós vimos que ainda falta eficiência na utilização desses recursos. Do ponto de

vista estratégico, acho que isso vai ao encontro das nossas necessidades e, como falei logo no começo – da auto-estima do povo brasileiro – é muito importante o brasileiro recuperar isso com dignidade.

O pré-sal é uma riqueza extraordinária, é o nosso futuro, é a poupança do Brasil, é a possibilidade da redenção do povo brasileiro. Realmente, precisa ser muito bem estruturado, e os recursos direcionados para áreas estratégicas como educação, meio ambiente, saúde. Isso tem que ser vocacionado porque nós temos exemplos que nos deixam intranquilos.

Macaé, que é o segundo município do Brasil, em *royalty*, não tem saneamento básico adequado. Então, possui imensa riqueza e não consegue distribuir essa renda para sanear, que é uma das necessidades vitais. Temos todas as possibilidades. O Brasil realmente é, hoje, um país vocacionado a ser uma grande potência. Todas as possibilidades são colocadas, precisamos ver de que forma podemos efetivar essa riqueza, traduzida nas questões mais basilares educação, saúde, segurança pública ou até o próprio meio ambiente, como prólogo.

Entrevistadores. Em relação à área de atuação, como o senhor caracteriza a realidade atual?

Ricardo Patah. Como sindicalistas, nós percebemos nesses últimos anos grandes avanços. Temos uma política de salário mínimo que nunca foi vista, talvez só na época de Getúlio Vargas, onde realmente se inicia um processo de recuperação e de resgate da dignidade daquelas pessoas que construíram o Brasil. Ainda não está dentro das necessidades que o DIEESE, por exemplo, coloca, mas de qualquer forma um crescimento de mais de 40% real. Isso é inédito, e demonstra que estamos no caminho certo, possibilitou aos filiados da UGT um contentamento importante, mesmo àquelas pessoas que ganham mais que um salário mínimo.

A questão da Emenda 3[1], vetada pelo Governo, também foi uma atitude corajosa e importante, porque ela traria uma flexibilização muito ruim à relação capital e trabalho, significaria precarização, ou na realidade até ampliação da informalidade. Então, o Governo vetou, sensível aos anseios das centrais sindicais. Nós estamos agora lutando pela redução da jornada, conquista que imagino possa acontecer nos próximos anos. O Governo tem, também, uma responsabilidade importante que colocou em discussão e ajudou as centrais sindicais a abrir uma estrada no sentido de termos uma redução importante, senão para 40 horas, pelo

1. Emenda que vedava aos auditores fiscais da receita unificada considerar nulo "pessoa, ato ou negócio jurídico que implique reconhecimento de relação de trabalho, com ou sem vínculo empregatício", sem decisão judicial prévia. O fiscal, então, perde o poder de desconstituir uma relação contratual que oculta um vínculo empregatício, o que fortalece o poder das empresas diante dos trabalhadores e estimula o não-cumprimento das normas trabalhistas. Trata-se, portanto, de flexibilizar, por meios indiretos, a legislação trabalhista em favor das empresas. – Ipea. Boletim de Políticas Sociais - Acompanhamento e Análise nº 14, 2007. (n.e.)

menos para 42 horas. Isso tem um significado de mais 12 dias no ano de possibilidade para o trabalhador se qualificar, de possibilidade para o trabalhador ter uma condição de vida mais razoável.

A questão do Bolsa Família: tirou milhões de pessoas da miséria e, com certeza, milhões de trabalhadores, em especial da área rural. Isso trouxe ao movimento sindical dignidade e uma possibilidade: motivação fundamental para continuar exercendo a sua finalidade que é, na realidade, ir ao encontro das necessidades mais importantes da classe trabalhadora.

Entrevistadores. Como o senhor vê as mudanças do cenário de crescimento econômico brasileiro entre 2004 e 2014?

Ricardo Patah – O próprio nascimento do Conselho, no qual o Governo tem a humildade de ouvir sindicalistas, empresários, atores sociais, demonstra um interesse muito grande em tentar identificar, de uma forma muito objetiva, as necessidades fundamentais do nosso povo. De 2004 em diante as questões colocadas no nosso movimento já demonstram que o Governo caminhou e caminhou muito bem. O Brasil é outro país, tem reservas hoje de mais de 200 bilhões de dólares, é escutado em todos os G's: G-20, G-7, G-10, porque agora ele demonstra a sua capacidade de ter liderança. O Brasil hoje tem liderança. De 2004 até hoje estamos em uma rota de crescimento importante, que está realmente nos possibilitando ser uma potência. Já dizem que em 2015 ou 2020 vamos ser a 5ª potência do mundo.

Entrevistadores. Gostaríamos que o senhor pensasse em um cenário ideal, dentro do seu setor para 2014, como o senhor acha que estará o Brasil no futuro próximo?

Ricardo Patah – Eu acho que deve haver, na realidade, uma continuidade na política social e na política econômica. A crítica que eu faço, de forma muito positiva, é que o período 2010-2014 precisa de um projeto que realmente faça uma revolução na educação. A meu ver, o Brasil está crescendo muito em todos os setores, mas se não houver a possibilidade da qualificação...

Temos que insistir no binômio professor qualificado e possibilidades de ampliar a carga horária para os alunos. Outro fator é a qualificação técnica por conta das mudanças tecnológicas, a qualificação dos trabalhadores e das trabalhadoras para enfrentar as tecnologias que estamos desconhecendo. A educação passa a ser, em um projeto 2010-2014, a meu ver, a questão mais relevante que deverá manter, não há dúvida, essa política econômica e social adequadíssimas.

Outra preocupação é a questão do meio ambiente. Meio ambiente começou a ser discutido muito tarde, e o Brasil é o país, como todos sabem, com maior densidade de rios, em água potável, e maior capacidade de dar vida através das suas

florestas. Nós temos que efetivamente discutir, com clareza, e levar em conta a nossa soberania. Não podemos permitir em hipótese alguma que governo estrangeiro possa, por qualquer argumento, estar nas nossas terras por qualquer tipo de atividade. O Brasil tem que ter muita clareza e imagino que vai dar solução a essas questões.

Entevistadores. Em um período recente o Brasil mudou de patamar quanto à trajetória de crescimento na atividade econômica. No seu entendimento, o que levou o Brasil a essa mudança?

Ricardo Patah – São vários fatores. O primeiro fator é a política econômica, que inicialmente deixou os empresários e trabalhadores reclamando até dos juros, mas hoje percebemos que o Governo estava em uma linha adequada e correta. Tem a questão das reservas, também adequada à política econômica. Ao mesmo tempo, houve uma política industrial, acompanhada de uma grande atividade exportadora, eficiência demonstrada em um conjunto de propostas e de projetos que valorizava o consumo interno. Houve uma série de atividades que levaram o país a se consolidar. Com uma proposta inicial de ter um governo que demonstrasse essa sustentabilidade em todos os seus aspectos, aos poucos e através de suas ações e seus projetos, se consolidou uma possibilidade que nos levou, efetivamente, à mudança, à quebra de paradigmas.

O país quebrou vários paradigmas: a desconfiança internacional, instabilidades econômicas que ocorreram no passado, uma série de situações que deixaram de existir por conta de mudança de postura. Isso nos levou a outro patamar que com certeza poderá, para 2010-2014, apresentar mais um crescimento, mais uma capacidade de ultrapassar adversidades; e, no caso específico que eu já disse em várias oportunidades, a questão da distribuição de renda e a questão da ampliação da inclusão social.

Entrevistadores. Nessas projeções para o futuro, como o senhor vê o Brasil nessas áreas citadas, meio ambiente, inclusão social? Em que nível estará o Brasil nesse horizonte temporal?

Ricardo Patah – O Brasil vai ser muito pressionado por forças internacionais a realizar algumas mudanças de conduta. Eu acho que o Brasil, é lógico, não pode usar como argumento que a Europa, por exemplo, acabou com todas as suas florestas, assim como os Estados Unidos, a China que continua com excesso de poluição, outros países também. Logicamente, deve continuar fazendo a sua lição de casa, sem ceder em hipótese alguma, a sua soberania.

Nessa questão do desmatamento, por mais que tenha havido diminuições nos últimos anos, ainda existem muitos "empresários", na minha opinião, sem o patriotismo necessário, pois continuam querendo auferir lucros absurdos, desmatando, vendendo madeiras, o que não se pode mais fazer, colocando gado em

áreas importantes, de maneira que eu acho que o governo, nesse aspecto, tem que ser muito mais rígido, muito mais fiscalizador, porque significa sério risco para a vida dos nossos filhos, dos nossos netos, para a sustentabilidade do próprio planeta, não só do nosso país.

O governo tem que ser muito mais severo. Existem negociações de grandes quantidades de terras por pessoas estrangeiras, com finalidades estranhas ao interesse nacional. Eu acho que o Brasil devia valorizar a fiscalização e criar estratégias mais fortes nesse sentido. Foi feita uma Medida Provisória recentemente, considerando esses aspectos, para tentar iniciar um processo de limitações, de anistia para alguns fazendeiros, a fim de tentar uma parceria, porque lógico, nós temos brasileiros extraordinários, e não só malandros.

Entrevistadores – Em relação ao novo patamar de crescimento econômico, em que área se poderia investir mais para gerar mais emprego e renda?

Ricardo Patah – A área de construção civil, como o governo já anunciou, em relação ao custo-benefício, é uma das áreas mais importantes porque gera milhões de empregos. Nesse sentido, o Programa "Minha Casa, Minha Vida" é uma possibilidade importante, que deve ser continuada. Temos também necessidade das grandes obras estruturais; fora o estado de São Paulo, a maior parte do país, infelizmente, é muito carente. Temos que valorizar as hidrovias, que são muito usadas, inclusive o custo das implantações das hidrovias é muito mais baixo que rodovias ou qualquer tipo de forma de transporte. Grandes obras estruturais geram emprego, diminuem desperdícios e geram riqueza.

Entrevistadores – Qual a sua opinião sobre a política adotada em relação ao salário mínimo?

Ricardo Patah – Não há duvida de que essa política é extraordinária. É fácil perceber como os aposentados no passado eram até desqualificados, em alguns momentos chamados de vagabundos. Hoje existe um processo de recuperação da dignidade dessas pessoas que ajudaram a construir o nosso país. Nordestinos que vieram para São Paulo construir a maior cidade do país, numa carência de mão-de-obra que existia naqueles 1960, 1950, vieram com toda força de vontade, ajudaram a construir e hoje eles começam a ter uma certa dignidade, porque a aposentadoria até pouco tempo significava fim de vida, não tinha motivação pra nada. Essa política de salário mínimo tem a marca do governo, no meu ver tem a marca do Lula é lógico que é o Presidente da República, em especial por ter sua origem sindical, e pela história que teve.

Entrevistadores – E quanto aos indicadores de distribuição de renda, o senhor acha que melhoraram no Brasil? É possível visualizar alguma melhora na população?

Ricardo Patah – Nos últimos anos houve uma pequena melhora: 165 mil pessoas tinham metade da riqueza do país, agora passou para 190 mil. Vimos uma alteração positiva na renda que foi fundamental para as pessoas das classes C e D. Mas mesmo assim existe um fosso muito grande, há uma imensa distância entre os mais ricos e a grande massa. Para diminuir isso, precisamos de uma série de outras políticas, todas elas vinculadas à educação, porque hoje percebe-se, em uma multinacional por exemplo, que o diretor ganha 70, 80, até 100 vezes mais que a pessoa da limpeza, que seria a base da pirâmide.

Isso não existe mais em outros países, diminuiu bastante. A valorização do salário mínimo, que já está sendo feita, deve ser contínua e crescente, aliada a políticas que possam distribuir melhor a renda. Sou a favor, inclusive, de alguns impostos que os empresários não gostam muito, como imposto sobre fortunas. Até hoje quem ganha muito paga muito menos tributos, do ponto de vista relativo, do que quem ganha pouco. O imposto que o pobre paga é muito grande em relação ao que o rico paga. Daí a importância de uma reforma tributária que o Governo tinha prometido, mas ainda não conseguiu implementar. Eu acho que os tributos são muito injustos e, se fizermos uma mudança nessa política tributária, conseguiremos com certeza diminuir um pouco esse fosso que ainda persiste. Mas não há dúvida de que houve melhora no que se refere à diminuição de desigualdades.

Entrevistadores – O senhor acha que o sistema de proteção social, diante do cenário de crise internacional, foi decisivo para o Brasil?

Ricardo Patah – Não há dúvida nenhuma. Eu acho que existem algumas questões fundamentais. Tanto a política de salário mínimo, que injetou bilhões de reais, como o Bolsa Família e também a rapidez com que o Governo tomou decisões, como renúncia fiscal em uma série de produtos, possibilitou efetivamente ao país sair da crise. Os resultados são melhores do que na maior parte dos países do mundo. Isso é mérito do Governo, não há dúvida. Essa política deve continuar.

É necessário manter medidas como renúncia fiscal na linha branca, ou nos próprios automóveis, como já está ocorrendo. Isso deveria ser tomado como exemplo para o Governo iniciar um processo de reforma na atividade tributária, que com certeza possibilitaria uma continuidade do consumo, coisa que no passado os governos eram contra. O Governo exerceu um papel importante como crédito consignado.

Entrevistadores – O senhor acha possível o governo investir em segurança, saúde, educação de forma sustentável?

Ricardo Patah – Essa é a equação mais importante. Porque a própria Constituição já carimba recursos para educação, e estes não são baixos, são

altos. Do ponto de vista proporcional, é maior do que em muitos países considerados de primeiro mundo. Precisamos ver de que forma estes recursos são repassados. Porque não estão chegando à base da maneira que precisam chegar, ou são colocados no orçamento e não são utilizados. É só verificar no fim do ano a disponibilização, o contingenciamento dos valores e ver o que foi usado. A gente percebe que infelizmente não é usado na sua totalidade, não é usado na forma mais eficiente.

No saneamento básico é a mesma coisa: em cidades do Nordeste, bebês morrem por água contaminada e coisas dessa natureza, ou as prefeituras colocam os recursos e não se utilizam ou o fazem de forma errada.

Às vezes, por questões partidárias, nós percebemos que não há uma sintonia entre o governo do estado e o governo do município. Acho que tem que haver uma melhora nessas relações para que todos sejam cúmplices da construção de um país que atenda às necessidades de que estamos falando.

Entrevistadores – Na sua opinião, o que é necessário para construir viabilidade institucional política e avançar e um novo ciclo de desenvolvimento?

Ricardo Patah – Primeiro o Brasil tem que fazer uma reforma política. O Brasil precisa se estruturar, pois ainda temos resquícios de coronelismo, alguns resquícios de feudos. Precisamos, simples e definitivamente ter essa dinamicidade, essa sustentabilidade; temos que ter organismos políticos que tenham a capacidade de percepção, sensibilidade e agilidade necessárias para fazer essas transformações. Uma série de reformas foram propostas, sem sucesso por conta das pessoas que nos representam e muitas vezes não querem fazer mudanças importantes. E aí com certeza, todas aquelas questões que são colocadas, como meio ambiente, educação, segurança pública, todas elas, com certeza, vão ter mais facilidade de serem traduzidas em ações concretas na medida em que tivermos o compromisso das pessoas que são eleitas com as necessidades da população.

Democracia, eleição de tempos em tempos, o arejamento, os limites dos mandatos tudo isso é razoável e já consagrado na nossa cultura recente. Temos uma democracia muito tênue, porque em toda a história do nosso país, foram poucos os anos em que tivemos democracia, mas as coisas devem ser feitas paulatinamente, o governo tem essa preocupação em elaborar projetos de direitos humanos, projetos que vão em busca da igualdade de oportunidades.

Entrevistadores – Como o senhor avalia o grau de amadurecimento dos três poderes no Brasil?

Ricardo Patah – Isso tudo tem a ver com o que eu comentei da reforma política, mas de qualquer forma já houve um avanço na relação entre os poderes. Parece que eles já estão mais sintonizados. Mesmo assim, problemas de articula-

ção entre os poderes atrapalham o desenvolvimento de trabalhos em benefício da sociedade. Projetos como pré-sal e PAC tiveram inúmeras adversidades para iniciar, e ainda estão com uma série de dificuldades.

Mesmo assim, percebo um amadurecimento, porque há um interesse comum em melhorar o país nesses aspetos fundamentais. Mas ainda há muito para mudar. O grau de maturidade e de equilíbrio dos poderes, nesses últimos seis ou sete anos mudou, mas ainda tem muito a ser alterado e ao meu ver só vai ser alterado de forma mais profunda com uma reforma política acompanhada de participação mais transparente da sociedade.

JOSÉ CARLOS BUMLAI

Pecuarista e Produtor Rural

José Carlos Costa Marques Bumlai, produtor rural, nasceu em 28 de novembro de 1944, em Corumbá/MS. Formado em engenharia civil pela escola de engenharia da Universidade Mackenzie em 1968, possui pós-graduação em concreto/especiais com tese de Mestrado "Concreto com ar Incorporado" – Universidade de São Paulo – USP/SP; Grades Estruturas de concreto armado – Instituto de Engenharia; Incêndio, causas e efeitos em grades estruturas – Instituto de Engenharia; Tecnologia dos concretos aplicados a construção civil e pavimentação – ABCP; Administração Econômica – Ministério da Educação – Centro de Produtividade Brasileiro. Experiência profissional: membro do conselho diretor do grupo Bumlai desde junho de 1985, membro do conselho diretor da Constran S.A – Construções e Comércio – 1987/2002. Associações Técnicas e profissionais a que pertence: CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, ASSOCON/ANAPECC – Associação Nacional dos Produtores e Processadores de Carne e Couro de Qualidade – Vice Presidente Administrativo, ACRISSUL – Associação dos criadores do Mato grosso do Sul – Vice Presidente.

Entrevistadores. Quais são as suas expectativas em relação às possibilidades de desenvolvimento trazidas por eventos de curto prazo como a Copa do Mundo de Futebol, em 2014 e as Olimpíadas em 2016?

José Carlos Bumlai. Atualmente, os temas que estão norteando as discussões e conversas a respeito do futuro em curto prazo no Brasil são: Copa, Olimpíadas e pré-sal. Vamos ter uma excelente e maravilhosa Copa do Mundo no Brasil, é necessário e muito bom; assim como as Olimpíadas.

Precisamos ter sucesso no pré-sal? Aí a coisa começar a tomar um caráter mais definitivo. Por quê? Vamos nos preparar durante quatro anos para termos a Copa do Mundo de 2014, durante seis anos para as Olimpíadas de 2016.

Já o pré-sal é um ponto hoje que pode mudar a direção do Brasil de hoje para o Brasil de amanhã. Como é que eu vejo o pré-sal?

Vejo como um marco, um ponto de mudança para o nosso país em todos os sentidos, na educação, na energia, no transporte, enfim; toda a infraestrutura que está implantada em nosso país vai ter que ser reestruturada a partir do pré-sal. Porque o pré-sal vai gerar recursos de longo prazo, é duradouro, é uma dádiva de Deus

para o país, que vem e não vai passar como vai passar o ano de 2014 e nem vai passar como vai passar o ano de 2016. Vai criar uma estrutura econômico-financeira para o país e colocar o Brasil perante o mundo com independência em petróleo.

Pelo que sei, embora os números não sejam definitivos, as nossas reservas vão nos colocar entre os primeiros cinco maiores produtores de petróleo do mundo. Isso vai gerar recursos que vão mexer na educação, na saúde, na infraestrutura do país. A vida do brasileiro se modificará profundamente se, a partir do projeto que está no Congresso, o país distribuir a riqueza para o povo e não ficar apenas concentrado em determinada região. O ganho com o pré-sal é um ganho de longa duração, diferentemente das Olimpíadas e diferentemente da Copa do Mundo, embora os dois eventos sejam muito importantes para o país não só em termos de competição, mas em termos de visibilidade mundial.

Entrevistadores. E temas como matriz energética, ciência e tecnologia e educação estão no caminho certo para fomentar o desenvolvimento?

José Carlos Bumlai. O Brasil tem hoje inúmeras riquezas, temos que pensar em uma matriz energética múltipla. Você pode ter energia a partir do gás, energia hidráulica, eólica, via carvão mineral, a partir da madeira, do bagaço da cana de açúcar etc. Só com isso, já falamos em sete tipos de matrizes, sete tipos diferentes de modelos de geração de energia. Um país que tem toda essa diversidade é um país que pode se dar ao luxo de fazer o melhor *mix* de matrizes energéticas dentro das condições que se apresentam hoje.

Então a matriz energética do Brasil atualmente, com essa riqueza toda, hidráulica, de gás, de bagaço de cana, enfim, só vamos errar se formos muito incompetentes. E isso não vai acontecer porque com os técnicos que temos no Brasil, os grupos de estudo, inclusive o grupo de estudos do próprio CDES, nos quais se debate e se discutem quais as melhores opções que temos e como construir uma miscigenação dessas condições que seja a mais positiva para o país. No mundo, não tem um país com as condições do Brasil, precisamos aproveitar isso e estamos tentando fazê-lo com planejamento de longo prazo.

Ciência, tecnologia e educação são coisas que caminham juntas. Não existe ciência e tecnologia se não houver educação. O cidadão educado corretamente tem condições de ser inserido no mundo da ciência e da tecnologia. Então, sem educação ele não vai a lugar algum. Primordialmente temos que ter uma educação sólida, planejada e de base, no Brasil. Acabo de conversar com alguns amigos aqui do Conselho e vejo que a inovação tecnológica, graças à criatividade do povo brasileiro, põe o Brasil em destaque.

Esta semana, no noticiário da BBC de Londres, um médico descobriu um jeito novo de evitar rejeição aos transplantes de córnea criando uma córnea artifi-

cial a partir das células tronco. É um médico brasileiro! Na Inglaterra, falando português, que foi parar lá talvez por falta de oportunidade de desenvolver a pesquisa aqui. Nós não tínhamos condições de dar a ele o mesmo para fazer a pesquisa aqui e ele fez lá. O que temos que fazer é criar condições para que as cabeças brasileiras fiquem aqui, não sejam exportadas para lugar algum a fim de buscar oportunidades que aqui não tiveram. Essa é minha visão de educação, ciência e tecnologia.

Entrevistadores. Qual a sua opinião sobre o discurso de alguns ambientalistas que criticam os produtores de soja por desmatar determinadas áreas florestadas ou de Cerrado para plantar?

José Carlos Bumlai. Eu vivi uma época onde se precisava ocupar a Amazônia. Isso foi uma decisão de governo. Foi uma época bastante recente, coisa de 30 ou 40 anos atrás.

Então, para ocupar a Amazônia nós chegamos a criar uma convenção e denominá-la de Amazônia Legal, ou seja, o paralelo onde realmente começaria o bioma amazônico foi deslocado para baixo para que nós tivéssemos uma área maior de Amazônia. Com isso, criamos a Amazônia Legal para que os financiamentos que seriam levados para fixação do homem à terra, para a conquista da Amazônia, chegassem também com o mesmo custo do dinheiro que estava chegando para a Amazônia. Ora, isso foi uma estratégia governamental de indução para a exploração daquela área.

Naquela época encontrávamos situações de empréstimos com dinheiro a custo zero para aplicação de calcário para correção do PH do solo na região do Cerrado amazônico – esta é uma região com alta presença de alumínio, para a qual são necessárias altas doses de calcário para correção da terra – tínhamos juro zero, tínhamos correção monetária zero. Esses eram programas espetaculares de conquista do Cerrado e, de repente, nos viramos totalmente contra isso.

É uma questão de pararmos um pouco e analisarmos: ora, o que foi bom ontem não é bom hoje. Então, vamos adequar esta realidade – que para ontem era boa – a uma nova realidade que nós desconhecíamos, ou não dávamos a menor bola, que é o meio ambiente. Há 40 anos ninguém falava em meio ambiente no Brasil. Hoje isso é imperativo, não é mais uma questão apenas de discurso todos os projetos precisam levar em conta a questão ambiental e avaliar seus impactos.

Hoje vivemos outra realidade: precisamos preservar inequivocamente o meio ambiente. Então o que temos que fazer? Achar uma forma de não prejudicar quem já está lá e quem foi levado para lá, porque o governo induziu esse pessoal todo a ir para a Amazônia.

Houve programas específicos e especiais para que isso acontecesse. Como vamos fazer agora a convivência e a mudança desta situação para a situação da

realidade mundial hoje, que é a preservação do meio ambiente? Este é o ponto. Você não tem que ser nem contra nem a favor, temos que buscar soluções para problemas que foram criados e quem criou não foi o homem que lá desmatou, não foi o homem que lá conquistou, foi um plano de governo.

Claro, temos que parar, temos que estancar a derrubada da mata amazônica. Sou contra o plantio de soja em novas áreas da região amazônica. Sou especificamente contra o plantio em novas áreas, até porque acho que se isso acontecesse, teria que ser desenvolvida uma nova semente, uma nova variedade para adaptação àquela região quando nós temos hoje, nas regiões já conquistadas, apenas que aumentar a produtividade com mais eficiência. E isso já sabemos fazer muito bem.

E tem também outra coisa: quanto mais avançarmos para a Amazônia, mais problemas de infraestrutura iremos ter. Já estamos concentrados em determinadas áreas e reclamamos diariamente de infraestrutura, vamos criar mais problemas? Em 1970, quando da criação do Pró-álcool, ninguém perguntou se no estado do Mato Grosso tinha alguma logística satisfatória para colocar lá uma usina de álcool.

Entrevistadores. Considerando as oportunidades e os entraves para a questão do desenvolvimento, como caracteriza a realidade atual em sua área de atuação?

José Carlos Bumlai. Eu vou falar agora como produtor rural e tentar traduzir aquilo que penso que está acontecendo no setor rural. Hoje temos uma grande produção de grãos, de cana-de-açúcar para geração de energia - tanto energia do etanol como energia elétrica - gado, pecuária. Estamos hoje com uma previsão de safra de 148 milhões de toneladas em 2010. Há muito pouco tempo nós achávamos que o Brasil não passaria de 100 milhões de toneladas ao ano. Era uma meta extremamente cobiçada pelo setor e pela sociedade brasileira. Hoje já ouvimos falar que o Brasil vai ter uma safra de 148 milhões de toneladas como uma coisa normal. É fantástico, são 148 milhões de toneladas!

O Brasil tem um modelo multi-vocacional. Olhem o que está acontecendo com o pré-sal, com os grãos, olhem o que está acontecendo com o setor sucro-alcooleiro, aposto no Brasil como um todo. A junção desses fatores, ou dessas situações que nós conquistamos, é que vai fazer do Brasil a potência mundial que esperamos há algum tempo.

O produtor rural não tem sábado, não tem domingo, não tem feriado, porque se ele fica doente no período da colheita não pode simplesmente parar de trabalhar. Quando é sábado ou domingo ele tem que colher a safra, pois, se de repente chove durante a colheita da semana, sobra apenas o final de semana para colher e ele tem que trabalhar.

Muita coisa mudou na área do agronegócio, hoje existe no governo um respeito pelo produtor rural. Eu vi, no CDES, mudanças de conceitos acerca do respeito ao produtor rural que foram, para mim, muito significantes.

O fato de o presidente Lula ser uma pessoa que conhece as dificuldades do campo foi muito bom para o setor. Há muito pouco tempo atrás um empresário do setor sucroalcooleiro era muito mal visto no país, era mal visto como explorador de mão-de-obra. Hoje temos usinas implantadas e nas quais não tem um único cortador de cana. Diminuiu a mão-de-obra? Não, esse cidadão foi reutilizado em outro segmento do agronegócio. Então, a evolução que nós vimos nestes últimos anos no setor é de assustar, é fantástica. E nós já temos programas que estão aí com datas marcadas para acontecer: a erradicação do corte manual, a proibição da queima da palha da cana-de-açúcar para a colheita, essas são vitórias que aconteceram de 2004 para cá.

Entrevistadores. Nesse contexto, quais as perspectivas de crescimento da sua área para o país?

José Carlos Bumlai. Eu acredito no Brasil. O país ainda tem 110 milhões de hectares de terra a serem incorporados ao sistema produtivo, sem falar dos 220 milhões de hectares de pastagens que nós temos e que podem ser aproveitadas. É impressionante imaginar 110 milhões de hectares ainda disponíveis para serem incorporados ao sistema produtivo nacional. Guardado o devido respeito pelo meio ambiente, analisados onde estão esses 110 milhões de hectares, guardado o respeito pela criação bovina, levando-se em consideração a degradação das nossas pastagens, eu acredito que nós vamos ter um crescimento de produtividade, ou seja, carne por hectare, no setor pecuário, vamos ter um ganho de produtividade no setor de grãos pela incorporação de novas tecnologias e novos sistemas de colheita.

Antigamente você colhia um hectare de soja e deixava de 06 a 10 sacos de soja no chão. Hoje, você tem equipamentos - ainda de acesso complicado por conta do custo, mas o governo já está resolvendo isso, criando financiamentos espetaculares – já temos equipamentos que colhem a soja e deixam zero saco de grão no chão, e isso traz um grande ganho de produtividade que tem que ser considerado.

Logo, vejo um avanço muito grande nessa área; no setor sucroalcooleiro, além da transformação do bagaço da cana em energia, o etanol está indo para a indústria álcool-química, além disso, estamos muito próximos de quebrar a cadeia do carbono-5 que nos permitirá fazer o eteno verde a partir do etanol, o que vai nos permitir fazer o plástico verde. Isso inaugurará uma nova e próspera era para a indústria alcoolquímica brasileira.

Então é o seguinte: as portas se abriram. Agora é questão de escolhermos a porta certa para entrarmos e, talvez, escolhermos mais de uma porta para tentar

cultivar com equilíbrio e evitar eventuais complicações lá na frente. São enormes as possibilidades de nos desenvolvermos nesses próximos sete ou oito anos, não só no setor de agronegócio, mas igualmente noutras áreas que são tão importantes quanto.

Entrevistadores. O senhor acha que o Brasil está num novo patamar de desenvolvimento?

José Carlos Bumlai. Sim. Eu já estava aposentado entre 2002 e 2004. Veio o governo Lula, com toda essa potência, essa vontade de resolver os problemas primordiais do país, e voltei a trabalhar. Porque se eu não tivesse voltado a trabalhar, eu, o produtor rural que era em 2004, teria simplesmente desaparecido, seria mais um na multidão.

As oportunidades que se ofereceram fizeram com que eu me abrisse, e saísse de uma atuação exclusivamente no campo. Ainda mantenho o campo como uma atividade absolutamente necessária, grande, não vou dizer que é a principal, mas fui para a indústria de açúcar e álcool, para a floresta, para a geração de energia. Tudo isso não teria acontecido não fossem esses últimos anos. As mudanças que aconteceram no país permitiram, não só para mim, mas para uma centena de milhares de empresários fazer essa abertura empresarial, e foi isso que fizemos.

Entrevistadores. O que o senhor acha da política de exportações adotada nos últimos anos?

José Carlos Bumlai. Hoje a lista de produtos que o Brasil exporta é enorme. E olhe que nós ainda não acordamos para determinados mercados. Eu escuto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva falar em abrir o mercado africano, em vender mais para a América Latina. E isso é ótimo. Houve uma virada na nossa balança comercial, nós não somos mais os primeiros, outros países entraram. Mas o Brasil abriu bastante o leque de compradores; os países emergentes estão todos comprando do Brasil, e isso é espetacular.

Entrevistadores. Em que setor o senhor acha que o país deve investir para gerar mais mão-de-obra e emprego? No seu setor, no setor da indústria, da construção civil?

José Carlos Bumlai. Temos problemas de mão-de-obra. Hoje, com o pré-sal vão faltar 50 mil engenheiros, isso tem que ser atacado setorialmente. Eu não destacaria um só setor, mas cito o pré-sal porque é o momento. Mas, se nós não formarmos mão-de-obra qualificada – e técnicos para orientar essa mão-de-obra – poderemos sofrer um soluço ao longo dessa caminhada. O Brasil precisa qualificar mão-de-obra em todos os setores da sua economia, isso é uma necessidade geral. Por que os bancos vão bem? Porque melhoraram a análise de crédito, que é o ponto nevrálgico dos bancos, essencial para esse setor, investiram muito em

qualificação Já os setores que empregam muita mão-de-obra, se eles não melhorarem, não vão aumentar sua produtividade.

Entrevistadores. O senhor vê avanços na área de indicadores de distribuição de renda e na área social? Se sim, como isso pode ser percebido?

José Carlos Bumlai. Eu sou membro da Ação Fome Zero. A Ação Fome Zero é uma organização não governamental que tem a primeira-dama, Dona Marisa Letícia, como presidente de honra, e foi criada para atuar nessa área social. É tamanha a variedade de atividades que se podia ter nesta área que nós escolhemos duas: a melhoria da merenda escolar e água para as cisternas do Nordeste.

O que vi de melhora na parte social do Brasil segurou o país nessa crise que acabamos de passar. Se analisarmos por que nós saímos tão rapidamente e porque nós já estamos em crescimento novamente, veremos que foi o brasileiro que tirou o Brasil da crise. O brasileiro tirou o Brasil da crise, graças aos programas sociais do governo.

Porque quando se criticava muito o Bolsa Família – a propósito, acho que tem que ser dobrado o valor do Bolsa Família e digo isso de peito aberto - tem que dobrar o valor porque ao se dobrar o valor do Bolsa Família, no dia seguinte come-se mais carne, mais arroz, mais feijão e o dinheiro será melhor distribuído. Ora, quem recebe Bolsa Família não põe dinheiro em poupança, gasta em alimentos. O resultado está aí e vou repetir para você: o brasileiro tirou o Brasil da crise, manteve o giro do consumo aqui dentro e não deixou que as indústrias perecessem como pereceram no resto do mundo. Tirar o pobre da pobreza é fundamental, e isso, sem ajuda do governo, não acontece.

Entrevistadores. E o que o senhor acha da política do salário mínimo?

José Carlos Bumlai. O salário mínimo teve um desempenho espetacular nesse governo, passou de 70 para 300 dólares. Note que estamos falando em dólares. Daqui para frente não sei se vamos continuar a ter essa política de valorização. O que vamos ter que fazer é qualificar esse pessoal que recebe salário mínimo para mudar o patamar de renda em torno do salário mínimo, para que eles saiam do salário mínimo.

É o que falamos anteriormente sobre a qualificação da mão-de-obra, porque com esse crescimento todo que citamos anteriormente, vamos precisar de pessoal mais qualificado. E de onde vem esse pessoal? É exatamente esse pessoal que ganha salário mínimo, você vai qualificá-los e eles vão deixar de ganhar salário mínimo. Então, não estou muito preocupado com o salário mínimo hoje.

Entrevistadores. E como o senhor vê o investimento do Brasil nas áreas de segurança, educação e saúde? O senhor acha que isso requer a parceria do empresariado?

José Carlos Bumlai. Eu ontem ouvi um negócio muito importante. Nós já temos as PPPs – Parcerias Público-Privadas. Pois um grande empresário está fazendo uma proposta do que seria uma PSPP, Parceria Social Público-Privada. Eu acho que o empresariado tem que ser trazido para executar um pouco do processo de melhoria social no Brasil. Ouvi essa proposta feita pelo presidente da Vale do Rio Doce, que é uma visão diferente de uma empresa participar do processo social. Porque, com isso, você divide com o governo, não deixa esses problemas só nas costas do governo. E isso é bom para o país como um todo.

Entrevistadores. Ainda há dificuldades para desenvolver projetos e investimentos nas áreas ambiental e social. Como o senhor avalia essas áreas?

José Carlos Bumlai. Acho que já está ocorrendo mudança na cabeça do empresário. Hoje ninguém vai propor um projeto que sabe que vai ter problemas ambientais e nem pedir financiamento para fazer um projeto desses. Se pedir, o projeto já fica barrado na base. E esse foi um grande passo que nós, involuntariamente, demos. O próprio BNDES hoje, quando avalia um projeto com possibilidade de problema ambiental, o projeto inteiro é reprovado. Outro ponto importante é que o BNDES também exige, por exemplo, que 1,5%¨dos recursos emprestados sejam dedicados ao social. Apenas como exemplo, o grupo que eu represento está envolvido em projetos para os quais foram construídas 1.000 casas para trabalhadores, além de creches e escolas.

Mesmo se não tiver nenhum problema, você tem exigências dentro do seu projeto, de aplicar um porcentual daquilo que está sendo financiado na área social. Isso é um grande avanço para o país, é uma coisa que se fosse estabelecida no Brasil de 40 anos atrás o pessoal daria risada. Hoje é uma realidade. Acredito que nós, em um espaço de tempo bastante pequeno, conscientizaremos o empresariado nacional de que temos que preservar tais, tais e tais biomas, e assim vamos estar muito bem, ambientalmente falando. Até porque, se você mostrar para o cidadão que preservar a madeira dá mais resultado do que derrubar, ele vai preservar a floresta.

Entrevistadores. O que o senhor acha que é necessário realizar para viabilizar o Brasil institucionalmente? O senhor acredita que a democracia no Brasil já está pronta?

José Carlos Bumlai. O Brasil, que tinha um grande medo de que houvesse um desrespeito às instituições com a chegada do PT ao poder, hoje vê que foi uma tranquilidade, as instituições estão preservadas, não me recordo de ter tido tanta tranquilidade para trabalhar como se tem hoje. Os avanços estão aí para todo mundo ver. Evidentemente, tem muito para melhorar, mas os poderes convivem harmonicamente e quem ganha com isso é o país.

JORGE GERDAU JOHANNPETER

Presidente do Conselho de Administração da Gerdau

Jorge Gerdau Johannpeter, 72 anos, é presidente do Conselho de Administração da Gerdau, graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) trabalha na organização desde 1954. Em 1983, ano em que assumiu o comando da empresa, o aço Gerdau era produzido em seis usinas, sendo cinco no Brasil e uma no Uruguai. Hoje, a Gerdau é líder na produção de aços longos nas Américas e uma das maiores fornecedoras de aços longos especiais no mundo. É a maior recicladora da América Latina e transforma, por ano, cerca de 16 milhões de toneladas de sucata em aço. Jorge Gerdau Johannpeter também tem forte atuação na busca pela eficiência e qualidade da gestão nos setores público e privado. Na área da qualidade de gestão, preside o Conselho Superior do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade (PGQP) e integra a Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) e a International Academy for Quality (IAQ). Além disso, é presidente do Conselho de Governança do Movimento Todos Pela Educação, voltado para melhoria da qualidade do ensino no Brasil. Faz parte também do Conselho de Administração e Comitê de Sucessão e Remuneração da Petrobras, do Conselho Superior Estratégico da FIESP e do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo Federal.

Entrevistadores. Considerando como temas para eixos de desenvolvimento econômico em curto prazo, a Copa de 2014 e as Olimpíada de 2016, qual a sua expectativa em relação à contribuição desses eventos para o desenvolvimento do Brasil?

Jorge Gerdau. A grande vantagem desses dois eventos é que vão nos obrigar a forçar um planejamento mais claro e definido na logística das grandes cidades que vão sediar a Copa e isso nos levará também a uma mobilização para que as obras aconteçam, porque normalmente temos planejamentos feitos para o longo prazo, mas sem definição de datas, objetivos, dificuldades financeiras.

A vantagem de ter essas metas definidas e a exigência da data vai nos forçar a executar as obras de infraestruturas necessárias dentro dos prazos definidos, o que é uma mobilização global extremamente importante.

Sobre o aspecto puramente econômico, acho que esses eventos serão bons para o Brasil pela visibilidade mundial, é importante construir uma imagem positiva do país. Ainda sobre as obras, os estádios são extremamente importantes, mas o Brasil é um país tão grande, vamos dizer que estas macro cidades estão exigindo definições das quais a Copa de 2014 é um instrumento motivador, definidor de datas.

Na realidade, é bom lembrar que os desafios que temos para as grandes cidades têm uma dimensão ainda muito maior do que esses dois eventos. Devemos começar a pensar a médio e longo prazo, trabalhamos sempre quebrando galho a curto prazo, as dimensões do país e as condições que fomos conquistando, pela atual situação econômica, nos permitem hoje planejar e definir coisas a médio e longo prazos.

Entrevistadores. Como o senhor avalia o potencial econômico do pré-sal para o desenvolvimento do país?

Jorge Gerdau. Acho que o pré-sal é uma oportunidade fantástica, um programa de investimento enorme que vai mobilizar toda a sociedade, as atividades empresariais e industriais vinculadas à indústria do petróleo, de bens de capital; então, toda a cadeia fica altamente mobilizada e exige uma atitude de investimento muito grande. Sobre as gerações dos recursos, é uma riqueza fantástica. Eu pessoalmente tenho dúvidas, tomando o exemplo de outros países, de até que ponto essa riqueza tem que ser consumida ou capitalizada.

Temos países que têm riqueza petrolífera e consomem essa riqueza sem capitalizar, o que faz com que essa riqueza em algum momento acabe ou até desvirtue as estruturas econômicas, e então, acho que devemos fazer uma política extremamente conservadora e ortodoxa, capitalizar ao máximo os recursos e nos beneficiar dos frutos, assim a riqueza não termina no prazo que terminará o pré-sal, poderá ser num prazo maior.

Cabe um debate mais profundo acerca da destinação dos recursos. Hoje vemos que há uma grande tendência em discutir como vai se dividir a riqueza do pré-sal. Eu diria que temos muito tempo, pois o programa é longo, até que os frutos venham, a gente ainda pode aprimorar esse debate. Mas eu digo o seguinte: esses recursos têm que ser investidos e não consumidos.

Entrevistadores. O senhor acha que o Congresso Nacional vai estar em linha com o pensamento do governo federal a respeito desse assunto?

Jorge Gerdau. Não vai haver grandes divergências. Talvez, como esse ponto ainda não foi suficientemente debatido, a tendência dos políticos é fazer a festa e repartir a riqueza logo, essa é a tendência dos políticos, mas acho que temos que pensar como nação a médio e longo prazo.

O papel da sociedade nessa questão é de liderança intelectual, ter a inteligência para entender essas ideias é uma responsabilidade enorme do Congresso e dos políticos no sentido de conduzir o processo dessa forma; se não, vai acontecer como na Venezuela, onde o país vende a gasolina a preços baratíssimos internamente e o país continua pobre.

Todos os países que têm petróleo, praticamente, são países pobres. O Brasil não soube ainda lidar com a riqueza, é preciso ser muito frio e racional sobre esse tema. Para direcionar a riqueza para investimentos, educação, capacitação e poder realmente converter o país em um país rico ao invés de fazer a festa da riqueza em curto prazo.

Entrevistadores. E a questão da matriz energética enquanto eixo do desenvolvimento, como o senhor avalia a gestão dos recursos energéticos?

Jorge Gerdau. O Brasil tem um potencial com opções energéticas únicas no mundo. Falta ainda consolidar um planejamento de longo prazo para estabelecer o claro balanceamento entre as energias disponíveis. É pacifico que hoje ainda temos reservas hidroelétricas que são a opção mais econômica, melhor e menos poluente.

Estamos buscando opções termoelétricas por ter faltado, há 10 anos ou mais, o planejamento estratégico de aproveitamento em hidroelétricas; estamos atrasados nesse sentido e as opções que existem normalmente não são tão boas para o meio ambiente e são mais caras. Na questão de fornecimento de energia, a partir dessa riqueza fantástica, devemos definir políticas de longo prazo, aproveitando cada uma das opções que existem, dentro de uma visão ambiental indiscutivelmente importante.

A energia é ferramenta de competitividade no processo empresarial e industrial, estamos perdendo pelo atraso dos processos hidroelétricos, estamos hoje com um percentual termoelétrico que encarece a energia, e também polui mais, estamos atrasados. Esse atraso vem em grande parte da falta de planejamento estratégico, de falta de utilização dos sistemas de investimento.

Entrevistadores. Como o senhor vê a área de ciência e tecnologia no Brasil?

Jorge Gerdau. O cenário se desenvolveu de forma extremamente positiva, com sistema de fundos, etc. Mas ainda temos condicionamentos estruturais em que temos distâncias da Academia com o mundo real, e o contrário também.

Então, quando se tem pouquíssimas universidades fazendo isso – talvez a UNICAMP seja a única e mais alguma universidade em Santa Catarina – onde as pesquisas são orientadas para benefício da sociedade em termos de aproveitamento do conhecimento tecnológico.

Se olharmos para os países de maior pragmatismo em gestão do uso da ciência e tecnologia, estamos ainda em um processo de festejar as publicações e eu gostaria de festejar as publicações. Ainda existem preconceitos dentro da Academia, de que a universidade não tem que se promiscuir em processos da economia real, eu defendo que tem que existir a ciência, mas com uma visão de

aproveitamento tecnológico em benefício do desenvolvimento econômico e da população. O Ministério da Ciência e Tecnologia tem um sistema de bolsas que trabalha nesse sentido, mas ainda dá para descentralizar, creio que um rumo está sendo tomado nessa linha, mas os resultados ainda não estão potencializados ao máximo.

Entrevistadores. O senhor pode fazer uma avaliação a respeito da educação para o desenvolvimento do país? Como o senhor vê a educação hoje? Como ela pode melhorar?

Jorge Gerdau. Esse talvez seja o tema mais complexo que existe. Pessoalmente estou muito envolvido com essa preocupação. Eu diria que nós temos que reverter o processo, ou seja: investimento público tem que ser em cima da educação básica. A educação superior deve continuar com as universidades, mas elas têm que ser auto-sustentáveis, defendo um programa de pagamento de bolsas de longo prazo.

A educação básica é a mais importante, tem que melhorar enormemente a qualidade. O conceito básico que falta é a gestão sobre o sistema. Temos que primeiro melhorar a capacitação dos professores; e lógico que isso não é uma regra igual, pois o país é diverso, temos estados pequenos como o Piauí e as grandes capitais do país, que não são iguais, temos que elevar a capacitação básica dos professores, estabelecer um sistema de remuneração por meritocracia.

O tema educação talvez seja o investimento mais importante que a sociedade tem que fazer. Eu vejo que o empresariado reconhece isso, porque os resultados de uma mão-de-obra capacitada, educada, de produtividade elevada são espetaculares. Existe hoje uma consciência de que a educação tem que se tornar uma prioridade no país.

Enquanto a educação não for a primeira ou segunda prioridade não vamos construir um país moderno. Existem três ou quatro metas que têm que ser perseguidas fanaticamente senão não venceremos a guerra pela educação: remuneração baseada num sistema de meritocracia, capacitação e gerenciamento por avaliação e envolvimento dos pais e funcionários nas atividades escolares.

Educação é o maior patrimônio que as pessoas e a sociedade têm. Temos que investir na capacitação dos professores, como qualquer um de nós, você tem que medir e premiar, medir e premiar. Eu invisto neste processo nos colégios perto das minhas fábricas com um resultado fantástico.

Entrevistadores. Considerando as oportunidades que o Brasil já teve e mais os entraves que também acontecem, como o senhor caracteriza hoje a realidade do seu setor?

Jorge Gerdau. Se o Brasil souber aproveitar bem a estrutura do *boom* mundial, fará uma correção de natureza financeira extremamente importante. Mas não mexemos nas falhas básicas estruturais, seja educação, seja infraestrutura, seja ciência e tecnologia. Existem pontos nos quais praticamente tivemos mudanças muito pequenas nos últimos 10 anos, continuamos com um *déficit* enorme na Previdência, são temas que precisam ser corrigidos, debatidos.

Enquanto não corrigirmos essas deficiências de competitividade para inserir o Brasil como um país rico de pleno emprego não vamos chegar lá, em meu entender. O grande debate não está em como eu faço. Eu tenho que definir o que faço nos próximos anos, mas com uma visão de longo prazo, tenho que definir visões de 10 a 20 anos para frente. No Brasil, o tema que falta hoje é planejamento de longo prazo em todas as atividades, em energia, portos, educação, saúde.

Entrevistadores. O senhor sugere algum cenário positivo na sua área, em umada expectativa de desenvolvimento que o senhor acredite que seria ideal?

Jorge Gerdau. O Brasil continua consumindo 100 quilos de aço per capita. A China já consome 300 quilos per capita. O que fazer para o Brasil chegar a 300 quilos de consumo de aço per capita? O que fazer para chegar aos padrões médios, que são 400 ou 500 quilos? Isso passa por níveis de investimentos que o Brasil não faz. O Brasil, nos últimos 20 anos – fora estes 4 ou 5 anos influenciado pelo último *boom* e pela política financeira correta que foi feita – fez correção financeira, mas as correções de competitividade básica seja em educação ou investimentos não aconteceram.

Gostaria que o Brasil chegasse a um consumo de 300 quilos per capita no meu setor porque temos hoje 100% de capacidade maior do que a demanda interna e somos obrigados a exportar este excesso em um mundo tremendamente difícil, que não está comprando. Eu estou falando em aço, mas na realidade isso é um indicativo de que realmente é possível converter o país nos próximos 20 ou 30 anos em um país rico.

Entrevistadores. O Brasil recentemente mudou de patamar quanto à trajetória de crescimento da atividade econômica. Em seu entendimento, o que levou o Brasil a atingir este patamar?

Jorge Gerdau. Acho que o Brasil conseguiu, essencialmente, pela política macroeconômica reverter a insegurança financeira, transformando-a em estabilidade. O Brasil soube aproveitar o *boom* mundial e fez exportações maciças de setores primários, de *commodities* e minérios e assim vai continuar – se o MST permitir que a agricultura empresarial perdure – porque foi ela quem criou os 200 bilhões de dólares que nos deu esta autonomia gerencial. É extremamente importante reconhecer isso: a capacidade empresarial do setor de agricultura

empresarial. Aproveitando os preços internacionais, o Brasil conseguiu exportar e fazer essa riqueza de geração de divisas. Para gerar emprego eu preciso fazer investimento no processo de manufaturados, a cadeia produtiva de manufaturados é que vai me gerar empregos porque o setor primário gera poucos empregos. Para isso eu preciso fazer uma estratégia de criar níveis de competitividade internacional e nisso nós ainda estamos atrasados.

Entrevistadores. O senhor acredita que se o país investisse mais nas áreas social e ambiental teria condições de avançar mais?

Jorge Gerdau. Eu diria o seguinte, que o investimento na área social, para mim, é absolutamente necessário, estão aí os problemas de Bolsa Família etc. Um país com a riqueza que o Brasil atingiu não pode ter fome, não pode aceitar que tenha fome. Mas fazer esta relação de dependência, não; eu prefiro que se crie emprego. Se o sistema não gera emprego, vamos estabelecer metas para gerá-los.

A primeira meta fanática que temos que, teoricamente, perseguir é o pleno emprego, para poder minimizar a necessidade de Bolsa Família. Essa meta socialmente está correta, tem que continuar melhorando os padrões sociais de educação e saúde; mas eu gostaria que o programa de apoio às famílias pudesse ser minimizado para dar dignidade à relação das pessoas, pelo trabalho, pela autonomia individual.

Entrevistadores. Voltando a falar um pouco de números, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou recentemente que acredita na uma criação de um milhão e meio de postos de trabalho em 2010. Este número o senhor considera adequado?

Jorge Gerdau. É um número bom em relação ao passado, a legalização da carteira de trabalho, os programas de incentivo e o sistema de legalização das micro-empresas foram peças-chave nesse processo. O nível de taxa de crescimento do emprego tem que aumentar mais ainda porque tenho que analisar o seguinte: qual o crescimento populacional que tínhamos há 20 anos? Era um crescimento demográfico perto de 3%, então temos uma entrada no mercado de trabalho de 3% de população ao ano. Esse número provavelmente deve ser mais ou menos dois milhões e meio, ou algo deste tipo, então há uma diferença a ser complementada. Mas, comparada ao que era, a evolução foi fantástica.

Entrevistadores. O senhor acredita que a capacidade de exportação deve ser intensificada ou deve-se focar mais o mercado interno?

Jorge Gerdau. Acho que temos capacidade de continuar exportando, mas o fortalecimento do mercado interno só vem por um caminho: emprego. Porque o pessoal sojicultor não deixa de vender soja por falta de vontade, preferem vender tudo aqui. No meu setor é a mesma coisa, tenho um consumo de 100 quilos de

aço e gostaria de vender toda a minha capacidade aqui dentro, mas não vendo por falta de poder de compra da população.

Poder de compra se faz gerando emprego. A política de geração de emprego acontece por processos de geração industrial e de serviços, são os dois setores que mais geram emprego. Serviços só tenho com riqueza interna, então nosso nível de riqueza ainda não gera tanto serviço para atender. Temos que gerar emprego industrial e emprego industrial eu só gero se eu tiver competitividade; e competitividade só tenho se eu investir no processo e fizer as correções da não-competitividade que o Brasil ainda tem: impostos sobre folhas de pagamento, coisas erradas que precisam ser corrigidas.

Entrevistadores. O Brasil está em outro patamar de crescimento econômico. Quais oportunidades o senhor vê para que isso se aprimore e que entraves devem ser superados para continuar a construção desse novo patamar?

Jorge Gerdau. O fator juros continua sendo bastante limitativo e o baixo crescimento econômico no Brasil vem em primeiro lugar pela insuficiência de investimento, principalmente do setor público. Consequentemente, a não-competitividade global do país é uma realidade, seja por falta de infraestrutura, seja por falta de alguns sistemas de investimentos, tributário e de previdência.

No mundo inteiro a Previdência Social é um fator de capitalização, é fonte de capitais de longo prazo, no Brasil a Previdência Social é um fator de descapitalização, embora a Previdência Complementar esteja ajudando neste sentido.

Então, vamos dizer que temos três ou quatro reformas básicas que têm que ser feitas: i. Previdência: zerar o déficit; ii. Tributação: o sistema tributário não pode exportar impostos; iii. Investir maciçamente na capacitação e na educação, e dentro dessa visão aprimorar a logística para ser realmente efetivo. São medidas assim que vão colocar o país em nível de competitividade mundial; e se eu tiver competitividade mundial, tenho como investir e gerar emprego, o ciclo é este.

Entrevistadores. Existe uma linha de argumentação que afirma que o desenvolvimento é intensivo em governo e isso tem seu custo, então como vamos investir em educação, saúde, segurança pública de uma forma sustentável, como gastar de uma forma sustentável?

Jorge Gerdau. Mistura-se o conceito de governo forte com tamanho. Quanto maior ele é, mais difícil é gerenciar e maior é a bagunça. Um governo forte é o que faz cumprir as leis e consegue ter uma organização eficiente. Quanto menos o governo tiver que executar e puder delegar a terceiros mais econômico e mais eficiente ele será.

Os melhores colégios de Porto Alegre, da elite, são mais baratos que os colégios públicos. Então, por incompetência gerencial o governo provê um colégio ruim para as crianças enquanto tem um colégio privado bom que custa mais barato que o colégio público. Basta calcular quanto custa um colégio público por aluno.

A execução pode ser privada ou pública; porque, teoricamente, eu poderia, ao invés de oferecer um colégio público ineficiente que não valoriza o professor, oferecer uma bolsa para pagar o colégio privado, o melhor que tiver. Logo, o problema é o seguinte: a política social tem que estar definida, quanto à execução eu posso ter vários processos.

Entrevistadores. Então, em sua visão a questão do investimento público nas áreas de saúde, educação e segurança pública deveria ser uma coisa partilhada com a iniciativa privada?

Jorge Gerdau. Eu não tenho a resposta satisfatória, tem que melhorar a questão do setor público. Trabalho neste campo. Nos projetos em que tenho trabalhado, em melhoria de gestão pública de estados pobres como Alagoas, Sergipe, Pernambuco, cada real aplicado em melhoria de gestão gera R$ 75,00 a R$ 90,00 de retorno. Melhorar a gestão é decisivo. Mas quanto maior for o estado mais complexo se torna o processo.

O problema de ser grande e não funcionar bem não é um privilégio público, o setor privado é igual. Então, temos que buscar as melhores soluções, que mais beneficiam o povo. Não quero diminuir o investimento social, sociedade e governo devem construir contratos inteligentes, encontrar a melhor solução. Pergunto ao cidadão se não seria bom para ele a escolha entre a bolsa ou o colégio público. Existem soluções desse tipo. A creche privada em Porto Alegre, por exemplo, sai ao custo de um quinto da creche pública.

Então eu, pessoalmente, como trabalho muito no apoio ao Terceiro Setor, acredito demais na capacidade da sociedade. As coisas não são fáceis, têm que ser planejadas em longo prazo dentro de uma visão mais eficiente.

Entrevistadores. O que em sua visão seria necessário para construir viabilidade institucional e política e avançar em um novo ciclo de desenvolvimento para o país?

Jorge Gerdau. Eu sou profundamente convicto de que agências tecnicamente estruturadas e independentes são um fator de desenvolvimento social importante, até para diminuir a dependência do Estado. Porque só posso colocar os setores privados para trabalhar em setores públicos, de interesse público, se eu tiver agências fortes. Se eu não tiver agências fortes não consigo trabalhar, então agências independentes e não politizadas são um mecanismo de aprimoramento do país.

Entrevistadores. O senhor acha possível definir políticas públicas tendo governabilidade com democracia? As duas coisas funcionam juntas para desenvolver o país?

Jorge Gerdau. A democracia tem um custo caro. Mas, como opção de vida eu tenho que criar essa capacidade de viver em uma democracia. Então, eu não abro mão da democracia, com todas as suas liberdades estruturais, liberdade de opinião, liberdade política, liberdade religiosa, liberdade de ir e vir, liberdade de optar por profissão e até a liberdade de ser vagabundo eu devo ter.

Entrevistadores. E quanto à relação sociedade e governo como democracia participativa, é uma questão que deve ser aprofundada, aprimorada, ou o senhor acha que não precisa?

Jorge Gerdau. Eu acho que tem coisas para avançar, só não gosto das coisas não institucionalizadas, sistema participativo que não regula o sistema de representação. Eu quero representações legalizadas e não as que vencem pelo barulho.

Entrevistadores. Sobre o pacto federativo e a sua governabilidade. Muitos pontos estão em debate. O senhor acha que é importante incluir temas, como por exemplo, o manejo dos recursos naturais como o que está acontecendo no Brasil, a biopirataria, emissão de carbono, os conflitos na questão de terra, reforma agrária, questão indígena e ambiental, a poluição e destinação final de lixo, porque são temas que de qualquer forma possuem uma defasagem entre a governabilidade e o pacto federativo porque não é uma coisa só do governo federal. Isso tudo tem que envolver outras instâncias. Como o senhor vê essa discussão?

Jorge Gerdau. Volto novamente ao problema de governança, não conseguimos definir estratégias claras sobre estes temas básicos. Como eu vejo o país ambientalmente daqui a 10 ou 20 anos? Eu não posso improvisar nem delegar. O tema de estrutura de governabilidade não está estabelecido e quando você faz essas delegações a diversas instâncias é pacífico, porque qualquer gabinete desses pode inventar de trancar para cá ou para lá, as coisas têm que estar subordinadas a políticas globais.

Acho que a gente tem, além disso, os conflitos ambientais, se a gente não cuidar, os países desenvolvidos vão querer trancar o nosso desenvolvimento e eu digo o seguinte: que me comprometo a usar as melhores técnicas ambientais do mundo nos nossos processos industriais, mas não quero ter limitações globais, quantitativas, que me impeçam o crescimento e o desenvolvimento. Se os outros estão fazendo demais e eu de menos, eu quero, per capita, ter o mesmo índice de CO2 a ser gerado.

LUIZ AUBERT NETO

Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – ABIMAQ

Luiz Aubert Neto, 51 anos, é engenheiro mecânico de produção, graduado pela FEI, com pós-graduação em Administração Financeira e Contábil pela CEAG/FGV. Em 1987, passou a atuar na Aubert Engrenagens, empresa criada em 1950 por Luiz Celestino Aubert e Nelson Aubert – respectivamente seus avô e pai (ambos já falecidos), especialista em fabricação de engrenagens e redutores para as indústrias naval, metalúrgica, mineradora, siderúrgica, de papel e celulose, de açúcar e álcool, entre outras. Atualmente dirige a empresa junto com o irmão, Walter Aubert. Luiz Aubert Neto é membro da ABIMAQ desde 1987. Atuou como diretor-tesoureiro da entidade e desde 2007 é seu Presidente. Além disso, é membro da junta FINAME do BNDES; Conselheiro do CDES – Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República; conselheiro do CONEX – Conselho Consultivo do Setor Privado da CAMEX; membro do Conselho Temático Permanente de Educação da CNI; membro do Conselho Temático Permanente de Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico da CNI; membro da Comissão Intersetorial da Indústria para a Reforma Tributária da CNI; membro do Conselho de Agronegócio – CONSAGRO do MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, membro do Conselho Deliberativo da PROTEC e membro da Divisão de Insumos do Departamento de Agronegócio – DEAGRO, na FIESP.

Entrevistadores. Quais as expectativas em relação às possibilidades de desenvolvimento trazidas por eventos de curto prazo como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 e temas atuais de longo prazo como o pré-sal, matriz energética, ciência e tecnologia e educação?

Luiz Aubert Neto. Receio que a gente perca essas oportunidades. Em minha opinião o Brasil sempre foi o país das oportunidades perdidas, pois é o único país do mundo que tributa os investimentos. Para comprar uma máquina hoje há toda a tributação durante toda a cadeia de produção, que chega a onerar o investimento no Brasil em 40%. Hoje só com câmbio e tributo temos uma perda de competitividade com qualquer concorrente internacional que chega a 40% ou 50%.

Se o Brasil não inverter essa matriz que tributa o capital produtivo em favor do capital especulativo, nós vamos perder uma grande janela e continuar importando tecnologia e perdendo a oportunidade que temos de desenvolver esse país. Porque não existe país desenvolvido que não tenha o setor de bens de capital

desenvolvido. Não tem nenhum: Japão, Estados Unidos, França e Alemanha são os maiores fabricantes de bens de capital do mundo. E o Brasil está caminhando na direção contrária. O país é hoje o maior exportador de minério de ferro, para importar máquina da China, da Alemanha. Se não fizermos essa desoneração do investimento, toda essa possibilidade vai continuar apenas como possibilidade.

Entrevistadores. O senhor não acha que os temas citados podem ter um viés de desenvolvimento econômico para o país?

Luiz Aubert Neto. Sim, há um processo de desenvolvimento econômico, não há dúvida quanto a isso. Mas como você sabe se o país está desenvolvendo ou não? Tem um termo técnico chamado "formação bruta de capital fixo". Nos últimos 10 anos a média brasileira foi de 16.9% de formação bruta de capital fixo; na América Latina foi de 18%. Significa que estamos perdendo da Argentina, Colômbia, de todos esses países. Considerando nossos concorrentes diretos: Rússia, Índia e China, a Formação Bruta de Capital Fixo na China é 35%, o dobro da nossa. Se todos esses programas de desenvolvimento do Brasil resultarem em um aumento da Formação Bruta de Capital Fixo, aí nós vamos sair ganhando, eu acredito nisso. Potencial tem, mas se ele não reverter em números – em Formação Bruta de Capital Fixo, perderemos novamente. Quando o governo lançou a PDP – Política de Desenvolvimento Produtivo, em 2008, tínhamos uma meta de chegar a 23% de Formação Bruta de Capital Fixo, chegamos a 19%, o melhor ano que tivemos.

Precisamos de linhas de financiamento de longo prazo para investir. Veja o bom exemplo do BNDES, que tem hoje juros de 4,5% fixos ao ano, 10 anos para comprar uma máquina, dois anos de carência e ainda pode financiar até 30% de capital de giro.

Quando existem propostas sérias, o empresariado investe. Estamos com um problema básico no Brasil, esse câmbio é mortal para o país. A taxa de juros, por exemplo, o Brasil possui a maior do mundo. Isso é outro problema crônico que temos que resolver. Então, precisamos de linhas de financiamento de longo prazo, taxas de juros compatíveis o ano todo, câmbio favorável para desenvolver a indústria nacional, porque com o câmbio do jeito que está nós perdemos nas duas pontas, eu perco tanto no mercado interno, quanto no mercado externo.

Entrevistadores. O senhor diria que os temas em discussão hoje para o desenvolvimento do país passam por uma questão de redimensionamento de que questões da economia?

Luiz Aubert Neto. Reforma tributária, taxa de juros, e câmbio. Esse tripé é fundamental. Se você não tratar desses três pontos, e tem que ser hoje, tudo isso vai passar entre nossos dedos, poderemos perder outra oportunidade. Tenho esse lado que parece pessimista, mas sei que nunca o Brasil teve uma oportunidade de

mudar tão grande como hoje, de fazer divisão de riqueza, de fazer o país crescer. Mas tem que ter alguém que tenha coragem de mexer nisso.

No Brasil hoje há apenas um setor que sai ganhando – o setor financeiro. Há 30 anos, o Brasil fez essa opção, por isso é um país de oportunidades perdidas. Você não precisa gerar emprego, eu não preciso ser um cara esperto para entrar no meu computador, pegar o dinheiro lá fora, aplicar aqui – não gero emprego, não gero renda.

Na década de oitenta, 70% das máquinas do Brasil eram feitas em território nacional, hoje já estamos perdendo mais da metade. Se não mudar isso não muda o país, mesmo com todas as oportunidades.

Outra bandeira é a energia renovável sustentável: temos tudo para trabalhar, toda a parte de infraestrutura, de ferrovia, hidrovias, trem bala, já devia estar consolidada há muito tempo. O Brasil tem muito o que fazer, mas se não mexer nessa parte vital, não vai acontecer nada. Alguns poucos vão ganhar, mas a maioria sai perdendo.

No nosso último jornal[1] há o exemplo da banana e da bananada. Vamos pegar a banana como uma riqueza. Se eu for só plantar e exportar banana, que tipo de emprego eu gero? Vamos supor que eu queira fabricar bananada. Para eu fabricar bananada tenho que ter alguém que conheça a fórmula de fazer bananada, isso é tecnologia, tem que ter conhecimento. Para eu fazer bananada tenho que ter um fogão. Então vou comprar um fogão e vou desenvolver a indústria do fogão, pois vai ter que ter aço, etc.; para ter fogão, tem que ter gás; para fazer bananada é necessário panela de aço, de inox, vamos movimentar a indústria de panela; tem que ter alguém pra mexer, para trabalhar. Olha a diferença: se eu for fazer a bananada eu mexo com toda a cadeia produtiva.

E o que o Brasil está fazendo? Estamos optando pela banana, estamos exportando minério de ferro para importar máquina, ou seja, a bananada pronta. Isso não gera riqueza. Está claro: o Brasil tem que mudar esse vetor, temos que ser exportadores de valor agregado. Se você pegar um computador portátil ou a tecnologia do gravador ou seu celular, eu te garanto o seguinte: deve ter o equivalente a uns 6 caminhões de soja . Um chip equivale a uma tonelada de soja e estamos importando tudo isso!

Você não pode penalizar investimento, tem que priorizar investimento. O Brasil penaliza, esse é o nosso problema. Na hora em que o meu produto começa a ficar mais barato e eu consigo vender mais, vou gerar mais emprego e isso mexe com toda a cadeia produtiva.

1. Refere-se à edição número 130, de janeiro de 2010, do jornal INFORMAQ (veículo oficial de comunicação da ABIMAQ).

Entrevistadores. Em relação às atividades do seu setor, qual a sua avaliação, desde o que acontecia em 2004 e quais as perspectivas de futuro a partir de 2010?

Luiz Aubert Neto. Se o Brasil não tomar cuidado com essa abertura toda, em pouco tempo quando olhar para trás vai se perguntar: o que aconteceu? Só que se eu não acreditasse que daria para mudar e para fazer, nós não estaríamos aqui.

A ABIMAQ bateu o recorde em número de associados: 40% das indústrias do Brasil são nossas associadas. A média mundial não chega a 25%, o que mostra que ainda estamos batendo na tecla certa.

O que acontece com os países ricos que vão se desenvolvendo? A partir do momento em que eu atinjo uma renda de 15 mil dólares significa que as minhas necessidades básicas já estão em dia, já tenho saúde, educação, carro, casa, etc., o PIB desse país vai aumentando, a partir dos serviços que começam a entrar, e a indústria começa a perder naturalmente a participação no PIB. Não é que ela deixou de crescer, é que o PIB começa a aumentar muito e a indústria a perder participação no PIB, o PIB começa a crescer mais por serviço e valor agregado.

A Alemanha já passou da fase de industrialização para a fase pós-industrial, continua crescendo a riqueza, mas a participação da indústria no PIB cai. Pega, por exemplo, a China – olha que tem dois bilhões de chineses lá – a indústria chinesa é a mesma coisa, está quase chegando a 50% de participação no PIB e está caminhando para fazer a distribuição de riqueza. E o que aconteceu com o Brasil nas décadas de 1970 e 1980? Éramos o 5º maior produtor mundial de máquinas e equipamentos, a indústria tinha participação no PIB de 45%. Atualmente, a participação da indústria no PIB é de 25%, perdemos participação no PIB sem avançarmos um passo na distribuição da riqueza.

Para a indústria não melhorou absolutamente nada, o maior entrave de tudo é a educação. Não é possível. Vou falar novamente do setor financeiro: no ano passado o Brasil pagou de juros da dívida quase 180 bilhões de reais.

Sabe quanto investimos em educação? Menos de 20% desse valor. Como você quer que o país dê certo? Qualquer coisa que falemos aqui, se não falarmos em investimento maciço em educação, não dará certo. Se não mudar, isso não adianta nada. E qual é o motivo disso? É que o modelo atual está voltado para pagar juros da dívida interna. Pouco investimento em educação, tributação excessiva, um câmbio totalmente valorizado e uma taxa de juros lá pra cima – se não mexer nesses cinco pontos, com destaque para a educação, se não tratarmos deles com mão de ferro, esquece, nós vamos perder tudo.

Entrevistadores. E qual seria o cenário ideal nessa sua área de atuação em uma projeção para um cenário entre 2010 e 2014?

Luiz Aubert Neto. Vou dar dois cenários. Se entre 2010 e 2014 o Brasil não fizer nada em relação a esses pontos de que falei - reforma tributária, etc. - você vai voltar aqui comigo e vamos voltar nesses mesmos assuntos. Se o Brasil conseguir desonerar os investimentos, tiver taxas de juros compatíveis com o primeiro mundo, um câmbio competitivo, eu te garanto que transformaremos este país. Em cinco anos vamos voltar a falar sobre como este país mudou. Então o cenário futuro vai depender do que fizermos hoje.

Entrevistadores. Vamos chegar em investimentos de pelo menos 25% de capital fixo?

Luiz Aubert Neto. Não tenho dúvida, se conseguirmos mudar todos esses fatores que tiram a competitividade do Brasil, envolver a sociedade, os trabalhadores, etc...

Eu costumo dizer o seguinte: estão saqueando a indústria nacional, matando, sufocando. Se o país fizer a lição de casa, em breve vou chegar para você e falar o seguinte: agora podemos falar que o Brasil é um país de primeiro mundo e, com toda essa riqueza que temos, dá para transformarmos esse país.

Não é só o governo federal, o estadual e o municipal também. O ICMS nos Estados pesa mais que os impostos do governo federal. É tudo junto: governo federal, governos estaduais e municipais. Temos mania de falar apenas do governo federal, mas o estadual também tem um peso até maior que o federal. Isso é guerra tributária. Hoje o Brasil tem a seguinte situação: se você tem um problema fiscal na empresa e pegar três advogados tributaristas para fazer uma consulta, é capaz de cada um deles dar um parecer diferente do outro.

Entrevistadores. Como o senhor avalia os indicadores sociais de hoje? Acha que houve melhora na recente conjuntura social do Brasil?

Luiz Aubert Neto. Hoje tem como medir, tem o IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, tem o índice de Gini, é só comparar. O Brasil vem melhorando nesses últimos anos, mas ainda é muito pouco.

Mas existem as revoluções silenciosas. Vou citar alguns exemplos: o programa Luz Para Todos é uma revolução. O Mais Alimento é outra. Vou falar do Mais Alimento porque participamos mais ativamente. O Governo lançou o Mais Alimento há dois anos, para agricultura familiar, para pequenos proprietários com uma renda de até 100 mil reais por ano. Financia um trator de até 75 cavalos, com juros muito baixos e a longo prazo. Atrás do trator tem os implementos agrícolas, que é o que nós fabricamos. Cada trator que você vende, coloca, no mínimo, cinco implementos, um arado, uma plantadeira, etc. Isso é uma revolução silenciosa.

Com essa crise toda que passamos em 2009, esse pessoal que vende para o setor de alimentos contratou gente, comprou tratores de até 75 cavalos é uma revolução silenciosa. Estou trocando para o pequeno agricultor a enxada, o arado com boi, ou seja, estou dando ferramenta para ele trabalhar. Em pouco tempo você vai ver o aumento de produtividade que esse pessoal vai ter.

Entrevistadores. O Brasil atravessou a crise mundial, algumas teses sustentam que o Brasil está com índices sociais um pouco melhores e mais avançados, teria sido por esse motivo mais fácil passar por essa crise mundial?

Luiz Aubert Neto. São um pouco melhores, mas não são nada avançados. Veja hoje o tratamento de esgoto. Qual o percentual da população que tem acesso ao tratamento de esgoto? Vejam as regiões Norte e Nordeste. Vejam essas favelas que temos. Quer dizer, melhoramos, mas falar que é avançado, desculpe, mas não tem nada avançado.

Entrevistadores. E a inclusão social que aconteceu na base da pirâmide? Trazer gente das classes D e E para a classe C?

Luiz Aubert Neto. É verdade. Milhões de pessoas saíram do nível de pobreza absoluta. A base de tudo isso é a educação e o que aconteceu com o negócio do Bolsa Família tem um lado sério. Uma família que ganha menos que um salário mínimo por mês, quando você entrega uma cesta básica de R$ 60,00 ou R$ 80,00, ela não pega esse dinheiro e guarda. Ela vai comprar e consumir. Uma das coisas que segura o Brasil é justamente que as pessoas não param de consumir. Agora, uma pessoa que ganha R$ 3.000,00 ou R$ 4.000,00, se você der R$ 100,00 ou R$ 200,00 é capaz de ela não gastar esse valor e guardar. Pode ver que os países ricos sentiram mais a crise, porque as pessoas ficam com medo e não consomem.

Entrevistadores. O que o senhor acha dessa política de valorização do salário mínimo?

Luiz Aubert Neto. Eu sou totalmente a favor e penso que o Brasil não aumenta mais o salário mínimo por causa do próprio governo. No nosso setor ninguém paga salário mínimo. O salário médio do nosso setor é de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). Acho que o salário mínimo deveria ser R$ 2.500,00, mas se o Brasil fizer isso quebra. Não se paga salário mínimo na indústria. Ninguém consegue contratar uma pessoa para trabalhar na indústria ganhando R$ 510,00.

Para mim, essa política de aumento de salário mínimo, quanto mais rápida for, melhor. Mas tem que ver o seguinte: o país aguenta? Para isso precisa do desenvolvimento econômico. O Brasil nunca incentivou investimento, foi na contramão de todo o resto do planeta: impostos, carga tributária, juros, põe tudo isso na conta. Você chega para comprar, financia em 90 vezes e acha que está

barato. O motivo é esse: tributo. Parece uma contradição. Você tem que desonerar a cadeia produtiva, porque tudo, absolutamente tudo que você faz, estará no supermercado, no posto de gasolina, em uma concessionária ou *shopping center*. Absolutamente tudo que você faz é para o consumo final. Tributo consumo final por quê? Porque se eu desonerar a cadeia, meu produto final lá na frente vai ficar mais barato, as pessoas vão poder comprar mais e o governo arrecada mais.

Eu acredito que a sonegação nesse país é um problema sério hoje. Se você conseguisse colocar o IVA – Imposto sobre Valor Agregado, que é cobrado no fim, e desonerar toda a cadeia, não tenho dúvida do seguinte: muito mais gente vai pagar impostos e você fecha a sua conta.

O Governo tem que cobrar impostos. Nos países desenvolvidos a carga tributária é alta. O problema é como você gasta isso. O Brasil ainda tem 36% do PIB de carga tributária, e o serviço de saúde no país, por exemplo, ainda é extremamente debilitado. Todas as nossas empresas pagam plano de saúde, que é responsabilidade do Estado. O Governo precisa arrecadar para cumprir suas funções básicas: saúde, educação, transporte e proteger as fronteiras.

Acho que a carga tributária tem que ser mesmo de 27% a 30%. O grande problema é como o governo gasta isso. Não sou contra tributação, tem que tributar porque o Governo sem dinheiro não faz nada. O grande problema é como gastar e de que forma.

Entrevistadores. Como o senhor avalia o exercício da democracia hoje no Brasil? Há um grau de amadurecimento das instituições? E a relação entre os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo?

Luiz Aubert Neto. Acho que a evolução da democracia no Brasil, apesar de todos os percalços, é inegável. Não corremos mais risco de ter uma ditadura, tanto de esquerda como de direita, isso ficou só para livros de História. Temos que aperfeiçoar muito essa questão. Acho que o Governo tem que interferir menos na economia produtiva, não tem que ser dono de empresa, o Governo tem que tributar empresa. Quando veio essa crise toda, vimos a importância que o Estado tem. Vimos a importância que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal tiveram. O Presidente Lula até tirou o presidente do Banco do Brasil para baixar a taxa de juros. O Banco do Brasil não queria baixar e os outros bancos foram atrás. Então, de certa forma, estamos aprendendo o seguinte: o Estado, quanto mais longe estiver da economia real produtiva, melhor.

Mas ele tem que ser um indutor dos investimentos. O governo tem que fazer de tudo para que essa riqueza fique e desenvolva a indústria aqui.

O Governo é fundamental para criar políticas de desenvolvimento produtivo, não me cabe chegar e dizer: olha, vamos desenvolver a indústria do petróleo.

Então, a partir de hoje tem a desoneração dos investimentos: quem construir fábrica aqui nós vamos dar linha de financiamento. Isso é fundamental e o Estado tem que fazer. Agora, o Estado ser dono de empresa, eu sou contra, porque a ineficiência é total. Aí você chega para mim e diz: "tem alguns casos", e eu te respondo que são pontos fora da curva.

Entrevistadores. Sociedades e situações mais complexas trazem para suas arenas atores que há um bom tempo não se reconhecia como fazendo parte do mesmo jogo. Empresários de um lado, trabalhadores, opositores e ambientalistas, etc. O desafio agora é colocar essas pessoas com tanta diversidade representada em torno da mesma mesa. Estamos caminhando para pensar um pouco nisso? Há um novo modelo de democracia na mesa?

Luiz Aubert Neto. Eu acho que o CDES dá o exemplo disso, estamos junto com os trabalhadores. Acho que essa relação é fundamental. Estamos no mesmo barco, trazendo informações, são relações simbióticas: se o empresário vai bem, o trabalhador vai bem e se um for mal o outro também irá mal.

Temos que trazer para os trabalhadores isso que estamos falando, e dizer o seguinte: interessa ter impostos na máquina? Não. Então, vamos chegar para o Governo e dizer que nós vamos desonerar. E nós temos que conseguir isso.

Agora, quando eles falam em 40 horas para a jornada de trabalho, ou você é contra, ou você é a favor. Dentro do respeito, cada um vai levar ao debate das ideias e mostrar quais são as vantagens e desvantagens. Ambas as partes têm que ceder um pouco, e só tem uma forma de se fazer isso, é igual a casamento, se conhecendo.

Um casamento só dá certo se cada parte respeitar essas diferenças. Só que é o seguinte: o que podemos fazer para cada vez mais crescermos juntos? Acho que esse é o trabalho da cidadania, da democracia, temos que dar todo o reconhecimento. O Conselhão tem isso, ele é realmente "um zoológico". Você tem animal de toda espécie lá, e dá certo porque você ouve uma pessoa falar e diz: "nunca tinha pensado nisso". Isso faz com que a consciência das pessoas que estão lá envolvidas vá aumentando. E é isso que faz o desenvolvimento: as pessoas vão progredindo, o que é fundamental para o país, não vejo outra forma de se fazer democracia.

PAULO GODOY

Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base – ABDIB

Paulo Roberto de Godoy Pereira, presidente da ABDIB (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base) é graduado em Administração de Empresas pela Escola de Ciências Econômicas da Universidade Mackenzie. É Diretor Presidente do Grupo Alusa, conglomerado composto pelas empresas Alusa Engenharia, Cavan e Alupar. Participa de diversos Conselhos e Comitês, com destaque para: CNDI – Conselho Nacional para o Desenvolvimento Industrial – (Governo Federal), membro do Conselho de Administração do Investe São Paulo (Governo do Estado de São Paulo), conselheiro do CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Governo Federal), do Conex – Conselho Consultivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex) e integrante do FNI – Fórum Nacional da Indústria (CNI – Confederação Nacional da Indústria).

Entrevistadores. Temos aqui cinco temas e gostaríamos que o senhor fizesse uma consideração breve sobre cada um deles. Os temas são: Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016, num horizonte de curto prazo; e pré-sal, ciência e tecnologia, matriz energética e educação pensando no longo prazo, o que o senhor acha de cada um desses temas e qual o peso deles para planejar o país no futuro?

Paulo Godoy. Copa do Mundo e Olimpíadas são temas que estão muito ligados ao programa de investimento em infraestrutura, de uma forma geral. As mais importantes intervenções serão obviamente feitas nas áreas de maior contato com os jogos. Mas além das cidades-sede, que serão diretamente afetadas, deve-se cuidar também do entorno dessas cidades e das áreas de influências indiretas. Muitas delas - como boa parte das cidades da costa do Nordeste – serão impactadas, Mesmo no Sul e Sudeste, como você tem muitos estados envolvidos, o próprio intercâmbio de pessoas acaba exigindo investimentos paralelos. Por isso precisamos nos mobilizar muito rapidamente para esses eventos.

O tempo passa rápido e acho que temos que fazer um esforço, digamos assim, do tamanho do nosso sapato: não querer comparar com a Alemanha, por exemplo, que tem interação a européia e facilidade de infraestrutura em todos os aspectos, e nem tampouco com a África do Sul, porque podemos fazer melhor.

A Copa coincide com o momento de transição, de eleições, e essa agenda vai interagir muito no próximo governo, só que algumas coisas têm que ser feitas ime-

diatamente. Alguns desses gargalos e desafios precisam começar a ser enfrentados já. Existe um bom diagnóstico do que precisa ser feito. A ABDIB contribuiu com esse levantamento, que incluiu as deficiências que precisamos vencer em todas as dimensões. Um dos aspectos principais é o relacionado com a mobilidade, o transporte coletivo e especialmente os aeroportos, cuja situação é extremamente preocupante.

Temos desafios praticamente em todas as áreas, em algumas o próprio realismo econômico que envolve os jogos resolve, como a oferta de hotéis, onde a própria indústria hoteleira acaba resolvendo. As tarefas que dependem do aparato estatal é que são mais complexas. A segurança pública, por exemplo. Acho que, no campo da saúde um misto de ação privada com poder público pode minimizar o problema de atendimento adequado.

Se planejar e estruturar agora, estabelecendo parcerias, acaba produzindo o efeito de perpetuar os investimentos. Se fizer na base da urgência, serão como todas as intervenções urgentes do passado. Acaba-se fazendo para cumprir tabela, e depois o legado é minimizado, prejudicando o planejamento de longo prazo. Acredito que ainda temos tempo. É preciso estabelecer uma rotina com os órgãos de execução e fiscalização do aparato do Estado e contemplar também licenciamento ambiental de uma forma ordenada, com um cronograma definido. O que imaginamos é um modelo de interação com diversos agentes em que cada um assume um tipo de responsabilidade dentro de um determinado prazo estabelecido previamente.

Entrevistadores. E o pré-sal?

Paulo Godoy. O pré-sal já é um programa de longo prazo. Acho que em relação ao pré-sal nós temos tempo para fazer uma boa estrutura, com o viés de criarmos uma riqueza permanente para o país. Temos um grande desafio paralelo à exploração do pré-sal, que é desenvolver a indústria de bens e serviços no Brasil, com escala que seja capaz de dotar de competitividade o que for ser produzido aqui, um escalonamento na ampliação dos componentes nacionais e criar, de fato, uma indústria de nível internacional que possa atender a demanda doméstica e também, eventualmente, participar dos mercados internacionais. Isso vai exigir uma lista de desafios na indústria, treinamento do pessoal adequado, regime tributário especial, entre outros.

Precisamos aprender com essas experiências e fazer um projeto mais amplo, que inclui a indústria e as regiões que serão mais afetadas positivamente pelos investimentos, mas fazer isso de forma a criar cidades ou bairros específicos já dotados de saneamento, de estrutura de lazer, ou seja, uma boa organização urbana. Penso que isso é um desafio que se apresenta também nesse campo, fazer com que o pré-sal, além de todo o movimento econômico e de formação de pessoal, contribua com ordenamento urbano nas regiões que serão atingidas e afetadas pelos empreendimentos.

Entrevistadores. O senhor acha que a exploração do pré-sal deve ocorrer de forma estratégica, vendo o recurso como um bem para ser reinvestido, ou é melhor investir direto em programas e políticas públicas que são mais agravantes no Brasil?

Paulo Godoy. São coisas distintas. O pré-sal, o petróleo, tem uma lógica econômica própria. Com fontes de financiamento que não devem concorrer com os recursos para as políticas públicas. Precisamos planejar, estudar a melhor forma de extrair as reservas, com recursos distribuídos no tempo. É um plano estratégico do país, na administração dos recursos que serão originados pela exploração do petróleo. Definimos desde o início que era possível realmente ter um novo tipo de modelo em que os recursos extraídos destas reservas, com esse grande potencial, deveriam de fato ter grande parte canalizada para a União. Precisamos estudar muito bem essa forma de redistribuição entre as regiões, porque se verificou uma concentração em determinadas áreas cuja utilização não se deu em um benefício proporcional para as populações atingidas. É claro que sempre tem um benefício, mas acabou havendo um descompasso entre as receitas distribuídas e os benefícios que poderiam ser extraídos dessas receitas.

Também merece uma nova reflexão a forma como será estabelecida a destinação desses recursos, tanto para o fundo que será criado, quanto para os municípios e estados envolvidos, uma forma de não entrar no orçamento geral dessas entidades e, sim, um orçamento específico segregado com um modelo de gestão específica. Os recursos de royalties em participação daquilo que o congresso acabar definindo, deve ter também uma gestão direcionada e exclusiva.

Entrevistadores. A sua orientação é que esse recurso não faça parte do orçamento geral do município?

Paulo Godoy. Pode fazer parte do orçamento, mas de uma forma segregada e de destinação específica. Obviamente que depende da proporção que ficar definida na legislação. Claro que se ficar uma distribuição, como alguns estão defendendo, mais generalizada para o país, é um tipo de tratamento. Se houver maior concentração, eu acho que precisa estabelecer um viés de desenvolvimento regional, obrigações que determinados municípios terão em relação ao desenvolvimento integrado em cada região.

Entrevistadores. E os outros temas: ciência e tecnologia, matriz energética e educação?

Paulo Godoy. O Brasil, como todos sabem, tem uma situação invejável do ponto de vista energético, vamos combinar uma matriz energética fortemente ancorada em energia renovável com a possibilidade de criar excedentes de fósseis e do carboneto. Temos que extrair o melhor possível da fonte renovável hidroe-

létrica, que é a matriz central de energia elétrica no país. Estamos caminhando para isso. A viabilização dos projetos na região Amazônica, como do Rio Madeira e agora Belo Monte, garantem ao Brasil a exploração do grande potencial hidrelétrico do País. Isso vai viabilizar outros potenciais, como a Bacia do Rio Tapajós, que estão muito concentrados na região Norte.

Já o programa de integração, através da rede básica de transmissão contribui para a utilização adequada deste potencial, evitando o que aconteceu nos dois últimos anos com a ampliação da matriz energética com óleo combustível e óleo diesel. É importante explorar a diversidade da nossa matriz para plantar os elementos do futuro, porque a hidroeletricidade, apesar de ser renovável, também é finita. Então, devemos desenvolver como estamos fazendo agora, a fonte eólica, o gás e a solar em menor escala, mas favorecida pelo grau de insolação do nosso território.

Acho que temos que dominar o ciclo de energia nuclear para que tenhamos diversidade de fontes. Temos um potencial grande ainda, ligado ao biocombustível e à biomassa, para produzir energia. Poucos países do mundo terão esse privilégio.

Em relação à educação, vou introduzir um elemento essencial, para garantir o desenvolvimento sustentado e acelerado, que passa por um enorme desafio, que é melhorar o modelo de gestão do aparelho estatal, não só dos governos, mas do aparelho do Estado, que inclui os poderes executivo, legislativo e judiciário.

Temos que criar no país um modelo transparente e aferível de aplicação dos recursos públicos. Criar padrões de desempenho. Para a área de educação, verificar todos os recursos que são originados pela educação nas três esferas dos poderes: do municipal, estadual e federal.

Estabelecer padrões em começo de governo, metas para fim de governo e mecanismo de aferição transparentes, da forma como os recursos estão sendo aplicados e os resultados dessa aplicação.

Podemos utilizar indicadores internacionais, de qualidade do ensino, que são provavelmente a escolaridade, as crianças na escola, os índices de desempenho escolar, criar a meritocracia, quer dizer, modernizar o funcionamento das instituições.

A educação é um exemplo, mas serve para a saúde, para a justiça, para a segurança pública, para todas as áreas de influência do aparelho burocrático do Estado e acho que essa é uma tarefa que se apresenta fortemente para o próximo período. Criar esse modelo no país, porque aí podemos maximizar e acelerar a potencialidade de crescimento do Brasil.

Entrevistadores. E Ciência e Tecnologia?

Paulo Godoy. Está embutido aí. Acho que ciência e tecnologia é a chave do desenvolvimento e da inovação. Não precisamos mais trabalhar em diagnóstico, já temos o suficiente. Agora é trabalhar na ação. Procurar quais são os *clusters* de desenvolvimento tecnológico e inovação nos quais o Brasil pode se diferenciar. Associar os centros de pesquisa com as atividades produtivas. Incentivar investimentos privados, criando um modelo sustentável.

Não vamos bater em áreas fortemente competitivas, nas quais existem países que estão muito à frente, há segmentos em que podemos nos especializar mais, tanto na indústria de bens e produtos como na indústria de serviços de tecnologia. Os especialistas sabem muito bem o que precisamos fazer, mas ainda falhamos na gestão. O que eu sinto hoje é que temos muito recurso, sendo ou não utilizado ou mal utilizado. Acho que um modelo de gestão da aplicação dos recursos poderá aperfeiçoar a utilização deles no médio e longo prazo.

Entrevistadores. Como o senhor vê a realidade na sua área de atuação? Considerando as oportunidades e os entraves.

Paulo Godoy. Temos muitas oportunidades em todos os campos, porque as deficiências que acumulamos são grandes. Em transporte e logística há ainda um mundo de coisas a fazer. Oportunidades em energia, com toda potencialidade do país, petróleo e gás. Saneamento é uma área que também precisa de modelo regulatório e uma gestão mais eficiente, mas é promissora porque tem muita deficiência acumulada. Então, temos um grande potencial. Os entraves se voltam a essa questão do funcionamento das instituições, estão ligadas àquele desafio anterior de que falei.

Precisamos modernizar esses mecanismos, desde a contratação pelo poder público, que inclusive é uma pauta específica do Conselho. Apresentamos recentemente um diagnóstico ao presidente Lula das coisas que precisamos fazer, desde alterar a Lei de Licitações, compatibilizar os critérios de execução e fiscalização, criar modelos mais transparentes de fazer fluir esses processos. Fazer fluir porque é um emaranhado, investir é uma corrida de obstáculos e você precisa passar por muitos. É paradoxal isso, mas é o que acontece.

Precisamos adaptar os mecanismos de licenciamento ambiental, ter mais transparência, prazos a cumprir para que as pessoas assumam responsabilidades. Há um grande potencial, um grande interesse nacional e internacional em aportar recursos. Não vejo problema de recursos para os investimentos no Brasil, temos projetos que têm viabilidade econômica, então, é dar velocidade a isso compatível com as necessidades do país.

Entrevistadores. O senhor poderia fazer uma comparação de como era em 2004 e um cenário para 2010/2014?

Paulo Godoy. Temos, inclusive nos Anais do CDES, manifestações que eu tive a oportunidade de fazer, relatando a evolução dos investimentos. ABDIB tem um acompanhamento do investimento em infraestrutura. Atualizando em valores de 2009, saímos de um patamar em 2003/2004 com 55 bilhões de reais por ano, para um patamar de 120 bilhões em 2009considerando as áreas de petróleo e gás, telecomunicações, transporte e logística, saneamento e energia elétrica.

A nossa perspectiva é chegarmos em 2014/2015 investindo na ordem de 160 a 170 bilhões de reais por ano. O que seria dizer que em 12 anos podemos estar quase que triplicando o investimento anual em infraestrutura.

Entrevistadores. Quer dizer que há uma perspectiva positiva para o desenvolvimento econômico?

Paulo Godoy. Sim há, mas é claro que nesta evolução tem uma forte influência da área de petróleo e gás. Estamos projetando que desses 160 bilhões por ano, vamos ter mais ou menos uns 70 bilhões ou 75 bilhões na área de petróleo e gás. Precisamos evoluir muito na logística e transporte, que têm uma defasagem muito grande, nos portos, aeroportos, sistemas urbanos de transporte, que afetam a competitividade geral do país.

Entrevistadores. Falando um pouco da taxa de investimento, em 2004 chegamos uma taxa de 16% do PIB, agora em 2010 houve um aumento para 20%. Dá para fazer projeções para 2014?

Paulo Godoy. A taxa ótima eu acho que é a maior possível. Acredito que perseguir os 25% está bem adequado para o momento, porque é factível. Não adianta, também, fazer projeções que não são factíveis. Para atingi-la precisamos ampliar a poupança interna. Foi muito importante criar *funding* de longo prazo no Brasil em reais, coisa que nós não tínhamos. A ampliação do crédito foi importante para estimular o investimento, mas temos ainda algumas deficiências, por exemplo, o nosso sistema tributário.

Ainda há uma incidência muito forte de tributos sobre investimentos. Essa é uma prioridade de longo prazo que precisamos enfrentar. Remontarmos o nosso modelo tributário, que está equivocado e distante do que as maiorias dos países praticam. É preciso desonerar investimento, desonerar exportação e fazer uma concentração maior no consumo, na renda, na propriedade e desonerar produtos, porque quase todos os países operam com valor agregado.

Entrevistadores. O senhor concorda que no período recente o Brasil mudou de patamar na trajetória de crescimento da atividade econômica? O que levou a essa mudança?

Paulo Godoy. Tivemos uma sequência de amadurecimento que começou com a reversão que foi dada no problema crônico de contas públicas fora do controle, instabilidade monetária e cambial, inflação, orçamentos públicos descontrolados. A introdução da responsabilidade fiscal acabou segurando a inflação. Hoje, os mais jovens não têm muita ideia do que era conviver com inflação e poder de compra completamente deteriorado, principalmente para a camada assalariada. Isso foi uma grande evolução.

Numa segunda etapa evoluímos para modelos de gestão, criamos a lei de concessões e evoluímos nos marcos regulatórios dos serviços públicos e no recente período, com o modelo de gestão imposto pelo PAC, que criou um novo paradigma para realizar o controle dos instrumentos na infraestrutura. O estímulo que foi dado ao consumo e à ascensão das camadas menos favorecidas, na base da pirâmide, também mudou substancialmente o padrão de consumo. Mas, por outro lado também, exige uma alteração do padrão de requisitos de qualidade dos serviços públicos, de educação e saúde, já que as pessoas melhoram o padrão de renda, exigindo maior acesso a bens de consumo e de capital, e exigem também uma prestação de serviços públicos de melhor qualidade.

Esse movimento recente de ascensão social dá uma nova perspectiva para o país, e mostrou que o caminho é por aí. Para criarmos condições de desenvolvimento, sustentado, obviamente que educação de qualidade é essencial, é uma unanimidade e ninguém vai falar nada diferente.

Eu penso que essa sequência amadureceu o país, o que esperamos daqui para frente é que haja um amadurecimento político também, que as forças políticas encarem a atividade política não como um fim, mas um meio de se praticar desenvolvimento e que nas alternâncias de governos, se preserve um modelo de desenvolvimento do país, uma espécie de espinha dorsal, que tenha o mínimo de consenso na sociedade, para que nas transições políticas o país não sofra nenhuma ruptura desse modelo que começamos a consolidar. É lógico que nem todo governo é obrigado a seguir todas as prioridades que foram estabelecidas no governo anterior, mas para um modelo de desenvolvimento é importante que se tenha o mínimo de consenso.

Entrevistadores. Muitos alegam que a crise mundial não abalou tanto o país em razão do sistema de proteção social vigente. Como o senhor vê essa questão, foi benéfica ou não?

Paulo Godoy. Foi benéfica. Essa rede de proteção existe em muitos países, precisamos encarar isso como um movimento que vai, aos poucos, sendo substituído pelas oportunidades que serão dadas às pessoas pelo desenvolvimento regional, pela educação, pelo emprego. Emprego justo, emprego decente. Acredito que precisamos investir na criatividade, no empreendedorismo. Em qualquer pesquisa

que você faça percebe-se que o cidadão brasileiro tem essa vontade, essa vocação de empreender, desde pequenos empreendimentos, microrregionais, locais. Acho que é uma combinação dessas coisas que precisamos fazer, para que o sistema de proteção social possa ser reciclado.

Entrevistadores. O que o senhor acha da política de valorização do salário mínimo?

Paulo Godoy. Hoje, a questão do salário mínimo é encarada como um fator positivo. Eu não vejo, inclusive, no campo empresarial, queixas nesse sentido. A política de incremento do salário mínimo está ligada a uma política de incremento da renda, de uma forma geral. Mas é claro que isso não pode ser feito de uma forma artificial. O aumento da renda precisa estar condizente com o aumento da atividade, melhoria da produtividade, aumento da atividade econômica, criação de emprego, etc. A questão do salário mínimo é muito mais problemática para as contas da previdência do que para a atividade econômica.

Entrevistadores. Como avaliar o investimento do governo? Acha possível investir em educação, saúde e segurança de forma sustentável, sem precisar aumentar a carga tributária?

Paulo Godoy. Com uma boa gestão é possível investir em todos os setores com o atual orçamento fiscal. Temos que promover planos de longo prazo. Na segurança pública pro exemplo, temos que encarar a ilegalidade, o contrabando, o tráfico de drogas como uma questão estratégica, de um plano de inteligência, com equipamentos adequados e muito investimento. Tudo precisa de investimento, então, é claro que o Governo, que tem um orçamento finito, tem que arbitrar essas prioridades.

Entrevistadores. O senhor acha que desenvolvimento tem que ser intensivo em Governo ou não?

Paulo Godoy. O Estado não deve ser mínimo, nem máximo. Deve ser eficiente. Os governos precisam ter instrumentos para exercer o seu papel. Além de regular, induzir, arbitrar conflitos, estabelecer políticas públicas, deve também investir nas áreas de sua responsabilidade.

E quando o Estado utilizar empresas e instituições por ele controladas – para compartilhar com atividades privadas em determinadas funções – deve fazê-lo de forma transparente, equilibrada, para não criar distorções no mercado, privilégios indevidos e desestimulantes para o empreendedorismo das empresas e pessoas.

Os governos em si, são distribuidores de riqueza. Quem gera riqueza são as pessoas que trabalham e as que pagam os impostos, pessoas jurídicas ou físicas. O Governo redistribui aquilo que é capturado da sociedade. Por isto, o Estado tem a

obrigação de melhor aplicar a riqueza, através de investimento e dos serviços que oferece para os cidadãos. Esse é o meu conceito.

Entrevistadores. Como o senhor avalia a questão da gestão democrática no governo federal, a relação entre Executivo, Judiciário e Legislativo e deles com a mídia. De que forma o senhor vê a importância disso e em que grau está o amadurecimento dos três poderes?

Paulo Godoy. Saímos de um longo período de regime militar e fomos para a Constituição de 1988. Foi aquele banho de democracia. Em alguns aspectos fizemos muita confusão dos direitos e deveres da democracia. Em alguns aspectos confundimos um pouco liberdade com libertinagem.

Democracia pressupõe certo estatuto de convivência com direitos e deveres e obediência à ordem legal. Temos que ter isso em mente, a evolução e a modernização da nossa democracia passam por isso. Nesse relacionamento do executivo, especialmente com o legislativo, precisamos amadurecer muito.

Acho que o sistema político nosso também está desatualizado, precisa de reformas, precisamos aproximar o eleito do eleitor. Há uma distância enorme da percepção da pessoa que elege daqueles que são eleitos. Defendo um sistema misto e acho que a fidelidade partidária é fundamental. Fidelidade com relação ao partido, mas fidelidade com relação a determinadas teses.

Para fortalecer os partidos é preciso que eles defendam determinadas linhas programáticas, e as pessoas eleitas por esse partido não podem fugir daquilo, sob o risco de ter que devolver o mandato.

Os eleitores deveriam estar votando em linhas programáticas e em pessoas, sabendo identificar exatamente aquilo que as pessoas eleitas vão defender durante o seu mandato.

A liberdade de expressão é tão importante para o sistema democrático quanto a liberdade de ir e vir, ou do direito à propriedade. Todos precisam ser preservados, mas também exercidos com responsabilidade e dentro das regras legais da convivência social.

Os excessos de agentes públicos ou de instituições privadas precisam ser coibidos. Como disse, a base da democracia é fazer cumprir o estatuto de direitos e deveres e todos nós precisamos cumpri-lo.

PARTE III

Concertação – contexto e perspectivas

CAPÍTULO 5

A EXPERIÊNCIA DO CDES COMO ESPAÇO DE CONCERTAÇÃO NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO*

Eduardo Costa Pinto
José Celso Cardoso Jr.

1. INTRODUÇÃO

Inúmeros analistas têm examinado as profundas consequências que a implantação em âmbito global da governança[2] neoliberal e da *monocultura institucional* – difusão das instituições do mundo anglo-saxônico – trouxe para as sociedades modernas, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e à representação de interesses da coletividade. Advogou-se por muito tempo e ainda se defende que o caminho para a "redenção" – crescimento econômico e distribuição de renda – dos países centrais e periféricos só seria possível com a implementação e a difusão da governança neoliberal e das instituições anglo-saxônicas. A convenção[3] institucio-

*. Este capítulo foi construído a partir de dois textos produzidos e autorizados por seus autores: O desenvolvimento é necessariamente um processo de concertação, de autoria de Esther Bemerguy de Albuquerque, secretária da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Sedes/CDES), da Secretaria de Relações Institucionais (SRI) da Presidência da República (PR), e Maria Luiza Falcão Silva, diretora da Diretoria Internacional da Sedes/CDES/SRI/PR; e O processo de discussão da agenda de desenvolvimento pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), escrito por Clemente Ganz Lúcio, diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Esses dois textos foram apresentados e debatidos durante o Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, realizado em outubro de 2009 em Salvador (BA).

2. O conceito de governança aqui utilizado é igual ao apresentado por Tapia (2007, p. 182), a saber: governança é entendida "como modos de articulação entre Estado, mercado e sociedade, nos quais se organizam processo e estilos decisórios fundados em diferentes critérios e modus operandi".

3. Apoiando-se em Orléan, De Wolf e Holvoet (apud Erber 2008, p. 2) que assim define o conceito de convenções: "O conjunto de regras, as agendas positiva e negativa que gera e a teleologia subjacente, constituem uma convenção – uma representação coletiva que estrutura as expectativas e o comportamento individual, de tal forma que, dada uma população P, observamos um comportamento C que tem as seguintes características: (i) C é compartilhado por todos os membros de P; (ii) cada membro de P acredita que todos os demais seguirão C e (iii) tal crença dá aos membros de P razões suficientes para adotar C. Uma convenção surge da interação entre atores sociais, mas é externa a esses atores e não pode ser reduzida à sua cognição individual – ou seja, é um fenômeno emergente, em que o todo não é redutível às partes".

nalista restrita[4] tornou-se o suporte dessa visão marcada pela ideia de que a maior completude e eficiência dos mercados, em associação com a proposta de redução do papel do Estado no sistema econômico, garantiriam o crescimento econômico. Concertação[5] social, planejamento governamental e desenvolvimento nacional teriam se tornado conceitos antiquados para analisar a história recente, dada a globalização e a hegemonia da convenção institucionalista restrita na década de 1990.

A legitimidade dessa convenção começou a ser questionada por três eventos históricos que se articulam, a saber: *i*) a não convergência econômica e institucional no plano internacional; *ii*) o fracasso do modelo econômico neoliberal na América Latina, no que tange às promessas de crescimento e distribuição de renda; e *iii*) a própria crise internacional de 2008, que teve origem nos Estados Unidos, exemplo até então da governança neoliberal. Parece que tais eventos, em certa medida, abriram "janelas de oportunidades" para se repensar novas formas de governança, sobretudo no que tange à adoção de políticas mais "desenvolvimentistas". Com isso, a concertação social e o planejamento governamental começaram a (re)surgir como instrumentos possíveis para a configuração de uma nova forma de governança democrática no Brasil.

É preciso ressaltar que pensar o desenvolvimento significa enxergar as aspirações da coletividade e as possibilidades políticas que estão postas pelo contexto. Será que é possível identificar as aspirações da coletividade nacional e orientá-las em prol do desenvolvimento? Isto não é uma tarefa simples haja vista a atual conjuntura histórica brasileira, delineada pela forte heterogeneidade social. Em que pese sua importância, há de se questionar em que medida os instrumentos da democracia representativa conseguem dar conta da representação de interesses dessa coletividade. Será que se faz necessário construir e consolidar mecanismos neocorporativos de representação dos interesses para complementar a democracia representativa? Será que o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) pode funcionar como um espaço – neocorporativo – para a construção da concertação nacional para o desenvolvimento?

---

4. Erber (2008, p. 9-10) assim explicita a convenção institucional restrita: "O cerne da convenção institucionalista (...) é neo-clássico, enriquecido pelos aportes da Nova Economia Institucional (North, 1990, entre outros). Visa ao estabelecimento de normas e organizações que garantam o correto funcionamento dos mercados, de forma que estes cumpram suas funções de alocar recursos do modo mais produtivo, gerando poupanças, investimento e, em consequência crescimento econômico. Quanto mais eficientes forem os mercados em termos presentes e futuros, maior será a probabilidade de crescimento. Para tanto, são essenciais a garantia dos direitos de propriedade e a redução dos custos de transação, que, por sua vez, demandam instituições estatais eficientes. Os mercados têm dimensão internacional e, portanto, a abertura da economia, em termos comerciais, financeiros e de investimento é essencial para o desenvolvimento".

5. Ao longo deste capítulo os termos neocorporativismo, pacto social e concertação social são utilizados de forma indistintos. Procedimento este que é utilizado na literatura corrente a respeito do tema. Assim, o mais importante é entender as características e as possibilidades de construção de novos espaços sociais de negociações dos processos decisórios.

Diante disto, o presente capítulo tem por objetivo contextualizar e analisar a criação, o funcionamento e a atuação – papel na orientação de políticas e agendas discutidas no âmbito do governo federal – do CDES poder funcionar como espaço de concertação nacional para o desenvolvimento.

Para tal intento, procura-se, do ponto de vista analítico, mostrar a importância da incorporação do tema, das estruturas de governança e dos mecanismos de regulação social para uma compreensão mais geral da criação e do funcionamento do CDES; além do que se busca analisar, do ponto de vista empírico, as formas de atuação do CDES – fundadas na lógica da concertação social –, sobretudo no processo de construção de sua Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND).

Nesse sentido, além desta introdução, descreve-se, na seção 2 deste capítulo, governança neoliberal, sobretudo no que diz respeito à sua ideia de convergência econômica e institucional. O eixo condutor dessa seção é dado por três elementos explicativos fundamentais, a saber: instituições, planejamento governamental e desenvolvimento. Na seção 3 são apresentados: *i*) o conceito de desenvolvimento, elaborado pelo estruturalismo cepalino, que vai além do crescimento econômico, e *ii*) o conceito de concertação social desenvolvido pelos teóricos neocorporativistas. Após a apresentação dessas duas dimensões teóricas, busca-se mostrar que existe uma forte complementaridade entre o desenvolvimentismo e os mecanismos neocorporativistas de representação de interesses. Na seção 4 é analisado o papel que o CDES teve e tem na configuração da concertação nacional para o desenvolvimento. Para tanto, fez-se necessário apresentar a trajetória, os percalços e os desafios institucionais do CDES, destacando o papel central que a construção da Agenda Nacional de Desenvolvimento teve para o conselho. Por fim, na seção 5, procura-se alinhavar algumas ideias a título de considerações finais.

2. A GOVERNANÇA NEOLIBERAL E A IDEIA DE CONVERGÊNCIA ECONÔMICA E INSTITUCIONAL: O DEBATE SOBRE INSTITUIÇÕES, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

A retomada da acumulação, no pós-Crise de 1929, deve ser identificada como ponto de partida do longo *boom* pós-Segunda Guerra. O programa de recuperação da economia americana (*New Deal*), e seus correlatos em outros espaços nacionais (*Front Populaire*, etc.), inauguraram uma nova macroestrutura socioeconômica capitalista, cuja marca decisiva foi a forte presença estatal em termos normativos e também como esfera (ramo) de produção – Estado planejador e produtor –, articulada à nova forma de regulação social assentada no *Welfare State*, principalmente nos países centrais. Esta acentuada inflexão relacionada às atribuições socioeconômicas designadas ao Estado capitalista baseou-se em dois elementos fulcrais, quais sejam: *i*) um inquestionável aparato de regulação com o propósito principal de enquadramento do capital financeiro e seu direcionamento para o financiamento da produção por meio do planejamento, considerado necessário à própria dinâmica econômica na-

quele momento histórico; e *ii*) uma acomodação das contradições entre proprietários e empregados por meio de certas concessões, por parte dos patrões, aos trabalhadores dos países centrais – *compromisso keynesiano/fordista* – e de forte coerção, por parte das ditaduras militares, dos frágeis movimentos operários dos países periféricos.

A intervenção estatal na economia, sob a égide do planejamento, em boa medida fora justificada pela necessidade da rápida reconstrução dos vários países centrais e periféricos profundamente desestruturados, tanto em seus aspectos econômicos quanto em sua infraestrutura física, em virtude da Grande Depressão de 1929 e dos desfechos da Segunda Guerra Mundial. Nesse cenário deletério seria uma quimera acreditar que semelhante situação poderia ser revertida rapidamente apenas com base nos mecanismos espontâneos do mercado e da livre iniciativa. A destruição econômica e os eventos do plano político –intensificação da luta de classes na Europa e a construção do "socialismo real" soviético –forçaram a construção de estratégias contraofensivas de caráter preservativo pautadas na harmonização entre as classes por meio de algumas concessões aos trabalhadores – o chamado *compromisso keynesiano/fordista*. Quanto maiores fossem os poderes dos movimentos operários nacionais, maiores eram as concessões por parte dos patrões. Assim, tal arranjo institucional foi assumindo características distintas em cada país, face ao nível nacional de correlação de forças entre as classes ou grupos sociais. Isto explica, até certo ponto, as formas diferenciadas de governança – as variedades de capitalismo – implementadas nos Estados Unidos,[6] na Europa[7] e nos países periféricos.[8]

6. Nos Estados Unidos o *compromisso keynesiano/fordista* voltou-se, prioritariamente, ao âmbito da produção mediante a racionalização taylorista/fordista. Este processo proporcionou ingentes ganhos de produtividade, os quais foram em parte repassados aos salários dos trabalhadores norte-americanos. A maior intermediação, nos Estados Unidos, das instâncias políticas e ideológicas no processo de harmonização não se fez necessária em face da pequena articulação dos movimentos operários estadunidenses.

7. Na Europa Ocidental, ou na Europa que continuaria capitalista depois dos acordos de coexistência pacífica firmados entre Estados Unidos, Inglaterra e a União das Repúblicas Soviéticas Socialistas (URSS) ao fim da Segunda Guerra, o *compromisso keynesiano/fordista*, como estratégia de harmonização, teve que assumir um caráter mais amplo denominado pacto social, o qual também foi transplantado tanto para o plano macroestrutural – regulação institucional: Welfare State – quanto para o da produção – certa "participação" dos trabalhadores nos processos organizacionais e ganhos salariais reais –, haja vista a grande insurgência das organizações dos trabalhadores europeus.

8. Nos países periféricos a relação entre os representantes do capital e os movimentos operários não assume a forma de *compromisso keynesiano/fordista* e sim de maior coerção, uma vez que tais economias dependentes estruturavam-se em um modelo de capitalismo desarticulado – voltado para exportação ou para o consumo interno de bens de luxo – e alicerçado na "superexploração" do trabalho. Tal dinâmica capitalista dependente conformava um grande "exército industrial de reserva", o que, em certa medida, restringia a ampliação das bases das organizações operárias. Com a correlação de força pendendo fortemente a favor dos proprietários, não se fazia necessária a harmonização de classes nos países periféricos. A coerção foi a arma principal do capital para se impor como dominação. O instrumento de manutenção da acumulação e, consequentemente, desta ordem capitalista dependente, fora o golpe militar e a respectiva implantação de regimes ditatoriais, pois estes facilitavam a exploração por meio da repressão dos salários e da coerção da organização livre dos movimentos operários. A "ajuda" estrangeira para manutenção da ordem, geralmente, vinha dos organizadores do sistema capitalista – Estados Unidos –, quer seja por meio de intervenções militares violentas – Coreia, Vietnã, e República Dominicana – quer seja incitando e sustentando política e economicamente golpes militares e ditaduras ao redor do mundo – Brasil, Chile, Argentina, Grécia, Uruguai etc.

Com esse novo padrão de acumulação e regulação capitalista surgiu seu contraponto político e econômico: o neoliberalismo, que nasceu na Europa logo após a Segunda Guerra Mundial e teve como texto seminal o livro *O caminho da servidão* de Friedrich Hayek. A Sociedade de Mont Pélerin foi o eixo de resistência dos pensadores neoliberais nos *anos dourados* do capitalismo, uma vez que tais ideólogos – entre eles Röpke, Rüstow, Hayek e Von Mises – se reuniam de dois em dois anos, com o intuito de reforçar o combate ao keynesianismo e ao solidarismo – *Welfare State* – por meio de uma crítica permanente da ação governamental, dos pactos sociais e da expansão dos programas econômicos e sociais do Estado (ANDERSON, 1995).

Na perspectiva neoliberal, não se admite o planejamento econômico, já que se parte sempre do suposto de que a concorrência – mercado – é sempre o instrumento mais eficiente de alocação de recursos na sociedade. Nas palavras do próprio Hayek:

> *O liberalismo econômico é contrário à substituição da concorrência por métodos menos eficazes de coordenação dos esforços individuais. E considera a concorrência um método superior, não somente por constituir, na maioria das circunstâncias, o melhor método que se conhece, mas, sobretudo por ser o único método pelo qual nossas atividades podem ajustar-se umas às outras sem a intervenção coercitiva ou arbitrária da autoridade (1987, p. 63).*

Sendo assim, o poder público não deveria intervir na economia, pois este se constituiria em sujeito capaz de dominar o conjunto do processo econômico, eliminando a concorrência que seria o principal elemento de estímulo das competências individuais. Com isso, a desigualdade é assumida em si mesma como valor positivo. A ação pública, portanto, deveria ser limitada antecipadamente pela lei e não pode se propor a um fim particular, a um objetivo. Cabe destacar que sob a governança neoliberal o Estado não é ausente, mas sim ativo (Estado-*gendarme*), vigilante e responsável por intervenções que tenham sua lógica de atuação, quase que exclusivamente, voltadas à dimensão da concorrência que tem como premissa a ideia de que o crescimento econômico seria uma decorrência da maior completude e eficiência dos mercados. Esta lógica reforça o princípio da economia empresarial e da liberdade de mercado em detrimento da justiça social.

Essas ideias neoliberais ficaram no ostracismo por um bom tempo dado o consistente desenvolvimento econômico verificado entre o fim da Segunda Guerra Mundial e os anos finais da década de 1960 – *anos dourados* do capitalismo. Com a crise, na década de 1970, do padrão de acumulação keynesiano/fordista, sob governança do *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social), as ideias neoliberais começaram a ganhar espaço, tanto entre os acadêmicos quanto entre os

policymarkers. Os neoliberais argumentavam que a crise dos anos 1970 não fora originada dos problemas na demanda, mas sim do poder excessivo dos sindicatos, que pressionavam tanto as empresas por maiores salários quanto o Estado pelo aumento dos benefícios sociais. Isso, por sua vez, teria levado à compressão dos lucros, corroendo as bases da acumulação das empresas e acelerando a inflação. A partir desse diagnóstico, as propostas e ações neoliberais vão todas no intuito de desestruturar o compromisso keynesiano/fordista dos *anos dourados* e engendrar uma nova forma de governança. Para tanto, fazia-se necessário: *i*) romper com o poder dos sindicatos, buscando restaurar a taxa "natural de desemprego"; *ii*) desregulamentar os diversos mercados, principalmente o financeiro e o de trabalho; e *iii*) reduzir as intervenções estatais no campo econômico e social, ou seja, substituir a regulação keynesiana pela "livre concorrência", com o Estado assumindo uma dimensão mínima e forte para manter a ordem e a livre iniciativa.

Diante do quadro de crise econômica ao longo de toda década de 1970 – marcada pelos resultados limitados das políticas keynesianas que gerou crescimentos baixos com inflação (estaginflação) –, importantes modificações vão se configurando, sobretudo a partir de 1979, tanto no campo da teoria econômica e política quanto no âmbito das decisões dos *policymarkers*, gerando, inclusive, o início de uma nova governança pautada, no campo econômico, pela restauração liberal apoiada no monetarismo friedmaniano e, no campo político, pela visão hayekiana de que a competitividade individual seria o caminho da "salvação". Isso, por sua vez, implicava no redisciplinamento do mundo do trabalho, realizado mediante ataques aos sindicatos. Portanto, os cânones keynesianos e a governança do *Welfare State* deveriam ser quebrados, abrindo espaço para a promoção de uma nova rota de crescimento por meio do modelo de regulação neoliberal.

A alternativa neoliberal começou a sair dos círculos acadêmicos restritos e passou a ganhar legitimidade tanto entre os *policymarkers* quanto em boa parte da sociedade. A alternativa neoliberal estava posta aos *policymarkers* como solução à crise e passou também a ganhar legitimidade de parte significativa da população. Em 1979, na Inglaterra, foi eleito o governo Thatcher, o primeiro regime de um país de capitalismo avançado, publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal. Um ano depois, em 1980, Reagan chegou à presidência dos Estados Unidos. Em 1982, Khol na Alemanha. Em 1983, a Dinamarca, sob o governo de Schluter, também adotou o projeto neoliberal. Em seguida, quase todos os países do norte da Europa Ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria, também assumiram um padrão de regulação – econômica e estatal – neoliberal (ANDERSON, 1995).

A década de 1980 foi marcada pelo triunfo da ideologia e das práticas neoliberais nos países capitalistas centrais. Com o fim da União Soviética e da Guerra Fria, nos anos finais da década de 1980, a gestão econômica neoliberal

(friedmaniano) e o Estado *gendarme* assumiram o *status* de verdades inquestionáveis; muitos analistas afirmaram que uma nova ordem estaria nascendo uma vez que as fronteiras nacionais estariam extinguindo-se e um "império mundial norte-americano" estaria emergindo para estender ao mundo o modelo de liberdade, de democracia e dos direitos humanos, criando assim, nessa perspectiva, uma paz mundial duradoura e uma economia internacional estável. Alguns cientistas sociais contemporâneos "chegaram a pensar que depois do *annus mirabilis* de 1989 esta nova ordem global já estaria 'adoçando os costumes' e, com o fim da Guerra Fria, aproximando-se o mundo da 'paz perpétua' de Kant" (FIORI, 1997, p. 87).

Os caminhos estavam dados para o avanço das ideias liberais para novos espaços além dos países centrais. A América Latina, a África e os países do Leste Europeu – ex-socialistas – foram os novos caminhos geográficos dessa expansão. Os pontos básicos do neoliberal já em curso foram listados e sistematizados no chamado Consenso de Washington,[9] em 1989. Integrantes do Instituto de Economia Internacional de Washington, do Banco Mundial, do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), representantes dos Estados Unidos, países da América Latina, da América Central e do Caribe se reuniram com o objetivo de sistematizar as regras de comportamento para as economias dos diversos continentes, sobretudo nos países periféricos.

Os elementos apontados pelo Consenso de Washington foram mais a sistematização da convenção neoliberal, que já havia se tornado hegemônica, do que uma determinação das estratégias a serem seguidas pelos países periféricos. Convenção esta que foi muito bem denominada por Erber (2008) de Institucionalista Restrita em que a estabilidade de preço assume o *status* de bem supremo, ao mesmo tempo em que legitima a lógica de atuação do Estado voltada quase que exclusivamente à dimensão da concorrência que tem como premissa a ideia de que o crescimento econômico seria uma decorrência da maior completude e eficiência dos mercados. Nesta perspectiva, falar ou pensar em planejamento governamental para o desenvolvimento seria a mais pura heresia.

Na perspectiva da convenção institucionalista restrita, as instituições deveriam ser reformadas no sentido pró-mercado para produzirem resultados positivos diante da nova ordem econômica mundial sob auspício do livre mercado. E o modelo a ser seguido seria o de inspiração anglo-saxônico. Em outras palavras,

9. Em síntese, os pontos eram: *i)* a abertura da economia, tanto para bens quanto para o capital estrangeiro; *ii)* a redução drástica do tamanho do Estado – o Estado mínimo –, com redefinição de suas funções na direção da adoção do que eram consideradas funções típicas do Estado: garantir a segurança aos cidadãos, o direito à propriedade e à soberania nacional; *iii)* privatizações, desregulamentação e flexibilização do câmbio; iv) reestruturação do sistema previdenciário; v) investimentos em infraestrutura básica; *vi)* fiscalização dos gastos públicos; e *vii)* políticas sociais focalizadas.

o caminho para a "redenção" – ao crescimento – para os países periféricos seria a implementação e a difusão das instituições do mundo anglo-saxônico – *monocultura institucional*,[10] termo cunhado por Peter Evans. Diniz (2007, p. 21) deixa muito claro, na citação a seguir, a forma idealizada, acrítica e a-histórica dos defensores da monocultura institucional, a saber:

> *A grande difusão, ao logo dos últimos 15 anos, dos enfoques classificados por Evans como expressão da "monocultura institucional" gerou uma propensão a desconsiderar os traços históricos como variáveis importantes para explicar diferenças de desempenho entre distintos países. Esse vezo analítico, com consequências teóricas e práticas, implicou uma idealização dos arranjos institucionais dos países centrais do capitalismo ocidental [anglo-saxônico], como se fosse possível descartar as especificidades históricas que interferem nos processos de ajuste aos imperativos externos. Igualmente relevantes são os valores e ideias que, a partir das esferas internacional e doméstica, influenciam as respostas aos desafios exógenos. No plano das políticas postas em prática, tal tendência traduziu-se, frequentemente, num processo de mimetismo acrítico, implicando a adoção de soluções extraídas de receituários consagrados internacionalmente, como se fosse possível mudar por decreto situações reais. Sem ignorar a importância das reformas na esfera das instituições, parece-me oportuno recuperar o significado da dimensão histórica.*

A grande maioria dos países da periferia abraçou ou foi levado,[11] se bem que seletivamente e com diferentes graus de intensidade, aos ajustes estruturais neoliberais, que consistiam, sinteticamente, em abertura comercial e financeira, liberalização financeira, liberalização dos preços e salários, liberalização do regime de investimentos, reforma tributária, privatizações, reforma da seguridade social e reformas trabalhistas. Assumia-se, portanto, que o excessivo intervencionismo estatal e seus déficits fiscais eram os principais empecilhos para os países periféricos adentrarem em uma nova fase de prosperidade. Desse modo,

10. O termo *monocultura institucional* é definido, nas palavras do próprio Evans (*apud* Diniz, 2007, p. 21), da seguinte maneira: "A monocultura institucional baseia-se tanto na premissa geral de que a eficiência institucional não depende da adaptação ao ambiente sociocultural doméstico, como premissa mais específica de que versões idealizadas de instituições anglo-americanas são instrumentos de desenvolvimento ideais, independentemente do nível de desenvolvimento ou posição na economia global. Formas institucionais correspondentes a uma versão idealizada de supostas instituições anglo-americanas são impostas naqueles domínios organizacionais mais sujeitos à pressão externa (...). Na maioria das arenas da vida pública, especialmente aquelas ocupadas com a pressão de serviços públicos, a monocultura institucional oferece a proposta estéril de que a melhor resposta ao mau governo é menos governo. Seus defensores ficam, então, surpresos quando seus esforços resultam na persistência de uma governança ineficiente, 'atomização inaceitável' entre os cidadãos e a paralisia política".

11. "Para atingir plenamente seus objetivos, os países centrais impuseram aos devedores as chamadas políticas neoliberais" (CANO, 2000, p. 32). O FMI e o Banco Mundial funcionaram como peças-chave desse processo, uma vez que os governos latino-americanos, entre o fim dos anos 1980 e o início dos 1990, começaram a aderir aos ajustes estruturais – planos de estabilização econômica e ajustes institucionais – mercado de trabalho em grande parte – constrangidos por seu endividamento.

a estabilidade monetária, o equilíbrio fiscal, a competitividade internacional, e as reformas institucionais seriam os elementos para a modernização da periferia. O estabelecimento de estratégias nacionais e a sua execução sendo realizada de forma planejada por governos com um projeto de país a ser realizado, seriam coisas do passado.

Celso Furtado, na citação a seguir, – em sua exposição na abertura da mesa redonda do CDES, em junho de 2004 – resume bem a hegemonia do pensamento neoliberal no Brasil e como ela abortou qualquer tipo de pensamento de projeto nacional, bem como a ideia de planejamento governamental para tal intento:

> *A hegemonia do pensamento neoliberal acabou com a possibilidade de pensarmos um projeto nacional; em planejamento governamental, então, nem se fala (...). O Brasil precisa se pensar de novo, partir para uma verdadeira reconstrução. Para mim, o que preza é a política. Essa coisa microeconômica é um disparate completo. (...) Não espero que haja o milagre da superação desse pensamento pequeno, pois hoje em dia não tem ninguém que lidere essa luta ideológica. Todo mundo foge dessa confrontação ideológica. Planejar o presente e o futuro do país passou a ser coisa do passado. Como se pode dirigir uma sociedade sem saber para onde vai? O mercado é que decide tudo. O país passou a ser visto como uma empresa. Isso é um absurdo (CDES, 2004, p. 7-8).*

Em linhas gerais, a América Latina, ao longo dos anos 1990, integrou-se passivamente aos circuitos de produção e reprodução da acumulação global por meio dos ajustes estruturais liberais, aderindo a uma estratégia que foi justificada como o único caminho para a "modernização" da região. A prosperidade anunciada não se consumou; pelo contrário, esta estratégia gerou, ao longo do período 1995-2002, problemas nas contas externas – aumento da vulnerabilidade externa –, nas finanças públicas do país e no crescimento baixo, bem como provocaram a especialização regressiva da estrutura industrial e o aumento da superexploração do trabalho, decorrente da redução do preço da força de trabalho, da elevação do desemprego em suas várias formas e da utilização da base técnico-material do paradigma microeletrônico.

O fracasso do modelo econômico neoliberal na América Latina em realizar sua promessa de crescimento econômico, com estabilidade monetária e com melhoria na distribuição da renda, ficou às claras, praticamente duas décadas após sua implantação. Por outro lado, tal desempenho contribuiu para a perda de sua legitimidade na maioria dos países da região, contribuindo decisivamente, por sua vez, para uma nova inflexão mais à esquerda de muitos governos latino-americanos, sobretudo a partir de 2002. O sincronismo no que se refere à adoção de novas rotas ficou evidente na região a partir das últimas eleições presidenciais, quando

foram retomadas, inclusive, em maior ou menor grau, a depender das características internas de cada país, proposições de políticas do tipo nacional-popular ou desenvolvimentista, que haviam sido jogadas ao limbo pelo modelo neoliberal nos anos 1990. Nesse sentido, ocorreu a vitória eleitoral de Evo Morales, líder indígena e socialista, na Bolívia, em 2005; a eleição da dirigente de formação socialista Michele Bachelet, no Chile, no início de 2006; e as reeleições de Hugo Chávez e Luiz Inácio Lula da Silva, respectivamente, na Venezuela e no Brasil, em 2006. Estes resultados reforçam uma tendência iniciada com a primeira vitória eleitoral de Hugo Chávez, em 1998, na Venezuela, e fortalecida posteriormente com a ascensão de Nestor Kirshner na Argentina em 2002, com a primeira condução de Lula, no Brasil, à presidência em 2002 e com a eleição de Tabaré Vasquez, no Uruguai, em 2004 (FIORI, 2006; ARCEO; BASUALDO, 2006).

No plano internacional, a suposta convergência socioeconômica que surgiria do processo de liberalização econômica e da implementação das instituições do mundo anglo-saxônico para o resto do mundo – tese do papel integrador da globalização –, patrocinado, em boa parte, pelos Estados Unidos, não se materializou. Pelo contrário, o que se verificou, durante a década de 1990-1999, foi um resultado macroeconômico mundial divergente, pois, durante este período, se, por um lado, os Estados Unidos, em que predomina a governança neoliberal, e os países em desenvolvimento da Ásia – sobretudo China e Índia –, que utilizam o Estado como importante indutores do sistema econômico, cresceram a taxas elevadas de 3,1% e de 7,2%, em médias anuais, respectivamente; por outro lado, os países da Área do Euro, da América Latina e do Caribe, da África, do Japão e do Brasil apresentaram taxas de crescimento baixas de 1,9%, de 2,9%, de 2,5%, de 1,5% e de 1,7%, em médias anuais, respectivamente. Inclusive algumas dessas regiões enfrentaram crises econômico-financeiras agudas, tais como, a crise do México em 1994, da Ásia em 1997, da Rússia em 1998, e do Brasil em 1998, entre outras crises.

Além da não convergência econômica e institucional no plano internacional e do fracasso do modelo econômico neoliberal na América latina, no que diz respeito às promessas de crescimento e distribuição de renda, a crise internacional de 2008,[12] originada nos Estados Unidos, centro do capitalismo mundial, suscitou grandes questões no que tange à governança neoliberal, já que aquele país seria o *benchmark* tanto da política econômica como das instituições – regras do jogo –

12. A partir de agosto de 2007, a crise imobiliária do mercado *subprime* (de alto risco) atingiu fortemente os mercados financeiros e de capitais dos Estados Unidos e dos países da Europa que tinham bancos expostos diretamente à securitização ou titularização das hipotecas de alto risco. A rápida propagação da crise para o setor financeiro deu-se pela via do sistema estadunidense de financiamento de compra de imóveis. Crise esta que não ficou restrita apenas ao setor financeiro, já que ela se espraiou pelo setor produtivo dos países em que a crise se originou, bem como para todo o conjunto da economia mundial, ganhando proporções enormes.

da governança neoliberal. Esses eventos históricos, na verdade, apenas deixam às claras que a governança neoliberal (capitalismo liberal), assentado na monocultura institucional do padrão pró-mercado, não necessariamente leva à convergência dos sistemas socioeconômicos e nem sempre é o melhor tipo de articulação entre Estado, mercado e sociedade.

3. DESENVOLVIMENTISMO E CONCERTAÇÃO SOCIAL: COMPLEMENTARIEDADE VIRTUOSA

Para Furtado (1968, 1986), o desenvolvimento econômico vai muito além do simples crescimento do produto interno bruto (PIB), já que para ele só existe desenvolvimento quando ocorrem mudanças no conjunto das estruturas da sociedade. No processo de desenvolvimento, em uma perspectiva histórica, o progresso tecnológico desempenha um papel fundamental, pois o progresso técnico, em certas áreas, gera o aumento da acumulação que modifica o perfil da demanda, abrindo espaço para o aumento da produtividade do sistema econômico como um todo e, consequentemente, gerando ganhos salariais para o conjunto da população. Nessa perspectiva, o social passa a ser integrado a todas as dimensões da atividade produtiva sem ser tratado apenas como mais um setor de atividades.

Cabe ressaltar que para Furtado e para os autores cepalinos, o desenvolvimento periférico não seria uma "etapa" de um processo universal de desenvolvimento que os países centrais já teriam atravessado, como defendido por Rostow. Na verdade, o desenvolvimento nas condições da periferia latino-americana seria um processo inédito, "cujos desdobramentos históricos seriam singulares à especificidade de suas experiências, cabendo esperar consequências e resultados distintos aos que ocorreram no desenvolvimento cêntrico" (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 22).

Dado o diagnóstico de Furtado e dos cepalinos, a descentralização pura e simples do mercado – recomendação liberal – dificilmente traduzir-se-ia em mudanças estruturais na economia. A busca pelo lucro privado nem sempre reflete ganhos coletivos. Mudanças estruturais que acompanham o processo de desenvolvimento envolvem grandes externalidades e falhas de mercado que com certeza podem levar a um círculo vicioso e não virtuoso, conforme apresentado por Gunnar Myrdal. O mercado por si só apenas iria reforçar a causação circular negativa: nesse caso, a concentração de renda seria cada vez maior, com uma estrutura de produção e progresso técnico compatível com o perfil dessa distribuição que autorreforçaria a concentração do consumo e da renda.

Nesse contexto, a contribuição do Estado – produtor e, sobretudo, planejador – ao ordenamento do desenvolvimento econômico, dada as condições da periferia latino-americana, assume um princípio *normativo*. A ação estatal, sobretu-

do o planejamento governamental, em apoio ao processo de desenvolvimento, via industrialização, "aparece como corolário natural do diagnóstico dos problemas estruturais de produção, emprego e distribuição de renda nas condições específicas da periferia subdesenvolvida" (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 35).

Caberia, então, ao Estado induzir uma mudança no perfil de renda que provocasse uma mudança no perfil da demanda. Esta última seria acompanhada de mudanças nos preços relativos e mudanças na estrutura da oferta, tal que o progresso técnico pudesse vazar para os trabalhadores, sob a forma de transferências de produtividade e assim promover o desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, o papel do mercado era limitado como agente de desenvolvimento e o paradigma de concorrência perfeita, um dos pilares do pensamento hegemônico neoclássico, não ajudava muito. Cabe aqui qualificar melhor o tipo de intervenção estatal defendida por Celso Furtado. Ele não advoga veementemente a ideia do Estado produtor de bens, mas não rejeita essa ideia. Na verdade, para ele, o Estado deve sim assumir o papel de regulador da demanda final, regulador este do perfil da demanda e facilitador das mudanças estruturais. Assim, o Estado deveria buscar uma política alinhada com os demais agentes econômicos por meio do planejamento/programação governamental. A ideia moderna de incentivos estava na base das suas proposições contidas no livro *Um projeto para o Brasil* (FURTADO, 1968).

É preciso ressaltar que a noção de planificação de Furtado distancia-se em muito do planejamento soviético – substituição do mercado pela centralização total pelo Estado –, já que para ele esse tipo de planificação poderia desestimular a economia, como observado em especial no Leste Europeu. Neste sentido, Furtado (1986) defendia o processo de planejamento como um instrumento de *centralização flexível*.

Portanto, era imprescindível que o Estado funcionasse em articulação com o setor privado, pois deste último dependeria as ações de mudança e melhoria da produtividade. O processo de desenvolvimento até então tinha sido concentrador de renda e de poder. O progresso técnico era controlado pelas empresas estrangeiras que não repassavam o aumento da produtividade dele decorrente para os trabalhadores sob a forma de aumento de salários, mas sim de aumento de lucros.

Fica claro que o modelo de Celso Furtado coloca o desenvolvimento social como objetivo da sociedade, isso implica modificações nos processos decisórios, uma vez que, como ressalta Dowbor (2001), o social deixa de ser apenas um setor de atividades para se tornar uma dimensão de todas as nossas atividades. Ademais, Celso Furtado contribuiu como poucos para redefinir o papel do Estado no processo de desenvolvimento nacional. A própria trajetória de Furtado foi impulsionada pelas novas condições do país, em que o planejamento estatal e a

atuação do Estado na esfera econômica passaram a ter papel central. Contudo, a disseminação do ideário neoliberal pelo mundo a partir dos anos 1980, e, no Brasil, a partir dos anos 1990, modificou esse papel.

Fica evidente, segundo Furtado, que se faz necessário reconstruir o Brasil. Isso significa repensar de novo o projeto nacional de desenvolvimento iniciado pelo Brasil na década de 1950 que foi responsável por tornar o país a principal economia latino-americana, uma década depois. A importância do projeto nacional fica evidente nas próprias palavras de Furtado:

> *Em 1950, o Brasil estava muito atrás da Argentina, era mais atrasado do que o Chile, e muito atrás do México. E quando terminaram os dez anos de trabalho com persistência nessa luta pela industrialização, o Brasil estava em primeiro lugar como economia, na região latino-americana. Uma transformação completa. O Brasil mudou a sua ótica no segundo governo Vargas, que construiu Volta Redonda, que partiu para implantar a Petrobras, que fez todas essas obras de infraestrutura, que se lançou nesta direção e tirou o país lá de baixo e o levou a ser líder na industrialização da América Latina. E esse era o caminho (CDES, 2004, p. 7-8).*

Na perspectiva furtadiana, o projeto nacional não é construído ao acaso, muito menos é fruto de deliberações impostas. Na verdade, a construção de um projeto de nação só se configura quando existe um alinhamento entre os agentes produtivos e a população em geral, gerando, com isso, efeitos impulsionadores do desenvolvimento. "Quanto mais ampla a frente de ação, mais importante se torna o apoio da opinião pública e mais necessária a participação efetiva da população ali onde seus interesses estão em causa de uma forma direta" (FURTADO, 1968, p. 14-15). Logo,

> *(...) o desenvolvimento é a transformação do conjunto das estruturas de uma sociedade em função de objetivos que se propõe alcançar essa sociedade. O primeiro problema é definir o campo de opções que se abre à coletividade. Em seguida se apresenta o problema de identificar entre essas opções aquelas que se apresentam como possibilidade política, isto é, que, correspondendo a aspirações da coletividade, podem ser levadas à prática por forças políticas capazes de exercer um papel de hegemônico no sistema de poder (FURTADO, 1968, p. 19-20).*

Aqui surge um problema nada simples de resolver, a saber: como é possível identificar as aspirações da coletividade, dado os mais diversos grupos e estratos que compõem a sociedade? Esta questão não foi uma problemática desenvolvida por Furtado, mas ela é sim de fundamental importância para a retomada da discussão sobre o projeto nacional, desenvolvimento e planejamento governamental na atual conjuntura histórica brasileira, marcada pela democracia e pela complexidade da sociedade atual. Será que apenas a democracia representativa consegue tornar claras as aspirações da coletividade?

A concepção da democracia representativa é a de que as vontades individuais materializadas no voto são agregadas por meio das escolhas em determinados partidos políticos que, assim, são legitimados para o exercício de poder nas arenas decisórias. Nesse modelo institucional, segundo Fleury, "as regras da democracia dizem respeito a como se deve chegar às decisões, mas não ao conteúdo destas decisões" (2006, p. 84).

Para Fleury, o modelo institucional da democracia, ao reforçar os aspectos formais e procedimentais em detrimento dos aspectos relacionais e representativos, em boa medida, não consegue funcionar como "mecanismo eficaz de agregação de interesses e resolução de conflitos" (2006. p. 84), isso fica evidenciado pelos recorrentes problemas de governabilidade, bem como pela menor legitimidade das autoridades governamentais e de suas políticas públicas.

Não se quer dizer com isso que a democracia representativa deva ser relegada a um segundo plano, muito pelo contrário, ela apresenta certos limites no que diz respeito à representação e à concertação de interesses. Limites estes que podem ser reduzidos com a "combinação virtuosa" entre "a democracia representativa e os mecanismos [neo]corporativos de representação dos interesses". A vantagem apresentada pelo neocorporativismo como forma de representação de interesses é "a introdução, na classe política, de pessoas que não são puramente políticos profissionais e a democratização da influência informal, que atualmente só existiria para os grupos mais poderosos" (FLEURY, 2006. p. 84). Hirst deixa muito clara a necessidade da articulação virtuosa entre mecanismos neocorporativistas de representação e democracia formal:

> *Assim, não precisamos de dispositivos sociais fixos para ter uma representação corporativa efetiva. Isto só ocorreria se atribuíssemos ao corporativismo as mesmas tarefas da democracia representativa e, portanto, procurássemos criar uma câmara ou assembléia corporativa formal e dotada de verdadeira "representatividade" social. O corporativismo deveria suplementar a democracia representativa, não suplantá-la. Suas funções são muito diferentes: os fóruns corporativos servem para facilitar a consulta (e com isto a comunicação) e a coordenação (e com isto a negociação) entre interesses sociais e órgãos públicos. Servem como canais para a influência recíproca de organismos governantes e governados. Isto propiciaria à influência governada e aos governantes os meios para orquestrar efetivamente a política, minimizando ao mesmo tempo a coerção (HIRST, 1992 apud FLEURY, 2006, p. 84-85).*

Além das vantagens neocorporativistas destacadas, Tapia (2008) ressalta que as práticas neocorporativistas tendem a reduzir os custos de obtenção de informações, bem como ampliam "a confiança no processo de negociações das organizações de representação de interesses diretamente envolvidos". Nesse contexto, o Estado tem fortes razões para se envolver e construir arranjos neocorporativos

devido à sua "necessidade de obter informações, mobilizar *expertise*, bem como promover a colaboração dos atores econômicos e sociais" (TAPIA, 2008, p. 29). Assim, segundo Oliveira (2004), o neocorporativismo funciona como mecanismo de preservação dos espaços de negociações dos processos decisórios, já que ele tem por base o intento de reinstitucionalização dos mecanismos de ação coletiva.

Cabe aqui destacar o papel dado ao Estado na perspectiva neocorporativista, bem como diferenciá-lo da visão do pluralismo liberal. No que diz respeito à visão neocorporatista, o Estado se constitui, com maior ou menor intensidade, no agente desencadeador de mecanismos e gerador de limites para a organização de interesses, influenciando assim, em certa medida os processos organizativos. A questão maior é a capacidade que tem o Estado de desencadear esse novo processo sem ser colonizado pelos interesses privados, nem se tornar um agente autoritário do processo (OLIVEIRA, 2004). Schmitter deixa muito claro o papel importante e ativo do Estado para a concertação neocorporatista:

> *O papel do Estado é especialmente importante. Deve, por um lado, ser dotado de suficiente autonomia na arena política para não ser 'capturado' pelos interesses imbricados, e ter a autoridade suficiente para ameaçá-los com o pior dos resultados possíveis – qual seja, que o Estado os regule diretamente – caso não aceitem orientar suas ações 'de acordo com o interesse público'. Por outro lado, o Estado também deve ser suficientemente vulnerável para reconhecer que os custos da aplicação autoritária de determinadas medidas excederão os prováveis benefícios, de modo que prefira delegar alguns de seus recursos mais característicos – o poder coativo – naquelas organizações que não possa controlar administrativamente. Neste intercâmbio, as autoridades públicas não são nem negociadoras, nem mediadoras. Não estão simplesmente inventando um instrumento político que modificará as relações entre a sociedade civil e elas próprias, mas apenas permitindo (e em certos casos auxiliando) a criação de novos mecanismos de controle social que afetarão as relações dentro daquela mesma sociedade civil (1985, p. 61).*[13]

O papel dado ao Estado nessa perspectiva é um dos seus pontos de diferenciação do pluralismo liberal. Nessa visão, o sistema político seria um mercado, no qual as decisões dos eleitores seriam baseadas em suas utilidades políticas, já

13. "El papel del Estado es especialmente crucial. Debe, por un lado, ser suficientemente autónomo en el terreno político para no ser "colonizable" por el interés o los intereses involucrados, y tener la autoridad suficiente para amenazarlos con el peor de los resultados posibles – que el Estado los regule directamente – si no aceptan orientar sus actuaciones "hacia el interés público". Por otro lado, el Estado debe ser lo suficientemente débil como para reconocer que los costes de la aplicación autoritaria de determinadas medidas excederán a los probables beneficios, y preferir, por tanto, delegar algunos de sus recursos más característicos —poder coactivo— en las organizaciones que él no puede controlar administrativamente. En este intercambio, las autoridades públicas no son ni negociadoras ni mediadoras. No están simplemente poniendo de moda un instrumento político que modificará las relaciones entre la sociedad civil y ellas mismas, sino consintiendo (y en ciertos casos colaborando) a la creación de nuevos mecanismos de control social que afectarán a las relaciones dentro de la misma sociedad civil" (SCHMITTER, 1985, p. 61).

que o Estado seria neutro/passivo – o reflexo do mercado econômico e eleitoral e, por conseguinte, dos seus intercâmbios impessoais, competitivos e livres – e um servidor do eleitorado. Ou seja, o Estado seria uma "arena" em que os diversos grupos da sociedade competiriam entre si, em suposta igualdade, de acordo com as regras do jogo estabelecidas "tecnicamente" pelo Estado. Dessa forma, a configuração estatal funcionaria, na verdade, como um "espelho da sociedade" (BORON, 1994; MILIBAND, 1970, introdução). Assim, as formas de inserção estatal nos processos decisórios seriam dadas pelas regras espontâneas de mercado, evidenciando duas dimensões que se articulam, a saber:

> *(...) de um lado, (...) a eficácia de qualquer luta de interesses tende a crescer à medida que decrescem os níveis de interferência estatal; e, de outro, que a passividade do Estado deve ser encarada como uma precondição para a obtenção de equilíbrios estáveis, num regime de plena liberdade de movimento dos interesses individuais ou grupais. (...) A predominância de um ambiente liberto de outras pressões que não as do mercado e da concorrência é o marco referencial dessa idealização (OLIVEIRA, 2004, p. 239).*

Idealização essa que fica evidente em uma análise histórica dos rumos das dinâmicas organizativas dos países capitalistas ocidentais em que o Estado sempre teve papel importante nesse processo. É possível observar que, século após século, os países que alcançaram o *status* de desenvolvidos – Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, Japão, entre outros –, em determinados momentos de suas histórias, em maior ou menor grau, tiveram estados que exerceram ações políticas – estímulos ou limites da organização de interesses – voltadas à construção de projetos nacionais que incorporaram a necessidade da construção de uma economia nacional.[14]

O marco inicial do debate a respeito da representação de interesses pelos mecanismos neocorporativos iniciou-se a aproximadamente três décadas atrás com a publicação de artigo seminal de Schmitter (1974) que destacou a importância dos espaços institucionais para a intermediação de interesses, bem como as características do processo decisório. Segundo Tapia e Gomes (2008), o conceito de neocorporativismo vem sofrendo ampliações desde o artigo de Schmitter até os dias atuais, mesmo com o forte pessimismo sobre as possibilidades de sobrevivência desse tipo de arranjo, durante os anos 1990, devido ao predomínio das teorias da convergência que advogavam que a reestruturação capitalista, diga-se globalização, teria tornado pouco significativo o papel dos estados nacionais e, consequentemente, os próprios arranjos de concertação social. Minford (*apud* TAPIA; GOMES, 2008, p. 32), nessa linha, foi direto ao ponto ao avaliar "o corporativismo como um experimento 'falido', tendo em vista seu distanciamento dos requisitos neoclássicos de crescimento econômico".

14. Para uma análise histórica do papel estatal das políticas de desenvolvimento econômico dos países desenvolvidos, ver Chang (2004).

No sentido contrário, Tapia e Gomes (2008) alertam, ao analisar o caso europeu, que os pactos sociais (concertações neocorporativistas) não deixaram de existir com as novas tendências de globalização capitalistas, mas sim foram se inserindo em um novo quadro, marcado pela instabilidade econômica, pelo aumento do desemprego e pelos problemas ligados ao envelhecimento da população. Para eles, a evidência de que as concertações neocorporativistas ainda são um arranjo institucional possível nos marcos da globalização é dada pelo vigor que os conselhos econômicos e sociais adquiriram nos anos 1990 e mais recentemente.

A despeito de muitos dos conselhos econômicos e sociais europeus terem sido criados no pós-1945 – França (1946 e 1958), Holanda (1950), Áustria (1963), Comitê Econômico e Social Europeu (Cese) (1957), entre outros –, verificou-se a partir dos anos 1990, e também mais recentemente, tanto elementos de renovação quanto de ampliação desses espaços de concertação social. Atualmente, a experiência já se disseminou pela maioria dos continentes, tal que existem conselhos em Portugal, na Espanha, na Itália, na Irlanda, na China, na Rússia, no Brasil, em inúmeros países da África etc. Começam também a surgir agrupamento de conselhos, a exemplo da União dos Conselhos Econômicos e Sociais da África (Ucesa). Segundo Fleury (2006), boa parte desses conselhos possui uma composição corporativa – representantes do governo, dos trabalhadores e dos empregados –, ao mesmo tempo em que é formado por outros agentes da sociedade civil, tais como representantes dos consumidores, da comunidade, dos movimentos sociais e também de alguns intelectuais considerados personalidades.

A depender das diferentes especificidades na nomeação e na determinação dos representantes desses conselhos, eles podem assumir um caráter mais corporativo[15] ou societal,[16] o que não quer dizer que esta última versão não tenha forte representatividade corporativista – empregados, patrões e governo (TAPIA, 2007). Cabe ainda destacar que, em sua grande maioria, esses conselhos – fóruns neocorporativistas:

> *(...) não têm o propósito de legislar ou supervisionar o governo, sendo seu objetivo a consulta, a coordenação da atividade econômica e a negociação de ganhos e sacrifícios. Os conselhos (...) atendem plenamente a estas proposições, sendo concebidos como um mecanismo eficiente de geração de consenso entre os agentes econômicos, a partir da institucionalização*

15. Segundo Tapia (2007, p. 196), "nos conselhos com composição corporativa, os membros participantes da arena de debate e que exercem as funções do conselho são representantes de associações empresariais, de federações ou confederações de sindicatos e representantes do governo indicados por este".

16. De acordo com Tapia (2007, p. 196), "nos conselhos de representação de caráter *societal*, os membros que se encarregam de realizar e debater os principais temas socioeconômicos são especialistas tecnocratas do governo; ou organizações da sociedade civil que podem também vir a representar grupos nacionais; ou, grupos acadêmicos especialistas na área econômica. São membros normalmente nomeados pelo governo".

> *de uma arena pública, em geral regulada pelo Estado, para coordenação da atividade econômica, assegurando maior legitimidade e governança (FLEURY, 2006, p. 85).*

Com a crise de legitimidade atual do Estado e também da própria governança neoliberal, após, sobretudo, a crise financeira internacional recente – 2008 –, o neocorporativismo pode funcionar como mecanismo de criação de novos espaços de negociações dos processos decisórios, já que sua base está pautada pela (re)institucionalização dos mecanismos de ação coletiva. Nesse contexto, o neocorporativismo pode se firmar como via alternativa entre Estado e mercado, já que "as críticas ao Estado resvalam no mercado; a incapacidade de um fazia refluir a eficiência do outro. (...) Estado e mercado, um como o outro posto do mesmo modo como entidades pouco afeitas aos desempenhos de funções reguladoras, pelo menos isoladamente", ainda mais "num momento em que se esvaem alguns de seus principais recursos, tanto ideológicos como materiais". Com isso, "a emergência de novos modelos é de certo modo facilitada por essa realidade objetiva de uma crise que afeta o conjunto dos mecanismos de representação" (OLIVEIRA, 2004, p. 236).

Dado esse novo quadro socioeconômico, a emergência de novos arranjos institucionais neocorporativistas podem funcionar como espaços para concertações nacionais voltadas a reconstruções dos projetos nacionais. Nesse sentido, os mecanismos de concertação de interesses podem proporcionar os meios para a retomada do planejamento estatal, tão marcadamente enfatizada na teorização furtadiana, sem o ranço autoritário que nossa trajetória acabou por impor a sua prática. Assim, novos espaços que institucionalizam a arena pública podem resolver o problema aventado por Furtado de como identificar as aspirações da coletividade. Parece que somente a democracia representativa não tem sido suficiente tanto no processo de agregação de interesses como na resolução de conflitos. É preciso construir novos arranjos institucionais capazes de viabilizar consensos em *prol* da identificação das aspirações coletivas. Os espaços de concertação neocorporativistas, materializados nos conselhos de desenvolvimento econômico e social, podem funcionar como um desses novos arranjos necessários, já que,

> *(...) o neocorporativismo se coloca como parte desse processo de busca de novos caminhos e de recolocação em novas bases das relações entre Estado e sociedade, emergindo gradualmente, disputando espaços e procurando demarcar suas especificidades diante dos pluralismos dominantes, a partir de duas ordens de preocupação. De um lado, procurando afirmar-se como instrumento renovador das formas de funcionamento de um Estado centralizador, ou como espaço efetivo de democratização dos processos decisórios, de outro, buscando transformar-se em eixo referencial, num momento em que se tomam iniciativas diversas com vistas a construir um novo ordenamento sociopolítico, isto é, buscando referenciar-se como novo paradigma no âmbito socioorganizativo, ou como via possível de um processo de renovação estrutural do próprio modelo estatal (OLIVEIRA, 2004, p. 254).*

É preciso, por fim, destacar que a construção de novos espaços de concertação não é tarefa simples. Entre as dificuldades de implementação e de consolidação dessas novidades, destacam-se aqui quatro elementos, a saber: *i*) a dificuldade de legitimação de inovações institucionais por parte dos vários agentes envolvidos, bem como pela própria sociedade; *ii*) a linha muito tênue entre a capacidade do Estado de desencadear um novo espaço de concertação sem ser, ao mesmo tempo, colonizado pelos interesses particulares e sem se tornar um agente autoritário; *iii*) a capacidade real de que as deliberações construídas nesses espaços possam influenciar as decisões estratégicas dos governo; e *iv*) o risco de sobrerrepresentação dos atores estratégicos – vinculados a determinadas representações de interesses – indicados à posição de conselheiros.

4. O CDES E A CONCERTAÇÃO NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO: TRAJETÓRIAS, PERCALÇOS E DESAFIOS

4.1 Constituição, formato e funcionamento do CDES

Uma das primeiras medidas do governo Lula, em janeiro de 2003, foi a criação do CDES, [17] órgão de consulta da Presidência à sociedade civil, ao mesmo tempo que é um canal institucionalizado de negociação de uma agenda de reformas econômicas, sociais e políticas, pactuadas entre diferentes atores societários e o governo. Tal como definido em seu regimento interno o CDES é um órgão colegiado de assessoramento direto e imediato do presidente da República, com a missão de:

> *(...) propor políticas e diretrizes específicas, voltadas ao desenvolvimento econômico e social, produzindo indicações normativas, propostas políticas e acordos de procedimento; e apreciar propostas de políticas públicas e de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que lhe sejam submetidas pelo Presidente da República, com vistas à articulação das relações de governo com representantes da sociedade civil organizada e a concertação entre os diversos setores da sociedade nele representados.*[18]

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social tem uma natureza diferente das demais agências de governo, pois ele não é um órgão deliberativo, mas sim um órgão consultivo e de assessoramento ao presidente da República. Vale registrar que o conselho "nunca teve o objetivo de desempenhar funções legislativas, mas, sim, de realizar debates e subsidiar decisões da agenda pública e do governo" (TAPIA, 2007, p. 201).

O CDES é composto por 102 integrantes tanto da sociedade civil – 90 conselheiros – quanto do governo – 12 conselheiros. Os representantes da

17. Medida Provisória no 103, de 1o de janeiro de 2003.
18. Medida Provisória no 103, de 1o de janeiro de 2003.

sociedade civil são escolhidos pelo governo dos mais diversos setores sociais, tais como, empresários, trabalhadores, movimentos sociais, acadêmicos e personalidades reconhecidas pela sociedade. Os conselheiros do governo são os ministros da Casa Civil, da Secretaria de Relações Institucionais, da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Secretaria-Geral da Presidência, do Gabinete de Segurança Institucional, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Desenvolvimento Social, do Trabalho e Emprego, do Meio Ambiente, das Relações Exteriores e o presidente do Banco Central (Bacen). O CDES tem como presidente o próprio presidente da República e o seu secretário-executivo possui o *status* de ministro de Estado (TAPIA, 2007; FLEURY, 2006).

O CDES realiza quatro reuniões do pleno por ano, todas elas com a presença do presidente da República. Plenárias essas que reúnem todos os membros do conselho e que tem como pauta de discussão os temas apresentados pelo governo ou pelos próprios conselheiros que nesse caso são originários de Grupos de Trabalho (GTs). "Compete à Plenária entre outras atribuições, definir as diretrizes e programa de ações do conselho e elaborar e aprovar seu regimento interno" (COSTA, 2005, p. 5).

Para além de suas reuniões plenárias, o CDES, desde sua criação, tem como prática a instituição de GTs sobre temas específicos. Esses GTs são constituídos com o intuito de realizar estudos e debates mais aprofundados, antes de gerar recomendações apreciadas em plenário. Na verdade, são nos GTs que ocorrem os embates de interesses diversos por meio de discussões e negociações. Vale ressaltar que, quase sempre, os grupos de trabalho são assessorados por representantes de governo e de especialistas nas áreas específicas das mais diversas instituições, o objetivo desse assessoramento é consubstanciar o grupo de informações necessárias para que este possa construir uma proposta sólida sobre os temas em questão. Costa (2005, p. 6), deixa muito claro os objetivos dos GTs, bem como a sua relevância na elaboração de propostas para o conselho:

> *(...) [os] grupos de trabalho temáticos (os GTs) [são] destinados ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos, que envolvem grupos com interesses especiais em alguma questão. Têm caráter temporário e funcionam sob a coordenação de um integrante da administração pública federal. São compostos por um representante do Ministério da área pertinente ao objeto da discussão, dez conselheiros indicados pelo Conselho e até nove cidadãos convidados pelo Secretário-Executivo do CDES. Nestes grupos é que de fato se travam a discussão, os debates e confrontos de interesses. Estes pequenos fóruns são os espaços nos quais a participação efetiva e a capacidade de negociar e deliberar são exercidas plenamente. É quando adversários e antagonistas se encontram face a face. Neles nasceram as principais propostas do Conselho.*

Ao longo desses anos de atuação, o CDES criou diferentes grupos de trabalho, tais como Reforma Tributária, Reforma Política, Micro, Pequenas Empresas, Autogestão e Informalidade, Bioenergia: Etanol, Bioeletricidade e Biodiesel, Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento e Matriz Energética para o Desenvolvimento com Equidade e Responsabilidade Ambiental.

Em geral, os GTs são encerrados com a elaboração de relatórios com recomendações. Em alguns casos, como a Reforma Tributária, após ter sido criado em 2003 e apresentado um relatório, o GT foi reativado com a tramitação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC). O grupo reuniu-se novamente em 2007 e 2008, produzindo um parecer sobre o projeto em questão e solicitando, por meio de uma moção, a aprovação da reforma tributária. Já o GT Bioenergia, por exemplo, encerrou seus trabalhos com um parecer sobre questões como Zoneamento Agroecológico, relações de trabalho e o papel do Estado no setor. Com a ampliação da relevância do tema, o GT foi reformulado e passou a se denominar GT Matriz Energética.

Além das reuniões do pleno e dos GTs, o CDES tem como um de seus instrumentos o Observatório da Equidade (OE) que foi criado, em 2006, a partir da formulação da Agenda Nacional de Desenvolvimento, com o intuito de acompanhar o enfrentamento do problema das desigualdades sociais do país. Este instrumento será detalhado mais à frente.

É preciso destacar que por ser uma iniciativa do governo, pairava, no princípio dos trabalhos do CDES, a dúvida sobre a efetividade deste em cumprir seu papel. Especulava-se, dentro e fora do conselho, que a iniciativa poderia se transformar em uma medida cosmética, ou resultar em um novo órgão cooptado pelo governo, mas ainda assim mantido para dar uma aparência de diálogo ou participação da sociedade nas decisões políticas. Após a abertura política ocorrida na década de 1980, as experiências de participação justificavam o temor, na medida em que o "diálogo social" foi usado mais para legitimar iniciativas de governo do que instrumento efetivo de participação ou intervenção societária nas decisões governamentais. Por outro lado, esta era uma experiência original e inédita no âmbito do governo federal. A novidade trazia, portanto, insegurança e incertezas.

O princípio que deu base à iniciativa governamental foi a criação de um espaço de institucionalização do diálogo social que mobilizasse a diversidade de interesses presente no nosso país para aconselhar a Presidência. Apesar dos convites se dirigirem às pessoas, eles ocorreram em função da representação e da representatividade que essas pessoas têm em suas bases sociais.

O embrião do processo de institucionalização dos mecanismos de ação coletiva dos mais diversos agentes sociais, no Brasil, foi a Constituição Federal (CF) de 1988 que representou um marco fundamental do processo de constru-

ção democrática, ao consagrar o princípio da participação da sociedade civil[19] na condução de políticas públicas. Foi a partir daí que se instituíram mecanismos de democracia direta e participativa, entre os quais a criação de Conselhos Gestores de Políticas Públicas, nos níveis municipal, estadual e federal, com representação paritária do Estado e da sociedade civil, destinados a formular políticas sobre questões relacionadas à saúde, às crianças e aos adolescentes, à assistência social, às mulheres, entre outras.

O CDES tem desenvolvido, nos últimos anos, intensa atividade de diálogo sobre os rumos e os desafios para o desenvolvimento brasileiro, agregando outros atores da sociedade civil, do governo e do setor empresarial. Como resultado desse processo dialógico, o CDES produziu importantes documentos que registram posições acordadas e proposições encaminhadas ao presidente da República sobre temas nacionais considerados prioritários. Os principais acordos construídos têm em comum a preocupação com o desenvolvimento nacional, com a equidade e a sustentabilidade e com a ampliação da democracia.

4.2 O CDES em três tempos: o antes e o depois da Agenda Nacional de Desenvolvimento

4.2.1 As cartas de concertação: produzindo diálogos e explicitando conflitos

A primeira fase do CDES vai desde a sua constituição, março de 2003, até o fim da primeira gestão de Tarso Genro, em maio de 2004. Naquela etapa, o CDES teve um caráter experimental e prospectivo dado o próprio caráter de novidade institucional que o conselho representava. O maior esforço àquela altura era identificar as possíveis demandas da sociedade civil por meio da elaboração das cartas de concertação social, ao mesmo tempo em que se organizou uma agenda de debate proposta integralmente pelo governo voltada à discussão das reformas – especialmente a previdenciária e a tributária – (TAPIA, 2007).

Os primeiros trabalhos do conselho, portanto, tiveram como um de seus principais objetivos a construção das *cartas de concertação*, documentos analíticos e propositivos acerca de assuntos colocados na agenda pela iniciativa do governo. O método utilizado para construir tais cartas foi o de estimular e de explicitar os conflitos, ao mesmo tempo em que se buscou "produzir um diálogo aberto e franco na busca de um consenso mínimo sobre questões que implicavam a definição dos limites da tolerância dos vários setores ali representados em relação a seus objetivos e interesses" (COSTA, 2005, p. 2).

Essa inovação institucional permitiu um debate profícuo entre as diferentes posições esposadas que foram se multiplicando nos debates das *cartas*, mas isso

19. Ver Bercovici (2009).

não eliminava completamente o risco de paralisia decisória, pois se percebia que o sucesso alcançado até então dependeria da maneira como o governo, em especial seus ministros, se relacionariam com o conselho. Afinal, tratava-se de um novo espaço, em construção, de participação política.

O exercício de construção de convergências graduais de preceitos analíticos e valorativos tinha como objetivo, como bem identificou Kowarick (2006), construir entre os diversos grupos do CDES um capital de confiabilidade que faça predominar uma prática de cooperação para superar as arraigadas diferenças de interesses em uma sociedade pouco habituada à interlocução social. Esse método, segundo Tapia (2007, p. 202), teve como objetivo, em um horizonte de tempo mais longo, "procedimentos que pudessem servir de suporte à construção de um pacto social em torno de um núcleo básico de propostas de reformas e diretrizes de desenvolvimento consideradas *consensuais*". Como:

> *(...) ninguém negocia seriamente ou renuncia a algo quando todos estão perdendo, esta última condição era vista como a premissa das premissas para que o processo de concertação fosse exitoso. O processo de reordenamento democrático das sociedades, na fragmentação social e na diluição do "público" na época "pós-moderna", não será feito sem tensões reguladas. Pelo simples fato de que as tensões, originárias das brutais exclusões e desigualdades geradas pelos tatcherismos centrais e periféricos, irão se acentuar cada vez mais. Ora, se as tensões não forem incorporadas como método e regulação para um diálogo transformador, a democracia é que sucumbirá. O que poucos querem (GENRO, 2003, p. 1).*
>
> *A busca pela construção do pacto social/concertação social,[20] ficou muito evidente nas próprias palavras do primeiro secretário-executivo do CDES, o ministro Tarso Genro, ao argumentar que:*
>
> *(...) o Brasil não tem tradição de diálogo e debate político "entre classes", mas operou seus processos sociais, ou a partir principalmente da cooptação, como no processo de modernização originário do varguismo, ou a partir da eliminação violenta das forças adversárias, como ocorreu por ocasião do regime autoritário, assim o trabalho do Conselho tem suscitado dúvidas. A mais recorrente é se ele pode ou deve manifestar-se sobre questões de "curto prazo", como em relação a medidas governamentais destinadas a impulsionar o crescimento. Entendo, como Secretário-Executivo do Conselho, que pode e deve. Desde que as manifestações sejam formuladas como "propostas" e não induzidas como se tivessem um caráter normativo para o Governo ou para qualquer ministério em particular (GENRO, 2003, p.1).*

20. Para Genro (2003, p. 1), a "concertação significa, em primeiro lugar, identificar os temas estruturantes de um novo contrato social e, ato contínuo, significa buscar posições pactuadas, que possam ser amplamente majoritárias e também hegemônicas na sociedade. Tudo para transitarmos, com o menor custo político e social possível, para uma sociedade com mais igualdade, inclusiva, com altas taxas de crescimento econômico e radicalmente democrática".

Desde o início ficou evidente que, pela sua própria constituição, o conselho era um microcosmo das diferenças sociais e políticas presentes na sociedade brasileira. As posições dos conselheiros estavam lastreadas nos posicionamentos das bases das quais provinham.

Na composição inicial do conselho verificou-se um grande número de empresários, totalizando aproximadamente 44,1% dos conselheiros (tabela 1), bem como uma sobrerrepresentação paulista que apresentou cerca de 46 conselheiros do total de 90 conselheiros da sociedade civil (51,1%) (tabela 2). Aquela composição reforçava um maior papel do empresariado industrial paulista. Para Fleury (2006, p. 92), essa configuração dos conselheiros:

> *(...) revela a intenção de construção de um novo pacto de poder, com o nítido predomínio do empresariado industrial e a singularidade da inclusão de organizações e movimentos sociais, além das representações sindicais, que já haviam sido reconhecidas como resultado das lutas travadas a partir do final dos anos 70. A composição do conselho revela alta correlação com a distribuição do PIB brasileiro, fortemente concentrado em São Paulo, reafirmando a intenção de construir um pacto de poder com aqueles que já detêm poder, ou seja, com as elites políticas e econômicas do país.*

TABELA 1. DISTRIBUIÇÃO INICIAL DOS CONSELHEIROS DO CDES, POR ESFERA DE ATUAÇÃO

ESPERA DE ATUAÇÃO	QUANTIDADE	%
Empresarial	45	44,1
Social	18	17,6
Trabalho	13	12,7
Personalidades	14	13,7
Governo	12	11,8
TOTAL	102	100,0

Fonte: Kowarick (2006). Elaboração própria.

TABELA 2. DISTRIBUIÇÃO INICIAL DOS CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL DO CDES, POR UNIDADE DA FEDERAL REPRESENTADA

ESTADO	REPRESENTANTES	%
SP	46	51,1
RJ	9	10,0
DF	7	7,8
RS	7	7,8
PR	5	5,6
MG	3	3,3
AM	2	2,2

Continua

Continuação

ESPERA DE ATUAÇÃO	QUANTIDADE	%
CE	2	2,2
MS	2	2,2
AC	1	1,1
AL	1	1,1
GO	1	1,1
PA	1	1,1
PE	1	1,1
RR	1	1,1
SC	1	1,1
TOTAL	90	100,0

Fonte: Kowarick (2006). Elaboração própria.

O resultado dessa busca pela construção do pacto social materializou-se nas cartas de concertação, obtidas por concenso nas reuniões plenárias. A primeira *carta de concertação – Ação política para a mudança e a concertação*, de 13 de fevereiro de 2003 – afirmava o papel do CDES como espaço público, não estatal, que tinha por objetivo construir, por meio do diálogo, diretrizes e propostas consensuais ou majoritárias em questões estruturais para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, *um novo contrato social*, por assim dizer.

A segunda carta – *Ação pelo progresso e inclusão social*, de 10 de abril de 2003 – ressaltou a necessidade de atacar os altos níveis de exclusão social, por meio de políticas econômicas que promovessem o crescimento e a geração de empregos, por meio de políticas sociais para universalizar o acesso à proteção social e às políticas culturais para que promovessem maior autonomia e emancipação dos cidadãos.

A terceira carta – *Fundamentos para um novo contrato social, de 12 de junho de 2003* – comprometia-se a firmar uma nova autoridade sobre a política econômica sem ruptura, em consonância com os princípios do livre mercado e da estabilidade econômica, mas que permitissem dar sustentabilidade ao crescimento, à geração de novos empregos e ao processo de inclusão social.

A quarta carta – *O desafio da transição e o papel da sociedade: a retomada do crescimento, de 4 setembro de 2003* – debateu alguns enunciados políticos fundamentais, capazes de agregar amplas maiorias sociais, visando à concertação nacional. A quinta carta – *Caminhos para um novo contrato social: documento de referência para o debate, de 10 dezembro de 2003* – enfatizou os pontos em torno dos quais seria possível definir projetos e pactuar regras que fomentassem o crescimento econômico sustentado com inclusão social, trabalho e distribuição de renda.

A despeito da importância da construção das cartas de concertação, o "sonhado" pacto social não foi articulado, uma vez que o conselho enfrentou dificuldades de legitimidade interna e externa devido ao avanço da crise política de 2004 – denúncias de corrupção que pairavam sobre vários membros do alto escalão do governo Lula – e devido à subordinação total do conselho à agenda do governo que tinha um caráter mais conjuntural – a agenda das reformas. Fleury (2006, p. 103-104), em passagem a seguir, deixa muito claro as dificuldades institucionais do conselho daquele período marcado pela crise política:

> *(...) a indefinição do governo em relação à função e papel do CDES é cada vez mais sentida, em especial em um momento tão crítico como o atual, no qual a crise institucional vem envolvendo tanto o Legislativo quanto o Executivo. Considerando que o Conselho deveria dar prioridade às questões estruturais em relação às conjunturais, perde-se a chance de utilizar este mecanismo já institucionalizado de negociação entre governo e sociedade, com vistas a gerar alternativas diante da crise política, fortalecendo a democracia e sua institucionalidade.*

Para Costa (2005), o maior percalço inicial do CDES foi a total subordinação do conselho à agenda proposta pelo governo – agendas de reformas. Isso teria suscitado a desconfiança dos agentes envolvidos, gerando muitas dificuldades no que diz respeito à formalização do pacto social, a despeito da produção de acordos razoáveis no que tange aos valores orientadores dos objetivos do conselho materializado nas seis cartas de concertação. Essa dificuldade, em certa medida, vai se diluindo a partir de 2004 à medida que o conselho começa a colocar proposições próprias no debate, sobretudo, com a proposição da construção da Agenda Nacional de Desenvolvimento.

4.2.2 A construção da Agenda Nacional de Desenvolvimento

A construção da Agenda Nacional de Desenvolvimento, iniciada em fevereiro de 2004, significou uma nova fase do CDES no que diz respeito tanto às suas relações externas – setores do próprio governo, da mídia e da sociedade – quanto às suas interações internas – entre os conselheiros. Relações estas que, em certa medida, se deterioraram em virtude das fortes pressões sobre o conselho haja vista a crise política de 2004 e da própria agenda proposta pelo governo – reformas – voltada muito mais aos aspectos conjunturais do que aos elementos – agenda de longo prazo (TAPIA, 2007).

Naquele contexto de dificuldades e de problemas de legitimação interna e externa do conselho, a Secretaria Executiva do Conselho Desenvolvimento Econômico e Social (Sedes), na gestão do ministro Jacques Wagner, orientou-se por uma nova estratégia direcionada aos fundamentos "estratégicos capazes de dar lastro a uma proposta de desenvolvimento sustentável de médio e longo prazos e da inclusão social" (TAPIA, 2007, p. 202).

A partir daquele momento verificou-se um deslocamento da agenda principal do conselho, processo este que foi conduzido pela Sedes na medida em que a secretaria começou a trazer para o núcleo central da agenda do conselho a elaboração de uma Agenda Nacional de Desenvolvimento por meio de forte mobilização dos conselheiros. Aquela nova trajetória do CDES buscou construir uma legitimação interna e externa, já que a

> *(...) Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND) deveria, dentro desse cálculo político, ser, ao mesmo tempo, uma proposta substantiva que trouxesse um aporte ao tema e também um mecanismo de legitimidade e adesão dos conselheiros com papel do conselho. A AND deveria, como produto do debate e da negociação, contribuir para o esforço de adensamento institucional mais consistente do conselho (TAPIA, 2007, p. 205).*

Nesse contexto, a AND proporcionou um salto qualitativo na ação do conselho, já que esse novo encaminhamento representou novos desafios que implicavam: *i*) pensar os sentidos possíveis do conceito de *desenvolvimento nacional* que fosse além do simples somatório dos interesses corporativos de cada grupo; *ii*) relacionar crescimento econômico e desenvolvimento sustentável; e *iii*) conciliar as posições esposadas com a própria diversidade constitutiva do conselho. Segundo Tapia (2007, p. 206), a AND, do ponto de vista operacional, tinha como ideia central:

> *(...) uma agenda ampla sobre a temática do desenvolvimento, nascida, em parte, da discussão e do pacto entre os conselheiros e, simbolicamente, das entidades e associações, movimentos representados no conselho. Essa seria, posteriormente, desdobrada em metas, objetivos definidos, com atribuição de responsabilidades e cronograma, relacionando o quê, quem e quando.*

Em relação à reflexão sobre concepções de desenvolvimento, os membros do CDES compartilhavam um entendimento geral sobre um conjunto de diretrizes que deveriam embasar a constituição de uma Agenda Nacional de Desenvolvimento, a qual deveria incluir ações a serem empreendidas pelo governo e pela sociedade. O objetivo central de tal agenda era propor mecanismos de superação das iniquidades, em suas diversas dimensões, e alcançar, no médio prazo, uma sociedade mais equânime na distribuição e no acesso a bens, serviços e direitos. Essa agenda representou, por outro lado, um esforço de reinserção do tema desenvolvimento no centro da pauta de discussões do governo e da sociedade brasileira. Tal intento ficou muito evidente nas palavras proferidas pelo conselheiro José Carlos Braga, na XIII Reunião Ordinária do Pleno do CDES, de 25 em agosto de 2005, em que a Agenda nacional de Desenvolvimento foi aprovada por unanimidade:

> *(...) na verdade, essa proposta da Agenda significa dizer que o tema do desenvolvimento volta à pauta da sociedade brasileira. Como é sabido, nos últimos anos a sociedade tem debatido muito e as políticas governamentais tem se pautado basicamente pela busca da estabilidade de preços, processo esse que era efetivamente necessário em função dos mo-*

mentos de acelerações inflacionarias que o País viveu. Entretanto, penso que um momento como esse, e essas palavras as quais acabo de fazer referência, dizem respeito, no fundo, a um processo em que é chegada a hora de retomar a senda do desenvolvimento, rediscutir as sendas do desenvolvimento, os rumos do desenvolvimento no País (CDES, 2005, p. 3).

A percepção dos conselheiros era a de que o Estado deveria e poderia assumir a função de coordenador de desenvolvimento por ter preservado instrumentos fortes de intervenção social e econômica. Entre esses instrumentos, bancos públicos como o Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF) e empresas estatais como a Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras) e a Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mostravam-se capazes de fomentar e financiar a implementação de políticas industriais, ou de investimento em setores-chave da economia, indispensáveis à prática do planejamento para o desenvolvimento. É nesse sentido que a concepção de desenvolvimento partilhada pelos conselheiros do CDES remetia à concepção furtadiana, que pensa o desenvolvimento como um complexo processo de mudança estrutural coordenado pelo Estado, que se dá em múltiplas dimensões, a partir da articulação entre ações de curto, médio e longo prazos. Essa percepção dos conselheiros também pôde ser observada pelo discurso do conselheiro José Carlos Braga, na referida reunião do pleno em que a AND foi aprovada, a saber:

A implementação da AND demanda alguns requisitos: capacidade de ação coordenada e integrada dos governos; operação, em sintonia fina, dos Poderes da República; estratégica coordenação estatal-privada; uma política macroeconômica (monetária, cambial, fiscal - tributária) concebida e executada de forma consistente com os objetivos da Agenda. Não basta dizer, portanto, que essa política monetária seja consistente com o crescimento, porque a questão numa economia subdesenvolvida ou em desenvolvimento, como nós sabemos, não é só crescer (CDES, 2005, p. 3).

Apesar de haver consenso em questões mais amplas como a concepção e os instrumentos para o desenvolvimento nacional, as divergências entre os participantes, em especial empresários e trabalhadores, eram acentuadas. Ainda que tais grupos reconhecessem como patrimônio da sociedade a democracia e a solidez das instituições republicanas e reclamassem crescimento econômico e mais investimentos públicos e privados, suas posições eram bem marcadas. Por um lado, os empresários demandavam mais e melhor infraestrutura, energia, financiamento, mudanças no sistema tributário e uma nova política econômica. Havia disposição para discutir uma política de pleno emprego. Por outro lado, os trabalhadores reivindicavam distribuição de renda e riqueza, investimento em educação, redução da informalidade laboral, universalização na cobertura da previdência pública, novo regime de tributação para as micro e pequenas empresas, políticas de emprego, inclusive, para os trabalhadores com baixa qualificação profissional, política

de valorização do salário mínimo e prioridade ao mercado interno e aos investimentos em infraestrutura social como habitação e saneamento (CDES, 2005).

Para viabilizar o diálogo entre as diferentes partes atuantes no CDES, a discussão da agenda baseava-se em uma concepção metodológica que visava promover o trabalho coletivo entre os próprios conselheiros. Envolvia basicamente a participação direta dos próprios conselheiros e não de seus assessores. O desafio era realizar um processo de trabalho capaz de mobilizar os conselheiros a dedicarem parte relevante de seu tempo a um trabalho inovador e desafiante, mas cujo resultado era incerto, diante da diversidade presente no conselho e perante a resposta que se buscava criar.

A elaboração da AND, no âmbito do conselho, teve como primeira etapa a configuração, em julho de 2003, do Grupo Temático de Fundamentos Estratégicos para o Desenvolvimento (GTFED) formado por 50 conselheiros e que tinha como objetivo apresentar a definição "dos valores básicos que serviriam de base normativa para a agenda nacional. Esse grupo temático assumiu a responsabilidade pela elaboração da versão inicial a ser apresentada para apreciação e debate no Pleno" (TAPIA, 2007, p. 207).

Em termos efetivos, os trabalhos iniciaram-se de forma mais ampliada com um levantamento/pesquisa, realizado nos meses de abril e maio de 2004 pela Sedes e pelo Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE), da Secretaria de Comunicação (Secom), da Presidência da República (PR), na qual cada conselheiro foi convidado a dar sua contribuição para a partida dos trabalhos. Individualmente, a partir de seus valores e visão de futuro do país, cada conselheiro indicaria quais os problemas que deveriam ser enfrentados. Cada membro do conselho foi, portanto, mobilizado a aportar do seu repertório de questões, aquelas com as quais tem realizado sua vida pública, o elenco de desafios que na sua visão deveriam ser analisados pelo conselho para produzir a resposta à demanda. Esse passo apostava que a mobilização dos conselheiros, além de trazer e revelar as questões que de fato estavam no centro da atenção do grupo, era fundamental para comprometê-los com as etapas posteriores dos trabalhos.

Após a explicitação das posições – expostas nos resultados da pesquisa – foi definido um conjunto de preocupações que estavam na agenda desse coletivo diverso. Havia grande número de preocupações convergentes. A partir daquelas informações, o GTFED voltou-se à discussão sobre a visão de futuro do país,[21]

21. A AND, em passagem a seguir, deixou clara a visão de futuro dos conselheiros para o Brasil, a saber: "Um país democrático e coeso, no qual a iniquidade foi superada, todas as brasileiras e todos os brasileiros têm plena capacidade de exercer sua cidadania, a paz social e a segurança pública foram alcançadas, o desenvolvimento sustentado e sustentável encontrou o seu curso, a diversidade, em particular a cultural, é valorizada. Uma nação respeitada e que se insere soberanamente no cenário internacional, comprometida com a paz mundial e a união entre os povos" (CDES, 2005, p. 7).

bem como os valores[22] e princípios que deveriam direcionar a elaboração da AND (TAPIA, 2007).

O passo seguinte foi agrupar os problemas levantados em seis grandes *âmbitos problemáticos*, para os quais seriam concebidas diretrizes estratégicas, mediante a constituição de grupos de trabalho para cada um deles. A proposta dos seis *âmbitos problemáticos* foi apresentada aos membros do conselho, analisada coletivamente para verificar se todas as questões apresentadas estavam ali contidas. Os termos dos *âmbitos problemáticos* foram ajustados. Nesse momento, tratou-se de realizar um trabalho de síntese capaz de organizar os trabalhos seguintes de tal maneira que contivesse a diversidade de preocupações e questões que mobilizavam os conselheiros a pensar um projeto de país.

Para cada conjunto de dois *âmbitos problemáticos* foram constituídos grupos de trabalho formados pelos próprios conselheiros. Os grupos organizaram seu trabalho basicamente procurando estruturar a análise do *âmbito problemático* tratado. O primeiro esforço de cada grupo foi de trazer um conjunto de fatos e de informações e promover a mediação com vista a criar um referencial empírico comum. Ou seja, o trabalho inicial de cada grupo indicava que um diagnóstico formado por fatos e dados acordados se constituiria em uma boa base para as próximas fases do trabalho de construção da futura agenda. Nesses momentos de diagnóstico, cada conselheiro pode aportar o conhecimento de que dispunha, inclusive com suas assessorias, além de designar, após acordo, especialistas a consultar. Esses diagnósticos, redigidos por equipes de trabalho formadas em cada grupo, foram validados, em uma primeira fase, pelo próprio grupo.

Em seguida, todos os seis diagnósticos dos *âmbitos problemáticos* tratados foram apresentados ao coletivo dos conselheiros, de tal maneira que todos pudessem opinar sobre o conjunto do trabalho. Essa etapa, além de validar o trabalho coletivo feito até aquele momento, também visava gerar confiança acerca do trabalho feito nos demais grupos e socializar o conhecimento do que efetivamente se estava produzindo. Após essa discussão bastante pormenorizada, os conselheiros integrantes do GTFED acharam necessário apresentar uma síntese, facilitadora dos seis diagnósticos dos *âmbitos problemáticos* que foi apresentada ao pleno do CDES na reunião de maio de 2005, a saber:

I. Extrema desigualdade social, inclusive de gênero e raça, com crescente concentração de renda e riqueza, parcela significativa da população vivendo na pobreza ou miséria, diminuição da mobilidade social;

22. No que diz respeito aos valores, a AND apresentou os seguintes valores: "Democracia, Liberdade, Equidade, Identidade nacional, Sustentabilidade, Respeito à Diversidade Sociocultural e Soberania" (CDES, 2005, p. 7).

II. Dinâmica da economia insuficiente para promover a incorporação do mercado interno potencial, suportar concorrência internacional e desenvolver novos produtos e mercados;

III. Infraestrutura logística degradada, não-competitiva, promotora de desigualdades interregionais, intersetoriais e sociais;

IV. Inexistência de eficaz sistema nacional público/privado de financiamento do investimento, estrutura tributária irracional, regressiva e penalizadora da produção e do trabalho;

V. Insegurança pública e cidadã, justiça pouco democrática, aparato estatal com baixacapacidade regulatória-fiscalizadora;

VI. Baixa capacidade operativa do Estado, dificuldade para gerir contenciosos federativos, desequilíbrios regionais profundos, insustentabilidade da gestão de recursos naturais (CDES, 2005, p. 7).

O método de trabalho comportou a construção de um caminho que saiu dos fatos e dados para a identificação dos problemas contextualizados pelos fatos e dados, e destes para as causas que os promovem. A relação entre problemas e causas implicou articular nexos explicativos que criaram as bases para se fazer as escolhas estratégicas acerca da visão de futuro. Cada grupo, a partir dos diagnósticos que produziram, validados pelo coletivo, passou a formular propostas para superar os problemas identificados. Assim, para cada um dos *âmbitos problemáticos*, o GTFED elaborou um objetivo a ser alcançado, a saber:

I. Fazer a sociedade brasileira mais igualitária, sem disparidades de gênero e raça, com a renda e a riqueza bem distribuídas, e vigorosa mobilidade social ascendente;

II. Tornar a economia brasileira apta a incorporar todo o mercado interno potencial, com forte dinamismo e capacidade inovadora, desenvolvendo novos produtos e mercados e com participação relevante na economia internacional;

III. Ter uma infraestrutura logística eficiente e competitiva, integradora do território, da economia e da sociedade nacionais;

IV. Construir um sistema de financiamento do investimento eficiente e eficaz, uma estrutura tributária simplificada e racional, com tributos de qualidade, progressiva e estimuladora da produção e do emprego;

V. Instaurar a segurança pública e a paz social, um sistema judicial transparente, ágil e democrático, e um Estado que regule e fiscalize a contento;

VI. Desenvolver um aparato estatal que opere eficiente e eficazmente, um pacto federativo competente para lidar com conflitos, com equilíbrio entre regiões, e capacidades de manejar recursos naturais de forma sustentável (CDES, 2005, p. 7).

Nessa etapa, mais do que nas anteriores, à mediação agregou-se a negociação. Se ambas sempre estiveram presentes em todos os trabalhos, nas etapas anteriores a dimensão da mediação prevalecia, pois no diagnóstico trata-se de articular um olhar analítico para o problema. Se a escolha do problema e a forma de enunciá-lo e explicá-lo sempre implica em certa negociação, predomina o trabalho de mediação de posições para convergirem a um posicionamento comum.

Dado o diagnóstico do quadro problemático, bem como os objetivos a serem alcançados, fez-se necessário a etapa de construção das principais diretrizes para alcançar os objetivos propostos. Naquela etapa de indicação das diretrizes, o processo de negociação ganhou ainda mais relevância, pois se tratava de olhar para o futuro e, nas escolhas do presente, desenhá-lo. Os debates se tornaram mais intensos e acalorados e extrair consensos foi uma tarefa mais árdua. É interessante observar que a concessão aqui aparece, pela experiência no espaço de interação com o outro, pela possibilidade de reconhecer a pertinência ou pela adequação na proposta alheia.

Depois que cada grupo produziu seu rol de diretrizes, todas foram reunidas em um documento para análise por todos os membros do conselho. Destarte, as centenas de diretrizes, reunidas por *âmbitos problemáticos* foram submetidas à análise de cada conselheiro que, além disso, deveriam classificá-las. O trabalho de síntese e escolha teve várias idas e vindas, seja de participação individual, seja de trabalho no grupo ou seja de debate no coletivo. Este momento de debate coletivo sobre as propostas e a indicação das prioridades trouxe a necessidade de se elaborarem os critérios de escolha.

Em boa medida, os debates convergiram, por exemplo, por identificar a desigualdade econômica e social como o maior obstáculo ao desenvolvimento. Constatou-se que em um país com as graves desigualdades existentes, perseguir apenas o crescimento econômico poderá agravar as desigualdades, que, por sua vez, tornam-se entraves ao crescimento. Portanto, diminuir as desigualdades deve caminhar *pari passu* com o crescimento econômico, sem o que não haverá verdadeiro desenvolvimento.

Os debates avançaram em cada *âmbito problemático*. Em certo momento foi constituído um grupo de síntese e redação final formado por igual número de membros de cada um dos três grupos de trabalho. Elaborou-se, então, o documento contendo as seis diretrizes – voltadas ao enfrentamento dos seis *âmbitos problemáticos* e que buscavam alcançar os seis objetivos propostos – do que se

designou como *Agenda Nacional de Desenvolvimento*. Diretrizes estas que foram assim apresentadas:

I. Fazer a sociedade brasileira mais igualitária, sem disparidades de gênero e raça, com a renda e a riqueza bem distribuídas, e vigorosa mobilidade social ascendente;

I. Tornar a economia brasileira apta a incorporar todo o mercado interno potencial, com forte dinamismo e capacidade inovadora, competente no desenvolvimento de novos produtos e mercados;

II. Ter uma infraestrutura logística eficiente e competitiva, integradora do território, da economia e da sociedade nacionais;

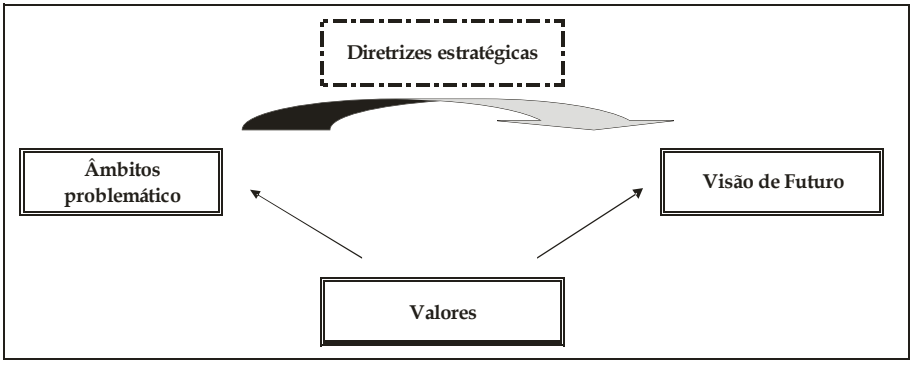
III. Construir um sistema de financiamento do investimento eficiente e eficaz, uma estrutura tributária simplificada e racional, com tributos de qualidade, progressiva e estimuladora da produção e do emprego;

IV. A segurança pública e a paz social estão instauradas, a justiça é democrática, o Estado regula e fiscaliza a contento;

V. O aparato estatal opera eficiente e eficazmente, o pacto federativo funciona sem conflitos, há equilíbrio entre regiões, os recursos naturais são manejados de forma sustentável. (CDES, 2005, p. 8-13).

A partir das dimensões da configuração dos valores dos conselheiros e de seus desenlaces da visão de futuro e dos âmbitos problemáticos, construíram as diretrizes da Agenda nacional de Desenvolvimento. Assim, o desenho lógico da elaboração da AND está representado na figura 1.

FIGURA 1 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA AND



Fonte: CDES (2005).

É preciso destacar que, ao compor o conselho com aquela diversidade para a discussão de uma agenda de desenvolvimento, o presidente partiu do princípio

de que não deveria esconder as diferenças, pelo contrário, deveria evidenciá-las, para, por meio do diálogo, chegar a outra via para o desenvolvimento. O resultado evidenciou essa possibilidade, e uma nova agenda foi formulada.

Não há dúvida sobre o espaço privilegiado de ação que o conselho franqueou aos seus membros. Também é reconhecido que o conselho se constituiu em um ator privilegiado de ação, que vai além da simples proposição de ações individualmente apresentadas por seus conselheiros. A interação criou outra possibilidade de avanço, pois se preservou o entendimento de que a diversidade possibilita novas sínteses, novos espaços de acordo e pactos que definem alocação de recursos e definição das estratégias de intervenção na realidade. É sintomático desse avanço o fato de, hoje, a Agenda Nacional de Desenvolvimento ser um dos documentos a subsidiar o Planejamento Plurianual, suas ações setoriais, projetos e programas.

A agenda ainda teve uma etapa posterior de desenvolvimento, em que se detalhou cada diretriz por meio dos enunciados estratégicos[23] e se definiram metas para cada diretriz proposta. Os enunciados estratégicos para o desenvolvimento, que foram elaborados pelo CDES em agosto de 2006 com base nas diretrizes da agenda, anunciavam um programa com prazos e metas para fomentar o desenvolvimento e estimular a economia. Os conselheiros sugeriram que maiores taxas de crescimento tinham de ser alcançadas e só o seriam com algumas políticas imprescindíveis e urgentes. Tais políticas deveriam ter por objetivo elevar o nível de emprego, valorizar o salário mínimo, reduzir a taxa de juros real, elevar a formação bruta de capital fixo para aproximadamente 25% do PIB, priorizar investimentos em infraestrutura com altas taxas de retorno social e políticas ativas para redução de desigualdades regional e intrarregional. Com o anúncio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), começou a se desenhar a política econômica do segundo governo Lula. O CDES visualizou no PAC inúmeros aspectos sobre os quais seus conselheiros haviam se debruçado e entregue, como sugestões dos enunciados, à Presidência da República. Porém, reclamavam atendimento a outros importantes aspectos presentes no programa do conselho, como o papel dos bancos públicos no processo de desenvolvimento e da reforma tributária.

Ainda como desdobramento da agenda, criou-se uma ferramenta de apoio aos trabalhos de desenvolvimento da própria agenda, o Observatório da

23. Tapia destacou os principais vetores dos enunciados estratégicos, a saber: "A premissa geral da proposta é de que a taxa de crescimento médio do PIB real será em torno de 6% ao ano até 2022, o que traria uma duplicação do PIB *per capita*. Os principais vetores são a redução das desigualdades socioeconômicas e regionais, um grande programa na educação abrangendo todos os níveis de ensino, uma política industrial e ciência e tecnologia competitiva, um amplo programa de recuperação da infraestrutura de transporte, logística, energia, recursos hídricos, de mobilidade urbana, de saneamento, uma reforma agrária visando garantir acesso à terra com assistência técnica, extensão rural, infraestrutura de crédito para mais de 1,5 milhão de famílias de agricultores sem terra, até 2015" (2007, p. 217).

Equidade,[24] que se tornou um grupo técnico de apoio ao conselho na análise da questão da desigualdade e na observação do princípio da equidade, que deve presidir as políticas públicas.[25] Dessa forma, buscou-se ampliar a capacidade do conselho para construir proposições promotoras de maior equidade, além de permitir o monitoramento, a avaliação e a cobrança de resultados das ações governamentais ou não governamentais.

O Observatório da Equidade iniciou seus trabalhos com o tema da educação, acompanhando indicadores que identificam os principais problemas, de modo a estabelecer possibilidades de intervenção política. Identificou-se o seguinte macro-problema: "o nível de escolaridade da população brasileira é baixo e desigual". A partir daí, surgiram seis problemas inter-relacionados: a persistência do analfabetismo, insuficiências e desigualdades nas etapas da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), na educação profissional e no ensino superior. Para cada um dos problemas foram identificadas causas associadas e um quadro de indicadores de acompanhamento desses problemas.

Em 2008, identificou-se no conselho a necessidade de se incluir outro tema no observatório: o Sistema Tributário Nacional (STN). Foram realizadas oficinas e diversas reuniões, até que se chegou ao macroproblema: "O sistema tributário nacional é injusto". Daí partiu-se para a identificação dos problemas relacionados a ele – a saber: sistema regressivo e carga mal distribuída, retorno social baixo em relação à carga tributária, desincentivo às atividades produtivas e geração de emprego, inadequação do pacto federativo em relação às suas competências tributárias, ausência de cidadania tributária – e aos indicadores de acompanhamento da situação. Além dos relatórios anuais, o observatório elabora um parecer com recomendações sobre cada um dos temas observados, de modo a diminuir as iniquidades de cada um dos temas.

Em suma, a empreitada de elaboração da AND, segundo Tapia, pode "ser interpretado como um experimento que criou capacidades institucionais de negociação e construção de consensos" (2007, p. 226), ao mesmo tempo em que "contribuiu para a legitimidade do conselho ante ao governo, e mesmo perante a opinião pública, parece ter representado a afirmação entre os conselheiros e seus

24. O Observatório da Equidade é um instrumento do CDES implantado em 2006, cuja origem está nas formulações apresentadas na AND e em outros consensos obtidos nos quatro primeiros anos de funcionamento do conselho. Nesses trabalhos, o CDES apontou as desigualdades como um dos grandes e complexos problemas a serem enfrentados pelo país e adotou a equidade como o critério orientador para decisões sobre estratégias de desenvolvimento, políticas públicas e ações de outros setores da sociedade. Os objetivos do OE são produzir conhecimentos que informam os conselheiros e a sociedade e promover o diálogo social e interinstitucional sobre o estado da arte e os efeitos das intervenções de políticas públicas nos temas que estão em debate no CDES.

25. O grupo era composto por três organizações de pesquisa/assessoria – o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos (DIEESE), além da secretaria do CDES.

diferentes interesses e visões dos benefícios e potencialidades do diálogo social". O próprio Tapia destaca ainda que:

> *(...) o impacto e a relevância da AND, obviamente, dependerá de atores sociais, situações e escolhas que estão fora do âmbito de atuação do CDES. Na verdade, a AND dever ser vista como um produto de um processo de elaboração e debate entre os conselheiros, a Secretaria do Conselho Econômico e Social e diversos órgãos governamentais, que permitiu explicitar a visão possível e a capacidade de formulação da problemática sobre o desenvolvimento, suas características e desafios para o futuro do Brasil.*
>
> *Quanto aos possíveis impactos da AND sobre o debate das alternativas de desenvolvimento a resposta é difícil. O impacto ou relevância da AND, obviamente, dependerá de atores sociais, situações e escolhas que estão fora do âmbito de atuação do CDES. Dada a representatividade social e econômica daqueles que assinaram a AND, se houver um esforço de desbobrá-la em propostas e projetos concretos, a AND pode incentivar um debate ordenado e mesmo a explicitação de suas diferenças em relação a outras visões de desenvolvimento (2007, p. 227).*

4.2.3 Perspectivas de transição para um novo modelo de desenvolvimento: a janela de oportunidade aberta pela crise internacional de 2008

O Brasil recuperou a relação saudável entre crescimento e desenvolvimento, mas ainda há desafios a serem enfrentados, uma vez que o país tem um enorme déficit social. Apesar de a desigualdade ter reduzido e da renda dos estratos mais pobres da sociedade ter aumentado, há ainda um longo percurso a percorrer até alcançarmos níveis aceitáveis de distribuição de recursos e acesso a direitos básicos no país.

Também é possível verificar que as desigualdades se reduziram, embora lentamente. Houve um aumento da renda dos mais pobres e parte do contingente de excluídos passou a participar do mercado consumidor, por meio de uma série de programas e políticas públicas de Estado. É interessante observar que de outubro de 2008 a março de 2009, período agudo da crise financeira internacional, aproximadamente 316 mil pessoas com rendimento domiciliar *per capita* inferior a meio salário mínimo saíram da linha de pobreza no Brasil. O mesmo estudo mostra que na crise de 1999, por exemplo, o número de pobres no país foi ampliado em quase 1,9 milhão de pessoas. A explicação é do próprio presidente do Ipea: "Antes, o governo aumentava os juros, reduzia os gastos e o salário mínimo não crescia". Hoje, a estratégia é elevar o salário mínimo o que, combinado com uma rede de garantia de renda aos pobres, suaviza os efeitos da crise sobre a base da pirâmide social (IPEA, 2009).

Em texto elaborado pelo Comitê Técnico do Observatório da Equidade, constata-se que no Brasil "a demanda por assistência social assumiu um caráter

estrutural devido a um conjunto de fatores", tais como: "o perfil iníquo da distribuição de renda do país, as desigualdades sociais e regionais, os mecanismos cristalizados de discriminação e exclusão etc" (CDES, 2009, p. 4). Ainda de acordo com o texto produzido pelo comitê, o Brasil possui "um dualismo social", a saber: "representado por uma pobreza homogênea, protegida no patamar mínimo exclusivamente pelo Estado, e uma maioria cuja proteção se diferencia no mercado, mas que não está excluída da proteção oferecida pelo Estado"[26] (CDES, 2009, p. 5).

Outro fator que contribui para que o Brasil sentisse menos os efeitos da crise econômica mundial foi que as empresas voltaram a ter projetos de investimento e a curva dos lucros acelerou. A este fato, segundo Lúcio (2008), agrega-se a constatação de que a

> *(...) demanda por trabalho retornou, as ocupações cresceram, com maior formalização nas relações de trabalho. A partir do crédito para o investimento, consumo, agricultura familiar e habitação, as empresas e famílias puderam recuperar a visão prática de futuro e de planejamento. As políticas de renda, em especial o bolsa família, e de valorização do salário mínimo, a vigorosa geração de empregos e os resultados conquistados pelos sindicatos nas negociações coletivas fizeram crescer a massa de rendimentos disponível.*

Pode-se afirmar que se criou no Brasil um ciclo de revitalização do mercado interno, em que o consumo das famílias e os investimentos públicos e privados formaram a base do nosso crescimento econômico recente. Vale notar que no Brasil as rendas dos funcionários públicos, beneficiários de aposentadorias e pensões representam cerca de um terço da renda total das famílias brasileiras, o que já garante parte significativa do consumo interno que não é afetado pela crise econômica, pois a renda é obtida mesmo em tempos de retração econômica (PESSOA, 2009).

Todos esses dados nos levam a crer que é possível que o país construa um caminho alternativo para transitar pela crise, absorvendo seus efeitos e levando o Brasil a um caminho de crescimento econômico e desenvolvimento. A isso podemos agregar um desafio ainda mais amplo, que é pensar um novo modelo de desenvolvimento.

---

26. É interessante apresentar aqui a conceituação de seguridade social elaborada pelo Comitê Técnico do CDES: "A seguridade social inclui, também, a seguridade econômica, onde se combinam elementos como a progressividade da tributação e das tarifas públicas, garantia de emprego e poder de compra dos salários frente às necessidades sociais, transferências condicionadas e/ou renda universal básica capaz de prover um mínimo de ativos a núcleos familiares e indivíduos e os sistemas de pensões" (CDES, 2009, p. 5). Tal documento segue ainda explicando que no caso brasileiro a rede de proteção social engloba políticas de emprego e renda, educação, saúde, previdência social, cultura, defesa dos direitos humanos, segurança cidadã, habitação e saneamento, desenvolvimento agrário, assistência social e transferências de renda.

Para isso é preciso fortalecimento politico e ação vigorosa de coordenação e articulação, mobilizando os agentes econômicos para objetivos e metas bem definidos e ações constantemente avaliadas. Isto requer políticas de Estado, conduzidas pelo governo com determinação.

Um ponto de partida possível é investir em infraestrutura, habitação, saneamento e transporte, que são as bases para o crescimento econômico, e que podem dar racionalidade produtiva ao investimento público e privado ao fazer obras necessárias a um novo estágio de desenvolvimento.

Outro desafio que não se pode perder de vista é o crescimento econômico. Ter como objetivo o aumento do PIB em 2010 parece bastante razoável, principalmente se contarmos que atravessamos uma das maiores crises econômicas mundiais, só comparável com a Grande Depressão de 1930. Para alcançarmos esta meta é preciso manter as taxas positivas de investimento produtivo, público e privado.

Por outro lado, não se pode perder de vista que o acesso ao crédito no mundo ficou, e permanecerá durante um bom tempo, mais difícil e que haverá aumento do custo de capital. O grande desafio para as políticas públicas de crédito será aproveitar a nova solidez econômica do país para atrair capitais, bem como articular ações de aporte ao crédito, com forte participação do BNDES, dos bancos públicos e a colaboração decisiva do sistema financeiro nacional.

Porém, manter aquecido o mercado interno de consumo é tão vital quanto viabilizar o investimento. Sendo assim, não podemos deixar de lado a importância da manutenção da renda proveniente do emprego, bem como as políticas de transferência de renda e de valorização do salário mínimo. Um exemplo da importância dessa renda é o Programa Bolsa Família (PBF), já que:

> *(...) a renda transferida pelo Bolsa Família para as 11,2 milhões de famílias beneficiárias, com benefício médio de R$1004,00/família-ano, e o custo total de 0,37% do PIB de 2008, tem a grande vantagem de ser endereçada a pessoas cuja propensão marginal a consumir é extremamente elevada – estimada em um, ou até superior a um, se levarmos em consideração a significativa expansão recente do crédito ao consumidor, implementada no Brasil para atenuar os efeitos da crise sobre o consumo, gerando, portanto, um efeito multiplicador sobre a renda de considerável importância (CDES, 2009, p. 7).*

Além do programa de transferência de renda, cabe destacar a política de aumento real do salário mínimo, já que, "desde o início do governo Lula (janeiro de 2003) até agora, o salário mínimo já obteve um reajuste nominal de 132,50%, enquanto a inflação acumula alta de 60,40%. Ou seja, houve no período um aumento real de 44,95%" (CDES, 2009, p. 5).

Não é difícil imaginar que essa renda seja usada para consumo, servindo para manter o vigor do mercado interno. Ao mesmo tempo, tem alto impacto em termos de justiça social. Pode-se esperar que se mantendo o emprego e a renda do trabalhador, não haverá inadimplência no crediário, por exemplo, mantendo a segurança para o crédito futuro.

Mas outras medidas são necessárias. É preciso que haja capacidade de intervenção econômica do Estado, com a redução do superávit primário, o que possibilitaria que o orçamento público tivesse margem para as intervenções necessárias para o governo propor medidas anticíclicas. A redução da taxa básica de juros é outro fator essencial para dar folga orçamentária e ânimo aos agentes econômicos, sinalizando uma ousada ação no sentido de políticas anticíclicas.

Outros exemplos de ações bem-vindas são: incremento de políticas de proteção ao desemprego, com aumento do número de parcelas do seguro-desemprego e formação profissional, e medidas transitórias de ajuste tributário para que as empresas se mantenham ativas.

É de fundamental importância que fique claro para a sociedade que é prioritário manter o crescimento sustentado na demanda interna, com forte intervenção econômica do Estado e decisiva ação para preservar o emprego e a renda, em especial a dos mais pobres. Entretanto, é preciso uma ação rápida na construção desse plano estratégico, pois os efeitos da crise são diversos e ocorrem em uma velocidade desconhecida. O momento permite fortalecer a capacidade de diálogo social e de compromisso com o futuro. Pode-se também aprender a desenhar coletivamente novas estratégias de desenvolvimento para quando esta crise fizer parte do passado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se, ao longo deste capítulo, mostrar alguns elementos constitutivos e a trajetória histórica do CDES – marcada por percalços e desafios dado o seu caráter institucional inovador – com o intuito de observar se o CDES pode funcionar como espaço de concertação nacional para o desenvolvimento brasileiro.

Ficou evidente que a atuação do CDES se caracterizou por ser uma experiência inovadora, na medida em que buscou institucionalizar os mecanismos de concertação, em uma sociedade há muito caracterizada pela prevalência de uma cultura elitista, de práticas autoritárias e em um cenário em que, mesmo em períodos democráticos, os grupos de interesse mais poderosos, sempre tiveram canais privilegiados de circulação de suas demandas no interior do Estado.

Verificou-se ainda um claro anseio compartilhado no âmbito do CDES de promoção do desenvolvimento, contemplando o diálogo social que implica em

articulação entre o social, o econômico e o político; o crescimento com distribuição de renda; a sustentabilidade ambiental; o respeito à diversidade de culturas e valores; o respeito às normas internacionais do trabalho; e o acesso universal à educação, a capacitação etc.

Nesse contexto, a construção da AND assumiu um papel fundamental no âmbito do CDES, tanto no que diz respeito à legitimidade interna – entre os conselheiros – quanto no que tange à sua legitimidade externa – conjunto da sociedade.

A experiência do CDES, sobretudo a construção da Agenda Nacional de Desenvolvimento, nos fez crer na capacidade de abrir o debate público sobre o novo modelo de desenvolvimento para o Brasil. Estamos certos de que a escuta do contraditório – e o CDES é um desses espaços de diálogos – é um dos processos mais eficazes para se construir um projeto comum. A atuação do CDES, em certa medida, tem esse intento. Contudo, ainda se está distante da construção de uma estratégia nacional de desenvolvimento pactuada, para cuja implementação os diversos atores sociais – governo, empresários, trabalhadores, organizações não governamentais (ONGs), acadêmicos etc. sejam capazes de agir de forma coordenada e concertada, apesar dos legítimos conflitos internos inerentes aos diferentes segmentos que compõem uma sociedade complexa como a brasileira.

CAPÍTULO 6

BRASIL: UM OUTRO PATAMAR[1]

Ladislau Dowbor

O Brasil está partindo, nesta segunda década do milênio, de um novo patamar. Resistiu de forma impressionante à maior crise financeira desde 1929, e está apontando rumos baseados fundamentalmente no bom senso, e numa visão equilibrada dos interesses econômicos, das necessidades sociais, e dos imperativos ambientais. A visão econômica tradicional, presa às simplificações do Consenso de Washington, envelheceu de repente, e não corresponde aos desafios de uma sociedade moderna e complexa, que tem de buscar novas articulações de política econômica, social e ambiental.

Constatamos, hoje, que a presença de um forte setor estatal não é um estorvo: é um suporte fundamental. A regulação das finanças não implica burocratização: é uma proteção necessária contra a irresponsabilidade. Assegurar melhores salários e direitos aos trabalhadores não é demagogia, é a forma mais simples e direta de gerar demanda e uma conjuntura favorável. Apoiar os mais pobres da sociedade não é assistencialismo, é justiça, bom senso, e dinamiza a economia pela base. Investir nas regiões mais pobres não é um sacrifício: prepara novos equilíbrios ao gerar economias externas para futuros investimentos. Fazer políticas sociais não é um "bolo" que se divide, pois é o investimento na pessoa o que mais gera dinâmicas econômicas, como já analisava Amartya Sen. Apoiar movimentos sociais não é distribuir benesses, é dar instrumentos de trabalho a organizações que conhecem profundamente a realidade onde estão inseridas, e apresentam flexibilidade e eficiência nas suas áreas específicas. Fazer política ambiental não "atrasa" o progresso, pois muito mais empregos geram as alternativas energéticas e o apoio à policultura familiar do que extrair petróleo e desmatar para buscar lucros de curto prazo. Manter uma sólida base de impostos não é "tirar

1. O presente documento sistematiza um conjunto de visões recolhidas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, no quadro da preparação de uma Agenda Brasil, para a década que se inicia. Deve ser visto como insumo à discussão. Seria inócuo buscar unanimidade. Buscou-se sim a coerência do conjunto.

da população": é assegurar contrapesos indispensáveis para o desenvolvimento equilibrado do país.

A constatação dos avanços não implica subestimação dos desafios. O contexto internacional continua instável, com boa parte dos desequilíbrios do sistema financeiro privado dos países desenvolvidos simplesmente transformada em desequilíbrios públicos, gerando déficits impressionantes. Os desafios sociais, em que pesem os grandes avanços dos últimos anos, continuam imensos, exigindo iniciativas mais abrangentes. O conjunto do sistema tributário ainda aguarda uma revisão em profundidade, buscando maior racionalidade e justiça na captação, e maior eficiência e redistribuição na alocação orçamentária. A modernização e o resgate da dimensão pública do Estado ainda aguardam uma reforma política cada vez mais premente. As políticas ambientais precisam ser consolidadas e absorvidas na cultura tanto da administração pública, como das empresas e do comportamento do consumidor.

De certa forma, os rumos tornaram-se mais claros, e a confiança da sociedade aumentou ao ver que os resultados os confirmam. Mas são etapas de uma construção que exige um constante repensar das estratégias.

Um eixo chave a se considerar, é o aproveitamento racional dos potenciais impressionantes que o país possui, e a sua conjugação com os novos desafios ambientais. Temos a maior reserva de solo agrícola parado do planeta, uma das maiores reservas de água doce, temos clima e mão de obra, isto numa época em que a pressão por alimentos e biocombustíveis aumenta por toda parte. E o Brasil hoje domina tecnologias de ponta nesta área. Tem uma matriz energética invejável numa época em que a mudança do paradigma energético-produtivo está se tornando peça chave da construção do futuro. Tem, a um médio prazo, eventos internacionais que o projetam mais ainda no cenário mundial. A disponibilidade maior do petróleo abre novas perspectivas. Juntando estes e outros fatores, se o país conseguir evitar a tentação de mais um ciclo agro-exportador, ou o uso apressado dos novos recursos, e souber proteger o seu meio ambiente e aprofundar a construção de um novo equilíbrio social, a continuação do círculo virtuoso tem boas perspectivas. Em grande parte o futuro dependerá de como o Brasil administrará a equação da produção, do emprego, da renda e do meio-ambiente. O Brasil tem aberto novos caminhos, mas os desafios são grandes.

Não basta ter rumos, é preciso conseguir resultados. Imensa importância tem a lenta construção de formas mais democráticas de tomada de decisões. Frente ao peso político dos grandes grupos econômicos e das elites tradicionais a eles aliadas, o governo tem assegurado uma política de equilíbrios, buscando estimular a economia e assegurar as contrapartidas em termos sociais, e cada vez mais em termos ambientais. Os programas simplesmente funcionam, e funcionam porque

são negociados, assegurando uma base razoável de apoio político. Mas também funcionam, no caso dos grandes programas sociais, porque no primeiro e segundo escalão técnico, que são os das pessoas que carregam efetivamente o peso da gestão, estão pessoas que em geral vêm dos movimentos sociais e efetivamente conhecem os problemas, sabendo que tipo de parcerias é convém organizar e entendendo da mobilização em torno aos programas. Os movimentos sociais têm um papel vital nestes processos, o qual tende a crescer no futuro. Com todas as dificuldades, gerou-se, entre os diversos setores, uma cultura da negociação, da pactuação, do respeito aos interesses nucleares dos diferentes segmentos.

A visão desenhada no presente texto obedece a certas definições conceituais que se consideram adquiridas, e fazem parte do ideário básico que vem se cristalizando no país. Assim, antes de tudo, estaremos distinguindo o conceito de crescimento econômico, na visão estreita de dinamização do produto interno bruto, do conceito de desenvolvimento que envolve a progressão equilibrada nos planos econômico, social, ambiental e cultural. O conceito de sustentabilidade aqui utilizado refere-se à sustentabilidade ambiental, na definição clássica do Relatório Brundtland, de resposta às necessidades presentes sem comprometer as das gerações futuras. O conceito de desenvolvimento local ou regional não se refere a uma opção por uma unidade particular como o município, mas às complexas articulações territoriais que exigem os programas que, em última instância, exercem o seu impacto em espaços geográficos concretos. O conceito de planejamento não se refere a algum tipo de planejamento central autoritário, mas aos processos pactuados de definição de programas estruturais que permitem reforçar na gestão governamental a visão sistêmica que ultrapassa os cortes setoriais, e a visão de longo prazo que assegura a continuidade entre ciclos de gestão governamental. O conceito de governança é aqui utilizado no sentido amplo da gestão que envolve tanto a máquina governamental propriamente dita como as articulações com o conjunto de atores sociais organizados, que participam do processo decisório e impactam os rumos do desenvolvimento.

Não se trata aqui de elaborar um plano no sentido tradicional, que nos levaria a apresentar propostas a todos os setores, inclusive à política de esportes, à política florestal e assim por diante, com todos os projetos. O presente documento tem dimensões muito limitadas, e busca desenhar em grandes traços o novo referencial tanto nacional como internacional que incide sobre os rumos desta década. Na parte propositiva, e buscando capitalizar acúmulos anteriores, privilegiaram-se os eixos de ação que podem ser considerados "estruturantes", dado seu peso sistêmico nas mudanças que estão ocorrendo no país. Isto envolve tanto uma visão para o futuro, como no caso das políticas tecnológicas que estão adquirindo peso determinante no planeta, como a correção dos desequilíbrios herdados que pesam sobre o conjunto e precisam de correção acelerada, como a

inclusão produtiva. Não haverá texto desta amplitude que recolha a unanimidade das visões, nem que responda a tantos interesses específicos. A lista de coisas a fazer é grande. O que se busca aqui é uma visão articulada dos principais eixos que ajudarão a dinamizar o conjunto.

O texto que segue resume de forma ampla um conjunto de discussões que há cinco anos vêm se desenvolvendo no CDES, refletindo o amplo espectro de participantes, mas também os numerosos documentos, propostas e resoluções que têm sido discutidos com os mais variados setores da sociedade, além de consultas com especialistas das principais áreas de atividade. Há uma forte convergência no conjunto das visões, ainda que muita diversidade nas propostas. Recolhemos aqui as que nos pareceram mais contribuir para uma visão sistêmica coerente, privilegiando a visão de conjunto. Buscamos também evitar a tentação de um texto que de tão geral e prudente pouco significa.

Para efeitos de sistematização, e evitando um texto demasiado burocrático, dividimos a apresentação em duas partes: a primeira trata do novo patamar de desenvolvimento que de certa forma constitui o referencial das mudanças ocorridas durante a última década, e aponta os ajustes necessários. A segunda se concentra na estratégia de desenvolvimento que permitirá ampliar as dinâmicas apresentadas na Agenda Nacional de Desenvolvimento anterior.

I – UM NOVO PATAMAR

1. O novo contexto internacional: riscos e oportunidades
2. Um novo modelo: o caminho do bom senso
3. A política macroeconômica: pragmatismo e flexibilidade
4. Os resultados: bases para uma nova expansão

Não há dúvida de que estão soprando bons ventos. Há um clima de confiança que está se generalizando. Aqui não há vencedores nem vencidos. A melhor imagem é a de uma boa maré, que levanta todos os barcos. Para além do detalhe das propostas para o país nos diversos setores, esta é a visão: um Brasil que se desenvolve, com a participação de todos, de maneira sustentável, e por meio de decisões democraticamente negociadas.

1 – O NOVO CONTEXTO INTERNACIONAL: RISCOS E OPORTUNIDADES

A crise financeira internacional de 2008 marcou um divisor de águas. As grandes simplificações relativas à dicotomia entre Estado e mercado, com o seu peso ideológico, deram lugar a atitudes de bom senso, de pragmatismo de resultados, de busca de equilíbrios. De certa forma, inovar em política voltou a ser legí-

timo. Este pensar de maneira inovadora é hoje essencial. No plano internacional, a crise não desaparece. Um PIB mundial de 60 trilhões de dólares, e 860 trilhões de dólares em papéis emitidos, gera instabilidade. Os déficits do setor especulativo privado foram transformados em déficit público, perda de aposentadorias e desemprego, e tanto os Estados Unidos como a Europa têm pela frente a busca de novos mecanismos de equilíbrio. Não se configura um horizonte estável e equilibrado no planeta. Para o Brasil, a diversificação das relações externas, com ênfase no Sul-Sul e na integração latino-americana, deve continuar prioritária.

No plano financeiro, o patamar do Brasil é hoje radicalmente diferente. Com 35 bilhões de dólares de reservas em 2002, o país estava à mercê de ataques especulativos. Hoje, com 250 bilhões em reservas, credor e não mais devedor do FMI – fato que financeiramente não é essencial, mas é importante em termos simbólicos – diversificação comercial, e melhor equilíbrio entre o mercado interno e externo, o país tornou-se uma referência internacional. A forma como se manobrou entre os escolhos da crise financeira de 2008, inclusive com multinacionais repatriando grandes volumes de recursos das filiais para salvar as suas matrizes, passou a ser vista no mundo como uma prova de que bom senso e pragmatismo rendem mais do que as simplificações ideológicas. Isto gerou confiança, que permite hoje ao Brasil inclusive fazer exigências aos capitais que entram. O sucesso gera sucesso.

No plano comercial, uma população mundial que aumenta em 70 milhões de habitantes por ano, com ampliação do consumo, além do reforço pela opção por biocombustíveis, deve manter a tendência para uma demanda forte por commodities.

O Brasil, com a maior reserva mundial de solo agrícola parado, e 12% da reserva mundial de água doce, tem aqui trunfos excepcionalmente fortes. Mas deverá entrar cada vez mais em cena o problema da regulação internacional dos preços das *commodities*, hoje mais dependentes dos movimentos dos capitais especulativos do que propriamente do equilíbrio de oferta e demanda. Como exemplo, o comércio mundial de petróleo é de 85 milhões de barris por dia, e as trocas especulativas (papéis) diárias atingem 3.000 milhões de barris. O Brasil tem um forte papel a desempenhar na promoção de mecanismos de regulação nesta área.

Em termos geoeconômicos, a tendência é para um deslocamento da bacia do Atlântico para a bacia do Pacífico, com os fortes avanços da China e da Índia, que representam 40% da população mundial, e de demais países hoje muito dinâmicos como a Coréia do Sul e o Vietnã, ou simplesmente fortes como o Japão. Isto representa desafios estruturais para o Brasil. É de se lembrar aqui que enquanto os Estados Unidos realizaram a conexão ferroviária Atlântico-Pacífico em 1890, nós ainda sequer temos uma conexão adequada por rodovia. O des-

locamento favorecerá tanto uma orientação mais integradora de infraestruturas na América Latina, como melhor equilíbrio de ocupação e uso do território no Brasil, ainda fortemente atlântico na demografia e na economia. O oeste, para nós, adquire nova importância.

Outro fator essencial do novo contexto internacional é a crescente presença dos desafios ambientais no planeta. Enquanto a crise financeira internacional migrou dos bancos para os ministérios, e saiu das manchetes de jornais, a realidade da mudança climática, da liquidação da vida nos oceanos pela sobrepesca oceânica industrial, a destruição das matas (particularmente importantes no Brasil e na Indonésia), a erosão dos solos, a contaminação generalizada dos rios, dos lençóis freáticos e dos mares, geram preocupações que, independentemente dos resultados de Copenhague, exigem uma inclusão mais generalizada da visão da sustentabilidade ambiental em todas as decisões de políticas de desenvolvimento, tanto no setor público como no privado. O Brasil tem como se situar com vantagem neste plano, e deverá desempenhar um papel importante na Cúpula Mundial do Meio Ambiente de 2012 "Rio +20".

No plano social, as preocupações são igualmente crescentes. Com a explosão especulativa na área dos grãos, a fome no mundo passou de 900 milhões para 1020 milhões de pessoas. De fome e outras causas absurdas morrem 10 milhões de crianças. A AIDS já matou 25 milhões de pessoas. O Banco Mundial estima em 4 bilhões o número de pessoas no mundo que estão "fora dos benefícios da globalização". São situações insustentáveis. O equilíbrio social das políticas econômicas está adquirindo uma grande centralidade no planeta, e o Brasil, que mostrou durante os últimos anos a viabilidade de políticas que equilibram os objetivos econômicos e sociais, adquire aqui uma legitimidade excepcional.

No plano político, frente a uma economia que se globalizou em grande parte, estão começando apenas agora a se construir espaços de concertação internacional. Encerra-se, de certa maneira, a fase de monopólio de poder pelos Estados Unidos e de forma geral dos países desenvolvidos.

Os BRICs começaram a ocupar o espaço político internacional, o G-20 começa a abrir um espaço regular de negociação, e o Brasil em particular assume uma forte presença internacional devida em grande parte ao modelo econômico, social e ambiental inovador e equilibrado que desenvolve, e que está simplesmente dando certo. O aprofundamento destas políticas, cuja tecnologia organizacional deu aqui grandes passos, deve marcar os próximos anos, e reforça o papel internacional do país.

Em termos de novo contexto internacional, a integração latino-americana está adquirindo um papel crescente. Esta política, é preciso dizê-lo, se caracterizou no passado mais pela criação de siglas do que de fatos, enquanto predominava

a articulação de cada país com grupos particulares de interesses norte-americanos. Hoje se constatam avanços no plano das instituições, de mecanismos de financiamento, de infraestruturas (ainda incipientes), de codificação das migrações, da própria academia. O Brasil tem um papel fundamental a exercer por razões tanto do seu peso específico, como pelas inovações políticas que tem desenvolvido e por haver tantas coisas em comum em termos dos dramas sociais herdados. A América Latina está adquirindo identidade.

Um último ponto essencial decorre dos avanços tecnológicos, e em particular na área das tecnologias de informação e comunicação. O papel do acesso ao conhecimento, o barateamento das infraestruturas e dos equipamentos individuais, a generalização da conectividade planetária, a ampliação do acesso aos conhecimentos de todo o planeta, o surgimento de inúmeras atividades econômicas na chamada sociedade do conhecimento – todas estas mudanças estão se mostrando muito mais aceleradas do que previsto. Se no século passado os grandes embates políticos se davam em torno da propriedade dos meios de produção, na era da nova economia o acesso ao conhecimento e a definição dos seus marcos legais tornam-se questões centrais. No caso do Brasil, o salto para a economia do conhecimento pela generalização da banda larga e outras formas de acesso ao conhecimento abre importantes perspectivas de inclusão produtiva e melhoria de qualidade de vida. O desafio é cobrir o hiato entre estes desafios tecnológicos e o atraso educacional no plano interno, para ocupar o espaço correspondente no plano internacional.

No conjunto, o Brasil desempenha hoje na cena internacional um forte papel como parceiro adulto, portador não só da sua força econômica e riqueza cultural, mas também de propostas práticas e de bom senso no enfrentamento dos principais desafios sociais e ambientais, e de solidariedade com países em dificuldades. A confiabilidade e o respeito angariados não só ampliam o espaço de manobra do país, como se refletem fortemente, como se notou no caso da aprovação da Copa e das Olimpíadas, no sentimento de confiança em si e no conjunto da população. Neste plano, o país parte realmente de outro patamar.

2 – UM NOVO MODELO: O CAMINHO DO BOM SENSO

O Brasil optou pelo enfrentamento da desigualdade como seu eixo estratégico principal. A materialização da estratégia se deu através da ampliação do consumo de massa. A visão enfrentou fortes resistências no início, mas os efeitos multiplicadores foram-se verificando no próprio processo de ampliação das políticas.

Com a visão de bom senso de que o principal desafio do Brasil, a exclusão econômica e social de quase a metade da sua população, podia ser um trunfo, o país encontrou um novo horizonte de expansão no mercado interno. A crescente

pressão da base da pirâmide social brasileira por melhores condições de vida, articulada com a determinação do governo de promover as mudanças, gerou um círculo virtuoso em que o econômico, o social e o ambiental encontraram o seu campo comum.

Os avanços sociais sempre foram apresentados no Brasil como custos que onerariam os setores produtivos. As políticas foram tradicionalmente baseadas na visão de que a ampliação da competitividade da empresa passa pela redução dos seus custos. Isto tem duas vertentes. Enquanto a redução dos custos pela racionalização do uso dos insumos e pelo aproveitamento das novas tecnologias produtivas e organizacionais é essencial, pelo avanço de produtividade que permite, a redução de custos pelo lado da mão de obra reduz o mercado consumidor no seu conjunto, e tende a ter o efeito inverso. Ao reduzir o mercado consumidor, limita a escala de produção, e mantém a economia na chamada "base estreita", de produzir pouco, para poucos, e com preços elevados.

É importante lembrar que faz todo sentido, para uma empresa individual, achar que com menos direitos sociais ou menores salários poderia reduzir os seus custos, tornando-se inclusive mais competitiva relativamente aos seus concorrentes. Mas a aplicação desta visão ao conjunto das empresas resulta em estagnação para todos. Em termos práticos, o que faz sentido no plano microeconômico torna-se, assim, um entrave em termos mais amplos, no plano macroeconômico. As políticas redistributivas aplicadas de forma generalizada, atingindo, portanto, o conjunto das unidades empresariais, geram também mercados mais amplos para todos, reduzindo custos unitários de produção pelas economias de escala, o que por sua vez permite a expansão do consumo de massa, criando gradualmente um círculo virtuoso de crescimento. Se sustentada por mais tempo, esta política passa a pressionar a capacidade produtiva, estimulando investimentos, que por sua vez geram mais empregos e maior consumo. A expansão simultânea da demanda e da capacidade produtiva promove desenvolvimento sem as pressões inflacionárias de surtos distributivos momentâneos. A espiral de crescimento passa a ser equilibrada. E a verdade é que os setores que estagnam em termos salariais e de direitos sociais também tendem a se acomodar em termos de inovação em geral.

Esta compreensão dificilmente se generaliza com explanações teóricas apenas. No entanto, a constatação de que funciona quando aplicada de maneira sustentada, e que viabiliza os negócios de cada um, convence muita gente, que vê os resultados práticos. De certa forma, o Brasil encontrou o seu rumo ao transformar o seu maior desafio, a pobreza, e a falta de capacidade de compra que a acompanha, em vetor de expansão do conjunto da economia. A distribuição, ao estimular a demanda, é que faz crescer o bolo.

Uma segunda mudança, também ditada pelo bom senso, encontra-se na ampliação das políticas sociais em geral, envolvendo a educação, a saúde, a formação profissional, o acesso à cultura e à internet, à habitação mais digna. Aqui também está se invertendo uma visão tradicional. A herança teórica, das simplificações neoliberais, é de que quem produz bens e serviços, portanto o setor produtivo privado, gera riqueza.

Ao pagar impostos sobre o produto gerado, viabiliza as políticas sociais, que representariam um custo. Deveríamos, portanto, nesta visão, maximizar os interesses dos produtores, o setor privado, e moderar as dimensões do Estado, o gastador. A realidade é diferente. Quando uma empresa contrata um jovem engenheiro de 25 anos, recebe uma pessoa formada, e que representa um ativo formidável, que custou anos de cuidados, de formação, de acesso à cultura geral, de sacrifícios familiares, de uso de infraestruturas públicas as mais diversas, de aproveitamento do nível tecnológico geral desenvolvido na sociedade. As políticas sociais não constituem custos, são investimentos nas pessoas. E com a atual evolução para uma sociedade cada vez mais intensiva em conhecimento, investir nas pessoas é o que mais rende. A compreensão de que os processos produtivos de bens e serviços e as políticas sociais em geral são como a mão e a luva no conjunto da dinâmica do desenvolvimento, um financiando o outro, sendo todos ao mesmo tempo custo e produto, aponta para uma visão equilibrada e renovada das dinâmicas econômicas.

Um terceiro elemento chave é a política ambiental. A visão tradicional amplamente disseminada apresenta as exigências da sustentabilidade como um freio à economia, empecilho aos investimentos, entrave aos empregos, fator de custos empresariais mais elevados. Trata-se aqui simplesmente de uma conta errada, e amplamente discutida já em nível internacional, com a refutação do argumento da externalidade. Fazer o pré-tratamento de emissões na empresa, quando os resíduos estão concentrados, é muito mais barato do que arcar depois com rios e lençóis freáticos poluídos, doenças respiratórias e perda de qualidade de vida. Para a empresa ou uma administração local, sai realmente mais barato jogar os dejetos no rio, mas o custo para a sociedade é incomparavelmente mais elevado. Desmatar a Amazônia gera emprego durante um tempo, mas não o mantém, a não ser com a progressão absurda da destruição. Aprofundar os investimentos em saneamento básico, em contrapartida, gera empregos, reduz custos de saúde, e aumenta a produtividade sistêmica. Investir em tecnologias limpas tende a promover os setores que serão mais dinâmicos no futuro e melhora a nossa competitividade internacional. E ao tratar de maneira sustentável os nossos recursos naturais, capitaliza-se o país para as gerações futuras, em vez de descapitalizá-lo. Fator igualmente importante, na economia global moderna, é uma política coerente em termos

ambientais, gerando credibilidade e respeito nos planos interno e internacional, o que por sua vez abre mercados. A verdade é que a política ambiental ganhou nestes anos outra estatura, e se incorpora na nova política econômica que se desenhou no país.

Um quarto eixo de política econômica encontra-se no resgate da capacidade de planejamento das infraestruturas do país. Boas infraestruturas, ao baratearem o acesso ao transporte, comunicações, energia, água e saneamento, geram economias externas para todos e elevam a produtividade sistêmica do território. O custo tonelada/quilômetro do transporte de mercadorias no Brasil é proibitivo, pois transportar soja e outros produtos de relação peso/valor relativamente baixo, em grandes distâncias, por caminhão, gera sobrecustos para todos os produtores.

O resgate do transporte ferroviário, a reconstituição da capacidade de estaleiros navais e de transporte de cabotagem, a priorização do transporte coletivo nas metrópoles, o barateamento do acesso a serviços de telecomunicações e de internet banda larga, a busca da produtividade na distribuição e uso de água e em particular no destino dos esgotos, o reforço das fontes renováveis na matriz energética, conformam uma visão que pode abrir um imenso caminho de avanço para o conjunto das atividades econômicas. O planejamento e a forte presença do Estado são aqui essenciais. As infraestruturas constituem grandes redes que articulam o território. Constituem, neste sentido, um dos principais vetores de redução dos desequilíbrios regionais do país. Precisam, por exemplo, ser ampliadas nas regiões mais pobres, para dinamizar e atrair novas atividades, e são políticas públicas que podem arcar com este tipo de investimentos de longo prazo justamente nas regiões onde não geram lucros imediatos. Isto envolve planejamento, visão sistêmica e de longo prazo. As metrópoles brasileiras estão se paralisando por excesso de meios de transporte e insuficiência de planejamento. O resgate desta visão, e a dinamização de investimentos coerentes com as necessidades do território, constituem um trunfo para o desenvolvimento, e deverão desempenhar um papel essencial nesta década.

Assim, políticas distributivas ancoradas numa visão de justiça social e de racionalidade econômica, a ampliação dos investimentos nas pessoas através das políticas sociais focalizadas, a gradual incorporação das dimensões da sustentabilidade ambiental no conjunto dos processos decisórios de impacto econômico, e a dinâmica de investimentos de infraestruturas que tanto reduzem o custo Brasil através das economias externas como melhoram a competitividade internacional, conformam um modelo que, em clima democrático e de paz social, está abrindo novos caminhos. Ter um modelo que não apenas faz sentido teórico, mas funciona, e convence grande parte dos atores econômicos e sociais do país, é um trunfo importante.

3 - A POLÍTICA MACROECONÔMICA: PRAGMATISMO E FLEXIBILIDADE

Um dos pontos mais fortes da ampliação das perspectivas de desenvolvimento está na estabilização de um modelo de gestão macroeconômica. Neste plano também estamos frente a um novo patamar. Trata-se aqui do equilíbrio nas políticas de salários, de preços, de crédito, de câmbio, de previdência, de investimentos e de arrecadação. Tecnicamente complexa, e foco de pressões constantes, a política macroeconômica no Brasil obedecia a uma visão neoliberal sofisticada em termos teóricos, mas que resultava ao fim e ao cabo em baixo crescimento e injustiça social, sempre com tom de seriedade e austeridade. A contenção salarial e os altos juros seriam justificados como instrumentos de proteção do povo contra a inflação. Esta área da economia sofre de um pecado original: poucas pessoas a entendem, e encontra-se, portanto, pouco sujeita ao escrutínio democrático. E o passado inflacionário deixou marcas no inconsciente coletivo.

Em termos resumidos, a política adotada pode se resumir na expansão da economia pela inclusão progressiva da base da pirâmide social, o que aumenta a demanda agregada, o que por sua vez gera emprego, investimentos e maior demanda, levando o conjunto a uma espiral virtuosa de desenvolvimento.

O nó da política macroeconômica está no equilíbrio das diferentes variáveis, tanto em termos de montantes como de ritmo. A política adotada caracterizou-se por uma grande flexibilidade e rapidez de resposta às mudanças das tendências nacionais e internacionais, uma boa dose de pragmatismo, e a busca de equilíbrios entre os interesses envolvidos.

Em termos práticos, a fase inicial, de 2003 a 2005, caracterizou-se por reajustes macroeconômicos ortodoxos, visando tranquilizar os agentes econômicos quanto à estabilidade das regras do jogo, cumprimento dos compromissos financeiros, contenção das pressões inflacionárias. Paralelamente, iam se construindo os instrumentos de gestão das políticas sociais, que têm como recurso escasso não o dinheiro, mas a capacidade administrativa, que se desenvolve mais lentamente. As minireformas tributária e previdenciária permitiram por sua vez estabilizar as contas. O bom preço das *commodities* e a diversificação dos acordos comerciais permitiram a redução da vulnerabilidade externa.

A segunda fase, de 2006 a 2008, já se caracteriza pela articulação das políticas em torno a uma dinâmica acelerada de crescimento pela inclusão, lançando as bases das dinâmicas atuais. O cadastro unificado das famílias pobres, a unificação dos programas sociais no Bolsa Família, a forte progressão do salário mínimo (que envolve também o aumento das aposentadorias), o apoio à agricultura familiar (Pronaf), a expansão do crédito (crédito consignado, financiamentos do BNDES e de outros bancos do Estado), a gradual expansão dos investimentos, geraram uma dinâmica de consumo na base da sociedade, e um reforço de investimentos no

setor privado. O resultado foi uma forte expansão do emprego formal, com mais demanda. Em outros termos, o Estado assumia a sua função de indutor do desenvolvimento. A maior demanda não gerou inflação, na medida em que a capacidade ociosa do aparelho produtivo permitiu rápida expansão da oferta. A expansão do gasto público foi coberta pela maior arrecadação que resultou do crescimento econômico (passou de 5% em 2008) e da maior formalização da economia, permitindo tanto manter os compromissos com a dívida como expandir as políticas sociais.

A fase da crise financeira de 2008 submeteu esta política a dura prova. A amplitude da crise e o pânico internacional gerado provocaram no país o travamento do crédito, a suspensão dos investimentos privados, a transferência de recursos das filiais brasileiras de grupos estrangeiros para salvar as matrizes (35 bilhões de dólares só em 2008), e um clima geral de insegurança. Diante da queda da arrecadação do Estado, a visão ortodoxa seria de contenção dos gastos do governo, com um ajuste fiscal contracionista. Com a visão desenvolvimentista já estabilizada na etapa imediatamente anterior, o governo optou por um conjunto de medidas anticíclicas, respondendo de forma rápida e diversificada aos diversos desequilíbrios à medida que se manifestavam. Manteve a expansão do salário mínimo (12% em 2009) gerando expectativa positiva no mercado; assegurou desonerações tributárias e incentivos nos setores críticos; utilizou as reservas cambiais para o financiamento das exportações (o financiamento externo havia estancado totalmente); reduziu o compulsório (que, aliás, os bancos comerciais utilizaram para comprar títulos do governo, em vez de fomentar a economia); reduziu o financiamento da dívida para priorizar o apoio às atividades produtivas; utilizou os bancos estatais para estimular a economia através de um amplo espectro de linhas de crédito; as alíquotas do imposto de renda foram subdivididas ao se constatar o aperto da crise nos setores da classe média baixa. Os programas sociais não só não foram reduzidos, como expandidos, e a dinamização da construção no programa Minha Casa Minha Vida passou a gerar atividades e empregos de forma muito capilar no conjunto da economia.

Os prognósticos negros apontados na época não se materializaram. O que se concretizou é a visão de uma política macroeconômica multifacetada, pragmática, e orientada pelo equilíbrio dos interesses e, sobretudo, pela compreensão de que uma base mais ampla de mercado interno ajuda todos os setores, inclusive o setor exportador, que teve como compensar a redução dos mercados externos com o consumo interno. E sedimentou-se a ideia de que um Estado atuante é simplesmente necessário. Hoje o país passa a enfrentar os desafios estruturais sabendo que a capacidade de gestão macroeconômica passou as provas. Para o setor privado, que precisa estar tranquilo quanto às regras do jogo, isto representa um novo patamar.

Independentemente da crise financeira, outro vetor de política econômica foi se construindo e está se tornando central, o qual vem a ser os grandes investimentos em infraestrutura tão longamente adiados. O Programa de Aceleração

do Crescimento, o Programa de Desenvolvimento Produtivo, a expansão dos investimentos da Petrobrás, o PAC II, e também o Plano de Desenvolvimento da Educação, os planos de generalização de acesso à banda larga, de ordenamento do uso da água e numerosos outros estão ao mesmo tempo dinamizando os investimentos e mantendo a conjuntura elevada, o que facilita todos os ajustes e traz aos mais diversos setores uma visão estrutural, sistêmica, com resgate de mecanismos de planejamento e de longo prazo. Isto tensiona a capacidade gestora do Estado, que já não desempenhava tais atividades, e coloca novos desafios de modernização administrativa.

Se há uma visão teórica a resgatar é a de que os equilíbrios macroeconômicos são dinâmicos e que é possível gerar maior demanda sem excessiva pressão inflacionária, aumentar o fomento do Estado sem gerar déficit irresponsável, encontrar um novo equilíbrio entre mercado interno e mercado externo sem dramas cambiais, e que é possível colocar condições à entrada de capitais especulativos sem ser declarado "controlador" pelo mercado especulativo internacional e assim por diante. Sobretudo, é possível reduzir os desequilíbrios sociais e regionais sem prejudicar os setores mais abastados e as regiões mais ricas, ao assegurar que todos se beneficiam, mas os de baixo em ritmo mais acelerado. O bom senso funciona. Não só a boa maré levanta todos os barcos, como o Estado pode ser providencial em assegurar que a maré se mantenha.

4 – OS RESULTADOS: BASES PARA UMA NOVA EXPANSÃO

Os resultados são hoje concretos e bastante evidentes. Em números redondos, o nível de emprego formal aumentou em 12 milhões desde 2002. A formalização gera melhor arrecadação, o que financia boa parte da política de apoio. O salário mínimo teve um aumento de capacidade real de compra de 53,67% no período,[2] o que atinge cerca de 26 milhões de pessoas. O aumento do salário mínimo também aumenta a capacidade de negociação dos trabalhadores. Indiretamente favorecidos com este aumento são os aposentados, cerca de 18 milhões de pessoas. O Bolsa-Família atinge hoje 12,4 milhões de famílias, melhorando, como ordem de grandeza, as condições de vida de 48 milhões de pessoas. Em boa parte isto significa crianças alimentadas, e seguramente menos angústias nas famílias de baixa renda. Entre 2003 e 2008 19,5 milhões de pessoas saíram da pobreza.[3] O Pronaf teve os seus recursos aumentados de 2,5 bilhões de reais em 2002 para 13 bilhões em 2009, dinamizando a produção de cerca de 2 milhões de produtores rurais. O programa Territórios da Cidadania está aplicando cerca de

2. DIEESE – Mercado de Trabalho Brasileiro: evolução recente e desafios, DIEESE, 10 de março de 2010 – http://www.dieese.org.br/ped/mercadoTrabalhoEvolucaoDesafiostexto2010.pdf

3. Marcelo Neri, Instituto Brasileiro de Economia da FGV, informe Ensp, 26 de março 2010 http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/materia/index.php?origem=3&matid=20887

20 bilhões de reais nas regiões mais atrasadas do país. O programa Luz para Todos está atingindo milhões de pessoas que não tinham como guardar uma comida ou um remédio de maneira conveniente. O Prouni, passando já de meio milhão de estudantes, também mostrou resultados impressionantes quando se avaliou o seu desempenho no conjunto das universidades, refutando o argumento do nivelamento por baixo.

A visão do assistencialismo simplesmente não representa a realidade. O Bolsa Família é o único que constitui simples transferência de recursos, e constitui uma parcela relativamente bastante pequena do conjunto. Ainda assim, vinculado ao seguimento de saúde e frequência escolar, enquadra-se no investimento social.[4] A renda na base da sociedade gera consumo imediato, tanto de bens de consumo básicos que melhoram a alimentação e a higiene, como o pequeno investimento familiar que pode ser constatado em cada "puxada" nas casas modestas, dinamizando a produção de materiais de construção e de equipamento doméstico básico. A realidade é que o efeito multiplicador dos recursos é muito grande quando orientado para a base da sociedade. E em termos de qualidade de vida, cada real disponibilizado para as famílias mais pobres gera uma melhora incomparavelmente superior do que nos grupos mais ricos. A produtividade social do dinheiro, a sua utilidade real, cai rapidamente à medida que o nível de renda se eleva.

O fato é que a desigualdade está se reduzindo no Brasil de maneira lenta, pois o atraso herdado é imenso, mas muito regular nos últimos anos. O índice Gini caiu de 0,53 para 0,49[5].

Para efeitos de comparação, é de 0,46 nos Estados Unidos, 0,33 na Itália e 0,26 na Alemanha.[6] A persistente desigualdade está ligada ao fato de que a renda de todos se eleva no Brasil, e de maneira mais acelerada entre os pobres do que entre os ricos. Mas como o ponto de partida é muito baixo para os pobres, mesmo um percentual elevado representa mudanças pequenas em termos absolutos. Em termos regionais, verifica-se também um crescimento muito mais acelerado no Nordeste e outras regiões mais pobres, mas aqui também a desigualdade se reduz de maneira lenta.

---

4. Ver artigo de primeira página da Folha de São Paulo de 18 de abril de 2010, p. A13 – "Foi uma pequena grande década," diz Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV - Rio. "E a melhora na renda hoje é muito mais sustentável, pois está apoiada mais na renda do trabalho". Na média da década, a renda do trabalho explicaria 67% da redução da desigualdade. O Bolsa Família, cerca de 17%; os gastos previdenciários, 15,7%. Desde 2003 foram criados 12,2 milhões de empregos formais".

5. Ipea – Desigualdade e Pobreza no Brasil Metropolitano – Comunicado da Presidência n. 25, p. 3. http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado_presidencia/comunicado_da_presidencia_n25_2.pdf

6. Ipea – Pobreza, Desigualdade e Políticas Públicas – 12 de janeiro de 2010, p. 9 Comunicado da Presidência n. 38 - http://www.ipea.gov.br/default.jsp

Um ponto central, e relativamente pouco apontado, é que se desfazem gradualmente os preconceitos que tanto alimentaram a oposição aos programas destinados à base da pirâmide social. Longe de se "encostar", os pobres estão demonstrando uma impressionante capacidade de aproveitamento positivo dos recursos. São pobres não por falta de iniciativa ou de criatividade, mas por falta de oportunidade. E na verdade a propensão a "se encostar" se manifesta democraticamente em diversos níveis sociais.

A organização de políticas destinadas à faixa mais pobre da população tem como obstáculo principal não a falta de recursos, mas a dificuldade de gestão de um sistema de apoio extremamente capilar, destinado a pessoas que frequentemente não têm endereço postal, CPF, conta em banco, ou até certidão de nascimento. De certa forma, o Estado não existia para estes 25% da população do país. Construir os cadastros, os canais de comunicação e os mecanismos de gestão desta parte da população exigiu um imenso esforço administrativo ainda em curso. Assim, um impacto indireto das políticas de inclusão foi a geração de correias de transmissão entre a máquina do Estado, os poderes públicos locais, os movimentos sociais, e, em última instância, as famílias. O aprendizado organizacional do Bolsa-Família, do Pronaf expandido, dos comitês de gestão do programa Territórios da Cidadania, das inúmeras conferências nacionais e regionais realizadas, criou formas mais densas de interação entre o Estado e a sociedade, vetor de melhores práticas administrativas para o futuro.

Nesta lenta transição para um Brasil economicamente viável, mas também socialmente justo e ambientalmente sustentável, os avanços são indiscutíveis, mas o passivo social herdado de séculos de desequilíbrios é grande. O país continua a ostentar uma desigualdade dramática.[7] O desmatamento da Amazônia se reduziu de 28 para 7 mil quilômetros quadrados ao ano, o que é uma grande vitória, mas ainda é um desastre. As periferias metropolitanas continuam sendo explosivas e necessitam de políticas de apoio radicalmente mais amplas.

Os atrasos na qualidade da educação, no acesso a uma saúde mais decente, na generalização de políticas ambientais, na democratização do acesso ao crédito, fazem parte dos inúmeros desafios. No geral, o país tem pela frente tanto o aprofundamento das políticas inclusivas, como a adequação da máquina do Estado e dos processos decisórios da sociedade em geral. A direção a seguir é hoje muito mais clara, os instrumentos básicos de gestão começaram a ser estruturados. Os resultados obtidos e a experiência adquirida abrem uma nova agenda, com novos desafios.

7. O artigo mencionado de Marcelo Neri comenta: "O Brasil tem hoje 30 milhões de miseráveis sobrevivendo com R$ 137 ao mês. Mas eles seriam mais de 50 milhões se a velocidade da diminuição da pobreza não tivesse se acelerado nos últimos anos". FSP, 18/04/2010, p. A13

II – EIXOS ESTRATÉGICOS PARA A AGENDA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

1. O papel do Estado: desafios da gestão democrática
2. O papel das tecnologias: a transição para a economia do conhecimento
3. Os novos horizontes da educação
4. Trabalho decente e inclusão produtiva
5. Uma política nacional de apoio ao desenvolvimento local
6. O papel das infraestruturas: transportes, energia, comunicação, água
7. O potencial da agricultura
8. Intermediação financeira: o crédito como fomento
9. Política tributária
10. Políticas ambientais
11. Políticas sociais

Não se trata aqui de detalhar os planos setoriais, ou insistir na importância da educação, da saúde, da cultura, dos transportes e semelhantes, uma listagem que seria longa das necessidades. Busca-se identificar os principais desafios, ou eixos estratégicos de ação que mais poderiam ter efeitos multiplicadores sobre o conjunto das nossas atividades. De certa forma, buscar as iniciativas que liberam potenciais latentes. A modernização do aparelho de Estado, com as suas amplas ramificações, pode aqui servir de exemplo de eixo estratégico. Em termos de objetivos, a visão aqui, evidentemente, não se restringe a acelerar o crescimento, pois se busca, além da eficiência econômica, os resultados mais amplos em termos de qualidade de vida e de desenvolvimento sustentável. A quantidade não basta, e cada vez mais é a evolução qualitativa que está se tornando central no horizonte brasileiro. O objetivo geral é uma sociedade que funcione melhor, mas cujas melhorias sejam sentidas por toda a gente, e que não seja à custa das futuras gerações.

1. O papel do Estado: desafios da gestão democrática

Preocupações excessivamente ideológicas têm travado as necessárias mudanças para um Estado mais eficiente. A crise financeira de 2008 ajudou a convencer a sociedade de que o Estado tem de ter uma presença atuante, não só como regulador, como no caso das finanças, mas como indutor do desenvolvimento, redistribuidor, no caso de promoção dos equilíbrios sociais e regionais, e frequentemente, como no caso das políticas sociais e de grandes infraestruturas, como executor ou contratante. Está sendo igualmente resgatada a importância do Estado como planejador, dimensão que permite que se articulem as visões sistêmicas e de longo prazo, e que as opções sejam amplamente debatidas.

O resgate do papel do Estado é exigido por condições objetivas que resultam da própria evolução das atividades econômicas. A urbanização generalizada do país faz com que grande parte das atividades hoje constituam bens de consumo social, como abastecimento de água, sistema de esgotos, urbanização, segurança, ordenamento do território e assim por diante. A expansão da dimensão pública das atividades é, portanto natural. O Brasil já tem um grau de urbanização, da ordem de 85%, no nível de país desenvolvido, onde o peso do Estado no PIB oscila entre 40 e 60%. Isto implica um Estado com mais funções organizadoras, e mais descentralizado.

Outro fator chave do papel expandido do Estado resulta da presença crescente das políticas sociais no conjunto das atividades do país: saúde, educação, cultura, lazer, informação e outras atividades centrais ao investimento no ser humano dependem vitalmente da presença do Estado, inclusive para assegurar a democracia de acesso para todos, já que o setor privado se concentra nos segmentos mais ricos da sociedade. A generalização deste tipo de serviços, e a forte elevação em termos de qualidade, exigem uma ampliação dos meios.

A crise financeira de 2008 deu uma medida da fragilidade dos mecanismos de concertação internacional. A pouca operância dos organismos multilaterais, inclusive do FMI, ficou patente. As medidas tomadas foram no âmbito dos Estados nacionais. Com a ampliação das atividades especulativas, que atingem não só derivativos (863 trilhões de dólares, 15 vezes o PIB mundial), como os grãos, o petróleo e outras *commodities*, e na ausência de capacidade global de regulação, o papel dos Estados se vê reforçado. Inclusive, o papel regulador no plano internacional se dará por acordos entre Estados.

A modernização da máquina pública – e não a visão neoliberal de um Estado mínimo – aparece, portanto, como um eixo estratégico de primeira importância. O direcionamento das mudanças está igualmente se tornando claro. O novo modelo que emerge está essencialmente centrado numa visão mais democrática com maior representatividade cidadã, maior transparência, com forte abertura para as novas tecnologias da informação e comunicação, e soluções organizacionais para assegurar a interatividade entre governo e cidadania.

Um ponto chave está no financiamento público das campanhas. A corrida por quem consegue mais dinheiro para se eleger gera campanhas imensas a cada dois anos, custos elevadíssimos, e uma predominante representação dos grandes financiadores corporativos, inclusive de grandes grupos transnacionais. Em termos financeiros isto gera custos para todos, na medida em que as contribuições para campanhas são repercutidas nos custos empresariais e transferidas para o consumidor. Em termos de qualidade da disputa eleitoral, desqualifica as propostas, e reforça a propaganda agressiva dos mais diversos tipos. Ponto essencial, o

resultado são as bancadas de grupos econômicos em detrimento de uma bancada do cidadão. O candidato deve obter o voto pelo respeito que consegue na sociedade, e não pelo dinheiro que consegue recolher.

O adensamento tecnológico do conjunto da máquina pública é central para gerar uma administração transparente, e uma cidadania informada. O avanço impressionante das tecnologias de informação e de comunicação nos últimos anos está permitindo uma mudança qualitativa na administração, mas precisa ser generalizado para atingir todos os setores de atividade, e os três níveis da federação. Um choque tecnológico, particularmente no judiciário, bem como a integração com sistemas estaduais e municipais, deverá contribuir muito para a racionalização do conjunto.

A base do país são os 5.564 municípios, que podem passar a ter sistemas avançados de informação gerencial e de informação para a cidadania. O município é onde o cidadão mora, onde tem maior interesse, conhece melhor a realidade, pode se organizar para participar. O Estado no seu conjunto funcionará de maneira deficiente enquanto os municípios, blocos básicos da sua construção, não evoluírem para uma gestão mais eficaz e transparente. O apoio na modernização gerencial na base da sociedade constitui um eixo de grande importância, e pode ser promovido como contrapartida de suporte e financiamentos.

Particular atenção deverá ser dada ao desenvolvimento integrado de sistemas de informação mais adequados. A conta PIB precisa ser complementada com indicadores mais completos que reflitam efetivamente a evolução da qualidade de vida da população, tanto em nível nacional como estadual e municipal. Há um forte avanço metodológico neste plano, os números existem, e se trata de apresentá-los numa nova sistemática de contas públicas que permita assegurar uma cidadania informada. Uma articulação com o IBGE, IPEA e outras instituições deverá ser promovida neste sentido.

A organização sistemática de correias de transmissão entre a máquina de governo, nos seus diversos níveis, e os diversos segmentos da sociedade, é hoje indispensável como forma de ampliar a dimensão participativa da gestão pública. O aporte extremamente positivo da experiência do CDES está sendo capitalizado com instituição semelhante no Estado da Bahia, e muitos municípios já adotaram conselhos locais ou intermunicipais de desenvolvimento. Os poderes legislativos são essenciais para transformar em leis as propostas de políticas, mas as próprias políticas precisam ser regularmente discutidas diretamente com os diversos segmentos - sindical, empresarial, da sociedade civil organizada -, de forma a assegurar maior agilidade, transparência e dimensão cidadã às decisões públicas. A construção de consensos e a compatibilização de interesses diferenciados que os conselhos permitem – bem como as conferências setoriais e outras formas de

consulta – já deram provas de seu papel importante na construção de processos mais democráticos de governança. Construir consensos pode ser trabalhoso, mas depois as políticas funcionam.

No conjunto, trata-se de aprofundar a evolução de um Estado com tradição de administração de privilégios para um Estado efetivamente articulador dos interesses da sociedade, mais democrático no processo decisório, e com maior equilíbrio entre as dimensões representativas e participativas. O Brasil precisa se dotar, nos diversos níveis, de uma máquina publica administrativa à altura dos resultados econômicos, sociais e ambientais que tem alcançado.

2. O papel das tecnologias: a transição para a economia do conhecimento

Se no ciclo econômico do século XX o desenvolvimento se calculava pelo número de máquinas e o volume de bens físicos, hoje a valorização da produção se dá muito mais pelo conhecimento incorporado. A educação tem um papel chave neste processo, mas de maneira muito mais ampla trata-se de uma política nacional de elaboração, promoção e difusão do conhecimento em todos os níveis. O Brasil herdou uma dualidade tecnológica, em que coexistem setores de ponta e imensos atrasos em grandes setores da economia e regiões do país. A homogeneização do desenvolvimento através do amplo acesso, gratuito e inclusive fomentado, a todo tipo de conhecimento constitui um eixo fundamental da mudança para um país mais equilibrado. Considerando os grandes esforços desenvolvidos neste sentido por uma série de países, a própria competitividade internacional do Brasil exige uma dinâmica radicalmente mais ampla, e uma maior centralidade no conjunto das opções de longo prazo. De forma geral, trata-se de ampliar e articular as iniciativas nas áreas de ponta, e ao mesmo tempo ampliar a apropriação dos conhecimentos tecnológicos mais simples na base da sociedade.

Os avanços tecnológicos mais significativos estão se dando nas áreas onde a sustentabilidade está ameaçada: alternativas energéticas limpas, onde o Brasil tem grandes vantagens à partida; alternativas de meios de transporte com menos impactos climáticos (veículos elétricos e híbridos); tecnologias de produção visando à redução do consumo de matérias primas; tecnologias da construção visando à redução de consumo energético (chuveiro, ar condicionado, materiais); cultivos consorciados e outros avanços que reduzem a pegada ecológica; biotratamento de esgotos e técnicas de saneamento; tecnologias organizacionais na gestão de redes integradas de transmissão de eletricidade. A lista é longa, e o leque que se abre constitui uma das marcas da economia moderna. Pode-se fazer muito mais com menos impacto, menos esforço, melhores condições de vida, e com inclusão produtiva generalizada.

No plano da apropriação generalizada de tecnologias simples (ou avançadas, segundo o caso), a gestão atual abriu caminhos e adquiriu experiências com o

vetor de democratização de acesso do Ministério da Ciência e Tecnologia, com formas de articulação de iniciativas como a Rede de Tecnologias Sociais, com as experiências de tecnologias sociais no quadro da Fundação Banco do Brasil, com o desenvolvimento das experiências de apoio à produção familiar no Ministério de Desenvolvimento Agrário, com iniciativas da própria sociedade civil, como no caso do programa Um Milhão de Cisternas da Articulação do Semi-Árido (ASA), e a maior abertura da Embrapa para tecnologias de pequena agricultura familiar e assim por diante.

São iniciativas que geraram um acúmulo importante de experiências, mas que têm de se transformar em um movimento mais profundo e articulado de fomento tecnológico generalizado. O exemplo da Índia, que criou um programa especial de formação de 1,2 milhão de técnicos para animarem núcleos de fomento tecnológico em cada vila do país, atuando em rede, dinamizando as bases produtivas mais atrasadas, é inspirador.

O Plano Nacional de Banda Larga adquire aqui uma importância central. O conhecimento está cada vez menos localizado em bibliotecas e na cabeça de especialistas, e cada vez mais disponibilizado *online* em todo o planeta. Em termos econômicos, o conhecimento é um bem não rival, o seu consumo não reduz o estoque, e precisa ser de livre acesso sempre que possível. E inteligência é um capital democraticamente distribuído, independentemente de classe social. Trata-se, portanto, de um vetor privilegiado de redução dos desequilíbrios sociais, e indiretamente ambientais. Transitar na rua é uma atividade gratuita, mas permite atividades comerciais. Da mesma forma, o livre acesso ao conhecimento, e a sua circulação nas infovias, deve ser generalizado, o que permitirá dinamizar um conjunto de aplicações em atividades econômicas, sociais e culturais. A tecnologia tem um grande poder de despertar as pessoas para a inovação e assegurar a circulação das inovações tende a gerar uma dinâmica que se amplia, na linha do que tem se chamado de inovação aberta (*open innovation*).

Nas cidades onde tem sido implementado, o acesso aberto à banda larga tem gerado inúmeras atividades econômicas, ao facilitar o contato direto entre produtores e consumidores, desintermediando e desburocratizando as atividades comerciais e financeiras, facilitando a complementaridade entre atividades econômicas da região. Nas regiões onde se generalizou o acesso, as pessoas não precisam se deslocar para resolver os problemas, são os *bits* que se deslocam, com redução radical de custos. Neste sentido, a banda larga constitui um dos principais vetores de promoção de economias externas, e de redução dos custos no país.

No conjunto, com o barateamento dos equipamentos, a generalização do acesso à internet por celular, o avanço das tecnologias do *wi-fi* urbano e semelhantes, o eixo das tecnologias da informação e da comunicação constitui, em termos

de custo-benefício e da rapidez de implantação, um eixo privilegiado de mudança no país, onde o econômico, o ambiental, o social e o cultural casam-se de forma coerente. E sendo um sistema de acesso generalizado, mais do que um sistema oneroso de ajuda, é um instrumento que estimula as pessoas a se apropriarem do seu desenvolvimento.

3. Os novos horizontes da educação

A evolução para a sociedade do conhecimento, o adensamento tecnológico de todos os processos produtivos, a conectividade planetária que permitem as tecnologias de comunicação, a disponibilização online de todo o conhecimento humano, o barateamento radical dos equipamentos, tudo isto está por sua vez redesenhando os horizontes da educação. Há um acordo generalizado quanto à importância estratégica da educação. Mas há um problema básico, que é cansaço dos alunos, que em casa ou na Lan-house têm acesso ao mundo, e na escola decoram o comprimento do Nilo e semelhantes.

Em outros termos, está se gerando uma grande distância entre o conceito de educação e a sociedade do conhecimento que se generaliza de forma acelerada. O fato de uma imensa parcela dos alunos abandonar a escola tem de merecer uma atenção central. A educação, é um mínimo, tem de ser interessante. E não só para o aluno: para o professor também.

Há um conjunto de medidas no sentido de melhorar a escola atual. As medidas envolvem melhores salários para os professores, redução drástica do número de alunos por sala, generalização da capacitação, sistemas online de apoio técnico e de conhecimento específico dos cursos, material escolar muito mais dinâmico do que apenas o livro escolar. A elaboração e disseminação de softwares de gestão escolar como os desenvolvidos pelo SPB (Software Público Brasileiro) também é essencial, permitindo às diretorias pensarem educação. O acesso banda larga em todas as escolas está avançando rapidamente, a eletrificação está hoje atingindo a quase todos. A generalização do *wi-fi* urbano deve permitir que o jovem, em casa, possa confrontar com outros conhecimentos o que foi visto na aula.

Mas é preciso considerar que o conhecimento que o menino adquire hoje na escola terá que estar na ponta dos dedos amanhã no trabalho, e o que ele deve realmente assimilar são metodologias de trabalho: aprender, de certa forma, a navegar, organizar, quantificar, cruzar conhecimentos de maneira criativa. Estamos na era da cabeça bem feita, e não bem cheia, e a própria rapidez com que os conhecimentos se tornam obsolescentes já não permite o armazenamento.

O conhecimento da humanidade está cada vez menos no livro escolar e na cabeça do professor, e cada vez mais online, disponível gratuitamente, livre do

canal estreito da "disciplina", permitindo cruzamentos interdisciplinares, apresentações em multimídia, dinâmicas efetivamente criativas. A criança e o adolescente têm uma imensa curiosidade por conhecer as coisas, e uma imensa teimosia em recusar o que é simplesmente empurrado. Forçar as crianças a passar horas sentadas, imobilizadas, copiando coisas anotadas no quadro gera pessoas disciplinadas, sem dúvida, mas não criativas.

De forma mais ampla, é importante lembrar que hoje cada adulto profissional passa horas por semana, quando não por dia, estudando, se atualizando, porque este é o rumo das coisas. Ou seja, a educação deixa de ser apenas uma etapa de preparação para a vida, é uma preparação para uma interação permanente, que durará toda a vida, com sistemas de conhecimento, exigindo sistemas muito mais abertos.

No Paraná está se desenvolvendo a experiência de Arranjos Educativos Locais. Visam a articular, em cada município, os diversos subsistemas de informação organizada, buscando uma escola um pouco menos lecionadora, e mais articuladora do conjunto dos conhecimentos necessários ao desenvolvimento local. Hoje o conhecimento não está apenas na escola, está nas empresas, nos centros culturais, na televisão, no computador em qualquer parte, nas revistas científicas, nas pesquisas desenvolvidas por faculdades regionais. A visão é de assegurar que o aluno aprenda a se apropriar das informações disponíveis, a transformá-las em conhecimento, e não só individualmente, mas em colaboração.

Nas universidades, os alunos trabalham com Xerox de capítulos isolados. 30% dos livros recomendados estão esgotados e não são reeditados, mas a cópia não é liberada. O MIT, nos Estados Unidos, criou ou OCW (Open Course Ware), e disponibiliza gratuitamente online todos os cursos e artigos dos professores. Em poucos anos, tiveram 50 milhões de *downloads* de textos científicos em todo o mundo. O impacto de enriquecimento científico planetário é imenso. Há uma contradição profunda entre investirmos tantos recursos em educação e restringirmos o acesso aos conteúdos.

A educação é um imenso universo. Somando alunos, professores e administradores, são 60 milhões de pessoas, quase um terço da população. E estamos entrando na sociedade do conhecimento, em que a capacidade criativa terá muito mais importância do que o esforço bruto. Temos de dar a prioridade estratégica a esta área, investir fortemente na modernização do que temos, e, sobretudo, preparar as novas dimensões da escola como espaço de criação e de articulação de conhecimentos.

4. Trabalho decente e inclusão produtiva

A desigualdade de renda está diretamente vinculada ao desequilíbrio em termos de inclusão produtiva. O país tem uma população ativa de 100 milhões

de pessoas, mas um emprego formal privado de 31 milhões. Esta conta que não fecha inclui o desemprego, e, sobretudo um imenso setor informal. Segundo o IBGE, houve uma diminuição da informalidade no conjunto dos ocupados, que caiu de 46,5% em 2002 para 42,7% em 2008.[8] A evolução está sendo positiva, mas o volume herdado é muito grande. A dimensão do setor informal significa que a subutilização da força de trabalho constitui um imenso desafio, mas ao mesmo tempo um vetor de oportunidades através da inclusão produtiva. Para a produtividade sistêmica do país, é vital o aproveitamento mais produtivo desta massa da população, através do emprego decente.

Em grande parte, trata-se aqui de ampliar políticas em curso. Os avanços do salário mínimo estão sendo muito significativos. Deverão continuar para se atingir um nível que permita efetivamente uma vida digna com este nível de remuneração. É sem dúvida um dos principais instrumentos de construção do equilíbrio social.

A jornada de trabalho constitui outro vetor essencial de melhoria da qualidade de vida do mundo do trabalho. Dois dias de descanso semanal já são hoje vistos internacionalmente como um mínimo. No quadro de atividades econômicas que cada vez mais exigem força mental em lugar de força física, a própria produtividade passa por um esforço mais bem distribuído. E o aumento de produtividade do trabalho pela incorporação das tecnologias, nos últimos anos, assegura a possibilidade de reduzir a jornada e de manter os salários mediante melhor distribuição dos resultados desta produtividade. Em mais longo prazo, com crescentes aportes tecnológicos, a tendência é simplesmente inevitável. E termos uma parte da população desesperada por carga excessiva, e outra por não ter como se inserir de maneira digna nos processos produtivos, não faz sentido.

A garantia do direito ao emprego, de ganhar produtivamente a sua vida, dada a qualquer pessoa, é outra tendência que deverá gerar impacto positivo sobre o desenvolvimento, em diversas dimensões. Todo município do país tem inúmeras necessidades de melhorias na qualidade de vida urbana, que envolvem sistemas de microdrenagem, saneamento básico, manutenção urbana, arborização, constituição de cinturões verdes para abastecimento em horti-fruti-granjeiros, melhoria de residências e assim por diante. São atividades simples, pouco intensivas em capital, mas intensivas em mão de obra. Assegurar um salário mínimo e carteira assinada, para aproveitar os desempregados no conjunto de melhorias que cada cidade precisa, é uma questão de bom senso, e resultam em melhores infraestruturas urbanas, avanços ambientais, dinamização econômica geral pelo fluxo de renda gerado e redução drástica do desespero que é não ter

8. DIEESE – Mercado de Trabalho Brasileiro: evolução recente e desafios, DIEESE, 10 de março de 2010 – http://www.dieese.org.br/ped/mercadoTrabalhoEvolucaoDesafiostexto2010.pdf

uma fonte de renda. Qualquer pessoa deve ter o direito de ganhar o pão da sua família, quando há tantas coisas a fazer. São atividades de retorno imediato, pelas economias geradas, e que não substituem necessariamente contratos mais amplos de empreiteiras. E dizer que não há emprego quando há tanto trabalho por fazer implica que o problema chave é de inadequação de formas de organização social.

O apoio à micro e pequena empresa constitui outro vetor de inclusão produtiva. Em que pesem os avanços em termos de simplificação da vida burocrática destas empresas, este setor de atividades necessita de fomento muito mais dinâmico tanto em termos de capacitação como de financiamento, de sistemas de informação comercial online, de generalização da conexão banda larga, de fomento tecnológico, de abertura das leis de licitação para facilitar o acesso, de condições jurídicas para as administrações municipais poderem privilegiar pequenos produtores locais nas compras e assim por diante.

Com a evolução para uma densidade tecnológica maior de todos os processos produtivos, até dos mais simples, como construção de casas, o acesso às mais variadas formas de capacitação e requalificação está se tornando essencial. Os diversos esforços do MCT, do SEBRAE e de outras instituições precisam se traduzir em cada município de certo porte, ou grupo de municípios menores, em núcleos de fomento integrado. Foi-se o tempo em que uma pessoa fazia um curso e já sabia do que precisava: com a constante alteração dos processos produtivos, a interação entre o mundo do trabalho e a qualificação ou requalificação precisa ser permanente.

É importante lembrar que o financiamento das atividades produtivas da micro e pequena empresa continua burocratizado, difícil, e, sobretudo, extremamente caro. As iniciativas do Banco do Nordeste e mais recentemente do Banco do Brasil com o programa DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável) mostram novos caminhos que precisam ser generalizados. Em particular, nos programas do BNB, às linhas de crédito foram-se acrescentando apoio à comercialização, capacitação gerencial e outras formas de ajuda, dependendo das realidades. Financiamento não é só dinheiro: é viabilização do negócio, bem como intermediação financeira em outras formas tornadas necessárias, articulando em cada território os diversos sistemas especializados de apoio que ainda conversem pouco.

Um programa especial precisa ser desenvolvido para as periferias dos grandes centros urbanos. A pesquisa Fase/Pólis mostra que 27% dos jovens entre 15 e 24 anos nas periferias metropolitanas estão fora da escola e sem emprego. O custo social é gigantesco. Será necessário, na realidade, um tipo de Pronaf urbano, no sentido de promoção sistemática e fomento de atividades econômicas que podem envolver desde melhoria do próprio bairro, ou

de aproveitamento de acesso banda larga para prestação dos mais variados serviços, como já se tem vários exemplos.

No conjunto, a inclusão produtiva, além de não se resolver com uma medida apenas, envolve um conjunto articulado de iniciativas como formação, desburocratização, acesso banda larga, canalização inteligente das compras públicas, financiamento e outras iniciativas diversificadas em função das realidades locais, com forte participação das esferas municipais e intermunicipais.

5. Uma política nacional de apoio ao desenvolvimento local

O desenvolvimento local integrado constitui um dos grandes recursos subutilizados do país. São hoje 5.565 municípios que têm de passar a se administrar melhor. Este eixo é fundamental porque, em última instância, é o nível onde as políticas têm de funcionar, onde os investimentos se materializam, onde as pessoas poderão dizer se estão vivendo melhor ou não. Ao fazer comparações internacionais, as pessoas tendem a ver países, sem ver a estrutura mais detalhada. Os sistemas locais de gestão que caracterizam as economias mais avançadas são muito sofisticados. Para utilizar uma imagem, uma economia industrial não funcionará de maneira adequada se as unidades que a compõem, as empresas, não forem bem administradas. De forma semelhante, os "blocos" com que se constrói o país são os municípios, unidades básicas. A boa gestão local não é condição suficiente, mas sem dúvida necessária.

Os avanços e tentativas na boa gestão local são numerosos, porém fragmentados. Há o movimento de cidades educadoras. O Paraná está inovando com Arranjos Educativos Locais enquanto que Santa Catarina, com Conselhos Regionais de Desenvolvimento. O programa Territórios da Cidadania está inovando com Comitês de Gestão locais e regionais. Há ainda numerosas tentativas setoriais buscando a excelência ambiental, como a Agenda XXI local. Ou melhor, saúde, com o movimento Cidades Saudáveis. Mais recentemente, estão surgindo movimentos como Nossa São Paulo, onde as organizações da sociedade civil estão se organizando em movimentos suprapartidários para, junto com outros atores sociais locais, promover o desenvolvimento equilibrado. Falta uma política integrada de apoio ao desenvolvimento local, pois a boa gestão na base da sociedade tende a tornar todas as iniciativas mais produtivas, sejam de governo em diversos níveis, empresariais ou de movimentos sociais [9].

Este investimento na governança local é essencial para que um conjunto de instituições de apoio – como SEBRAE, SENAC, SESI, Embrapa, DRS e outros – alcance um nível superior de produtividade, ao se tornar sinérgico ao nível de cada município, ao invés de oferecer fragmentos de apoio que pouco se articulam. Mas

9. Os resultados de uma pesquisa básica sobre o assunto, com 89 propostas práticas, podem ser encontrados no relatório Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local, em http://dowbor.org/09dlfinalnovaedica63p.doc

também é fundamental para a eficiência dos programas sociais, dos investimentos privados. É importante lembrar que praticamente inexistem no Brasil instituições de formação em gestão municipal, ordenamento do território ou políticas integradas de gestão local. São muitos os municípios inovadores, mas não se generalizam os aprendizados adquiridos. A dinamização da governança na unidade básica da federação pode ser um propulsor importante da racionalidade do conjunto.

Finalmente, é importante lembrar que viver bem na nossa cidade, ou no município em geral, é o que queremos da vida. Várias cidades já se dotaram de instrumentos de avaliação da qualidade de vida, permitindo ver, de ano a ano, se as coisas estão melhorando, quais são as principais deficiências, as propostas. É neste nível que melhor pode se materializar a dimensão participativa da governança, porque é onde o peso dos problemas e o alívio das soluções são diretamente sentidos. É, no melhor sentido, a base da democracia.

6. O papel das infraestruturas: transportes, energia, comunicação, água e saneamento

Considerando as dimensões do Brasil, o papel das infraestruturas é essencial. Uma unidade empresarial pode ser eficiente na sua forma de gestão interna, mas se incorre em grandes gastos com transporte, cortes de energia ou de água, e num sistema ineficiente de comunicação, deixa de aproveitar as economias externas que uma boa rede de infraestruturas pode assegurar. Trata-se aqui de iniciativas que vão além do poder decisório da empresa, pois exigem grandes investimentos, precisam ser organizadas em redes coerentes, geram efeitos difusos: é uma área privilegiada de presença do Estado tanto no planejamento como nos investimentos, ainda que a execução e a gestão possam ser confiadas a empresas privadas. De toda forma, pelo seu efeito estruturante e o seu impacto que irradia sobre o conjunto das atividades, esta área deve ser vista como um dos grandes eixos estratégicos. Entram aqui, tradicionalmente, os setores de transportes, energia, comunicações e água/saneamento, redes que têm que chegar a cada um, com os seus grandes troncos e a capilaridade final.

O Brasil é essencialmente atlântico nos seus centros econômicos, e são portuários ou semi-portuários os principais polos, de Manaus a Porto Alegre, incluindo o eixo São Paulo/Santos, além da notória exceção de Belo Horizonte. Como o custo tonelada/ quilômetro aumenta radicalmente à medida que se passa sucessivamente do transporte por água para o ferroviário, o rodoviário e o aéreo, a definição da matriz intermodal de transporte do país torna-se essencial. Com dois terços da mercadoria gastando pneu e combustível fóssil pela opção rodoviária, os sobrecustos para toda a produção tornam-se muito pesados.

O resgate dos estaleiros navais, a dinamização do transporte de cabotagem, a articulação intermodal com grandes eixos ferroviários de integração para o in-

terior, e o uso do caminhão apenas com a chamada "espinha de peixe" de distribuição final, em trajetos curtos, de carga fracionada, é a matriz evidente. Trata-se aqui de alterar de forma sistêmica a composição das infra-estruturas. São investimentos grandes e de longo prazo, mas que deverão render redução do custo-Brasil para todos os setores de atividade e melhorar a produtividade sistêmica do país.

A readequação da matriz de transporte de passageiros exige reformulação semelhante, particularmente nas grandes cidades. Ditadas mais por interesses comerciais do que pelo interesse da população, as opções levaram a um sobredimensionamento do transporte individual. São Paulo anda em média 14 quilômetros por hora, os veículos se deslocam em primeira e segunda. Se estimarmos em 15 mil reais o valor médio do veículo, e em 6 milhões a quantidade de veículos, são 90 bilhões de reais em meios de transporte praticamente imobilizados, gerando grandes custos em combustível, doenças respiratórias, e uma média de 2h40 horas perdidas por dia, em que o paulistano nem trabalha nem descansa. Os motoqueiros morrem numa média de 1,5 por dia. E o metrô ostenta os seus poucos 60 quilômetros. Transporte exige forte presença de planejamento, e organização da matriz em função da qualidade de vida da população. As soluções são conhecidas, e torna-se essencial voltar ao tema do financiamento público das campanhas, para que as autoridades públicas representem os interesses do cidadão. A matriz de transporte de média ou longa distância deve também ser repensada, pois o transporte aéreo representa custos imensos e pouca racionalidade para trajetos curtos ou médios: trens de grande velocidade, movidos a energia hidroelétrica, melhoram a mobilidade, o conforto das pessoas, e o clima.

No plano da energia, o Brasil tem uma situação notoriamente favorável. Com a imensa base hidroelétrica, não enfrenta os dramas que assolam a China ou os Estados Unidos, fortemente dependentes do carvão. No plano da oferta, o potencial da bioenergia a partir da cana de açúcar pode ainda ser amplamente expandido, tanto pelas reservas de solo subutilizado como pela disponibilidade de água. O conhecimento acumulado no quadro do ciclo anterior do Proálcool ainda assegura uma grande eficiência no processo. O desafio hoje está na corrida pelas tecnologias de aproveitamento dos subprodutos como o etanol celulósico e em alternativas ao plástico tradicional e outros na linha das biotecnologias em geral. Com a descoberta do Pré-Sal, o quadro brasileiro, que já era favorável, torna-se excepcional. A gestão das oportunidades abertas, numa visão coerente e de longo prazo, sem ceder às pressões pelo gasto imediato, torna absolutamente central a firme definição do plano de uso dos recursos energéticos do país.

Os desafios maiores, portanto, em termos de energia, estão mais no plano da demanda e do uso racional do que no plano da oferta. A matriz de transportes, por exemplo, tanto no plano de transporte de mercadorias como de pessoas, é profundamente irracional, e acarreta grandes desperdícios. As tecnologias da

construção hoje disponíveis também podem reduzir drasticamente o uso de energia, em particular no uso do ar condicionado e do chuveiro elétrico, com construções mais inteligentes, células fotovoltáicas, aquecedores solares, entre outros. Estas mudanças na cultura do uso da energia têm diversos impactos positivos ao reduzirem a pegada ecológica, ao gerarem empregos através dos investimentos e serviços de instalação e manutenção, ao dinamizarem a pesquisa tecnológica, ao estimularem estilos de vida mais inteligentes.

O Pré-Sal merece naturalmente uma estratégia em si. Nas mais diversas análises, é positivo constatar como as pessoas estão, ao mesmo tempo, entusiasmadas pelas oportunidades e conscientes das ameaças. A tentação de gastar uma riqueza inesperada é evidentemente forte. Mas se constata também que a visão geral defendida pelo governo é coerente: é uma riqueza brasileira, que não deve ser alvo de simples concessões; é uma riqueza de todo o país, e não do território onde se situa; é uma riqueza de longo prazo, de uso comedido. E os resultados devem ser prioritariamente utilizados para ciência e tecnologia, educação, saúde e o resgate da dívida social do país. Evitando a tentação do lucro fácil e rápido, se evitará o destino de tantos países que estão vendendo o presente sem organizar o futuro.

A comunicação está passando a desempenhar um papel central na racionalidade da organização do território em geral. Pequenos municípios ou pequenas empresas, ainda ontem isoladas, hoje resgatam a sua viabilidade ao se conectarem com redes mais amplas, ao romperem o isolamento. As mudanças envolvem desde a facilidade de gestão de estoques até a redução de custos de transportes: são os bits que viajam, e não as pessoas. A universalização do acesso às comunicações tornou-se hoje vital, e a preços condizentes com os custos reais dos processos, evitando-se a tendência de estabelecimento de autênticos pedágios sobre a circulação da informação e do conhecimento. É uma área em plena revolução tecnológica, e constitui um dos principais eixos de democratização da sociedade. A regulação do setor, em consequência, precisa ser democratizada, e a transparência nos processos é vital. Em termos de custo-benefício, conforme vimos, é uma das atividades que mais permite gerar economias externas tanto para as empresas produtoras como para as famílias. Os preços hoje cobrados não são admissíveis. A estratégia que emerge, em numerosos países, é de assegurar o livre trânsito nas infovias da internet (inclusive nos celulares), da mesma forma como é livre o trânsito nas ruas, o que não impede que sejam criados negócios a partir do potencial de comunicação. Mas a própria comunicação, na medida em que gera capacidade criativa de todos os atores sociais, deve ser aberta. O Plano Nacional de Banda Larga deve assegurar um marco regulador para o conjunto das atividades do setor.

A água no Brasil sofre em grande parte do mesmo drama de outras riquezas: como o Brasil tem muita, a tendência é o desperdício. A água é meio de transporte (inclusive muito subutilizado em várias regiões do país), eixo vital para a

agricultura, que consome cerca de 70% do total, fonte de energia hidroelétrica, fonte de proteínas através da pesca, insumo essencial para um conjunto de setores industriais, fator importante de lazer, em particular para as cidades, atrativo turístico, além de, evidentemente, fonte de consumo para as pessoas. No conjunto, vender água rende, mas fazer esgoto e tratamento não aparece. Gera-se, assim, um grande problema que, no caso do Brasil, não é de abastecimento, porém de destino final. Para os que usam a água, livrar-se dela é mais barato. Água contaminada dentro da empresa pode ser tratada com baixos custos.

Uma vez diluída nos rios, a poluição se generaliza, e a recuperação é incomparavelmente mais cara. As cerca de 60 mil toneladas de fezes que produzimos diariamente têm, em sua maioria, o mesmo destino, espalhando bactérias, e multiplicando os custos. A excessiva quimização agrícola, com irrigação intensiva, contamina tanto os lençóis freáticos como os rios e as orlas marítimas. A gestão da água envolve dinâmicas inovadoras de gestão, como os comitês de bacia, e, sobretudo, uma mudança no tratamento de um bem essencial que está sendo maltratado. Muitas das medidas passam por iniciativas de nível tipicamente municipal, mas os impactos são regionais, e a governança articulada entre esferas de governo torna-se importante. O saneamento básico e o uso racional da água em geral constituem hoje, sem dúvida, um dos eixos estratégicos da agenda. O impacto positivo para o meio ambiente é central, mas é também econômico, social e cultural.

No conjunto, as infraestruturas hoje obedecem a uma visão ampla e de longo prazo no quadro do Programa de Aceleração do Crescimento, complementado pelo PAC II. Os dois programas permitem visualizar um desenvolvimento integrado, pois incorporam os diversos planos setoriais, como o Plano Nacional de Logística e Transportes, o Plano Nacional de Desenvolvimento de Recursos Hídricos, o Plano Nacional de Energia 2030, o Mais Saúde, além de planos de desenvolvimento urbano, em um leque articulado de ações. Resgata-se assim não só o planejamento, como a intersetorialidade. Conjugando a capacidade articuladora do PAC e do PAC II, o reforço financeiro que deverá vir do Pré-Sal, a dinamização que geram as perspectivas da Copa e das Olimpíadas, e a solidez atual da gestão financeira no país, as perspectivas são positivas. E os impactos serão econômicos: barateamento pelas economias externas geradas, além de impactos nas demandas de investimentos induzidos e ambientais, mediante a racionalização de uso dos recursos (particularmente hídricos), e impactos sociais pela melhoria das condições de vida dos segmentos mais pobres da população. A capacidade de gestão, e os diversos entraves gerados por interesses particulares, constituem o elo fraco do sistema, e nos remetem ao problema da racionalização da máquina pública. No entanto, é gerando as dinâmicas que se obtém gradualmente a racionalização dos procedimentos, a desburocratização, a gestão mais eficiente.

7. O potencial da agricultura

O Brasil tem mais de 150 milhões de hectares de boa terra a ser incorporada ao processo produtivo, mais do dobro do que é hoje utilizado para a lavoura temporária e permanente somadas. Isto constitui a maior reserva de solo parado do planeta. E os recursos hídricos são também entre os mais abundantes, tanto em águas de superfície como no Aquífero Guarani. Com esta disponibilidade de terra e de água, e um clima ameno, além do acúmulo de capacidade tecnológica, diversificação do mercado externo, e mercado interno crescente, a agricultura deve ser vista como um eixo estratégico de primeira importância para o desenvolvimento do país. E não só como fonte de produtos: segundo a PNAD 2008, 30 milhões de pessoas vivem no campo. A agricultura familiar emprega 10 milhões de pessoas[10]. As próprias condições de vida e de trabalho no campo representam um objetivo estratégico.

Tem sido colocado com razão que, com a evolução planetária para a biocivilização, o Brasil tem trunfos importantes. Domina amplamente a tecnologia do biocombustível, e a cana de açúcar representa de longo a melhor relação entre energia consumida e energia produzida. A produção de grãos, ainda ontem estabilizada na faixa de 100 milhões de toneladas, hoje beira 150 milhões, com fortíssimo potencial de mercado mundial que necessita cada vez mais do produto, dado o aumento da população, a escassez de terra e de água, e o aumento da demanda por biocombustível. Os avanços da pesquisa na utilização dos resíduos para produção de biocombustível celulósico, plástico biodegradável e outros subprodutos estão na fase não da pesquisa fundamental, mas de redução de custos. Estamos claramente chegando a uma mutação profunda, conforme relatório recente do International Assesment of Agriculture, Science and Technology for Development (IAASTD) [11].

A expansão quantitativa hoje já não basta. A racionalização do uso dos recursos hídricos, evitando tanto desperdícios como contaminação por agrotóxicos e excesso de quimização, constitui um objetivo importante, na linha da produtividade sistêmica do território, envolvendo todos os recursos. A redução do custo dólar da unidade de produto, ao reduzir o componente importado dos insumos, constitui outro. A pegada ecológica das unidades produtivas, pela evolução para combustíveis renováveis, tanto é favorável para a conta de emissões do país, como para a força dos produtos nos mercados internacionais com regras ambientais cada vez mais estritas. As relações de trabalho frequentemente medievais têm que ser transformadas no sentido de assegurar critérios de emprego decente. E evidentemente a agricultura ilegal, tanto por desmatamento na Amazônia e no Cerrado, como por destruição de matas ciliares, uso de mão de obra escrava, uso de

10. IPEA – PNAD 2008, Primeiras Análises, Setor Rural – 29 de Março 2010 – Comunicados n. 42
11. Iaastd - http://dowbor.org/wp/?p=1147

produtos químicos sem proteção adequada para os trabalhadores e semelhantes tem que ser combatida, não só no local de produção, mas em toda a cadeia, desde a venda de insumos, até o acesso ao crédito e no circuito comercial. O mercado internacional está evoluindo rapidamente para a rastreabilidade geral dos produtos (*tagging*), e as mudanças deste setor agrícola, para uma excelência não só produtiva, mas também social e ambiental, só pode contribuir para reforçar a economia do país.

A agricultura familiar, por sua vez, responsável por 70% da produção dos nossos alimentos, e ocupando 10 milhões de pessoas, necessita de um sistema integrado de serviços de apoio, como existe em países desenvolvidos. A policultura de pequena escala é extremamente produtiva, mas precisa de assistência técnica, de apoio à comercialização, de acesso a informações de mercado, de possibilidade de aluguel de máquinas que sua escala não permite nem exige adquirir, de sistemas de crédito e semelhantes às chamadas redes de serviços de suporte. A dinamização pode se dar por núcleos de fomento e apoio integrado em cada município e envolve também as experiências de compra local de produtos para a merenda escolar, a formação de cinturões verdes de horti-fruti-granjeiros em torno das cidades, além da própria agricultura urbana que está saindo da zona folclórica para se tornar fonte importante de trabalho e de produtos de alta qualidade.

Enquanto o agronegócio trabalha com as suas próprias máquinas e oficinas de manutenção, redes de comercialização, de consultoria técnica, de financiamento, o pequeno agricultor precisa dos mesmos aportes, mas utilizados de forma coletiva, sob forma de cooperativos de serviços ou semelhantes. Os avanços aqui têm sido muito significativos, em particular com o Pronaf, que passou de cerca de 2 para 13 bilhões de reais. No entanto, o financiamento representa uma parte do ciclo, como o demonstram as experiências do Banco do Nordeste no seu financiamento rural acoplado a outras atividades de fomento, em particular aproveitando a rede do banco para informações comerciais que liberam o produtor dos atravessadores[12].

O que está saindo de cena, em termos estratégicos, é a visão de que a policultura familiar representa o passado, enquanto que a monocultura mecanizada, o futuro. Produzir cana e soja é diferente de produzir tomate e feijão. A Europa, com as suas pequenas propriedades, pouco solo e grande densidade populacional, hoje tem que dar subsídios para se produzir menos alimentos, menos leite. O que temos pela frente é um início de aproximação entre os dois mundos rurais que se foram constituindo. O pequeno produtor pode perfeitamente entrar em simbiose com o grande, no sentido de aproveitamento de subprodutos, de aproveitamento de potencial de cultivos consorciados e outros.

12. Sobre as experiências do BNB, ver em particular o estudo de Clarício dos Santos Filho, http://bit.ly/bp1f3J

Em terceiro nível, está a população privada de terras, ou com terras em escala ou qualidade insuficiente para um processo virtuoso de melhoria de quantidade e de qualidade de produto. A criminalização do MST, no país de maior reserva planetária de terras paradas, é simplesmente absurda. A função social da terra está claramente estipulada na Constituição, e a busca das pessoas por terra tem que ser vista não como ameaça, mas como potencial produtivo. O acesso à terra, neste país tão bem dotado, tem que ser garantido, mas no ciclo produtivo rural a terra é apenas um dos insumos.

É importante lembrar que, com a conectividade *online* permitida pelas tecnologias modernas, ser pequeno já não representa as restrições de antigamente. Pequenos produtores de tilápia de Piraí estão conectados e vendem diretamente a pele para o Japão, pois quem está na *net* está ao lado. Esta tecnificação do pequeno está avançando com extrema rapidez em todas as partes do mundo, desde a Índia até o Quênia. A eficiência já não é questão de tamanho. Esta tendência se aplica não só ao pequeno agricultor rural, como à pecuária, à pesca e outras atividades tradicionalmente divididas em grandes e pequenos produtores.

No conjunto, a evolução para mais qualidade nos processos produtivos, maior respeito nas relações de trabalho, incorporação efetiva das dimensões ambientais no conjunto das atividades, maior equilíbrio de nível técnico entre os diversos tipos de agricultura, articulação de uso circular de produtos e subprodutos no território, constituem um norte para este que é um eixo absolutamente estratégico para o país.

8 – Intermediação financeira: o crédito como fomento

Os bancos comerciais no Brasil constituem um grupo muito pequeno, que trabalha com crédito para poucos, e com taxas de juros extremamente elevadas. A taxa Selic é a mais comentada na mídia, mas com 8,75% ao ano já não constitui um fator chave. No centro está hoje o problema dos juros e tarifas cobrados ao tomador final. A Anefac, que publica mensalmente a sua pesquisa sobre as taxas de juros praticadas, apresenta a seguinte situação para fevereiro de 2010: para pessoa física 6,92% ao mês, ou seja, 123% ao ano. Para pessoa jurídica, 3,65% ao mês, o que representa 54% ao ano. São juros absolutamente proibitivos, podendo-se estimar como ordem de grandeza que se paga aqui ao mês o que se paga na Europa ao ano. Este cálculo não inclui as tarifas.

Com outra metodologia, mas comparando diretamente com bancos no exterior, o IPEA constata que "para empréstimos à pessoa física, o diferencial chega a ser quase 10 vezes mais elevado para o brasileiro em relação ao crédito equivalente no exterior"[13].

13. IPEA – Comunicado da Presidência n. 20, Transformações na indústria bancária brasileira e o cenário de crise, p. 15, tabela 2, 7 de abril de 2009; a pesquisa da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac) está disponível em http://www.anefac.com.br/pesquisajuros/2010/fevereiro2010.pdf

TAXA ANUAL REAL DE JUROS TOTAL* SOBRE EMPRÉSTIMOS PESSOAIS EM INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS EM PAÍSES SELECIONADOS NA PRIMEIRA SEMANA DE ABRIL DE 2009

Instituição	País	Juro real (em %)
HSBC	Reino Unido	6,60
	Brasil	63,42
Santander	Espanha	10,81
	Brasil	55,74
Citibank	E.U.A	7,28
	Brasil	60,84
Banco do Brasil	Brasil	25,05
Itaú	Brasil	63,25

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições bancárias para os juros e OCDE e BCB para inflação nos países selecionados e no Brasil

*** Juros adicionados aos serviços administrativos, riscos de inadimplência, margem de lucro e tributação.**

Constatamos que, por exemplo, no caso do HSBC, a mesma linha de crédito custará 6,60% ao ano no Reino Unido, e 63,42% no Brasil, na mesma instituição. Isto tem implicações fortes. Significa que são instituições que se capitalizam aqui para reforçar os desequilíbrios nas matrizes, ou seja, financiamos em parte os custos da crise dos desenvolvidos. Significa também que praticam uma taxa de juros que trava as atividades econômicas no país mais do que as fomenta. E de maneira mais ampla, significa que os grandes lucros se deslocaram da produção para a intermediação financeira. A intermediação comercial, que trabalha com juros nas prestações em geral superiores a 100%, também passou a priorizar o lucro financeiro. Em vez de intermediários, trata-se neste caso de atravessadores.

Em termos de competitividade dos produtores brasileiros o prejuízo é evidente. O produtor aqui concorre com produtores no exterior que enfrentam custos financeiros incomparavelmente menores. E no Brasil os grandes grupos internacionais que têm acesso direto a dinheiro no exterior também têm vantagens. No plano da pequena empresa, a situação torna-se simplesmente difícil. No caso do Nordeste, a pesquisa dos fluxos financeiros da região realizada pelo BNB mostra que as agências dos bancos comerciais da região apresentam um balanço negativo, ou seja, mais retiram da região do que financiam[14]. A intermediação financeira tornou-se assim um fator de elevação do chamado "custo Brasil", e um vetor importante da concentração de renda, e, portanto de redução da demanda. É significativo constatar que com a redução do compulsório no momento mais grave da crise financeira, os recursos não foram utilizados para fomentar a economia, e sim para aplicações em títulos públicos.

14. Airton Saboya – Semiárido em Transformação, março de 2010, disponível em http://criseoportunidade.wordpress.com/category/airton-saboya/

O Brasil tem evidentemente um grande trunfo na mão, que é a possibilidade de usar os bancos oficiais para reintroduzir concorrência no mercado cartelizado, permitindo ao mesmo tempo dinamizar a economia ao estimular consumo e investimento. Este mecanismo, ao que tudo indica, está sendo progressivamente implantado. O sistema de intermediação financeira dos grandes grupos terá de evoluir para mecanismos de concorrência. Um segundo grande trunfo é a possibilidade de continuar a reduzir a taxa Selic, o que tem um duplo impacto: ao reduzirem-se os ganhos dos rentistas que aplicam em títulos do governo, essencialmente bancos, os intermediários financeiros se vêem obrigados a buscar alternativas no setor produtivo, medida equivalente a injetar dinheiro na economia real; e ao reduzir os juros sobre a dívida pública, libera recursos para o investimento público. Lembremos que com uma dívida pública da ordem de 1,5 trilhão de reais, e um serviço da dívida da ordem de 180 bilhões de reais por ano, trata-se de um instrumento poderoso, ainda que de aplicação necessariamente progressiva.

Quando o lucro se desloca de maneira desequilibrada para grandes grupos de intermediação financeira e comercial, os produtores passam a arcar com custos mais elevados. E os consumidores terão de enfrentar estes custos, além de pagarem juros novamente ao adquirir os produtos no crediário. Os primeiros se vêem prejudicados na capacidade de investir e de produzir, os segundos na capacidade de consumir.

Um conjunto de iniciativas surge nos últimos anos, essencialmente através dos bancos estatais. O programa DRS do Banco do Brasil está se expandindo, os créditos de fomento do Banco do Nordeste já atingem 18 bilhões, essencialmente para pequenos produtores e muitos municípios estão criando bancos comunitários de desenvolvimento, já com apoio do Banco Central a partir de 2010. Estão se multiplicando também cooperativas de crédito, e inclusive Oscips de intermediação financeira. São iniciativas necessárias, frente ao comportamento dos bancos comerciais, mas a racionalização do sistema de intermediação financeira constitui um vetor importante de racionalização do conjunto das atividades econômicas do país.

Em particular, a inclusão bancária, com capilaridade, flexibilidade nos produtos e nas garantias, e com juros minimamente compatíveis com as necessidades, está na ordem do dia, como fator chave da inclusão produtiva.

9. Política tributária

De forma geral, a orientação do uso dos recursos públicos, tanto nas políticas sociais, como nas medidas anticíclicas, gestão de desequilíbrios macroeconômicos e política de investimentos, melhorou de maneira muito significativa nos últimos anos. Esta orientação foi complementada com políticas de crédito dos bancos públicos, da CEF, do BB, do BNB, do BNDES, que hoje são responsáveis, como ordem de grandeza, por metade do crédito outorgado, e incluem cada vez mais nos seus critérios de financiamento visões de fomento econômico, pro-

moção social e sustentabilidade ambiental. O grande desafio, nesta área, não está na orientação da alocação, mas na qualidade final dos serviços, em particular na educação e na saúde, qualidade diretamente afetada pela pobreza geral da parte da população que mais usa estes serviços. A qualidade aqui evoluirá com o conjunto das condições de vida da base da pirâmide social. O segundo desafio está no volume de transferências que gera o serviço da dívida pública, que baixou fortemente em termos de porcentagem do PIB, mas que continua a drenar grande parte dos recursos públicos para alimentar um rentismo basicamente estéril.

A maior coerência na alocação dos recursos públicos não foi acompanhada, no entanto, de comparável evolução na política tributária. O travamento político é central neste campo, que provoca reações ideológicas e emocionais, e toca diretamente interesses cristalizados ao longo dos anos. O resultado prático é o imobilismo generalizado. Neste sentido, qualquer proposta deverá mostrar não só a viabilidade técnica, mas a sua viabilidade política.

Não se trata, é importante mencioná-lo, do nível geral dos impostos. Com 35% de carga tributária relativamente ao PIB, o Brasil está na média razoável de país emergente, e bastante abaixo da carga tributária dos Estados Unidos, situada na faixa de 40% - país de forte tradição privatista, inclusive na saúde e na educação, e até na segurança – ou dos países europeus onde o Estado administra em torno da metade dos recursos do país. Nos países nórdicos, este percentual está acima dos 60%. O problema não está no tamanho, mas em onde incide o tributo.

O foco da incidência tributária está na sua principal função de correção da desigualdade. Entram aqui, como evidentes, o imposto sobre as grandes fortunas e sobre a herança, a alteração das alíquotas do imposto de renda, um melhor equilíbrio entre impostos diretos e indiretos.

Olhando pelo lado dos resultados que se busca, volta-se ao problema central da sociedade brasileira que é a desigualdade. O imposto tem que ter a redistribuição como eixo fundamental. Isto implica desonerar a base da pirâmide, facilitar a vida dos produtores, em particular dos pequenos, e cobrar mais das grandes fortunas e dos altos rendimentos dos segmentos mais privilegiados, particularmente dos ganhos financeiros não produtivos.

Neste sentido, a diferenciação de alíquotas do imposto de renda já adotada constitui um avanço, mas é evidente a necessidade de ter alíquotas mais elevadas para níveis de renda muito elevados. Em termos comparativos, a alíquota superior brasileira, de 27,5%, é simplesmente baixa. Os impostos diretos, onde a progressividade pode ser aplicada, devem também ser privilegiados relativamente aos impostos indiretos, que são proporcionais, e terminam sendo regressivos para a população de baixa renda.

Há que se levar igualmente em conta que a questão ambiental está se tornando um vetor importante da alteração das políticas tributárias. Muitos países, frente à relativa inoperância dos mercados de carbono, estão taxando diretamente as emissões. Na linha do poluidor-pagador, é natural que incidam cobranças sobre quem gera custos, ou descapitaliza o país ao se apropriar de recursos não renováveis. Neste sentido, há uma revisão ampla do conceito de externalidades. A poluição de um rio gera custos muito maiores para a sociedade em geral do que os custos dos filtros numa empresa. A racionalidade do maior custo/benefício para a sociedade é central neste processo.

Mas a visão básica é que um país com semelhante desigualdade não pode continuar com uma carga tributária regressiva. O resgate da progressividade terá os mesmos impactos que os processos redistributivos adotados estão tendo: dinamização da demanda na base da sociedade, e uma ampliação dos negócios, com lucro unitário menor, mas sobre uma massa maior de produtos. Isto gera crescimento da economia, o que por sua vez gera viabilidade política das reformas, na medida em que torna mais viável uma distribuição mais igualitária dos ganhos suplementares.

10. Políticas ambientais

O grande deslocamento no eixo das políticas ambientais é o de que passam a permear o conjunto das decisões no âmbito do Estado, das empresas, dos movimentos sociais, do próprio estilo de vida da população. Com toda a dificuldade de se generalizar uma visão sistêmica e de longo prazo, quando tanto pessoas como empresas estão mais preocupadas com problemas imediatos, e os governos com o curto horizonte de uma gestão, a verdade é que a humanidade está enfrentando desafios inadiáveis.

Não se trata apenas do aquecimento global, que em si constitui um imenso desafio planetário. São rios contaminados, florestas desmatadas, periferias urbanas onde se vive em condições subumanas, cidades prósperas que convivem com esgotos a céu aberto, metrópoles paralisadas por excesso de veículos, alimentos contaminados por agrotóxicos, lixões a céu aberto que geram mais contaminação, mais doenças e mais custos. É uma sociedade do desperdício na água mal canalizada, nos subprodutos desperdiçados, nas embalagens irresponsáveis, no lixo de mais de um quilo por pessoa nos centros urbanos. E no nível planetário, é o esgotamento dos recursos, com a sobrepesca nos mares, liquidação das reservas de petróleo, perda de metais raros. A água já é tratada como ouro azul, quando o seu uso racional, bem como de outros recursos, torna-se cada vez mais viável com as novas tecnologias.

Trata-se aqui de promover a mudança cultural necessária, pois o comportamento sustentável não pode ser reduzido à visão de uma entidade burocrática

que autoriza ou não um empreendimento. Cada vez mais, esta mudança exige a convergência de um conjunto de atores sociais, com educação ambiental, adequação dos currículos universitários, reforço da pesquisa, mudança na visão da mídia e das mensagens publicitárias, geração de complementaridades interempresariais nos processos produtivos, adequação dos procedimentos da grande empresa de monocultura, reorientação da pecuária e generalização de políticas tecnológicas menos agressivas.

O mundo neste plano está mudando. A visão linear que vai da matéria prima extraída da natureza para a linha de produção, depois para o consumo e o lixo, com esgotamento de recursos de um lado e contaminação do outro, está cedendo o lugar para uma visão circular em que o que é extraído é reposto no final do ciclo. O nível de consciência está se deslocando rapidamente. Temos que aprender a viver dentro dos limites estreitos que este pequeno e frágil planeta permite.

Neste desafio há imensas oportunidades para os que souberem ver o futuro que se desenha, e fizerem a tempo as reorientações que se impõem. O PDP constata um aumento do investimento privado em P&D de 0,51% do PIB em 2005 para 0,65% em 2010, passando de 12 para 18 bilhões. São cifras radicalmente insuficientes quando se considera a importância das mudanças tecnológicas necessárias, e o papel que o Brasil pode desempenhar na área.

Neste sentido, o desafio ambiental, ao exigir mudanças na matriz energética, na organização urbana, no tratamento de esgotos, na racionalização do uso das matérias primas, nas tecnologias organizacionais descentralizadas e integradas em cada município, constitui uma oportunidade de avanços. As soluções não estão em conter os custos agora mantendo os procedimentos de sempre, mas em fazer o salto para enfrentar os desafios em condições mais vantajosas mais adiante.

Os condicionamentos ambientais, de geração de empregos verdes, de uso de tecnologias alternativas e semelhantes, devem passar a fazer parte de todo financiamento, isenção ou subvenção. O meio ambiente não é um entrave, é uma condição de avanço acelerado para o futuro. Fator de redução de desperdícios, de uso mais racional dos recursos, gerador de empregos, vetor de adoção de novas tecnologias de melhor desempenho, promotor de articulações e processos colaborativos entre empresas, o desafio ambiental deve ser visto como um dos principais eixos de transformação para a próxima década e as futuras.

11. Ampliação das políticas sociais

Da mesma forma como se podem apresentar impressionantes avanços nas políticas sociais no país, conforme vimos no início do documento, com o salário mínimo, o Bolsa Família e tantos outros programas, é também preciso constatar os dramas de 30 milhões de pessoas que vivem em condições críticas, das imensas favelas que cer-

cam as nossas cidades, a criminalidade amplamente disseminada, a desigualdade no acesso aos serviços mais elementares, os mais de 40% da população na informalidade.

Em outros termos, os avanços são grandes, mas a dívida acumulada é imensa. Torna-se vital assegurar que a política adotada por um governo se transforme em política do Estado, mantendo a continuidade e a coerência.

A dimensão econômica da pobreza tem evidentemente um papel central, mas está longe de ser a única. Projeções recentes do IPEA nos deixam otimistas sobre este primeiro papel das políticas sociais. "Se projetados os melhores desempenhos brasileiros alcançados recentemente em termos de diminuição da pobreza e da desigualdade (período 2003-2008) para o ano de 2016, o resultado seria um quadro social muito positivo. O Brasil pode praticamente superar o problema de pobreza extrema, assim como alcançar uma taxa nacional de pobreza absoluta de apenas 4%, o que significa quase sua erradicação." [15] O nível de renda nos segmentos mais críticos progride. A desigualdade de renda, no entanto, evolui de forma muito mais lenta, pelo ponto de partida extremamente baixo da base da pirâmide social, e torna-se essencial agora expandir e manter o conjunto de políticas que favorecem o equilíbrio social e regional. Acumulam-se aqui as desigualdades entre segmentos da sociedade, entre regiões, desigualdade de gênero, de raça, e entre zonas rurais e urbanas.

A partir de Amartya Sen, passamos a considerar de maneira sistemática as dimensões não econômicas da pobreza. Neste sentido, as políticas sociais devem dinamizar o acesso democrático e de qualidade aos serviços básicos. O grande desafio aqui é reduzir a polarização que a desigualdade foi cristalizando em todas as áreas, com educação de pobre e de rico distantes, e o equivalente nas áreas de saúde, de lazer, de cultura e assim por diante. Este vetor implica um esforço generalizado de universalização, mas também de qualificação do conjunto dos serviços públicos. As políticas afirmativas não constituem privilégios: corrigem privilégios. E o Estado tem um papel fundamental a desempenhar neste processo.

Tal como as políticas ambientais, o social tem forte dimensão de transversalidade. As políticas sociais constituem ao mesmo tempo setores de atividade como saúde, educação, cultura, esporte, informação, lazer, segurança – o conjunto dos investimentos diretamente orientados para a valorização das pessoas – e uma dimensão de todas as outras atividades, como relações de trabalho, qualidade das infraestruturas, formas de organização da produção agrícola e assim por diante. Neste sentido, são políticas que envolvem todos os setores da sociedade. O Estado tem sem dúvida um papel central a desempenhar, em particular na garantia de acesso

15. Ipea – Pobreza, Desigualdade e Políticas Públicas – 12 de janeiro de 2010, Comunicado da Presidência n. 38 – p. 8 – http://ipea.gov.br

aos principais serviços públicos. O terceiro setor está majoritariamente concentrado nas políticas sociais, e apresenta elevada eficiência, por se tratar em geral de atividades que exigem articulação direta e concreta com pessoas, bairros, comunidades.

E as empresas, hoje, estão indo muito além da cosmética em termos de responsabilidade social. Estudo comparado de políticas sociais no programa Gestão Pública e Cidadania da FGV-SP mostra que o denominador comum das políticas sociais que demonstraram grande eficiência nas diversas regiões do país é o fato de serem executadas em parceria, envolvendo tanto o setor público, como empresas e as organizações da sociedade civil. Tornam-se assim mais sustentáveis e permanentes.

A inclusão social não envolve apenas o acesso à renda e aos serviços públicos. Envolve também o direito de se apropriar da construção destas políticas, de ser cidadão. Neste sentido, políticas descentralizadas, administradas no nível do território, onde as pessoas possam participar diretamente, constituem a forma privilegiada de organização. Ao mesmo tempo, as parcerias, consórcios intermunicipais, cofinanciamento de programas, controle cruzado de gestão e de resultados, sistemas compartilhados de informação e outros mecanismos permitem democratizar gradualmente o processo decisório sem fragmentar as políticas.

É importante ressaltar a dimensão das políticas sociais: nos Estados Unidos, só a saúde representa 17% do PIB, sendo o maior setor econômico do país. Vimos acima que a educação envolve no Brasil mais de um quarto da população, entre alunos, professores e administradores. A segurança está se tornando uma área de grande peso social. As atividades culturais estão se tornando cada vez mais amplas. A realidade é que o conjunto que podemos caracterizar como políticas sociais tende a se tornar o principal eixo de atividades na sociedade moderna. Não é um complemento aos processos produtivos: é o processo central de transformação da sociedade. E a presença maior do Estado nos países mais avançados está diretamente ligada à expansão destas políticas, que não geram "inchaço" da máquina com burocratas, mas asseguram melhor cobertura de educadores, médicos, enfermeiros, agentes sociais.

Uma consideração particular sobre as políticas de segurança. A polarização tradicional das visões apresenta propostas repressivas de um lado e sociais, de outro. E com as acusações recíprocas de truculência ou de leniência. Na realidade, se considerarmos a cifra vista acima, de 27% de jovens entre 15 e 24 anos de idade nas metrópoles brasileiras que não estão nem na escola nem no emprego, a base social para a insegurança torna-se evidente. E o crime organizado passa a ter uma fonte ilimitada de mão de obra. Neste sentido, na linha dos trabalhos de Luis Eduardo Soares, entendemos hoje a necessidade de uma política combinada de forte aparato repressivo contra o crime organizado, e de forte progressão das

políticas sociais inclusivas. Enquanto houver uma massa de jovens sem lugar na sociedade e sem perspectivas, a construção de mais presídios e a compra de mais viaturas continuará a representar apenas o curto prazo.

As políticas sociais, como setores específicos e como eixo transversal, aparecem na realidade nos diversos pontos da presente agenda, nas propostas de uma política de garantia do emprego, da redução da jornada, do acesso à banda larga, de reforço do universo da educação, da política de apoio à agricultura familiar e assim por diante. Em termos gerais, indo além do PIB e da visão estreita do crescimento econômico, trata-se de assegurar a elementar qualidade de vida para todos.

NOTA FINAL

O que se constatou no conjunto das discussões que levaram ao presente documento é antes de tudo um forte otimismo quanto à dinâmica que o país assumiu nos últimos anos. Visões diferenciadas, mas que têm em comum a busca de convergências e sugestões de novas oportunidades que podem ser aproveitadas.

Há um acordo geral sobre os rumos, e sobre os principais eixos de mudanças que se verificaram nos últimos anos: política redistributiva, consumo de massa, condução prudente da macroeconomia, diversificação de mercados externos, reforço do mercado interno, condução exemplar no enfrentamento da crise financeira, a importância crescente dos desafios ambientais, a articulação latino-americana.

No conjunto, aparece no horizonte a construção de um universo mais equilibrado. No plano social, com redução das desigualdades, no plano ambiental com o resgate do bom senso no uso dos nossos recursos, no plano econômico com busca de soluções inovadoras frente aos novos paradigmas tecnológicos.

As sugestões dispersas nas numerosas discussões e entrevistas mostram antes de tudo bom senso, busca de interesses comuns, com inúmeras sugestões pontuais que não foi possível recolher aqui, mas que poderão ser objeto de outra sistematização.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Eduardo Costa Pinto

Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea na diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (DIEST). Doutor em economia pela UFRJ, mestre em economia pela UFBA e graduado em administração pela UFBA. Foi professor de economia da UFRRJ. Atua nas áreas de Economia Brasileira, Capitalismo Contemporâne e Estado e Planejamento, com algumas publicações acadêmicas, entre as quais o livro *(DES)ORDEM E REGRESSO: o período de ajustamento neoliberal no Brasil, 1990-2000* (Mandacarú/Hucitec, 2009). Email: eduardo.pinto@ipea.gov.br

José Carlos dos Santos

Bacharel em Ciências Sociais com formação pela FFLCH/USP e pela FACSOC da PUC/SP. Licenciado em Ciências Sociais pela PUC/SP. Pós-graduado em Políticas Públicas e Desenvolvimento pelo Ipea. Também no Ipea, atuou como consultor e foi bolsista do PNPD, Programa Nacional de Pesquisa para o Desenvolvimento para o projeto Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro. É Assessor da Presidência do Ipea, na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (DIEST), onde exerce as funções de Diretor Substituto. Email: jose.carlos@ipea.gov.br

José Celso Pereira Cardoso Jr.

Economista pela FEA/USP, com mestrado em Teoria Econômica pelo IE/Unicamp. Desde 1996 é Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA, tendo atuado na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais até 2008. Desde então, foi chefe da Assessoria Técnica da Presidência do Instituto, coordenou o projeto Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro e atualmente é o Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (DIEST). Email: josecelso.cardoso@ipea.gov.br

Joana Luiza Oliveira Alencar

Graduada em Ciência Política (Unb) e mestranda em Administração Pública (Unb). Desde 2010 é Técnica de Planejamento e Pesquisa do IPEA, com atuação na Diretoria de Estudos e Políticas Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (DIEST). Email: joana.alencar@ipea.gov.br

Ladislau Dowbor

Formado em Economia Política pela Universidade de Lausanne, Suiça; Doutor em Ciências Econômicas pela Escola Central de Planejamento e Estatística de

Varsóvia, Polônia (1976). Atualmente é professor titular no departamento de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, nas áreas de economia e administração. Continua com o trabalho de consultoria para diversas agências das Nações Unidas, governos e municípios, bem como do Senac. Atua como Conselheiro na Fundação Abrinq, Instituto Polis e outras instituições. Ultimamente tem trabalhado no desenvolvimento de sistemas descentralizados de gestão, particularmente no quadro de administrações municipais, envolvendo sistemas de informação gerencial, políticas municipais de emprego, políticas integradas para criança de risco e gestão ambiental. Textos técnicos disponíveis na *home-page* http://dowbor.org

Ronaldo Coutinho Garcia

Bacharel em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pós-graduado em Sociologia e em Economia do Setor Público pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É, ainda, técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) desde 1978. Também ocupou, desde 2003, o cargo de assessor especial da Casa Civil da Presidência da República e de subsecretário de Políticas de Desenvolvimento da Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República. Em 2008, assumiu a Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), atualmente denominada Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva (Saip). Email: ronaldo.garcia@mds.gov.br

Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (SEDES)

A SEDES é a Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, órgão de assessoramento do Presidente da República, responsável pela coordenação técnica do processo de debate e de formulação de análises e propostas e pelo apoio organizativo do CDES. A SEDES é composta pelo Secretário e Secretário Adjunto, pela Diretoria de Gestão do CDES, pela Diretoria de Tecnologia do Diálogo Social, pela Diretoria de Políticas de Desenvolvimento e pela Diretoria Internacional. Http://www.cdes.gov.br. Fale conosco: cdes@planalto.gov.br.

ANEXOS

ANEXO I

AGENDA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO – AND

Agenda Nacional de Desenvolvimento – AND

3ª edição

Brasília, março de 2010

AGENDA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

"Agenda: 1. Caderneta, caderno ou registro, em geral com a data dia a dia, destinado a anotações de compromissos, de encontros, de despesas, etc., e que geralmente traz também outras informações práticas ou apontamentos pessoais. 2. Os compromissos de alguém, anotados ou não em agenda. 3. Lista sumária, ou conjunto de questões ou assuntos a serem tratados (p. ex., em uma reunião deliberativa), ou de tarefas ou ações a serem realizadas (em um plano ou empreendimento)".

Dicionário Aurélio – Século XXI

Quando o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES, estimulado pelo Presidente da República que acredita no diálogo social, aceitou o desafio de elaborar uma Agenda Nacional de Desenvolvimento, muitos se perguntaram do que se trataria. Afinal, como mostra o Mestre Aurélio, pode ser desde uma caderneta destinada a anotações até ações a serem realizadas, em um plano ou empreendimento. Esses são os entendimentos mais disseminados.

Mas uma agenda pode ser mais do que isso. O conteúdo do aqui apresentado se aproxima de um traçar de roteiro, um delineamento de caminho a ser trilhado para construir um País melhor. Melhor do que é hoje para a maioria dos brasileiros, melhor para todos, melhor, inclusive, para as novas gerações. Não é um plano de governo, um projeto de desenvolvimento nem o que se convencionou ser um projeto nacional podendo, todavia, vir a ser tudo isso, se assim desejar a sociedade.

O conceito de agenda adotado nessa proposta é o seguinte:

Conjunto de diretrizes estratégicas orientadoras das ações de todos os atores sociais empenhados em combater as situações que nos impedem de sermos o país que gostaríamos. A Agenda aponta a direção desejada, indica o que deve ser superado, estabelece os valores que selecionam e dão consistência às escolhas a serem feitas ao longo do percurso, para que os objetivos sejam alcançados. A Agenda assinala o rumo a ser seguido, estabelecendo os compromissos a serem assumidos por todos os que se dispuserem a caminhar juntos em busca do destino comum, participativa e democraticamente definido. Por isso, é dinâmica, se ajusta aos tempos, tem compromissos cumpridos e incorpora novos. É uma proposta para empreender a construção coletiva de um novo País.

A Agenda Nacional de Desenvolvimento que trazemos à discussão pública tem uma peculiar característica. É o resultado de um processo de produção baseado no diálogo entre atores sociais muito distintos que integram o CDES: lideranças sindicais, empresariais, sociais e religiosas; personalidades do mundo das Ciências, do Direito, das Artes, dos Esportes; intelectuais e ativistas da cidadania.

Sem pretender ser um perfeito representante da sociedade brasileira, o CDES é, no entanto, um mosaico bastante fidedigno da nossa diversidade social, étnica, econômica, regional.

Os Conselheiros e Conselheiras assumiram essa empreitada com a firme disposição de contribuir para que o povo brasileiro tome em suas próprias mãos o desenho básico do país que quer construir e o construa. Um país de todos e não um país marcado pela exclusão socioeconômica e político-cultural, por falta de coesão e solidariedade sociais, por desigualdades extremas, por insustentabilidades diversas, pela ausência de dinamismo econômico e científico-tecnológico, por dependências externas de vulto.

Os Conselheiros e Conselheiras estão convencidos de que a Agenda Nacional de Desenvolvimento tornar-se-á um projeto viável se submetida a uma ampla e pública discussão sobre as alternativas políticas para a superação dos entraves estruturais ao desenvolvimento nacional. Entendendo este como o rompimento das amarras e barragens historicamente construídas para impedir que a totalidade do povo brasileiro chegue à condição de plena cidadania. É essa discussão sobre as alternativas políticas que permitirá fazer a mediação entre os objetivos estratégicos aqui apresentados e a atual realidade brasileira. Pois, com efeito, não é por falta de vontade que o nosso País permanece entre os de maior desigualdade social do mundo, mas por falta de um consenso político básico quanto à identificação dos processos geradores de desigualdade e de falta de dinamismo e quanto às medidas de ordem social, econômica, política e cultural para a sua superação.

Por isso, desde julho de 2004 estivemos a discutir uma **visão de futuro** para o Brasil, os **valores** sob os quais buscaríamos lá chegar, os **problemas** que teríamos de enfrentar, os **objetivos a alcançar**, as **diretrizes estratégicas** que deveriam nos nortear. Estes são os ingredientes dessa Agenda.

A ELABORAÇÃO DA AGENDA

A proposta que segue é um produto da democracia participativa, da interação entre atores sociais e o Governo. Os integrantes do CDES têm a firme convicção de que esta Agenda é um dos mais preciosos produtos que poderia elaborar e entregar à sociedade. Sabem, todavia, que não é um produto acabado e nem desejavam que o fosse. É uma proposta incompleta, a ser aperfeiçoada pelos demais atores sociais para que possa ser de todos. Somente assim se transformará em um instrumento de luta por um outro Brasil, um roteiro a guiar a construção coletiva de um novo País, no qual caibam todos os brasileiros feitos cidadãos.

Esta proposta de Agenda está dividida em duas partes. Na primeira é apresentado o processo do qual resultou, a visão de futuro do

País construída pelos conselheiros e os valores que deverão selecionar as propostas de ações e projetos necessários a realizá-lo. A segunda está dedicada às diretrizes estratégicas, por âmbito problemático, que, no entender dos Conselheiros e Conselheiras, possibilitariam transitar para algo que se aproxime do País desejado, ou seja, os objetivos a alcançar. Conterá, em alguns casos, uma indicação dos passos iniciais/prioridades emergenciais desse caminhar rumo a uma outra história.

O CDES instituiu, em julho de 2003, o grupo temático "Fundamentos Estratégicos para o Desenvolvimento", integrado por quase 50 membros. Em maio de 2004, a SEDES[1] e o Núcleo de Assuntos Estratégicos da SECOM/PR[2] realizaram uma pesquisa com todos os Conselheiros e Conselheiras, objetivando identificar os principais problemas nacionais, as nossas potencialidades e uma visão de futuro do País. Posteriormente, o grupo temático realizou um debate com o intuito de definir os valores que deveriam orientar a ação de todos, governo e sociedade, na construção do Brasil que queremos. O passo seguinte consistiu em agrupar os problemas indicados em seis grandes "âmbitos problemáticos", para os quais seriam concebidas "diretrizes estratégicas", mediante a constituição de grupos de trabalho para cada um deles. Estudos, debates, seminários, consultas a especialistas foram realizados e de tudo resultou em uma versão bastante pormenorizada. Os integrantes do referido GT acharam por bem proceder a uma síntese, facilitadora da discussão. Esta foi apresentada ao pleno do CDES na reunião de maio de 2005.

Durante o mês de junho de 2005 aconteceu o processo de discussão da proposta de Agenda. Foram organizados oito grupos, segundo o grau de afinidade e a convergência de interesses, envolvendo a totalidade dos Conselheiros(as). Cada grupo de discussão contou com um relator/sistematizador. Ao término das discussões em grupo, os oito relatores/sistematizadores, durante o mês de julho, negociaram a versão aqui apresentada.

A visão de futuro ou o Brasil que queremos:

"Um País democrático e coeso, no qual a iniquidade foi superada, todas as brasileiras e todos os brasileiros têm plena capacidade de exercer sua cidadania, a paz social e a segurança pública foram alcançadas, o desenvolvimento sustentado e sustentável encontrou o seu curso, a diversidade, em particular a cultural, é valorizada. Uma nação respeitada e que se insere soberanamente no cenário internacional, comprometida com a paz mundial e a união entre os povos".

1. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República.
2. Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica da Presidência da República.

Valores orientadores da construção do Brasil que queremos:

Democracia – Liberdade – Equidade
Identidade nacional – Sustentabilidade
Respeito à diversidade sociocultural – Soberania

Âmbitos problemáticos:

I. Extrema desigualdade social, inclusive de gênero e raça, com crescente concentração de renda e riqueza, parcela significativa da população vivendo na pobreza ou miséria, diminuição da mobilidade social;

II. Dinâmica da economia insuficiente para promover a incorporação do mercado interno potencial, suportar concorrência internacional e desenvolver novos produtos e mercados;

III. Infra-estrutura logística degradada, não-competitiva, promotora de desigualdades inter-regionais, intersetoriais e sociais;

IV. Inexistência de eficaz sistema nacional público/privado de financiamento do investimento, estrutura tributária irracional, regressiva e penalizadora da produção e do trabalho;

V. Insegurança pública e cidadã, justiça pouco democrática, aparato estatal com baixa capacidade regulatória/fiscalizadora;

VI. Baixa capacidade operativa do Estado, dificuldade para gerir contenciosos federativos, desequilíbrios regionais profundos, insustentabilidade da gestão de recursos naturais.

Os âmbitos problemáticos constituíram um recurso metodológico. Resultaram da agregação de problemas de natureza setorial e visam tornar mais operacionais as discussões a respeito dos desafios que teremos de encarar para construirmos o Brasil que concretize a nossa ideia de futuro. Buscou-se evitar a segmentação como um modo de provocar um esforço global e sistêmico de se pensar as diretrizes. A leitura articulada dos mesmos mostrará que estão intimamente relacionados, constituindo, em seu conjunto, um retrato razoável da situação vigente no País. A rigor, temos uma única macro-realidade problemática que apresenta inúmeros e complexos desafios para que seja superada.

De um ponto de vista pedagógico e comunicacional, o mais interessante foi transformar os âmbitos problemáticos em objetivos a alcançar. Isto foi feito mediante um outro recurso metodológico, que consiste em retirar a negatividade ou a carga negativa dos âmbitos problemáticos, revelando uma situação caso não existissem. Assim, teríamos:

• Âmbitos problemáticos:

I. Extrema desigualdade social, inclusive de gênero e raça, com crescente concentração de renda e riqueza, parcela significativa da população vivendo na pobreza ou miséria, diminuição da mobilidade social;

II. Dinâmica da economia insuficiente para promover a incorporação do mercado interno potencial, suportar concorrência internacional e desenvolver novos produtos e mercados;

III. Infraestrutura logística degradada, não-competitiva, promotora de desigualdades inter-regionais, intersetoriais e sociais;

IV. Inexistência de eficaz sistema nacional público/privado de financiamento do investimento, estrutura tributária irracional, regressiva e penalizadora da produção e do trabalho;

V. Insegurança pública e cidadã, justiça pouco democrática, aparato estatal com baixa capacidade regulatória/fiscalizadora;

VI. Baixa capacidade operativa do Estado, dificuldade para gerir contenciosos federativos, desequilíbrios regionais profundos, insustentabilidade da gestão de recursos naturais.

• Objetivos a alcançar:

I. Fazer a sociedade brasileira mais igualitária, sem disparidades de gênero e raça, com a renda e a riqueza bem distribuídas e vigorosa mobilidade social ascendente;

II. Tornar a economia brasileira apta a incorporar todo o mercado interno potencial, com forte dinamismo e capacidade inovadora, desenvolvendo novos produtos e mercados e com participação relevante na economia internacional;

III. Ter uma infraestrutura logística eficiente e competitiva, integradora do território, da economia e da sociedade nacionais;

IV. Construir um sistema de financiamento do investimento eficiente e eficaz, uma estrutura tributária simplificada e racional, com tributos de qualidade, progressiva e estimuladora da produção e do emprego;

V. Instaurar a segurança pública e a paz social, um sistema judicial transparente, ágil e democrático, e um conflitos, com equilíbrio entre regiões e capacidades de manejar recursos naturais de forma sustentável. Estado que regule e fiscalize a contento;

VI. Desenvolver um aparato estatal que opere eficiente e eficazmente, um pacto federativo competente para lidar com

SUPOSTOS, REQUISITOS E TRANSIÇÃO

Os Conselheiros e Conselheiras do CDES estão conscientes de que a Agenda Nacional de Desenvolvimento – AND, não é exaustiva, comportando aperfeiçoamentos, e que demandará certo tempo para ser plenamente executada. Entendem o desenvolvimento nacional como um complexo processo de mudança estrutural que se dá em múltiplas dimensões. Não obstante, a Agenda só será efetiva se sua implementação começar imediatamente. Vale dizer, se forem empreendidas desde já todas as ações que se apresentem viáveis e conduzam, de forma consistente, aos objetivos consensualmente estabelecidos. Esta orientação deve presidir as ações do Governo e todos os interessados em um desenvolvimento como o aqui defendido.

Algumas das diretrizes da AND exigem que sejam criadas as condições para ser executadas, outras transcendem a atuação isolada do Governo e demandam comprometimento dos atores sociais pertinentes. Como afirma Celso Furtado, inequivocamente, o desenvolvimento é, antes de tudo, um ato de vontade coletiva, do desejo do governo e de todas as forças sociais empenhadas em construir um outro País.

A Agenda Nacional de Desenvolvimento tem como supostos que a construção de uma sociedade democrática e próspera requer uma institucionalidade geradora de mais igualdade social e de mais democracia. Uma democracia estável, por sua vez, reclama uma justiça alicerçada em uma legislação verdadeiramente democrática. O pleno e íntegro desenvolvimento físico e espiritual de todos os brasileiros é condição fundamental para a construção de uma sociedade cidadã. A sustentabilidade ambiental e a proteção da biodiversidade são, também, pressupostos do projeto de desenvolvimento nacional e deverão presidir todas as ações e iniciativas governamentais, empresariais e da sociedade civil organizada.

Os Conselheiros e Conselheiras do CDES avaliam que o povo brasileiro exige implacável combate à corrupção, impondo que os poderes públicos concebam e implementem os mais eficazes mecanismos para redução dos espaços para tais práticas, para a ampliação da transparência de suas ações, e para a punição exemplar e rigorosa dos delitos comprovados. Erradicar a informalidade é crucial para a realização de muitas das diretrizes abaixo discriminadas. Da mesma forma o é a busca permanente por maior eficiência nos gastos públicos e de maior racionalidade nas operações administrativas, mediante a simplificação da legislação e da desburocratização dos trâmites.

A implementação da AND demanda alguns requisitos: capacidade de ação coordenada e integrada dos governos; operação, em sintonia fina, dos Poderes da República; estratégica coordenação estatal-privada; uma política macroeconômica (monetária, cambial, fiscal – tributária) concebida e executada de forma consistente com os objetivos da Agenda.

A seguir serão apresentadas as principais diretrizes propostas para enfrentar o quadro problemático e alcançar os objetivos colocados. A expectativa é vê-las aperfeiçoadas, complementadas e apropriadas por um conjunto maior de atores sociais desejosos de construir um Brasil verdadeiramente de todos.

Diretrizes estratégicas para alcançar os objetivos:

I. Fazer a sociedade brasileira mais igualitária, sem disparidades de gênero e raça, com a renda e a riqueza bem distribuídas e vigorosa mobilidade social ascendente.

1. Adotar a **equidade** como **o critério** a presidir toda e qualquer decisão dos poderes públicos. Incentivar a adoção do critério pela iniciativa privada. Estabelecer a obrigatoriedade de avaliação prévia de toda e qualquer ação governamental (envolvendo ou não recursos orçamentário-financeiros) quanto ao cumprimento do critério equidade[3].

2. Ampliar substancialmente a escolaridade média da população brasileira, com ênfase na universalização do acesso e conclusão da educação básica (do infantil ao médio) abrindo possibilidades para a profissionalizante, mediante o estabelecimento de metas anuais progressivas de qualidade do ensino, submetidas a rigoroso processo de avaliação e amplo controle da sociedade e a implementação de ações que incidam sobre: 1) a valorização do magistério (formação e remuneração); 2) a transformação da escola em espaço físico atrativo (infra-estrutura, equipamentos); 3) a promoção da inclusão digital, e 4) a equalização das condições de permanência e rendimento escolar de alunos socialmente desfavorecidos. Democratizar o acesso à universidade brasileira, inclusive mediante a interiorização do ensino superior, e fortalecê-la para o desempenho das missões de formação de pessoal, tecnicamente qualificado e comprometido com a melhoria da qualidade da educação básica e das condições de vida da população, bem como de produção do conhecimento e da tecnologia necessários ao desenvolvimento do País.

3. O pleno emprego[4] passa a ser um objetivo permanente dos governos e da sociedade brasileira, contribuindo para reduzir rapidamente as diferenças salariais entre homens e mulheres e entre brancos e negros; alcançar um salário-mínimo compatível com o estabelecido pela Constituição

3 A metodologia para realizar tal avaliação será definida conjuntamente pelo Ipea, IBGE e DIEESE, e aprovada pelo CDES. Ademais, esses órgãos comporão um Observatório Social da Equidade, responsável por um boletim trimestral e um relatório anual sobre a evolução da equidade no País.

4 Trata-se da plena mobilização das capacidades produtivas em termos de terra, trabalho e capital.

Federal e induzir a formalização dos contratos de trabalho assalariado (rurais e urbanos). Cooperam para o objetivo: instituir programas e metas para a rápida redução do desemprego; diminuir a carga tributária sobre as micro e pequenas empresas e a contribuição previdenciária dos autônomos (assegurada a sustentabilidade dinâmica do sistema); estabelecer separação entre a receita global e as despesas referentes a cada um dos três componentes da seguridade social e implementar plano de longo prazo para a viabilização financeiro-atuarial do sistema previdenciário, ajustando a idade mínima para a aposentadoria à evolução demográfica, sempre e quando necessário.

4. Identificar as áreas com maior proporção de miséria/pobreza, mediante um indicador socialmente legitimado[5]. Articular os três níveis de Governo para elaborar a programação integrada das ações necessárias e suficientes para trazer, nessas áreas, as condições de vida, a distribuição da renda e da riqueza, o acesso aos serviços, para o patamar da cidadania[6]. Identificar os potencias produtivos e as oportunidades de investimento nessas áreas e promover - mediante a dotação de meios de transportes, sistemas de comunicações e demais serviços de apoio à produção, incentivos apropriados, capacitação e assistência técnica - a dinamização da economia local, suportada em acordo social-público-privado[7]. Esse esforço atenderá a 10% da população mais vulnerável em cada ano, de modo que em 10 anos a miséria e a pobreza extrema terão sido eliminadas. Acelerar a regularização das terras urbanas e o acesso democrático aos espaços urbanizados em todas as cidades com população superior a 100.000 habitantes. Assegurar, em curto prazo, cobertura universal pelo Programa Saúde da Família, concedendo prioridade à disseminação e acesso aos métodos de planejamento familiar.

5. Executar a Reforma Agrária necessária a beneficiar todas as famílias sem terra e com pouca terra, em prazo máximo de cinco anos, como requisito para promover o verdadeiro e democrático desenvolvimento rural sustentável, com apoio especial e integrado à agricultura familiar.

---

5. Será constituída comissão de especialistas com a finalidade de formular a compatibilização/harmonização dos principais indicadores sociais utilizados no país e submetê-la a aprovação do CDES.

6. Assentamento de todas as famílias sem terra, em condições adequadas de moradia e produção, eliminação do déficit habitacional e de saneamento, todas as crianças e jovens em escolas de qualidade, todas as habitações com energia elétrica, toda a população com atendimento assegurado no sistema público de saúde, com acesso à informação e aos meios de transporte público de passageiros, a justiça, à segurança pública etc.

7. Envolvendo a sociedade local organizada, os poderes públicos e a iniciativa privada e estabelecendo as atribuições e compromissos de cada uma das partes.

II. Tornar a economia brasileira apta a incorporar todo o mercado interno potencial, com forte dinamismo e capacidade inovadora, competente no desenvolvimento de novos produtos e mercados.

1. O Governo e representantes de todos os setores empresariais elaborarão proposta de **acordo para o investimento e inovação sistêmicos**, base para o aumento global da produção, do emprego, da produtividade, da qualidade e da competitividade do conjunto da economia brasileira. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), apresentará proposta de política integrada para a expansão acelerada dos setores de bens de consumo semiduráveis e não duráveis, como parte da estratégia de sustentação das diretrizes para o **Objetivo I,** e para a integração e fortalecimento das cadeias produtivas do País.

2. Será um objetivo a ser estimulado e perseguido, pelas forças ativas da economia brasileira, a constituição de acordos para a partilha dos ganhos de produtividade, com vistas a assegurar: a) a transferência para os preços; b) o aumento real de salários, c) a sustentação do investimento, como condição para a diminuição das desigualdades sociais, a incorporação acelerada do mercado interno potencial, o crescimento das exportações e a estabilidade monetária.

3. Os órgãos governamentais competentes, as universidades, as instituições públicas e privadas de pesquisa e desenvolvimento conceberão um programa de parceria Universidades - Instituições de Ciência e Tecnologia – Empresas, com vistas ao rápido crescimento da difusão de inovações e a resolução de problemas tecnológicos enfrentados pela economia brasileira. De igual maneira, e mobilizando contribuições de todos os outros segmentos interessados, organizarão um grande esforço de revelação da nossa base de recursos e das necessidades de aplicação da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento sustentado de regiões, de novos produtos e novos mercados, inclusive mediante a criação de pertinentes competências em pesquisa e desenvolvimento - P&D - em todas as regiões do País. O Governo Federal mobilizará e articulará o setor público (federal, estadual e municipal) e o setor privado para viabilizar a rápida elevação dos recursos aplicados em ciência e tecnologia - C&T - ao correspondente a 2,0% do PIB. Os recursos dos Fundos Setoriais de C&T serão programados e integralmente executados em coerência com os objetivos dessa Agenda.

III. Ter uma infraestrutura logística eficiente e competitiva, integradora do território, da economia e da sociedade nacionais.

1. Definir uma política nacional integrada de transportes assente na multimodalidade, na integração regional/nacional/sul-americana, na ex-

ploração de vantagens/dotações regionais, objetivando a melhoria das condições de vida da população, a redução de desigualdades sociais e regionais e o aumento da competitividade sistêmica da economia brasileira. Conferir prioridade à criação de corredores hidroviários e ferroviários que possibilitem a incorporação de regiões com elevado potencial produtivo, bem como à navegação de cabotagem. A política objetivará estancar a progressiva redução da malha ferroviária, mediante a cobrança do cumprimento dos contratos, alteração do marco regulatório e promoção de incentivos apropriados. Serão instituídas normas que tornem mais previsíveis o funcionamento dos sistemas integrados e concedidos incentivos à constituição de operadores multimodais. O marco regulatório de todo o sistema nacional de transportes, e dos demais setores infra-estruturais, será redefinido, com vistas a torná-lo mais racional, crível e duradouro, e será estabelecido eficaz e eficiente modelo de financiamento dos investimentos em infra-estrutura logística, mediante a criação de fontes regulares e adequadas de recursos, adotando-se uma estratégia de contenção de acesso aos financiamentos externos, devido ao fato de esses setores formarem preços transversais à economia.

2. Acelerar a recuperação, em caráter emergencial, da malha rodoviária federal, mediante a aplicação integral dos recursos do Centro de Informações da Cidade do Rio de Janeiro - CIDE. Articular os governos estaduais para que façam o mesmo nos segmentos sob a sua responsabilidade, inclusive com o apoio financeiro do Governo Federal, em trechos logisticamente imprescindíveis para os grandes fluxos nacionais.

3. Privilegiar as fontes renováveis no planejamento energético nacional. Na oferta suficiente de energia, novas alternativas e fontes serão desenvolvidas a partir de vantagens naturais (hidroeletricidade, biomassa, solar, eólica, gás natural), valorizando as dotações regionais, reduzindo custos de transporte/transmissão e a dependência externa. Atentar para as exigências de pesquisa científica e tecnológica e para as oportunidades para a indústria doméstica e o comércio exterior (novos produtos energéticos, equipamentos e técnicas para a produção).

IV. Construir um sistema de financiamento do investimento eficiente e eficaz, uma estrutura tributária simplificada e racional, com tributos de qualidade, progressiva e estimuladora da produção e do emprego.

1. Constituir comissão integrada por representantes do Governo Federal, dos setores empresariais e laborais e presidida por conselheiro do CDES, para preparar, em 180 dias, proposta de sistema público-privado de financiamento do investimento e de dinamização do mercado de capitais.

2. Ampliar a composição do Conselho Monetário Nacional para no máximo nove integrantes, passando a incluir membros da sociedade, assegurada maioria aos representantes do Governo. Criar, junto ao Gabinete do Presidente da República, um conselho de assessores econômicos, integrado por renomados especialistas, com a função de auxiliar na formulação e avaliação da execução da política econômica. Sintonizar a política macroeconômica (monetária, cambial, tributário-fiscal), com os objetivos maiores do governo e os estabelecidos nessa Agenda Nacional de Desenvolvimento, mediante: 1) a redução progressiva dos depósitos compulsórios; 2) a conclusão do processo de desindexação da economia (abrir negociações para eliminar cláusulas de indexação automática dos contratos de concessão de serviços públicos) e 3) a aceleração dos estudos para definir um novo padrão de indicadores de preços, com vistas a implantar a metodologia de "núcleo de inflação". Conceber e implementar os mecanismos legais que possibilitem a repatriação de capitais de brasileiros transferidos para o exterior.

3. Promover reforma do Sistema Tributário Nacional orientada pelas seguintes diretrizes:

   3.1. Recuperar os princípios tributários fundamentais de progressividade, de capacidade contributiva, de justa partilha federativa de recursos e encargos;

   3.2. Conceber estrutura fundada em tributos de qualidade, incidentes sobre o patrimônio (riqueza), a renda e o consumo (valor agregado), zelando pela simplificação;

   3.3. Redirecionar as receitas federais provenientes de contribuições para impostos, com a consequente redistribuição de encargos entre os entes federados;

   3.4. Erradicar a possibilidade de guerra fiscal entre os entes federados, mediante a unificação das legislações estaduais;

   3.5. Ampliar a base de contribuições, aperfeiçoar o combate à sonegação e à evasão;

   3.6. Elevar a eficiência e a competitividade econômica, estimulando a produção e o investimento produtivo e desonerando as exportações;

   3.7. Desonerar a folha de salários, transferindo os encargos previdenciários e trabalhistas para o faturamento e para outras bases de incidência; desonerar a cesta alimentar básica de tributos e contribuições e reduzir sensivelmente a carga tributária total sobre os Bens-Salário (todos os itens

especificados pela Constituição Federal como necessários à plena e ampliada reprodução da força de trabalho);

3.8. Regulamentar o imposto sobre grandes fortunas, valorizar o imposto sobre heranças, de forma que não desestimule a poupança e o investimento; unificar nacionalmente a regulamentação sobre Contribuição de Melhoria;

3.9. Estabelecer metas para a redução progressiva da carga tributária bruta sobre os setores formais da economia, redefinindo a sua composição;

3.10. Implantar as mudanças de forma progressiva, facilitando as necessárias adaptações.

V. A segurança pública e a paz social estão instauradas, a justiça é democrática, o Estado regula e fiscaliza a contento.

1. Mobilizar todas as instituições nacionais, públicas, privadas, da sociedade civil, em particular os meios de comunicação de massa e os setores culturais, para uma campanha permanente em prol de uma cultura de paz, da desbanalização da violência e da morte, de denúncia sistemática dos preconceitos, bem como para a difusão dos valores básicos referentes à vida, à liberdade, à solidariedade, ao respeito pelo outro. Generalizar os programas de Educação para a Cidadania e para a Segurança Cidadã a toda a rede de ensino (pública e privada), em todos os seus níveis, envolvendo, ademais, professores, funcionários, pais e a comunidade vizinha das escolas.
2. Promover a ação integrada, dos três níveis de governo, nas áreas urbanas/metropolitanas com elevada vulnerabilidade social, visando dotá-las de condições dignas de cidadania, ampliando acesso a todos os direitos sociais básicos e fortalecendo a unidade familiar básica. Articular e comprometer os setores públicos e privados para a destinação prioritária de postos de trabalho para os moradores dessas localidades.
3. Acelerar a implantação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), nos termos em que foi concebido – integração das polícias dos três níveis de governo e da sociedade civil –, com vistas a aplicar o conceito de Segurança Cidadã. Integrar nacionalmente a investigação e a repressão às diversas modalidades de crime organizado e à corrupção.
4. Implantar, de forma acelerada, a Reforma do Sistema Judiciário. Ampliar o acesso a Justiça, mediante o fortalecimento da Defensoria Pública, a expansão dos Juizados Especiais, das equipes de Justiça Volante e de Justiça Itinerante, da Justiça Conciliatória e da isenção das custas judiciais. Padronizar as normas de procedimento, modernizar as práticas e qualificar

os quadros administrativos. Atualizar os Códigos Processuais, fazendo-os compatíveis com a complexidade e as exigências da sociedade contemporânea, inclusive no que se refere à rapidez e à simplificação dos trâmites e aos valores ético-morais construtores da equidade, da solidariedade e da justiça social. Simplificar o sistema recursal. Humanizar e descentralizar os estabelecimentos penais e aumentar a eficácia de ressocialização recuperativa do sistema prisional. Expandir a aplicação de penas alternativas.

5. Dotar as agências reguladoras e os órgãos de fiscalização do poder público de todos os entes federados do necessário pessoal especializado, qualificando-o ao nível da excelência; assegurar as condições materiais suficientes ao exercício das atribuições; eliminar as superposições de atribuições entre as agências; implantar, em todas as agencias e órgãos, corregedorias ágeis e eficazes. Promover a revisão e a adequação dos instrumentos da política regulatória e fiscalizadora, oferecendo bases normativas para a atuação eficaz e eficiente. Instituir, no âmbito do governo federal, política de assistência técnica aos estados e municípios, com o objetivo de espraiar nacionalmente as competências regulatórias e fiscalizadoras.

VI. O aparato estatal opera eficiente e eficazmente, o pacto federativo funciona sem conflitos, há equilíbrio entre regiões, os recursos naturais são manejados de forma sustentável.

1. Formular um projeto de Estado/Administração Pública coerente com os principais objetivos estabelecidos nesta Agenda Nacional de Desenvolvimento. Conceber as estruturas organizacionais pertinentes, destacando um núcleo de coordenação geral em cada nível de governo, e os instrumentos de ação política adequados ao funcionamento do Estado como ente protagônico do desenvolvimento. Aperfeiçoar e consolidar as instâncias e os mecanismos que ampliem a democracia e a participação da sociedade no processo decisório, no planejamento e na avaliação das ações governamentais. Estabelecer uma burocracia pública profissionalizada, ética, comprometida com o povo, capaz de trabalhar com "modelos" de alta complexidade, de lidar com a incerteza própria do mundo atual, de se relacionar de forma aberta e democrática com os atores sociais; estimular a capacidade de gestão orientada para resultados, com avaliação sistemática e sob o controle participativo da sociedade.

2. Aprimorar, em regime acelerado, o sistema de planejamento e gestão do Governo Federal, mediante a incorporação das mais avançadas técnicas de programação, orçamentação e avaliação gerencial. Adotar, em toda a administração pública brasileira, da técnica da contabilidade de custos, essencial para aumentar a eficiência e a transparência dos gastos. Aumentar

a eficiência da gestão do patrimônio imobiliário da União (inclusive o do INSS e das empresas estatais) e da gestão da Dívida Ativa da União, inclusive mediante a sua securitização. Atuar diligentemente para impedir o surgimento de passivos onerosos ao setor público.

3. Implementar os sistemas nacionais de prestação de serviços públicos e de proteção social e ambiental previstos ou sugeridos na Constituição Federal, mediante: a capacitação dos atores dos diferentes níveis de governo; o estabelecimento de mecanismos de interlocução entre eles; a afirmação concreta do princípio da co-responsabilidade na gestão; a implantação dos instrumentos de coordenação e integração das ações intra e intergovernamentais, em particular os requeridos para operar políticas executadas de forma descentralizada.

4. Proceder à reprogramação do PPA 2004-2007, com vistas a fazê-lo instrumento efetivo das diretrizes estratégicas contidas nessa Agenda, explicitando as metas de redução das desigualdades regionais. Implantar sistema de avaliação dos impactos regionais dos gastos públicos, adotando medidas que estimulem o fluxo de recursos públicos e privados para as regiões menos desenvolvidas e que fomente os setores mais competitivos. Desenvolver mecanismos de cooperação técnica entre a União, os Estados e os Municípios para o aprimoramento dos sistemas de planejamento, de gestão, avaliação e informações gerenciais, com vistas ao fortalecimento da administração pública nacional.

5. O executivo federal tomará a iniciativa de convidar os outros poderes e níveis de governo para, juntos, dar início ao processo nacional de repactuação federativa, buscando um arranjo solidário, equitativo, responsável e integrador, que contemple todas as dimensões de uma federação democrática e, portanto, com maior autonomia dos entes federados, eficaz no atendimento às demandas sociais, na promoção do desenvolvimento e comprometida com o equilíbrio das contas públicas.

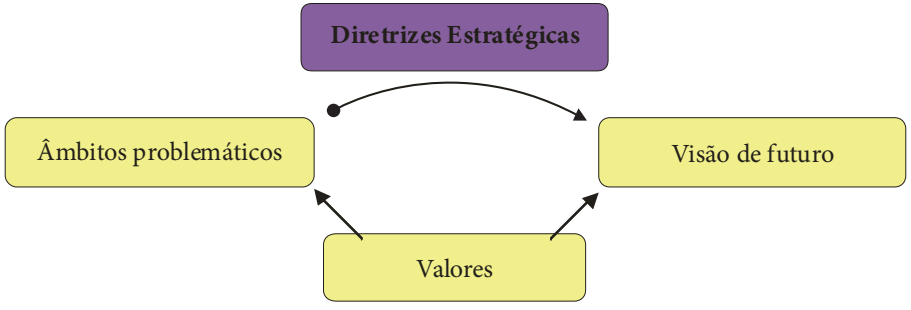
6. Dotar o aparato público nacional de efetiva capacidade de fiscalizar o manejo, a conservação e a preservação dos recursos naturais e da qualidade ambiental. Mobilizar toda a capacidade de desenvolvimento cientifico e tecnológico nacional com vistas à produção de conhecimentos, concepções, métodos e tecnologias que possibilitem o manejo sustentado e a preservação dos nossos recursos naturais.

7. Os Poderes da República concederão prioridade à elaboração e aprovação da Reforma Política, objetivando a instaurar a fidelidade partidária, a cláusula de barreira, o financiamento público de campanhas eleitorais, a demo-

crática representatividade eleitoral dos cidadãos brasileiros residentes em quaisquer unidades federadas. Será realizado o recadastramento eleitoral e adotado o título eleitoral com identificação segura do titular.

8. Valorizar e difundir a cultura brasileira, tanto no País como no exterior, estimulando as manifestações culturais locais e étnicas e protegendo aquelas ameaçadas de extinção.

APÊNDICE 1 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA AGENDA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO



A construção da Agenda Nacional de Desenvolvimento se apoiou em um processo de múltiplas contribuições, análises, debate de posições, e momentos de sistematização – em atividades realizadas ao longo de um ano e meio de trabalho no CDES. Os produtos estão disponíveis para consulta no www.cdes.gov.br ou nos arquivos da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – SEDES.

ATIVIDADES REALIZADAS:

Pesquisa Visões da Realidade Brasileira

Brasília, entre abril e junho de 2004

Produto: Visões da Realidade Brasileira - A percepção dos Conselheiros e Conselheiras do CDES a respeito dos problemas mais relevantes do Brasil hoje e das potencialidades que o País detém para o desenvolvimento socioeconômico consolidado.

Reunião GT Fundamentos Estratégicos para o Desenvolvimento: Visão de Futuro e Valores da AND

São Paulo, 08 de julho 2004 (Sede da FECOMÉRCIO)

Expositor: Professor Renato Janine Ribeiro (USP)

Produto:

- **Relatório da reunião:** Valores AND, Visão de Futuro – formulações iniciais.

Reunião GT Fundamentos Estratégicos para o Desenvolvimento: Âmbitos Problemáticos – debate inicial

São Paulo, 23 de setembro de 2004 (SESC/SP)

Convidado: Coronel Oswaldo Oliva Neto - Secretário-Executivo do NAE (Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República); Coordenação do Projeto Br3T.

Debatedores:

- Conselheiro Luis Marinho (Âmbito Problemático I)
- Subsecretário SEDES Ronaldo Garcia (Âmbito Problemático II)
- Conselheiro Antoninho Trevisan (Âmbito Problemático III)
- Conselheiro Daniel Feffer (Âmbito Problemático IV)
- Conselheiro Pedro de Oliveira (Âmbito Problemático V)
- Conselheiro José Castanhar (Âmbito Problemático VI)

Produto:

- ***Relatório da reunião:*** Visão de Futuro; Valores da AND e Âmbitos Problemáticos consensuados. Transcrição das Exposições e Debate dos Âmbitos Problemáticos.

Reunião GT Fundamentos Estratégicos para o Desenvolvimento: Âmbitos Problemáticos – aprofundamento e proposição de soluções estratégicas

São Paulo, 28 de outubro de 2004 (FIESP/SP)

- Início dos trabalhos em Subgrupos por Âmbitos Problemáticos.

4.1. Subgrupo 1 – Âmbitos Problemáticos I e II:

Relator: Conselheiro Clemente Ganz Lúcio

Composição:

a. Conselheiro Alceu Nieckarz
b. Conselheiro Amarílio Proença de Macedo
c. Conselheiro Laerte Costa
d. Conselheiro Manoel Cabral de Castro
e. Conselheiro Waldemar Verdi
f. Conselheiro Fernando Dall'Acqua
g. Conselheiro Francisco Antonio Dória
h. Conselheiro Jefferson José da Conceição
i. Conselheira Martha Lassance
j. Airton Gustavo dos Santos (representante do Conselheiro João Carlos Gonçalves)
k. Osmundo Rebouças (representante do Conselheiro Amarílio de Macedo)
l. Sergio Werlang (representante da Conselheira Milu Villela)

4.2. **Subgrupo 2** - Âmbitos Problemáticos III e IV:
Relator: Conselheiro Antoninho Marmo Trevisan
Composição:

a. Conselheiro Delben Leite
b. Conselheiro Daniel Feffer
c. Conselheiro Horácio Lafer Piva
d. Conselheiro José Carlos Bumlai
e. Conselheiro José Mendo Mizael de Souza
f. Conselheiro Luiz Aimberê Freitas
g. Conselheiro Paulo Vellinho
h. Conselheiro Rodrigo Loures
i. Conselheiro Angelin Curiel
j. Conselheiro José Cezar Castanhar
k. Conselheira Mercedes Cánepa
l. Afonso Celso Álvares (representante do Conselheiro Miguel Jorge)
m. Carlos Aníbal N. da Costa (representante do Conselheiro Delben Leite)
n. Jankiel Santos (representante do Conselheiro Fabio C. Barbosa)
o. Roberto P. do Rio Branco (representante do Conselheiro Rodrigo Loures)
p. Luiz Guilherme Piva (assessor do Conselheiro A. Trevisan)
q. Luiz Nelson Porto Araújo (assessor do Conselheiro A. Trevisan)

4.3. Subgrupo 3 - Âmbitos Problemáticos V e VI:
Relatores: Conselheira Theodelina Amado; Conselheira Glaci Zancan; Dilermando Alan Filho (representante do Conselheiro Pedro Teruel)
Composição:

- Conselheiro Cláudio Soares de Oliveira Ferreira
- Conselheiro José Seráfico de Carvalho
- Conselheira Lucélia Santos
- Conselheiro Luiz Aimberê Freitas
- Conselheiro Omilton Visconde Jr.
- Conselheiro Pedro de Oliveira
- Conselheiro Raymundo Magliano Filho
- Conselheiro Luiz Fernando Emediato
- Conselheiro Raul Velloso
- Eduardo Capobianco (representante do Conselheiro Paulo Skaf)
- Luciana Costa de Sá (representante do Conselheiro Eduardo Eugênio Vieira)
- Telma Vieira (representante do Conselheiro Maurílio Biaggi Filho)

Produto:

- **Relatório da reunião:** Debate e encaminhamentos para proposição de soluções para os Âmbitos Problemáticos.

Reunião GT Fundamentos Estratégicos para o Desenvolvimento: Âmbitos Problemáticos – aprofundamento e proposição de soluções estratégicas

São Paulo, 25 de novembro de 2004 (Trevisan Consultoria)

- Continuação dos trabalhos em Subgrupos por Âmbitos Problemáticos.
- Produto:
- **Relatório da reunião:** Debate e encaminhamentos para proposição de soluções para os Âmbitos Problemáticos.

Trabalho nos Subgrupos: Âmbitos Problemáticos – aprofundamento e proposição de soluções estratégicas

Entre dezembro de 2004 e abril de 2005

6.1. Subgrupo 1:

Seminário Desenvolvimento Econômico e Social e a Superação das Desigualdades

São Paulo, 24 de fevereiro de 2005 (Gabinete Regional da Presidência da República)

Debatedores:

- Miriam Belchior – Subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil
- Márcio Pochmann – Professor do Instituto de Economia da Unicamp
- Júlio Sérgio Gomes de Almeida – Diretor Executivo do IEDI

6.2. Subgrupo 2:

Reuniões; outros contatos para debate, levantamento de contribuições e acordos;
Reunião para consolidação da proposta do subgrupo, dia 28 de fevereiro de 2005 (São Paulo).

6.3. Subgrupo 3:

Seminário sobre Violência

São Paulo, 10 de dezembro de 2004 (BOVESPA)

Debatedores:

- Luiz Paulo Teles Barreto -Secretário Executivo do Ministério da Justiça
- Eduardo Capobianco – Presidente do Instituto São Paulo contra o Crime
- Cláudio Soares de Oliveira Ferreira – Conselheiro do CDES

Convidados:

- Lúcio Kowarick; Roberta Neuhold; Maria Encarnacion Reccio (USP)

- José Roberto Bellintani; Pedro Paulo Talin; Bernadete de Aquino; Carolina Ricardo (Instituto São Paulo contra a Violência)
- Leandro Piquet Carneiro (USP)

Seminário Gestão do Estado
Brasília, 02 de fevereiro de 2005
Debatedores:

- Renato Janine Ribeiro – Professor do Departamento de Filosofia da USP e Diretor de Avaliação da Capes
- Volney Zanardi Júnior - Departamento de Articulação Institucional do Ministério do Meio Ambiente
- Marco Aurélio Nogueira – Professor de Teoria Política da UNESP
- Ariel Pares - Ministério do Planejamento - Secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Seminário Capacidade Operativa do Estado
Brasília, 13 de abril de 2005
Debatedores:

- Nelson Machado – Secretário Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- Fernando Abrucio - Professor da FGV-SP e da PUC-SP

Seminário Segurança Pública e Justiça
Brasília, 18 de abril de 2005
Debatedores:

- Mário Mamede, Secretário Adjunto da Secretaria Especial de Direitos Humanos
- Sérgio Renault, Secretário da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça
- Ivônio Barros Nunes, membro do Conselho Diretor do Inesc
- João Lagoeiro Bárbara, Vice-presidente do Centro Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CIRJ)
- Desembargador Gercino José da Silva Filho, Ouvidor do Instituto Nacional de Reforma Agrária
- Rodrigo Collaço, Presidente da Associação dos Magistrados do Brasil e Conselheiro do CDES

Colaborador: Prof. José Vicente Tavares dos Santos
Produto:

- Relatórios dos subgrupos: Proposição de soluções para os Âmbitos Problemáticos.

Reunião GT Fundamentos Estratégicos para o Desenvolvimento: Relato dos Subgrupos
São Paulo, 24 de fevereiro de 2005 (Trevisan Consultoria – SP)

- Apresentação e Debate dos trabalhos dos Subgrupos por Âmbitos Problemáticos.

Sistematização do pré-projeto da AND
Março de 2005
Proposta de Sistematização: Ronaldo Coutinho Garcia – Subsecretário de Políticas de Desenvolvimento da SEDES
Produtos:

- Pré-projeto da AND – versão para debate do GT Fundamentos Estratégicos para o Desenvolvimento;
- Proposta de Matriz de Avaliação do Impacto das Diretrizes sobre os Âmbitos Problemáticos;
- Fluxograma das Diretrizes – principais inter-relações entre as diretrizes da AND.

Reunião GT Fundamentos Estratégicos para o Desenvolvimento: Âmbitos Problemáticos – debate do pré-projeto da AND
São Paulo, 27 de abril de 2005 (FIESP Consultoria – SP)

- Debate do pré-projeto

Comissão de Sistematização:

- Conselheiro Antoninho Trevisan
- Conselheiro Amarilio Macedo
- Conselheiro Gabriel Ferreira
- Conselheiro Horácio Piva
- Conselheiro Pedro de Oliveira
- Conselheiro Clemente Ganz Lúcio

Produto:

- Pré-projeto da AND.

12ª Reunião do Pleno do CDES
Brasília, 19 de maio de 2005

- Apresentação do Pré-projeto da Agenda Nacional de Desenvolvimento.

Produtos:

- Acordada comissão de sistematização e o processo de debate, negociação e consolidação do documento final;
- Proposta de matriz de avaliação do impacto das diretrizes sobre os âmbitos problemáticos.

Debate do pré-projeto da AND
Reuniões em São Paulo e Brasília

GRUPO 1

Sistematizador: Conselheiro Amarílio Macedo
Reunião: São Paulo, 16 de junho de 2005
Componentes:

- Conselheiro Amarílio Macedo
- Conselheiro Daniel Feffer
- Conselheiro Eduardo Eugênio Vieira
- Conselheiro Fernando Moreira Salles
- Conselheiro Jorge Gerdau
- Conselheiro Luiz Carlos Delbein Leite
- Conselheiro Paulo Roberto Godoy
- Conselheiro Paulo Skaf
- Conselheiro Rinaldo Soares
- Conselheiro Roger Agnelli

GRUPO 2

Sistematizador: Conselheiro Clemente Ganz Lúcio
Reunião: São Paulo, 14 de junho de 2005
Componentes:

- Conselheiro Clemente Ganz Lúcio
- Conselheiro Altemir Tortelli
- Conselheiro Avelino Ganzer
- Conselheiro Antônio Fernandes dos Santos Neto
- Conselheiro João Carlos Gonçalves
- Conselheiro João Felício

- Conselheiro João Resende Lima
- Conselheiro João Vaccari Neto
- Conselheiro Jorge Nazareno
- Conselheiro José Calixto Ramos
- Conselheiro Júlio Barbosa de Aquino
- Conselheira Juçara Maria Dutra Vieira
- Conselheiro Laerte Teixeira da Costa
- Conselheiro Luiz Marinho
- Conselheiro Manoel José dos Santos

GRUPO 3

Sistematizadora: Conselheira Tânia Bacelar Araújo
Reunião: Brasília, 10 de junho de 2005
Componentes:

- Conselheiro Dom Demétrio Valentin
- Conselheiro Gustavo Petta
- Conselheiro Jabes Alencar
- Conselheiro João de Deus R. Duarte
- Conselheira Joênia Batista Carvalho
- Conselheiro José Antônio Moroni
- Conselheiro José Calmon de Passos
- Conselheira Lucélia Santos
- Conselheiro Luiz Aimberê de Freitas
- Conselheiro Manoel Cabral de Castro
- Conselheiro Marcio Lopes de Freitas
- Conselheiro Muniz Sodré
- Conselheira Sônia Fleury
- Conselheira Tânia Bacelar Araújo

GRUPO 4

Sistematizador: Conselheiro Pedro de Oliveira

Reunião: Brasília, 09 de junho de 2005
Componentes:

- Conselheiro Alex Fiúza de Mello
- Conselheiro Cláudio Ferreira
- Conselheiro Dráuzio Varella
- Conselheira Glaci Zancan
- Conselheira Gisela Gorovitz
- Conselheiro Inocêncio Uchoa
- Conselheiro José Januário Amaral
- Conselheiro Paulo Roberto de Freitas
- Conselheiro Pedro Ribeiro de Oliveira
- Conselheiro Rodrigo Collaço
- Conselheiro Sérgio Haddad
- Conselheira Zilda Arns

GRUPO 5

Sistematizador: Conselheiro José Carlos Braga
Reunião: São Paulo, 08 de junho de 2005
Componentes:

- Conselheiro Adilson Ventura
- Conselheiro Frank Svensson
- Conselheiro Honildo Amaral Costa
- Conselheiro João Bosco Borba
- Conselheiro José Carlos Braga
- Conselheiro José Seráfico Carvalho
- Conselheiro Luiz Gonzaga Belluzzo
- Conselheiro Luiz Gonzaga Lessa
- Conselheiro Paulo Roberto Figueiredo
- Conselheiro Oded Grajew
- Conselheira Viviane Senna

GRUPO 6

Sistematizador: Conselheiro Gabriel Ferreira
Reunião: São Paulo, 14 de junho de 2005
Componentes:

- Conselheiro Abílio Diniz
- Conselheiro Fernando Xavier
- Conselheiro Gabriel Ferreira (e assessor Raul Velloso)
- Conselheiro Gustavo Marin Garat
- Conselheiro Joseph Couri
- Conselheiro Maurílio Biagi Filho (e assessora Telma Vieira)
- Conselheiro Miguel Jorge
- Conselheiro Raymundo Magliano
- Conselheiro Rogelio Golfarb

GRUPO 7

Sistematizadores: Conselheiro Antoninho Trevisan / Conselheiro Carlos Jereissati
Reunião: São Paulo, 07 de junho de 2005
Componentes:

- Conselheiro Antoninho Trevisan (e assessor Luiz Guilherme Piva)
- Conselheiro Carlos Jereissati
- Conselheiro José Carlos Bumlai
- Conselheiro Ivo Rosset
- Conselheiro Márcio Cypriano
- Conselheira Milu Villela
- Conselheiro Waldemar Verdi

GRUPO 8

Sistematizador: Conselheiro Horácio Lafer Piva
Reunião: São Paulo, 16 de junho de 2005
Componentes:

- Conselheiro Alceu Nieckars
- Conselheiro Benjamin Steinbruch
- Conselheiro Eugênio Staub

- Conselheiro Fábio Colletti Barbosa
- Conselheiro Horácio Lafer Piva
- Conselheiro Ivo Rosset
- Conselheiro José Luis Cutrale
- Conselheiro José Mendo
- Conselheiro Josmar Verillo
- Conselheiro Luiz Otávio Gomes
- Conselheiro Lutfala Bittar
- Conselheiro Omilton Visconde Junior
- Conselheiro Paulo Safady
- Conselheiro Paulo Vellinho
- Conselheiro Ricardo Young
- Conselheiro Roberto Setúbal
- Conselheiro Robson Andrade
- Conselheiro Rodrigo Loures
- Conselheira Maria Victoria Benevides
- Conselheiro Nilson Fanini

Produtos:

- Relatórios dos Grupos de Trabalho;
- Matriz de avaliação de impactos: resultados;
- Consolidação das contribuições dos grupos de trabalho para o trabalho da Comissão de Sistematização.

Sistematização
Reunião: dia 01 de julho de 2005 – Gabinete da Presidência da República – São Paulo
Comissão de Sistematização:

- Conselheiro Antoninho Trevisan
- Conselheiro Amarilio Macedo
- Conselheiro Gabriel Ferreira
- Conselheiro Horácio Piva
- Conselheiro Pedro de Oliveira

- Conselheiro Clemente Ganz Lúcio
- Conselheira Tânia Bacelar de Araújo
- Conselheiro José Carlos Braga

Colaboração: Ronaldo Coutinho Garcia – Subsecretário de Políticas de Desenvolvimento da SEDES

Produto:

- Agenda Nacional de Desenvolvimento: projeto para apreciação do Pleno do CDES.

13ª Reunião do Pleno do CDES

Brasília, 25 de agosto de 2005

Apêndice 2

Apresentação da AND no PLENO do CDES
Apresentação da AND no dos Conselheiros durante a 13ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES, em que a Agenda Nacional de Desenvolvimento foi aprovada por unanimidade.

JOSÉ CARLOS BRAGA
Professor da UNICAMP e Conselheiro do CDES

Ministro Jaques Wagner, Ministra Dilma Rousseff, demais autoridades aqui presentes e colegas conselheiros. Vou procurar fazer uma síntese de alguns dos tópicos da Agenda Nacional de Desenvolvimento nessa versão primeira, porque temos entendido que há uma ideia de que essa versão seja uma primeira versão que irá se aperfeiçoando ao longo das diversas etapas da discussão dessa Agenda Nacional de Desenvolvimento. Vou me concentrar em alguns tópicos porque haverá outros conselheiros que farão comentários. O primeiro tópico que eu gostaria de usar como referência é aquele que diz respeito direto à própria noção de desenvolvimento que tem norteado os trabalhos das diversas instâncias e pessoas que têm discutido essa Agenda Nacional de Desenvolvimento. O próprio Ministro Jaques Wagner entrevistou, um pouco antes da morte, o Ministro Celso Furtado, e o documento da Agenda Nacional de Desenvolvimento traz uma referência explícita a ele quando faz referência a uma série de aspectos fundamentais do pensamento do professor Celso Furtado. Um exemplo é o capítulo referente a supostos, requisitos e transição, que diz o seguinte: "entendem o desenvolvimento nacional como um complexo processo de mudança estrutural que se dá em múltiplas dimensões. A Agenda só será efetiva se sua implementação começar imediatamente. Vale dizer, se são empreendidas, desde já, todas as ações que se apresentem viáveis e conduzam de forma consistente aos objetivos consensualmente estabelecidos. Esta orientação deve presidir as ações do governo e todos os interessados em um desenvolvimento como o aqui defendido...", e continua "... como afirma Celso Furtado, inequivocamente o desenvolvimento é, antes de tudo, um ato de vontade coletiva, do desejo do Governo e de todas as forças sociais, empenhadas em construir um outro País". Portanto, pensamos que, na verdade, essa proposta da Agenda significa dizer que o tema do desenvolvimento volta à pauta da sociedade brasileira. Como é sabido, nos últimos anos a sociedade tem debatido muito e as políticas governamentais tem se pautado basicamente pela busca da estabilidade de preços, processo esse que era efetivamente necessário em função dos momentos de acelerações inflacionárias que o País viveu. Entretanto, penso que um momento como esse, e essas palavras as quais acabo de fazer referência, dizem respeito, no fundo, a um processo em que é chegada a hora de retomar e rediscutir a senda do desenvolvimento, os rumos do desenvolvimento no País. E penso que essa foi a intenção original da condução desse processo no âmbito da iniciativa do Governo Lula.

Pois bem, nesse sentido, o documento procura enfatizar igualmente que o alcance do processo de desenvolvimento é um processo complexo, como foi dito, e que envolve uma vinculação das ações de Governo, tanto no curto, no médio ou no longo prazo. Nesse sentido, há uma percepção de uma grande parte dos conselheiros de que não se trata de tocar a política econômica, dita de curto prazo, a política fiscal, a política monetária e a política cambial e deixar que no longo prazo se resolverá, necessariamente, o desenvolvimento. O documento procura enfatizar especificamente, e aqui está dito o seguinte: "A implementação da AND demanda alguns requisitos: capacidade de ação coordenada e integrada dos governos; operação, em sintonia fina, dos Poderes da República; estratégica coordenação estatal-privada; uma política macroeconômica (monetária, cambial, fiscal - tributária) concebida e executada de forma consistente com os objetivos da Agenda". Não basta dizer, portanto, que essa política monetária seja consistente com o crescimento, porque a questão numa economia subdesenvolvida ou em desenvolvimento, como nós sabemos, não é só crescer. O Brasil já teve taxas de crescimento bastante expressivas na década de 60, na década de 70. Entretanto, várias marcas do subdesenvolvimento não foram resolvidas. O professor Celso Furtado morreu enfatizando isso. A superação de marcas estruturais do subdesenvolvimento requer algo além do crescimento, requer que seja feita a pergunta: qual crescimento? Qual estilo de crescimento? Qual a composição do gasto público? Quais setores produtivos vão mais crescer? Qual será o comportamento do salário real? Qual será o comportamento do emprego? Que estrutura tributária será essa? Ela invocará, provavelmente, desejadamente, uma carga tributária mais baixa, porém, distribuída de uma forma mais equânime, com progressividade. Todas essas perguntas e respostas são relevantes. E a natureza dos investimentos privados será dinamicamente financiada? Haverá um sistema de financiamentos que permitirá o alongamento de prazos e o barateamento do custo de capital para que o empresariado possa investir de maneira mais progressiva? Essas perguntas, que são relevantes e transcendem o mero âmbito de saber o quanto vai se mover a taxa de juros, o quanto vai se mover o câmbio e o superávit primário, parecem permear o conjunto do documento em várias de suas instâncias, justamente revelando o fato de que se trata de pensar o curto, o médio e o longo prazo, na sua articulação necessária. Senão pode haver a versão ingênua de que o curto prazo é cuidado pela política macroeconômica e o longo prazo pelas políticas de desenvolvimento, o que seria uma falácia.

Então, esse é o ponto que durante as inúmeras discussões foi bastante acentuado nos debates e está aqui registrado, pelo menos numa formulação inicial, bastante consistente. Passo, na sequência, a comentar alguns outros tópicos da Agenda, que dizem respeito a um detalhamento desses primeiros comentários que fiz e dizem respeito, precisamente, a discussão do sistema de financiamento e a discussão do sistema tributário. Creio que há um certo consenso de que uma das fragilidades da economia brasileira sempre tem sido, ao longo das décadas, a ausência de um sistema de financiamento mais estável. Sobretudo, porque parte desses padrões de financiamento que o Brasil tem tido ao longo das décadas

esteve calcada no financiamento externo, o que significa uma vulnerabilidade importante, na medida em que nós somos um País que não produz, que não emite uma moeda conversível internacionalmente. Então, os vários grupos da constituição da Agenda dedicaram bastante tempo à questão do financiamento. Eu gostaria, apenas para levantar o debate, enfatizar alguns dos tópicos que me pareceram mais importantes.

O primeiro tópico diz respeito ao fato de que a Comissão proposta na Agenda, que seria integrada por representantes do Governo Federal, dos setores empresariais e laborais, e presidido por conselheiro do CDES, para preparar em 180 dias propostas de sistema público/privado de financiamento do investimento e de dinamização do mercado de capitais me parece importante, inclusive, na medida em que há um famoso artigo da Constituição que ficou para ser regulamentado e que diz respeito à reforma do Sistema Financeiro Nacional. Este artigo jamais foi regulamentado.

O outro tópico importante que aparece nesse item diz respeito à ampliação do Conselho Monetário Nacional, que já foi objeto de discussão nesse Conselho e de encaminhamento feito à Presidência da República. Seria importante que nós acompanhássemos como isso está evoluindo e com que propósito, em termos de cronograma, podemos nos defrontar. Há tópicos mais técnicos que também aparecem no documento, e que vou fazer apenas uma breve referência em termos de política monetária, como é o caso da queda de depósitos compulsórios para baixar custos financeiros. Há uma discussão em torno do processo de desindexação e há também uma discussão em torno da análise do núcleo da inflação para que, enfim, a política de metas inflacionárias possa ter um grau de flexibilidade maior para a reorganização do processo de desenvolvimento.

Por fim, faço referência ao sistema tributário, que é crucial. Evidentemente, não há quem, em sã consciência, possa negar que é necessário que o governo trabalhe com horizonte de equilíbrio fiscal, mas para tanto é necessário que haja uma estrutura tributária que permita que do lado da arrecadação pública haja um movimento favorável nesse sentido, e que do lado do dispêndio público haja também um perfil de gasto público que seja compatível com a Agenda de Desenvolvimento. Nada adianta atingirmos um equilíbrio fiscal, na medida em que um item do dispêndio público, por exemplo a carga financeira, tenha um peso muito importante com relação ao percentual do PIB. Isso até pode produzir, de fato, um certo equilíbrio de curto e médio prazo no que tange a situação fiscal, mas não é decisivamente um componente promotor do desenvolvimento. Portanto, é preciso equilíbrio fiscal a partir de uma nova estrutura tributária, cujas características, mais ou menos desejadas, estão claras para todo mundo: a progressividade, desoneração da cesta alimentar, partilha federativa etc. Portanto, para concluir, o financiamento da economia brasileira como um todo passa sim por um quadro de responsabilidade fiscal no qual, entretanto, o dispêndio público tenha um perfil desenvolvimentista, e a estrutura tributária tenha igualmente esse perfil, assim como um caráter distributivo. Obrigado.

HORÁCIO LAFER PIVA
Membro do Conselho Administrativo da Klabin S.A. e Conselheiro do CDES

Bom dia a todos. Queria cumprimentar a Ministra Dilma Rousseff e os Ministros Luiz Fernando Furlan, Luiz Marinho, Patrus Ananias, o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Guido Mantega, o deputado Armando Monteiro e todos os demais presentes. Eu, obviamente, não estou falando como empresário, e vou me dirigir aos Ministros como se estivesse me dirigindo ao Presidente. Eu acho que não há porque tentar explicar essa Agenda, em primeiro lugar porque ela está na pasta de todos vocês e todos aqui são muito perceptivos, têm todas as condições de avaliar os documentos que têm nas mãos. Em segundo lugar, porque essa Agenda, na verdade, pretende ser, como já dissemos aqui, um guia, um ponto de partida, um grande instrumento de consenso para ser discutido.

Aqueles que me conhecem sabem que eu também tenho um perfil técnico, mas eu não vejo sentido em pontuar porque acho que isso, talvez, economize um tempo que nós, na verdade, deveríamos investir trabalhando e não buscando o caminho fácil de um conselheiro apresentar em *powerpoint* e com isso diminuir a sua relevância.

Eu quero fazer uma reflexão. Eu estou muito convencido de que esse fórum, junto com o Congresso Nacional, é uma das coisas mais representativas que nós temos nesse País, pela única razão que ele é um corte importante, e se não é um corte social, é um corte institucional, e tem, exatamente, a função de aconselhar o Presidente, aconselhar o Executivo, com o desprendimento de quem quer olhar o Brasil como protagonista e não meramente como coadjuvante.

Eu tenho a sensação de que esse Conselho, no seu início, não se omitiu a admitir o tanto de errado que existe em nossa sociedade, hoje já, felizmente, bem menos complacente do que outrora. Inclusive, em se colocar como responsável, enquanto elite, por algumas das mazelas que nos assolam. As conversas sempre foram conversas muito desprendidas, muito honestas. De maneira que, acho que tanto eu, quanto meus companheiros, não estamos aqui procurando falar para a sociedade, até porque somos um grupo de "aconselhadores", mas para o Executivo, que tenho certeza de que pode e quer avançar um, dois, cem pontos em tudo isso que foi colocado ao longo desses últimos dois anos, três anos. Estamos voltando hoje a esse tema recorrente que é o tema do desenvolvimento. Esse País tem tido ciclos intermitentes de desenvolvimento, que se caracterizam por uma ciclotimia, por uma volatilidade que são muito desgastantes. Nós avançamos, sem dúvida nenhuma, mas muito aquém do que podemos. Estou absolutamente convencido de que o legado desse Governo seria o de finalmente conseguir, e se ele desejar assim vai conseguir, agir em seus ciclos de influência e tratar essa questão do desenvolvimento com a ideia da sustentabilidade, de desenvolvimento sustentável, sem o quê nós vamos estar sempre andando dois passos para frente e depois um passo para trás. Eu tenho absoluta consci-

ência, juntamente com meus companheiros, que o diabo mora nos detalhes, mas não há nenhum motivo para que o Executivo possa se contrapor aos setores organizados da sociedade que querem mudanças, que querem estruturas novas de governabilidade, que querem avanços, mesmo que sejam avanços incrementais. Nós temos uma democracia instituída, temos instituições extraordinariamente sólidas, nós aprendemos com nossos erros, nós podemos avançar, e eu repito, nós não podemos continuar nos contentando com crescimento de 3,5%, 4% ao ano, com uma formação bruta de capital fixo ao redor dos 20% ao ano – isso considerando toda a história que nós temos de crescimentos até a década de 80 -, de formação de investimento sobre o PIB da ordem de 6%, 7% ao ano. Eu sei que resgatar crescimento é pactuar, resgatar crescimento é deixar de lado maus políticos, ideias antigas, vícios curto prazistas que temos muito no Brasil. É entender que essas coalizões, de qualquer natureza, podem ser tão úteis quanto perigosas, mas não podem ser mais importantes que todos esses ativos tão duramente conquistados pela sociedade. E eu creio que nós conquistamos muita coisa.

> *Está aqui o Ministro Furlan, com seu trabalho de caixeiro viajante, levando o Brasil para fora, e certamente as empresas brasileiras hoje já estão respondendo com muita qualidade ao desafio da inserção. Por razões que não cabe muito aqui explicitar, eu acho que no Brasil sempre tivemos os grupos se notabilizando muito mais por trabalhar nas questões de dissenso do que nas questões de consenso. E esse conselho pretendeu, desde o início e o Ministro Wagner sabe muito bem disso, inverter essa lógica. E a própria mecânica desse trabalho que está sendo apresentado para vocês agora é a prova disso. A constituição de oito grupos, da tentativa dos sistematizadores de trabalhar junto com a equipe da SEDES para apresentar a vocês um documento, admitindo que ele é um ponto de partida é, sem dúvida nenhuma, uma forma diferente de fazer, que não sei se vai dar certo, com toda sinceridade, mas é, sem dúvida nenhuma, uma mecânica diferente.*

Eu acredito, e aqui falo por mim, que a probabilidade de avanço nas reformas estruturais de grande dimensão é pequena, lamentavelmente. Então, eu acho que poderíamos trabalhar com foco, e com aquilo que sabemos que é possível, o que não é, de forma alguma, pouco. Eu não tenho a menor dúvida disso. Acho que uma forma de contrapor a essa tensão acumulada, seja tensão congressual, seja empresarial, seja eleitoral, seja partidária, é através de uma economia cada vez mais previsível e um crescimento com justiça social. Os instrumentos estão aí na mão. Essa estratégia passa por estímulo ao investimento. Na minha opinião, o ponto de partida da cadeia é virtuoso, porque mais investimento é mais emprego, mais emprego é mais consumo, mais consumo é mais produção, e isso passa por obsessão exportadora, passa por um corte, racionalização de despesas públicas, passa por pontos que estão muito bem elencados nesse documento. Passa por tributos razoáveis, como disse o conselheiro José Carlos Braga, por integração de segmentos excluídos, taxa de juros mais baixa, por instrumentos de planejamento econômico, com um olho na árvore e o outro olho na floresta.

Eu acho que a crise política não vai ser curta e a melhor maneira de nós a contornarmos é através de uma economia forte. Enquanto as apurações estão acontecendo, apurações que a sociedade exige, que a sociedade acompanha, não há nenhuma razão para a economia não continuar acontecendo, e acontecendo com força. Nós temos o horizonte da inserção internacional, o horizonte do Brasil é esse da inserção, nanotecnologia, biotecnologia, da liderança em questões de meio ambiente, do agronegócio com cada vez mais valor agregado.

Esse documento pretende, inclusive, em alguns momentos de mais ousadia, investir num novo *mix* de política econômica. Discutir o novo *mix* de política econômica, antes que um choque externo altere esse câmbio e traga de volta o componente inercial da inflação, que é uma questão que sempre nos preocupa. Acho que o mercado cofia nas instituições, a economia tem procurado se manter distante de todos os escândalos, o calendário eleitoral não pode ser mais importante do que o bem estar dessa nação. O mundo dos anos 80, dos anos 90, até ontem não existe mais. Está acontecendo uma verdadeira revolução no mapa do poder, da competência econômica global, há novos protagonistas. Nós estamos falando todos os dias da China, mas ao mesmo tempo há novas potências econômicas emergentes, e nós fazemos parte dessa linha de frente. Quando a gente vê a leitura das oportunidades e desafios que aparecem no horizonte internacional, o Brasil está bem colocado, de maneira que estou convencido de que, com trabalho e um projeto inteligível, nós podemos atender todas as expectativas.

Eu não quero, como disse a vocês, explicar essa Agenda. Ela está entregue, é um documento base e vai ser viabilizada por um sistema de esforços cooperativos. Vou fazer um registro dos objetivos 3 e 4, a pedido da Secretaria do Conselho, para não dizer que não falei nada a respeito dele.

Em primeiro lugar, nós discutimos nesses vários grupos, e estamos convencidos de que é preciso, definitivamente, integrar esse País e sem uma estrutura orgânica, sem uma infra-estrutura logística eficiente e competitiva, nós vamos perder competitividade. Ao invés de alavancar os nossos recursos, nós estamos deixando muitos deles escaparem pelos vãos dos dedos. Empresas que operam no território nacional, estão vendo o quanto de riqueza fica pelo caminho. Nós precisamos nos convencer de que apenas língua comum, apenas sentimento de fraternidade não vão nos levar a lugar nenhum. Nós precisamos acabar com o desequilíbrio regional, nós precisamos permitir que essa riqueza brasileira trafegue de todas as maneiras pelo território, seja via hidroviária, aérea, rodoviária, e que possa, de alguma maneira, ir deixando um pedaço da sua mais valia em cada porção do chão nacional. E para isso, é mais do que urgente que trabalhemos nessa questão dos marcos regulatórios, de incentivos, de apoio, e de uso de recursos já entesourados, como a famosa CIDE. E energia, que é um assunto que o Brasil talvez trate com menos atenção do que deveria, não obstante a sua riqueza em água, sol, ar e solo. Há uma grande discussão se há riscos de um novo apagão. Tem gente que garante que não há, tem gente que

garante que há. De qualquer maneira, o simples fato dessa polêmica existir já demanda da nossa parte uma preocupação com o tema.

É preciso, também, no **objetivo quatro**, que se olhe de outra maneira esses mecanismos de financiamento da atividade privada e do Governo. Não adianta olhar um ou olhar outro, nós vamos ter de olhar os dois, porque se não um de alguma forma compete com o outro e tira recursos. Nós temos muitos investimentos no Brasil represados, com custos inexequíveis, tantas oportunidades desperdiçadas, por exemplo, no mercado de capitais, nós temos um sistema tributário que assusta e torna o governo um sócio indesejável, ao invés de um parceiro. Há hostilidade nos instrumentos de política econômica e nós estamos absolutamente dispostos a discutir salários, fortunas, guerra fiscal, desoneração com contrapartidas definidas, grau de projeção, eficiência, eficácia, não tem problema nenhum, vamos discutir tudo, mas vamos discutir com compromisso por resultados. Alguém já brincou que muitas vezes esse País acaba tendo mais compromisso com o evento, com o palanque, do que com resultados, e está mais do que na hora de o Brasil se colocar como uma sociedade comprometida com o resultado. Eu só quero dizer o seguinte: essa Agenda é apenas mais uma, mas não importa. Eu posso garantir a vocês que ela não é um conjunto de platitudes, não é exercício de uma minoria. Esta Agenda é entregue para o Executivo, apesar do Executivo também ter com ela, obviamente, trabalhado e operado, com a disposição reiterada desses seus conselheiros em ajudar na sua viabilização. Ela é um bom documento de partida, ela foi feita em cima de muita discussão, muita briga, de muita polêmica, e procurou, de alguma maneira, ajustar os pontos representados por esse corte da sociedade, que é o Conselho, de maneira que eu quero incentivá-los a dar uma boa lida e trabalhar em cima dela. Não tenho a menor dúvida de que sempre há tempo e espaço para lideranças conduzirem processos. Vamos seguir em frente e vamos fazer acontecer, por favor. Obrigado.

CLEMENTE GANZ LÚCIO
Diretor Técnico do DIEESE e Conselheiro do CDES

Bom dia aos companheiros membros do Conselho, Excelentíssimo Ministro Jaques Wagner, Ministra Dilma Rousseff, conselheiros José Carlos Braga, Horácio Lafer Piva, senhoras e senhores. Peço desculpas pelo atraso, nosso vôo ficou sobrevoando Brasília por mais de meia hora, o que causou meu atraso para essa reunião. Eu vou fazer uma apresentação muito rápida do trabalho resultante nesta agenda, tentando destacar alguns pontos que considero relevantes do que foi elaborado e concluir tentando amarrar com testemunho pessoal de participação nesses processos.

Primeiro, eu acho que o Horácio Lafer Piva já concluiu a exposição com aquilo que eu ia iniciar, destacando que o processo de construção dessa agenda foi resultado de um trabalho intenso de muitas pessoas, mas principalmente de uma adversidade e de uma

capacidade de olhar a realidade brasileira bastante diversificada pela origem, pela forma de ver a realidade e pelos paradigmas que orientam esse olhar para a realidade. Então, ela não é um resultado simples, pelo contrário. Ela expressa essa diversidade, resultando, portanto, em um instrumento bastante forte, no sentido de tentar construir uma visão que permita um olhar de futuro e de fazermos escolhas. Como se trata de uma Agenda, de uma Agenda para frente, quando a construímos, na verdade, fizemos um trabalho de fazer escolhas que é extremamente difícil em função da diversidade das representações expostas nesse Conselho, dos paradigmas que orientam o olhar para essa realidade e do que cada ator aposta em termos de futuro. Então, eu acho que ela é forte porque é fruto de um trabalho e de um sucesso, em termos de uma convergência do que deveria ser a prioridade.

Nós, ao elaborarmos a Agenda, partimos de uma definição que eu gostaria de registrar, que foi a visão de futuro que deveria orientar e orientou a elaboração dessa Agenda. Ela está em nosso documento na página quatro e diz o seguinte: "Um País democrático e coeso, no qual a iniquidade foi superada, todas as brasileiras e todos os brasileiros têm plena capacidade de exercer sua cidadania, a paz social e a segurança pública foram alcançadas, o desenvolvimento sustentado e sustentável encontrou o seu curso, a diversidade, em particular a cultural, é valorizada. Uma nação respeitada e que se insere soberanamente no cenário internacional, comprometida com a paz mundial e a união entre os povos". Essa foi a visão de futuro que orientou a elaboração dessa Agenda. Elencamos alguns valores que deveriam orientar a construção de um projeto para o Brasil, portanto, os elementos que compõem essa agenda, as suas diretrizes. Elencamos seis campos problemáticos, seis grandes desafios, e esses seis grandes desafios foram transformados em seis grandes objetivos que estão apresentados na página seis.

Eu vou destacar algumas diretrizes, alguns elementos que compõem fundamentalmente os objetivos 1 e 2, que é fazer da sociedade brasileira uma sociedade mais igualitária, sem disparidade de gênero e raça, com a renda e a riqueza bem distribuídos, e mobilidade social ascendente. Sobre este objetivo, nós destacamos quatro grandes diretrizes, quatro grandes projetos. O primeiro deles é a indicação de que a equidade, o fundamento da equidade, seja um critério para presidir todas as ações públicas. No entender de quem construiu esta Agenda, portanto de nós todos, a equidade deve ser uma referência básica e nós deveríamos ter um movimento capaz de convidar e convocar o setor privado a também adotar esse critério como um critério básico para sua ação. Deveríamos ter mais do que isso. Deveríamos ter a produção de indicadores que permitissem um monitoramento de metas que diretamente visem minorar a miséria e a pobreza. Indicamos no documento, inclusive, metas para 10 anos, onde a cada ano, 10% dos mais pobres são atingidos com políticas para que ao longo de dez anos tenhamos atacado esse conjunto grande de pessoas que vivem na pobreza e na miséria. O objetivo central dessa ação é promover distribuição de renda e de riqueza. Então, essa é uma ação fundamental, porque ela teria por objetivo dar um norte e uma referência para que as políticas públicas e o setor privado tivessem na equidade o objetivo central.

Uma outra ação que foi muito destacada pelo Conselho foi a importância estratégica do investimento continuado na elevação da qualidade e da abrangência da escolaridade, seja na elevação média da escolaridade da população, seja no investimento no ensino superior, seja no investimento no ensino tecnológico, seja no investimento em pesquisa e desenvolvimento. Está claro para o Conselho que se queremos mudar de patamar do ponto de vista de desenvolvimento da sociedade brasileira, não será possível sem o investimento muito forte em educação.

O terceiro elemento que foi muito destacado no Conselho, foi a importância de termos uma visão de construção do pleno emprego, entendendo por pleno emprego a capacidade de mobilizar as forças produtivas de terra, trabalho, capital, no sentido da sua plena utilização, com o objetivo claro de gerar empregos, de enfrentarmos a inclusão social de todo o setor informal, seja pela instituição de programas e metas para a rápida redução do desemprego, seja pela discussão da carga tributária das micro e pequenas empresas e a contribuição previdenciária do trabalhador autônomo, seja pelo enfrentamento claro sobre o problema da informalidade do trabalho e das empresas, seja pela discussão de longo prazo sobre a questão da previdência. É preciso tratar de forma clara nas negociações e nas políticas a questão das diferenciações de salário entre homens e mulheres, negros e não negros. É preciso fazer um investimento claro na construção de políticas capazes de gerar emprego, entendendo por emprego uma prioridade absoluta para uma massa enorme de trabalhadores com baixa qualificação profissional. Nós deveremos ter a intenção que essas políticas sejam capazes de gerar empregos para uma mão-de-obra de baixa qualificação, que não vai ser requalificada em curto prazo por nenhuma política, e essa população precisa ser incluída através do emprego. E é possível termos uma política de inclusão que articule simultaneamente o enfrentamento estrutural de alguns estrangulamentos sociais que permitem a homogeneização social, entre elas, a questão da Reforma Agrária e da política agrária, um investimento pesado em habitação e infra-estrutura, investimento pesado em saneamento, escola e educação, elevação de escolaridade, na questão da saúde do transporte público. Todas essas políticas são intensivas no uso de mão-de-obra e são pré-condições para um desenvolvimento, na medida em que promove a homogeneização básica da sociedade e no acesso a direitos que são fundamentais e estruturantes da inserção de toda a pessoa que vive nesse País.

A quarta questão que queremos destacar é a importância de uma política para o salário mínimo. Destaca-se que desde já o Ministério do Trabalho acabou de implantar uma comissão para a discussão do salário mínimo. O Ministro Luiz Marinho está na condução desse trabalho, e a formulação de uma política para o salário mínimo de longo prazo é um instrumento determinante para revertermos o quadro distributivo no País. Em relação ao **objetivo dois,** nós destacamos a diretriz que determinada que se torne a economia brasileira apta a incorporar todo o mercado interno, o potencial, dinamismo, capacidade inovadora. Destacamos a importância de construirmos um acordo para o investimento e inovação sistêmicos, que visasse o aumento da produção, o aumento do

emprego, o aumento da produtividade, o aumento da qualidade e da competitividade. O Conselho indica que o Conselho de Desenvolvimento Industrial é o espaço, é o lócus para o desenvolvimento deste acordo. Nós já destacamos aqui no Conselho, a necessidade de uma política mais rigorosa para o investimento nas áreas de bens de consumo duráveis e não duráveis. É necessário também no nosso entendimento avançarmos num acordo de partilhas de ganho de produtividade, em termos de distribuição desses ganhos para preços, para o aumento real de salários e para o aumento de investimento em pesquisa e desenvolvimento é outro aspecto fundamental. De todo modo, para encerrar, esses pontos que foram destacados como estratégia, como diretrizes, e portanto representam, na visão de nós todos que trabalhamos na elaboração desse documento, em escolhas que precisam ser transformadas e articuladas em um projeto.

Eu gostaria de, para terminar, fazer uma abordagem dizendo que essa experiência que fizemos agora no Conselho é mais uma experiência que o Brasil vem fazendo, e aí dou meu testemunho pessoal, desde meados dos anos 80 várias tentativas de construção, de acordos, de pactos, de entendimento, e essas experiências todas foram fracassadas. Nós construímos agora nesse Conselho mais uma tentativa da construção de uma Agenda e acho que houve uma diferença muito grande do ponto qualitativo, resultado desse trabalho e do processo que antecedeu e que culminou na possibilidade de construção desses elementos que aqui estão apresentados. Acho que, como dizia Celso Furtado, que tem sido o inspirador desse Conselho, a construção de uma Agenda é um ato de vontade coletiva e deve ser a síntese do desejo de governo e das forças da sociedade.

Tenho duas filhas, uma de seis e outra de oito anos. Um dia elas me perguntaram o que eu fazia. Para respondê-las, eu disse que fazia construção, construía obras, fazia casas e gostava de desenhar pontes. Ela me olhou meio assustada porque não viu nenhuma casa, nenhuma ponte que eu tinha construído e eu disse a ela que fazia isso quase 30 anos atrás, e há 30 anos eu tinha decidido fazer outra coisa da vida, que era tentar fazer mudanças de outra ordem. E disse a ela que aquela criança que ela encontra sempre no mesmo lugar quando a gente vai para a escola, pedindo esmola às 7h15 da manhã, fazia parte de um dos objetivos que eu tinha na vida, que era imaginar que um dia aquela criança teria o mesmo direito que ela tem de ir para uma escola, com o pai dela levando ela para a escola. Disse que eu tinha feito a opção há 30 anos de fazer uma luta por esse tipo de construção. E não me dei conta de como isso tinha me afetado, porque ontem à noite acordei às duas horas da manhã com essa imagem na cabeça e com a dúvida clara de que racionalmente eu acho que é muito difícil a gente conseguir fazer isso. Acho que é muito difícil construirmos essa Agenda que estamos propondo. Nós já tentamos várias vezes, e por várias vezes não conseguimos sair daquilo que o conselheiro Horácio Lafer Piva acabou de dizer, de uma construção de um documento. Acho que temos muita chance de avançar nessa Agenda para uma coisa que se transforme de fato em um projeto, e eu espero, sinceramente, que quando eu estiver no fim da minha vida, quando talvez eu não puder responder a pergunta da minha filha, ela possa dizer que eles conseguiram. Obrigado.

ANEXO II

AGENDA PARA O NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – PR
SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS – SRI

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES

Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Brasília, março de 2010

ESTRATÉGIAS DO NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO

O Brasil está partindo, nesta segunda década do milênio, de um novo patamar. Para o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o País de hoje se aproxima mais da visão que propôs na Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND) elaborada em 2005.

Naquela Agenda, o CDES afirmou que a desigualdade é um impeditivo estrutural para o desenvolvimento, pois limita o crescimento além de transformá-lo em instrumento de concentração de renda. A equidade – social, regional, entre gêneros, raças e etnias - deve ser a base orientadora das políticas públicas para enfrentar esse desafio. A educação é elemento transformador de longo prazo e de perenização dessa transformação. Favorecer o incremento da renda dos mais pobres, fortalecer o mercado de trabalho e incrementar o mercado interno gera dinâmica de elevação da taxa de crescimento, com consistência macroeconômica. Recuperar a capacidade de investimento público e privado é motor fundamental para o desenvolvimento.

Muitas das diretrizes propostas naquele momento foram implementadas e um conjunto de escolhas, de decisões e ações do governo e dos atores sociais promoveram transformações importantes, desenhando no País uma nova realidade econômica e social.[1]

Entretanto, a visão de futuro traçada na AND permanece como horizonte estratégico para os Conselheiros e Conselheiras: ***"Um país democrático e coeso, no qual a iniquidade foi superada, todas as brasileiras e todos os brasileiros têm plena capacidade de exercer sua cidadania, a paz social e a segurança pública foram alcançadas, o desenvolvimento sustentado e sustentável encontrou o seu curso, a diversidade, em particular a cultural, é valorizada. Uma nação respeitada e que se insere soberanamente no cenário internacional, comprometida com a paz mundial e a união entre os povos".***

Permanecem também os valores que dão base à visão de futuro: Democracia, Liberdade, Equidade, Identidade Nacional, Sustentabilidade, Respeito à Diversidade Sociocultural e Soberania.

O novo patamar de desenvolvimento abre a possibilidade do País empreender as transformações requeridas para um processo sustentado e constitui o referencial para a Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC).[2] A sustentabilidade entendida como desenvolvimento econômico, social, político e cultural, acelerando o bem-estar generalizado da coletividade. Nessa perspectiva, os Conselheiros e Conselheiras elegeram como fundamentais duas estratégias para o desenvolvimento brasileiro. A primeira delas é a consolidação do processo de expansão equânime do emprego e da renda, com fortalecimento do mercado interno ancorado em um modo de produção, de consumo e de

1. Os indicadores econômicos e sociais que são base desse novo patamar estão apresentados em anexo.

2. O processo de construção da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento está descrito em anexo.

distribuição sustentáveis e a ampliação dos investimentos inovativos. A segunda aponta para uma inserção ativa na economia internacional.

Essas estratégias permitem ampliar as dinâmicas apresentadas na Agenda Nacional de Desenvolvimento. Porém, para implementá-las, o Brasil deve enfrentar vários desafios. Dentre eles, o CDES elencou como principais: 1) Os novos horizontes da educação; 2) Desafios do Estado democrático e indutor do desenvolvimento; 3) A transição para a economia do conhecimento; 4) Trabalho decente e inclusão produtiva; 5) Padrão de produção para o novo ciclo de desenvolvimento; 6) O potencial da agricultura; 7) O papel das infraestruturas: transportes, energia, comunicação, água e saneamento; 8) A sustentabilidade ambiental e; 9) Consolidação e ampliação das Políticas Sociais.

UMA NOVA CONJUNTURA

O País finalmente se liberta de quase três décadas de semiestagnação, decorrentes da adoção de estratégia econômica baseada na visão neoliberal. Práticas como a desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira indiscriminada, redução do tamanho e papel do Estado foram implantadas em diferentes paises e utilizadas como condição para concessão de créditos por instituições multilaterais tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A crise financeira e econômica internacional que eclodiu em 2008 produziu inflexões importantes. Abriu-se o caminho para construção de um modelo que representa nas economias emergentes uma ruptura com o modelo hegemônico. As simplificações relativas à dicotomia entre Estado e mercado deram lugar a atitudes de bom senso, de pragmatismo, de busca de equilíbrios. De certa forma, inovar em política voltou a ser legítimo.

No plano internacional, a crise ainda não desapareceu. Um Produto Interno Bruto (PIB) mundial de US$ 60 trilhões e US$ 860 trilhões em papéis emitidos continua gerando instabilidade. A opção pela riqueza monetária e financeira coloca em risco o funcionamento dos mercados, da oferta de trabalho, da demanda por bens e serviços. Os déficits do setor especulativo privado foram transformados em déficits públicos. Observa-se, em inúmeros países, desaceleração da atividade econômica com aumento da concentração de renda, quedas de salários, redução de empregos e perda de direitos já conquistados.

Há forte convergência entre os Conselheiros e Conselheiras do CDES quanto à necessidade de, nessa conjuntura externa instável, evitar movimentos especulativos no mercado financeiro e de *commodities,* atuando no sentido do estabelecimento de um marco regulatório adequado; aperfeiçoar a política cambial e de juros para evitar a valorização excessiva do Real e minimizar os prejuízos dos exportadores; difundir os mecanismos e instrumentos de apoio à inovação, de forma a criar um ambiente favorável ao processo de agregação de valor aos produtos comercializáveis e incentivar

empresas brasileiras exportadoras; investir em infraestrutura e logística para reduzir os custos de produção e facilitar o comércio exterior; acompanhar e supervisionar movimentos de capital externo especulativo e incentivar ingressos de investimentos voltados para o setor produtivo.

Em contexto internacional reconhecidamente complexo, o Brasil precisa fortalecer o padrão de desenvolvimento em curso, buscando um maior dinamismo de sua economia associado com uma melhor distribuição de renda e riqueza, redução da pobreza, ampliação dos mercados interno e externo, busca da competitividade no âmbito global, sustentabilidade ambiental e influência para contribuir com a promoção dos princípios da democracia, da paz e da legalidade internacional.

O CICLO DE DESENVOLVIMENTO EM CURSO

O ciclo de desenvolvimento em curso no Brasil está sendo impulsionado pela consolidação da democracia e ampliação dos espaços de diálogo e participação; por políticas distributivas ancoradas numa visão de justiça social e de racionalidade econômica, pelo investimento nas pessoas por meio das políticas sociais universais e inclusivas; pelos investimentos em infraestruturas; por um sistema de financiamento público capaz de alavancar políticas de desenvolvimento; pela estabilidade macroeconômica e na gradual incorporação das dimensões da sustentabilidade ambiental, econômica e social ao conjunto dos processos decisórios.

O fortalecimento da democracia brasileira é o objetivo da ampla rede de participação que vem sendo constituída e fortalecida, articulada em vários níveis da federação. Nos últimos cinco anos foram realizadas 50 Conferências Nacionais com a participação de aproximadamente 3,5 milhões de delegados, nas instâncias municipais, estaduais e nacionais. Somente nas etapas nacionais cerca de 5 mil deliberações públicas foram produzidas, grande parte delas incorporadas no desenho de políticas públicas setoriais. Experiências como o CDES e outros conselhos contribuem para gerar entre os diversos setores uma cultura da negociação, da pactuação e do respeito aos interesses nucleares dos diferentes segmentos.

A estratégia de crescimento via ampliação do consumo de massa sustentou-se em ganhos de produtividade associados ao tamanho do mercado interno, que se traduziram em maiores rendimentos das famílias e na possibilidade do País galgar patamares de desenvolvimento cada vez mais elevados e sustentados. Foram decisivas as políticas sociais de transferência de renda, valorização do salário mínimo, educação, saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional, estímulo à criação de novos postos de trabalho formal, formação profissional e habitação. Esta dinâmica foi o motor do crescimento e alavanca das decisões privadas de investimento em 2009. Este cenário deve se repetir em 2010 e 2011, com a retomada do investimento sendo estimulada pelo novo patamar de consumo interno.

Estima-se que nos últimos anos a nova classe média, a chamada "classe C"[3] passou a representar mais da metade da população brasileira, cerca de 53,2%, dinamizando o mercado de consumo de massa.[4] A redução das desigualdades no Brasil teve uma queda nunca antes observada. A meta do milênio é cair à metade da desigualdade no mundo em 15 anos, o que o Brasil fez em apenas cinco anos. Em 2003 havia 50 milhões de miseráveis no Brasil. Hoje são cerca de 20 milhões de pessoas que saíram da miséria - uma queda de 40%. Incorporamos 32 milhões de pessoas à classe média, o que equivale a meia França, em cinco anos. Se for mantido o mesmo ritmo de hoje o Brasil vai poder reduzir a pobreza em mais de 14 milhões de pessoas e incorporar mais 36 milhões aos estratos de renda A, B e C até 2016, quando o índice de Gini[5] do Brasil poderá atingir 0,488, próximos ao dos paises desenvolvidos, contra os atuais 0,515.[6]

Destaca-se também o papel do crescimento do crédito ao consumidor, em especial do financiamento ao consumo de bens duráveis e à construção civil. As políticas de crédito dos bancos públicos[7] foram responsáveis por cerca de metade do crédito outorgado em 2009. O sistema financeiro privado é sólido e opera sob regulação eficiente. O Brasil é um dos poucos países do mundo que dispõe de condições para crescer por essa estratégia, devido ao tamanho de seu mercado consumidor potencial. Além disso, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I e PAC II), a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), a expansão dos investimentos da Petrobras, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), entre outros estão, ao mesmo tempo, dinamizando os investimentos e mantendo a conjuntura favorável. Para isto, contribui um setor privado pouco endividado e com recursos para investir. São condições que facilitam o resgate dos mecanismos de planejamento de longo prazo, desafiam a capacidade gestora do Estado e impulsionam a modernização administrativa.

A política ambiental ganhou nestes anos outra estatura e se incorpora à nova política econômica que se desenhou no País, gerando credibilidade e respeito nos planos interno e internacional, o que, por sua vez, abre mercados. A taxa de desmatamento é hoje 74,4% inferior a de 2004, o menor índice já registrado desde 1998, quando foi iniciada a apuração deste indicador.[8] Ao tratar de maneira sustentável os recursos naturais, capitaliza-se o País para as gerações futuras.

---

3. Grupo que recebe renda familiar total mensal entre R$ 1.115 (US$ 619) e R$ 4.807 (US$ 2.670) – conversão com taxa de câmbio de junho de 2010: R$/US$ = 1.8.

4. De acordo com dados da Fundação Getúlio Vargas, a classe C abarca 53,2% da população. Contudo, do ponto de vista de distribuição de renda as classes AB com rendas familiares superiores a R$ 4.807, que representam 14,97% da população, se apropriam de quase 55% da renda do país.

5. Coeficiente utilizado para calcular o padrão de concentração de renda nos paises. Varia entre 0, que é a igualdade perfeita e 1, perfeita desigualdade.

6. IPEA, Pobreza, Desigualdade e Políticas Públicas, 2010.

7. Caixa Econômica Federal (CEF), Banco do Brasil (BB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco da Amazônia (BASA).

8. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

A melhora do quadro fiscal, na última década, também contribuiu para esse novo patamar. Um dos pontos mais fortes da ampliação das perspectivas de desenvolvimento está na estabilização de um modelo de gestão macroeconômica. O Brasil é um dos poucos países do mundo que tem sido capaz de apresentar superávits primários sucessivos em suas contas públicas e reduzir a participação da dívida interna líquida como participação do PIB no período recente. O equilíbrio das contas públicas, ao longo do tempo e em todos os países, tem se mostrado um ponto crucial do equilíbrio econômico; precondição necessária, embora não suficiente, para o crescimento de longo prazo.

No plano comercial, uma população mundial que aumenta em 70 milhões de habitantes por ano, com ampliação do consumo, deve manter a tendência para uma demanda forte por *commodities*. O Brasil, com a maior disponibilidade mundial de solo agricultável e 12% da reserva mundial de água doce, tem trunfos importantes. Mas deve ficar atento para a dependência dos preços das *commodities* aos movimentos dos capitais especulativo. É preciso evitar a formação de bolhas recorrentes fruto de especulações com ativos.[9] O Brasil tem papel relevante a desempenhar no debate sobre a regulação dos mercados.

Os progressos tecnológicos e, em particular, as inovações na área das tecnologias de informação e comunicação, abrem novas perspectivas. No século XXI, além dos embates políticos em torno da propriedade dos meios de produção, na era da nova economia o acesso ao conhecimento e a definição dos seus marcos legais tornam-se centrais**.** No caso brasileiro, o salto para a economia do conhecimento passa pela universalização da banda larga e outras formas de acesso e disseminação, que abrem importantes perspectivas de inclusão produtiva e melhoria de qualidade de vida. É urgente cobrir o hiato entre estes desafios tecnológicos e o atraso educacional, no plano interno, para ocupar o espaço correspondente no plano internacional.

Em termos geoeconômicos, a tendência é para um deslocamento da bacia do Atlântico para a bacia do Pacífico, com os avanços da China e da Índia, que representam 40% da população mundial, e de outros países muito dinâmicos, como a Coréia do Sul e o Vietná, ou fortes como o Japão. O deslocamento favorecerá tanto uma orientação mais integradora de infraestruturas na América Latina, como o melhor equilíbrio de ocupação e uso do território no Brasil, fundamentalmente atlântico na demografia e na economia.

No plano político, frente a uma economia que se globalizou, surgem novos espaços de concertação internacional. O G-20[10] é um exemplo de espaço regular de negociação entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. O Brasil, em particular, assume liderança neste sentido. A crise econômica e financeira evidenciou a inadequação da estrutura de governança mundial. Está em curso uma mudança na distribuição do poder global

9. Tais como ações, títulos de renda fixa, câmbio, commodities, títulos imobiliários etc.

10. Grupo formado pelo G-8 – principais potencias ocidentais mais a Rússia – e um bloco de países emergentes, onde o Brasil se inclui, mais e União Europeia.

que dependerá muito da capacidade estratégica dos governos envolvidos nesse processo de transformação.

O Brasil enfrentou a crise com fundamentos macroeconômicos sólidos[11], com mercado interno amplo, com capacidade de regulação e de manejo de instrumentos adequados de política econômica, na rapidez e no ritmo que o momento exigia. Expandiu-se o acesso ao crédito, os empregos e a renda da população foram protegidos, inúmeros setores foram desonerados de impostos. Criou-se uma sinergia entre os domínios econômico e social que nos permitiu minorar os efeitos do contágio da crise internacional sobre o desempenho da economia brasileira e retomar a trajetória de crescimento.

RISCOS E OPORTUNIDADES DO CONTEXTO INTERNACIONAL

Na inserção internacional, o País parte também de outro patamar. A crise revelou a existência de uma nova dinâmica econômica mundial, caracterizada pela inclusão das economias emergentes no contexto político-estratégico das economias predominantes como os Estados Unidos, a União Européia e o Japão. Ficou clara a necessidade de um Estado mais ativo no processo de suavizar os ciclos econômicos e no campo de regulação dos movimentos internacionais de mercadorias e ativos financeiros.

O que desponta é uma composição na qual novos países emergentes, em transição para se tornarem *global players* e, portanto, protagonistas no cenário mundial, serão aqueles que combinarem um mercado interno potencial forte, com abundância de recursos naturais como energia, gás e petróleo e com possibilidade de produzirem grande quantidade de alimentos. A existência de um parque industrial moderno é aspecto de grande relevância. O Brasil enquadra-se em todas essas características.

O impulso advindo da expansão da economia internacional entre 2001 e meados de 2008, notadamente dos países emergentes da Ásia, garantiu preços elevados de *commodities* e aumento das exportações brasileiras (da ordem de 22% ao ano em média) contribuindo para o aumento do PIB e para diminuição da vulnerabilidade externa na medida em que possibilitou maior acúmulo de reservas internacionais.

Com US$ 35 bilhões de reservas internacionais em 2002, o Brasil estava vulnerável a ataques especulativos. Atualmente, com cerca de US$ 250 bilhões, credor e não mais devedor do Fundo Monetário Internacional (FMI), com maior diversificação comercial e de parceiros e melhor equilíbrio entre os mercados interno e externo, o País tornou-se uma referência internacional. A acumulação de reservas internacionais atenuou os efeitos de ciclos econômicos mais pronunciados decorrentes de crises financeiras sistêmicas e possibilitou ao Brasil inserir-se de forma soberana na economia mundial.

11. Moção do CDES sobre os Efeitos da Crise Econômica Internacional, aprovada na 28a Reunião do Pleno, 06/11/2008; Parecer do CDES sobre Perspectivas de Crescimento da Economia Brasileira e a Crise Internacional, aprovada na 25a Reunião do Pleno, 01/04/2008.

A integração latino-americana está adquirindo relevância crescente, com avanços em ações articuladas no plano das instituições, dos mecanismos de financiamento, das infraestruturas, das migrações, da academia, em busca de uma identidade comum. O Brasil tem peso específico na região pelas inovações econômicas, sociais, políticas e ambientais que tem desenvolvido.

O Brasil e seus parceiros latinoamericanos, africanos e asiáticos desfrutam, neste momento, de posição privilegiada na economia global. Os países que integram o BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), nos últimos anos, tiraram da pobreza mais de meio bilhão de pessoas, incorporando esse enorme contingente à classe média e provocando, em consequência, o aumento da capacidade de consumo no interior de cada um desses países e no potencial de consumo de produtos gerados no âmbito de outros países da economia global. Em 2020, com 3,14 bilhões de habitantes, cerca de 40% da população mundial[12] e crescendo a taxas muito superiores à dos países ricos, os BRICs chegarão, de fato, muito próximo das economias do G-7. Esses países elevarão a sofisticação e complexidade da sua relação com os mercados tradicionais, como os dos Estados Unidos e Europa, e representarão importante motor que impulsionará o consumo em escala mundial.

No conjunto, o Brasil destaca-se no cenário internacional como parceiro solidário, portador não só de força econômica e riqueza cultural, mas também de propostas práticas para o enfrentamento dos principais desafios sociais, ambientais e políticos. A confiabilidade e o respeito angariados se refletem na aprovação do País para sediar a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

DESAFIOS E EIXOS PROPOSITIVOS PARA O NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO

O CDES aponta como estratégias para o desenvolvimento do Brasil, neste momento, consolidar o processo de expansão equânime do emprego e da renda, fortalecendo o mercado interno ancorado em um modo de produção, de consumo de massa e de distribuição sustentáveis; ampliar os investimentos inovativos e se inserir de forma ativa na economia internacional. O Conselho considera estratégico, também, fortalecer o protagonismo do País na governança global, influenciando nas negociações econômicas, na reforma financeira internacional, na reforma monetária e nas negociações políticas relevantes para a paz no mundo.

Tais estratégias se articulam a um conjunto de desafios que o Brasil deverá enfrentar. Os avanços deste novo ciclo de desenvolvimento dependem da educação, da transição para a economia do conhecimento e da sustentabilidade, da força da indústria, do comércio e do vasto potencial da agricultura, impulsionados pela infraestrutura adequada, pela inclusão produtiva e pelas políticas sociais. Requerem ainda um Estado voltado para atender a demanda da sociedade pelo desenvolvimento econômico, social, político, ambiental e cultural.

12. Projeções da Organização das Nações Unidas – ONU.

A Agenda levanta estes desafios, complementares e interrelacionados, e os principais eixos propositivos de ação que devem gerar efeitos multiplicadores sobre o conjunto das atividades econômicas, sociais, políticas e ambientais. O objetivo é impulsionar o processo de desenvolvimento sustentável, tal como o CDES defende e em relação ao qual busca contribuir, a partir do diálogo entre diferentes atores sociais e do trabalho coletivo.

Para o CDES, o combate às desigualdades é objetivo central da estratégia de desenvolvimento e o Conselho reafirma, então, a recomendação para que a equidade seja o princípio a reger todas as políticas públicas e as ações dos atores sociais.

A diversidade é o ativo mais valioso para o pleno desenvolvimento brasileiro. Com dimensões continentais e população plural, trata-se de uma realidade na qual não cabe solução única. É preciso flexibilidade, abertura e diálogo para que o Brasil se encontre consigo mesmo, na sua diversidade cultural, étnica e regional e no enorme potencial que deriva desta riqueza.

A educação é, segundo Conselheiros e Conselheiras, o eixo prioritário e estruturante, na medida em que é articulador de políticas públicas pró-equidade, o grande vetor para libertar os potenciais de criatividade e inovação e de produção nacionais e elemento viabilizador da construção cultural para um novo padrão de convivência na sociedade e de interação com o meio ambiente.

1. OS NOVOS HORIZONTES DA EDUCAÇÃO

Há um consenso pleno quanto à relevância estratégica da educação e a importância de aproximar os conceitos de educação e da sociedade do conhecimento. Considerando os avanços recentes no panorama da educação brasileira, em seus diversos níveis e modalidades, cabe ainda um grande esforço a ser realizado.

A quase universalização do acesso ao ensino fundamental deve ser acompanhada pela ampliação da qualidade da escola pública. É preciso ampliar o acesso de crianças de 0 a 6 anos a educação infantil de qualidade (creches e pré-escola). O ensino médio público apresenta déficits de cobertura e qualidade, enquanto o ensino profissionalizante só recentemente encontra incentivos para sua consolidação. É necessário ainda avançar na equalização das oportunidades de acesso à educação superior, em particular às instituições universitárias públicas, e na integração entre os níveis e modalidades de ensino. Desigualdades sociais e regionais, flagradas em praticamente todos os indicadores de avaliação da educação, representam forte obstáculo ao desenvolvimento econômico e humano da sociedade brasileira.

A educação é um imenso universo. Somando alunos, professores e administradores, são 60 milhões de pessoas, quase um terço da população. Para o CDES, as mudanças nos indicadores educacionais dependem de esforços compartilhados de atores nas três esferas de governo e em toda a sociedade, valorizando as diferentes dimensões da vida como

espaços de criação e de articulação de conhecimentos e abrindo novos horizontes para a educação. São eixos propositivos neste sentido:

1. Garantir o direito de acesso e permanência a um sistema de educação de qualidade. Eliminar o analfabetismo, garantindo o acesso universal ao sistema público de ensino e aprimorando a transição entre os cursos de alfabetização e a continuidade de estudos em Educação de Jovens e Adultos (EJA). É essencial que se promova o aumento do nível de escolaridade da população brasileira[13], reduzindo as desigualdades regionais, raciais, de renda e entre o urbano e o rural. Isso implica uma ação firme e concertada do Estado, em todos os níveis de governo, organizando e regulamentando a educação nacional de modo articulado entre os entes da Federação, cabendo à União papel central de correção de desigualdades e suplementação de estruturas e recursos financeiros e humanos.

2. Ampliar o investimento para a educação, identificando novas fontes de financiamento. Será necessário aperfeiçoar a destinação dos recursos do FUNDEB[14] e garantir os recursos do Pré-sal para financiamento da educação. Ao mesmo tempo, assegurar maior eficiência e eficácia na aplicação dos recursos no processo educativo, com foco no estudante. No contexto de uma reforma tributária redistributiva, recomenda-se rever os parâmetros e critérios da renúncia fiscal da educação.

3. Melhorar a qualidade da escola pública nos níveis básicos de ensino. Concentrar os esforços do governo e da sociedade civil para viabilizar uma radical reestruturação do ensino básico, com as seguintes medidas: a) carreira atrativa, melhores salários e condições de trabalho adequadas para os trabalhadores da educação, tanto docentes como técnico-administrativos e dirigentes; b) redução do número de alunos por sala; c) implementação do sistema de tempo integral, prioritariamente no ensino fundamental; d) institucionalização da formação continuada; e) adequação dos cursos aos diferentes perfis de entidades e alunos (educação no campo, EJA); f) acesso a sistemas de educação aberta estruturados em tecnologia de informação e comunicação de última geração, acessíveis a todos os atores do processo educativo, com foco prioritário no estudante, e disseminação de softwares de gestão escolar; g) ampliação do investimento em infraestrutura das escolas com acesso sem fio à internet em banda larga, laboratórios, bibliotecas, cursos de artes, quadras esportivas; h) autonomia e responsabilização da escola, seus dirigentes e trabalhadores quanto ao processo educativo; i) consolidação dos sistemas de avaliação como ferramenta de políticas públicas para todos os níveis e modalidades da educação.

13. O CDES vem acompanhando e gerando indicadores e proposições, por meio do Observatório da Equidade, acerca das Desigualdades na Escolarização no Brasil – www.cdes.gov.br.

14. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica.

4. Determinar prioridade para as ações da política educacional voltadas para a valorização da população do campo, com a adoção de metodologias apropriadas para a redução dos graves índices de analfabetismo e da baixa escolaridade, proporcionando o desenvolvimento amplo e integral tanto das pessoas quanto das comunidades rurais às quais pertencem.

5. Implantar um sistema público de emprego e qualificação profissional, diante do cenário da crescente demanda social dos setores produtivos por trabalhadores qualificados. Adotar procedimentos definidores da educação profissional, da formação básica à formação continuada do trabalhador, como política de Estado coadunada com o processo de desenvolvimento do País.

6. Reestruturar a educação superior, dando continuidade à reforma da universidade brasileira, iniciada, mas não aprofundada pelo REUNI na rede federal, em especial o projeto de autonomia das universidades. Rever tanto os modelos pedagógicos quanto a arquitetura curricular vigentes no Brasil, com mais investimentos no ensino público e regulamentação do ensino privado. No plano acadêmico, a disciplinaridade que regeu a ciência do século XX deve dar lugar a cruzamentos pluri, inter, transdisciplinares, fomentando a criatividade e a inovação e a cooperação com o setor produtivo. A educação superior também deve preparar os egressos para a educação continuada e interação com sistemas de conhecimento e redes de informação. Na disciplina deste último, há que atentar não só à sua dominância na oferta, hoje, da educação quanto às suas diferenças entre as entidades comunitárias, confessionais, filantrópicas e comerciais. Importa, outrossim, reforçar nas universidades os recursos para pesquisa, constitutiva da plenitude de sua excelência acadêmica.

7. Atualizar a dinâmica da educação em todos os níveis e modalidades de ensino, abrindo-se para uma interação permanente e virtuosa entre os diferentes níveis educacionais. Especialmente nas universidades, metodologias ativas de ensino-aprendizagem, combinadas com o uso intensivo de modernas tecnologias, poderão potencializar a integração científica e tecnológica com empresas, instituições e a sociedade. O ambiente escolar deve fomentar a criatividade, a atitude investigativa do estudante, de modo a tornar a escola atrativa e valorizada, levando-o a assimilar metodologias de trabalho, preparando-o para navegar, questionar, organizar, elaborar, quantificar e cruzar conhecimentos de maneira criativa. É preciso promover e difundir o conhecimento acumulado, sobretudo aquele gerado nas instituições de ensino e pesquisa brasileiros, contribuindo para a transição para sociedade do conhecimento que está redesenhando os horizontes da educação.

8. Estimular a aprendizagem de forma cada vez mais distribuída numa sociedade que passa a operar em rede, fortalecendo as regiões e as cidades inovadoras em educação.

2. DESAFIOS DO ESTADO DEMOCRÁTICO E INDUTOR DO DESENVOLVIMENTO

Em uma sociedade democrática o Estado deve cumprir as atribuições estabelecidas na Constituição, tanto no que se refere à proteção dos cidadãos em vulnerabilidade, à prestação de serviços essenciais e à realização ou financiamento de investimentos estratégicos, bem como no que se refere à regulação e participação na atividade econômica e financeira.

Como defensor do interesse público o Estado deve desempenhar funções fundamentais como estimular o desenvolvimento econômico e social; manter a estabilidade macroeconômica, o que implica zelar pela estabilidade fiscal, monetária e cambial; regular atividades econômicas; prover serviços públicos universais como educação, saúde e segurança; e atuar na redução das desigualdades na distribuição da renda, combatendo a pobreza. Neste sentido o desenvolvimento é intensivo em Estado.

A estrutura, os recursos e a organização do Estado devem ser constituídos a partir das demandas acordadas pela sociedade e expressas nos seus marcos legais. Ao Estado cabe arrecadar impostos, taxas e contribuições em montante suficiente para que possa cumprir de forma adequada suas atribuições, devolvendo à sociedade o produto da arrecadação, sob a forma de gastos em serviços públicos de qualidade, programas sociais e de transferência de renda e investimentos públicos.

O papel que o Estado é chamado a assumir em cada situação é fruto de condições objetivas que resultam da evolução das atividades econômicas e sociais em cada país. No Brasil a parceira com o setor privado é fundamental para a promoção do desenvolvimento produtivo, viabilização das infraestruturas de grande porte e das infraestruturas sociais.

O modelo a ser consolidado se ancora nesta parceria estratégica entre o setor público, com suas funções de regulação, controle, planejamento e articulação, e o setor privado, mobilizado para assumir a liderança dos grandes projetos, principal veículo dos investimentos. O aperfeiçoamento do Estado para cumprir seu papel passa pelo reforço da capacidade de planejamento e de diálogo e concertação, para que os objetivos de longo prazo sejam definidos de maneira compartilhada e que aumente a confiança de todos no futuro do País.

É consenso entre os Conselheiros e Conselheiras que houve avanços na gestão macroeconômica e que a manutenção do equilíbrio desta política vai requerer um esforço contínuo de redução da carga tributária e a busca de alinhamentos dos juros e do câmbio.

Estratégico aos projetos de desenvolvimento de longo prazo é o equilíbrio entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, fundamental para a cidadania e a democracia. O judiciário tem sido chamado a dar a última palavra sobre a viabilidade da agenda política brasileira. Os exemplos são vários, desde a questão das políticas de inclusão, como cotas sociais ou raciais e o Bolsa Família, até os investimentos em infraestrutura e a política fiscal. Esse fenômeno que ficou conhecido como "judicialização da política" é extensivo a outros órgãos como o Ministério Público, os tribunais de contas e a Controladoria Geral da União.

Para aprofundar o papel do Estado voltado efetivamente para os interesses gerais da sociedade, mais democrático, à altura dos desafios econômicos, sociais e ambientais que o País precisa enfrentar, inserido e atuante no mundo, os Conselheiros e Conselheiras propõem:

Aprofundar a Democracia

1. Fazer a Reforma Política. O CDES elaborou um Parecer[15] que aponta a necessidade de aprimorar o sistema político brasileiro, fortalecendo os partidos, aumentando o grau de representatividade dos mandatos, fortalecendo os instrumentos de participação direta e, sobretudo, assegurando a eficácia da soberania popular no sistema democrático. O CDES considera que um processo de reforma política contribui estruturalmente para o desenvolvimento do País e o aperfeiçoamento de nossa democracia.

2. Ampliar a capacidade do Estado de prestar com qualidade os serviços e políticas demandados pela sociedade - educação, saúde, segurança pública; de prover proteção social, segurança alimentar e nutricional; de promover o trabalho e o acesso à cultura e à habitação digna; de combater a discriminação de raça, gênero e etnias.

3. Fortalecer a federação brasileira, em um arranjo solidário, equitativo e integrador, capaz de garantir a autonomia dos entes federados e a coordenação e articulação de políticas públicas; eficaz no atendimento às demandas sociais e na promoção do desenvolvimento. Aperfeiçoar os mecanismos de financiamento que propiciem adequada capacidade de cumprimento das atribuições e competências dos entes federados, compatível com o equilíbrio das contas públicas.

4. Garantir que o Estado - poderes Executivo, Legislativo e Judiciário - seja permeável à participação e ao controle social efetivo. Fortalecer e consolidar os instrumento de diálogo e os mecanismos que ampliem a participação da sociedade no processo decisório, no planejamento e na avaliação das ações governamentais, nas definições e acompanhamento do orçamento. A informação e transparência são elementos centrais neste sentido. Para isso é necessária a utilização massiva de tecnologia articulada com o aperfeiçoamento gerencial e institucional das estruturas do Estado.

5. Fortalecer o ambiente político e institucional do país oferecendo meios e contextos adequados para a gestão das várias formas de conflito e dos direitos de cidadania assegurados na Constituição Federal, de modo a promover maior equilíbrio entre os poderes, reduzindo a demanda ao judiciário e ao poder de polícia dos órgãos controladores e do Ministério Público.

---

15. Parecer do CDES sobre a Reforma Política, aprovado na 22a Reunião do Pleno, 17/07/2007.

6. Dar continuidade ao processo de Reforma do Judiciário no sentido de agilizar a tramitação e o julgamento dos processos, modernizar os códigos processuais, aprimorar a gestão judiciária e conferir mais transparência às decisões e julgamentos, de forma a aumentar a segurança jurídica aos cidadãos.

7. Fortalecer o papel do Conselho Nacional de Justiça como instrumento para harmonizar procedimentos, melhorar a gestão e aumentar a eficiência e a efetividade de todas as instâncias do Poder Judiciário.

8. Fortalecer a capacidade do Estado de planejamento de longo prazo e de interação entre os poderes da República, as diferentes esferas de governo e a sociedade em torno das prioridades para o desenvolvimento, estabelecidas coletivamente.

Valorizar a diversidade do território brasileiro

9. Respeitar as vocações e os potenciais locais e regionais como elemento para o conjunto das políticas públicas e incrementar o diálogo e concertação em torno de um projeto nacional.

10. Construir políticas de desenvolvimento local/regional, *strictu sensu,* para reduzir o hiato ainda presente entre as regiões do País, entre municípios e entre diferentes localizações nas grandes cidades e regiões metropolitanas.

11. Investir na governança local e regional, no fomento e integração de sistemas de informação e no acesso à banda larga, permitindo autonomia, cooperação e troca de experiências, sejam elas de governo, empresariais ou de movimentos sociais, redes sociais e cidadãos para disseminar as inovações e aprendizados adquiridos.

12. Fortalecer a participação e diálogo, apoiando Conselhos, instâncias locais e setoriais de governança indutoras do seu próprio desenvolvimento e outros espaços e fóruns de participação, desenvolvendo instrumentos de controle social, de avaliação da qualidade de vida e das políticas públicas.

Aperfeiçoar a gestão pública

13. Aprimorar a gestão pública de qualidade, orientada por resultados, com forte base tecnológica e de informação, estruturas organizacionais e instrumentos adequados ao funcionamento do Estado e mecanismos de acompanhamento e avaliação da sua eficiência e efetividade, sob o controle participativo da sociedade.

14. Garantir a capacidade dos governos para atuação em temas transversais, como juventude, promoção da igualdade de gênero e raça e direitos humanos, e de coordenação e gestão integrada de políticas e estruturação dos sistemas como educação, saúde, assistência social, segurança pública, ciência, tecnologia e inovação.

15. Garantir a capacidade dos governos para gestão de investimentos estratégicos e de equilíbrio entre execução e controle, de forma a combater a corrupção, garantir a lisura do gasto público e responder às necessidades do desenvolvimento.

16. Avançar na constituição de uma burocracia pública profissionalizada, na União, estados e municípios, em quantidade adequada para o atendimento das competências atribuídas pela Constituição. Uma burocracia pública ética, capacitada permanentemente e capaz de se relacionar de forma aberta e democrática com os atores sociais. Priorizar o fortalecimento das carreiras de Estado, estabelecendo limites aos cargos comissionados necessários para formação das equipes dos governos eleitos.

17. Construir novos indicadores de desenvolvimento capazes de realizar um monitoramento mais adequado, para além do PIB. Há um forte avanço metodológico neste plano e o CDES se propõe a contribuir, em articulação com o IBGE, IPEA e outras instituições, para a construção de uma nova sistemática de contas públicas que permita assegurar uma cidadania informada.

18. Rever os métodos e processos de gestão, supervisão e controle, com objetivo de aumentar o dinamismo econômico, reduzir os custos de produção e facilitar a vida dos cidadãos.

Macroeconomia para o desenvolvimento e a consolidação do modelo fiscal

19. Avançar na gestão macroeconômica capaz de criar condições para elevação da taxa de investimento da economia em direção à meta de 25% do PIB, permitindo crescimento em torno 6% ao ano16.

20. Criar condições para a redução progressiva da taxa Selic, diminuindo o diferencial de juros em relação a outros paises. O Brasil é um dos poucos países do mundo que tem sido capaz de apresentar superávits primários sucessivos em suas contas públicas e de reduzir a participação da dívida interna líquida em relação ao PIB.

21. Estruturar linhas de financiamento de longo prazo e ampliar as linhas já existentes.

22. Usar os bancos oficiais para ampliar a concorrência no mercado, permitindo acelerar a redução dos juros cobrados do consumidor e em especial os spreads bancários.

23. Incentivar a inclusão bancária, com capilaridade, flexibilidade nos produtos e nas garantias e com juros compatíveis. Promover a desconcentração, interiorização e adequação do sistema financeiro nacional. Estimular a constituição e fortalecimento de sistemas cooperativos locais de crédito e organizações de microfinanças e sua conexão com fundos de financiamento governamentais, de forma a ampliar

16. Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento, páginas 21 e 25. www.cdes.gov.br.

os canais de poupança, crédito e serviços financeiros voltados para a população de baixa renda e para a economia solidária.

24. Garantir o acesso ao financiamento da produção para a exportação, ampliando a atuação do BNDES, estimulando a criação de novos agentes de fomento especializados e tornando mais rápidas as decisões sobre essas operações.

25. Atuar para alcançar resultados positivos na balança de transações correntes, com medidas de realinhamento do câmbio e outros meios que busquem o equilíbrio entre as importações e as exportações de bens, serviços e rendas.

26. Criar ambiente favorável para a entrada de capitais externos voltados para atividades produtivas e não simplesmente especulativas.

27. Realizar a reforma tributária com foco na correção da desigualdade17, no estímulo à produção e ao investimento. Buscar maior progressividade do sistema; desonerar a base da pirâmide; privilegiar os impostos diretos em relação aos indiretos; facilitar a vida dos produtores, desonerando investimentos produtivos e a exportação; atentar para questões ambientais que vêm se tornando vetor importante na construção de estímulos tributários.

28. Aprimorar a governança do Conselho Monetário Nacional, de forma que as decisões da política macroeconômica sejam tomadas em bases mais amplas, absorvendo a sensibilidade dos diversos setores sociais dispostos a compartilhar a responsabilidade em relação ao desenvolvimento brasileiro[18].

3. A TRANSIÇÃO PARA A ECONOMIA DO CONHECIMENTO

A ampliação e homogeneização do acesso gratuito e fomentado a todo tipo de conhecimento é eixo fundamental da mudança para um país mais desenvolvido e mais competitivo no mundo globalizado. A educação e a cultura desempenham um papel chave nesse processo de transição.

A sociedade do conhecimento aponta desafios às políticas públicas, especialmente no que diz respeito ao acesso aos meios de comunicação. O Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) pretende levar o acesso a 40 milhões de domicílios, até 2014, à Internet em alta velocidade, constituindo uma alternativa de baixo custo para conexão à rede. O PNBL busca estimular a concorrência e a redução de preços ao consumidor final, em conjunto com uma série de medidas regulatórias, que visam ampliar a oferta já existente.

17. O CDES vem acompanhando e gerando proposições, por meio do Observatório da Equidade, acerca dos Indicadores de Equidade do Sistema Tributário Nacional– www.cdes.gov.br.

18. Moção do CDES sobre a Composição do Conselho Monetário Nacional, aprovada na 12a Reunião do Pleno, 19/05/2005.

A disseminação rápida e eficiente do conhecimento é um dos principais componentes da inovação. Parte significativa do processo inovador é a constituição de interlocutores nas Universidades e centros de produção tecnológica e nas empresas, assegurando o diálogo, a eleição de prioridades e a co-produção.

O avanço da competitividade de empresa brasileira depende e dependerá cada vez mais da sua capacidade de inovar, isto é gerar novos produtos e novos processos com maior densidade tecnológica. A inovação é essencial para aumentar a produtividade e garantir melhores salários de forma sustentável. Isso tem implicações para inúmeras políticas públicas na área educacional, na eficiência dos marcos regulatórios setoriais, no incentivo ao empreendorismo, na redução da burocracia e na política de P&D empresarial.

Entre os eixos propositivos para construir a transição para a economia do conhecimento, os Conselheiros e Conselheiras apontam:

1. Ampliar significativamente os dispêndios públicos e privados em ciência, tecnologia e inovação no Brasil, de forma a evoluirmos dos atuais 1,3% do PIB, para 2,0% em 2015 e 2,5% em 2022.

2. Aprimorar o arcabouço jurídico e os marcos legais da área de ciência, tecnologia e inovação, visando proporcionar maior segurança aos investidores; facilitar o diálogo com os órgãos de controle; e incluir os ativos intangíveis das empresas no rol de valoração dos ativos nas negociações com as entidades públicas e privadas de fomento.

3. Incentivar o setor privado a aumentar a alocação dos recursos próprios em inovação e outras modalidades de investimentos intangíveis por meio da desoneração tributária, subvenções econômicas, formação de recursos humanos para áreas estratégicas e assistência técnica voltada para transferência de tecnologia. Criar centros de pesquisa e de empresas de base tecnológica, visando desenvolver novos produtos e processos que contribuam para aumentar a inserção competitiva do Brasil na economia internacional.

4. Ampliar de forma significativa o investimento privado em pesquisa e inovação, promovendo capilaridade, sobretudo no que diz respeito à criação de novos incentivos e desonerações fiscais, redução de juros, ampliação de prazos para financiamento e subvenções econômicas destinados a empresas que ainda não foram beneficiadas pela atual Política de Ciência Tecnologia e Inovação.

5. Criar mecanismos para facilitar e ampliar o acesso das empresas nascentes, das micro e pequenas empresas e dos empreendimentos autogestionários nas linhas de financiamento público para ciência, tecnologia e inovação, bem como propiciar assistência técnica especializada para pesquisa e desenvolvimento.

6. Promover o fortalecimento e a modernização institucional das entidades públicas de fomento e apoio a ciência, tecnologia e inovação, bem como mobilizar as competências e recursos em todo o País**,** favorecendo maior interação entre universidades, institutos de pesquisa, agências de fomento e setor privado.

7. Aprimorar e acelerar a implementação da estratégia brasileira de inserção na economia do conhecimento, integrando a política econômica com as políticas de desenvolvimento produtivo e de ciência, tecnologia e inovação. Enfatizar os setores em que a sustentabilidade está ameaçada e os setores nos quais o Brasil possui vantagens comparativas. Destacam-se a biotecnologia, nanotecnologia, biodiversidade e recursos naturais, agronegócio, energias renováveis, etanol de primeira, segunda e terceira geração, petróleo e gás, tecnologias da informação e comunicação, em especial a TV Digital, serviços e logística; alternativas de meios de transporte com menos impactos climáticos (veículos elétricos e híbridos); tecnologias de produção visando a redução do consumo de matérias-primas; tecnologias da construção visando a redução de consumo energético; biotratamento de esgotos e técnicas de saneamento.

8. Acelerar os investimentos em pesquisa e inovação, tendo como foco o desenvolvimento da universidade, bem como o aumento da competitividade das empresas brasileiras, contribuindo para o aumento das exportações com bens de maior valor agregado e maior conteúdo tecnológico.

9. Fomentar a ciência, tecnologia e inovação em setores prioritários como saúde, educação e cultura. O complexo industrial da saúde é um campo de alta intensidade de conhecimento e inovação que o Brasil possui competência técnica para desenvolver, especialmente, vacinas e novos fármacos para tratamento de doenças negligenciadas pela indústria farmacêutica, mas que afetam o Brasil e outros países. A dimensão educacional é central e deve contemplar os diferentes níveis educacionais, os incentivos ao aprendizado, a educação contínua e os processo de formação dentro das empresas. A utilização das TICs nas atividades culturais se mostram especialmente relevantes para o Brasil, um país de rica diversidade e densidade cultural.Dar novo alcance e dinâmica ao fomento das tecnologias sociais, englobando produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas com a comunidade e que representem soluções efetivas de transformação da sociedade. A tecnologia social tem como características o uso intensivo de mão-de-obra e insumos, implantação e manutenção simples e respeito e valorização da cultura local.

10. Implantar o Plano Nacional de Banda Larga de modo aumentar a conectividade e massificar o acesso à internet, tornando-o universal, com prioridade para as famílias de menor renda, e tornar possível a inserção de todos os municípios brasileiros e da maioria da população na sociedade do conhecimento a custos

acessíveis para todos. O livre acesso ao conhecimento e a sua circulação nas infovias permite dinamizar as atividades econômicas, sociais e culturais.

11. Mobilizar a sociedade brasileira visando criar uma cultura da inovação e do empreendedorismo técnico-científico, como chave para a construção de um país mais desenvolvido, mais justo e mais solidário, atuando fortemente nas instituições de ensino, nas empresas, nos sindicatos, nas associações de profissionais liberais, nos movimentos sociais, igrejas e órgãos de comunicação e nas redes sociais locais, setoriais e temáticas que hoje articulam milhões de pessoas na *web*.

4. TRABALHO DECENTE E INCLUSÃO PRODUTIVA

A inclusão produtiva do conjunto da população ativa, por meio do trabalho decente[19], constitui um imenso desafio, mas ao mesmo tempo um vetor estratégico para a sustentabilidade do desenvolvimento.

A desigualdade de renda está diretamente vinculada ao desequilíbrio em termos de inclusão produtiva. O País tem uma população ativa de 100 milhões de pessoas, mas um emprego formal de cerca de 41,4 milhões de postos, em abril de 2010. Em que pese mais de 12 milhões de empregos que foram gerados nos últimos sete anos[20] e a diminuição da informalidade no conjunto dos ocupados, ainda há muito espaço para ampliação do emprego, formalização, garantia da proteção social, diminuição das taxas de rotatividade e promoção de condições de trabalho adequadas no conjunto da economia.

O Brasil está no ápice da chamada "onda jovem" o que significa que o País não terá em nenhum outro momento um contingente tão expressivo de jovens em relação às demais faixas etárias. São 50 milhões de brasileiros entre 14 e 29 anos. Cerca de 66%, 35 milhões desses cidadãos, estão inseridos no mundo do trabalho. Essa realidade demanda políticas públicas específicas visando à educação e a formação profissional da juventude.

A inclusão produtiva envolve um conjunto articulado de iniciativas diversificadas em função das realidades locais, com forte envolvimento das esferas municipais e estaduais, tais como formação e capacitação, apoio a micro e pequenas empresas, ao empreendedorismo, ao cooperativismo, ao extrativismo sustentável e à expansão e fortalecimento da Economia Solidária.

---

19. A definição de trabalho decente desta Agenda é baseada no conceito da Organização Internacional do Trabalho, que aponta como pilares: 1) Respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; eliminação do trabalho infantil; eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação); 2) Promoção de emprego de qualidade; 3) Extensão da proteção social; 4) Diálogo social.

20. MTE-RAIS (2002-2008) e CAGED (2009-2010).

Os Conselheiros e Conselheiras apontam os seguintes eixos propositivos em relação ao trabalho decente e inclusão produtiva:

1. Garantir uma política permanente de valorização do salário mínimo como instrumento de construção do equilíbrio social e de melhoria da distribuição de renda. O objetivo é qualificar o emprego e o trabalho por intermédio da política de fortalecimento do poder de compra do salário mínimo, da formalização do trabalho com seguridade social e da formação profissional.
2. Avançar na constituição do sistema público de emprego, trabalho e renda, articulado com as políticas de formação, qualificação e certificação profissional, em consonância com a evolução tecnológica e dos novos padrões de organização da produção, considerando as dimensões de raça, gênero e geração.
3. Incentivar nas políticas de emprego novas formas relacionadas com a cultura, entretenimento e esporte. É preciso reinventar o emprego, na direção do conceito de atividade produtiva, econômica e socialmente significativa.
4. Fortalecer as políticas e programas de emprego com foco na juventude, incluindo os jovens produtivamente na sociedade, aumentando o potencial de desenvolvimento e reduzindo a demanda pelas políticas compensatórias ou emergenciais.
5. Fomentar novos empreendedores, cooperativas e micro e pequenas empresas como vetores de inclusão produtiva. Garantir crédito, aperfeiçoar o Simples[21], entre outras medidas. Deve-se buscar a articulação das iniciativas e políticas voltadas para as micro e pequenas empresas em um único órgão/entidade.
6. Promover o desenvolvimento local, das redes produtivas e dos arranjos produtivos locais, com foco no fortalecimento das micro e pequenas empresas e empreendimentos associativos.
7. Criar mecanismo de apoio e fomento à economia solidária, considerando-a como uma estratégia de desenvolvimento e avançando nos eixos de financiamento e crédito, comercialização, formação e assistência técnica, marco jurídico, cooperação internacional, acesso às tecnologias, apoio às redes e cadeias produtivas e políticas públicas.
8. Aperfeiçoar os programas de transferência de renda condicionada, articulando-os às políticas de geração de emprego, trabalho e renda e de desenvolvimento local.
9. Implementar a Agenda Nacional do Trabalho Decente (ANTD), pactuada entre o governo, organizações de empregadores e de trabalhadores, por meio do Plano Nacional de Trabalho Decente estabelecido, monitorado e periodicamente avaliado e atualizado.

21. Simples Nacional é um regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido previsto na Lei Complementar nº123, de 14.12.2006 aplicável às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte.

5. PADRÃO DE PRODUÇÃO PARA O NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO

Para o Brasil, um país dotado de recursos naturais e que busca se inserir de forma mais ativa nas trocas internacionais, o debate sobre o padrão de produção é estratégico. Formou-se um consenso entre os membros do CDES que o País deve aproveitar ao máximo as vantagens em *commodities* e as possibilidades do pré-sal, mas também buscar novas opções, agregando valor aos bens primários e estimulando a indústria, tanto a que se volta para o mercado interno quanto a que se destina ao comércio exterior. A oportunidade de transformar setores intensivos em recursos naturais em áreas de médio e alto conteúdo tecnológico como agronegócio/indústria, siderurgia, indústria petroquímica, bioenergia, dentre outros é complementar e não substituta aos setores industrial e de serviços.

Desde 2003, atenção especial tem sido dispensada à construção da competitividade de longo prazo do setor produtivo brasileiro. Nesse sentido, foram lançadas a Política Industrial e Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), a Lei da Inovação e a Lei do Bem. Visando o fortalecimento da estrutura institucional de apoio à política industrial foram criados o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), instância de articulação público-privada, e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), que junto com a Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), todos no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), vêm construindo capacidade para a implementação da política industrial e de inovação que o País requer para inserção mais ativa no mercado internacional nesse novo ciclo de desenvolvimento.

Com o lançamento do Plano de Ação, Ciência e Tecnologia (PACTI), em 2007, e da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), em 2008, reafirmou-se essa estratégia, com foco na ampliação da taxa de investimento da economia; ampliação das exportações; e fortalecimento de micro, pequenas e médias empresas inovadoras.

É notório que as políticas industrial, de comércio exterior e de inovação do País estão intrinsecamente ligadas na nova estratégia de desenvolvimento delineada pelo governo e apoiada pela sociedade civil.

Os Conselheiros e Conselheiras apontam os seguintes eixos propositivos:

1. Consolidar a Política Industrial de longo prazo, sob liderança do setor privado, comprometida com a estruturação e expansão de um sistema produtivo competitivo, que saiba aproveitar as oportunidades abertas pelo mercado interno para investir e criar empregos e que tenha como referência os padrões de produtividade do mercado internacional.

2. Integrar e fortalecer as cadeias produtivas, com ênfase nos setores competitivos e nos setores estratégicos para o novo ciclo de desenvolvimento. Um exemplo é a construção civil que envolve um amplo conjunto de indústrias fornecedoras de materiais, estimula a indústria de mobiliário e movimenta uma extensa rede

de serviços, sendo um importante vetor de criação de empregos, de geração de renda e de desenvolvimento regional.

3. Formular e implementar uma política industrial específica que assegure amplo conteúdo nacional na exploração do Pré-sal e no desenvolvimento da sua cadeia produtiva, dada sua importância e dimensão. O CDES deve continuar contribuindo para este objetivo.

4. Apoiar a institucionalidade das instâncias criadas no âmbito da PDP, fortalecendo e ampliando a capacidade de coordenação de políticas e integração de instrumentos, otimizando o uso de recursos públicos.

5. Incentivar as inovações estimulando as parcerias entre universidades e empresas, os programas de criação de incubadoras, de parques tecnológicos, de empresas nascentes de base tecnológica e de pequenas empresas inovadoras como forma de assegurar a adoção de novas tecnologias, condição necessária para o aumento da produtividade das empresas brasileiras e a inserção mais ativa do Brasil no novo cenário que desponta para as economias nacional e global.

6. Valorizar a indústria de transformação como propulsora de efeitos dinâmicos na economia brasileira e papel chave para a expansão do emprego, da renda e da inovação.

7. Fortalecer a internacionalização das empresas brasileiras, com presença, de maneira especial, na Ásia, América Latina, Caribe e África, mercados em expansão e nos quais o Brasil tem maiores vantagens competitivas.

8. Fortalecer a integração produtiva com os países da América Latina e Caribe, estimulando as economias e o comércio na região, vetor fundamental da política externa brasileira.

9. Promover ambiente adequado para os investimentos privados, de forma a fortalecer a competitividade, a eficiência e o acesso aos mercados internacionais, impedir a degradação do meio ambiente e combater a precarização do trabalho.

10. Criar sinergia entre o investimento público, comandado pelas estatais, e o privado, com o objetivo de criar grupos nacionais dotados de poder financeiro, com capacidade de competição nos mercados mundiais, comprometidos com as metas de desenvolvimento do País.

11. Criar mecanismos que induzam o investimento produtivo e zelar para que parte substancial da produção seja canalizada para o mercado interno de consumo popular, com geração de emprego e renda.

12. Favorecer a alocação da poupança pública e privada em instrumentos que alavanquem o crescimento e o desenvolvimento.

13. Fortalecer e aperfeiçoar a institucionalidade dos marcos regulatórios, das instituições e das políticas, reduzindo a incerteza e evitando que os órgãos de controle, em sua legítima e importante atuação, definam padrões onde deficiências regulatórias se materializam, e evitando também que os gestores abandonem a postura empreendedora.

14. Tornar obrigatória nas indicações de medidas extremas, como paralisação de investimentos e obras, a avaliação de impactos, prejuízos e consequências de várias ordens para a sociedade, como insumo para decisão e responsabilização, no caso de erros nas indicações do Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunais de Contas[22].

6. O POTENCIAL DA AGRICULTURA

O Brasil tem mais de 150 milhões de hectares de terra agricultável a serem incorporadas no processo produtivo, mais que o dobro do que é utilizado hoje para as lavouras temporária e permanente somadas, constituindo a maior reserva de solo do planeta. Os recursos hídricos estão entre os mais abundantes, tanto em águas de superfície, como nos aquíferos Guarani e Alter do Chão.

Cerca de 30 milhões de pessoas vivem no campo e somente a agricultura familiar emprega mais de 10 milhões de pessoas.[23] A agricultura é um eixo estratégico de grande importância para o desenvolvimento do País, dada essa disponibilidade de terra e de água e número de cidadãos brasileiros beneficiados, além do clima ameno, do acúmulo de capacidade tecnológica, da diversificação crescente do mercado externo e mercado interno.

O País é o terceiro produtor de alimentos do mundo e poderá ser o primeiro. A ciência brasileira está fazendo o desenho de uma nova agricultura sustentável, menos dependente dos insumos, com maior produtividade baseada na biotecnologia e na nanotecnologia. A sustentabilidade vem se tornando indispensável na comercialização e agregação de valor dos produtos e o Brasil tem condições de avançar e ter o agronegócio mais sustentável do mundo.

A agricultura familiar, responsável por cerca de 70% da produção dos alimentos[24] e a policultura de pequena escala necessitam de um sistema integrado de apoio. Os avanços têm sido muito significativos, em particular com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), cujo montante disponibilizado por ano agrícola vem crescendo desde 2003 num ritmo mais acelerado do que nos anos precedentes. Os recursos do programa passaram de R$ 2,4 bilhões no ano agrícola 2002/2003 para R$ 13 bilhões em 2008/2009, em suas diversas linhas de crédito para

22. Parecer do CDES sobre Investimentos, aprovado na 32a Reunião do Pleno, 09/12/2009.
23. IPEA – PNAD 2008, Primeiras Análises, Setor Rural – 29 de Março 2010 – Comunicados n. 42.
24. IBGE, dados do Censo Agropecuário 2006.

custeio, investimento e comercialização. Isto trouxe, indiretamente, benefícios como assistência técnica, direito aos programas de seguro agrícola e aos programas de comercialização do governo federal.[25] O Pronaf tem ainda linhas especiais para mulheres, agroecologia, semi-árido, florestas e comercialização, o que mostra o seu potencial transformador da realidade brasileira.

Porém, ainda persistem grandes iniquidades no campo. Cerca de 37% dos trabalhadores da agricultura nunca tiveram acesso à escola e 42% não concluíram o ensino fundamental.[26]

Constituem norte para este eixo estratégico para o país, a evolução para mais qualidade e eficiência nos processos produtivos, maior respeito nas relações de trabalho, incorporação efetiva das dimensões ambientais no conjunto das atividades, incremento tecnológico e maior equilíbrio de nível técnico entre os diversos tipos de agricultura.

Os Conselheiros e Conselheiras apontam os seguintes eixos propositivos:

1. Promover desenvolvimento e acesso à tecnologia e inovação aos diversos tipos de agricultura – grandes, médios e pequenos agricultores, pecuária, pesca e extrativismo sustentável. Aperfeiçoar os processos produtivos, de forma a agregar valor aos produtos agrícolas.

2. Tornar a cadeia agrícola de excelência produtiva, social e ambiental, com incorporação do conceito do trabalho decente e verde, contribuindo para a economia do País. Combater o desmatamento ilegal na Amazônia, no Cerrado e outros biomas sensíveis, a destruição de matas ciliares, o uso de mão de obra escrava, o uso de produtos químicos sem proteção adequada para os trabalhadores, não só no local de produção, mas em toda a cadeia, desde a venda de insumos até o acesso ao crédito e ao circuito comercial.

3. Racionalizar o uso dos recursos hídricos, evitando desperdícios e contaminação por agrotóxicos. Incentivar o uso das tecnologias sustentáveis na produção agropecuária em geral.

4. Garantir o acesso à população do campo aos bens públicos (educação, saúde, habitação e infraestrutura), incluindo-a efetivamente no projeto de desenvolvimento do País.

5. Buscar o entendimento integrado e sistêmico da agricultura familiar, do extrativismo sustentável e da grande produção, aproveitando o potencial e vocação dos diversos sistemas produtivos e as sinergias possíveis.

---

25. BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN E BNDES. Dados atualizados até BACEN: Até 06/2009; BANCOOB Até 04/2010; BANCO COOPERATIVO SICREDI: Até 04/2010; BASA: Até 10/2009; BB: Até 04/2010; BN: Até 03/2010 e BNDES: Até 07/2006 - Últimos três meses sujeitos á alterações.

26. IBGE, 2006.

6. Promover um sistema integrado de serviços de apoio à agricultura familiar - assistência técnica, comercialização, acesso a informações de mercado e a sistemas de crédito. Remunerar os agricultores familiares pela utilização de tecnologias sustentáveis, na medida em que cumprem uma função relevante na preservação dos recursos naturais, prestando um serviço que beneficia toda a sociedade.
7. Desenvolver e fortalecer os mecanismos de apoio ao extrativismo sustentável, que é vetor de desenvolvimento local e de preservação ambiental.
8. Democratizar o acesso a terra em escala e qualidade suficientes para um processo virtuoso de melhoria da produção, inclusão social e geração de renda.

7. O PAPEL DAS INFRAESTRUTURAS: TRANSPORTES, ENERGIA, COMUNICAÇÃO, ÁGUA E SANEAMENTO

Levando em conta as dimensões territoriais do Brasil, o papel das infraestruturas é essencial para sustentar o novo ciclo de desenvolvimento e melhorar a competitividade da economia brasileira no mercado internacional.Tratam-se aqui de iniciativas que vão além do poder decisório da empresa, pois exigem grandes investimentos, precisam ser organizadas em redes coerentes, geram efeitos difusos e os retornos econômicos são de longo prazo. Pelo seu efeito estruturante e o impacto que irradia sobre o conjunto das atividades, esta área deve ser vista como um dos grandes eixos estratégicos. Entram aqui, tradicionalmente, os setores de logística de transportes, mobilidade urbana, energia, comunicações e água/saneamento, redes que devem ser capilares e universais.

Mesmo considerando os recentes avanços do PAC I e do PAC II, é necessário expandir consideravelmente os investimentos em infraestrutura e aumentar a velocidade da execução dos projetos. No Brasil persistem entraves à intensificação do ritmo de crescimento da economia em decorrência de escassez de oferta e ineficiência em setores de logística de transporte, comunicações e energia. O País avançou, mas precisa melhorar a capacidade técnica e tecnológica, aperfeiçoar os marcos regulatórios e os procedimentos burocráticos, aperfeiçoar a qualidade e ampliar a quantidade dos projetos básicos e executivos e criar mecanismos de financiamento público e privado, para atender à crescente demanda por recursos para investimentos.

A necessidade de construir a infraestrutura para eventos internacionais como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 é oportunidade para melhorar a capacidade de planejamento, implementação de grandes obras e construir um legado para as cidades e territórios sedes desses eventos.

Entre os eixos propositivos os Conselheiros e Conselheiras apontam:

1. Ampliar os recursos para a infraestrutura e agilizar a implementação do investimento público, modernizando a gestão pública, o ambiente institucional e os procedimentos burocráticos e, sempre que possível, exe-

cutar os empreendimentos em parceria com o setor privado, colocando em prática instrumentos como concessões, outorgas e parcerias público-privadas.

2. Consolidar a legislação das agências reguladoras na qualidade de agentes do Estado, fortalecendo o conceito de autonomia e independência, com funções e responsabilidades claras e introduzindo instâncias de soluções de conflitos.[27]

3. Aprimorar a Lei de Licitações. Modernizar a Lei nº 8.666/93, separando as grandes obras e grandes compras de investimentos das compras rotineiras, que poderiam ter padrões definidos em termos de opções de projetos, modelos de convênio e estrutura de governança. É preciso garantir que a execução e o controle dos investimentos públicos ocorra em ambiente com segurança jurídica e transparência, na velocidade requerida pelo processo de desenvolvimento do País.

4. Melhorar a qualidade do licenciamento ambiental. A sustentabilidade ambiental é uma variável central na definição e realização de obras de infraestrutura. Portanto, a melhoria da qualidade do licenciamento ambiental requer a desburocratização e a transparência nos processos de licenciamento ambiental, a incorporação de especialistas de meio ambiente nos órgãos executores de projetos de infraestrutura, fortalecimento institucional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), assim como a regulamentação do artigo 23 da Constituição Federal, objetivando eliminar a superposição de competências na área ambiental.

5. Acelerar a construção, reforma, ampliação e modernização dos aeroportos, conforme previsto no PAC. Definir os instrumentos para a integração do setor de aviação civil com o de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário, em articulação com a política de desenvolvimento regional. Melhorar o sistema de gestão dos aeroportos brasileiros e de controle de tráfego aéreo. Criar mecanismos para o aperfeiçoamento contínuo da gestão de aeroportos e do sistema de controle de tráfego aéreo, levando em conta as melhores práticas internacionais.

6. Ampliar a capacidade e melhorar a eficiência portuária brasileira. Assegurar os recursos necessários para ampliar a capacidade portuária para absorver a demanda pelo transporte de cargas por via marítima e fluvial, bem como melhorar significativamente a eficiência portuária brasileira.

27. Termo de Referencia do Grupo de Trabalho do CDES "Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento" aprovado na 20a Reunião do Pleno, 05/12/2006.

7. Readequar a matriz de transporte de mercadorias. Resgatar os estaleiros navais, dinamizar o transporte de cabotagem, promover articulação intermodal com grandes eixos ferroviários de integração para o interior.

8. Redefinir e reestruturar a matriz de transporte de passageiros, principalmente nas grandes e médias cidades. Adotar programas de mobilidade urbana sustentável para favorecer o transporte coletivo de massa – preferencialmente movidos a biocombustíveis -, a expansão de ciclovias e o deslocamento a pé em estreita articulação com os projetos de desenvolvimento urbano e de uso do solo. Priorizar o transporte de média ou longa distância, com trens de alta velocidade movidos a eletricidade, contribuindo para a economia de baixo carbono.

9. Integrar os órgãos e entidades do setor de logística de transporte para melhorar o planejamento e a execução de projetos e buscar a intermodalidade. Promover a integração entre os órgãos, agências e entidades do setor de logística de transportes, sob coordenação do Conselho Nacional de Integração de Transportes.

10. Baratear os custos de energia e de combustíveis. Realizar estudos para viabilizar a redução das tarifas de energia e praticar a modicidade tarifária, considerando os encargos que incidem sobre as tarifas de energia elétrica e de combustível, inclusive a carga tributária.

11. Ampliar e melhorar as ações de eficiência energética. Expandir os objetivos e metas de eficiência energética no País, melhorar a capacidade de gestão e integração das agências envolvidas, ampliar os recursos humanos, técnicos e orçamentários, bem como os mecanismos de financiamento para o setor privado e os fundos setoriais.

12. Aperfeiçoar os estudos e projetos para expansão da oferta de energia hidrelétrica. As maiores disponibilidades de energia hidráulica no Brasil estão localizadas na Amazônia, o que requer a realização de estudos aprofundados e projetos de engenharia muito criteriosos, que levem em conta os riscos ambientais, antropológicos e sociais. Estes estudos devem ser acelerados e seus resultados amplamente debatidos na sociedade brasileira, a fim que ela possa fazer uma escolha adequada avaliando os custos e benefícios de ampliar a oferta de energia hidrelétrica em região sensível para atender uma demanda crescente, ou investir em energia térmica movida a carvão e derivados de petróleo com elevados custos econômicos e ambientais.

13. Expandir as energias renováveis na matriz energética. Priorizar a realização de leilões para diversificação e ampliação da oferta de fontes de energias renováveis, de forma a incorporar progressivamente a ener-

gia eólica, solar, de biomassa e de reciclagem de lixo em nossa matriz energética. Avaliar a relevância de introduzir incentivos tributários e financeiros para energias limpas e renováveis.

14. Ampliar a oferta de energia nuclear, desde que estejam equacionadas preliminarmente as questões relacionadas à segurança dos trabalhadores e da população residente no entorno das usinas e ao armazenamento e disposição dos dejetos radioativos.

15. Aumentar a produção e exploração de petróleo e gás natural, com ênfase nas reservas da província petrolífera da camada do pré-sal, considerando os novos marcos regulatórios, o incentivo à formação de cadeia de fornecedores nacionais com competitividade internacional e adotando tecnologias que garantam a exploração, a produção e o refino da maneira mais sustentável possível, de modo que o Brasil possa liderar a produção global de hidrocarbonetos sustentáveis.

16. Promover uma melhoria substantiva nos processos de gestão das águas no Brasil, com forte articulação e integração entre as três esferas de governo e ampla participação da sociedade civil, especialmente nos comitês de bacias.

17. Expandir os investimentos em saneamento básico. Fortalecer a articulação interfederativa, criar mecanismos ágeis de financiamento e melhorar a capacidade técnica e gerencial das empresas de saneamento e prestadores de serviços, visando universalizar o acesso ao saneamento ambiental básico com qualidade na prestação dos serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais urbanas.

18. Construir infraestrutura com vistas à integração com a América do Sul. Ampliar os mecanismos de financiamento e expandir os projetos de integração na América do Sul, sobretudo nas áreas de transporte, energia e comunicações, visando melhorar as correntes de comércio e as condições de vida da população e contribuindo para o desenvolvimento regional.

8. SUSTENTABILIDADE

O desafio ambiental tem dimensões globais e envolve questões como a mudança do clima, o esgotamento dos recursos naturais, a contaminação das águas, o desmatamento, a perda de biodiversidade, o desperdício de recursos e o excesso do lixo produzido pelas pessoas.

A mudança necessária para um padrão de desenvolvimento mais sustentável exige a convergência de um conjunto de atores sociais e institucionais, a educação ambiental, o reforço à pesquisa e inovação, a mudança na visão da mídia e das mensagens publicitárias,

a mudanças na matriz energética, na organização urbana, no tratamento de esgotos e de resíduos sólidos, na racionalização do uso das matérias primas, nos padrões de consumo e no mundo do trabalho. Implica geração de complementaridades nos processos produtivos, adequação dos procedimentos e generalização de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente.

A Amazônia brasileira compreende 60% do território nacional e abriga 25 milhões de habitantes, a maioria morando em áreas urbanas. Pode ser vista como o maior complexo geoambiental do mundo, dada sua variedade de recursos naturais, como os minérios, a biodiversidade, os maciços florestais e a infinidade de água doce terrestre e subterrânea. Cada vez mais, a ciência revela a importância da região para o ambiente global.

O CDES defende que o Brasil continue avançando para uma economia verde e de baixas emissões de carbono, aproveitando a posição privilegiada em termos de produção de energias limpas, a dotação de recursos naturais e rica biodiversidade, incluindo a maior cobertura florestal do mundo, cuja preservação e exploração nacional interessa a todos os povos. O Conselho considera que o Brasil possui vantagens naturais, competitivas e políticas para exercer um papel de liderança no esforço mundial de mitigação da emissão de gases de efeito estufa e de outros temas vinculados à sustentabilidade ambiental.

Para os Conselheiros e Conselheiras são propostas neste sentido:

1. Promover a cultura da sustentabilidade no âmbito do Estado, das empresas, dos movimentos sociais, dos meios de comunicação, das instituições de ensino e da população, buscando generalizar uma visão sistêmica e de longo prazo.

2. Implementar e ampliar ações para eficiência energética e uso racional de água, o combate ao desmatamento, as construções sustentáveis, o aumento da participação do transporte ferroviário, hidroviário, dutoviário e de esteiras na matriz de transportes brasileira, a incorporação crescente de energias renováveis na matriz energética e a redução das emissões de gases de efeito estufa nos setores da indústria brasileira que mais emitem GEE e consomem energia.

3. Priorizar investimentos em ciência e tecnologia e inovação visando ao aumento da eficiência energética e a produção de bens e serviços mais eficientes e sustentáveis.

4. Conceder incentivos fiscais para máquinas, equipamentos e transformadores mais eficientes, e promover a aceleração da depreciação contábil para máquinas e equipamentos antigos, com elevado consumo de energia.

5. Incentivar que os condicionantes ambientais, de geração de empregos verdes, de uso de tecnologias socialmente apropriadas e ambientalmente sustentáveis façam parte dos critérios para financiamento, isenção fiscal ou subvenção.

6. Garantir que as ações para implementação da economia verde resultem na geração de mais empregos, que só poderão ser considerados verdes se corresponderem a um conceito de trabalho decente e ao modelo de desenvolvimento sustentável.

7. Inserir o zoneamento agroecológico em uma política nacional que busque a sustentabilidade ambiental, econômica e social coerente com o processo de organização do território brasileiro, e que contemple de forma efetiva a proteção dos biomas sensíveis.

8. Desenvolver o potencial do manejo florestal com políticas de financiamento pesquisa e inovação, logística e estruturação de cadeias de suprimento, produção e escoamento.

9. Incentivar a adoção de tecnologias e métodos produtivos sustentáveis nos padrões de produção agropecuária e em outras dimensões do uso do solo.

10. Promover o desenvolvimento da Amazônia considerando a complexidade da realidade regional, identificando opções que sejam inclusivas, rentáveis para a economia e sustentáveis para o meio ambiente. Isso requer uma clara visão territorial e um forte compromisso com o futuro das próximas gerações.

11. Regular as atividades econômicas na Amazônia de modo a priorizar as áreas desmatadas, o aumento de produtividade e o máximo aproveitamento da infraestrutura existente. A logística de escoamento deve ser a mais competitiva e menos agressiva ao ambiente amazônico, como as hidrovias. A crescente demanda por madeira e carvão vegetal deve ser suprida pelo reflorestamento por espécies nativas, sempre que possível, e até mesmo por espécies exóticas, evitando o desmatamento.

12. Implementar um esforço conjunto para o acompanhamento e cumprimento efetivo das metas voluntárias brasileiras de mitigação da emissão de gases de efeito estufa, envolvendo o governo e os diferentes setores da sociedade. Para isso é necessária a regulamentação da Lei de Mudança do Clima, com a qual o CDES se dispõe a contribuir.

13. O CDES sugere que sejam incorporados os princípios e conceitos de cidades sustentáveis nas sedes da Copa do Mundo de 2014 e na sede dos Jogos Olímpicos de 2016, enfatizando construções sustentáveis, o transporte coletivo de massa e o uso amplo de energias renováveis, visando reduzir a emissão de CO2, melhorar a mobilidade urbana e a qualidade de vida nas cidades, e utilizar esse modelo como padrão futuro para todas as cidades brasileiras com mais de 300 mil habitantes.

9. CONSOLIDAÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

As políticas sociais buscam a garantia e acesso aos direitos fundamentais dos cidadãos; a geração de oportunidades e de resultados para indivíduos e/ou grupos sociais; e a garantia de segurança ao indivíduo em situações de dependência ou vulnerabilidade.

A transformação das políticas sociais em políticas de Estado se justifica pelos seus aspectos de promoção e proteção social. Mas essas políticas têm também uma importante dimensão econômica. Projetado o desempenho brasileiro alcançado em termos de diminuição da pobreza e da desigualdade nos últimos cinco anos, o Brasil pode superar o problema de pobreza extrema, assim como alcançar uma taxa nacional de pobreza absoluta de apenas 4% até 2016.[28] O nível de renda nos segmentos mais pobres progride, mas a desigualdade de renda evolui mais lentamente, por ter um ponto de partida muito baixo na base da pirâmide social. Persistem desigualdades sociais, regionais, de gênero e de raça. Sendo assim, é essencial expandir o conjunto de políticas públicas e atividades privadas que favorecem a equidade social e regional.

As políticas sociais devem dinamizar o acesso democrático e de qualidade aos serviços básicos. É necessário um esforço generalizado de universalização e melhoria da qualidade dos serviços públicos. No caso da Educação e da Proteção Social, ampliação do financiamento, gestão eficiente, governança participativa e políticas afirmativas podem corrigir desigualdades históricas e o Estado tem um papel fundamental a desempenhar neste processo. No caso da Saúde, a questão da persistência das desigualdades sociais é mais séria e merece uma atenção especial, não só do Estado e de governos em todos os níveis, mas também da sociedade.

A inclusão social envolve o acesso à renda e aos serviços públicos e o direito de se apropriar da construção das políticas. Neste sentido, políticas descentralizadas constituem forma privilegiada de organização. Ao mesmo tempo, as parcerias, consórcios intermunicipais, cofinanciamento de programas, sistemas compartilhados de informação e outros mecanismos permitem democratizar gradualmente os processos decisórios sem fragmentar as políticas.

O conjunto das políticas sociais tende a se tornar o principal eixo de atividades na sociedade moderna. Neste sentido os Conselheiros e Conselheiras propõem:

1. Contemplar a redistribuição da renda e da riqueza, a promoção da equidade e a garantia de políticas universais baseadas em direitos integrais que afetam o conjunto das dimensões que definem a qualidade de vida.

2. Garantir seguridade econômica por meio de transferências condicionadas e/ou renda universal básica capaz de prover os núcleos familiares e os indivíduos de um mínimo de ativos.

28. IPEA – Pobreza, Desigualdade e Políticas Públicas – 12 de janeiro de 2010, Comunicado da Presidência n. 38 – p. 8 http://www.ipea.gov.br/default.jsp.

3. Considerar a dimensão social indissociável da dimensão econômica para financiamento de projetos e empreendimentos, considerando as necessidades do território onde são executados.

4. Aperfeiçoar a governança do sistema de proteção social para articular as políticas e programas entre entes federados e a sociedade civil.

5. Fortalecer a institucionalidade das políticas sociais. Assegurar que as políticas sociais implantadas nos últimos anos sejam transformadas em políticas de Estado, no âmbito do Congresso Nacional.

6. Promover a ação integrada dos três níveis de governo, nas áreas urbanas/metropolitanas com elevada vulnerabilidade social, visando dotá-las de condição digna de cidadania.

7. Consolidar os sistemas públicos de políticas sociais como o Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), de habitação, entre outros.

8. Modernizar os sistemas de gestão em saúde, tanto para os serviços públicos, quanto privados. Esse processo de inovação deve promover contextos mais eficientes e eficazes, tanto no âmbito da gestão de sistemas, quanto de unidades, superando a enorme defasagem dos instrumentos e práticas gerenciais em saúde.

9. Ampliar os gastos públicos em saúde para viabilizar a expansão e a regionalização da rede de serviços visando à universalização, a equidade e a integralidade.

10. Garantir à juventude o direito ao emprego, renda, educação, saúde, cultura, esporte e lazer. Consolidar as políticas públicas de juventude e promover a integração entre políticas específicas e direcionadas para determinados estratos juvenis com as políticas universais.

Apêndice
Processo de construção da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

Conforme sua prática, o CDES busca levantar as contribuições, análises e todo o aporte possível deste universo amplo de lideranças e setores, para encontrar as convergências e construir novas sínteses e caminhos a serem compartilhados.

Tendo como base as sistematizações anteriores[1], reflexões e propostas acumuladas pelo Conselho sobre o desenvolvimento brasileiro, o processo de construção da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento foi iniciado com um questionário/entrevista, trazendo a contribuição individual dos Conselheiros e Conselheiras[2].

A reflexão foi orientada por questões sobre a situação do setor ou área de atividade do conselheiro (a); sobre a trajetória de mudança econômica e social do Brasil; e sobre as oportunidades e os entraves para se construir condições de sustentação e aprimoramento desse quadro socioeconômico.

Contribuíram para a formulação do questionário o Comitê Gestor do CDES, dirigentes e técnicos do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Com o objetivo de compartilhar as visões trazidas pelos questionários e agregar conteúdo e reflexão foi realizada uma Oficina de Trabalho – que contou com a participação dos economistas Ricardo Bielschowsky (CEPAL), João Carlos Ferraz (BNDES) e Marcio Pochmann (IPEA). Na Oficina, foram aprofundados debates em torno de três ênfases presentes no conjunto de respostas aos questionários: o Modelo de Desenvolvimento; o Papel do Estado e os Desafios para o Novo Ciclo de Desenvolvimento.

Coube ao Comitê Gestor do CDES a função de relatoria, delegada pelos Conselheiros e Conselheiras presentes na Oficina. O Comitê Gestor contou com apoio da Secretaria do Conselho (SEDES) e assessoria do professor Ladislau Dawbor (PUC/SP). A primeira versão da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, fruto deste trabalho de sistematização, foi encaminhado ao Pleno do CDES.

Durante a reunião, foi realizada a apreciação da estrutura do documento, dos elementos da estratégia e dos eixos propositivos. No debate foram identificados temas fundamentais para Agenda em relação aos quais o Conselho necessitava buscar maior convergência.

---

1. Textos completos da Agenda Nacional de Desenvolvimento; dos Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento e dos Seminários realizados, que conformam a trajetória de debate do CDES sobre Desenvolvimento, em: www.cdes.gov.br.

2. Para acessar os instrumentos de consulta utilizados, os documentos e insumos, os relatórios a toda a cobertura da Oficina de Trabalho: www.cdes.gov.br/exec/evento/exibe_oficina_03-2010.php

Com este objetivo foram realizados encontros com o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, para debater o papel do Estado na economia; com o Secretário de Política Econômica, Nelson Barbosa para debater questão fiscal; e com o economista Luiz Gonzaga Belluzzo sobre o papel do Estado diante da crise europeia e suas repercussões.

O documento foi apresentado e aprovado na 34ª Reunião do Pleno do CDES, no dia 17 de julho de 2010, perante o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Vice-Presidente, José de Alencar e os Ministros Alexandre Rocha Santos Padilha; Eloi Ferreira de Araújo; Guido Mantega; Izabella Mônica Vieira Teixeira; Márcia Helena Carvalho Lopes; Miguel João Jorge Filho.

A Agenda deverá ser objeto de diferentes ações de disseminação para o Governo e a sociedade, como contribuição do CDES. Conselheiros e Conselheiras assumem também a responsabilidade de acompanhar os desdobramentos e construir viabilidade para a estratégia de desenvolvimento expressa na Agenda.

ANEXO III

LISTA DE PUBLICAÇÕES DO CDES

TÍTULOS	AUTOR	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA
Agenda Nacional de Desenvolvimento - AND	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES	Agenda Nacional de Desenvolvimento - AND. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, Presidência da República. Brasília: 2006. 44 p.
Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES	Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, Presidência da República. Brasília: 2010. 39 p.
Anais do Seminário Internacional sobre Desenvolvimento	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES	Anais do Seminário Internacional sobre Desenvolvimento. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, Presidência da República. Brasília: 2009. 80 p.
Anais do Seminário Reforma Política	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES	Anais do Seminário Reforma Política'. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, Presidência da República. Brasília: 2007. 176 p.
Anais do Seminário Reforma Tributária	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES	Anais do Seminário Reforma Tributária'. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, Presidência da República. Brasília: 2010. 100 p.
Anais do Seminário sobre Desenvolvimento: Agenda Nacional de Desenvolvimento em Debate	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES	Anais do Seminário sobre Desenvolvimento: Agenda Nacional de Desenvolvimento em Debate. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, Presidência da República. Brasília: 2006. 158 p.
Anais dos Seminários Novos Indicadores de Riqueza	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES	Anais dos Seminários Novos Indicadores de Riqueza. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, Presidência da República. Brasília: 2007. 96 p.
As Desigualdades na Escolarização no Brasil - Relatório de Observação nº 03	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES	As Desigualdades na Escolarização no Brasil - Relatório de Observação nº 03. Observatório da Equidade. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, Presidência da República. Brasília: 2009. 56 p.
As Desigualdades na Escolarização no Brasil - Relatório de Observação nº 02	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES	As Desigualdades na Escolarização no Brasil - Relatório de Observação nº 02 - Observatório da Equidade. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, Presidência da República. Brasília: 2007. 44 p.
As Desigualdades na Escolarização no Brasil, - Relatório de Observação nº 01	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES	As Desigualdades na Escolarização no Brasil - Relatório de Observação nº 01 - Observatório da Equidade. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, Presidência da República. Brasília: 2006. 44 p.

Continua

Continuação

TÍTULOS	AUTOR	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA
CDES: uma síntese das atividades	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES	CDES: uma síntese das atividades. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, Presidência da República. Brasília: 2009. 75 p.
CDES: uma síntesis de las actividades	Consejo de Desarrollo Económico y Social	CDES: uma síntesis de las actividades. Consejo de Desarrollo Económico y Social, Presidencia de la República. Brasilia: 2009. 72p.
CDES: summary of activities	Economic and Social Development Council	CDES: summary of activities. Economic and Social Development Council, Presidency of the Republic. Brasilia: 2009. 70p.
Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES	Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, Presidência da República. Brasília: 2006. 36 p.
Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento – 2ª Edição	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES	Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, Presidência da República. Brasília: 2010. 36 p.
Folder Institucional do CDES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES	Folder CDES. Brasília: Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES. Brasília: 2009.
Folder CDES Bilíngue: inglês / espanhol	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES	Folder CDES. Brasília: Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES. Brasília: 2009.
Indicadores de Equidade do Sistema Tributário Nacional - Relatório de Observação nº 01	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES	Indicadores de Equidade do Sistema Tributário Nacional - Relatório de Observação nº 01. Observatório da Equidade. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, Presidência da República. Brasília: 2009. 68 p.
Mesa-Redonda: Diálogo Social Alavanca para o Desenvolvimento	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES	Mesa-Redonda: Diálogo Social Alavanca para o Desenvolvimento. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, Presidência da República. Brasília: 2004. 144 p.
Reconsiderar a Riqueza	Patrick Viveret	Reconsiderar a Riqueza. Patrick Viveret; tradução de Vera Ribeiro. – Brasília: Editora Universidade de Brasília. Brasília: 2006. 222 p.
Retrato das Desigualdades na Escolarização e no Sistema Tributário Nacional	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES	Retrato das Desigualdades na Escolarização e no Sistema Tributário Nacional. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, Presidência da República. Brasília: 2010. 42 p.
Trajetória do Debate no CDES sobre a Crise Econômica Internacional	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES	Trajetória do Debate no CDES sobre a Crise Econômica Internacional. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, Presidência da República. Brasília: 2009. 48 p.

Editorial

Coordenação
Maria França e Leite Velloso

Revisão
Karen Rukat – Via Comunicação

Editoração Eletrônica
Carlos DTarso e Karen Rukat – Via Comunicação

Capa
Jeovah Herculano Szervinsk Junior
Carlos DTarso – Via Comunicação

Livraria do Ipea
SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.
70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 3315-5336
Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br
Tiragem: 1000 exemplares

Composto em Abobe Garamond 11/13,2 (texto)
Frutiger 47 (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em Pólen Sof 80g/m²
Cartão Supremo 250g/m² (capa)
Brasília-DF

Este segundo volume da série Diálogos para o Desenvolvimento oferece ao debate público um registro histórico da criação e evolução do CDES, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que constitui importante inovação institucional no Estado brasileiro e integra a estrutura da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

Por meio de artigos que perpassam variadas nuances interpretativas sobre estratégias de desenvolvimento e de planejamento governamental em colégios ampliados - além de um capítulo dedicado exclusivamente à organização de entrevistas concedidas por conselheiros do CDES -, a publicação descreve a ambiência na qual foram produzidas a Agenda Nacional de Desenvolvimento - AND (2004) e a Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento - ANC (2010). Esses dois documentos bastante abrangentes – inclusos na íntegra nesta publicação – são resultado de concertações distintas, mas fortemente orientadas para a busca de consensos em cenários cujas divergências entre os atores são sempre explícitas e explicitadas. Cenários esses que refletem alguns dos novíssimos pontos de fricção e de conflito quanto mais se complexificam as relações entre o Estado e a diversidade de atores nas sociedades contemporâneas.

Dentre os desafios postos ao Estado para este século XXI – que já tem finda sua primeira década – parece clara a necessidade de realização contínua e conjunta de planejamento governamental e gestão democrática de políticas. Inseridos no Projeto Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro, do IPEA, os textos aqui reunidos pretendem contribuir para a reflexão e aperfeiçoamento do debate acerca das possibilidades latentes de participação e construção de consensos que abram caminhos para o desenvolvimento do país

Artur Henrique da Silva Santos
Cezar Britto
Clemente Ganz Lúcio
Eduardo Costa Pinto
Joana Luiza Oliveira Alencar
Jorge Gerdau Johannpeter
José Carlos dos Santos
José Carlos Bumlai
José Celso Cardoso Jr.
Ladislau Dowbor
Luiz Aubert Neto
Paulo Godoy
Ricardo Patah
Ronaldo Coutinho Garcia
Sedes/CDES
Sílvio Meira
Tânia Bacelar
Valdir Melo

ipea 46 anos

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

ISBN 978857811074-1

9 789788 578116

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL